



Setembro de 2015

Movimento SUN Relatório de Progresso Anual

Scaling Up
NUTRITION

INCLUIR • INSPIRAR • INVESTIR

Movimento SUN

Relatório de Progresso Anual

Setembro de 2015

Créditos das fotos da capa:

- © SUN Movement Secretariat / Thuy Nguyen
- © UNICEF Malawi
- © Bill & Melinda Gates Foundation / Akintunde Akinleye
- © MIDIS
- © Save the Children / Anne-Sofie Helms
- © Panos Pictures / Marc Shoul
- © WFP / Sylvain Cherkaou
- © Bill & Melinda Gates Foundation / Justin Mott
- © SESAN Guatemala
- © Bill & Melinda Gates Foundation / Paul O'Driscoll
- © Guy Calaf 2009
- © Bill & Melinda Gates Foundation / Suzanne Lee
- © Bill & Melinda Gates Foundation / Glenna Gordon
- © Bill & Melinda Gates Foundation / Jane Hahn

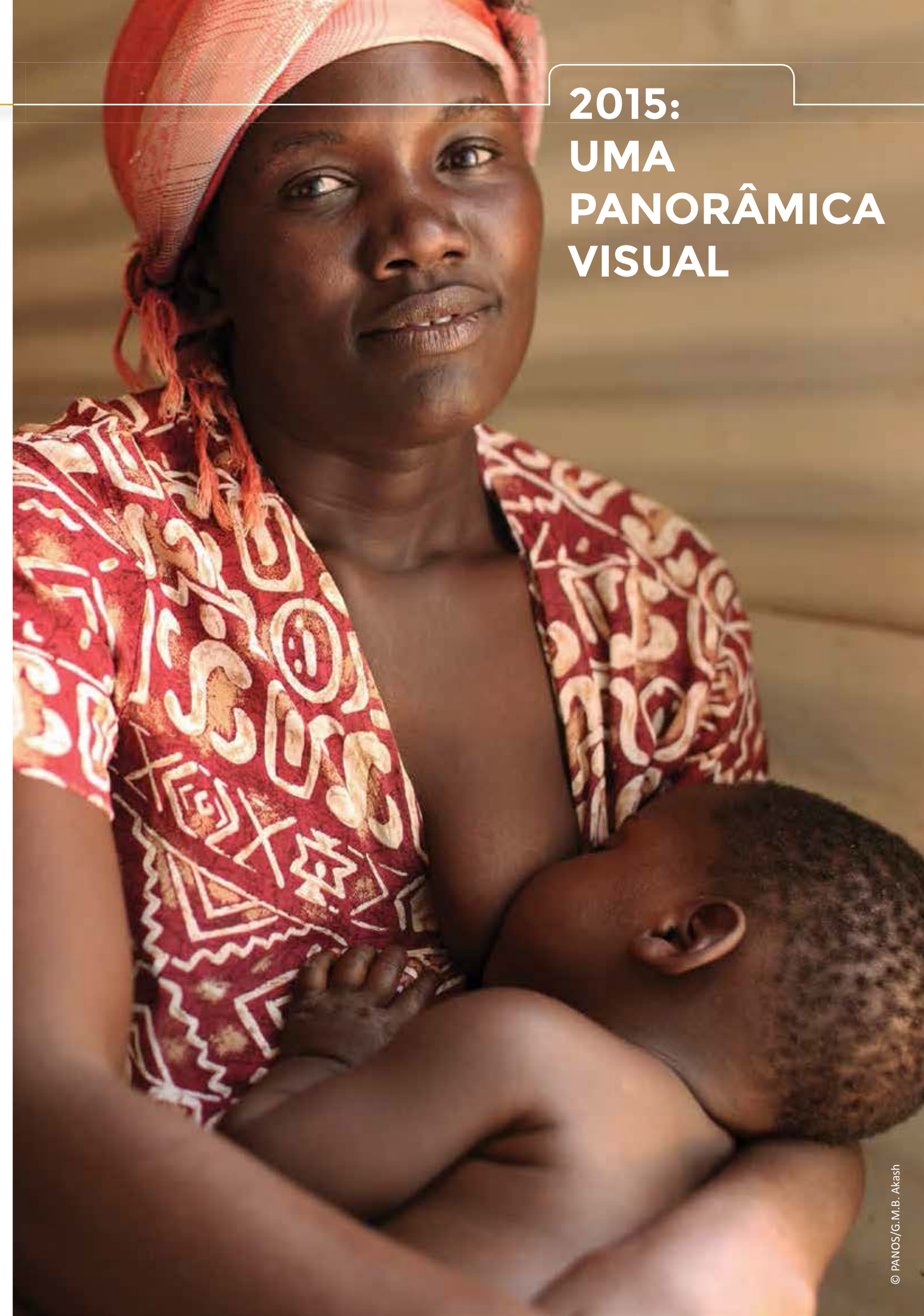
Todas as informações contidas no presente relatório foram recolhidas, revistas e compiladas pelo Secretariado do Movimento SUN durante os meses de junho, julho e agosto de 2015. O Secretariado do Movimento SUN é apoiado por: Bill & Melinda Gates Foundation, Alemanha, Canadá, França, Irlanda, Países Baixos, Reino Unido e União Europeia.

Índice

2015: Uma panorâmica visual	5
Introdução: Criação de um Movimento SUN mais forte para derrotar a malnutrição	12
Capítulo 1: Os países impulsores do Movimento SUN	16
Capítulo 2: Transformações nos países	26
Os quatro processos do Movimento SUN e os correspondentes marcadores de progresso	29
2.1 Primeiro objetivo estratégico: Progresso no sentido da sustentação do compromisso político e do estabelecimento de plataformas multiator funcionais	30
2.2 Segundo objetivo estratégico: Progresso no sentido do apoio às políticas nacionais de nutrição que incorporem melhores práticas	36
2.3 Terceiro objetivo estratégico: Progresso no sentido da harmonização de medidas entre setores e entre atores	42
2.4 Quarto objetivo estratégico: Progresso no sentido do acréscimo de recursos para a nutrição e da demonstração de resultados	49
Capítulo 3: Apoiar o progresso e fortalecer os resultados	54
3.1 Gestão das Políticas e do Ciclo Orçamental - desde o planeamento à contabilização de resultados	58
3.2 Mobilização Social, Defesa e Comunicação (MSDC) Efetivas à Escala do Movimento SUN	63
3.3 Capacidades funcionais para a coordenação e fomento eficaz da nutrição através da ação	67
Capítulo 4: Os catalisadores da mudança	74
Capítulo 5: O futuro do Movimento SUN	88
Capítulo 6: Perfis de progresso nacionais	94
Anexos	208
Anexo 1: Estatísticas sobre Indicadores de Nutrição dos Países SUN	210
Anexo 2: Monitorização dos Progressos no Movimento SUN	214
Anexo 3: Lista de Abreviaturas e Siglas	225

2015: UMA PANORÂMICA VISUAL

Cronologia



Progresso do Movimento SUN em 2014/2015 num relance

Meado de 2014 Progresso Global

Progresso do Movimento SUN

As Filipinas são o 51.º país a aderir ao Movimento SUN

O Lesoto é o 54.º país a aderir ao Movimento SUN

O Camboja é o 53.º país a aderir ao Movimento SUN

A Somália é o 52.º país a aderir ao Movimento SUN

Tom Arnold anunciado como Coordenador Interino do Movimento SUN

“É um privilégio trabalhar num Movimento tão vibrante, entusiástico e empenhado, que se dedica a acabar com a malnutrição no nosso tempo.”

Lançamento do número 2 do Resumo "Na Prática" do Movimento SUN

6 Países SUN partilham as suas experiências sobre Sistemas de Informação para a Nutrição

Lançamento do número 3 do Resumo "Na Prática" do Movimento SUN

6 Países SUN partilham as suas experiências sobre Mobilização Social, Defesa e Comunicação para a Nutrição

7 Países SUN participam num Percurso de Aprendizagem no Peru

9 Países SUN participam num workshop de Mobilização Social, Defesa e Comunicação na Tanzânia

45 Países SUN presentes na 15.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir os pontos fortes e desafios do Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN e os workshops de autoavaliação

47 Países SUN presentes na 16.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Contributo de especialistas da nutrição, da ciência e do meio académico

47 Países SUN presentes na 17.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Movimento SUN Avaliação Exaustiva Independente (AEI) e relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

47 Países SUN presentes na 18.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Movimento SUN Avaliação Exaustiva Independente (AEI) e relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN

Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN

Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN

102 países respondem a um "Convite à Participação" durante a 17.ª Reunião da Rede de Países SUN, na qual se verificou uma enorme resposta de países que pretendem acelerar os esforços de relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

102 países respondem a um "Convite à Participação" durante a 17.ª Reunião da Rede de Países SUN, na qual se verificou uma enorme resposta de países que pretendem acelerar os esforços de relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

37 Países SUN presentes na 19.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o reforço da cultura de estabelecimento de parcerias eficazes no Movimento SUN

37 Países SUN presentes na 19.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o reforço da cultura de estabelecimento de parcerias eficazes no Movimento SUN

41 Países SUN presentes na 20.ª Reunião da Rede de Países SUN para facilitar contributos com vista ao desenvolvimento da Estratégia do Movimento SUN atualizada 2016-2020

41 Países SUN presentes na 20.ª Reunião da Rede de Países SUN para facilitar contributos com vista ao desenvolvimento da Estratégia do Movimento SUN atualizada 2016-2020

Meado de 2015 Progresso Global

Progresso do Movimento SUN

A Etiópia relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 40,4% na sequência de 44,2% em 2011 e 50,7% em 2005*

O Camboja relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 32,4% na sequência de 40,9% em 2010 e 39,5% em 2008*

O Gana relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 18,8% na sequência de 27,7% em 2011 e 28,6% em 2008*

O Quênia relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 26,0% na sequência de 35,2% em 2009 e 40,9% em 2008*

A Guiné-Bissau relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 27,6% na sequência de 32,2% em 2010 e 27,7% em 2008*

Uma profusão de dados concretos para a defesa da nutrição.

Lawrence Haddad, Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares

Lançamento do primeiro Relatório sobre a Nutrição Global

A Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição atrai as atenções globais para a nutrição e os governos mundiais apoiam a Declaração de Roma sobre a Nutrição e o Quadro de Ação.

O Quirguistão relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 12,9% na sequência de 17,8% em 2012 e 22,6% em 2009*

O Malawi relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 42,4% na sequência de 47,8% em 2010 e 48,8% em 2009*

Lançamento do fundo The Power of Nutrition

Canalizar mais dinheiro para as coisas que sabemos que funcionam; por exemplo, incentivar as mães a amamentarem e tomarem micronutrientes para assegurar que as crianças recebem a vitamina A e o iodo de que precisam para sobreviverem.

Sri Mulyani Indrawati, Diretora-Geral do Banco Mundial

A Tanzânia relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 34,7% na sequência de 34,8% em 2011 e 42,5% em 2010*

O Zimbábue relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 27,6% na sequência de 32,3% em 2010 e 35,1% em 2009*

Tema da EXPO Milano Nutrir o Planeta, Energia para a Vida

A Fundação Gates anuncia 776 milhões de dólares em novos investimentos na nutrição

Não conheço outro problema no mundo que cause tantos danos e receba tão pouca atenção.

Melinda Gates, Copresidente - Bill & Melinda Gates Foundation

O Benim relata um progresso na redução do atraso de crescimento para 34,0% na sequência de 44,7% em 2006 e 39,1% em 2001*

A Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento realiza-se em Adis Abeba, Etiópia

A Estratégia Regional Africana para a Nutrição é lançada pelo Rei do Lesoto.

As estimativas do Banco Mundial demonstram que é necessário triplicar o financiamento para alcançar a meta global do atraso de crescimento

Lançado novo Mecanismo de Financiamento Global para o movimento Every Woman Every Child

O Canadá anuncia 130 milhões de dólares de novo financiamento destinado à iniciação para os Micronutrientes

Na expectativa da Agenda do Desenvolvimento Sustentável Pós-2015

2015 THE FIRST GLOBAL ACTION YEAR FOR NUTRITION

Meado de 2015 Progresso Global

Progresso do Movimento SUN

Participantes de 45 Países SUN presentes na 15.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir os pontos fortes e desafios do Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN e os workshops de autoavaliação

45 Países SUN presentes na 15.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir os pontos fortes e desafios do Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN e os workshops de autoavaliação

Participantes de 47 Países SUN presentes na 16.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Contributo de especialistas da nutrição, da ciência e do meio académico

47 Países SUN presentes na 16.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Contributo de especialistas da nutrição, da ciência e do meio académico

Participantes de 47 Países SUN presentes na 17.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Movimento SUN Avaliação Exaustiva Independente (AEI) e relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

47 Países SUN presentes na 17.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Movimento SUN Avaliação Exaustiva Independente (AEI) e relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

Participantes de 47 Países SUN presentes na 18.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Movimento SUN Avaliação Exaustiva Independente (AEI) e relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

47 Países SUN presentes na 18.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o Movimento SUN Avaliação Exaustiva Independente (AEI) e relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição

A Rede de Empresas SUN lança um Guia para o Envolvimento das Empresas

A Rede de Empresas SUN lança um Guia para o Envolvimento das Empresas

O fundo fiduciário multiparcêlo assegura fundos para 27 Alianças da Sociedade Civil. Há atualmente 2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

O fundo fiduciário multiparcêlo assegura fundos para 27 Alianças da Sociedade Civil. Há atualmente 2100 organizações da sociedade civil na Rede da Sociedade Civil SUN

Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN

Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN

37 Países SUN presentes na 19.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o reforço da cultura de estabelecimento de parcerias eficazes no Movimento SUN

37 Países SUN presentes na 19.ª Reunião da Rede de Países SUN para discutir o reforço da cultura de estabelecimento de parcerias eficazes no Movimento SUN

41 Países SUN presentes na 20.ª Reunião da Rede de Países SUN para facilitar contributos com vista ao desenvolvimento da Estratégia do Movimento SUN atualizada 2016-2020

41 Países SUN presentes na 20.ª Reunião da Rede de Países SUN para facilitar contributos com vista ao desenvolvimento da Estratégia do Movimento SUN atualizada 2016-2020

Meado de 2015 Progresso Global

Progresso do Movimento SUN

Os dados relatados mais recentes referem-se à prevalência do atraso de crescimento em 2014 e nos dois momentos de recolha de dados anteriores. Consulte o anexo da página seguinte para mais informações.

Introdução

Anexo cronológico

Todos os dados sobre atraso de crescimento da cronologia visual representam os mais recentes dados sobre a prevalência do atraso de crescimento para 2014 e para os dois momentos de recolha de dados anteriores, tal como relatados pelos Países SUN e aprovados pelo grupo de Estimativas Conjuntas sobre a Malnutrição da UNICEF, da OMS e do Banco Mundial.

As fontes de dados para cada momento de recolha de dados são as seguintes:

Benim	2001	39,1	Enquête démographique et de santé au Bénin 2001. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Benim	2006	44,7	Enquête démographique et de santé (EDSB-III) - Bénin 2006. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Benim	2014	34,0	Enquête par grappes à indicateurs multiples (MICS), 2014, Résultats clés. Cotonou, Bénin.
Camboja	2008	39,5	Inquérito antropométrico do Camboja. Camboja, 2009 (e análise adicional).
Camboja	2010	40,9	Inquérito Demográfico e de Saúde do Camboja, 2010. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Camboja	2014	32,4	Relatório de Indicadores Fundamentais do Inquérito Demográfico e de Saúde do Camboja, 2014.
Etiópia	2005	50,7	Inquérito Demográfico e de Saúde da Etiópia, 2005. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Etiópia	2011	44,2	Inquérito Demográfico e de Saúde da Etiópia, 2011. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Etiópia	2014	40,4	Mini-Inquérito Demográfico e de Saúde da Etiópia, 2014. Adis Abeba, Etiópia, 2014.
Gana	2008	28,6	Inquérito Demográfico e de Saúde do Gana, 2008. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Gana	2011	22,7	Inquérito agrupado de indicadores múltiplos (MICS) do Gana com um módulo e biomarcador aperfeiçoado para a malária, 2011: Relatório final.
Gana	2014	18,8	Indicadores Fundamentais do Inquérito Demográfico e de Saúde do Gana, 2014.
Guiné-Bissau	2008	27,7	Enquête nutritionnel SMART. Evaluation de la situation nutritionnelle en Guinée Bissau: Rapport final, décembre 2008 (e análise adicional).
Guiné-Bissau	2010	32,2	Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS), inquérito demográfico de saúde reprodutiva – Guiné-Bissau, 2010.
Guiné-Bissau	2014	27,6	Inquérito aos Indicadores Múltiplos (MICS), 2014.
Quênia	2005	40,9	Inquérito integrado aos orçamentos familiares do Quênia (KIHBS), 2006/06: edição revista.
Quênia	2009	35,2	Inquérito Demográfico e de Saúde do Quênia, 2008-2009. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Quênia	2014	26,0	Indicadores Fundamentais do Inquérito Demográfico e de Saúde do Quênia, 2014.
Quirguistão	2009	22,6	Inquérito nacional à situação nutricional das crianças dos 6 aos 59 meses de idade e das suas mães, Quirguistão, 2009
Quirguistão	2012	17,8	Inquérito Demográfico e de Saúde da República do Quirguistão, 2012. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Quirguistão	2014	12,9	Inquérito agrupado de indicadores múltiplos do Quirguistão, 2014: conclusões principais (MICS).
Malawi	2009	48,8	UNICEF e CDC. Inquérito nacional sobre micronutrientes, 2009.
Malawi	2010	47,8	Inquérito Demográfico e de Saúde do Malawi, 2010. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Malawi	2014	42,4	Inquérito final dos ODM do Malawi, 2014. Conclusões fundamentais. Zomba, Malawi: Gabinete Nacional de Estatística, 2014.
Tanzânia	2010	42,5	Inquérito Demográfico e de Saúde da Tanzânia, 2010. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Tanzânia	2011	34,8	Relatório do Inquérito Nacional por Painéis (NPS) da Tanzânia – Fase 2, 2010-2011. Dar es Salam, Tanzânia: NBS, 2012.
Tanzânia	2014	34,7	Inquérito Nacional sobre Nutrição da Tanzânia, 2014.
Zâmbia	2002	52,5	Inquérito Demográfico e de Saúde da Zâmbia, 2001-2002. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Zâmbia	2007	45,8	Inquérito Demográfico e de Saúde da Zâmbia, 2007. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Zâmbia	2014	40,1	Inquérito Demográfico e de Saúde da Zâmbia, 2013-2014.
Zimbabue	2009	35,1	Inquérito de monitorização de indicadores múltiplos do Zimbabue (MIMS), 2009.
Zimbabue	2010	32,3	Inquérito Demográfico e de Saúde do Zimbabue, 2010-2011. Inquéritos Demográficos e de Saúde.
Zimbabue	2014	27,6	Inquérito agrupado de indicadores múltiplos, 2014: conclusões principais (MICS). Harare, Zimbabue: ZIMSTAT, 2014.



© UNICEF Malawi

Criação de um Movimento SUN mais forte para derrotar a malnutrição

pele Coordenador Interino do Movimento SUN,
Tom Arnold

Mensagens essenciais

- O Movimento SUN celebra o seu quinto aniversário com 55 países e o estado indiano do Maharashtra empenhados no fomento da nutrição
- Muitos países estão a assistir a reduções significativas da malnutrição, o que prova que esta pode ser erradicada no nosso tempo
- A derrota da malnutrição, possibilitada por uma abordagem verdadeiramente coerente de diversos setores e atores, já não é uma aspiração abstrata – é a nova normalidade
- A mudança está a ser sustentada por uma combinação de empenho político de alto nível, leis e políticas eficazes, medidas harmonizadas de todas as áreas da sociedade e recursos acrescidos
- A prioridade do momento deve ser o desenvolvimento de um cenário de investimento inteligente, reforçando a nossa harmonização e coordenação no presente e mobilizando recursos para o futuro

O Movimento para o Fomento da Nutrição é um movimento ímpar. À data de 2015, o Movimento é representado por 55 países e pelo estado indiano do Maharashtra. Juntos, e aliados a diversos atores da sociedade civil, agências das Nações Unidas (ONU), doadores, empresas e instituições académicas, estamos unidos pela convicção e pela determinação de acabar com a malnutrição sob todas as suas formas. Está ao nosso alcance enfrentar o desafio.

Uma em cada três pessoas é afetada pela malnutrição em quase todos os países do mundo. É uma crise global, mas estão a ser feitos progressos e sabemos o que fazer para a travar. 2015 representou um passo significativo no caminho para o nosso objetivo, lado a lado.

Juntos, somos movidos pelo empenho e pela liderança dos países do Movimento SUN. Estão a ser feitos progressos, com uma liderança política forte, investimentos acrescidos, harmonização melhorada e colaboração multiator e multisetor.

No decurso do biênio 2014-2015, muitos países relataram progressos significativos na redução do atraso de crescimento, incluindo o Benim, o Camboja, a Etiópia, o Gana, a Guiné-Bissau, o Malawi, o Quênia, o Quirguistão, a Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbabue.¹ Muitos outros Países SUN estão também a fazer avanços significativos, com os dados preliminares a revelarem tendências promissoras; mas não há lugar para complacência, os riscos são demasiado altos.

Tais reduções levam-nos a acreditar que estamos no caminho certo e que somos melhores em conjunto.

A derrota da malnutrição, possibilitada por uma abordagem verdadeiramente coerente de diversos setores e atores, já não é uma aspiração abstrata – é a nova normalidade. Esta crença está na essência do Movimento SUN.

À medida que nos chegamos às lições aprendidas dos países que relatam progressos, somos inspirados pelo facto de os melhoramentos nutricionais que defendemos estarem a sustentar a mudança. O poder combinado dos compromissos políticos de alto nível que abre o caminho para medidas multisectoriais, um ambiente político propício essencial ao melhoramento da nutrição em setores como a saúde, a agricultura, a educação, a capacitação das mulheres e a água e saneamento e a ampliação das intervenções comprovadas são ingredientes fulcrais de apoio a tais transformações.

As medidas dedicadas e harmonizadas de todas as áreas da sociedade, baseadas num conjunto de resultados nutricionais acordado e exequível, apoiarão ainda mais tais transformações. Este é um desafio para todos nós: trabalharmos melhor em conjunto e sermos arrojados, ambiciosos, inovadores e mutuamente responsáveis.

Na sequência da Avaliação Exaustiva Independente (AEI) do Movimento SUN, o Grupo Principal do Movimento SUN foi unânime na conclusão de que o Movimento se mantém inclusivo, multiator e multisetorial. Uma "grande tenda" aberta a todos os países empenhados em alcançar a justiça nutricional para todos.

Orientados pela avaliação e pelas subsequentes decisões do Grupo Principal do Movimento SUN, todos aguardamos com expectativa os próximos cinco anos do Movimento SUN. Asseguraremos que a defesa de uma melhor nutrição que singulariza o Movimento seja mais sonora e visível do que nunca. Continuaremos a enriquecer a aptidão única do movimento para catalisar a ação, assegurar e melhorar a nossa transparência e reforçar a nossa ênfase no género, na capacitação das mulheres, nas alterações climáticas e no combate à desigualdade.

¹ O progresso relatado pelos Países SUN e mencionado acima foi validado pelo grupo de Estimativas Conjuntas sobre a Malnutrição da UNICEF, da OMS e do Banco Mundial.

Devemos também centrar a nossa atenção no melhoramento da qualidade e da escala do nosso apoio aos Países SUN e no aperfeiçoamento da comunicação dos resultados. Para manter a eficácia, devemos agir como um acelerador, orientado pelas ambições dos Países SUN e pela Agenda do Desenvolvimento Pós-2015, e seguir a via estabelecida pelos Estados-membros na Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição (ICN2).

Ao refletirmos sobre o progresso do biénio 2014-2015, é vital que sejamos ambiciosos para o ano que temos por diante. Devemos unir esforços na nossa missão comum e maximizar os recursos para a nutrição existentes. A concretização, em 2015, de esforços significativos nos Países SUN para estimar, nos respetivos orçamentos de Estado, o dinheiro investido em intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição é um importante passo na direção certa. É também evidente que, com mais recursos, podemos obter melhores resultados. Estima-se que o cumprimento de metas globais de combate ao atraso de crescimento que cubram a ampliação das intervenções comprovadas de

alto impacto implicarão um custo adicional de 8,50 dólares por criança e por ano ou um total de 49,6 mil milhões de dólares.² Mantém-se um consenso forte e continuamente crescente de que o melhoramento da nutrição infantil é um dos investimentos mais positivos que um país pode fazer para a sua prosperidade futura. Um milhão de dólares investido na redução do atraso de crescimento gera um retorno económico de cerca de 16 milhões de dólares.³

Cabe a todos nós continuar a desenvolver um cenário de investimento inteligente para a nutrição, a reforçar a harmonização e a coordenação e a mobilizar recursos para o futuro. No âmbito de tudo isto, devemos também reconhecer que não haverá melhoramentos sustentáveis na nutrição a menos que capacitemos as mulheres e raparigas e que materializemos o seu papel crucial na erradicação da malnutrição. Elas são líderes nas suas famílias, nas comunidades e, cada vez mais, nos governos; podem mostrar o caminho para um mundo mais saudável e mais forte. **No ano que temos pela frente, em conjunto, sejamos arrojados, ambiciosos e inovadores.**

² Reaching the Global Target to Reduce Stunting: How Much will it Cost and How Can We Pay for it? Banco Mundial, Results 4 Development, Children's Investment Fund Foundation, 1000 Days, Bill & Melinda Gates Foundation.

³ Relatório sobre a Nutrição Global, 2014





Os países impulsores do Movimento SUN

Mensagens essenciais

- A Rede de Países SUN, constituída por Pontos Focais SUN nos governos e diversos atores da sociedade civil, agências das Nações Unidas, doadores, empresas e instituições académicas e outras, está no centro do Movimento SUN
- Aprender, inovar e partilhar em todo o Movimento SUN continuou a ser um cunho ao longo do biénio 2014-2015
- As teleconferências e os workshops regionais e internacionais conduzidos pela Rede de Países SUN fomentaram a fertilização cruzada nas regiões e entre continentes
- Através de intervenções multissetor e multiator, a Rede de Países SUN ajudou a catalisar uma coordenação eficaz e elevou a posição da nutrição nas agendas nacionais
- Ao longo do biénio 2014-2015, houve um reconhecimento significativo da liderança, das características e das competências necessárias para facilitar parcerias relevantes com vista ao melhoramento da nutrição e atenuar os conflitos de interesses
- A próxima fase do Movimento SUN tem de destacar crucialmente a conversão dos compromissos políticos em intervenções e recursos acrescidos para impacto imediato e transformações sustentáveis

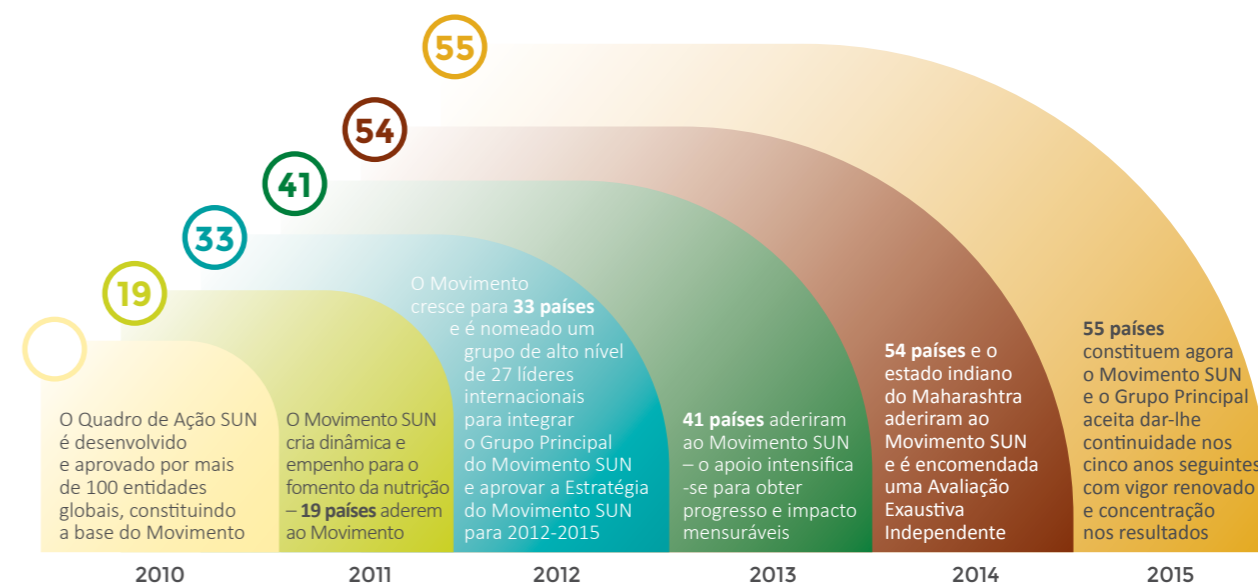
“ São 6 horas, é domingo. E vocês continuam desejosos de prosseguir... Não são pessoas normais. É uma boa coisa. ”

Ertharin Cousin,
Diretora Executiva do PAM na Reunião Global
do Movimento SUN, novembro de 2014

O Movimento SUN continua a brilhar

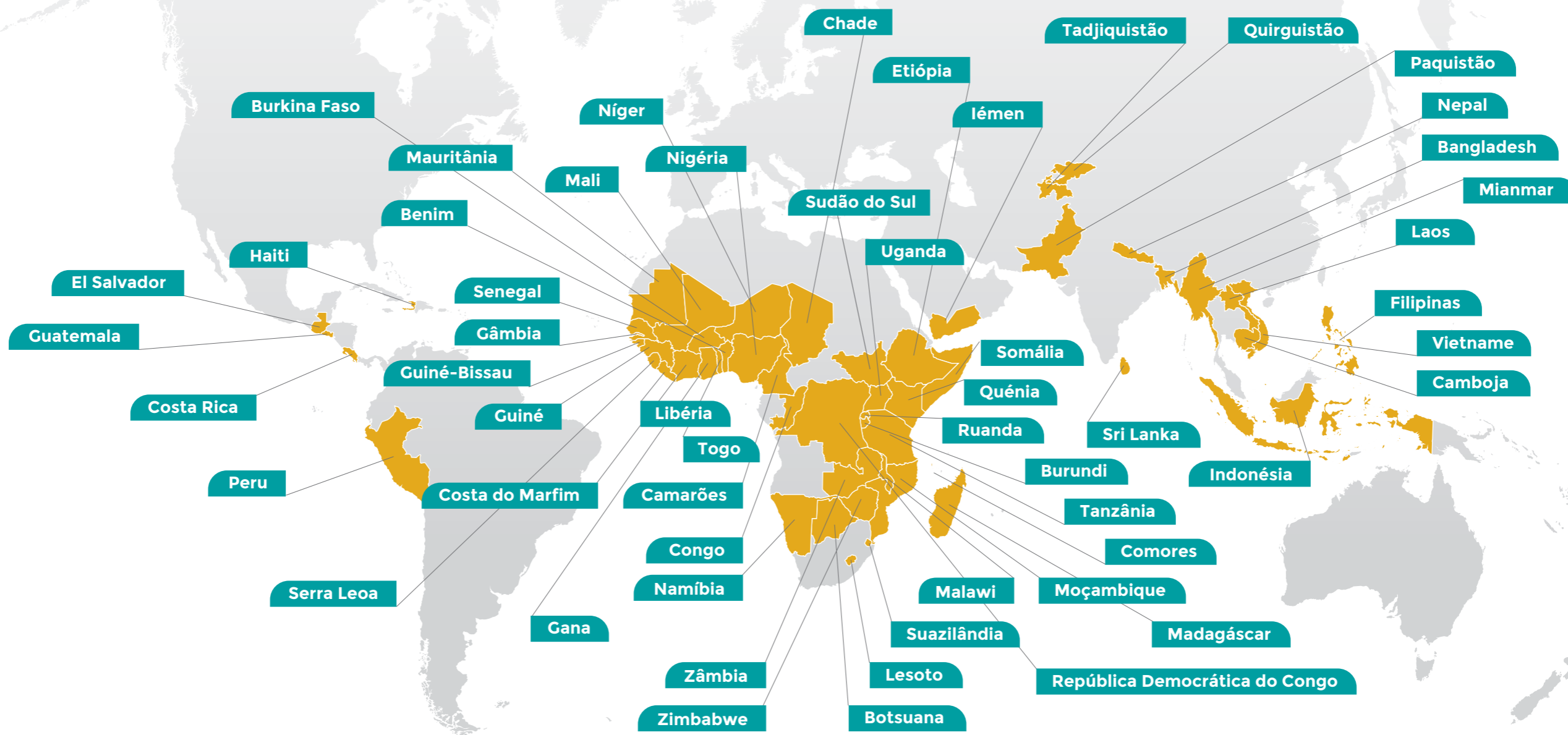
55 países e o estado indiano do Maharashtra constituem agora o Movimento SUN. Neles habitam mais de 85 milhões de crianças que padecem de atraso de crescimento.⁴ Devido aos compromissos por eles assumidos, milhões de crianças têm a oportunidade de uma vida melhor.

35 chefes de Estado ou de governo vincularam pessoalmente os seus governos ao fomento da nutrição. Noutros 17 países, ministros ou responsáveis superiores dos ministérios da saúde, da agricultura, do planeamento e das finanças assumiram compromissos semelhantes. Ao nível funcional, os Países SUN envolvem-se no Movimento SUN através da nomeação de um Ponto Focal SUN no Governo, o qual convoca uma plataforma multiator (PMA) constituída por um conjunto diversificado de atores.

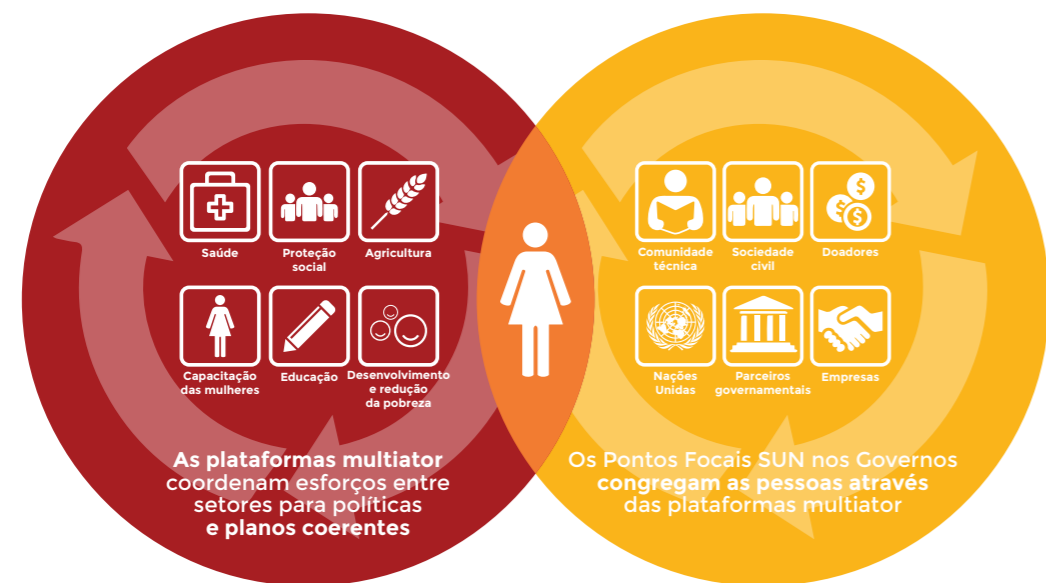


⁴ Perspetivas da População Mundial – Revisão de 2015, divulgação online conjunta OMS-UNICEF-BM sobre a malnutrição infantil

São 55 os Países SUN
que constituem o Movimento SUN



Quem são os Pontos Focais SUN nos Governos



A Rede de Países SUN é constituída por Pontos Focais SUN nos Governos, os quais congregam atores fulcrais de agências das Nações Unidas, sociedade civil, empresas, doadores, instituições académicas e outras entidades. A sua missão colaborativa de derrotar a malnutrição é a essência do Movimento SUN. Os Pontos Focais SUN nos Governos ocupam posições superiores nos respetivos governos, desde gabinetes coordenadores de alto nível, tais como os dos presidentes e primeiros-ministros, até setores fulcrais como a saúde, o planeamento, a economia e a agricultura. Em conjunto, eles promovem a dinamização do Movimento SUN.



Os Pontos Focais SUN nos Governos estão na vanguarda da elevação da nutrição a uma posição mais proeminente na agenda dos seus países e estão a coordenar os esforços das respetivas comunidades da nutrição. Para muitos, 2015 foi um ano vital para melhor definir e compreender quais as competências fulcrais, as aptidões de liderança e as capacidades profissionais que são necessárias no âmbito das PMA, para fomentar parcerias, conduzir a um ambiente multiator desafiante e atenuar conflitos de interesses potenciais.

Como trabalha a Rede de Países SUN em conjunto

Em 2014-2015, a Rede de Países SUN reuniu-se a cada dois meses, por meio de vídeo e teleconferência, com o Secretariado do Movimento SUN (SMS). As reuniões foram uma oportunidade para discutir o progresso dos países e lidar com temas fulcrais que emergiram como prioridades para os Países SUN.

		Focos temáticos
Reuniões da Rede de Países SUN	16.ª Reunião, 3-6 de novembro de 2014 234 Participantes, 47 Países	O contributo dos especialistas em nutrição, da ciência e do meio académico para o fomento da nutrição
	17.ª Reunião, 26 de janeiro-3 de fevereiro de 2015 251 Participantes, 47 Países	O relatório da Avaliação Exaustiva Independente (AEI) do Movimento SUN e a aceleração dos esforços para o relato sobre dotações orçamentais relevantes para a nutrição
	18.ª Reunião, 23-26 de março de 2015 255 Participantes, 43 Países	O envolvimento das empresas na nutrição
	19.ª Reunião, 18-22 de maio de 2015 152 Participantes, 37 Países	O reforço de parcerias eficazes no Movimento SUN
	20.ª Reunião, 27-30 de julho de 2015 194 Participantes, 41 Países	A Estratégia e o Roteiro do Movimento SUN, 2016-2020

Essas reuniões da Rede de Países SUN fomentaram a fertilização cruzada de experiências e inovações nas regiões e entre continentes. As discussões temáticas realçaram as capacidades e o conhecimento que existem em cada País SUN e serviram como importante espaço de partilha, aprendizagem e solidariedade entre países. Também ajudaram a catalisar uma série de iniciativas conduzidas pela Rede de Países SUN, incluindo:

- O estabelecimento de **plataformas académicas para a nutrição em 14 Países SUN**
- A organização de dois workshops à margem da **Terceira Federação Africana das Sociedades de Nutrição (FANUS)** em Arusha, Tanzânia, para explorar o papel da ciência na nutrição
- Um Resumo "Na Prática" do Movimento SUN sobre o **melhoramento do acesso à ciência para obtenção de resultados**
- A publicação de **estimativas de dotações orçamentais** para a nutrição no Relatório sobre a Nutrição Global (RNG) para 30 Países SUN como resultado de quatro workshops de análise orçamental ao longo de 2015
- O primeiro **workshop regional da Rede de Empresas SUN** e a publicação de um **Guia para o Envolvimento das Empresas**
- A identificação dos ingredientes fulcrais para a sustentação de um fomento da nutrição eficaz e transparente como parte de um **Workshop de Capacidade Funcional em junho em Nairobi**
- Visitas de intercâmbio a **Percursos de Aprendizagem** no Senegal e no Peru, envolvendo atores de 14 Países SUN.

Estas iniciativas apoiam diretamente o progresso com vista aos quatro Objetivos Estratégicos do Movimento SUN e decorrem onde se concretiza o verdadeiro potencial de partilha e aprendizagem do Movimento SUN. As lições e ilações destas iniciativas são exploradas em maior pormenor nos capítulos seguintes.

Perspetivas dos novos Pontos Focais SUN nos Governos

Ao longo de 2015, o Movimento SUN acolheu vários Pontos Focais SUN nos Governos. Estes unem-se a uma rede cada vez mais interligada que convoca, negocia e partilha experiências para enformar as medidas necessárias ao fomento da nutrição. À medida que aderem ao Movimento, os países relatam uma coordenação e uma harmonização mais sólidas. Quanto mais contribuem para o Movimento SUN, mais os países relatam que, quando combinam os seus recursos e competências, os diferentes atores obtêm melhores resultados do que quando trabalham sozinhos.

A sua liderança, apoiada pelas PMA, é o motivo pelo qual o Movimento SUN continua a crescer como plataforma única para a partilha de experiências e a mobilização com vista à obtenção de resultados. Os países lideraram o processo de compilação e análise da informação que forma o historial de progresso do Movimento SUN, descrito nestas páginas.

Instantâneos dos novos Pontos Focais SUN nos Governos



“No meu novo cargo de Ponto Focal SUN do Quênia, comprometo-me a apoiar todas as Redes SUN para que deem o seu contributo e mudem no sentido positivo os indicadores da subnutrição, especialmente os do atraso de crescimento e da anemia, os quais, de acordo com o Relatório sobre a Nutrição Global de 2014, estão longe dos objetivos.”

Gladys Mugambi, Diretora de Nutrição no Ministério da Saúde e Ponto Focal SUN no Governo, Quênia



“No meu novo cargo como Ponto Focal SUN Interino do Malawi, assegurarei a implementação e o funcionamento da política e do plano estratégico nacionais multissetoriais para a nutrição, dos meios nacionais de monitorização e avaliação, bem como da base de dados e do sistema de acompanhamento financeiro online.”

Felix Pensulo Phiri, Diretor de Nutrição, Departamento de Nutrição, VIH e SIDA, Ministério da Saúde, Malawi



“A mentalidade e o comportamento dos profissionais da nutrição têm, em si mesmos, de se transformar genuinamente, para possibilitarem um ambiente propício a que todos os atores se empenhem no combate à malnutrição. Só poderão ser obtidos progressos se a 'fraternidade' da nutrição abrir o seu 'território' a todos os interessados em desempenhar livremente o seu papel.”

Tiisetso Elias, Coordenador Regional para os Alimentos e a Nutrição (RFNCO), Gabinete de Coordenação para os Alimentos e a Nutrição (FNCO), Gabinete do Primeiro-Ministro, Lesoto



“Este exercício [de análise orçamental] permitiu-nos ficar cientes de onde estão as dotações para a nutrição e de quais os setores que contribuem para elas, para sabermos a que nível é necessário tomar medidas para enformar planos melhores.”

Dr. Bouraima Mouawiyatou, Chefe do departamento de nutrição do Ministério da Saúde do Togo



“Espero dar o melhor de mim nesta nobre tarefa de combater a malnutrição. Este é um assunto que diz respeito a todos, e apelo a todos os setores, público e não público, setor privado e sociedade civil, para que deem as mãos com vista à resolução deste problema da malnutrição. Trabalhemos em conjunto, em prol de um futuro melhor para as nossas crianças!”

Holy Malala Raobelina, Coordenadora Nacional do Gabinete Nacional de Nutrição e Ponto Focal SUN no Governo, Madagascar



“Estamos a obter resultados consistentes que nos ajudam a atingir a meta geral: reduzir a malnutrição e, no futuro, eliminar o problema da fome no país.”

Germán González, Secretário da SESAN e Ponto Focal SUN no Governo, Guatemala



“O governo da República do Congo comprometeu-se a fazer da redução do atraso de crescimento uma prioridade. O seu envolvimento no combate à insegurança alimentar e à malnutrição está materializado no seu compromisso N.º 2, 'Industrialização nordestada pela agricultura', do programa social 'A via do futuro', lançado pelo Presidente da República, Sua Excelência Denis Sassou Nguesso.”

Jean Baptiste ONDAYE, Ministro e Secretário-Geral do Presidente da República do Congo; Ponto Focal SUN no Governo.



“No meu novo cargo como Ponto Focal SUN em Mianmar, criarei e lançarei o Plano Subnacional Integrado para o Melhoramento da Nutrição (IPNI) em coordenação com a Rede SUN.”

Dr. Soe Lwin Nyein, Diretor-Geral, Departamento de Saúde Pública, Ministério da Saúde, República da União de Mianmar



“Sendo uma nutricionista que trabalha com o Ministério da Agricultura, estou convencida de que temos de tornar todos os setores, em especial a agricultura, mais sensíveis à nutrição, contextualizando a investigação nos processos das políticas e na economia política para melhor caracterizar os 'ambientes propícios' ao planeamento e à programação transsetoriais sensíveis à nutrição e para os moldar de uma forma sustentada.”

Tidimalo Beauty Rakgantswana (Especialista Técnica Interina do Movimento SUN), Ministério da Agricultura, Departamento de Investigação Agrícola, Estatística e Desenvolvimento de Políticas, Botsuana



“Estou ansioso por converter o meu país numa nação nutrida, com o empenho nacional e o apoio internacional, no meu novo cargo como Ponto Focal SUN do Sri Lanka.”

Kingsley Fernando, Secretário Adicional, Secretaria Presidencial, Sri Lanka



“As nossas prioridades passam agora por implementar o Plano de Ação Intersetorial de Nutrição e de Alimentação (PAINA), divulgar a Política Nacional de Nutrição e de Alimentação (PNNA) e implementar Comitês Regionais para a Nutrição e a Alimentação (CRNA). Esta dinâmica oferece-nos oportunidades significativas para fomentar a nutrição. A visão do PNNA 2015 parece-me realista e exequível.”

Himeda Makhlof, Diretor Adjunto do Centro Nacional de Nutrição e de Tecnologia Alimentar (CNNTA), Chade

O caminho por diante

Tal como sublinhado ao longo da Avaliação Exaustiva Independente (AEI) do Movimento SUN e das subsequentes respostas dos países, a fase seguinte do Movimento SUN deve dar um destaque crucial à conversão dos compromissos políticos em intervenções e recursos ampliados para impacto imediato e transformações sustentáveis.

Este será um desafio fulcral para o avanço da Rede de Países SUN e, na realidade, de todo o movimento SUN, no qual a experiência e o conhecimento coletivos dos países terão de ser mais bem aproveitados e partilhados. A Rede de Países SUN ajudou a facilitar um intercâmbio de conhecimento rico e concertado, utilizando o Movimento SUN como base para a partilha e a aprendizagem. Movidos por esse intercâmbio, devem ser gerados apoio e orientação mais práticos para ajudar a enformar os percursos que os países optem por fazer.

O Movimento SUN continuará a apoiar os Pontos Focais SUN nos Governos ao tentar catalisar e coordenar o progresso dos países. As funções e responsabilidades serão definidas no novo Mapa do Roteiro do Movimento SUN 2016-2020, partindo dos recursos de conhecimento e experiência existentes no Movimento.

Com base nos pedidos de apoio da Rede de Países SUN, progrediram ao longo de 2015 três *Comunidades de Prática* temáticas para assegurar a pronta disponibilidade de acesso a boas práticas, conhecimento e apoio técnico.

“As comunidades de Prática do Fomento da Nutrição são grupos de pessoas que partilham interesses e se reúnem, presencial ou virtualmente, para contar histórias, partilhar e discutir problemas e oportunidades, discutir melhores práticas, falar das lições aprendidas e inovar para colmatar as lacunas” – definição acordada em junho de 2015, numa reunião com prestadores de serviços ao Movimento SUN. Extraído de (Wenger, 1998; Wenger & Snyder, 1999)

1. Gestão do ciclo das políticas e do orçamento – do planeamento à prestação de contas pelos resultados⁵

Os esforços feitos pelos governos e pelos seus parceiros para o planeamento, a orçamentação e a implementação de medidas harmonizadas para melhorar a nutrição serão um foco temático fulcral em 2016. Com a liderança dos Pontos Focais SUN nos Governos, esta *Comunidade de Prática SUN* ajudará a orientar a coordenação de esforços pelos atores e a apoiar a mobilização de recursos com vista a suprir as lacunas e sustentar os resultados.

2. Mobilização social, defesa e comunicação (SMAC)

Esta *Comunidade de Prática SUN* continuará a apoiar os esforços de SMAC multiator para defender a temática entre os formuladores de políticas, pôr em ação jornalistas e parlamentares com vista à promoção da nutrição e criar pacotes de mensagens sobre a nutrição destinadas a diferentes partes da sociedade. Em 2016, através da partilha das boas práticas gerais do Movimento SUN e do acesso a apoio técnico, a Rede de Países SUN pode continuar a sustentar a defesa e a comunicação permanentes que têm sido um ponto forte fulcral do Movimento SUN até à data.

3. Capacidades funcionais de fomento coordenado e eficaz da nutrição em ação

As áreas fulcrais para progresso no próximo ano centrar-se-ão nos comportamentos e atitudes específicos que são necessários para orientar o envolvimento multiator. O desafio da convocação de atores de diferentes setores será nuclear, e os atributos de liderança e competências fulcrais necessários para desenvolver a confiança, fomentar um ambiente transparente e colaborativo e partilhar conhecimento serão pilares fulcrais do apoio à Rede de Países SUN.

Através destas *Comunidades de Prática SUN*, das Reuniões da Rede de Países SUN, de oportunidades proativas de aprendizagem cruzada e de ferramentas inovadoras de transferência de conhecimento, a Rede de Países SUN continuará a propiciar medidas multissetor e multiator ao longo de 2016, reconhecendo que todos têm um papel a desempenhar.

⁵ Nota: ao longo do biênio 2014-2015, existiu outra *Comunidade de Prática SUN* centrada na monitorização fiável do progresso, na avaliação dos efeitos e na demonstração dos resultados da nutrição. Esta foi integrada na primeira *Comunidade de Prática* para melhor registar os elementos do ciclo de planeamento.

A Paisagem da Nutrição Global

Ao longo do biênio 2014-2015, tem sido dedicada uma atenção sem precedentes à nutrição e várias iniciativas fulcrais reforçaram o notável progresso nos Países SUN. Em novembro de 2014, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) realizaram a Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição (ICN2), que se centrou na atenção global à nutrição. Na ICN2, foi lançado oficialmente o Relatório sobre a Nutrição Global (RNG), dando início a um foco reforçado sobre a defesa da temática baseada em dados concretos. Em abril de 2015, foi lançado o fundo de financiamento The Power of Nutrition, desbloqueando até mil milhões de dólares de meios financeiros privados e públicos. Em junho, a Bill & Melinda Gates Foundation anunciou 776 milhões de dólares de novos fundos para a nutrição. No mês seguinte à Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento na Etiópia, o Banco Mundial e a Results 4 Development lançaram a sua avaliação de que serão necessários 42 mil milhões de dólares de financiamento adicional para que 37 países com elevada incidência atinjam a meta global de combate ao atraso de crescimento ao longo dos próximos 10 anos. O Rei do Lesoto, na sua qualidade de Paladino Oficial da Nutrição na União Africana (UA), também usou a conferência para lançar a Estratégia de Nutrição da UA.

A energia libertada por estas iniciativas fulcrais continuará a desempenhar um papel vital na definição da paisagem da nutrição, na galvanização da dinâmica e na transformação dos resultados no próximo ano. Há diversas iniciativas com impacto na paisagem da nutrição e a lista abaixo está longe de ser exaustiva.

A Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição

A Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição (ICN2) foi uma reunião intergovernamental de alto nível que centrou as atenções globais no combate à malnutrição sob todas as suas formas. A reunião contou com a presença de mais de 2200 participantes, incluindo representantes de mais de 170 governos, 150 representantes da sociedade civil e quase 100 da comunidade empresarial. Os dois principais documentos resultantes, a *Declaração de Roma sobre a Nutrição* e o *Quadro para a Nutrição*, foram aprovados pelos governos participantes na conferência, vinculando os líderes mundiais ao estabelecimento de políticas nacionais destinadas a erradicar a malnutrição e a transformar os sistemas alimentares com vista a disponibilizar dietas nutritivas para todos. Ao longo de 2015, houve iniciativas de seguimento da ICN2, com debates adicionais através das reuniões relevantes dos Conselhos Executivos da FAO e da OMS, do Comité de Segurança Alimentar Mundial e dos comités ligados à Assembleia Geral da ONU. Estas interações estão a ajudar a definir os mecanismos de prestação de contas e a apoiar a implementação das decisões fulcrais definidas na *Declaração de Roma*.

O Comité de Segurança Alimentar Mundial e o Painel de Alto Nível de Peritos em Segurança Alimentar e Nutrição

O Comité da Segurança Alimentar Mundial (CFS) é uma plataforma internacional e intergovernamental inclusiva em que todos os atores colaboram de modo coordenado para assegurar a segurança alimentar e a nutrição para todas as pessoas. O Painel de Alto Nível de Peritos em Segurança Alimentar e Nutrição (HLPE) foi criado em 2010 como interface entre ciência e políticas do CFS da ONU. O HLPE visa robustecer a formulação de políticas através da análise e do aconselhamento independentes, baseados em dados concretos, a pedido do CFS. A Declaração da ICN2 apela ao sistema da ONU, incluindo o CFS, que trabalhe em conjunto com mais eficácia para apoiar os esforços nacionais e regionais conforme apropriado e para reforçar a cooperação internacional e a ajuda ao desenvolvimento no sentido de acelerar o progresso no combate à malnutrição. Esta será uma oportunidade para intensificar o trabalho do CFS na área da nutrição a partir da sua 42.ª sessão de outubro de 2015 em diante.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda do Desenvolvimento Sustentável Pós-2015

O contexto global da nutrição em 2015 está marcado pela negociação da Agenda do Desenvolvimento Sustentável Pós-2015, que culmina numa Cimeira da ONU em Nova Iorque de 25 a 27 de setembro. Em preparação para a Cimeira, tem decorrido em Nova Iorque uma série de negociações em que os Pontos Focais SUN nos Governos têm sido incentivados ao envolvimento com os seus meios de contacto com os respetivos representantes permanentes nacionais em Nova Iorque. Olhando para além das metas e dos objetivos específicos da Agenda do Desenvolvimento Pós-2015, os “meios de implementação” dos objetivos são essenciais e serão sujeitos a negociação. A Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento de 13 a 16 de julho em Adis Abeba foi um marco importante, com a adoção da Agenda da Ação de Adis Abeba, e um evento precursor para as negociações e discussões políticas em Nova Iorque.

Nutrição para o Crescimento

O evento de alto nível Nutrição para o Crescimento (N4G), realizado em 2013, deu origem a um empenhamento global sem precedentes no combate à subnutrição, com um compromisso de ajudar a vencer a fome e a malnutrição em todo o planeta, poupando as vidas de pelo menos 1,7 milhões de crianças, e uma promessa de financiamento superior a 23 mil milhões de dólares. Os signatários do pacto global N4G comprometeram-se a assegurar a implantação de um quadro, aos níveis nacional e internacional, que possibilite a pronta disponibilização de dados aos cidadãos e aos atores e o acompanhamento público do progresso em função de todos os compromissos assumidos. O palco está montado para que as atenções mundiais se voltem novamente para a nutrição, com os líderes mundiais a concordarem reunir-se de novo no Brasil por ocasião dos Jogos Olímpicos de verão de 2016 no Rio de Janeiro.

Desenvolvimento do cenário de investimento e novo financiamento

Foram envidados esforços globais significativos em relação à iniciativa dos Países SUN que analisaram os seus orçamentos nacionais, com vista a estimar o custo adicional do cumprimento das Metas da Assembleia Mundial da Saúde em 37 dos países com incidência mais elevada. Em termos agregados, estima-se que o investimento total adicional necessário para ampliar um pacote comprovado de intervenções de alto impacto para combater o atraso de crescimento seja de 49,6 mil milhões de dólares ao longo dos próximos 10 anos. Attingir a meta global envolverá o reforço do compromisso dos países e doadores, bem como a priorização e a harmonização globais dos investimentos na nutrição. A lacuna de financiamento atualmente existente pode ser suprida através de um esforço coordenado de mobilização de recursos adicionais dos governos nacionais, ajuda dos doadores tradicionais e mecanismos de financiamento novos e inovadores.

Em abril, foi lançado o fundo de financiamento The Power of Nutrition, desbloqueando até mil milhões de dólares de meios financeiros privados e públicos. Em junho, a Bill & Melinda Gates Foundation anunciou 776 milhões de dólares de novos fundos para a nutrição. Em julho, o Mecanismo de Financiamento Global de Apoio ao Movimento Every Woman Every Child anunciou que foram mobilizados 12 mil milhões de dólares em fundos internos e internacionais, privados e públicos, para acelerar os avanços na área da saúde feminina e infantil.

O Desafio Fome Zero

O Desafio Fome Zero é um apelo à ação baseado na visão do Secretário-Geral da ONU de um mundo isento de fome. Este incentiva os decisores a centrarem ainda mais as suas atenções na fome, na nutrição e na agricultura sustentável. Procurou-se criar uma onda de interesse para melhor esclarecer a importância vital das questões dos alimentos e da nutrição. Atualmente, o Desafio Fome Zero não está dotado de uma arquitetura explícita; é uma visão e um farol orientador para o envolvimento e a liderança de alto nível, e os países estão a enfrentá-lo através das suas próprias abordagens, como o lançamento de planos nacionais ou a harmonização de programas pré-existentes com a visão e os elementos do Desafio. Um dos elementos fulcrais do Desafio Fome Zero é a redução do atraso de crescimento a zero. O Movimento SUN é um dos esforços mais tangíveis e específicos para o conseguir, bem como para enfrentar outras questões da nutrição que são transversais a todos os elementos do desafio.

A Estratégia da Nutrição da União Africana

A 13 de julho, a Comissão da União Africana lançou a Estratégia Regional Africana de Nutrição (ARNS 2016-2025), um roteiro continental para reforçar e promover a nutrição em África. A estratégia incorpora as questões emergentes da nutrição e define metas claras, que incluem uma redução de 40% do atraso de crescimento e uma redução de 5% da magreza extrema entre as crianças com menos de cinco anos até 2025. A comissão organizou um evento paralelo como parte da Terceira Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento em Adis Abeba, conjuntamente com a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e a UNICEF, defendendo um investimento acrescido na nutrição com vista a “acabar com todas as formas de malnutrição”, tal como expresso nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pós-2015.

Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África

Em África, estão a ser galvanizados esforços para reforçar o contributo da agricultura para a redução da pobreza, através do Quadro para a Segurança Alimentar Africana do Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), um programa da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). Embora tenham sido preparados muitos Planos Nacionais de Investimento na Agricultura e na Segurança Alimentar (NAFSIP) ao abrigo do CAADP, com inclusão de metas nutricionais, continuam a ser essenciais medidas coordenadas para assegurar a segurança nutricional. Esta lacuna está a ser suprida pela iniciativa do NEPAD para reforçar a capacidade de abordagem da nutrição na formulação e na implementação dos NAFSIP.

O Relatório sobre a Nutrição Global

O Relatório sobre a Nutrição Global tem preenchido com sucesso uma lacuna crucial da monitorização e da prestação de contas na área da nutrição. Apresentando tendências e progressos em paralelo com estudos de casos, tornou-se uma ferramenta de defesa vital para a comunidade da nutrição. Ajudou a facultar uma panorâmica fidedigna e abrangente da situação da nutrição, tanto à escala global como ao nível nacional, com uma revisão e análise robusta dos dados, para interpretar o progresso no sentido da redução da malnutrição em geral e no sentido das metas acordadas na Assembleia Mundial da Saúde e na iniciativa Nutrição para o Crescimento. O Secretariado do Movimento SUN e as Redes SUN apoiaram a elaboração do relatório, incluindo a facilitação do acompanhamento do progresso face aos compromissos assumidos na iniciativa N4G em 2014 com análise da atribuição de recursos internos em 2015.

Transformações nos países

Mensagens essenciais

- 2015 é o ponto de viragem no qual a força galvanizadora do Movimento SUN tem agora de transformar vidas
- As transformações institucionais são fundamentais para um fomento eficaz e estão na essência dos Objetivos Estratégicos do Movimento SUN
- Muitos Países SUN, incluindo o Benim, o Camboja, a Etiópia, o Gana, a Guiné-Bissau, o Malawi, o Quênia, o Quirguistão, a Tanzânia, a Zâmbia e o Zimbabue,⁶ estão a relatar quedas significativas no atraso de crescimento, mas não há tempo para complacência
- A realidade da estimação do custo do aumento das dotações específicas da nutrição e sensíveis à nutrição é um desafio, mas os Países SUN estão a dar o exemplo

“ A nossa experiência no fomento da nutrição convence-nos de que está ao nosso alcance a diminuição da malnutrição global para metade e, posteriormente, o seu retrocesso. ”

Presidente da República Unida da Tanzânia,
Sua Excelência, **Jakaya Mrisho Kikwete**

Panorâmica

Este capítulo reflete sobre as transformações que decorrem em países de todo o Movimento SUN. Baseia-se nas experiências dos Países SUN e no modo como os governos nacionais estão a trabalhar com a sociedade civil, os doadores, as empresas, as agências da ONU e outras entidades para fortalecer o empenho, aumentar a coordenação, harmonizar os planos e recursos e aplicar medidas para melhorar a nutrição.

Baseando-se no Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2015 que reflete sobre o período de maio de 2014 a maio de 2015, nas reuniões da Rede de Países SUN, nos intercâmbios entre países, nas comunicações bilaterais e nas *Comunidades de Prática*, este capítulo destila as transformações significativas que estão a ter lugar conforme medidas face aos Objetivos Estratégicos do Movimento SUN. 43 países⁷ do Movimento SUN efetuaram o Exercício de Autoavaliação de 2015. Os 12 países restantes foram avaliados pelo Secretariado do Movimento SUN (SMS) e validados pelos países.

Os resultados do exercício e o progresso relatado pelos Países SUN ao longo do biênio 2014-2015 mostram que o sólido sentido de comunidade que o Movimento cultivou é palpável. Vários atores da nutrição têm-se unido cada vez mais em torno de objetivos comuns, e o puro nível de entusiasmo e energia aplicado no melhoramento da nutrição nunca foi tão tangível. 2015 é o ponto de viragem no qual a força galvanizadora do Movimento SUN tem agora de transformar vidas.

O impacto está na essência do Movimento SUN, mas os indicadores da nutrição não contam toda a história. Há uma motivação fundamental nos Países SUN para compreender e comunicar em que medida os sistemas eficazes estão a apoiar a erradicação da malnutrição. Este impulso para desenvolver um ambiente propício é fulcral para o Movimento SUN. Os Países SUN estão a demonstrar como unir diferentes atores, que leis e políticas estão a apoiar a nutrição melhorada, como harmonizar cada vez melhor as medidas e como financiar as transformações da nutrição com mais eficiência e eficácia. Estes elementos formam as bases dos Objetivos Estratégicos do Movimento SUN.

⁶ O progresso relatado pelos Países SUN e mencionado acima foi validado pelo grupo de Estimativas Conjuntas sobre a Malnutrição da UNICEF, da OMS e do Banco Mundial.

⁷ Consultar o Anexo: Monitorização do Progresso no Movimento SUN – 2015 para mais informações sobre o processo de monitorização. Consultar os Perfis Nacionais para dados individuais sobre o progresso dos países

Objetivo estratégico 1: compromisso político sustentado e estabelecimento de plataformas multiator funcionais

A criação de um ambiente político propício, com uma forte liderança nacional e um espaço partilhado (plataformas multiator), em que os diferentes setores e atores harmonizem as suas atividades e assumam responsabilidade conjunta pelo fomento da nutrição

Objetivo estratégico 2: aprovação de políticas nacionais da nutrição que incorporem as melhores práticas

O estabelecimento e a aprovação de políticas que incorporem as melhores práticas para ampliar intervenções comprovadas, incluindo a adoção de leis especificamente centradas nos interesses e necessidades das mulheres tendo em conta os seus diversos papéis na sociedade

Objetivo estratégico 3: harmonização de medidas entre setores e entre atores

A harmonização e a implementação eficaz de medidas em torno de planos nacionais de alta qualidade e orçamentação adequada, baseados em quadros de resultados consensuais e responsabilização mútua entre atores

Objetivo estratégico 4: acréscimo de recursos para a nutrição e demonstração dos resultados

A mobilização de recursos financeiros acrescidos dirigidos para a implementação de planos por vários setores e atores de uma forma coerente e harmonizada e a demonstração dos resultados

Desde que foi instituído em 2010, o Movimento SUN ajudou a criar um espaço para a interação entre os Países SUN e um conjunto cada vez mais diverso de atores, refletindo as várias táticas necessárias para combater a malnutrição.

Emergiram movimentos nacionais robustos, que estão a adotar as suas próprias abordagens internas e a implantar os sistemas que solucionarão com eficácia os seus desafios únicos. Não há uma abordagem universal. Para enfrentarem os seus desafios, os atores organizaram-se em redes de apoio que, com frequência, incluem a sociedade civil, o sistema da ONU, os doadores e as empresas para colaborarem com os governos através de uma Plataforma Multiator (PMA).

Os Países SUN estão cada vez mais a sensibilizar grupos como os parlamentares, os jornalistas, os cientistas e os académicos, numa tentativa de criar o ambiente propício necessário a um combate abrangente à malnutrição.

A realidade da estimação do custo do aumento das dotações específicas da nutrição e sensíveis à nutrição é um desafio, mas os Países SUN estão a dar o exemplo. Trinta Países SUN analisaram as dotações relevantes para a nutrição de todos os seus orçamentos de Estado, classificando-as em categorias específicas da nutrição e sensíveis à nutrição e atribuindo-lhes fatores de ponderação em função do seu grau de relevância para a nutrição. Numa série de quatro workshops regionais realizados na Tailândia, no Uganda, na Guatemala e na Costa do Marfim, os países uniram-se em delegações multiator, num primeiro passo para a realização coletiva desta tarefa enquanto Movimento e a partilha de experiências.

Informada pelos esforços dos Países SUN, na *Conferência sobre Financiamento para o Desenvolvimento* em Adis Abeba, Etiópia, a comunidade global da nutrição estimou que são necessários 49,6 mil milhões de dólares adicionais, para além do financiamento existente, para cumprir a meta da Assembleia Mundial da Saúde em relação ao atraso de crescimento. É evidente que o compromisso e a consciencialização que o Movimento SUN originou terão de estar à altura desse desafio.

As quatro secções seguintes do Relatório de Progresso Anual do Movimento SUN examinam o progresso dos Países SUN e analisam as tendências emergentes à medida que os países tentam moldar o futuro da nutrição. Através do realce das evoluções fulcrais, da extração de estudos de caso nacionais e da concentração de atenções nas perspetivas dos atores dos países e das redes, visam enquadrar o modo como tais processos estão a apoiar a mudança eficaz.

O progresso documentado neste relatório baseia-se no Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN desenvolvido em 2013. O relatório avalia o progresso aferindo o modo como os Países SUN e as Redes SUN estão a adaptar os seus comportamentos para cumprir os quatro objetivos estratégicos. A monitorização do progresso no Movimento SUN através de autoavaliações dos países ajuda as plataformas multiator nacionais a avaliarem, e depois melhorarem, a sua eficácia. Os Países SUN relatam que o processo de autoavaliação ajuda os atores nacionais a refletirem sobre o progresso coletivo, definirem formas de melhorar continuamente os seus contributos e prestarem mutuamente contas pelos seus atos.

Em 2016 e anos seguintes, a prestação de contas terá de ser reforçada em todo o Movimento SUN, com funções claras e responsabilidades articuladas. O Relatório sobre a Nutrição Global (RNG) apoiará este foco e continuará a desempenhar um papel essencial na monitorização do impacto das medidas.

Os quatro processos do Movimento SUN e os correspondentes marcadores de progresso



2.1 Primeiro objetivo estratégico: Progresso no sentido da sustentação do compromisso político e do estabelecimento de plataformas multiator funcionais

Mensagens essenciais

- Os Países SUN estão a provar que o empenho político é um passo vital para galvanizar a ação concertada
- À medida que os países aderem ao Movimento SUN, estão a ser catalisados esforços multissetoriais
- A participação nas plataformas multiator está a aumentar, aprofundando o envolvimento e sustentando o impacto
- Há esforços cada vez mais concertados para envolver académicos, parlamentares, empresas, comunicação social e líderes tradicionais e religiosos
- Os países estão a descentralizar cada vez mais o envolvimento no fomento da nutrição
- A aprendizagem, a partilha e o reforço de aptidões e competências essenciais serão vitais para sustentar o envolvimento multiator

“As plataformas multiator (PMA) aumentam a visibilidade da nutrição e a consciência das pessoas sobre o seu significado. Em primeiro lugar, se houver parlamentares e parceiros não-governamentais nas PMA, estes podem estimular o debate público e influenciar a agenda dos diferentes partidos políticos. Em segundo lugar, quando as mesmas incluem parceiros do desenvolvimento e empresas, as oportunidades de mobilização de recursos financeiros e técnicos para a nutrição aumentam. As PMA são espaços para a partilha de experiências e a aprendizagem de lições. Podem facilitar o intercâmbio de informação, a transparência da ação e a responsabilização mútua.”

David Nabarro, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU para a Segurança Alimentar e a Nutrição e Coordenador do Movimento SUN

Panorâmica

Ao longo de 2014-2015, os Países SUN continuaram a provar que o empenho político de alto nível é um ingrediente vital para galvanizar medidas concertadas entre os ministros relevantes, incentivar a coordenação e elevar a nutrição a uma posição mais cimeira na agenda política.

Este ambiente político é a mecânica de bastidores que ajuda a promover as políticas, os programas e as intervenções da nutrição. A liderança está a demonstrar ser um alicerce vital para criar o espaço político em que os Pontos Focais SUN nos Governos, apoiados pelas PMA nacionais, possam manobrar e fazer progressos.

Através de esforços para criar espaços partilhados, em que os responsáveis governamentais e os atores colaborem, os Países SUN estão a relatar uma harmonização crescente, parcerias mais robustas e uma abordagem conjunta à ação.

A Avaliação Exaustiva Independente (AEI) reconheceu que a influente defesa do Movimento SUN ajudou a catapultar a nutrição na agenda global e reforçou os esforços nacionais para defender, comunicar e mobilizar. A AEI também destacou que o progresso do Movimento SUN está refletido no rápido crescimento dos Movimentos SUN nacionais.

Com base nisso, o Exercício de Autoavaliação de 2015 demonstra que foram dados grandes passos na criação de confiança, na coordenação de vários atores e na diversificação das parcerias. Porém, é necessário mais trabalho para converter essa boa vontade em medidas práticas, como o aperfeiçoamento dos sistemas de implementação, a harmonização dos esforços, a monitorização do progresso e a demonstração das realizações.



As concretizações e as ilações

Presidentes, primeiros-ministros, primeiras-damas e ministros lideraram eventos de alto nível sobre nutrição em 34 Países SUN ao longo de 2014-2015. Estes envolvimento proporcionam oportunidades para lançar planos nacionais de nutrição, incentivar compromissos, criar consciencialização coletiva através da comunicação social e unir os atores.

O empenho político de alto nível nos Países SUN está a possibilitar a coordenação entre ministérios e a ajudar a facultar aos defensores uma janela de oportunidade para a participação num debate relevante e a formação de parcerias de sucesso. O Ponto Focal SUN no Governo é decisivo para converter esse empenho em parcerias multiator eficazes na área da nutrição, ao colaborar com os ministérios relevantes, a sociedade civil, as empresas, os doadores e as agências da ONU.

Os paladinos da nutrição proeminentes nomeados pelos Países SUN, com históricos diversos, mas dotados de poder, carisma, inteligência e paixão, foram identificados e estão a fazer ouvir a sua voz em 30 Países SUN. Estes indivíduos são membros do parlamento, líderes de opinião, primeiras-damas, presidentes, primeiros-ministros, celebridades e defensores de elevado perfil, com os contactos que lhes permitem conquistar corações e mentes.

Instantâneos de paladinos da nutrição de elevado perfil em eventos nacionais da nutrição



O Camboja faz uma marcante declaração multiator e multissetor sobre a nutrição

Em 3 de março de 2015, foi inaugurada a Conferência Nacional do Camboja sobre a Nutrição por S. E. o Adjunto do Primeiro-Ministro Yim Chhay Ly. Os participantes aprovaram uma Declaração sobre a Nutrição que reconhece os melhoramentos feitos e o caminho futuro. A Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição (2014-2018), destacada na declaração, foi lançada pelo Primeiro-Ministro Hun Sen em 2014.



Simpósio de Nutrição no Quênia – intensificar o empenho e intensificar a ação

Em 18 de fevereiro de 2015, o governo do Quênia acolheu durante dois dias um Simpósio Nacional de Nutrição em Nairobi para "intensificar os compromissos de fomento da nutrição no Quênia". A convidada de honra, a primeira-dama Margaret Kenyatta, no seu novo papel de paladina da nutrição no país, saudou os esforços.

“Este programa multissetorial marca uma significativa mudança na abordagem do Quênia ao combate à malnutrição no país. O governo do Quênia saúda o facto de os nossos parceiros terem assumido o compromisso de trabalharem em conjunto para ajudarem a desenvolver a resiliência das comunidades mais vulneráveis do país.”

Margaret Kenyatta, Primeira-Dama, Quênia



A Serra Leoa reformula o seu plano e busca a alimentação e a nutrição segura para todos

Em 2 de julho de 2015, o Vice-Presidente da Serra Leoa, Victor Bockarie Foh, lançou a Implementação da Segurança Alimentar e Nutricional (FNSI).

“A nossa participação no Movimento Global de Fomento da Nutrição nos últimos dois anos permitiu-nos testemunhar ganhos consideráveis. Os nossos planos de fomento da nutrição estavam bem encaminhados até ao ano transato, quando o ébola atingiu com os seus terríveis efeitos todas as facetas da sociedade, em especial o setor da saúde. Porém, a epidemia de ébola apenas abrandou o nosso progresso, nunca destruiu a nossa determinação e o nosso empenho em criar uma Serra Leoa saudável e próspera. A segurança alimentar e nutricional é certamente um esforço que empreenderemos sem cedências, porque é uma vertente significativa do nosso desenvolvimento económico e humano. Por conseguinte, a nossa determinação para alcançar a prosperidade não terá entraves.”



Sucesso do primeiro fórum nacional sobre nutrição do Chade

Sob a autoridade do Presidente, o Primeiro-Ministro do Chade inaugurou o primeiro fórum nacional sobre nutrição e alimentação do país, em N'Djamena, de 28 a 30 de abril de 2015. Com a participação de 350 delegados, foram discutidas as funções e responsabilidades no âmbito da Política Nacional de Nutrição e de Alimentação (PNNA) e do Plano de Ação Intersectorial de Nutrição e de Alimentação (PAINA) Foram identificados nos vários setores 11 paladinos da nutrição, incluindo o Ministro da Saúde, e foi criada uma rede de cientistas para o Movimento SUN no Chade.

À medida que os países aderem ao Movimento SUN, estão a ser catalisados e diversificados esforços multissetoriais

O Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2015 demonstra que, quanto mais longa a participação de um país no Movimento SUN, mais robustas a coordenação, a eficácia e a harmonização dos esforços. Para os países que são membros do Movimento SUN há quatro anos, têm sido relatados progressos significativos, o que demonstra que o trabalho multiator e multissetor está a tornar-se a nova normalidade.

Os Países SUN estão a relatar níveis crescentes de envolvimento no âmbito das suas plataformas multiator, o que sugere que a participação no Movimento SUN ajuda a fortalecer as parcerias nacionais. As plataformas multiator (PMA) encontram-se bimestralmente, usando as Reuniões das Redes Nacionais organizadas pelo Secretariado do Movimento SUN (SMS) como momento essencial de reflexão e partilha.

Os Países SUN também relataram acréscimos dos contributos das redes no âmbito das suas PMA à medida que as funções e responsabilidades se tornam mais claras. As PMA estão também a expandir-se e a diversificar-se no seio do Movimento, com esforços concertados para envolver o setor privado, os parlamentares, os jornalistas e os académicos.

49 Países SUN criaram plataformas que reúnem diferentes setores do governo e outros atores. 27 PMA estão situadas em órgãos de alto nível, com 14 ao nível do primeiro-ministro, 5 ao nível da vice-presidência e 1 como órgão independente. 13 estão em ministérios fulcrais, incluindo 11 nos ministérios da saúde e 2 nos ministérios da agricultura. 5 PMA estão em ministérios transversais, incluindo 3 nos ministérios do planeamento e 2 nos ministérios do desenvolvimento. Outras 4 baseiam-se em órgãos independentes. 28 PMA são assistidas por um Secretariado. 22 países estabeleceram PMA ao nível distrital e mais 10 países estão atualmente a fazê-lo.

Foram nomeados convocadores de parceiros do desenvolvimento em **37 países** (um doador bilateral, o Banco Mundial ou ambos). A ONU está envolvida em PMA na maioria dos Países SUN e a UN REACH está a prestar apoio a dezassete países. Pelo menos **39 países estabeleceram Alianças da Sociedade Civil que estão a dar contributos ativos. As empresas estão envolvidas nas plataformas de 29 países, ao passo que 10 países estabeleceram redes de empresas. 25 países envolvem cientistas superiores nas suas PMA. Alguns Países SUN estão a trabalhar para formalizar novas redes e a envolver-se cada vez mais com diferentes públicos para a concretização dos seus objetivos. 25 países relatam agora que estão a envolver parlamentares e pelo menos 10 estão a envolver ativamente a comunicação social.**

Destaques de Países SUN



Camarões

Desde 2013 que os Camarões têm uma rede de membros do parlamento para o combate à malnutrição. Com o nome "Raiz da vida", tem atualmente 49 membros que trabalham para fomentar a nutrição nas suas atividades de contacto com as autoridades e as populações.

O plano de ação de 2015 da rede baseia-se em três prioridades: consciencializar e incentivar o empenho de todos, fortalecer a atividade do governo e aplicar a legislação nutricional existente.

Em parceria com a UNICEF e a Rede de Jornalistas Amigos das Crianças (REJAE), os membros do parlamento organizaram, em maio de 2005, um seminário de dois dias com outros parlamentares e figuras da comunicação social de oito países africanos. O plano de ação será finalizado com a ajuda de visitas de campo e uma reunião de intercâmbio na Assembleia Nacional com empresas do ramo alimentar para debater a monitorização da implementação de leis destinadas a regular a comercialização de substitutos do leite materno e fortificantes alimentares.

© WFP/Sylvain Chetkaou



© Bill & Melinda Gates Foundation

Gana

O Gana aderiu ao Movimento SUN em março de 2011 e a Plataforma Académica SUN do Gana está ativa desde 2013. A Plataforma é uma rede sem fins lucrativos, constituída por 10 investigadores da nutrição de várias universidades com uma paixão comprovada pelo contributo para medidas nacionais de fomento da nutrição. A Plataforma é um membro ativo da plataforma multiator (PMA) e possibilita o uso dos melhores dados disponíveis para assegurar que os ministros, agências e departamentos do governo relevantes disponham do conhecimento e da capacidade de integrar os objetivos e estratégias da nutrição nos seus planos setoriais.

Ao nível nacional, os membros têm sido cruciais na elaboração, na finalização e na validação da Política Nacional de Nutrição e dos processos institucionais de reforço de capacidades. Ao nível global, a plataforma colabora com as outras sociedades (African Nutrition Society, Federação Africana das Sociedades de Nutrição e União Internacional de Ciências da Nutrição). Recentemente, a plataforma estabeleceu uma parceria com a rede EVIDENT para desenvolver a capacidade nacional de efetuar análises sistemáticas com vista a enformar a formulação e a implementação de políticas da nutrição. Prosseguindo, a Plataforma Académica SUN do Gana visa inspirar outras plataformas académicas de Países SUN que criem oportunidades para o estabelecimento de contactos e a partilha de experiências entre países.

Instantâneos da partilha e da aprendizagem no Movimento SUN

Ao longo de 2014-2015, os Países SUN enfrentaram os desafios associados ao trabalho em parcerias eficazes, com vários atores, subjacente ao objetivo de melhorar a nutrição.

Durante a 16.ª reunião da Rede de Países SUN, foi exprimida a necessidade de um acesso melhor e mais sistematizado a conhecimento técnico por parte dos cientistas e académicos da nutrição. Os Países SUN partilharam as suas experiências de trabalho com instituições académicas e cientistas. Os académicos e cientistas participam nas plataformas multiator (PMA) da maioria dos Países SUN e pelo menos quatro países estabeleceram plataformas académicas específicas. 14 Países SUN relataram que estabeleceram plataformas académicas. Estas conversações foram mais exploradas com a comunidade académica e científica na Reunião Global do Movimento SUN de 2014 e, em 2015, intelectuais eminentes de vários Países SUN foram entrevistados para encontrar formas de aumentar a consciencialização sobre o papel vital que a comunidade científica desempenha na geração de dados para políticas e práticas informadas. Em maio de 2015, o SMS, juntamente com a EVIDENT, organizou dois workshops na Terceira Conferência da Federação Africana das Sociedades de Nutrição (FANUS) em Arusha, Tanzânia. Foram recolhidas perspetivas e experiências da comunidade de investigação sobre a melhor forma de desenvolver este trabalho na próxima fase do Movimento SUN. Estes esforços servem de base ao recém-lançado *Resumo "Na Prática" do Movimento SUN – Melhoria do acesso à ciência para obtenção de resultados*, que inclui experiências da Etiópia, do Benim, da Tanzânia, do Gana, do Paquistão e da Costa Rica. Esta iniciativa visa partilhar lições sobre o modo como os Países SUN estão a aumentar o contributo da ciência para os seus objetivos nacionais de nutrição através do reforço e da coordenação das redes e associações existentes

Um exercício bienal alargado a todo o Movimento SUN sobre Prevenção e Controlo de Conflitos de Interesses (Cdi), mediado pelo Observatório Social de Genebra, terminou em fevereiro de 2015, o que consolidou ainda mais os Princípios de Envolvimento SUN como meio orientador essencial. 15 Países SUN participaram no processo, no qual foram desenvolvidos *uma Nota de Referência e um Conjunto de Ferramentas* para auxiliar na prevenção, na identificação, no controlo e na monitorização dos Cdi no Movimento SUN.

Durante a 18ª reunião da Rede de Países SUN, centrada no envolvimento das empresas, 29 Países SUN solicitaram apoio adicional para o estabelecimento de redes de empresas ou o reforço das plataformas existentes. Em resposta às solicitações de apoio, a Rede de Empresas SUN também criou um *Guia para o Envolvimento das Empresas*, que está a ser divulgado em inglês, francês e espanhol através de três workshops regionais. A Rede de Empresas SUN realizou o seu primeiro workshop regional em junho de 2015, reunindo 19 Países SUN das Áfricas Oriental e Austral e mais de 120 participantes.

Na sequência deste intercâmbio, foi realizado em Nairobi, Quênia, um **workshop centrado no Envolvimento Eficaz para o Fomento da Nutrição**, que analisou as barreiras à aplicação das lições extraídas do exercício de Cdi por parcerias eficazes. Os participantes reconheceram que os seus Quadros Comuns de Resultados (QCR) são um instrumento fulcral para desenvolver o consenso entre os atores. Os participantes mobilizaram-se num consenso em torno dos ingredientes essenciais para a sustentação da eficácia e da transparência do envolvimento no fomento da nutrição. Entre esses ingredientes contam-se o reforço da confiança, o desenvolvimento da liderança, o apoio à transparência e a partilha de conhecimento.

Ao longo de 2014, foram realizados dois Percursos de Aprendizagem no Peru e no Senegal que reuniram 40 representantes de plataformas multiator nacionais de 14 Países SUN de África, da Ásia e da América Latina. Os Pontos Focais SUN nos Governos, a sociedade civil e o setor privado colaboraram nas viagens planeadas, que visavam desenvolver capacidades multiator em termos de gestão do conhecimento, aprendizagem, estabelecimento de contactos e promoção da cooperação Sul-Sul.

Consultar a pág. 67 para um resumo aprofundado destes processos e do modo como as capacidades funcionais estão a ser apoiadas em todo o Movimento SUN.

Criar uma cultura de estabelecimento de parcerias eficazes

Perspetiva de Geraldine Murphy, Diretora de Parcerias Empresariais para a Nutrição, Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN)

Estabelecimento de parcerias com empresas

Para envolver as empresas no desempenho de um papel genuinamente significativo e construtivo no melhoramento da nutrição, há três elementos essenciais a ter em conta

Em primeiro lugar, podemos dar passos para compreender melhor a perspetiva das empresas. Tal significa que, no contacto com as empresas, devemos estar cientes do seu nível de compreensão sobre a nutrição. Algumas empresas, em especial no ramo alimentar, têm conhecimento e consciência das questões da nutrição e querem promovê-la com parceiros de outros setores. Porém, para outras empresas, a nutrição pode ainda não constituir uma área de interesse, pelo que é importante ter as ferramentas certas e a linguagem adequada para obter a sua atenção. Recorrer ao mais elementar.

Em segundo lugar, identificar um ponto de acesso. Podemos fazer mais para exprimir a importância da nutrição para as empresas, como através da existência de uma população ativa mais saudável que conduz a maior produtividade ou à criação de mercados novos para produtos nutritivos. Embora por vezes nos seja desconfortável reconhecer o seu intuito lucrativo, a realidade é que a única forma de fazer agir as empresas de uma forma sustentável é pela existência de um argumento comercialmente convincente. E reconheçamos que o lucro e os efeitos da nutrição melhorada não são opostos. Podem ser concretizados em simultâneo.

Por último, temos de comunicar claramente às empresas a melhor forma de apoiarem os objetivos nacionais da nutrição.

Estabelecer parcerias com as empresas não é tão simples como apenas obter a sua adesão. Sabemos que há grandes riscos envolvidos. Contudo, a simples exclusão de quaisquer parcerias com empresas pode ser limitadora. Tal significa que o governo não tem acesso ao conhecimento, à tecnologia e à inovação que as empresas podem facultar e também que não está a trabalhar eficazmente com os atores dos quais a maioria das pessoas obtém os seus alimentos.

É possível gerir cuidadosamente os riscos associados à negociação com as empresas. Em particular, assegurando que os governos obtenham o aconselhamento neutral e objetivo de que precisam para se conseguirem envolver eficazmente com as empresas.

Criar parcerias melhores com todos os atores

As parcerias são essenciais para atingir os objetivos da nutrição. Embora todas as parcerias sejam diferentes, há algumas formas fundamentais de estabelecer e manter parcerias de sucesso com todos os atores.

- **É importante identificar claramente o objetivo da parceria, bem como o que cada ator quer obter da mesma. Se não houver incentivos claros, abertos e transparentes para que todos se sentem à volta da mesa, as pessoas irão desassociar-se do processo.**
- **Reconheça quaisquer conflitos de interesses e decida como lidar com eles no contexto da parceria. Chegue a acordo sobre um processo de resolução de problemas no âmbito da parceria, para que quaisquer problemas possam ser abordados com justiça e sem tendenciosidade.**
- **Certifique-se de que os atores possam ser responsabilizados pelos seus contributos. O envolvimento relevante de um paladino político forte pode ajudar, porque fortalece o incentivo à responsabilização por parte de todos os atores.**
- **Assegure que as plataformas multiator tenham a combinação adequada de pessoas: líderes, visionários e pessoas com competências para transformar a visão em realidade.**
- **Não se esqueça da divulgação e da comunicação. A nutrição deve ser vista como um aspeto unificador que congrega todos os atores num esforço concertado. A consciencialização contínua é fulcral.**

Que se segue?

Tal como sublinhado na AEI, o Movimento SUN tem tido um enorme sucesso na tarefa de atrair as atenções para a nutrição e para a abordagem multipartida necessária ao seu melhoramento. Todavia, a demonstração do impacto ainda é um trabalho em curso. De facto, a colaboração não é um fim em si mesmo e os esforços para uma ampliação eficaz da capacidade das instituições e das pessoas serão cruciais.

Os Pontos Focais SUN nos Governos indicaram claramente que a falta de capacidade técnica, funcional e financeira das PMA nacionais e locais limita a sua eficácia. À medida que as PMA dos Países SUN promovam um envolvimento mais aprofundado, descentralizem o seu alcance e se tornem mais ambiciosas e inclusivas, 2016 tornar-se-á um ano vital para apoiar o desenvolvimento de capacidades técnicas e funcionais. Estes são os elementos básicos para alcançar as transformações necessárias à eliminação da malnutrição.

A Estratégia e o Roteiro do Movimento SUN para 2016-2020 registarão formas inovadoras de reforçar as capacidades e descreverão as funções e responsabilidades gerais do Movimento SUN. Prosseguindo, um desafio fulcral para o Movimento SUN será também o de sustentar e desenvolver o compromisso político. A sociedade civil, incluindo parlamentares, jornalistas e Organizações Não-Governamentais (ONG), tem um papel fulcral a desempenhar ao manter persistentemente a nutrição no centro das atenções como aspeto fundamental do desenvolvimento. O envolvimento continuado e a dinâmica crescente são agora necessários mais do que nunca.

A procura de competências e conhecimento técnico para um envolvimento eficaz do setor privado nunca foi tão forte no Movimento SUN. O desenvolvimento de uma cultura de estabelecimento de parcerias eficazes, com uma abordagem robusta à prevenção e ao controlo de Cdl, ajudará a orientar o modo como os países aumentam o seu alcance. Da mesma forma, os crescentes esforços da sociedade civil, dos cientistas e académicos, dos doadores e das agências da ONU conduzirão a um acréscimo do interesse pelo modo de desenvolver parcerias produtivas e resilientes. Os Princípios de Envolvimento do Movimento SUN proporcionam um meio orientador, mas os desafios continuam a existir. Assegurar que as PMA e as pessoas tenham as aptidões para identificar e negociar tais conflitos será vital para os resultados futuros.

A Comunidade de Prática SUN centrada na gestão do ciclo das políticas e do orçamento partilhará experiências sobre o modo como o trabalho coletivo de planeamento, implementação e monitorização das medidas, em parceria, pode ajudar a robustecer uma cultura efetiva de estabelecimento de parcerias entre PMA. O Movimento procurará aproveitar as lições aprendidas, para benefício de todos os Países SUN, e documentar as experiências das abordagens multisetor, multiator e multinível.

A Comunidade de Prática SUN centrada na mobilização social, defesa e comunicação intensificará o seu apoio para assegurar que os esforços de defesa e comunicação sejam suficientemente claros, urgentes e convincentes para sustentar a dinâmica ao nível político e ilustrar a nutrição como aspeto fundamental da vida e do bem-estar futuro, para todos. Continuando a demonstrar as ambições, as realizações e a energia desbloqueadas pelo Movimento SUN na era pós-2015, sairão reforçadas a unidade e a determinação para o futuro.

A Comunidade de Prática SUN centrada nas capacidades funcionais de coordenação e fomento eficaz da nutrição tem estado em processo de formação ao longo de 2015. Juntamente com elementos fulcrais das instituições académicas, da sociedade civil, do setor privado, dos parceiros, das agências da ONU e dos doadores, a Comunidade centrar-se-á nas competências essenciais e nos atributos de liderança necessários para desenvolver a confiança, fomentar um ambiente transparente e colaborativo e partilhar conhecimento. A Reunião Global do Movimento SUN de outubro de 2015 será um momento crucial para analisar o que funcionou até à data e decidir o caminho futuro.

2.2 Segundo objetivo estratégico: Progresso no sentido do apoio às políticas nacionais de nutrição que incorporem melhores práticas

Mensagens essenciais

- A existência de políticas e planos baseados em dados concretos e adequados, em harmonia com as prioridades nacionais, pode indicar o caminho
- O direito a alimentação e a nutrição adequadas subjaz ao Movimento SUN
- A defesa das políticas e leis nacionais intensificou-se em 2015, tal como os esforços para divulgar e operacionalizar as políticas
- Os Países SUN estão cada vez mais a acompanhar e a relatar os resultados, para uma partilha e uma aprendizagem eficazes à escala do Movimento
- Os Países SUN estão a atualizar as suas políticas da nutrição, integrando efeitos sensíveis à nutrição em políticas multissetoriais e estabelecendo processos legais e institucionais pelos quais se reconhece que a nutrição diz respeito a todos
- A igualdade e a capacitação das mulheres são a chave

“ Não teremos sucesso a menos que compreendamos as dimensões de género da nutrição, a importância da capacitação das mulheres e o facto de as mulheres serem absolutamente essenciais ao Movimento. ”

Mary Robinson, Presidente da Mary Robinson Foundation - Climate Justice (MRFCJ) e Enviada Especial do Secretário-Geral da ONU à Região Africana dos Grandes Lagos, Grupo Principal do Movimento SUN, na Reunião Global do Movimento SUN de 2014

Panorâmica

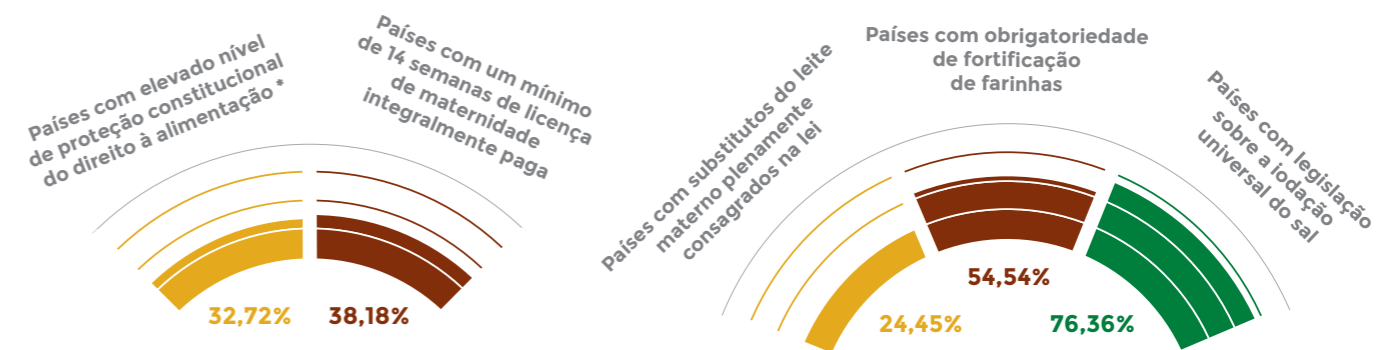
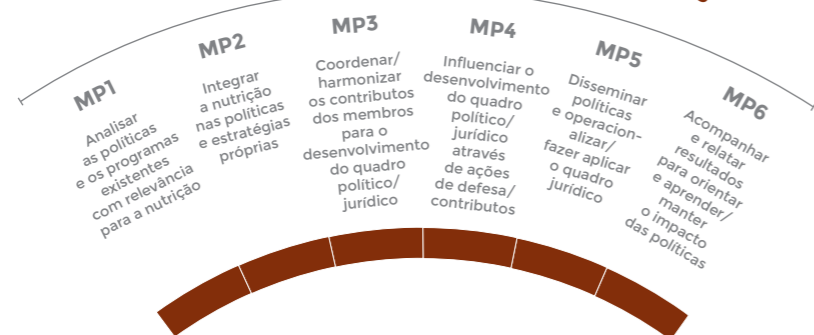
Ao longo de 2014-2015, os Países SUN continuaram a estabelecer, atualizar e aprovar políticas que incorporam melhores práticas para a ampliação de intervenções nutricionais comprovadas. Tal inclui a adoção de leis, centradas nas mulheres e raparigas, que sublinham a sua importância nuclear como agentes da mudança.

Políticas, leis e instituições têm um papel fulcral na propiciação e implementação de intervenções nutricionais eficazes à escala. Através da sua abordagem participativa, o Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2015 estimulou entre os atores a reflexão sobre as formas de robustecerem as medidas coordenadas para a nutrição.

Em 2015, os Países SUN relataram progressos significativos na criação de um quadro jurídico e político coerente que permita uma administração eficaz do fomento da nutrição no contexto dos objetivos do governo. Os Países SUN divulgaram e comunicaram cada vez mais as políticas, sustentados em estratégias de defesa. Também relataram a implementação de mais mecanismos para operacionalizar e aplicar legislação como o Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno, as Licenças de Maternidade, a Fortificação Alimentar, o Direito à Alimentação, a iodização do sal e o Codex Alimentarius, entre outros

Os Países SUN estão a relatar que tais quadros estão a ajudar a reduzir a duplicação e a melhorar a prestação de contas. Os Países SUN estão a demonstrar cada vez mais que a aplicação de políticas e planos baseados em dados concretos pode ajudar a orientar a dinâmica e a boa vontade políticas existentes para melhoramento da nutrição nos Países SUN.

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados



*Nota: Trata-se das constituições que contêm disposições explícitas relativas ao direito à alimentação; OU Estas constituições protegem implicitamente o direito à alimentação através de disposições mais amplas a respeito do direito a um nível de vida adequado, bem como de disposições sobre a segurança social ou os direitos dos trabalhadores ou ambos, cumulativamente, providenciando um elevado grau de proteção do direito à alimentação. A proteção assim concedida pode constar de uma ou de várias secções da Constituição.

As concretizações e as ilações

O Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2015 revela que, quanto mais longa a sua permanência no Movimento SUN, mais suscetíveis são os países de estabelecer políticas e leis nutricionais baseadas em dados concretos que apoiem a implementação. Os Países SUN estão a atualizar as suas políticas da nutrição, integrando efeitos sensíveis à nutrição em políticas multissetoriais e estabelecendo processos legais e institucionais pelos quais se reconhece que a nutrição diz respeito a todos.

O progresso mais notável em 2015 é a medida em que os países relatam que a divulgação e a operacionalização dos seus planos e políticas estão a melhorar. É evidente que as estratégias de mobilização social, defesa e comunicação (SMAC) estão a desempenhar um papel de apoio na ampliação desses esforços. 20 Países SUN relatam que têm agora implementadas estratégias de SMAC nacionais.

É também importante notar que a divulgação da legislação e das políticas é fundamental para prevenir conflitos de interesses entre um vasto leque de atores. Em 2015, a maioria dos Países SUN relatou a inexistência de casos emergentes de conflitos de interesses (Cdi) que estivessem a criar desafios, o que pode ser atribuído à divulgação das políticas, que ajuda a esclarecer os atores da nutrição. Contudo, reconhece-se que são necessários sistemas de relato formal para tais casos de conflitos de interesses. Sete Países SUN relataram a identificação de um conflito de interesses dentro ou fora da sua PMA.

Ao longo de 2014-2015, o contributo dos cientistas e académicos ganhou protagonismo, com 27 países a envolverem agora cientistas proeminentes nas suas PMA e 14 Países SUN a estabelecerem plataformas académicas. Eventos fulcrais, como a Terceira Conferência da Federação Africana das Sociedades de Nutrição (FANUS) em Arusha, Tanzânia, ajudaram a partilhar formas pelas quais a comunidade científica está a apoiar leis e políticas da nutrição baseadas em dados concretos.

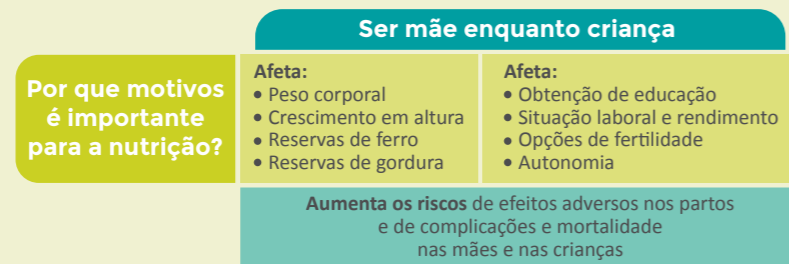
Instantâneos da aprendizagem e da partilha

Bangladesh	Foi elaborada com vários atores e aprovada pelo governo a Política Nacional de Nutrição (PNN). Foi desenvolvido um projeto de Estratégia Nacional de Comunicação e Defesa da Nutrição.
Quirguistão	Esforços conjuntos de autoridades governamentais, organizações internacionais e sociedade civil levaram à adoção da Lei n.º 54 sobre a "Inclusão de alterações e adendas na lei da República do Quirguistão sobre a fortificação de farinha alimentar"
Moçambique	O Plano Quinquenal do Governo (PQG) de Moçambique (2015-2019), aprovado pelo parlamento, inclui áreas específicas para medidas destinadas à nutrição. Foi adotado um Plano de Defesa e Comunicação sob o mote "Nutrição é desenvolvimento, um compromisso para todos".
Mianmar	O novo Plano Estratégico Nacional de Proteção Social aprovado pelo Presidente prioriza a nutrição e inclui disposições específicas para as mulheres e as crianças. Foi elaborado o novo Plano Nacional de Ação de Mianmar sobre Segurança Alimentar e Nutricional (PNAMSAN), multissetorial, com uma visão a 10 anos.
Comores	A União das Comores promulgou uma lei sobre a comercialização e a distribuição de substitutos do leite materno (Lei N14-010 de 21 de abril de 2014). Foi adotada em julho de 2014 uma estratégia de "desenvolvimento através de crescimento sustentável acelerado" para 2015-2019 que descreve o papel de cada setor no fomento da nutrição.
RD do Congo	A nova política nacional da nutrição, que se seguiu a um estudo das políticas e dos programas existentes, foi validada em 2013 e está a ser amplamente divulgada.
Costa Rica	O novo governo nacional (2014-2018) considerou a nutrição como prioridade na secção de saúde do seu Plano Nacional de Desenvolvimento.
Costa do Marfim	A Costa do Marfim atualizou a sua Política Nacional de Nutrição de 2010 e elaborou um Plano Nacional Multissetorial de Nutrição 2016-2020.
Etiópia	Na Etiópia, o projeto de lei da proteção da maternidade para a aplicação de uma licença de maternidade de 90 dias aguarda aprovação.
Serra Leoa	Com o apoio de comissões parlamentares (saúde, agricultura, género e educação), o parlamento está a acelerar a promulgação de leis pró-nutrição. A Política Nacional de Alimentação e Nutrição foi validada e lançada em junho de 2015.
Suazilândia	Foi elaborada e aguarda aprovação pelo parlamento a Política Nacional de Nutrição (PNN). A revisão da Lei da Saúde Pública (pendente de aprovação) integra o Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno.

Capacitação das mulheres e raparigas nos Países SUN

As mulheres desempenham um papel decisivo na segurança alimentar, na saúde e na nutrição das suas famílias e devem ser tidas em conta na conceção e no direcionamento de todas as medidas de segurança alimentar e nutrição. Embora as determinantes da boa nutrição e da saúde sejam complexas, há várias áreas em que as alterações nas políticas, na legislação e no planeamento podem desempenhar um papel vital na capacitação das mulheres para que estas funcionem como agentes fulcrais da mudança com vista à nutrição melhorada. Entre estas incluem-se:

- proteção das raparigas contra o casamento e a gravidez precoces
- salvaguarda e aumento do acesso das mulheres a rendimento e outros recursos, bem como do seu controlo sobre os mesmos
- exploração de abordagens inovadoras à redução das limitações de tempo das mulheres
- reforço do conhecimento das mulheres sobre a boa nutrição
- aumento do envolvimento das mulheres na tomada de decisões a todos os níveis



A importância da eliminação do casamento infantil e da gravidez adolescente é fulcral para assegurar que todas as raparigas e mulheres possam concretizar todo o seu potencial. A maternidade durante a juventude abranda e retarda o crescimento de uma rapariga. Reduz o potencial da educação e as oportunidades de vida futuras, como o emprego. Os dados existentes demonstram que as mães adolescentes e os seus recém-nascidos apresentam riscos acrescidos de complicações e mortalidade.⁸

O papel das mulheres enquanto pequenas agricultoras e produtoras de alimentos também é vital. As mulheres dão importantes contributos para as economias agrícolas e rurais de todas as regiões do mundo, constituindo pelo menos 50% da força de trabalho na Ásia e em África.⁹ Com frequência, as mulheres rurais gerem famílias complexas e aplicam diversas estratégias de subsistência. As suas atividades podem incluir a produção de colheitas agrícolas, a criação de animais, o processamento e a preparação de alimentos, o trabalho assalariado para unidades agrícolas ou outros empreendimentos rurais, a recolha de combustível e água, o envolvimento em negociação e comercialização, a assistência a familiares e a administração das suas casas. Quando as mulheres têm mais controlo sobre os recursos do lar, as famílias têm mais saúde, melhor educação e maior acesso a alimentos mais nutritivos.

O que é necessário

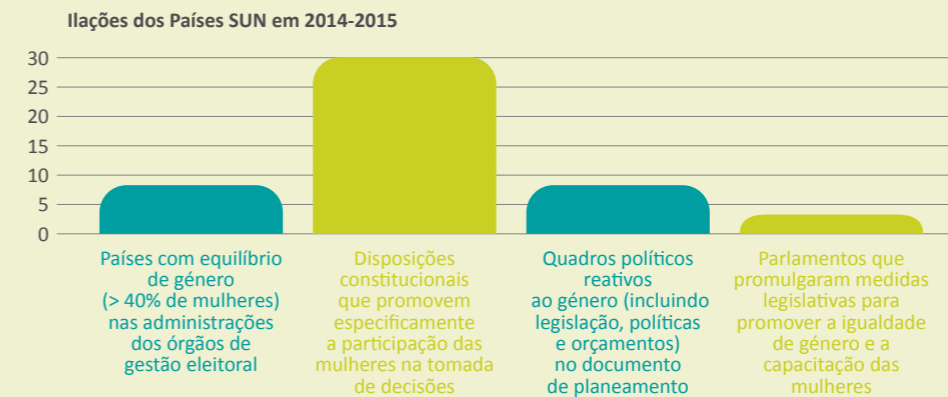
1. **Empenho político sustentado a todos os níveis da governação para solucionar os problemas estruturais que impedem a concretização dos direitos humanos das mulheres e raparigas. O reconhecimento dos direitos fundamentais e do papel fulcral que as mulheres desempenham no desbloqueio do progresso e do desenvolvimento requer medidas mais concretas.**
2. **A conversão desse empenho em quadros jurídicos e políticos que promovam os direitos de todas as mulheres e raparigas. Tal inclui a proteção contra o casamento precoce e forçado, bem como o acesso a educação universal, o acesso a água potável, o direito à não-discriminação e o direito a uma vida isenta de violência. Embora estes aspetos existam a nível internacional, a sua aplicação nacional é de importância vital.**
3. **São necessários quadros de financiamento e mecanismos de responsabilização robustos para dar a escala necessária aos serviços previstos nas leis e políticas nacionais. Os compromissos de financiamento ambiciosos têm de converter o dinheiro em medidas que possam ser monitorizadas. A desagregação de dados por género e idade assegurará que as raparigas sejam tidas em conta. Dos 30 Países SUN que já empreenderam o exercício de análise orçamental de 2015, 22 identificaram rubricas orçamentais sensíveis à nutrição centradas na capacitação das mulheres.**

Se as raparigas e mulheres ficarem esquecidas nas lacunas das políticas e da prática, os resultados serão seriamente prejudicados. 21 Alianças da Sociedade Civil do Movimento SUN relataram que estão a trabalhar em questões da capacitação das mulheres. No entanto, é necessário fazer muito mais à escala do Movimento.

⁸ 2014 Estatísticas Mundiais da Saúde

⁹ FAO. 2010a. Roles of women in agriculture. Preparado pela equipa SOFA e Cheryl Doss. Roma

Um relance sobre a capacitação das mulheres nos Países SUN



Fonte de dados: Manual da ONU de Dados sobre as Mulheres, 2014

Instantâneo de atualização – fortificação de alimentos com vitaminas e minerais essenciais

Mais de dois mil milhões de pessoas carecem de vitaminas e nutrientes essenciais necessários ao crescimento e à vida saudável, sobretudo devido a regimes alimentares constituídos por alimentos básicos amiláceos que proporcionam calorias, mas não nutrimento.¹⁰

Sem micronutrientes essenciais, como as vitaminas A e D, o ferro, o zinco, o ácido fólico e o iodo, as consequências para a saúde podem variar entre as incapacidades físicas graves e os distúrbios potencialmente fatais. Por exemplo, quando uma mulher tem carência de iodo durante a gravidez, o desenvolvimento cognitivo do bebé fica prejudicado, o que conduz a efeitos irreversíveis. Da mesma forma, a anemia, muitas vezes resultante da deficiência de ferro, afeta quase um terço da população mundial e contribui para 20% de todas as mortes maternas.¹¹

A fortificação de alimentos é uma poderosa ferramenta para aumentar a ingestão de micronutrientes e já contribuiu para a eliminação virtual de algumas doenças e condições potencialmente fatais em muitos países desenvolvidos. A fortificação também adquiriu um impulso significativo em países de rendimento baixo e médio. Os governos, a indústria e a sociedade civil já se uniram na implementação de programas de iodização do sal em mais de 140 países de todo o mundo;¹² 83 países ordenaram a fortificação de pelo menos um tipo de cereal,¹³ 20 países têm grandes programas de fortificação centrados nos óleos alimentares¹⁴ e quase uma dúzia de países fortifica condimentos. Estes números representam um enorme sucesso na ampliação de uma intervenção nutricional comprovada, sustentável e de grande racionalidade económica. Estão também a surgir rapidamente provas do impacto em países de rendimento baixo e médio.

Através do investimento na implementação da iodização do sal, há agora 25 países identificados como tendo níveis insuficientes de ingestão de iodo.¹⁵ Este número é inferior aos 54 registados em 2003 e representa uma oportunidade sem precedentes para eliminar a deficiência de iodo de uma forma sustentável. Da mesma forma, se a fortificação com ácido fólico for ampliada em apenas 18 países de África e da Ásia, estima-se que possam ser prevenidos anualmente cerca de 103.293 casos de Doenças Tropicais Negligenciadas nesses países.¹⁶ Através da fortificação com ferro, se um país seguir as diretrizes da Organização Mundial da Saúde (OMS) e forem aplicados os fatores corretos, poderá ser alcançada uma redução anual da anemia de 2,4%.¹⁷

A regulamentação no papel não melhorará a conformidade com a fortificação sem incentivos reais e consequências categóricas que afastem os alimentos subfortificados dos mercados. Foi desenvolvido um modelo de custos para 25 países e 60 veículos alimentares que quantifica em cerca de 150 milhões de dólares o investimento total necessário para assegurar uma programação sustentada ao longo de um período de 10 anos.¹⁸ Tal ajudaria a financiar a defesa e as comunicações direcionadas, a assistência técnica para melhoramento da monitorização regulamentar e do controlo de qualidade, mais e melhores meios de monitorização e medição, bem como insumos de qualidade vitais para os programas.

Contributo da Global Alliance for Improved Nutrition (GAIN)

¹⁰ Micronutrient Initiative, Investing in the Future: A United Call to Action on Vitamin and Mineral Deficiencies (Ottawa: Iniciativa para os Micronutrientes, 2009).

¹¹ WHO, Micronutrient deficiency, iron deficiency, 2015 - <http://www.who.int/nutrition/topics/ida/en/>, consultada em 30 de julho de 2015.

¹² Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Expanded iodine data (internal report). Nova Iorque: UNICEF; 2013.

¹³ Food Fortification Initiative (FFI) [Internet]. Atlanta (GA): FFI; c2015. Global progress; [citado em 20 de julho de 2015]. Disponível em: http://www.ffinetwork.org/global_progress/index.php

¹⁴ Sablah M, Grant F, Fiedler JL. Food fortification in Africa: Progress to date and priorities moving forward. Sight and Life. 2013;27(3):18-24. Disponível em: http://www.sightandlife.org/fileadmin/data/Magazine/2013/27_3_2013/food_fortification_in_africa.pdf

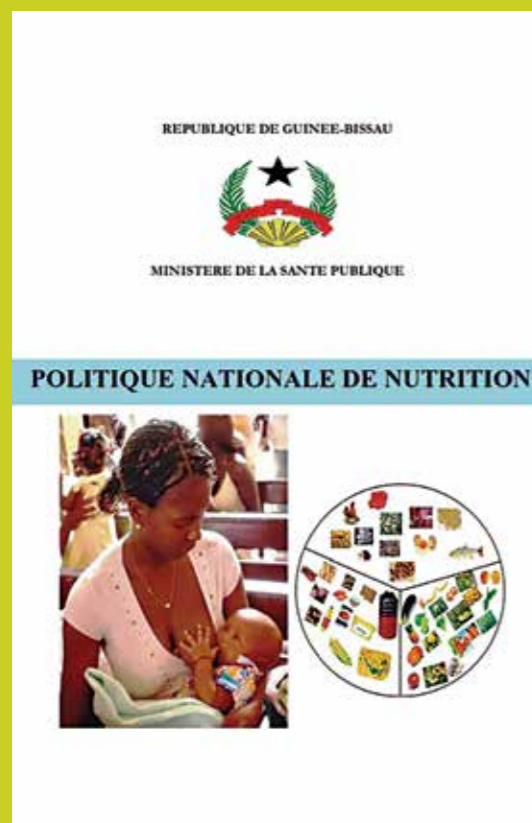
¹⁵ http://www.ign.org/cm_data/Scorecard_IGN_website_02_03_2015.pdf

¹⁶ Cannon, M., CDC, setembro de 2015, apresentação plenária da Cimeira Global sobre Fortificação Alimentar.

¹⁷ Barkley S, Wheeler KS, Pachon H. Anaemia prevalence may be reduced among countries that fortify flour. Br J Nutr. 2015 Jun 23:1-9.

¹⁸ Modelo de custos da GAIN desenvolvido para a Cimeira Global sobre Fortificação Alimentar, setembro de 2015.

Destaques de Países SUN



Guiné-Bissau

O propósito da revisão da Política Nacional de Nutrição de 2011, que se centrou na segurança alimentar e nas intervenções nutricionais diretas, era o de adotar uma abordagem holística multissetorial ao problema da malnutrição que seria consagrada numa nova Política Nacional de Nutrição adotada em fevereiro de 2014. Esta foi elaborada com vários ministérios e parceiros técnicos e financeiros, contando ainda com o apoio da UNICEF. O seu principal objetivo é o de criar sinergias entre as intervenções diretas e as que contribuem para a nutrição, de modo a reduzir a malnutrição crónica em 40% e a malnutrição grave para menos de 5% entre as crianças com menos de cinco anos até 2025.

A política define princípios orientadores, inclusive para a liderança do Estado, a descentralização, a abordagem multissetor, a capacitação das comunidades, a justiça, uma abordagem e uma parceria baseadas no género, para além de descrever os contributos potenciais de 13 setores (água, ambiente, educação, planeamento, indústria, economia, género, proteção social, emergências, serviço cívico e comunicação).

Esta política também planeia estabelecer um Comité Nacional Multissetorial da Nutrição, sob a autoridade direta do Primeiro-Ministro, e os seus órgãos descentralizados. É com base nesta política que o país está atualmente a elaborar o Plano Estratégico Multissetorial da Nutrição, que especificará as intervenções prioritárias a realizar e as condições da sua implementação.



Costa Rica

A fortificação alimentar tem as suas origens em 1970, quando o foco das políticas de saúde pública foi orientado para a prevenção. Esta mudança incluiu o estabelecimento de uma base científica, com pessoal técnico responsável pela monitorização e a conformidade com a regulamentação, bem como uma equipa política para negociar com a indústria alimentar.

O Inquérito Nacional da Nutrição, realizado em 1996, proporcionou a base de referência e uma plataforma sólida para criar uma relação estreita entre a equipa de investigação técnica e as autoridades superiores do Ministério da Saúde. A seleção de alimentos para inclusão de micronutrientes baseou-se em estudos nacionais de consumo que indicaram os que eram usados universalmente, de baixo custo e seguros para consumo (sal, farinha de milho, farinha de trigo, leite, arroz e açúcar).

Estudos recentes demonstraram que a prevalência da anemia entre as crianças em idade pré-escolar e as mulheres em idade fértil diminuiu de 18% para 8,7% entre 1996 e 2009. Também se descobriu que, após a fortificação com ácido fólico ao longo do período 1997-2009, a taxa de mortalidade infantil por defeito do tubo neural caiu significativamente em 71% e a sua prevalência em 58%.

© Ministerio de Salud, Costa Rica

Comunicar políticas e desenvolver ligações de género

Por Christopher Mweembe, Coordenador Nacional – Zimbabwe Civil Society Organisations in Scaling Up Nutrition (ZCOSUNA)

Até à data, a minha experiência no Movimento SUN tem sido a de mobilizar organizações da sociedade civil para aderirem à aliança e criarem consciencialização sobre as políticas nacionais de apoio à nutrição, desde o nível nacional até ao das comunidades. Tentamos estabelecer ligações entre as instituições académicas, a comunicação social e os organismos profissionais e consciencializá-los sobre os princípios essenciais da nutrição. Mais importante ainda, procuramos demonstrar a necessidade do trabalho em conjunto, facultando a esses e a outros elementos influenciadores os factos e as estatísticas da malnutrição no Zimbabwe.

Hoje em dia, somos mais de 100 membros que trabalham cada vez mais de uma forma harmonizada, apoiando as políticas nacionais em vigor, tentando fazer melhoramentos e transmitindo as bases de tais políticas e planos a todo o país. Desde as fases iniciais do desenvolvimento da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (NFNSP) que têm estado envolvidos atores da sociedade civil. A Política prioriza as intervenções para mulheres em idade reprodutiva, a Política de Proteção Materna que permite gozar uma licença de maternidade até três meses após o parto e que possibilita às mães trabalhadoras o benefício de uma hora de pausa diária durante os primeiros seis meses de vida do bebé para promover a amamentação exclusiva. A Estratégia Nacional de Nutrição (2014-2018), lançada em 2015, promove a implementação de intervenções nutricionais baseadas em dados concretos, sob a ótica do género e integradas num quadro colaborativo multissetorial mais geral.

Ajudámos a divulgar e comunicar as políticas e estratégias a diferentes níveis, com a preocupação de chegar às comunidades. Esta foi uma das nossas metas fundamentais: estimular a consciencialização sobre as políticas e assegurar que estas sejam comunicadas de uma forma que sensibilize as pessoas nas comunidades, em especial as mulheres e raparigas.

Há muitas barreiras culturais e sociais que temos de superar, mas pretendemos criar uma consciencialização coletiva, trabalhando com o governo para promover leis e políticas relevantes, tais como o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, a Proteção da Maternidade (Convenção 183) e as leis de prevenção contra o casamento infantil, com vista a obter justiça social e dignidade humana.

Através de todo este trabalho, estamos a promover as mulheres como agentes da mudança.

Enquanto guardião das questões femininas no Zimbabwe, o Ministério dos Assuntos Femininos, do Género e das Comunidades é um parceiro fulcral ao nível das políticas. A Constituição Nacional e a Política Nacional de Género (2013-2017) são exemplos de documentos políticos fundamentais que orientam os atores envolvidos na capacitação das mulheres. O desafio tem sido o de estabelecer ligações robustas entre a capacitação das mulheres e a malnutrição, e procuramos comunicar as questões de uma forma que as pessoas nas comunidades entendam claramente.

Fazemo-lo através de formação sobre liderança, grupos de apoio locais e formação de mulheres ao nível das comunidades para que procedam a ações de defesa locais. Grande parte deste processo tem envolvido a transmissão de mensagens que sensibilizem.

“O casamento numa idade precoce dará origem a crianças com atraso de crescimento. O casamento em idade saudável ajudará a formar uma família saudável.”

Para além da questão do modo de apresentação das questões relevantes para a nutrição e do apoio às leis e políticas, existe o persistente desafio da implementação das políticas. Nesse aspeto, a sociedade civil desempenha um papel crucial. Recentemente, temos trabalhado com um paladino das políticas da nutrição no parlamento que defende as questões sensíveis à nutrição e específicas da nutrição sob a ótica do género.

Pela mobilização de pessoas fulcrais, podemos fazer com que estas ligações políticas tenham um impacto favorável às mulheres e raparigas. Através de defesa e comunicação claras e direcionadas, continuaremos a trabalhar com o governo para assegurar que as políticas e estratégias cheguem aos líderes das comunidades, para que estes compreendam a malnutrição e tomem medidas.

Que se segue?

Tal como sublinhado na AEI, a fase seguinte do Movimento SUN deve reforçar o seu foco no género e na igualdade na medida em que se relacionem com a nutrição. Graças a um foco renovado na ICN2, os esforços para assegurar a crucial janela de 1000 dias, a capacitação das mulheres e a igualdade são nucleares à implementação das leis e políticas e serão uma prioridade fulcral ao longo de 2016 e nos anos seguintes. Continua a ser prestada reduzida atenção à importância da capacitação das mulheres para a boa nutrição nas políticas nacionais. Tal é fundamental para o progresso nos Países SUN, caso se pretenda acelerar os melhoramentos da nutrição.

O revigoramento da análise, do diálogo, do planeamento e da defesa, centrado nas determinantes da malnutrição, apoiará uma coerência mais sólida das políticas e um reconhecimento generalizado dos valores de uma abordagem multissetor. As agências normativas da ONU estão cada vez mais a desenvolver normas e padrões sobre questões da nutrição; porém, é necessário que sejam abrangidos mais tópicos e que ocorra uma maior divulgação para melhor ajudar os Países SUN a definir e implementar medidas.

A Comunidade de Prática SUN centrada nas capacidades funcionais de coordenação e fomento eficaz da nutrição continuará a mediar o diálogo com os Países SUN sobre as formas de apoiar legislação que contribua para a nutrição das pessoas, com um foco renovado nas políticas que refletem as necessidades das mulheres e raparigas.

A Comunidade de Prática SUN centrada na mobilização social, defesa e comunicação, apoiará os Países SUN na comunicação de políticas, destacando as formas através das quais os paladinos, como a comunicação social e os parlamentares, podem chegar às massas. Também procurará partilhar as boas práticas do Movimento em matéria de esforços para articular a ligação entre a capacitação das mulheres, a igualdade e a nutrição.

A Comunidade de Prática SUN centrada na gestão do ciclo das políticas e do orçamento apoiará os Países SUN na amplificação das questões de género, para que se tornem ingredientes essenciais do planeamento e da implementação das políticas do governo. Uma prioridade fulcral para o futuro será a de assegurar um maior aproveitamento da orientação para abordagens sensíveis à nutrição por parte dos Países SUN.

2.3 Terceiro objetivo estratégico: Progresso no sentido da harmonização de medidas entre setores e entre atores

Mensagens essenciais

- Os planos nacionais de nutrição são o veículo para converter políticas em medidas e resultados
- Os Países SUN estão a fazer progressos na atualização dos planos e no envolvimento dos atores para a mobilização e a harmonização em torno de um conjunto de resultados comum
- Os Quadros Comuns de Resultados são uma “negociação direcionada” entre setores fulcrais, um processo central para a prestação de contas e uma via para incentivar a atribuição eficaz de recursos
- Muitos Países SUN relatam progressos significativos na adoção e na implementação de medidas em harmonia com Quadros Comuns de Resultados
- Os Países SUN estão a demonstrar que o planeamento, a estimativa de custos, a implementação e o financiamento alinhados com um quadro comum de resultados constituem um processo contínuo de aprendizagem e construção

“**Acredito sinceramente que todos os setores devem prestar contas pelo seu desempenho e pelo fornecimento de alimentos e nutrição, com indicadores muito claros monitorizados e avaliados anualmente.**”

Ibrahim Assane Mayaki,
Diretor Executivo da NEPAD
e do Grupo Principal do Movimento SUN

Panorâmica

Ao harmonizarem as medidas nutricionais em torno de objetivos partilhados, os Países SUN estão a trabalhar no sentido de melhorarem o impacto da nutrição à escala. Em 2015, os atores do Movimento SUN continuaram a participar em negociações francas sobre os planos nacionais de nutrição conduzidos pelos governos. Tais planos são o veículo para converter políticas em medidas e resultados.

Os planos nacionais de nutrição descrevem as medidas a implementar, os papéis dos atores e os resultados a alcançar através da colaboração. Os planos incluem medidas com efeitos específicos da nutrição, como a amamentação exclusiva, o melhoramento da distribuição de micronutrientes e o tratamento da malnutrição grave. Também ajudam a chegar a um consenso sobre o modo como as medidas dos setores relevantes podem combater as causas subjacentes da malnutrição e tornar-se mais sensíveis à nutrição. A agricultura, a segurança alimentar, a proteção social, a educação, a saúde, a água e o saneamento desempenham um papel fulcral. A capacitação das mulheres é a base.

Através destes planos, a implementação das abordagens, as estimativas de custos e as fontes de financiamento são também articuladas, e o alinhamento dos atores da nutrição converterá o plano em resultados à escala.

O desenvolvimento de planos nacionais de nutrição robustos depende do envolvimento efetivo dos setores relevantes do governo. Estes têm de avaliar e definir o seu papel no combate à malnutrição. Também depende da boa vontade coletiva e do alinhamento dos vários atores que podem mobilizar as suas medidas no contexto dos esforços nacionais.

Esta parceria é mais eficaz quando todos os setores e atores conseguem mobilizar-se em torno de resultados comuns acordados. **No âmbito do Movimento SUN, a designação “Quadro Comum de Resultados” (QCR) é usada para descrever um conjunto de resultados esperados que foram objeto de discussão e acordo entre diferentes setores do governo e outros atores.** Um QCR pode ser a chave essencial para planos de nutrição eficazes, para sistemas de implementação de medidas e para assegurar a responsabilização mútua entre os atores e perante os mais afetados pela malnutrição. Pode funcionar como roteiro, para que os vários parceiros que buscam resultados comuns possam planear e priorizar os esforços de forma sinérgica.

Aos níveis nacional e local, os QCR podem ser usados para identificar lacunas cruciais, concedendo visibilidade a áreas em situação de subinvestimento e subdesempenho. Pode orientar a atribuição eficaz de recursos e reduzir a fragmentação. Para a comunidade técnica, no governo e nos parceiros do desenvolvimento, pode estabelecer as bases para a estimativa de custos e a priorização de medidas com vista ao desenvolvimento de sistemas robustos de implementação e monitorização do progresso.



As concretizações e as ilações

Em 2014-2015, houve progressos significativos no sentido do desenvolvimento de QCR nos Países SUN; porém, há enormes diferenças entre os países. Muitos relatam a existência de um QCR e estão a centrar os seus esforços na aplicação e no envolvimento de parceiros; contudo, permanecem barreiras à implementação. Foram solicitados mais apoio, orientação e clareza para auxiliar os Países SUN.

Os Países SUN encaram o processo pelo qual se desenvolve um QCR como uma “negociação direcionada” entre setores fulcrais. Consideram que o mesmo contribui para uma melhor coordenação.

O desenvolvimento de um QCR tende a avançar com mais ligeireza e tranquilidade se decorrer sob a autoridade do mais alto nível do governo, com orientações claras para todos os atores relevantes, um calendário robusto e um compromisso de todos para apoiar a concretização dos resultados acordados na máxima medida possível, no âmbito das respetivas áreas de responsabilidade.

Embora o desenvolvimento de um QCR seja complexo, o Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2015 continua a demonstrar que os Países SUN há mais tempo no Movimento são mais suscetíveis de registar avanços no uso de um QCR para a gestão da implementação e a monitorização do progresso.

28 Países SUN relatam agora que têm QCR nacionais implantados. Outros dois estão a desenvolvê-los. 23 Países SUN relatam que têm um plano de ação associado ao seu QCR, com três países a comunicarem que os estão a desenvolver. 11 Países SUN estão a desenvolver ou a aperfeiçoar os seus planos nacionais de nutrição. 19 Países SUN têm planos orçamentados estabelecidos. 22 Países SUN relatam que estabeleceram sistemas ou quadros multissetoriais de monitorização e avaliação da nutrição juntamente com os seus planos.

Muitos países solicitaram ajuda para desenvolver e orçamentar os seus planos e para melhorar as suas capacidades internas nestas áreas. Pelo menos 15 países beneficiaram de assistência direta através do MQSUN.

O MQSUN é um consórcio de sete organizações não-estatais eminentes, apoiado pelo Department for International Development (DFID), que visa melhorar a qualidade dos programas específicos da nutrição e sensíveis à nutrição.

O grupo está empenhado em:

- Expandir a base de dados concretos sobre as causas da subnutrição;
- Reforçar competências e capacidades para apoio ao fomento de programas específicos da nutrição e sensíveis à nutrição;
- Facultar a melhor orientação disponível para apoio da conceção, da implementação, da monitorização e da avaliação dos programas;
- Aumentar a inovação nos programas da nutrição;
- Partilhar conhecimento para assegurar que as lições sejam aprendidas em todo o DFID e não só.

Sistemas de informação eficazes ajudarão a orientar o processo, desde a conceção das políticas e o planeamento estratégico até à monitorização da implementação e à prestação de contas pelos resultados. Os relatórios dos Países SUN indicam que os decisores pretendem saber se os investimentos em programas relacionados com a nutrição estão associados a mudanças nos níveis de malnutrição. Os sistemas de informação possibilitarão que os responsáveis dos Países SUN analisem e comparem a eficácia potencial das diferentes abordagens de implementação quanto ao seu contributo para a redução dos níveis de malnutrição. A iniciativa das Plataformas Nacionais de Informação para a Nutrição (PNIN), apoiada pela União Europeia, é uma de tais plataformas e pode contribuir para suprir as lacunas e explorar abordagens sistemáticas ao reforço da aprendizagem entre países.

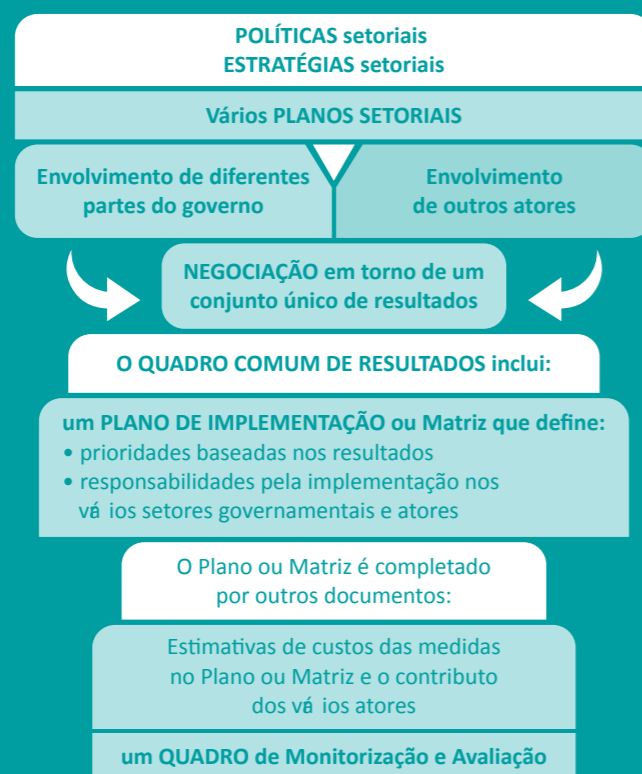
Desenvolver uma base de dados para planeamento de Quadros Comuns de Resultados

No decurso de 2013, os Países SUN começaram a trabalhar com o Secretariado do Movimento SUN para analisar os seus planos nacionais, incluindo a componente orçamentada. Tais planos foram identificados pelos Países SUN como sendo os seus Quadros Comuns de Resultados (QCR) em função dos quais seriam harmonizados os esforços de todos os atores nacionais. Como parte do exercício, cada rubrica orçamentada foi analisada e classificada através de um conjunto de três

categorias gerais (Sensíveis à Nutrição, Específicas da Nutrição e Administração da Nutrição), para ajudar o governo e os parceiros a melhor aferirem e compararem as necessidades com os recursos existentes. A classificação foi feita pelo MQSUN, um consórcio de peritos técnicos.

Esta ferramenta analítica dos Quadros Comuns de Resultados é uma base de dados usada para pormenorizar, resumir e comparar planos de nutrição desenvolvidos por Países SUN participantes no Movimento SUN. A ferramenta dos QCR faculta uma oportunidade para normalizar o debate acerca do planeamento da nutrição. Proporciona um quadro para o entendimento das várias medidas subjacentes à organização e à implementação de uma iniciativa nutricional de grande escala, ainda que as medidas específicas possam variar de país para país. A ferramenta dos QCR está publicamente disponível no sítio web do Movimento SUN, possibilitando que todos os interessados explorem a base de dados para melhor compreenderem o leque de efeitos e medidas incluídos nos planos sociais de diversos países do Movimento.

Quadro Comum de Resultados – Elementos essenciais



Lições dos Países SUN

Ao longo do processo de negociação de um QCR, surgem desafios. As lições aprendidas com os Países SUN que receberam apoio do consórcio Maximização da Qualidade SUN (MQSUN) no desenvolvimento de QCR sugerem o seguinte:

- É importante estabelecer a apropriação por parte de todos os atores; caso contrário, corre-se o risco de irrelevância.
- Assegurar que os resultados e medidas incluídos no QCR reflitam as realidades das pessoas que sofrem de malnutrição e se baseiem em dados concretos. O contexto é crucial e não há uma abordagem universal.
- Há variações entre os Países SUN nos quais as estratégias sensíveis à nutrição são incorporadas nos QCR, o que reflete o trabalho em curso em cada país com vista a estabelecer metas relevantes para a nutrição apropriadas nos planos de vários setores, incluindo a saúde, a agricultura, a proteção social e a água/saneamento.
- As estimativas de custos e as abordagens de implementação são muito úteis se forem orientadas por metas acordadas que sejam estabelecidas com periodicidade anual no contexto de um calendário quinquenal ou mais longo. É mais provável que as medidas resultem em esforços sinérgicos e eficazes se prestarem atenção específica às necessidades nutricionais das pessoas e comunidades vulneráveis.
- A maior parte dos planos inclui medidas específicas da nutrição na janela de oportunidade dos 1000 dias entre a concepção e o segundo aniversário da criança. Embora o setor da saúde se mantenha como principal fornecedor, é preciso estabelecer ligações claras com outros setores com vista a criar o ambiente propício necessário para que as crianças e as mulheres em idade reprodutiva, incluindo as adolescentes, obtenham benefícios reais das medidas específicas da nutrição.
- É essencial o desenvolvimento de planos locais enformados por recomendações nacionais para uma implementação eficaz.
- Os resultados comuns acordados são mais úteis se forem convertidos em indicadores para monitorização do progresso da implementação: 22 Países SUN desenvolveram quadros para a monitorização do progresso da implementação. Porém, nem todos os quadros incluem os dados necessários à avaliação do progresso no sentido dos objetivos nacionais.

Destaques de Países SUN



Malawi

O governo do Malawi desenvolveu o seu Quadro de Monitorização e Avaliação (M&A) nacional, com indicadores claramente definidos em harmonia com a Política e o Plano Estratégico Nacionais de Nutrição (PPENN) 2007-2015, que já entrou em vigor em 70% dos distritos. Foi também desenvolvida pelo governo uma base de dados online que liga os atores a todos os níveis, do distrital ao nacional. Todos os responsáveis distritais de M&A receberam formação e apoio com equipamento para assegurar um relato eficaz.

Foi desenvolvido um sistema de acompanhamento financeiro baseado na web, com um painel para ajudar a registar o financiamento geral dos parceiros. O sistema possibilitará a previsão das lacunas de recursos com projeções e aumentará o alinhamento dos atores. Este processo está quase finalizado e foi divulgado aos atores da nutrição a nível nacional. Os passos seguintes incluem a divulgação do sistema e a formação dos utilizadores finais a todos os níveis.

Nutrition for Sustainable Development in Cambodia Hotel InterContinental, March 3-4, 2015



Camboja

A Fase III da Estratégia Retangular para o Crescimento, o Emprego, a Igualdade e a Eficiência (2014-2018) do Camboja inclui a nutrição e definiu uma orientação política para melhorar a segurança alimentar e a nutrição (SAN). A Estratégia Retangular identifica prioridades para reforço da disponibilidade, aumento do acesso e utilização dos alimentos.

A Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição (ENSAN) (2014-2018) é um instrumento de defesa para financiamento adicional e aperfeiçoamento da coordenação e das medidas integradas para melhorar a segurança dos alimentos e da nutrição. Para harmonizar a ENSAN com o quadro de resultados do Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico 2014-2018, e também com os quadros de indicadores de outros planos e estratégias nacionais, foi acordada a implementação da monitorização e avaliação (M&A) com o processo seguinte:

i) A monitorização dos programas e intervenções específicos é executada pelos setores implementadores, que comunicarão as estatísticas ao Conselho do Desenvolvimento Agrícola e Rural (CDAR). ii) O CDAR fará o seguimento com os ministérios setoriais, para compilar e integrar os relatórios setoriais e aferir o impacto geral dos objetivos e metas da ENSAN. O CDAR publicará um relatório de M&A anual para a ENSAN. iii) Será organizado pelo CDAR um workshop anual de análise do progresso da ENSAN para discussão do relatório de M&A, com vista a informar os formuladores de políticas, os implementadores e os parceiros do desenvolvimento no quadro do Fórum Cambojano de Cooperação para o Desenvolvimento (FCCD), que avaliará o planeamento geral das intervenções relacionadas com SAN e das atribuições de recursos futuras. iv) Será efetuada no final de 2016 uma análise intercalar independente da ENSAN para apoio de um diálogo mais informado sobre a continuação do desenvolvimento da estratégia.

Os Indicadores de Monitorização Conjunta (IMC), que se baseiam em princípios de responsabilização mútua pela concretização dos resultados do desenvolvimento, proporcionam um quadro para a definição de objetivos de médio prazo baseados nos efeitos do desenvolvimento priorizados na Estratégia Retangular e para a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico (PNDE). Todos os anos, os IMC são revistos e adaptados se necessário; em 2014/2015, existem 15 IMC.

Resumo da análise transnacional dos planos nacionais de nutrição pela Rede da ONU para o Movimento SUN

A Rede da ONU para o Movimento SUN efetuou recentemente uma análise dos planos nacionais de nutrição de 55 Países SUN, na qual são destacadas tendências interessantes na situação dos planos e a medida em que eles representam a multissetorialidade, os grupos-alvo vitais e as áreas temáticas. A análise determinou que 44 Países SUN têm planos existentes ou estão em vias de os formular, dos quais 39 estavam disponíveis para análise e foram revistos. Sabia-se que muitos planos (28 dos 39) tinham sido formulados ou atualizados nos últimos cinco anos. Dos planos existentes, nove estão a ser formulados, três estão a ser revistos e 32 foram adotados. Mais de metade dos planos nacionais de nutrição foram orçamentados de alguma forma, o que pode ajudar a enformar os exercícios de priorização, embora sejam muito poucos os planos para os quais foram empreendidos esforços de priorização (38% ou 15 planos).

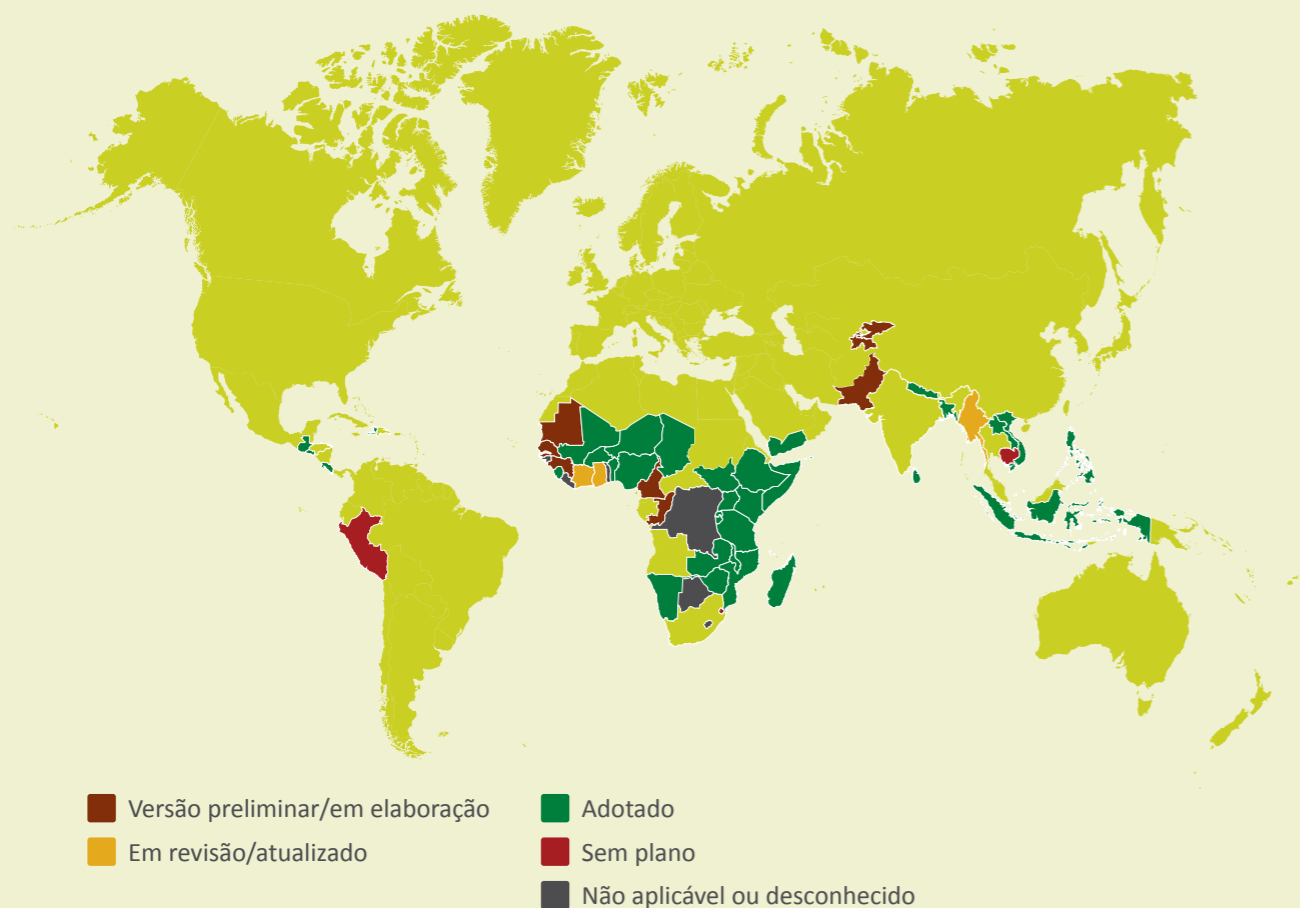
A maior parte dos planos nacionais de nutrição é patrocinada pelos ministérios competentes, em particular o Ministério da Saúde; o patrocínio supraministerial dos planos é mais comum sob a forma de plataformas nacionais de colaboração e organismos dedicados à nutrição. Somente um dos planos não reconheceu a multissetorialidade através da inclusão de medidas para três ou mais setores, e há um maior envolvimento dos setores da saúde, da agricultura e da educação em comparação com os outros setores correlacionados.

Todos os planos nacionais de nutrição abordavam a administração da nutrição, embora fosse prestada menos atenção às políticas e ao planeamento em comparação com outros aspetos da administração. Além disso, os planos eram mais suscetíveis de incluir medidas sobre sistemas de informação da nutrição quando formulados nos últimos cinco anos.

Quase todos os planos abordavam as áreas da resiliência, da comunicação para a alteração comportamental e da investigação e desenvolvimento, embora apenas metade abordasse a capacitação das mulheres ou as considerações comerciais. Somente 26% (10 planos¹⁹) abordavam as cinco áreas. Embora dois terços dos planos reconhecessem o duplo fardo da malnutrição, menos de metade incluíam medidas para combater a sobrenutrição, independentemente da região geográfica ou da idade do plano. Na sua maioria, os planos de nutrição abordavam períodos fulcrais do ciclo de vida, como os primeiros 1000 dias e a adolescência, e todos os planos revistos da Ásia tinham em conta ambos os períodos. Os planos recentes tinham maior probabilidade de abordar a adolescência.

Esta análise transnacional indica que há margem para melhoramento na abrangência dos planos, em particular no que respeita a medidas para a água, o saneamento e outros setores selecionados, as áreas da capacitação das mulheres e do comércio e o crescente duplo fardo da malnutrição.

Os planos nacionais de nutrição encontram-se em fases distintas de desenvolvimento nos Países SUN, sem tendências geográficas visíveis



Nota: As fronteiras e nomes apresentados neste mapa não implicam a aprovação ou aceitação oficial pelas Nações Unidas.

¹⁹ Planos nacionais que abordam as cinco áreas: Bangladesh (Plano de Ação da Política Alimentar Nacional [2008-2015]), Burundi, Etiópia, Guatemala, RDP Laos, Malawi, Mianmar, Níger, Nigéria e Ruanda

Não há uma solução universal quando se trata de harmonização

Por Chandavone Phoxay, Médica, MSc, PhD, Diretora-Geral Adjunta, Departamento de Promoção da Saúde e da Higiene, Ministério da Saúde, e Ponto Focal SUN no Governo da RDP Laos

Um compromisso político sólido dos mais altos níveis do governo e do parlamento proporcionou, na RDP Laos, um espaço em que os atores podem convergir e alinhar esforços, numa parceria para a boa nutrição. Em 2012, a RDP Laos estabeleceu uma plataforma multissetorial para a nutrição, bem como um Comité Nacional da Nutrição (CNN). Este último é presidido pelo Vice-Primeiro-Ministro e constituído por quatro ministérios nucleares (da saúde, da educação, da agricultura e do planeamento e investimento), outros ministérios relevantes, instituições e organizações de massas envolvidas na nutrição e na segurança alimentar.

O Secretariado da CNN é chefiado pelo Vice-Ministro da Saúde e copresidido pelos Vice-Ministros da Agricultura e Silvicultura, da Educação e Desportos e do Planeamento e Investimento, fazendo parte da plataforma multissetorial para a nutrição. Estabelece coordenação com os parceiros do desenvolvimento, os doadores, as comunidades técnicas e de investigação e a sociedade civil num esforço para melhorar a nutrição e a segurança alimentar no país.

Em 2013, a RDP Laos reconheceu que o ODM 1 estava fora do alcance e que os esforços existentes, desconcertados, não estavam a obter impacto suficiente. Aprendendo com as experiências internacionais e as abordagens baseadas em dados concretos do Bangladesh, do Brasil e do Peru, que reduziram a malnutrição em 3-4% ao ano, a CNN estabeleceu o processo para desenvolver um plano de ação multissetorial para a segurança alimentar e nutricional baseado numa abordagem de "convergência" harmonizada. Desde abril de 2015, a CNN trabalhou na atualização da presente Estratégia Nacional da Nutrição (ENN), do Plano de Ação da ENN para 2025 e do Plano de Ação 2016-2020 (NNS-2025 PA-2020), aplicando a abordagem de "convergência" por um lado e reforçando a qualidade da cobertura das intervenções nutricionais por outro. Prevê-se que o NNS-2025 PA-2020 esteja finalizado e aprovado pelo governo da RDP Laos ainda no ano fiscal corrente.

O plano multissetorial convergente priorizou diferentes províncias e distritos. Presentemente, a abordagem teve experiências-piloto de microplaneamento multissetorial em três províncias e seis distritos, que incluíram os principais setores dos ministérios da saúde, da educação, da agricultura, do desenvolvimento rural e do planeamento e investimento.

O Plano de Ação é analisado e desenvolvido por vários setores e orçamentado, implementado e monitorizado por cada um deles. Com assistência técnica dos parceiros do desenvolvimento e do Secretariado do CNN, são implementadas intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição entre as crianças malnutridas de determinadas regiões geográficas do país. A implementação bem-sucedida deste modelo de "convergência" pode reduzir a subnutrição, reduzir a proporção de pessoas que sofrem de fome para 22% até 2015 e reduzir a prevalência do atraso de crescimento para 34% até 2018.

O aumento do investimento pelo governo e a mobilização de recursos de fontes externas para a nutrição funcionaram. Porém, o governo continua a enfrentar o desafio da coordenação entre atores, agentes e doadores para fazer o levantamento dos recursos e intervenções, da cobertura da implementação e dos seus efeitos. Em segundo lugar, as limitações de financiamento e de capacidade de implementar as intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição continuam a ser uma barreira que esperamos superar nos próximos anos.

Esperamos que esta abordagem fortaleça a colaboração entre a sociedade civil, as organizações internacionais e o setor privado, ligando-os à abordagem do governo através de uma estratégia convergente. A convergência é similar à coordenação multissetorial e não é fácil. É necessário definir o "quem", o "quando", o "como" e o "quê" do processo de coordenação; não há soluções universais. É um processo de aprendizagem ao longo do tempo.

Que se segue?

Tal como sublinhado na AEI, o processo de desenvolvimento dos QCR ajuda a criar consensos e deve ser incentivado. Os Países SUN demonstraram que o desenvolvimento de um QCR é um processo de planeamento dinâmico de alinhamento dos atores fulcrais em torno de resultados comuns, que deve ser periodicamente revisto e reapreciado com base nos planos setoriais relevantes. É um processo que consiste em aprender, fazer, avaliar e adaptar.

Através da partilha de lições aprendidas na elaboração e na implementação dos QCR, o Movimento SUN continuará a promover o melhoramento contínuo da qualidade, centrando-se em medidas eficazes dos pontos de vista multissetorial, multiator e multinível.

Para assegurar uma implementação eficaz, são necessários, mas não suficientes, planos orçamentados nacionais e regionais que apresentem recomendações genéricas em harmonia com as políticas, estratégias e legislação existentes. No planeamento das medidas, as recomendações têm de ser mais bem priorizadas, adaptadas e orçamentadas em função do contexto e das necessidades específicas. A transparência na formulação, na execução e na prestação de contas orçamentais requer consultas locais eficazes entre os órgãos implementadores e as comunidades.

O desenvolvimento acelerado de sistemas de planeamento de informação sobre nutrição ajudará a corroborar as medidas implementadas e os resultados, de maneira a identificar o que deve ser feito de forma diferente. Tal é crucial para os decisores que precisem de definir o que pretendem ampliar e os resultados previstos

Através da Comunidade de Prática SUN centrada na gestão do ciclo das políticas e do orçamento, as Redes SUN e os parceiros técnicos estão a trabalhar para assegurar uma abordagem consistente no que respeita a apoiar o desenvolvimento dos QCR e dos planos correlacionados, comunicar os progressos e garantir um apoio oportuno e adequado. Em 2016, através da partilha entre países, da consolidação da orientação em torno de medidas baseadas em dados concretos e do acompanhamento formativo, o Movimento SUN procurará esclarecer o processo de desenvolvimento dos QCR e as práticas de apoio a abordagens multissetoriais nos Países SUN. Habitualmente, os Países SUN consideram útil que os seus QCR sejam revistos por outros, para que possam ser robustecidos ou reforçados. Em 2016, serão mais exploradas as formas de o fazer sistematicamente.

Através da Comunidade de Prática SUN centrada nas capacidades funcionais de coordenação e fomento eficaz da nutrição, o reforço de capacidades, competências e práticas coletivas dos Países SUN para planeamento, orçamentação, gestão da implementação, acompanhamento da despesa e monitorização do progresso serão prioritários em 2016.

Através da Comunidade de Prática SUN centrada na mobilização social, defesa e comunicação, os esforços para defender um contacto multissetorial, multiator e multinível serão vitais para assegurar que a dinâmica se mantenha, com um foco na inovação e na ambição de resultados.

2.4 Quarto objetivo estratégico: Progresso no sentido do acréscimo de recursos para a nutrição e da demonstração de resultados

Mensagens essenciais

- Os Países SUN estão a dar passos significativos na identificação de dotações específicas da nutrição e sensíveis à nutrição nos seus orçamentos nacionais; esta é a base da prestação de contas.
- Estão disponíveis novas estimativas preliminares de dotações orçamentais nacionais para a nutrição de 30 países.
- O objetivo a longo prazo é o financiamento multianual, que obriga a monitorização de longo prazo
- À medida que ficam globalmente disponíveis novos meios e mecanismos de financiamento, tal origina uma oportunidade para aumentar a transparência e a previsibilidade dos recursos financeiros externos disponíveis a que os Países SUN podem aceder.
- Em 2016, o Movimento SUN enfrenta o desafio de dar uma resposta arrojada, ambiciosa e inovadora de apoio à ampliação do financiamento à nutrição, centrando-se na noção de mais nutrição pelo dinheiro e mais dinheiro para a nutrição

“Esta é a base da prestação de contas. Tem também a ver com orientação. Os governos têm de poder ver onde está a ser gasto o dinheiro. Os países precisam de números comparáveis ao longo do tempo. Não se preocupem com as comparações transnacionais; sejam transparentes e disponibilizem publicamente a informação. Comecem por algum sítio.”

Lawrence Haddad,
Investigador Superior do IFPRI, Copresidente,
Grupo de Peritos Independentes do Relatório sobre a Nutrição Global

Panorâmica

É essencial que os governos nacionais e as PMA dos Países SUN avaliem os recursos existentes para a nutrição e mobilizem recursos financeiros acrescidos. As medidas e intervenções de ampliação para melhoramentos da nutrição requerem recursos financeiros sustentados em capacidade individual, organizacional e do sistema.

Os formuladores de políticas precisam de dados fiáveis para poderem tomar decisões informadas a respeito da atribuição de recursos à nutrição nos orçamentos nacionais. O acompanhamento dos investimentos relevantes para a nutrição não é um fim em si mesmo, mas pode capacitar os governos para tomarem decisões baseadas em dados concretos sobre a despesa com a nutrição, informarem o público acerca do modo como são gastos os recursos e possibilitarem que a sociedade civil se envolva num debate significativo acerca da relação entre a atribuição de recursos e a situação nutricional melhorada.

2015 foi um ano exploratório para os Países SUN movidos pela necessidade de saberem mais acerca das lacunas de financiamento e recursos para a nutrição. No Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2014, ficou bem evidente que existe a necessidade de acelerar os esforços para acompanhar e justificar melhor a despesa num fomento eficaz.

Exercício de autoavaliação de 2014 (37 países)



Esta lacuna notória suscitou um Exercício de Análise Orçamental à escala do Movimento SUN, numa resposta urgente para apoiar os Países SUN na identificação das dotações para a nutrição nos seus orçamentos nacionais.

30 Países SUN reuniram-se no decurso de quatro workshops regionais organizados pela UNICEF em nome da Rede da ONU para o Movimento SUN e do Secretariado do Movimento SUN (SMS). Efetuaram investigações sobre a nutrição, dissecando os orçamentos nacionais ou os sistemas de acompanhamento dos orçamentos nacionais. Debateram sobre quais as dotações que eram específicas da nutrição e sensíveis à nutrição e tentaram atribuir fatores de ponderação a determinadas dotações com base no seu grau de relação com os resultados para a nutrição. Foi um processo de aprendizagem pela prática e de partilha de perspetivas entre Países SUN. Estes países estão agora a dar passos significativos para melhor acompanharem as dotações específicas da nutrição e sensíveis à nutrição nos seus orçamentos nacionais. Na sequência deste exercício, o Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2015 efetuado pelos Países SUN demonstra importantes melhoramentos registados na capacidade dos países de avaliarem a viabilidade financeira da ampliação.

O exercício começa a ajudar os Pontos Focais SUN nos Governos e os formuladores de políticas nacionais na resposta a perguntas difíceis como “quanto custará a ampliação das intervenções nutricionais?” e “que resultados compraremos com esses investimentos?” Também serve para revigorar os esforços internos de criação de cenários de investimento mais robustos e para os incorporar nos seus esforços de defesa nacional.

Este esforço coletivo para encontrar uma forma consensual de analisar a despesa com a nutrição no âmbito do Movimento SUN possibilitará, com o tempo, que os Países SUN relatem com transparência as suas situações. Tal permitirá que o Movimento SUN, como um todo, garanta que os investimentos na nutrição sejam não apenas bem justificados, mas também canalizados para o melhor efeito.

Perante este cenário, tem havido esforços globais significativos para estimar o custo adicional do cumprimento das metas da Assembleia Mundial da Saúde em 37 dos países com incidência mais elevada. Em termos agregados, estima-se que o investimento total adicional necessário para ampliar um pacote comprovado de intervenções de alto impacto seja de 49,6 mil milhões de dólares ao longo dos próximos 10 anos²⁰. Atingir a meta global relativa ao atraso de crescimento envolverá o reforço do compromisso dos países e doadores, bem como a priorização e a harmonização globais dos investimentos na nutrição. A lacuna de financiamento atualmente existente pode ser suprida através de um esforço coordenado de mobilização de recursos adicionais dos governos nacionais, ajuda dos doadores tradicionais e mecanismos de financiamento novos e inovadores, como o Fundo Power of Nutrition e o Mecanismo de Financiamento Global.



As concretizações e as ilações

30 Países SUN participaram no exercício de atribuir um valor à nutrição nos seus orçamentos nacionais. Partilharam, refletiram, debateram e criaram consensos em torno das suas ilações durante workshops regionais em África, na Ásia e na América Latina durante abril de 2015.

Num firme passo no sentido da transparência e da responsabilização, os números e tendências preliminares, partilhados pelos Países SUN, são apresentados no Relatório sobre a Nutrição Global de 2015. A documentação do processo, as experiências, os resultados e as recomendações para o futuro são apresentados no capítulo seguinte e de forma mais robusta num relatório de síntese, disponível na Reunião Global do Movimento SUN de 2015.

A ligação da orçamentação e do financiamento das medidas nutricionais ao planeamento, à implementação e à monitorização do impacto será vital para a otimização dos recursos no futuro. Com recursos limitados, a priorização será essencial. A Rede de Países SUN saudou os workshops como fóruns úteis para a partilha, a aprendizagem e a criação de consensos. “As dotações orçamentais para intervenções nutricionais são, em geral, inadequadas e não há estimativas de despesas ou dotações para avaliar as lacunas, o que demonstra a relevância deste exercício”, afirmou o Dr. Raymonde Goudou Coffie, Ministro da Saúde e representante da luta contra o VIH na Costa do Marfim.

A maioria dos Países SUN relatou um melhoramento significativo na sua capacidade de aferir, acompanhar, ampliar e harmonizar os recursos em 2015. Os Países SUN também relatam que os compromissos de financiamento têm sido cada vez mais honrados e convertidos em desembolsos.

Porém, os Países SUN relatam um retrocesso no estabelecimento de mecanismos de financiamento e de identificação de lacunas de financiamento para a nutrição flexíveis e previsíveis. Este declínio realça a falta de consistência nas dotações e nos desembolsos financeiros para apoio dos objetivos nutricionais de longo prazo.

Houve também desafios na definição dos efeitos e das medições das intervenções sensíveis à nutrição, com os Países SUN a solicitarem orientação adicional. Este trabalho é vital para orientar o modo de obter mais efeitos nutricionais do dinheiro que já está a ser gasto nos vários setores e será um foco essencial do período 2015-2016.

²⁰ Reaching the Global Target to Reduce Stunting: How Much will it Cost and How Can We Pay for it? Banco Mundial, Results 4 Development, Children’s Investment Fund Foundation, 1000 Days, Bill and Melinda Gates Foundation.

Destaques de Países SUN



Peru

O Peru tem estado a implementar, desde há vários anos, disposições de controlo e acompanhamento de resultados para as suas intervenções. As intervenções foram reforçadas através do desenvolvimento de um sistema de seguimento e planeamento financeiro que é transparente e atualizado diariamente. Tal possibilita que os utilizadores tenham informação em tempo real sobre a dotação orçamental e a execução da despesa através de uma plataforma da web intitulada “consultas amigáveis”.

As intervenções do Estado na área da malnutrição, priorizadas com base em dados científicos, foram incluídas no orçamento de Estado como programas financiados pelo orçamento (Programa de Saúde Materna e Neonatal e Programa Nutricional Coordenado). O planeamento e o seguimento dessas intervenções tiveram em conta o modelo causal lógico de ambos os programas e, para fins de medição, são usados sistemas que facultam informações periódicas de inquéritos nacionais (ENDE) e registos administrativos (por exemplo, registos de serviços de saúde ou administração financeira das questões orçamentais).

A disponibilidade de informação oportuna e desagregada facilitou os processos de ligação entre setores, governos e sociedade civil. Além disso, a implementação dos métodos de pagamento aos níveis regional e local está concebida para melhorar os processos de gestão aos vários níveis e incentivar a concretização da cobertura de cuidados visada para os produtos prioritários.

© Save the Children/Alejandro Kirchuk



Quênia

O Plano Nacional de Ação para a Nutrição 2012-2017 (PNAN) está a ser descentralizado. Estão a ser elaborados 17 planos municipais de ação para a nutrição (PMAN), enquanto outros sete estão criados e orçamentados para o período 2015-2018. Estes estão em harmonia com os planos de despesa de médio prazo do governo e com os planos e políticas setoriais nacionais e municipais.

Os municípios começaram por receber orientação dos atores envolvidos no PNAN, antes de encetarem um processo consultivo com atores da nutrição nacionais e municipais relevantes. Uma vez finalizados, os PMAN foram orçamentados através de uma abordagem baseada em ingredientes e foram identificados e avaliados todos os recursos necessários para a intervenção. Foram partilhadas e adaptadas uma nota orientadora e ferramentas de orçamentação preliminar preparadas ao nível nacional, de acordo com o contexto de implementação específico do país, as metas anuais e as implicações nos custos da ampliação ao longo do tempo. O processo recebeu informação adicional a partir dos custos unitários decorrentes dos estudos documentados. Foram usados perfis de nutrição municipais para estimar a incidência da malnutrição, bem como as necessidades de recursos, com base na análise existente sobre indicadores de intervenções nutricionais de elevado impacto. Por fim, foi prestado apoio técnico para a revisão dos documentos finais.

Os PMAN orçamentados proporcionam um quadro para que as intervenções nutricionais coordenadas ao nível municipal sejam ferramentas de mobilização de recursos robustas e guias para o investimento em intervenções nutricionais economicamente racionais.

© Bill & Melinda Gates Foundation/Fredric Courbet

Criar orçamentos, setor a setor

Pela Professora Endang Achadi, Universidade da Indonésia

A Indonésia progrediu consideravelmente com o levantamento das dotações específicas da nutrição e sensíveis à nutrição no orçamento de Estado. Em primeiro lugar, procedemos à sensibilização dos setores relevantes para explicar as determinantes imediatas e subjacentes da malnutrição e o modo como se relacionavam com os respetivos programas setoriais.

Usámos apresentações baseadas no Quadro Concetual da UNICEF e nas intervenções da série da The Lancet. Mostramos-lhes as causas diretas: regime alimentar e infeções. Como se cuida do regime alimentar? Com alimentos suficientes e variados; a partir daí, é fácil estabelecer a ligação à agricultura e à pobreza. Como se previne as infeções? Através de intervenções WASH, que estão associadas ao setor das obras públicas. Passo a passo, associámos cada determinante a cada setor relevante. Orientámo-los e mostrámos-lhes qual devia ser o seu contributo. A partir daí, obtemos informação sobre dotações orçamentais potencialmente relevantes e solicitamos mais pormenores que já existem nos respetivos planos orçamentais de médio prazo. O passo seguinte é o desenvolvimento do Plano Nacional de Ação para a Alimentação e a Nutrição (RAN PG) 2015-2019, que se centrará fortemente nos primeiros 1000 dias de vida e envolverá setores fulcrais para além da saúde. Tal foi conseguido devido ao respetivo envolvimento no Movimento SUN nacional e às reuniões de sensibilização realizadas, e o trabalho de análise orçamental incentivou os setores a analisarem os seus programas relevantes para a nutrição em maior pormenor.

Barreiras

Para estabelecerem dotações orçamentais apropriadas, os decisores e gestores dos programas precisam de ter um entendimento suficiente acerca do modo como os programas podem atingir o objetivo de melhorar a segurança alimentar e nutricional. Tal ainda tem de ser concretizado.

Para dizer a verdade, não é fácil. É essencial obter a colaboração não apenas de peritos técnicos, mas também de decisores de alto nível. Quando os setores definem as dotações orçamentais, não têm a nutrição como objetivo. Quando debatemos com outros setores o seu papel no melhoramento da nutrição através das respetivas dotações orçamentais, tais setores estão a começar a compreender a melhor forma de definir dotações orçamentais para programas sensíveis à nutrição no futuro.

Desenvolvimento do cenário de investimento para o desenvolvimento sensível à nutrição

Quando falamos de dotações orçamentais, é necessária clareza quanto aos fins a que se destinam. Se não houver certezas sobre esse aspeto, é difícil justificar a inclusão. Ao mesmo tempo, se partirmos do orçamento de Estado global, teremos de considerar os objetivos setoriais para a nutrição e defender dotações suficientes para os ministérios competentes. Estas considerações têm de ser associadas ao princípio segundo o qual investir na nutrição é investir no futuro da nação. É um dos investimentos economicamente mais racionais e temos de demonstrar as consequências de não investir na nutrição e os benefícios de dar resposta ao desafio do investimento. É importante que causemos impacto com este facto quando apresentamos os orçamentos de Estado aos setores relevantes através da sensibilização dos decisores aos mais altos níveis. A repetição da orientação ajudará a desenvolver uma cultura de entendimento em torno do melhoramento da nutrição.

Que se segue?

Tal como sublinhado na AEI, é necessário melhorar o progresso do acompanhamento financeiro no Movimento SUN. Neste contexto, os notáveis entusiasmo, colaboração e partilha que caracterizaram o Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN de 2015 incentivaram o desejo de centrar mais as atenções nos resultados.

Uma prioridade fulcral em 2016 será a de prestar um maior apoio ao avanço da análise com o grupo de Países SUN que participaram no exercício de 2015. Tal envolverá a transição para o acompanhamento da despesa real e dos recursos extra-orçamentais, como os contributos da sociedade civil e do setor privado.

Em 2016, haverá um novo apelo aos Países SUN interessados em analisar os seus orçamentos de Estado e os Países SUN que já efetuaram o exercício serão envolvidos na partilha de experiências e na orientação do processo. Serão realizados novos workshops regionais para ajudar ao avanço nos países que já empreenderam a tarefa e apoiar aqueles que a pretendem iniciar.

Os Países SUN também solicitaram mais orientação e apoio com vista a uma melhor definição das medidas sensíveis à nutrição. O foco incidirá na criação de consensos sobre definições dos efeitos e medições sensíveis à nutrição e dos custos sensíveis à nutrição estimados. Será essencial que este trabalho fique solidamente associado ao trabalho em curso sobre estimação dos investimentos correntes na nutrição, alavancagem dos recursos existentes e trabalho sobre indicadores e mensuração. Em 2016, as atenções estarão fortemente centradas na obtenção de mais efeitos nutricionais com o dinheiro gasto.

Será vital para a alavancagem de mais financiamento que nos concentremos na mobilização de recursos e na criação de cenários de investimento mais inteligentes nos Países SUN. À medida que ficam globalmente disponíveis novos meios e mecanismos de financiamento, tal origina também uma oportunidade para aumentar a transparência e a previsibilidade dos recursos financeiros externos disponíveis a que os Países SUN podem aceder.

Por fim, haverá um foco abrangente sobre a melhor utilização de dados para a tomada de decisões e a prestação de contas, em resposta aos apelos dos Relatórios sobre a Nutrição Global de 2014 e 2015. A prioridade principal é garantir que os Países SUN saibam como as diferentes iniciativas podem fortalecer as suas capacidades nacionais e dar resposta às suas necessidades em termos de gestão da informação. Tal inclui o Grupo Consultivo de Peritos Técnicos da OMS/UNICEF para a Monitorização da Nutrição (TEAM), o Mecanismo Global para apoiar o estabelecimento de Plataformas Nacionais de Informação para a Nutrição (PNIN), o Grupo de Peritos Independentes (GPI) para o Relatório sobre a Nutrição Global, o Grupo de Trabalho Técnico da FSIN (Iniciativa conjunta PAM/FAO) e o Grupo Técnico de Classificação por Fases Humanitária e de Segurança Alimentar Integrada (IPC).

Em 2016, o Movimento SUN enfrenta o desafio de dar uma resposta arrojada, ambiciosa e inovadora de apoio à ampliação do financiamento à nutrição. Através das Comunidades de Prática SUN, serão envidados esforços para acelerar este trabalho e garantir que o mesmo promova uma defesa eficaz e apoie os objetivos dos atores no que toca à mobilização de recursos para a nutrição.





Apoiar o progresso e fortalecer os resultados

Mensagens essenciais

- O Movimento SUN pretende atuar como um agente de ligação
- O Movimento tem procurado criar um ambiente de aprendizagem, partilha e facilitação de apoio aos Países SUN quando não estão disponíveis competências e experiência a nível nacional
- O apoio pode assumir a forma de orientação, assistência técnica ou intercâmbio de experiências para enformar o caminho a seguir, a gestão do conhecimento e o financiamento de ações.
- O apoio é organizado através de três *Comunidades de Prática SUN* temáticas, centradas em:
 - Gestão das políticas e do ciclo orçamental - desde o planeamento à contabilização de resultados
 - Mobilização social, defesa e comunicação
 - Capacidades funcionais para a coordenação e fomento eficaz da nutrição através da ação
- No último ano, registaram-se 157 pedidos de apoio de Países SUN

Capacidade do Movimento SUN para criar enquadramento

É fundamental possuir as competências e capacidades individuais e institucionais para o fomento efetivo da nutrição. Desde o início do Movimento SUN e ao longo de 2014-15, os Países SUN têm colocado a ênfase nas capacidades básicas que são críticas para uma ação multisetorial eficaz.

Conforme referido nos capítulos anteriores, tem-se registado um enorme progresso em todo o Movimento SUN na construção destas capacidades básicas e na sustentação do progresso no sentido dos Objetivos Estratégicos do Movimento SUN.

O Movimento SUN pretende atuar como um agente de ligação – unindo os Países SUN, as Redes SUN que lutam para dinamizar o progresso e a colaboração e a comunidade técnica, a fim de contribuir para lançar as bases do impacto.

No decurso dos esforços dos Países SUN no sentido do progresso, surgem lacunas de capacidade que funcionam como barreiras à implementação e intensificação de ações eficazes em prol da nutrição. Muitas vezes, os atores nacionais, designadamente das agências da ONU, estão em posição de dar resposta às necessidades dos Países SUN em termos de capacidades. Em alguns Países SUN, existem inúmeras vias de assistência nacional, embora noutros a assistência técnica possa ser limitada. Muitas vezes, o apoio não está bem coordenado ou alinhado com os objetivos nacionais dos Países SUN.

O Movimento SUN tem procurado criar um ambiente de aprendizagem, partilha e facilitação de apoio aos Países SUN quando não estão disponíveis competências e experiência a nível nacional. Além disso, incentiva todos os atores a reforçarem o seu apoio a ações de nutrição nacionais alinhadas e coordenadas. Este apoio pode provir das Redes SUN, de Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGI) ou de instituições académicas com conhecimentos e experiência para estimular o progresso.

O apoio pode assumir a forma de orientação, assistência técnica ou intercâmbio de experiências para enformar o caminho a seguir, a gestão do conhecimento e o financiamento de ações.

À medida que os pedidos de apoio vão sendo recebidos dos Países SUN, existe um esforço concertado para adequar as suas necessidades ao apoio atempado, prático e eficaz existente em todos os quadrantes do Movimento SUN. Este sistema designa-se como a Capacidade do Movimento SUN para Criar Enquadramento.

Como as necessidades nacionais são apoiadas



Na sequência do apoio temático descrito no Relatório de Progresso do Movimento SUN de 2014, foi decidido em 2014-15, com base na natureza dos pedidos provenientes dos Países SUN, fortalecer três focos temáticos a nível do Movimento SUN suscitados pelas solicitações dos países. Foram estabelecidas três *Comunidades de Prática SUN* para tirar partido do conhecimento e experiência coletivos dos intervenientes, criar plataformas de partilha e de aprendizagem e disponibilizar competência técnica.

Três Comunidades de Prática SUN

- **Gestão das políticas e do ciclo orçamental** - desde o planeamento à contabilização de resultados
 - Nota: existiu, ao longo de 2014-15, uma outra Comunidade centrada na monitorização fiável do progresso, na avaliação dos resultados e na demonstração dos resultados da nutrição. Esta foi integrada na primeira comunidade de forma a captar melhor os elementos do ciclo de planeamento.
- **Mobilização social, defesa e comunicação**
- **Capacidades funcionais para a coordenação e fomento eficaz da nutrição através da ação**

Estas *Comunidades de Prática SUN* representam uma forma de trabalhar em conjunto. Visam organizar uma assistência técnica eficaz em torno de três temas principais, gerando conhecimento e oferecendo opções de financiamento para apoiar o progresso no país.

Existem muitas outras Comunidades de Prática que proporcionam uma sólida base de conhecimentos e apoio à nutrição a nível global, tais como o Instituto de Estudos de Desenvolvimento, a Segurança Nutricional e os Esforços Renovados contra a Fome Infantil (REACH). As *Comunidades de Prática SUN* interagem com um amplo leque de profissionais a nível mundial e têm como objetivo captar apoio prático em benefício dos Países SUN.



Solicitações até à data

Em março de 2014, o SMS começou a registar, de forma sistemática, pedidos de apoio dos Países SUN durante as reuniões da Rede de Países SUN e workshops regionais, assim como através de contactos bilaterais.

De agosto de 2014 a agosto de 2015, o SMS recebeu 157 pedidos de apoio, em casos em que o Ponto Focal SUN no Governo não identificou com sucesso no país uma solução de apoio às capacidades. Estes pedidos repartem-se do seguinte modo:



No total, foram integralmente processados pelos prestadores ou encontram-se em fase de processamento 106 pedidos de apoio. Foram arquivados 26 pedidos, pois foram identificadas soluções no país.

Qual é o próximo passo?

É claro que a resposta aos pedidos de reforço de capacidades ainda não satisfaz as expectativas dos Países SUN, mas um conjunto de esforços proativos, como o Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN de 2015, tem ajudado a estimular o progresso. Com base nas lições aprendidas em 2014-15, o SMS continuará a facilitar as três *Comunidades de Prática SUN*, compostas pelos Países SUN e pelas Redes SUN que, mercê da sua vasta experiência, conhecimentos e competências, disponibilizam respostas rápidas e personalizadas a pedidos específicos de apoio. As *Comunidades de Prática SUN* serão ainda mais reforçadas e configuradas para assegurar respostas proativas e de qualidade com vista ao fortalecimento da capacidade dos Países SUN.

Com base nas atividades e aprendizagem do ano transato, as Comunidades de Prática irão intensificar os seus esforços para:

- **Envolver mais prestadores de serviços para atender às necessidades crescentes dos Países SUN e incentivar o envolvimento com países em que o apoio disponível é limitado ou inexistente; desenvolver orientações para os novos Países SUN e para os países em que se revele difícil mobilizar apoio técnico.**²¹
- **Assegurar que todos os Países SUN têm acesso equitativo às oportunidades de partilha e de aprendizagem que caracterizam o Movimento SUN:**
 - Refinar os sistemas de gestão de informação do SMS para proporcionar uma base sólida de conhecimentos e garantir que os produtos de partilha de conhecimento estão a responder à apetência por informações, experiências e conselhos dos Países SUN.
 - Continuar a fazer crescer e a expandir o alcance das *Comunidades de Prática* a fim de proporcionar oportunidades proativas de aprendizagem e de partilha em todo o Movimento SUN.
- **Apoiar os Países SUN para que compreendam melhor os tipos de financiamento global que estão disponíveis e qual a melhor forma de aceder a estes fundos.**

²¹ Conforme identificado num levantamento dos prestadores de serviços em atividade nos Países SUN, existe uma grande concentração de prestadores de serviços num pequeno número de Países SUN e, na maioria dos países, o apoio disponível é limitado ou inexistente. Não estão aqui incluídas as agências da ONU, que estão presentes em todos os Países SUN e podem constituir um primeiro ponto de contacto, em caso de necessidade de assistência técnica.

3.1 Gestão das Políticas e do Ciclo Orçamental - desde o planeamento à contabilização de resultados

Até à data, esta *Comunidade de Prática SUN* tem-se centrado nos esforços em curso por parte dos governos e parceiros de apoio do Movimento SUN para orçamentar e acompanhar os planos nacionais de nutrição. A Comunidade visa orientar esforços coordenados dos atores da nutrição e mobilizar os recursos necessários para colmatar lacunas e sustentar resultados. Tem igualmente por objetivo apoiar a criação e utilização de plataformas de informação aos níveis nacional e subnacional que possam contribuir para:

- Monitorizar o progresso na redução da malnutrição
- Identificar ligações entre mudanças registadas a nível de malnutrição e investimentos financeiros internos e externos em nutrição
- Construir argumentos plausíveis sobre a eficácia, de uma perspetiva de impacto e custos, das diferentes intervenções
- Reforçar a responsabilização mútua dos parceiros governamentais e de desenvolvimento pelo cumprimento dos compromissos assumidos, alavancando plataformas de informação, tais como as PNIN.

Solicitações até à data

Registaram-se até à data 84 pedidos de apoio em diferentes áreas de planeamento, cálculo de custos, implementação e financiamento (ou seja, acompanhamento e mobilização de recursos).

Quem está envolvido?

Tem participado nesta Comunidade um conjunto de parceiros internacionais, disponibilizando especialização técnica em resposta às solicitações dos Países SUN. Estes incluem o Banco Mundial, a Iniciativa REACH da ONU, a FANTA, a Equipa de Cálculo de Custos da OneHealth (ONU), a Rede MQSUN, a FAO / CAADP, Results for Development, a Iniciativa para o Desenvolvimento, o SPRING, o IFPRI, a ACF, Save the Children e a Oxford Policy Management. As quatro Redes globais do Movimento SUN estão ativamente envolvidas nesta Comunidade.

Investigar a nutrição nos orçamentos nacionais

O Fomento da Nutrição requer uma abordagem alargada em que os esforços devem ser incorporados nos programas e nos planos de vários setores. Embora seja necessária uma abordagem ampla, a sua complexidade torna difícil acompanhar financeiramente os esforços e garantir que a meta de melhorar a nutrição seja alcançada. A compreensão dos investimentos em nutrição ajuda os decisores políticos, aos níveis nacional e internacional, a planejar melhor e a tomar decisões informadas sobre a atribuição de recursos para a nutrição. Une os atores nos seus esforços para reforçar o desempenho e a eficiência das dotações orçamentais e das despesas. Capacita os governos para que tomem decisões baseadas em indícios concretos sobre as despesas com a nutrição, informem o público e permitam que os defensores da sociedade civil se envolvam em debates relevantes.

Reconhecer o desafio

A necessidade de melhor acompanhar os investimentos em nutrição foi reconhecida desde os primórdios do Movimento SUN. Foi despoletada em 2013 uma revisão da literatura para examinar que análise poderia ser feita nos países e, em 2014, já havia tido início uma revisão orçamental online em 28 Países SUN. Embora limitadas, as conclusões forneceram uma base sólida para os esforços futuros. Na sequência das sessões de trabalho na Reunião Global do Movimento SUN de 2014 relativas ao acompanhamento das dotações para a nutrição, a 17.ª reunião da Rede dos Países SUN explorou ainda mais os aspetos práticos da questão. Durante esta reunião, os Países SUN foram instados a responder a um *Convite à Manifestação de Interesse* que teve como objetivo identificar os países que estavam interessados em acelerar os seus esforços para relatar dotações orçamentais relevantes para a nutrição.

Uma resposta esmagadora

Trinta Países SUN responderam ao *Convite à Manifestação de Interesse* e foi com entusiasmo que adotaram o uso de uma abordagem em 3 etapas para relatar dotações orçamentais relevantes para a nutrição. A abordagem em 3 etapas foi identificada pelo Secretariado do Movimento SUN como um processo rápido e prático de relatar dotações relevantes para a nutrição. A abordagem baseia-se numa metodologia comum, aprovada por Responsáveis Superiores da Rede de Doadores SUN em 2013, para acompanhar os investimentos globais em nutrição.

Abordagem em 3 etapas:

- **Etapa 1 - identificar dotações orçamentais relevantes para a nutrição através de uma pesquisa por palavras-chave.**
- **Etapa 2 - avaliar claramente que dotações orçamentais são específicas da nutrição, relacionadas com a nutrição e, por último, não relacionadas com a nutrição.**
- **Etapa 3 - atribuir uma ponderação às dotações, como, por exemplo, específicas da nutrição (100%), como sejam os programas nacionais para a nutrição incorporados no orçamento de Estado; e uma atribuição razoável para programas relacionados com a nutrição (por exemplo, 25%), como a rede de segurança social e programas de desenvolvimento da primeira infância.**

O método proporciona um exercício útil em transparência e um ponto de partida para acompanhar as despesas com nutrição no orçamento nacional; não constitui, contudo, um quadro completo e não pode ser usado como base de comparação entre países.

“ Os orçamentos afetados a intervenções nutricionais são geralmente insuficientes e não existem estimativas de despesas ou de dotações para avaliar as lacunas, o que comprova a importância deste exercício. ”

Dr. Raymonde Goudou Coffie,
Ministro da Saúde e da Luta
contra o VIH na Costa do Marfim

Incentivar a construção de consenso: workshops regionais

O trabalho culminou com quatro workshops regionais de análise orçamental em abril de 2015, apoiados pela UNICEF em nome da Rede das Nações Unidas, na Tailândia, no Uganda, na Costa do Marfim e na Guatemala. Participaram nos workshops, em diferentes fases do processo de 3 etapas, representantes dos Países SUN, tendo tido a oportunidade de debater que dotações eram específicas da nutrição e sensíveis à nutrição e que ponderações se ajustavam a dotações concretas, com base na sua sensibilidade à nutrição. Tratou-se de um processo de aprendizagem com a prática e de partilha de perceções entre os Países SUN.

A Rede de Países SUN enalteceu os workshops, considerando-os fóruns úteis para partilha, aprendizagem e construção de consenso entre os Países SUN.

Resumo dos pontos fundamentais que resultaram dos workshops regionais

1. Prestação de orientações para uniformizar a classificação de intervenções "específicas da nutrição" e "sensíveis à nutrição"
2. Desenvolvimento de recomendações para enfrentar os desafios atuais, como a contabilização dos custos de pessoal e dos custos de governança para a nutrição
3. Desenvolvimento de opções para harmonizar a "ponderação" das intervenções, especialmente as sensíveis à nutrição.
4. Apresentação de recomendações sobre os próximos passos. Em particular:
 - como controlar as despesas reais
 - como acompanhar dotações e despesas extraorçamentais
 - como usar os resultados da análise do orçamento para ações de defesa e comunicação
 - como ligar a análise do orçamento a estimativas de custos, a fim de estabelecer as lacunas financeiras.

Partilhar perceções

Em junho de 2015, já 30 Países SUN tinham passado pelas etapas 1 e 2, e 14 destes tinham feito progressos consideráveis na etapa 3²². A seguinte análise preliminar é prova de que o Exercício de Análise Orçamental constituiu um sólido ponto de partida para os Países SUN, com sinais de que galvanizou um forte desejo de perseguir sistematicamente uma análise mais aprofundada, de acordo com as necessidades nacionais.

Envolvimento intersetorial e potencial das dotações

Foram utilizadas no exercício dotações orçamentais de um grande número de ministérios, departamentos e agências (MDA), desde 2 no Vietname a 15 na Guatemala (mediana de 7). Encontrou-se igualmente, através de pesquisas por palavras-chave, uma grande variedade de dotações orçamentais que continham rubricas potencialmente relevantes para a nutrição, desde 11 nas Filipinas a mais de 100 no Bangladesh, no Lesoto, no Togo e no Gana.

A soma não ponderada das dotações específicas e sensíveis, resultantes da pesquisa por palavras-chave, representa o "limite superior" de todas as dotações para a nutrição. Os limites superiores variam entre <1% do orçamento total do Estado no Vietname e >7% no Bangladesh, nas Comores, na Guatemala e no Tadjiquistão.

O limite superior médio das dotações específicas da nutrição é de 0,47% e o limite superior médio das dotações sensíveis à nutrição é de 4,47% do orçamento nacional.

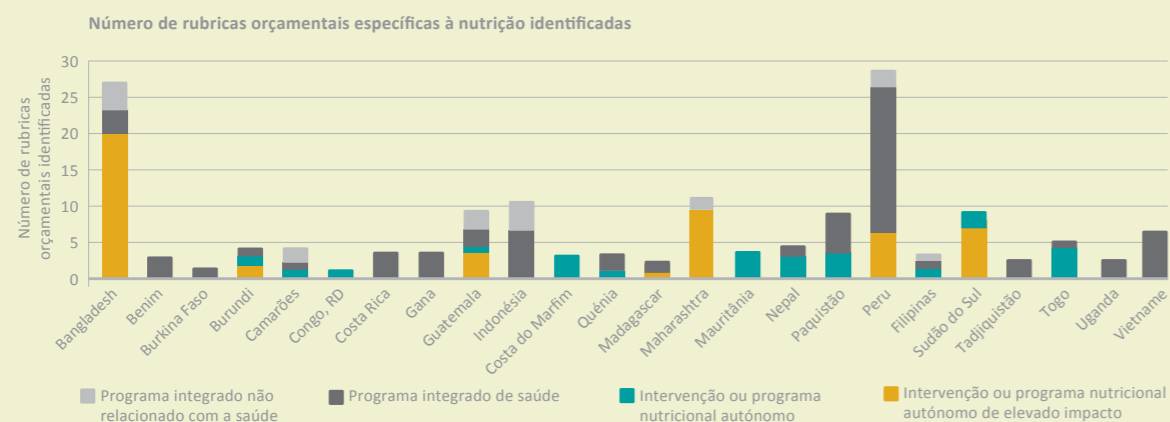
Perceções mais profundas com ponderação

Para os 14 países que atribuíram ponderação às dotações para a nutrição, os totais variam entre 0,1% e 2,90% do orçamento total do Estado. A média é de 1,34%. Isto sugere que as dotações para a nutrição do governo são muito modestas, mas são semelhantes às percentagens identificadas para a nutrição em relação à Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) na base de dados do Sistema de Notificação de Países Credores da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico (OCDE), tal como indicado no Relatório sobre a Nutrição Global (RNG) de 2014.

Nestes países, as dotações ponderadas específicas da nutrição representaram 94% do limite superior das dotações específicas da nutrição e as dotações ponderadas sensíveis à nutrição representaram 29% do limite superior das dotações sensíveis à nutrição. A proporção entre as dotações ponderadas específicas da nutrição e as sensíveis à nutrição de 39% é semelhante ao rácio para os doadores com um valor de 50%, estimado no RNG de 2014.

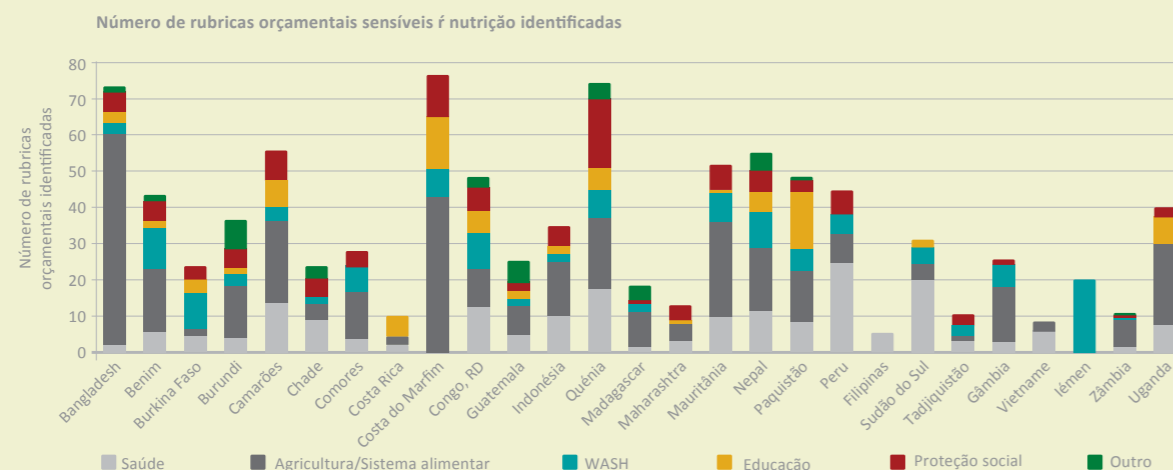
²² As conclusões foram discutidas através de consultas nacionais e de quatro workshops regionais moderados pela UNICEF em nome da Rede das Nações Unidas e do Secretariado do Movimento SUN. Cada equipa governamental nacional decidiu que ministérios, departamentos e agências (MDA) pesquisar e que rubricas orçamentais incluir na análise, pelo que as comparações entre países das estimativas geradas não são rigorosamente válidas.

26 países identificaram dotações específicas da nutrição, na sua maioria incluídas nos orçamentos dos organismos (MDA) que fornecem serviços de saúde. Mais de um terço dos países pôde identificar intervenções ou programas nutricionais autónomos, como por exemplo o programa dos 1000 dias e o enriquecimento de alimentos. A figura seguinte apresenta o número e tipo de dotações específicas da nutrição identificadas por estes países.



Uniformização das dotações sensíveis à nutrição

Cada orçamento nacional está estruturado de forma diferente, pelo que foi aplicado um quadro analítico a cada dotação identificada como sensível à nutrição a fim de uniformizar resultados. As dotações foram agrupadas em cinco domínios setoriais fundamentais, identificados no RNG de 2014: saúde pública, educação, agricultura, proteção social e abastecimento de água, saneamento e higiene (WASH).



25 países foram capazes de identificar dotações sensíveis à nutrição em mais de quatro domínios setoriais fundamentais. A figura seguinte mostra o número de dotações identificadas por cada país nos cinco domínios setoriais. O domínio agrícola registou o maior número de dotações orçamentais, seguido pela saúde pública, WASH, proteção social e educação.

Perceções adicionais: género, governação e mudanças ao longo do tempo

22 países foram capazes de identificar dotações reativas ao género; estas ocorreram principalmente no domínio da proteção social e da educação.

Embora não generalizadas, foram identificadas dotações para a governação da nutrição que incluem:

- Mecanismos de coordenação para a nutrição em Madagáscar, no Benim e na Zâmbia
- Instituições de investigação dedicadas à nutrição na RDC e nas Filipinas
- Sistemas de informação sobre nutrição (independentes e integrados) no Bangladesh, no Sudão do Sul, na Zâmbia, na Costa Rica, no Peru e na Guatemala
- Reforço da boa governação a nível nacional e subnacional no Gana e no Chade
- Tecnologias de informação e comunicação no Quênia e no Tadjiquistão.

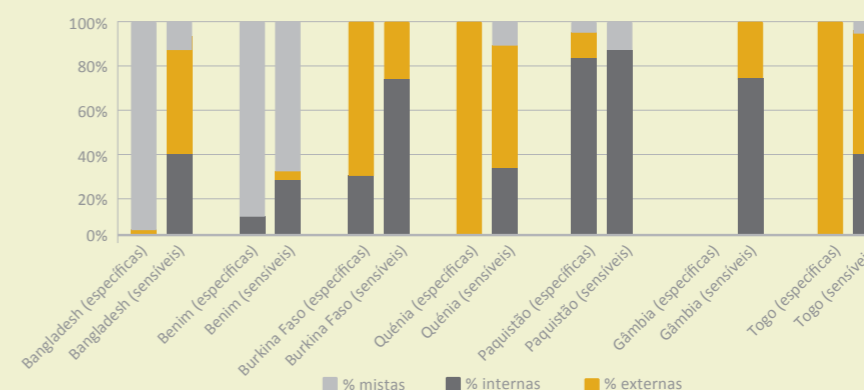
Tendências ao longo do tempo

Doze países, onze dos quais tinham dados relativos a 2013 e 2014, apresentaram mais do que um ponto de dados. Usando 2013 como linha de base, os valores de 2014 foram ajustados para refletir a inflação, mostrando assim a variação em termos reais. Verificou-se uma diminuição relativa das dotações para intervenções específicas da nutrição, com exceção do Burundi e da Mauritânia. Todos os países, exceto o Bangladesh, revelam um aumento das dotações sensíveis à nutrição.²³

Fontes de financiamento internas e externas

7 países foram capazes de fornecer dados suficientes para avaliar as fontes de financiamento de modo a permitir uma melhor visão de quem está a investir e onde. No âmbito das dotações específicas da nutrição, predominam as fontes de financiamento externas e mistas, enquanto as fontes internas parecem concentrar-se mais nas dotações sensíveis à nutrição.

Uma análise mais aprofundada permitirá identificar as principais fontes de financiamento entre as dotações orçamentais "sensíveis à nutrição" mais frequentemente relatadas nos cinco setores fundamentais.



Limitações dos resultados

O processo não foi finalizado e contém algumas limitações. Estas incluem o sistema de ponderação escolhido pelo país, os MDA selecionados pelo país e as diferenças entre os pressupostos subjacentes dos programas específicos da nutrição e sensíveis à nutrição entre países. Estas limitações, no entanto, não têm impacto sobre a capacidade de cada país para acompanhar as suas próprias dotações ao longo do tempo, assumindo que as suas definições e pressupostos permanecem constantes.

O caminho futuro a percorrer

Este esforço coletivo para encontrar uma forma consensual de analisar as despesas com a nutrição no seio do Movimento SUN permitirá, com o tempo, que os Países SUN relatem as situações respetivas com transparência. Deste modo, o Movimento SUN no seu todo estará em posição de garantir que os investimentos em nutrição não sejam apenas bem contabilizados mas que também sejam aplicados da forma mais eficaz.

Os dados partilhados pelos países formaram a base de importantes impulsos de defesa para mobilizar mais fundos para a nutrição. Estes dados foram utilizados nos novos cálculos de custos da "Realização da Meta Global de Redução do Atraso no Crescimento" (Banco Mundial *et al*, 2015), que foi apresentada durante a Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento (Adis Abeba, Etiópia, julho de 2015).

Significando um passo decisivo no sentido da transparência e da responsabilização, os números e tendências preliminares, partilhados por Pontos Focais SUN nos Governos em nome das suas PMA, são apresentados no Relatório sobre a Nutrição Global de 2015. Estará disponível em outubro de 2015, na Reunião Global do Movimento SUN, no âmbito de um relatório de síntese, documentação sobre as experiências, resultados e recomendações sobre o caminho a seguir.

Uma das principais prioridades em 2016 será a intensificação do apoio ao desenvolvimento da análise com o grupo dos Países SUN que participaram no exercício de 2015. Serão mais uma vez organizados workshops regionais para ajudar os países que já tenham realizado este trabalho a progredir e para apoiar outros países para que o iniciem. Nestes workshops, avançar-se-á para o acompanhamento das despesas reais e dos recursos extraorçamentais, como sejam os contributos da sociedade civil e do setor privado.

²³ A componente "sensível à nutrição" da Mauritânia não está incluída na análise. A variação relativa entre 2013 e 2014 equivalente a 1017% deve-se a novas rubricas orçamentais para atividades de proteção social (24 milhões de USD) e abastecimento de água (35 milhões de USD)

O caminho a seguir

Em 2016, o sítio web do Movimento SUN continuará a alojar documentos, tais como políticas, legislação, planos e diretrizes elaborados pelos países. Os documentos de orientação técnica e de síntese apresentarão estudos de casos concretos para apoiar os esforços dos países. Bases de dados fáceis de usar, no sítio web do Movimento SUN, especificarão igualmente estimativas de custos e despesas dos Países SUN.

A Comunidade continuará a facilitar apoio à elaboração de documentos nacionais, como políticas, legislação, planos e consultas técnicas, ao desenvolvimento de QCR a nível nacional, a estimativas de custos, ao acompanhamento financeiro e à mobilização de recursos, além de apoio à descentralização de sistemas. Será feito igualmente um esforço para apoiar o financiamento e a implementação de ações essenciais alinhadas com QCR definidos.

Aprender e partilhar

- A Comunidade alargará o número de prestadores de serviços com a flexibilidade necessária para responder aos pedidos dos países.
- Haverá acesso a experiências de aprendizagem através de webinars e outras plataformas de intercâmbio sobre temas específicos.
- Será dada continuidade, em 2016, aos workshops em áreas de interesse fundamentais, como a análise orçamental.
- A Comunidade também facilitará intercâmbios de aprendizagem sul-sul, organizados pelos prestadores de serviços aos Países SUN, para que a partilha de abordagens seja mais eficaz.

Em 2016, através da partilha entre países, da consolidação de orientações em torno de ações baseadas em indícios concretos e de atividades de *coaching*, a Comunidade procurará esclarecer o processo de desenvolvimento de QCR e as práticas coletivas que apoiam abordagens multissetoriais nos Países SUN.

No próximo ano, a ênfase irá além do planeamento para incidir sobre a aceleração proativa da implementação baseada na descentralização e na garantia da cobertura eficaz dos mais necessitados. A necessidade de fornecer mais orientações sobre abordagens sensíveis à nutrição será fundamental para os esforços desta *Comunidade de Prática SUN*.

3.2 Mobilização Social, Defesa e Comunicação (MSDC) Efetivas à Escala do Movimento SUN

Esta *Comunidade de Prática SUN* pretende aproveitar os profundos esforços de MSDC para melhorar a nutrição, que estão a ocorrer em todo o Movimento SUN. Desde ações de defesa ao mais alto nível político ao trabalho com defensores da nutrição e com a comunicação social, assim como a utilização do poder da comunicação a nível comunitário, esta Comunidade tem como objetivos:

- Promover ações de MSDC que tenham impacto
- Dar aos países a oportunidade de aprender com essas experiências através da partilha de conhecimentos
- Prestar apoio técnico e ao reforço de capacidades para ações de MSDC específicas com especialistas nacionais e internacionais em todo o Movimento
- Partilhar sucessos, inovações e as ferramentas que contribuem para a mudança.

O que foi feito até agora?

Foram estabelecidas estratégias globais de MSDC em 20 países do Movimento SUN. Em 25 países, grupos de deputados têm vindo a defender ativamente o fomento da nutrição (incluindo a criação de redes com objetivos de defesa específicos). Em 15 países, foram desenvolvidas ferramentas de defesa específicas de cada país para sensibilizar os decisores aos mais altos níveis para a nutrição (incluindo os PERFIS, o Custo da Fome em África e a ferramenta RENEW). Em 15 países do REACH da ONU, foram criadas narrativas comuns, painéis de indicadores e apresentações sobre o ponto da situação da nutrição a nível nacional e descentralizado.

Solicitações até à data

Registaram-se até à data 33 pedidos de apoio em diferentes áreas da MSDC.

Quem está envolvido

22 Países SUN estão a colaborar para ajudar a dar forma à Comunidade, juntamente com cada uma das Redes do Movimento SUN. Existem várias organizações e agências não governamentais internacionais especializadas em apoiar países no âmbito da sensibilização e comunicação para o desenvolvimento. Estas disponibilizam uma reserva de prestadores com a competência técnica e os recursos adequados para responder às solicitações dos países relacionadas com diferentes aspetos da MSDC, incluindo a Action Contre La Faim, a Action, Alive & Thrive, a GMMB, a Fundação Graça Machel, o PATH, o REACH, a UNICEF, Save the Children, o Instituto de Estudos de Desenvolvimento, Results for Development, a Fundação do Fundo de Investimento para a Infância, a GAIN, o SPRING e a FANTA.

Diversos esforços de defesa da sociedade civil

A Rede da Sociedade Civil SUN continuou a destacar-se pelo seu trabalho para assegurar que os esforços de defesa se encontrem no cerne do Movimento. As Alianças da Sociedade Civil SUN a nível nacional empreenderam esforços diversos, que se descrevem em seguida, sendo que um grande número destas alianças direcionou as suas ações de defesa a todos os níveis.



Tanzânia - o primeiro intercâmbio de aprendizagem a nível de Mobilização Social, Defesa e Comunicação

De 23 a 25 de setembro de 2014, os Países SUN reuniram-se para o primeiro workshop de MSDC de Fomento da Nutrição, em Dar es Salaam, na Tanzânia. O evento foi organizado pela Aliança da Sociedade Civil da Tanzânia, PANITA, com apoio do Gabinete do Primeiro-Ministro, do Centro de Alimentação e Nutrição da Tanzânia, da World Vision e do programa REACH da ONU. Estiveram presentes mais de 40 participantes de nove Países SUN em África, juntamente com prestadores de serviços técnicos com conhecimentos e experiência específicos em MSDC.

Os participantes representaram vários grupos de atores, incluindo o governo, a sociedade civil, as empresas, os doadores e as agências da ONU. O workshop constituiu uma oportunidade para dialogar, explorar metodologias para a realização de abordagens à MSDC baseadas em indicadores concretos e identificar os desafios comuns que podem ser abordados por uma Comunidade de MSDC em crescimento.

A maior parte dos países participantes centrou-se na mobilização de fundos e no lançamento de estratégias de MSDC. Houve um consenso claro sobre a necessidade de ações de defesa dirigidas aos mais altos níveis do governo e foi considerado importante posicionar o Movimento SUN desta forma para garantir uma coordenação eficaz dos esforços de MSDC. Emergiram objetivos de defesa comuns, tais como a necessidade de aumentar o financiamento da nutrição, fortalecer a capacidade dos recursos humanos e conduzir campanhas massivas de sensibilização e consciencialização multissetoriais junto dos principais ministérios, mas também junto de parceiros fundamentais, como os órgãos de comunicação social e os deputados.

Muitos observaram que, embora possam dispor de robustas estratégias de defesa, mobilização social ou comunicação, podem não ter a adesão, os recursos ou as competências necessários para implementá-las com sucesso. As lições extraídas destes workshops centradas nas capacidades de que os defensores necessitam para conduzir com sucesso o seu trabalho de defesa da nutrição representaram um contributo para a Comunidade de MSDC que procurará, em 2016, focar as principais necessidades emergentes.

Tanzânia e Senegal - workshops de defesa da Rede da Sociedade Civil

Em 29 de maio de 2015, as Redes da Sociedade Civil SUN da Tanzânia, Quênia, Uganda, Etiópia, Burundi e Ruanda, juntamente com o Consórcio de ONG Humanitárias do Quênia (KANCO) e a ACTION, organizaram, em Dar es Salaam, o lançamento do Relatório sobre a Nutrição Global (RNG) na África Oriental. Estas redes reuniram defensores de seis países com Redes SUN ativas e perfis de nutrição similares, a fim de realçar desafios e sucessos comuns no combate à malnutrição na região.

A mesa redonda incidiu sobre a defesa de um maior empenhamento e responsabilização em matéria de nutrição. Seguiu-se a esta uma atividade de reforço de capacidades para defensores da nutrição da sociedade civil para que empreendam formação abrangente em comunicação social e aperfeiçoem as suas competências enquanto agentes influenciadores da nutrição.

Em 15 de junho, Alianças da Sociedade Civil do Benim, Guiné, Senegal, Níger, Mauritânia, Burkina Faso, Mali, Costa do Marfim, Togo, Chade, Camarões e Libéria reuniram-se em Dacar, no Senegal, para uma ação de formação em defesa durante três dias, imediatamente seguida de um Workshop Regional de um dia. O evento foi organizado pela Action Contre La Faim (ACF) e pela Rede da Sociedade Civil SUN, com o apoio da UNICEF e apoio logístico adicional de Defensores da RESULTS e do WASH.

O workshop explorou os vários aspetos do planeamento conjunto da defesa e incluiu o levantamento das estruturas de poder, assim como a análise e a identificação de metas fundamentais e dos materiais necessários para atingir todos os públicos. As discussões sobre políticas de nutrição multissetoriais ajudaram os defensores a entender o poder da defesa baseada em factos concretos. O workshop teve como base o Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN de 2015 e demonstrou a necessidade de conseguir apresentar indicadores de uma forma que faça sentido para os decisores.

Os workshops da África Oriental e da África Ocidental serviram para identificar figuras-chave capazes de fazer avançar a Comunidade da MSDC em 2016 e expuseram questões fundamentais que despoletarão a aprendizagem e a partilha.

PERCEÇÕES SOBRE A MSDC: O Quênia adota a defesa política para fomentar a nutrição

Por Tito Mung'ou - Gestor de Defesa e Comunicações da Action Contre La Faim (ACF) e Presidente da Aliança da Sociedade Civil para o Fomento da Nutrição do Quênia (ASC SUN).

"Apesar dos avanços realizados relativamente às causas da malnutrição e à forma de abordar o problema, não temos dado atenção suficiente às questões da nutrição enquanto indivíduos, planeadores, dirigentes e mesmo governos," disse a Primeira-Dama da República do Quênia, Sua Excelência Margaret Kenyatta, num artigo de opinião publicado no jornal The East African em 6 de junho de 2015.

Em fevereiro de 2015, a Primeira-Dama foi anunciada como Patrona da Nutrição do Quênia. O Ponto Focal SUN no Governo e Chefe de Nutrição, Gladys Mugambi, declarou ao discursar perante membros da Aliança da Sociedade Civil SUN (ASC SUN), em 10 de dezembro de 2014, que através dos esforços da rede havia apresentado um pedido à Primeira-Dama para que se tornasse a Patrona da Nutrição. Na verdade, a missão das Redes SUN para posicionar a nutrição ao mais alto nível das estruturas do governo está no bom caminho.

Além da Primeira-Dama, um deputado e membro da Comissão Parlamentar de Saúde, Stephen Mule, é um acérrimo defensor da nutrição. Num artigo publicado no jornal The Standard de 15 de maio de 2015, Stephen Mule dirigiu um apelo aos decisores políticos para que apoiassem programas de nutrição: "Com a descentralização, no contexto da Constituição do Quênia, em que 96% das atividades de nutrição são coordenadas pelos governos locais, há uma necessidade de defesa ainda maior em cada um dos 47 distritos para garantir que seja dada prioridade à nutrição."

A ASC SUN no Quênia está a envolver ativamente os políticos nas questões de defesa da segurança alimentar e nutricional. Diversos dirigentes nacionais e locais são convidados para workshops de defesa em que se debruçam sobre questões específicas relevantes para os seus distritos e assumem compromissos para apoiar os esforços de combate à malnutrição. Desde finais de 2014 que a defesa política para fomentar a nutrição está em marcha acelerada.

Falando durante o workshop de Defesa da Segurança Alimentar e Nutricional da ASC SUN, no distrito de Baringo, em outubro de 2014, o Governador Distrital, Benjamin Cheboi, avançou algumas propostas para ajudar a combater as elevadas taxas de malnutrição. A consequência foi a afetação de mais fundos para programas de nutrição no orçamento distrital para 2015-16.

Em agosto de 2014, durante um workshop de Defesa da Nutrição da ASC SUN e da Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), no distrito de West Pokot, os dirigentes do governo distrital comprometeram-se a dar prioridade às questões de alimentação e nutrição no Plano de Desenvolvimento Integrado Distrital e no respetivo orçamento. O Vice-Governador, Titus Lotee, e o Presidente da Assembleia Distrital, Robert Katina, reiteraram a necessidade de legislação e de emprego de mais nutricionistas, num distrito em que um nutricionista serve 85.331 pessoas. No ano fiscal de 2015-16 do distrito, o governo afetou mais fundos para o pessoal do departamento de nutrição.

O papel dos políticos na defesa da nutrição foi bem caracterizado pelo Prof. John Lonyangapuo, senador do distrito de West Pokot, o qual apresenta o registo mais elevado de casos de malnutrição aguda. Falando durante um workshop da ASC SUN para editores da comunicação social, o senador foi categórico: "Os quenianos ouvem os seus políticos. Se eu tivesse tomado conhecimento deste facto (os altos níveis de malnutrição no distrito de West Pokot), nas duas horas em que usufruí da condição de "Rei" (depois de ter sido eleito, numa sondagem de opinião, o senador de maior sucesso no Quênia), teria falado sobre isso (malnutrição) às mais de 20.000 pessoas que interpelei quando cheguei ao meu distrito."

O Prof. Lonyangapuo aconselhou os atores da nutrição a desenvolverem campanhas de defesa bem elaboradas dirigidas aos políticos, entre os quais governadores, senadores, deputados e representantes das assembleias distritais. Referiu que os políticos devem ser sensibilizados para a importância da nutrição, a fim de complementar as campanhas de defesa do Movimento SUN.

Um outro nível de defesa política por parte da ASC SUN é o desenvolvimento de um ambiente político favorável à implementação de programas de nutrição. A nível nacional, a ASC, em conjunto com outras Redes SUN, continua a influenciar as decisões e as leis relevantes para o setor. Por exemplo, os pontos de vista das Redes SUN sobre o *Projeto de Política de Saúde do Quênia para 2014-2030* e sobre a *Lei da Saúde de 2014* foram articulados em documentos de tomada de posição apresentados pela ASC SUN ao Secretário de Estado da Saúde, James Macharia. Este respondeu a um documento de tomada de posição sobre a política de saúde, assegurando aos atores da nutrição que as suas preocupações seriam consideradas, e acrescentou: "O Ministério da Saúde reconhece que a nutrição é uma componente vital na fundação da saúde e do desenvolvimento humanos, figurando portanto entre as intervenções prioritárias no Setor da Saúde."

Várias comissões distritais de saúde foram sensibilizadas para a necessidade de desenvolver legislação que contribua para transformar os setores da saúde e da nutrição. Johnson Osoi e Robert Katina, Presidentes das Assembleias Distritais de Kajiado e West Pokot, respetivamente, são dois dos líderes do processo de descentralização que se comprometeram a unir os membros de suas assembleias em torno do entendimento de que a nutrição não se resume à alimentação, mas é uma questão constitucional, uma vez que a Constituição do Quênia declara: "todas as pessoas têm direito a uma alimentação adequada de qualidade aceitável" e "todas as crianças têm direito à nutrição".

"Faço um apelo a todos os líderes para que debatam com paixão os problemas que afetam as crianças e as mulheres. Além da afetação de recursos para atividades de nutrição, a nutrição deve ser integrada noutros setores como a agricultura," comentou Mary Seneta, Representante das Mulheres do Distrito de Kajiado na Assembleia Nacional, durante um workshop de defesa da nutrição da ASC SUN, em junho de 2015.

Os atores da nutrição no Quênia deram início à mobilização de diversos intervenientes para que integrem a nutrição nos seus programas, assim como à sensibilização dos dirigentes políticos para que elevem o estatuto da nutrição e atribuam mais recursos à programação da nutrição.

O caminho a seguir

O sítio web do Movimento SUN continuará a apresentar uma variedade de estratégias e planos de ação de MSDC nos Países SUN, um repositório completo de ferramentas de MSDC de atores de todo o Movimento, ferramentas e experiências inovadoras de outros setores em apoio da mudança social, estudos de casos desenvolvidos a partir de experiências dos Países SUN sobre os esforços de MSDC com impacto e blogues interativos para facilitar a partilha de abordagens.

A Comunidade continuará a facilitar assistência e aconselhamento sobre o desenvolvimento de estratégias e ações de MSDC para apoiar a defesa baseada em indícios concretos; o desenvolvimento de estratégias de comunicação de mudanças comportamentais e sociais; o desenvolvimento de mensagens e canais de comunicação adequados; o reforço de capacidades dos defensores da nutrição; o desenvolvimento de ferramentas, eventos e recursos para apoiar os planos nacionais e o desenvolvimento de investigação em MSDC baseada nas lacunas identificadas com os atores nacionais.

Aprender e partilhar

- A Comunidade alargará o número de prestadores de serviços com a flexibilidade necessária para responder aos pedidos dos países.
- Haverá acesso a experiências de aprendizagem através de webinars e outras plataformas de intercâmbio sobre temas específicos.
- Será dada continuidade, em 2016, aos workshops em áreas de interesse fundamentais, como a defesa orçamental.
- A Comunidade também facilitará intercâmbios de aprendizagem sul-sul, organizados pelos prestadores de serviços aos Países SUN, para que a partilha de abordagens seja mais eficaz.

A *Comunidade de Prática SUN* dedicada à MSDC intensificará o seu apoio a fim de assegurar que os esforços de defesa e comunicação sejam claros, urgentes e convincentes para manter a dinâmica a nível político e para explicar a nutrição como uma questão fundamental da vida e do bem-estar futuro - para todos.

Perante o progresso relatado na divulgação de políticas em 2014-15, a *Comunidade de Prática SUN* apoiará os Países SUN para que comuniquem as suas políticas, destacando o modo como os defensores políticos - designadamente, a comunicação social e os deputados - podem chegar às massas. Serão intensificados os esforços para defender e comunicar os benefícios de uma abordagem multisetor, multiator e multiestratificada.

3.3 Capacidades funcionais para a coordenação e fomento eficaz da nutrição através da ação

Os governos dos Países SUN coordenam múltiplos esforços para fomentar a nutrição através de vários mecanismos, ao nível de diversos setores, entre múltiplos atores e entre vários níveis governamentais.

Os Países SUN têm vindo a expressar cada vez mais a necessidade de otimizar o funcionamento destes mecanismos multiatores para o fomento da nutrição. O objetivo geral desta *Comunidade de Prática SUN* é reforçar a capacidade dos grupos e das pessoas para que funcionem de forma eficaz em todos os setores, entre múltiplos atores e entre muitos níveis de governo.

O reforço das capacidades funcionais envolve o estabelecimento de políticas operacionais, procedimentos, quadros de referência, disposições administrativas e pessoal com capacidade suficiente para colaborar eficazmente no fomento da nutrição. Estas capacidades permitem que os países planeiem, liderem, administrem e sustentem iniciativas ao nível de diversos setores, entre múltiplos atores e entre vários níveis governamentais.

Quem está envolvido

Foram identificadas muitas organizações diferentes como potenciais apoiantes desta Comunidade. A Rede da Sociedade Civil SUN, a Rede de Empresas SUN e a Rede das Nações Unidas, em particular o programa REACH e a Rede de Doadores SUN, têm ajudado a dar forma a esta Comunidade, juntamente com o IFPRI, a Universidade de Cornell, a IGAD, a Procasur, o Observatório Social de Genebra, entre outros.

Solicitações até à data

Até à data, o Secretariado do Movimento SUN recebeu 40 pedidos individuais de apoio no domínio das capacidades funcionais.

Prevenir e gerir conflitos de interesses

Em fevereiro de 2015, o Movimento SUN concluiu um esforço de dois anos para desenvolver um processo transparente de assistência aos Países SUN para prevenir e gerir conflitos de interesses (Cdl).

O Processo

A partir de abril de 2013, o Observatório Social Global (OSG) - um fórum independente para o diálogo entre atores - com o apoio financeiro da Fundação Bill e Melinda Gates, facilitou um processo de consulta interativa para rever algumas destas questões, o qual culminou na produção de uma *Nota de Referência* e de um *Kit de Ferramentas* sobre a Prevenção e Controlo de Cdl no Movimento SUN.

Como parte deste processo, o OSG criou um comité diretor para supervisionar a iniciativa em conjunto com uma série de reuniões de consulta que envolveram representantes dos Países SUN e de todas as Redes SUN. Durante 2014, o OSG ajudou a mediar quatro Exercícios de Aprendizagem Avançados para testar a utilidade da *Nota de Referência* e do *Kit de Ferramentas* e para melhor compreender alguns dos principais desafios com que os países se deparam ao lidar com estas questões. As reuniões ofereceram igualmente uma oportunidade para aprender e partilhar experiências nacionais.

Por último, uma Conferência Global final em Genebra a 16 e 17 de fevereiro de 2015 proporcionou uma oportunidade para discutir as principais lições aprendidas com o processo de Cdl do OSG/SUN. As principais lições aprendidas encontram-se descritas num relatório de síntese disponível no sítio web do Movimento SUN.

As mensagens essenciais que emergiram incluíram:

- Os Princípios de Envolvimento do Movimento SUN constituem um quadro ético para a prevenção e o controlo de Cdl no contexto do Movimento SUN e podem ser encarados como uma base a partir da qual podem ser desenvolvidos quadros políticos nacionais individuais
- A liderança a todos os níveis é uma condição indispensável para a prevenção e o controlo eficazes de Cdl
- É essencial que haja políticas escritas, consistentemente aplicadas e monitorizadas. A ênfase deve recair num quadro político que impeça o surgimento de Cdl, mas que permita geri-los de forma eficaz quando ocorrem
- A *Nota de Referência* e o *Kit de Ferramentas* apresentam um quadro sobre a prevenção, identificação, gestão e monitorização de Cdl, mas entende-se que os mecanismos para abordar problemas de Cdl variam de país para país
- Todos os atores do Movimento envolvidos em plataformas multiator nacionais (ou parcerias globais) estão potencialmente sujeitos a Cdl

Sustentabilidade e próximos passos

Após a conclusão do processo, o Secretariado do Movimento SUN, juntamente com intervenientes de todo o Movimento, facilitou uma reunião da Rede de Países SUN para discutir os aspetos práticos da questão e as competências essenciais necessárias para lidar com estas complexas situações. Está a ser desenvolvido um *Documento Informativo "Na Prática"* para documentar os tipos de problemas de Cdl com que os participantes do Movimento SUN se têm deparado e de que forma foram superados. Os próximos passos incluirão a recolha de novos estudos de casos para ajudar os Países SUN a integrar a *Nota de Referência* e o *Kit de Ferramentas* nas ações de reforço de capacidades realizadas através da *Comunidade de Prática SUN* sobre capacidades funcionais e a identificar mentores e defensores que estimulem o desenvolvimento de boas políticas em matéria de Cdl.

Programa-piloto sobre Percursos de Aprendizagem

Em 2014, o Secretariado do Movimento SUN lançou um programa-piloto em parceria com a Procasur Corporation, designado "Fortalecimento da Capacidade dos Países SUN para Fomentar a Nutrição através de Percursos de Aprendizagem". As principais atividades centraram-se: i) no desenvolvimento de ferramentas destinadas a identificar experiências de sucesso e boas práticas relacionadas com a nutrição; e ii) na implementação de iniciativas de aprendizagem presenciais e em linha para apoiar a partilha de conhecimentos e experiências entre os representantes das PMA nacionais do Movimento SUN.

Ao longo de 2014, foram realizados dois Percursos de Aprendizagem. O primeiro teve lugar no Senegal de 26 de maio a 1 de junho de 2014, sob a coordenação da Unidade de Luta contra a Malnutrição (Cellule de Lutte contre la Malnutrition - CLM); o segundo foi realizado no Peru, de 8 a 14 de setembro de 2014, e organizado pelo Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social (Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social - MIDIS). Esteve presente, no conjunto dos dois Percursos de Aprendizagem, um total de 40 representantes das plataformas multiator nacionais de 14 Países SUN de África, da Ásia e da América Latina. Participaram nas atividades do programa Pontos Focais SUN nos Governos, responsáveis governamentais e membros da sociedade civil e do setor privado.

Impressões dos participantes e principais lições aprendidas com os Percursos

Os Percursos de Aprendizagem ajudaram a aproximar ainda mais um conjunto de países, a nível regional e inter-regional, e permitiram a circulação de inovação e boas práticas entre os Países SUN. As relações criadas entre os países constituem uma oportunidade para melhorar o Movimento SUN e reforçar as suas capacidades de estabelecimento de redes entre os membros.

- As delegações tomaram conhecimento aprofundado de uma infinidade de práticas relacionadas com a criação e manutenção de compromissos políticos, com a criação e operacionalização das PMA, com dotações e negociações orçamentais, com o reforço de capacidades e com a participação de diferentes atores e setores.
- O percurso transmitiu um sentido de liderança ao Peru e ao Senegal como países anfitriões.
- Houve uma verdadeira apropriação do exercício por parte das delegações nacionais, assegurando que as principais lições aprendidas se repercutissem a nível nacional.
- O intercâmbio entre os países foi extremamente facilitado, apesar das barreiras linguísticas.
- As apresentações dos representantes comunitários, a nível nacional, regional e local e, posteriormente, dos representantes das aldeias demonstraram a solidez da descentralização e da capacitação das comunidades locais e orientaram os participantes ao longo do "trajeto".

Próximos passos cruciais recomendados

- Incentivar o acompanhamento dos principais atores a nível local, nacional e regional para a implementação dos Planos de Ação.
- Chegar a acordo sobre a forma de incorporar as lições aprendidas com o processo dos Percursos de Aprendizagem em futuros intercâmbios de conhecimentos.
- Fomentar o debate com as Redes SUN e a nível mais alargado sobre abordagens rentáveis para que os Percursos de Aprendizagem venham a abarcar mais países.

“ O percurso de Aprendizagem no Senegal constituiu uma experiência intensa e valiosa na implementação de políticas públicas globais para melhorar a nutrição. Foram criadas redes e contactos com outros atores e decisores nos países participantes, reforçando assim a rede global de conhecimento. ”

Edgardo Sara Muelle,
MIDIS, Peru

Workshop sobre capacidades funcionais

De 10 a 12 de junho de 2015, o Secretariado do Movimento SUN associou-se à UNICEF, em nome da Rede das Nações Unidas e da Rede de Empresas SUN, num evento de três dias de Fomento da Nutrição, em Nairobi, no Quênia. Este primeiro workshop regional do Movimento SUN, dedicado às Capacidades Funcionais para Fomentar a Nutrição, proporcionou uma oportunidade para entender melhor o conceito de capacidades funcionais e o papel que desempenham no fortalecimento de uma cultura de envolvimento efetivo.

Os participantes eram representantes dos governos de Países SUN - Botsuana, Burundi, Etiópia, Quênia, Lesoto, Madagascar, Malawi, Moçambique, Namíbia, Ruanda, Somália, Sudão do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue na Região da África Oriental e Austral - a que se juntaram outros representantes de países não pertencentes ao SUN, como a Eritreia e Angola. Os participantes também incluíram representantes de agências da ONU, do REACH, do setor privado e da sociedade civil, entre outros.

O workshop reconheceu que o Movimento SUN é uma comunidade de conhecimentos, saberes e competências que podem ser aproveitados para apoiar a capacidade dos indivíduos de trabalhar eficazmente em conjunto para fomentar a nutrição. A capacidade dos países para aproveitar e apoiar esta cultura de parcerias de sucesso, como um método de trabalho, constitui a essência das capacidades funcionais no seio do Movimento SUN.

O workshop procurou definir com mais precisão as capacidades funcionais necessárias às parcerias multiatores e multissetoriais para produzir resultados, reconhecendo que as capacidades são necessárias a três níveis: institucional, individual e do ambiente externo. A nível individual, incidiu sobre o reforço do envolvimento efetivo e explorou as atitudes e comportamentos específicos que são necessários para orientar os compromissos dos múltiplos atores. Os desafios em termos de capacidade institucional mais citados prenderam-se com a mediação das PMA e foram debatidas questões mais amplas, como a estabilidade política.

Mensagens essenciais:

- Não existe uma abordagem padronizada ou única
- A coordenação, a confiança e a liderança, a transparência, a responsabilização e a partilha de conhecimentos são questões que tanto podem fomentar como obstruir o envolvimento
- O quadro comum de resultados foi identificado como um modelo para melhorar a coordenação e criar confiança, bem como para desenvolver a liderança e apoiar a transparência e a partilha de conhecimentos
- Os países identificaram claramente os sucessos e os desafios no âmbito das áreas de capacidades funcionais e identificaram e definiram um problema prioritário de capacidade funcional sobre que gostariam de se debruçar nos próximos seis meses
- O Secretariado e as Redes do Movimento SUN têm de compreender os desafios colocados e podem desempenhar um papel na facilitação da partilha, da aprendizagem e do apoio

Workshop da Rede de Empresas SUN

Durante a 18.ª reunião da Rede de Empresas SUN de março de 2015, 47 Países SUN solicitaram informações adicionais sobre a forma de envolver as empresas nas seguintes áreas: agricultura, enriquecimento de alimentos em grande escala, tecnologia móvel, nutrição da força de trabalho e desenvolvimento de estratégias de participação das empresas nacionais.

Nesta base, o primeiro workshop da Rede de Empresas SUN abordou estas áreas através da reunião de empresas da rede com os principais atores de 20 governos da região da África Oriental e Austral e da discussão das parcerias, enquadramentos e estratégias de incentivo a um maior envolvimento com as empresas para fomentar a nutrição.

Mensagens essenciais:

- Existe um número crescente de alianças com as empresas em desenvolvimento em África
- As empresas podem apoiar o fomento da nutrição em toda a cadeia de valor da agricultura: parcerias de pequena escala e entre pequenas explorações agrícolas
- O setor privado é um motor do enriquecimento de alimentos, existindo inúmeras oportunidades na África Oriental e Austral para enriquecer o sal, os cereais, os óleos comestíveis, os condimentos - mas é necessário cumprir e fazer cumprir as disposições nesse domínio
- As empresas podem liderar soluções locais inovadoras para fomentar a nutrição, envolvendo empresas nacionais

O caminho a seguir

Juntamente com figuras importantes do meio acadêmico, parceiros da sociedade civil e do setor privado, a ONU e doadores, esta *Comunidade de Prática SUN* continuará a facilitar apoio e aconselhamento a iniciativas que contribuam para o reforço das capacidades funcionais das PMA. A Comunidade identificará e articular-se-á com um número maior de prestadores, especialistas e organizações experientes, que possuam a flexibilidade para responder às solicitações dos países e estejam interessados em desenvolver e em propor de forma proativa soluções para resolver problemas comuns aos Países SUN. As abordagens inovadoras para construir bases institucionais mais robustas constituirão uma prioridade máxima em 2016, reconhecendo que o reforço de capacidades é um processo moroso e exige apropriação nacional para garantir que a mudança ocorra no interior das instituições.

Aprender e partilhar

- A Comunidade fomentará a partilha de conhecimentos e experiências em matéria de coordenação multissetorial e alinhamento entre os níveis nacionais e locais de governação e implementação da nutrição.
- O sítio web do Movimento SUN continuará a apresentar experiências dos Países SUN relacionadas com o envolvimento multissetorial, o reforço de capacidades e a gestão de conflitos de interesses.
- A Comunidade dinamizará atividades de seguimento para identificação, prevenção e controlo de Cdl, construindo competências de liderança e negociação.
- Serão coorganizados workshops sobre temas específicos para partilhar informações e facilitar a participação dos representantes dos países. Haverá ainda webinars e outras plataformas de intercâmbio organizados por prestadores sobre temas específicos que apoiarão a Comunidade.
- Os Países SUN também serão capazes de se associar aos prestadores com experiência no levantamento dos atores e da respetiva influência, bem como na análise de quadros institucionais.
- A Comunidade continuará igualmente a facilitar o diálogo com os Países SUN sobre formas de apoiar legislação que contribua para a nutrição das pessoas, com um foco renovado sobre as políticas que reflitam as necessidades das mulheres e das raparigas.

Em 2016, esta *Comunidade de Prática SUN* continuará a construir consenso em torno dos aspetos institucionais e ambientais mais amplos da capacidade funcional que necessitam de ser abordados a nível nacional, a par do desenvolvimento de competências essenciais, designadamente qualidades de liderança. Os líderes apenas podem cimentar a confiança, promover um ambiente transparente e colaborativo e partilhar conhecimentos se os processos institucionais lhes permitirem e se o ambiente mais amplo estimular, capacitar e apoiar essas instituições. Melhorar a cultura de parcerias eficazes do Movimento SUN é o objetivo fundamental no futuro.

Comunicação do Movimento SUN

A construção de uma identidade forte que os Países SUN e as Redes SUN possam usar para se fazerem ouvir e para redobram os seus esforços está no centro da estratégia de comunicação do Movimento SUN. Desde o lançamento dos canais digitais de comunicação do Movimento SUN, tem-se registado um crescimento contínuo e um maior envolvimento de públicos fundamentais, incluindo ONG e a sociedade civil, especialistas globais em nutrição e o público em geral. Cada vez mais pessoas dos Países SUN estão a entrar em contacto, a aceder à informação e a contribuir para a comunicação do Movimento SUN.

Sítio web do Movimento SUN

O sítio web do Movimento SUN (www.scalingupnutrition.org), em inglês, francês e espanhol, está em constante evolução para atender às necessidades dos Países SUN e das Redes e apoiantes do Movimento SUN.

Em 2015, até 31 de julho, registaram-se 121.734 visitas ao sítio, uma média de mais de 10.000 visitantes por mês e um aumento de 3,3% em relação ao ano anterior. Este elevado tráfego mantém-se consistentemente de mês para mês e ilustra a importância do sítio web como um canal de partilha e de aprendizagem. Registaram-se visitantes ao sítio web do Movimento SUN da totalidade dos 55 Países SUN.

Os dez Países SUN com o maior número de visitas foram as Filipinas, o Quênia, a Indonésia, o Paquistão, o Bangladesh, o Uganda, a Tanzânia, a Etiópia, a Zâmbia e a Guatemala. O número de visitas deste grupo de países aumentou 22,5%.

As melhorias introduzidas no sítio web do Movimento SUN no ano transato incluem:

- Uma atualização das páginas web dos Países SUN, melhorando a funcionalidade e aumentando o alinhamento com os quatro Objetivos Estratégicos do Movimento SUN
- Uma atualização das páginas web da Rede SUN
- O desenvolvimento da área Vozes do Movimento SUN, destinada a notícias que reflitam os pontos de vista de indivíduos ou organizações no Movimento
- O lançamento do sítio web do Movimento SUN adaptado a dispositivos móveis.

Boletim informativo do Movimento SUN

O boletim informativo do Movimento SUN serve para destacar o progresso numa base mensal. Constitui uma segunda oportunidade para apresentar notícias sobre o Movimento e chamar mais a atenção para atividades importantes futuras, incluindo a Agenda de Desenvolvimento pós-2015.

O número de assinantes do boletim mais do que duplicou (de 1250 em julho de 2014 para 3175 em julho de 2015). Em meados de 2015, já 133 pessoas eram assinantes da edição em espanhol e 453 pessoas da edição em francês do boletim.

Meios Sociais do Movimento SUN

A página do Facebook do Movimento SUN foi criada em 2013 e tem registado um crescimento constante. Em 31 de julho de 2015, a página tinha 2432 "likes". A página do Facebook do Movimento SUN alarga o alcance e o envolvimento de outras organizações de fomento da nutrição, em particular, das Alianças da Sociedade Civil SUN e dos escritórios nacionais das agências da ONU.

A conta do Twitter do Movimento SUN foi criada em 2013 e tem conhecido um rápido crescimento. Em 31 de julho de 2015, a conta já era seguida por 6258 contas do Twitter. A conta do Twitter transformou-se numa ferramenta valiosa de comunicação instantânea.

As visitas ao sítio web do Movimento SUN a partir dos canais dos Meios Sociais aumentaram 37,3% (2142 em julho de 2014 para 2940 em julho de 2015).

Publicações do Movimento SUN

Foram desenvolvidos novos materiais de comunicação e de partilha de conhecimentos para fortalecer a identidade do Movimento SUN e incentivar a partilha e a aprendizagem. Estes importantes documentos foram produzidos para que todos os participantes do Movimento SUN possam descarregá-los, adaptá-los e utilizá-los em apoio dos esforços liderados pelos países.

55 countries committed to Scaling Up Nutrition

Which means the potential to reach **82,8 million** children

By focusing on the critical **1,000** day window of opportunity to improve nutrition.

There are **100+** committed partners accountable for supporting national plans

All working together to drive **1** global Movement and unleash the potential of **millions** of healthier, smarter and stronger children.

The SUN Movement Secretariat is supported by Canada, France, Germany, Ireland, the Netherlands, the United Kingdom and the European Union.

www.scalingupnutrition.org

SCALING UP NUTRITION In Outline 1 September 2015

An Introduction to the Scaling Up Nutrition Movement

IN THIS ISSUE

- History of the SUN Movement 2
- SUN Vision and Principles 3
- SUN Countries and Approach 4
- SUN Networks and Lead Group 5
- Inside SUN Countries 6
- Progress of the SUN Movement 7

WHAT IS SUN?

The Scaling Up Nutrition (SUN) Movement is a renewed effort to eliminate all forms of malnutrition. Scaling up the progress that everyone has made to date and good nutrition. The Movement is unique in bringing different groups of people together – governments, civil society, the private sector, donors, academics and scientists – to address malnutrition together. It is a kind of coalition of agencies, where the movement is developing practical commitments and accountability for these commitments. It is building the way forward, people are together to strengthen people's lives, reduce malnutrition and to create systems. SUN countries and their supporters are working to achieve sustainable and equitable malnutrition reduction and nutrition justice for all.

WHY NUTRITION?

Malnutrition is the cause of young children suffer from some form of malnutrition with associated consequences for health, learning, future earning capacity, economic development, resilience and security.

- More young children, more governments committed, to show that malnutrition is a global problem for malnutrition? It can be solved.
- Reduce gross national product by 1% in Africa and Asia.
- Prevent more than 1/3 of child deaths per year.
- Improve school attendance by at least one year.
- Increase wages by 5-10%.
- Reduce poverty in well-served children are 50% more likely to escape poverty as adults.
- Engage everyone to be 100% more likely to reach their own goals.
- Break the inter-generational cycle of poverty.

Scaling Up NUTRITION

SUN is a unique Movement founded on the principle that all people have a right to food & good nutrition.

With proper nourishment, children, families, communities and countries will prosper.

By working together as a movement, we can achieve much more than on our own.

ENGAGE governments, civil society, the UN system, donors, business and scientists

INSPIRE each other to discover new ways of working collectively

INVEST in priority actions for everyone's right to good nutrition

Documentos informativos "Na Prática" do Movimento SUN

A série "Na Prática" do Movimento SUN apresenta diretamente os estudos de casos e experiências dos Países SUN. Estes materiais visam recolher experiências práticas a nível dos países que estejam a apoiar o fomento da nutrição. Cada artigo representa uma reflexão única sobre os processos, desafios e lições que caracterizam a experiência dos Países SUN.

1. Envolver múltiplos atores com sucesso
2. Sistemas de informação sobre nutrição
3. Mobilização social, defesa e comunicação
4. O contributo da agricultura e da proteção social para a melhoria da nutrição

SCALING UP NUTRITION In Practice 1 February 2014

Effectively Engaging Multiple Stakeholders

IN THIS ISSUE

- INTRODUCTION 3
- COUNTRY ARTICLES 4
- China 4
- Guatemala 17
- Kenya 17
- Madagascar 25
- Mozambique 25
- MULTI-STAKEHOLDER PLATFORMS IN MALI COUNTRIES 34
- WHAT HAS BEEN LEARNED? 35

SCALING UP NUTRITION In Practice 2 April 2014

Information Systems for Nutrition

IN THIS ISSUE

- INTRODUCTION 3
- COUNTRY ARTICLES 4
- China 4
- Guatemala 17
- Kenya 17
- Madagascar 25
- Mozambique 25
- INFORMATION SYSTEMS FOR NUTRITION IN SUN COUNTRIES 34
- WHAT HAS BEEN LEARNED? 35

SCALING UP NUTRITION In Practice 3 July 2014

Social Mobilisation, Advocacy and Communication for Nutrition

IN THIS ISSUE

- INTRODUCTION 3
- COUNTRY ARTICLES 4
- Guatemala 4
- Kenya 17
- Madagascar 25
- Mozambique 25
- TOOLS FOR SOCIAL MOBILISATION, ADVOCACY AND COMMUNICATION IN SUN COUNTRIES 34
- WHAT HAS BEEN LEARNED? 35

FOMENTO DA NUTRIÇÃO Na Prática 4 Julho de 2015

O Contributo da Agricultura e da Proteção Social para a Melhoria da Nutrição

NESTE NUMERO

- INTRODUÇÃO 3
- ARTIGOS SOBRE PAISES 4
- Brasil 4
- Malawi 17
- Mozambique 25
- Índia 25
- MESSAGENS ESSENCIAIS PARA MENSAGERS E PARTICIPANTES CHAVE DE PROGRAMAS DE AGRICULTURA E PROTEÇÃO SOCIAL 34
- O QUE FOI APRENDIDO? 42





Os catalisadores de mudança

Mensagens essenciais

- O Movimento SUN é, por natureza, um movimento catalisador e as Redes SUN estão na primeira linha de influência de mudanças comportamentais a nível institucional
- As Redes SUN estão a indicar uma abordagem mais coerente às ações de coordenação para apoiar os esforços nacionais
- Um novo Coordenador do Movimento SUN contribuirá para mostrar o caminho - reforçando as qualidades únicas do Movimento SUN
- O Movimento SUN continua a ser uma plataforma única para interações entre atores a nível global e nacional, embora seja necessário fazer mais para garantir que a colaboração se traduza em resultados e ações concretos
- O Secretariado do Movimento SUN continuará a reunir os países e as Redes SUN para assegurar que o apoio solicitado para a nutrição seja coordenado e coerente
- Todas as Redes SUN estão a reforçar a aprendizagem entre os seus membros e a demonstrar o seu potencial como plataformas de aprendizagem e intercâmbio de conhecimentos
- Um novo Grupo Principal de defensores do Movimento SUN continuará a galvanizar a dinâmica global para a nutrição
- Um Comité Executivo do Movimento SUN ajudará a orientar o funcionamento e a responsabilização do Movimento
- Até à data, o Fundo Fiduciário Multiparceiros do Movimento SUN destinou um total de 9,9 milhões de USD para estimular a dinâmica da nutrição

“Estou convicto de que, se todos nós desempenharmos o nosso papel, podemos criar um futuro sustentável que erradique a fome e a malnutrição.”

Paul Polman,
Diretor Executivo,
Unilever

Panorâmica sobre as ações a nível global e nacional

O alargamento da base de apoio para a nutrição é fundamental para o Movimento SUN. Durante 2011-12, o Movimento SUN lançou cinco redes para ajudar os atores que partilham a mesma visão a encontrar formas mais eficazes de trabalhar em conjunto - nacional e globalmente. As redes nasceram de seis "grupos operacionais" existentes e cada uma delas tem hoje características únicas. Todas partilham o compromisso de unir esforços contra a malnutrição e encontrar formas de cooperar em todas as disciplinas e setores.

A nível nacional, os membros das Redes SUN apoiam os seus governos nacionais através da participação em PMA e do alinhamento das suas atividades com objetivos nacionais, por meio de quadros comuns de resultados. O principal objetivo das Redes SUN (Sociedade Civil, Doadores, Nações Unidas e Empresas) é aumentar a capacidade dos seus membros para apoiar os Países SUN a fomentar a nutrição.

A evolução progressiva das contribuições das Redes da Sociedade Civil, de Doadores, de Empresas e da ONU do Movimento SUN reflete-se em oito marcadores de progresso que descrevem formas pelas quais as Redes SUN apoiam a realização dos quatro Objetivos Estratégicos do Movimento SUN nos Países SUN.

Breve panorâmica sobre o progresso

Ao longo dos últimos quatro anos, as Redes SUN têm vindo a realizar continuamente o Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN e comunicam um sólido progresso no alinhamento para a ação. Todas as Redes SUN indicam uma abordagem mais consistente à coordenação das ações em apoio dos esforços nacionais.

Durante o Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN de 2015, foram fortemente evidenciadas oportunidades para colocar a nutrição num plano mais elevado da agenda global, através de contribuições para a Agenda pós-2015 e de eventos importantes, como a Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2). A mobilização de recursos, todavia, continua a representar um trabalho em curso com vários compromissos importantes assumidos e o surgimento de mecanismos de financiamento. 2016 será um ano fundamental para assegurar que estas iniciativas resultem em recursos adequados para ações de nutrição.

As Redes SUN continuam a definir-se e a definir as suas atividades em linha com a Estratégia do Movimento SUN para 2010-15. Todas as Redes SUN incorporaram os Princípios de Envolvimento do Movimento SUN, centrados na coordenação dos seus membros, e estão a harmonizar os seus esforços com as políticas e os programas dos governos dos Países SUN.

Os Princípios de Envolvimento do Movimento SUN

Ser transparente a respeito do impacto: Todos os atores devem demonstrar com transparência e honestidade o impacto da ação coletiva.

Ser inclusivo: Através de parcerias multiatores abertas que ampliem o alcance das soluções e intervenções comprovadas.

Basear-se nos direitos: Atuar de acordo com um compromisso para defender a igualdade e os direitos de todas as mulheres, homens e crianças.

Ser continuamente comunicativo: Aprender e adaptar, através da partilha regular das lições críticas relevantes, aquilo que funciona e aquilo que não funciona, ao nível dos setores, países e atores.

Ser reciprocamente responsável: Atuar de modo a que todos os atores se sintam responsáveis e sejam coletivamente responsabilizados pelos compromissos assumidos em conjunto.

Ter disponibilidade para negociar: Quando surgem conflitos, como é de esperar quando parceiros diversos trabalham juntos, manter a intenção de resolvê-los e de encontrar uma forma de avançar.

Ser rentável: Estabelecer prioridades mediante análises baseadas em indícios concretos do que terá o impacto maior e mais sustentável ao mais baixo custo.

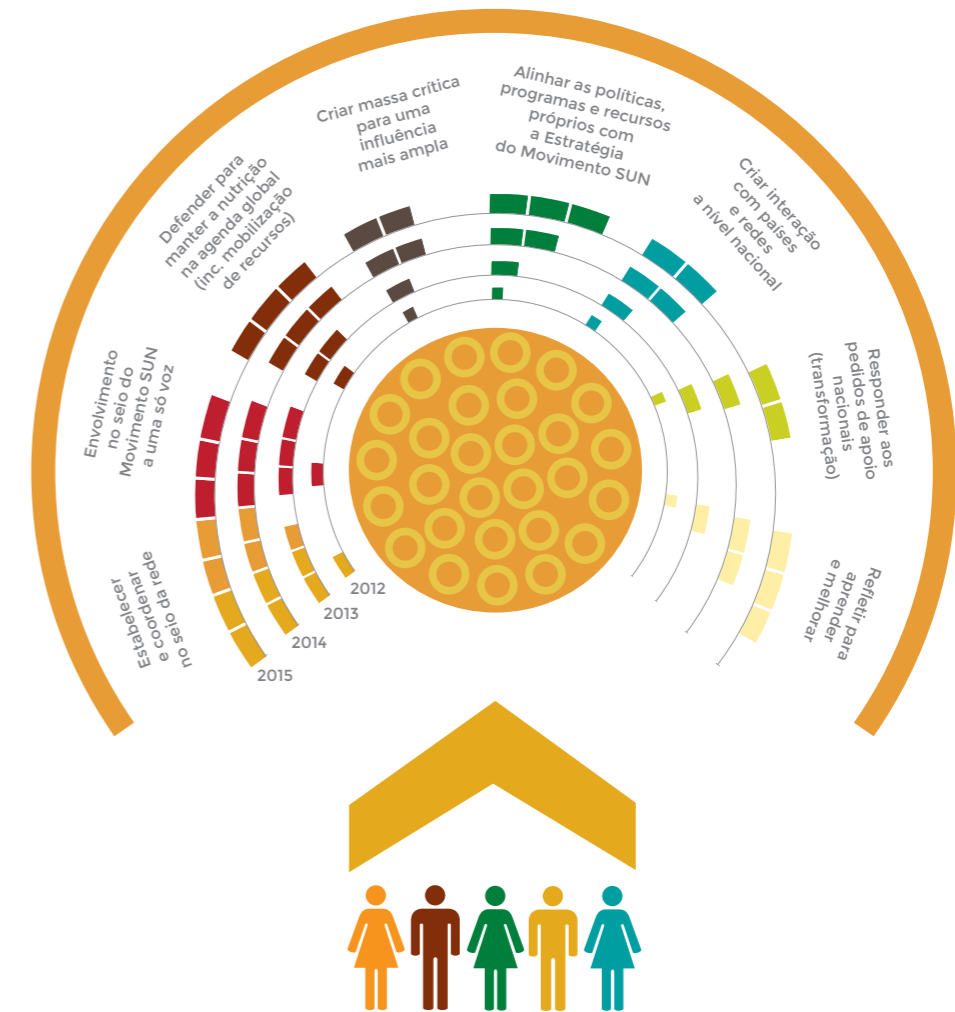
O Movimento SUN continua a ser uma plataforma única para a interação entre atores a nível global e nacional, embora seja necessário fazer mais para garantir que a colaboração se traduza em resultados e ações concretos. A modesta avaliação realizada pelas Redes SUN reflete os esforços para equilibrar o envolvimento a nível global e a independência e liderança dos atores nacionais no processo de fomento da nutrição. Em 2016, a *Comunidade de Prática SUN* criará novas oportunidades de envolvimento e aproveitamento dos conhecimentos e da experiência disponíveis a nível global e ajudará a reforçar capacidades nacionais numa variedade de áreas essenciais.

As oportunidades de interação criadas no seio do Movimento SUN têm ajudado a clarificar necessidades ao nível dos Países SUN. Por exemplo, no caso da Rede de Empresas SUN, foi notificado um aumento significativo das interações. Este foi resultado de uma reunião dos Países SUN dedicada a discutir como o setor privado pode ser implicado de forma responsável.

Todas as Redes SUN estão a recorrer cada vez mais a portais do conhecimento online para partilhar informações sobre boas práticas e diferentes ferramentas para melhorar o trabalho dos seus membros. Estas ações destinam-se a melhorar a aprendizagem e estão a demonstrar o potencial das Redes SUN como plataformas de aprendizagem e intercâmbio de conhecimentos. Em 2014-15, a Rede de Doadores SUN conduziu uma pesquisa sobre o papel dos mediadores de doadores nacionais e de que modo o seu trabalho pode ser melhorado. A Rede de Empresas SUN está a desenvolver modelos de estratégias de envolvimento das empresas nacionais e encontra-se disponível uma plataforma online com ferramentas e recursos. A Rede das Nações Unidas do Movimento SUN mantém igualmente um portal de partilha de conhecimentos, através da parceria REACH da ONU, e está a cooperar com os países para disponibilizar em portais nacionais a informação proveniente dos painéis e dos levantamentos dos atores e das ações nacionais em matéria de nutrição. A Rede da Sociedade Civil SUN continua a recolher e a partilhar informações sobre o progresso das Alianças Nacionais da Sociedade Civil através do seu portal e blogue online.

Os gráficos das Breves Panorâmicas de cada uma das Redes SUN nas páginas seguintes refletem os esforços no sentido dos oito marcadores de progresso. Para mais informações metodológicas, consulte a página 219.

Rede de Empresas SUN



Breve Panorâmica do Progresso da Rede de Empresas SUN

O apoio aos atores nacionais para que se envolvam com as empresas constituiu uma das principais solicitações dos Países SUN no seio do Movimento em 2015. A Rede de Empresas SUN (RES) tem respondido com assistência acrescida aos Países SUN, ao mesmo tempo que intensifica o seu papel internacional como primeira plataforma global para os negócios e para a nutrição. A RES norteia-se pelos Princípios de Envolvimento do Movimento SUN e pelos seus próprios princípios de envolvimento que os complementam (e incluem a adesão ao Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno).

Em 2015, a RES apoiou dez países para que criassem redes de empresas nacionais. Estas redes nacionais identificam as áreas em que as empresas podem apoiar as estratégias nacionais de nutrição existentes, sensibilizam as empresas e outros atores nacionais para o papel que as empresas podem desempenhar enquanto parceiras no fomento da nutrição e mobilizam compromissos empresariais em áreas prioritárias.

Estes modelos e experiências foram partilhados com a generalidade do movimento para estimular mais ações a nível nacional, através de:

- Reuniões regulares de dois em dois meses entre o secretariado global e representantes nacionais das redes
- Recrutamento de coordenadores nacionais em quatro países e de um ponto de contacto a nível regional para aconselhar outras plataformas nacionais do Movimento SUN
- Participação de 43 países e 255 participantes na teleconferência do Movimento SUN sobre o envolvimento das empresas, na qual a rede apresentou as suas recomendações e experiências até à data
- Participação de 120 representantes de plataformas dos Países SUN em 19 países da África Oriental e Austral no primeiro workshop regional da rede sobre o envolvimento das empresas, estando também previstos workshops na Ásia e na África Ocidental para o início de 2016
- Continuada abertura de um espaço de partilha de lições e melhores práticas relativas ao envolvimento das empresas no sítio web da RES www.sunbusinessnetwork.org, incluindo a disponibilização de uma plataforma em que as Redes de Empresas dos Países SUN podem realçar os progressos feitos.

Como resultado da intensificação dos seus esforços de comunicação com os Países SUN, 29 países solicitaram mais apoio do Movimento e da RES para reforçar o papel das empresas no fomento da nutrição.

A RES também identificou, em 2015, áreas específicas de apoio aos Países SUN em toda sua área de influência. O desenvolvimento de orientações claras para o envolvimento responsável das empresas, o apoio ao desenvolvimento de redes nacionais e a consolidação do entendimento do papel que as empresas podem desempenhar constituem três áreas fundamentais em que foi identificada assistência suplementar. A agricultura, o enriquecimento de alimentos, a tecnologia móvel e as políticas relativas à força de trabalho emergiram como quatro áreas prioritárias, em que os Países SUN gostariam de ver mais compromissos por parte das empresas. Para apoiar ainda mais este interesse crescente, a Rede de Empresas SUN procedeu à revisão do seu Manual sobre o Envolvimento das Empresas dos Países SUN e está a desenvolver orientações pormenorizadas sobre o papel das empresas nas quatro áreas prioritárias.

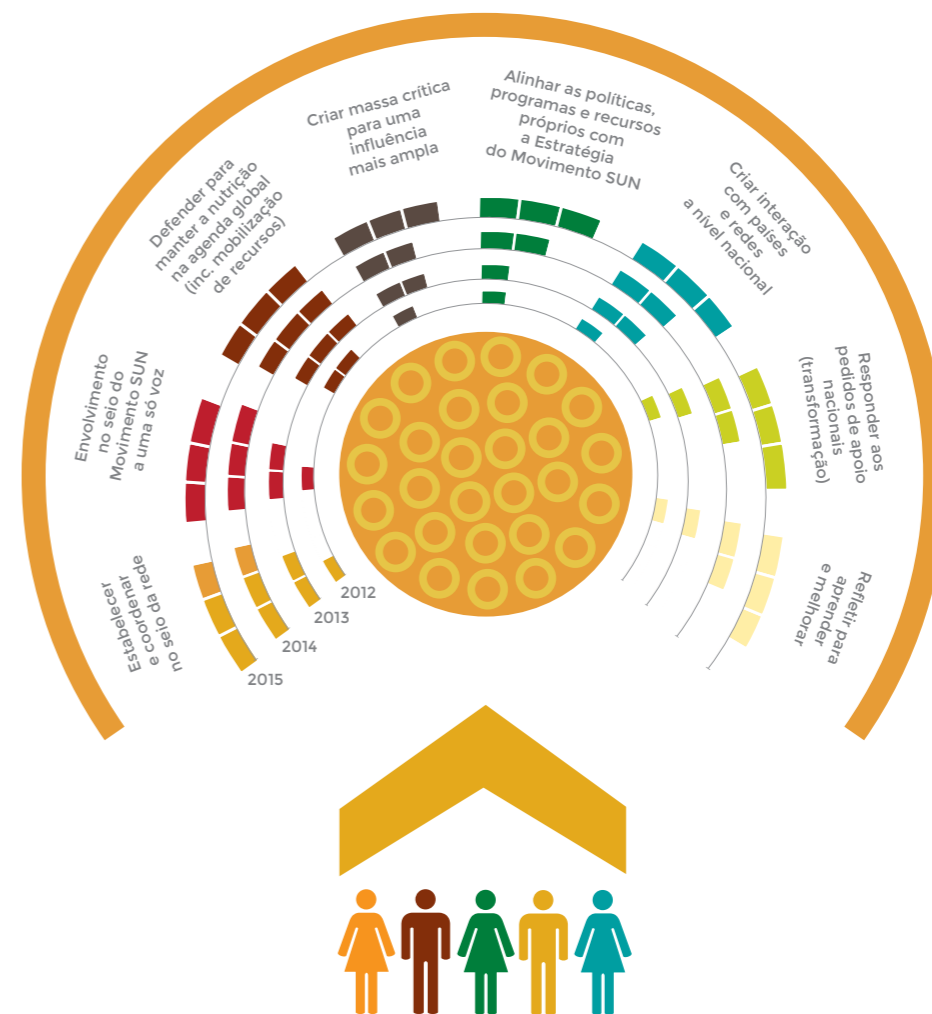
Em 2015, a RES ultrapassou a meta estabelecida de envolvimento de 99 empresas, existindo agora 160 empresas que assumiram compromissos públicos para com a melhoria da nutrição, cujo progresso a rede acompanha anualmente. Estes compromissos vão desde o alargamento do alcance das mensagens sobre nutrição transmitidas através de telemóvel até à disponibilização de alimentos básicos fortificados a 60 milhões de pessoas todos os anos. No total, os compromissos da RES equivalem ao fornecimento de uma melhor nutrição a 125 milhões de consumidores anualmente até 2020. A RES também criou um conjunto de ferramentas para os trabalhadores das empresas em matéria de nutrição, o qual inclui orientações sobre o modo como as empresas podem melhorar a nutrição materna e apoiar o aleitamento materno por meio das suas políticas no local de trabalho. Pelo segundo ano consecutivo, a RES acompanhou compromissos de empresas através do Relatório sobre a Nutrição Global.

A RES esteve também ativamente envolvida na Reunião Global do Movimento SUN de 2014, na Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2), em que coordenou a participação de 100 empresas para representar a contribuição do setor privado, no Fórum Económico Mundial e em eventos de alto nível durante a Assembleia Geral das Nações Unidas. A RES participou ainda na Avaliação Exaustiva Independente do Movimento SUN e está igualmente envolvida no exercício de criação de visão conducente à próxima fase do Movimento SUN de 2016-2020.

O Grupo Consultivo da RES, constituído por 12 dirigentes empresariais de empresas dos Hemisférios Norte e Sul, continua a defender a agenda do Movimento SUN e foram convidados 4 representantes do grupo a fazer intervenções de fundo em diversos lançamentos nacionais do Relatório sobre a Nutrição Global.

A RES planeia desenvolver no futuro as bases lançadas em 2015 para garantir que apoia plenamente a nova estratégia do Movimento SUN 2.0 e concentra esforços na obtenção de resultados e de impacto a nível nacional em matéria de nutrição através de uma maior harmonização dos compromissos das empresas com as estratégias nacionais de nutrição e da construção da base factual das intervenções mais eficazes das empresas.

Rede da Sociedade Civil SUN



Breve Panorâmica do Progresso da Rede da Sociedade Civil SUN

As organizações nacionais e internacionais da sociedade civil que compõem a Rede da Sociedade Civil SUN (RSC SUN) estão na linha da frente do esforço de transformar vidas. Através de ações de defesa persistentes, de programação inovadora e de uma coordenação intersectorial ambiciosa, a RSC SUN está a promover um verdadeiro movimento liderado pelos cidadãos para transformar a nutrição.

Até à data, uniram-se em torno do objetivo comum de erradicar a malnutrição agricultores, pescadores, defensores dos direitos humanos, grupos de mulheres, agências de ajuda humanitária e assistência, entidades de investigação, grupos de consumidores, sindicatos e uma miríade de outros atores.

Em 2015, a adesão à RSC aumentou para mais de 2100 organizações da sociedade civil e continua a aumentar. Todas elas estão envolvidas através de alianças nacionais da sociedade civil (ASC) estabelecidas em 34 Países SUN. Estão igualmente a ser criadas redes regionais, como a Rede Latino-Americana, a qual foi lançada na Reunião Global do Movimento SUN de 2014. Está a ser ponderado o estabelecimento de outras redes regionais em África e na Ásia, tendo-se realizado reuniões importantes para preparar o terreno. O workshop de defesa regional da África Ocidental para as ASC SUN, organizado pela ACF, pela RSC e pela UNICEF, bem como um lançamento regional do Relatório sobre a Nutrição Global de 2014 na África Oriental, ajudou a estabelecer marcos claros para a colaboração regional durante o próximo ano.

Em 2015, as Alianças da Sociedade Civil SUN (ASC) de âmbito nacional envolveram-se em inúmeras iniciativas de defesa e coordenação a todos os níveis, em apoio à execução de planos nacionais de nutrição, orientados para públicos e decisores de importância capital, desde ministérios nacionais a instituições internacionais. Por exemplo, a ASC SUN no Quênia defendeu com sucesso junto do Ministério da Saúde a inclusão de uma componente de nutrição mais sólida na política nacional de saúde. A política foi revista com base nesta proposta. A Rede de OSC SUN na Zâmbia conduziu uma campanha para reforçar a perceção pública da nutrição através de canais de comunicação, como programas de televisão/rádio, imprensa escrita e redes sociais. A nível da ASC SUN de Madagáscar, os esforços de defesa da HINA valeram-lhe uma audiência privada com o Primeiro-Ministro e um compromisso de realizar um workshop com todos os ministros e doadores para começar a discutir o aumento do investimento em nutrição. Este compromisso foi reafirmado pelo Ministro da Agricultura de Madagáscar durante a sessão plenária de encerramento da Reunião Global do Movimento SUN de 2014. As ASC do Malawi e da Zâmbia participaram nos esforços de análise orçamental com o fim de contribuir para a defesa da intensificação da mobilização de recursos.

A nível global, a RSC contribuiu para formular os resultados da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2, novembro de 2014) e está a coordenar ativamente com os atores mensagens comuns para influenciar as metas e os indicadores da Agenda de Desenvolvimento pós-2015. A rede está igualmente a prestar apoio às alianças nacionais da sociedade civil para garantir que os Países SUN defendam a nutrição nas discussões do quadro pós-2015, incluindo as ASC do Níger, de Moçambique, do Malawi, do Quênia e da Zâmbia.

Desde o nível nacional ao nível global, a RSC continuou a demonstrar que as abordagens coletivas à defesa da nutrição estão a contribuir para galvanizar o compromisso político com a nutrição. Estas iniciativas compõem em conjunto os esforços centrais de defesa do Movimento SUN.

O reforço do alinhamento dos esforços é vital para o fomento da nutrição e estende-se para além da defesa coletiva. Os membros da RSC SUN reviram os seus planos de trabalho para melhor apoiar os esforços da sociedade civil nos Países SUN e estão a identificar ativamente opções de sustentabilidade. As ONGI estão a alinhar cada vez mais os planos de atividade das suas delegações nacionais para apoiar a realização de planos nacionais e Quadros Comuns de Resultados. Estas tendências são encorajadoras. A RSC contratou uma empresa de consultores para definir o alinhamento da sociedade civil, reforçar o conhecimento da situação de alinhamento atual e apresentar recomendações para um melhor alinhamento na próxima fase do Movimento SUN.

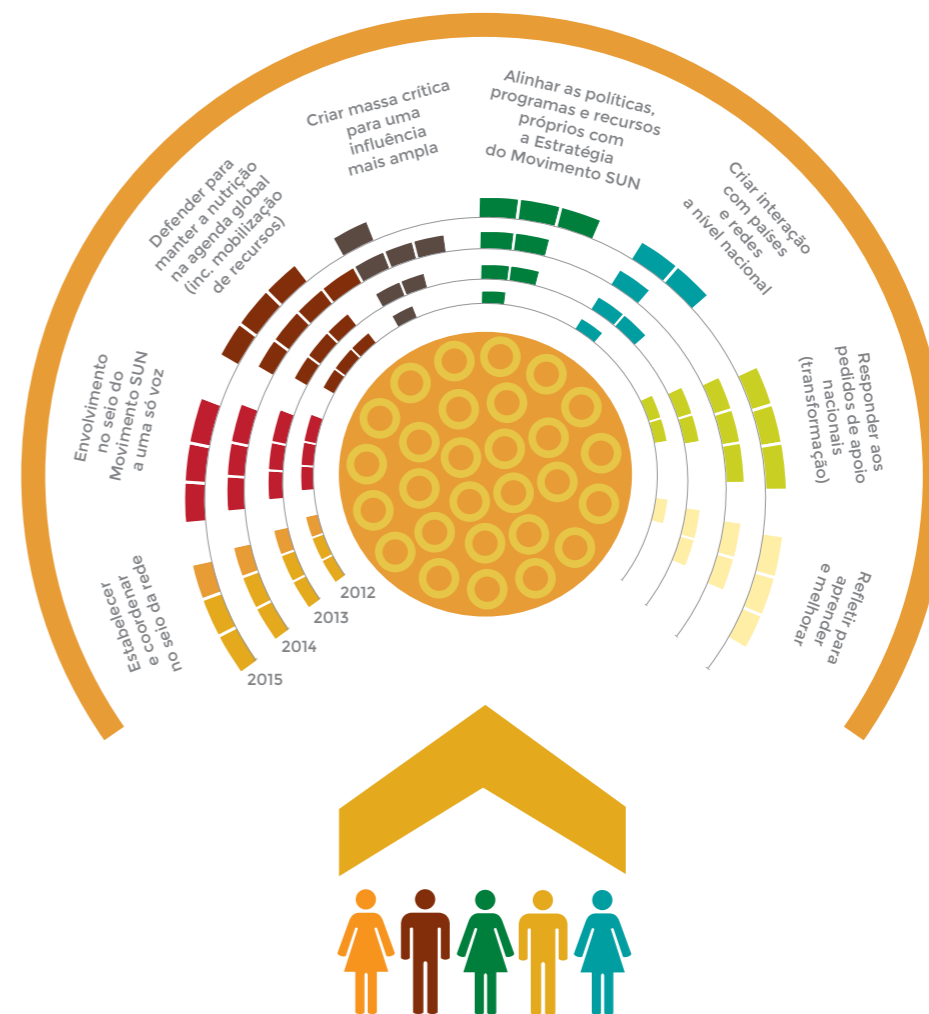
A partilha e a aprendizagem indissociáveis do Movimento SUN foram reforçadas em 2015, em grande parte devido aos esforços da RSC para compilar conhecimentos e melhores práticas a partir dos esforços nacionais e internacionais e para facilitar intercâmbios entre os membros nacionais. Estes esforços de reforço de capacidades e de partilha de boas práticas são facilitados através de notas de orientação, de um kit de ferramentas de defesa (a ser publicado no final de 2015), de webinars, de visitas de intercâmbio de aprendizagens e do mecanismo de intercâmbios de geminação, o qual é agora usado sistematicamente para responder aos pedidos de apoio recebidos pelo Secretariado da RSC. Dado o crescente entusiasmo em torno do Movimento SUN, foram recebidos pelo Secretariado da RSC 228 pedidos de apoio, 70% dos quais receberam o apoio solicitado, estando os restantes em tramitação.

Um maior diálogo e partilha de experiências ajudam a promover a prestação de contas e a responsabilização mútua junto de outros participantes da plataforma multiator. A capacitação das ASC para monitorizarem e avaliarem as intervenções e as despesas em nutrição ajuda a definir as lacunas a abordar nas suas mensagens de defesa e as necessidades que devem ser consideradas no seu trabalho programático. Ao monitorizar a prestação de serviços e o acompanhamento orçamental a todos os níveis da execução dos programas, a ASC no Peru tem sido capaz de responsabilizar o governo pelas suas ações e compromissos. A transparência e o diálogo também contribuíram para definir claramente as funções e responsabilidades dos diferentes atores do Movimento SUN, reduzindo a ocorrência de potenciais conflitos de interesses.

A RSC tem vindo a apoiar ativamente as ASC à medida que estas vão sendo criadas, prestando apoio na resolução de dificuldades e conflitos, bem como na facilitação do acesso a financiamento. Além dos recursos financeiros recebidos através da subvenção do Fundo Fiduciário Multiparceiros, a RSC beneficia de diversos apoios em espécie dos seus membros e simpatizantes que tornam possíveis estas disposições.



Rede de Doadores SUN



Breve Panorâmica do Progresso da Rede de Doadores SUN

A Rede de Doadores SUN reúne parceiros de desenvolvimento, incluindo doadores bilaterais, fundações e bancos de desenvolvimento, em apoio à intensificação dos esforços de nutrição nos países. A Rede de Doadores é mediada conjuntamente pela Alemanha, Canadá e Estados Unidos, com o envolvimento do Reino Unido (DFID), da Comissão Europeia, da Irlanda, de França, dos Países Baixos, da Austrália, do Japão, da Suíça, da Fundação Bill e Melinda Gates e da Fundação do Fundo de Investimento para a Infância (FFII) para apoiar as atividades do Movimento SUN. Em 2014-2015, a Rede organizou reuniões mensais regulares e duas reuniões de altos funcionários, tendo-se envolvido ativamente no Movimento SUN através das reuniões nacionais, da Reunião Global, de workshops temáticos e do processo de desenvolvimento da nova Estratégia do Movimento SUN para 2016-20.

A Rede de Doadores continua a apoiar os esforços de coordenação nacionais através de Mediadores de Doadores em 39 Países SUN, em dez dos quais a função de mediação é desempenhada pela ONU. Foi lançado em 2014 um estudo de caso nacional para obter mais informações sobre as necessidades e os desafios da função de mediação de doadores. A Rede de Doadores pretende melhorar a comunicação entre as agências a nível global e os respetivos doadores nos países através do desenvolvimento de orientações práticas sobre a função do mediador, alargando simultaneamente estas funções a outros parceiros de desenvolvimento.

A nível global, a Rede de Doadores está a trabalhar no sentido de garantir que a nutrição permaneça uma prioridade de desenvolvimento fundamental nos fóruns internacionais, que sejam comprometidos mais recursos para a nutrição e que as abordagens dos doadores à nutrição sejam mais bem harmonizadas. Neste contexto, assistiu-se neste período à revisão da estratégia de nutrição de alguns doadores (por exemplo, EUA, CE, FFII e BMGF), o desenvolvimento de planos de ação, bem como a introdução de iniciativas especiais, incluindo a Nutrition Japan, que foi lançada para incentivar o desenvolvimento do setor privado, a criação de uma iniciativa especial da Alemanha para combater a fome e fomentar a nutrição (OneWorld - No Hunger) e o lançamento pela CE do Plano de Ação Europeu para a Alimentação e a Nutrição de 2015-2020.

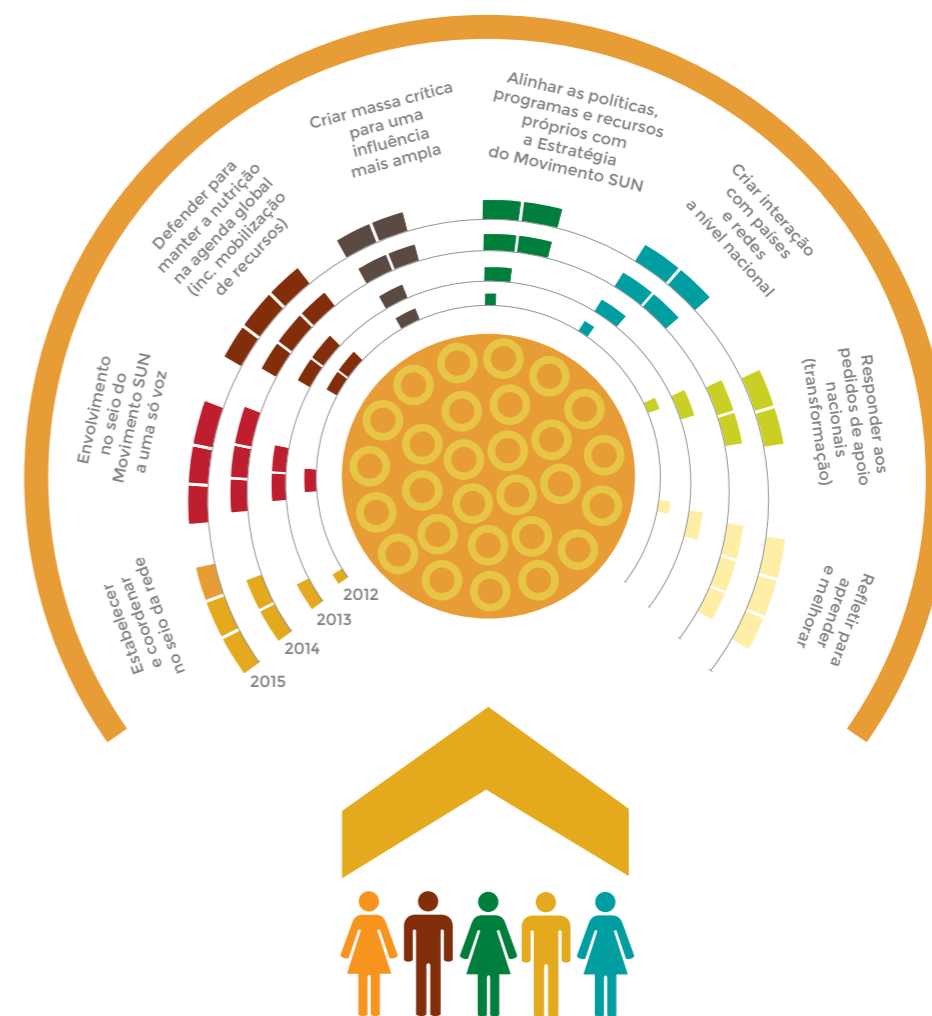
O financiamento à nutrição continua a ser uma prioridade para a Rede de Doadores. Os doadores disponibilizaram os fundos necessários ao Secretariado do Movimento SUN para facilitar as suas operações. A Rede solicitou igualmente uma avaliação do Fundo Fiduciário Multiparceiros do Movimento SUN com o fim de ajudar a enformar potenciais acordos subsequentes de financiamento no âmbito da fase seguinte do Movimento SUN (2016-2020). Outras iniciativas de financiamento dignas de nota em 2014-2015 incluem o Poder da Nutrição, lançado pela FFII,

pela Fundação UBS Optimus e pelo DFID, em parceria com o Banco Mundial e a UNICEF, com o objetivo de angariar mil milhões de USD a partir de fundos públicos e privados para reduzir a subnutrição, permitindo que os países construam comunidades e futuros fortes e prósperos. A Fundação Bill e Melinda Gates anunciou também um novo investimento de 776 milhões de USD em nutrição para combater a mortalidade infantil e contribuir para a sobrevivência e prosperidade de todas as mulheres e crianças.

O acompanhamento dos recursos e a prestação de contas continuam a ser questões fundamentais em que a Rede de Doadores está envolvida, com destaque para os esforços para aperfeiçoar a metodologia de acompanhamento de recursos do Movimento SUN por forma a ajudar a aumentar a eficiência do processo e a precisão dos dados. A Rede de Doadores pretende assegurar competências externas e o envolvimento da equipa do Relatório sobre a Nutrição Global a fim de avaliar o método e efetuar ajustes em 2016.

No futuro, a Rede de Doadores pretende facilitar a implementação dos Princípios de Parceria para uma Boa Nutrição, definidos em Otava, para garantir o alinhamento dos doadores a nível nacional. Tal implicará o reforço do papel dos mediadores de doadores nacionais. A rede pretende igualmente dar início a atividades de intercâmbio de experiências sobre "boas práticas sensíveis à nutrição" a partir do seu interior. Além da participação ativa no novo processo de governação e desenvolvimento de estratégias do Movimento SUN, a Rede de Doadores visa intensificar a cooperação com outras Redes SUN, bem como possibilidades de financiamento destas.

Rede das Nações Unidas para do Movimento SUN



Breve Panorâmica do Progresso da Rede das Nações Unidas

Em novembro de 2014, a Organização para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e o Programa Alimentar Mundial (PAM) concordaram que a Parceria REACH das Nações Unidas (Renewed Efforts Against Child Hunger and Nutrition) funcionará como a instância de coordenação e ponto focal da ONU para a nutrição nos Países SUN. Desde então, o Secretariado da Parceria REACH da ONU tem atuado igualmente como a Rede das Nações Unidas para o SUN. O Comité Permanente para a Nutrição (UNSCN) centra-se em questões de nutrição a nível mundial em todo o mundo. Embora os membros da Rede das Nações Unidas para o SUN incluam atualmente as agências supra-mencionadas, outras agências da ONU envolvidas na nutrição a nível nacional são incentivadas a aderir à Rede. Outras agências interessadas em nutrição são o ACNUR (Ruanda), o PNUD (Bangladesh), o FNUP (Uganda) e a ONUSIDA na Tanzânia.

A Rede das Nações Unidas para o SUN visa reunir todas as agências relevantes da ONU para ajudar os países a acelerar os seus esforços de fomento e melhoria da nutrição através de uma ação mais coordenada, harmonizada e alinhada a nível nacional. Desde a criação do Movimento SUN, as agências da ONU têm empreendido esforços consideráveis para atuar de modo mais harmonizado, igualmente sob o princípio "Delivering as One UN".

Os contributos do conhecimento global e a definição de normas internacionais para a nutrição pelas agências da ONU estão a ser operacionalizados através da melhoria da colaboração a nível nacional. A OMS e a UNICEF colaboram na manutenção e atualização de dados globais para acompanhar as metas da Assembleia Mundial de Saúde e enformar o Relatório sobre a Nutrição Global. A OMS, a UNICEF, a FAO e outros organismos cooperaram igualmente a nível do Quadro Global de Monitorização da Nutrição Materna, Infantil e Juvenil. A FAO, o PAM e o FIDA colaboram estreitamente no âmbito de uma plataforma harmonizada de ferramentas e bases de dados para o acompanhamento dos indicadores de segurança alimentar baseados nos alimentos. A convocação da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2) em novembro de 2014, em Roma, conjuntamente pela OMS e pela FAO, e em estreita colaboração com as outras agências da ONU, constituiu mais um evento marcante. Sob o tema "Melhor Nutrição, Melhor Vida", os Estados-Membros aprovaram a *Declaração de Roma sobre Nutrição* e o *Quadro de Ação*, os quais definem compromissos e recomendações para prevenir a malnutrição em todas as suas formas, incluindo a fome, as deficiências de micronutrientes e a obesidade. O *Quadro de Ação* reconhece que cabe aos governos a função e responsabilidade principais de abordar as

questões e os desafios de nutrição, em diálogo com um vasto leque de atores. A elaboração de uma posição conjunta da ONU para uma maior responsabilização pela nutrição no Quadro dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, liderada pelo UNSCN, incluindo os esforços de defesa associados, é mais um forte exemplo de trabalho de equipa global da ONU no ano transato.

A Parceria REACH das Nações Unidas continua a apoiar os esforços conjuntos com a FAO, a UNICEF, o PAM e a OMS para finalizar o desenvolvimento de um Compêndio de Ações para a Nutrição com o objetivo de ajudar a clarificar o significado concreto da ação multissetorial em nutrição. O Compêndio examinará o nível de evidência das ações, destinará considerações de governação da nutrição, relacionadas com várias áreas temáticas, e identificará ligações entre as ações e as oportunidades associadas à nutrição com vista a ações integradas.

O apoio a processos do Movimento SUN a nível nacional prossegue a um ritmo considerável, particularmente através dos esforços dos facilitadores nacionais e internacionais do REACH. A Rede das Nações Unidas para o SUN, através do REACH, já disponibilizou facilitação direta e apoio à coordenação aos governos de 17 países. Os exemplos incluem a aprovação governamental da criação de uma célula de coordenação da nutrição no Mali e o lançamento de plataformas de coordenação de alto nível no Burundi e no Chade. O apoio aos países para elaborarem planos de desenvolvimento de capacidades funcionais a fim de enfrentarem os desafios inerentes ao fomento da nutrição, no âmbito de uma abordagem multissetor e multiator, foi operacionalizado no Gana e no Nepal, estando em curso planos de apoio noutros países que manifestaram interesse. Além disso, a UNICEF, em nome da Rede das Nações Unidas para o SUN, em colaboração com o SMS, organizou e facilitou quatro workshops regionais sobre orçamentação e acompanhamento de investimentos em nutrição (Bangucoque, Entebe, Abijão e Cidade da Guatemala).

Prosseguiram, durante o período de relato, as reflexões internas da Rede das Nações Unidas para o SUN. Este período é marcado por uma série de proveitosas reuniões presenciais internas, organizadas conjuntamente pelo UNSCN e pelo REACH, incluindo reuniões globais a nível técnico superior, em abril e novembro de 2014 e em fevereiro de 2015, bem como reuniões de equipa a nível nacional. Estas consultas ajudaram as agências a discutir e a decidir a melhor forma de preparar a Rede das Nações Unidas para o SUN para a próxima fase do Movimento SUN e para a era pós-2015.

O resultado destas consultas foi o lançamento da Agenda Global das Nações Unidas para a Nutrição (AGNUN) v1.0, em junho de 2015. Esta AGNUN serve para estimular o diálogo entre as agências da ONU a todos os níveis sobre a melhor forma de alinhar as suas atividades, tendo em conta os seus mandatos e recursos específicos, no contexto de um sistema de desenvolvimento global em mudança para os próximos cinco anos. Destina-se a prestar orientação e inspiração para uma ação decisiva na erradicação da malnutrição em todas as suas formas, durante o tempo de vida da presente geração. Uma visão comum e os resultados, objetivos, realizações e atividades propostos visam enformar a definição de prioridades e o planeamento do trabalho pelas agências e equipas interagências a nível global, regional e nacional para alcançar este objetivo.

Sob as orientações da AGNUN, as Redes das Nações Unidas para o SUN a nível nacional estão agora empenhadas na identificação de medidas concretas para fortalecer o apoio conjunto da ONU às prioridades nacionais de fomento da nutrição. Estas incluem a realização de um inventário conjunto da ONU de ações em prol da nutrição, o desenvolvimento de uma estratégia nacional integrada da ONU de apoio à nutrição e de uma narrativa comum conjunta das Nações Unidas.

Em junho de 2015, o UNSCN, em colaboração com a Rede das Nações Unidas para o SUN, organizou um Encontro Regional das Nações Unidas sobre Nutrição para a Ásia e Pacífico sob o tema do Fortalecimento do apoio conjunto das Nações Unidas aos países para a melhoria da programação da nutrição. O encontro reuniu 114 participantes, incluindo membros das equipas nacionais da ONU de 15 países, representantes governamentais, representantes da sociedade civil, bem como funcionários regionais da ONU e parceiros globais, incluindo doadores, agências da ONU e o SMS. A reunião abordou os principais resultados da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2) e os novos rumos da Rede das Nações Unidas para o SUN, incluindo a AGNUN e o UNDAF. Tratou-se de uma oportunidade única de partilha direta de experiências e lições aprendidas entre os membros das equipas nacionais da ONU e os atores. Foram abordadas questões de nutrição essenciais na região, incluindo as tendências crescentes em termos de excesso de peso e obesidade e foram identificados os próximos passos para clarificar as ligações entre o Movimento SUN e outras iniciativas nutricionais e fortalecer a colaboração das Nações Unidas com vista a maximizar o impacto sobre as prioridades regionais e nacionais de nutrição.

Administração do Movimento SUN

Grupo Principal do Movimento SUN

O Grupo Principal do Movimento SUN foi estabelecido em 2012 para melhorar a coerência, proporcionar supervisão estratégica, melhorar a mobilização de recursos e garantir a responsabilização coletiva. O Grupo Principal do Movimento SUN é composto por líderes de alto nível que representam o leque de parceiros envolvidos no SUN: governos, sociedade civil, organizações internacionais, agências doadoras e agências da ONU, empresas e fundações. Os membros são nomeados pelo Secretário-Geral da ONU, participam a título pessoal e são coletivamente responsáveis pelo funcionamento do Movimento SUN.

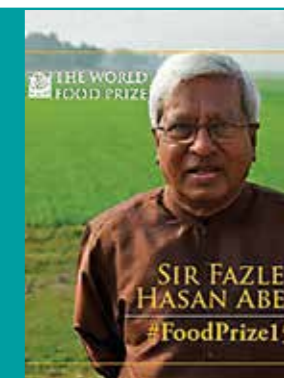
Os inquiridos na AEI reconheceram a importância do Grupo Principal do Movimento SUN como uma rede poderosa de defensores da nutrição, cujo elevado perfil tem contribuído para uma maior atenção global ao problema da nutrição. Esta função será mantida e alargada, com maior representação e participação ativa do Hemisfério Sul. Um novo Grupo Principal será nomeado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 2016 e reunirá uma vez por ano, presencialmente, para considerar as implicações estratégicas do progresso e os desafios à escala de todo o Movimento SUN. O Grupo Principal continuará a galvanizar a dinâmica global para a nutrição e a procurar revitalizar a atenção posta na nutrição que o Movimento SUN tem vindo até hoje a ressaltar.

Breve panorâmica sobre o Grupo Principal do Movimento SUN em 2014-15



O Presidente **Jakaya Mrisho Kikwete** recebe a Equipa Operacional do Grupo Principal do Movimento SUN para uma reunião destinada a debater, discutir e descobrir potenciais opções para o futuro do Movimento SUN.

Sir Fazle Hasan Abed é anunciado como o vencedor do Prémio Mundial de Alimentação de 2015 pelo seu empenhamento na erradicação da pobreza extrema.



Nadine Heredia Alarcón, a Primeira-Dama do Peru, junta-se a participantes de sete Países SUN durante o Percurso de Aprendizagem do Movimento SUN para demonstrar as abordagens dos governos regionais e locais do Peru à malnutrição.

Sri Mulyani Indrawati, Diretor-Geral e Diretor de Operações do Grupo do Banco Mundial, lança o Poder da Nutrição e é acompanhado por Anthony Lake, Diretor Executivo da UNICEF e Presidente do Grupo Principal do Movimento SUN, e por Michael Anderson, Diretor Executivo da Fundação do Fundo de Investimento para a Infância, num painel de debate de alto nível. Anthony Lake confia:

“Estou muito entusiasmado com a ideia de que este fundo desempenhará um papel muito importante na dinâmica crescente da nutrição e com o que faz por todas as pessoas, por todos os cérebros e por todas as vidas.”



Ertharin Cousin, Diretora Executiva do Programa Alimentar Mundial, ao moderar o Evento Paralelo da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição sobre os Países do Movimento para o Fomento da Nutrição: Descrevendo o Progresso e Demonstrando as Realizações

“Quem conhece este movimento sabe que o SUN possui uma energia imparável... O SUN é uma equipa em crescimento que está a gerar ações de apoio às mulheres, crianças e homens malnutridos do mundo a nível nacional.”

Membros do Grupo Principal do Movimento SUN

Presidente: **Anthony Lake**, Diretor Executivo do Fundo das Nações Unidas para a Infância

Nahas Gideon Angula, ex-Primeiro-Ministro da Namíbia | **Sheikh Hasina**, Primeiro-Ministro do Bangladesh | **Nadine Heredia Alarcón**, Primeira-Dama do Peru | **Ibrahim Assane Mayaki**, Diretor Executivo da Agência de Planeamento e Coordenação NEPAD | **Ngozi Okonjo-Iweala**, ex-Ministro das Finanças da Nigéria | **Nina Sardjunani**, Vice-Ministra de Estado do Planeamento / Diretora de Recursos Humanos e Cultura da Bappenas | **Bruno Le Maire**, deputado e ex-Ministro da Agricultura de França | **Christian Paradis**, Ministro do Desenvolvimento Internacional do Canadá | **Andris Peilbags**, Comissário Europeu para o Desenvolvimento da Comissão Europeia | **Rajiv Shah**, ex-Administrador da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional | **Sir Fazle Hasan Abed**, fundador e presidente da BRAC | **Helene Hayle**, Diretor Executivo da Iniciativa Social McKinsey | **Vinita Bali**, Diretora Executiva e Diretora-Geral da Britannia Industries | **Paul Polman**, Diretor Executivo da Unilever | **Ertharin Cousin**, Diretora Executiva do Programa Alimentar Mundial | **Sri Mulyani Indrawati**, Diretor Executivo e Diretor-Geral do Grupo do Banco Mundial | **Chris Elias**, Presidente do Programa Global de Desenvolvimento da Fundação Bill e Melinda Gates | **Michael Anderson**, Diretor Executivo da Fundação do Fundo de Investimento para a Infância | **Jay Naidoo**, Presidente do Conselho da Parceria da Aliança Global para a Melhoria da Nutrição | **Mary Robinson**, Presidente da Fundação Mary Robinson | **Tom Arnold**, Coordenador interino do Movimento SUN | **David Nabarro**, Coordenador do Movimento SUN e Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Segurança Alimentar e Nutricional.

Comitê Executivo do Movimento SUN

Como resposta à AEI, durante a 7.ª reunião do Grupo Principal do Movimento SUN em 4 de maio de 2015, foi tomada a decisão de nomear um Comitê Executivo multilaterais do Movimento SUN responsável pela supervisão do funcionamento e da responsabilização do Movimento. Na altura da redação do presente relatório, o processo de nomeação já havia começado. O Comitê Executivo deverá entrar em funções até setembro de 2015.

A sua finalidade é atuar em nome do Grupo Principal do Movimento SUN para supervisionar o desenvolvimento e a implementação da estratégia do Movimento SUN e das respetivas modalidades de funcionamento, a fim de apoiar o Coordenador do Movimento SUN na galvanização de compromissos políticos para com a nutrição e na promoção dos princípios éticos e dos valores do Movimento. O Comitê Executivo do Movimento SUN presta orientação e apoio à ênfase dada pelo Coordenador aos resultados para melhorar o estado nutricional das mães e das crianças, e supervisiona os esforços para alinhar o apoio a todos os Países SUN para alcançar esses resultados.

Têm estado operacionais ao longo de 2015 modalidades de administração transitórias para garantir a estabilidade e manter a dinâmica. Uma Equipa de Administração Transitória (EAT) supervisionou a renovação das modalidades de administração e o desenvolvimento da nova estratégia.

Uma vez em funções, o Comitê Executivo do Movimento SUN será composto por 16 elementos representativos dos governos dos Países SUN e de responsáveis máximos das agências de doadores, empresas, sociedade civil e ONU.

Coordenador do Movimento SUN

Em 2012, o Secretário-Geral das Nações Unidas designou David Nabarro, o seu Representante Especial para a Segurança Alimentar e Nutricional, como Coordenador do Movimento SUN. Desde a nomeação de David Nabarro, em agosto de 2014, como Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Ébola, Tom Arnold assumiu interinamente as funções de Coordenador do Movimento SUN.

Tom Arnold lidera estrategicamente o Movimento SUN, trabalhando em estreita colaboração com as Redes SUN existentes e o Secretariado do Movimento SUN. Durante o seu mandato como Coordenador interino do Movimento SUN, Tom continuou a desempenhar as funções de Diretor-Geral do Irish Institute of International and European Affairs (IIEA) e Presidente da Convenção da Irlanda sobre a Constituição.

Na altura da redação do presente relatório, o Secretário-Geral das Nações Unidas havia iniciado o processo de recrutamento de um novo Coordenador do Movimento SUN para liderar a próxima fase do Movimento.

Secretariado do Movimento SUN

O Secretariado do Movimento SUN (SMS) funciona sob a orientação estratégica do Grupo Principal do Movimento SUN, garantindo que o espírito galvanizador do Movimento persiste e que o seu progresso é monitorizado de forma eficiente e comunicado com clareza. O seu objetivo é unir os países e as Redes SUN no Movimento SUN para garantir que o apoio solicitado para intensificar as ações e alcançar os objetivos da nutrição seja recebido de forma coordenada e coerente.

O SMS foi criado em 2012 e tem evoluído com o crescimento do Movimento, reforçando a sua capacidade e as suas atividades a fim de responder às necessidades e expectativas em evolução dos seus atores. Na reunião de setembro de 2014, o Grupo Principal do Movimento SUN solicitou a continuidade do SMS no seu formato atual até final de 2016 de modo a poder acompanhar a transição, na sequência dos resultados da Avaliação Exaustiva Independente (AEI) do Movimento SUN.

Após a nomeação de David Nabarro como Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Ébola e de Tom Arnold como Coordenador interino do Movimento SUN, o Secretariado é hoje dirigido pelo Chefe de Gabinete do Representante Especial do Secretário-Geral para a Segurança Alimentar e Nutricional. O Secretariado compreende atualmente 13 Consultores Políticos a tempo inteiro, um agente de ligação no âmbito do Gabinete Executivo do Secretário-Geral das Nações Unidas e uma equipa de facilitação.

O Secretariado é totalmente financiado para cobrir os custos operacionais e relativos ao pessoal até dezembro de 2015, graças ao generoso apoio dos governos do Canadá, de França, da Alemanha, da Irlanda, dos Países Baixos e do Reino Unido, assim como da União Europeia e da Fundação Bill e Melinda Gates. Os recursos financeiros comprometidos cobrirão igualmente todos os custos operacionais até dezembro de 2016.

No ano transato, o Secretariado dedicou especial atenção ao reforço das capacidades do Movimento SUN para partilhar, aprender e orientar-se por resultados. Ao longo de 2014-15, o Secretariado ajudou a organizar a Reunião Global Anual, facilitou a resposta do Movimento à AEI, prestou apoio à organização das reuniões do Grupo Principal do Movimento SUN, facilitou o Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN, concluiu o programa-piloto de Percursos de Aprendizagem e o exercício de Prevenção e Controlo de Conflitos de Interesses, facilitou o Exercício de Autoavaliação de 2015, fortaleceu a capacidade do Movimento SUN para criar enquadramento e as *Comunidades de Prática SUN* temáticas, facilitou as reuniões bimestrais das Redes dos Países SUN e facilitou o desenvolvimento da nova Estratégia do Movimento SUN na sequência da AEI.

O Secretariado tem procurado comunicar estes esforços e os esforços de todos no Movimento através do sítio web do Movimento SUN, dos canais das redes sociais, dos *Documentos Informativos "Na Prática"* e de interações regulares com os Países e as Redes SUN.

Em 2016, o Secretariado continuará a apoiar os Países SUN e os Objetivos Estratégicos do Movimento, trabalhando com o Comitê Executivo e o Grupo Principal do Movimento SUN. A dimensão, função e capacidades do Secretariado devem refletir as ambições do Movimento na sua próxima fase.

Fundo Fiduciário Multiparcerias do Movimento SUN

O Fundo Fiduciário Multiparcerias do Movimento SUN (FFMP) foi criado em março de 2012, visando atribuir subvenções de último recurso e de incentivo para o desenvolvimento e implementação de ações de fomento da nutrição. A nova data de fim do mandato do fundo é dezembro de 2016.

O FFMP do Movimento SUN tem três janelas de financiamento 1) Apoio a ações iniciais do Movimento SUN a nível nacional; 2) Programas de incentivo para os países; e 3) Apoio a esforços globais estratégicos do Movimento SUN. Desde 2012, três doadores²⁴ contribuíram para o FFMP do Movimento SUN com um depósito total de aproximadamente 10 milhões de USD. Até à data, o Comitê de Gestão do FFMP do Movimento SUN afetou um total de 9,9 milhões de USD (aproximadamente 98% do total de depósitos) às três janelas.

A janela 1 (10%) foi utilizada 1) para apoiar o projeto-piloto de Percursos de Aprendizagem liderado pela PROCASUR para melhorar iniciativas de partilha e de aprendizagem entre PMA nacionais do Movimento SUN e 2) para apoiar os Países SUN na realização do Exercício de Análise Orçamental de 2015. A janela 2 (75%) presta apoio financeiro às alianças da sociedade civil em 24 países²⁵ em toda a África, Ásia e América Latina. Foi igualmente concedido apoio ao Secretariado da RSC SUN através da janela 2 (10%). A janela 3 (3%) foi usada para apoiar o desenvolvimento do quadro de M&A do Movimento SUN e será utilizada para a avaliação do FFMP do Movimento SUN.

O Relatório Anual do Movimento SUN de 2014 do FFMP do Movimento SUN foi publicado em maio de 2015²⁶ e fez um balanço do progresso, das realizações e das lições aprendidas. A análise realizada sugere que o FFMP do Movimento SUN desempenhou um papel catalisador na criação ou reforço das ASC SUN nos 24 países e na participação dos atores da sociedade civil nos processos relacionados com o Movimento SUN a nível nacional. Com efeito, quase 90% das ASC do Movimento SUN financiadas pelo FFMP estão a demonstrar o estabelecimento efetivo de alianças robustas, coesas, inclusivas e influentes e a revelar bons progressos no sentido de ampliar os esforços para fomentar a nutrição do nível nacional aos níveis subnacionais. Com mais de 1160 grupos da sociedade civil envolvidos na nutrição, os esforços da sociedade civil nos Países SUN estão a robustecer-se cada vez mais. As realizações em 2014 incluem a participação ativa nos esforços multilaterais e multissetoriais; esforços eficazes alinhados com a defesa para manter a priorização da nutrição para além dos ciclos políticos, a sensibilização das comunidades e dos atores para a importância da nutrição e o aumento do investimento nos esforços em prol da nutrição nos países; a contribuição de cerca de 62,50% das ASC para a incorporação da nutrição nos processos políticos, jurídicos e de implementação; e o papel importante que quase metade das ASC começam a desempenhar para influenciar uma forte responsabilização pela nutrição a nível nacional.

A avaliação do FFMP do Movimento SUN terá lugar no segundo semestre de 2015 e proporcionará uma avaliação e um conjunto de recomendações claras e inovadoras para enformar decisões de gestão relativas à conceção de mecanismos potenciais futuros para o Movimento SUN.

²⁴ Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID), IrishAid, Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC)

²⁵ Bangladesh, Burundi, El Salvador, Gana, Guatemala, Guiné, Quênia, República do Quirguistão, RDP Laos, Madagáscar, Malawi, Mali, Moçambique, Mianmar, Nepal, Níger, Nigéria, Peru, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Uganda, Zimbábue

²⁶ Disponível em <http://scalingupnutrition.org/about/how-is-the-movement-supported/sun-mptf>



O futuro do Movimento SUN

Pela DraNgozi Okonjo-Iweala,
economista de renome mundial,
antiga Ministra das Finanças da Nigéria (dois mandatos)
e Diretora-Geral do Banco Mundial

Mensagens essenciais

- O Movimento SUN continua a inspirar uma dinâmica sem precedentes para a nutrição
- Um Movimento novo, liderado pelos países, deu grandes passos num ambiente de nutrição em permanente evolução
- A avaliação cristalizou o facto de que o Movimento SUN deve continuar, com renovado vigor e ambição
- Não devemos parar de clamar, de agitar, de influenciar - os esforços de defesa têm de ser redobrados aos níveis global, nacional e subnacional
- A nossa facilitação e coordenação devem produzir melhores resultados
- Precisamos de uma maior responsabilização de todos, a todos os níveis
- A qualidade do apoio fornecido aos países deve ser mais forte - o aumento da capacidade a nível nacional é crítico
- E, por fim, precisamos de alavancar mais fundos com maior eficácia

O Movimento SUN inspirou uma dinâmica crescente e sem precedentes para a nutrição. Este relatório descreve de que modo este Movimento de nações empenhadas está a transformar a vida de milhões de pessoas. Qualquer pessoa que tenha participado nas atividades do Movimento SUN sentiu a crença e a ambição coletivas. Juntos, podemos alcançar um impacto duradouro.

O Movimento celebrou o seu quinto aniversário em 2015. Foi submetido a uma Avaliação Exaustiva Independente (AEI). Representantes governamentais, atores da sociedade civil e parceiros de desenvolvimento, ativos nos países SUN, têm exprimido de que forma o Movimento pode apoiar melhor os seus objetivos nos próximos anos.

A avaliação conclui que este Movimento novo, liderado pelos países, deu grandes passos num ambiente de nutrição em permanente evolução. Os pontos fortes do Movimento residem na sua capacidade para ser uma força coletiva poderosa para ambiciosas melhorias da nutrição de todas as pessoas. Temos galvanizado a atenção política para a importância da nutrição, assegurado que esta continua a ser uma prioridade política e intensificado as nossas ações de defesa ao longo do tempo. Colocámos os interesses das mães e das crianças em primeiro plano e transformámos a janela de 1000 dias, desde a concepção até ao segundo aniversário de uma criança, num conceito dominante. Todos nós no Movimento temos vindo a acumular conhecimentos e experiência que nos guiarão no sentido de alcançarmos o nosso derradeiro objetivo: erradicar a malnutrição em todas as suas formas.

A avaliação destacou o que devemos fazer para garantir que temos sucesso. Precisamos de dedicar mais atenção às necessidades nutricionais das raparigas adolescentes e encontrar formas de melhor combater o ónus crescente da obesidade em alguns Países SUN. E devemos documentar os indicadores de progresso dos países - tomar como base os indícios iniciais de que a abordagem multidisciplinar do Movimento para a melhoria da nutrição está a resultar nos países SUN.

Ao olharmos para o futuro, devemos seguir o exemplo da história de progresso narrada nestas páginas. Estamos a assistir, em muitos Países SUN, a reduções significativas da malnutrição, o que prova que esta pode ser erradicada durante o nosso tempo de vida. Sentimo-nos inspirados pelas mudanças para que as melhorias em nutrição que defendemos estão a contribuir. O poder combinado de um elevado empenhamento político, que lança as bases da ação multisetorial, de um ambiente político favorável a nível de setores, de ações alinhadas em todos os quadrantes da sociedade com resultados definidos e de mais fundos investidos com maior eficácia constitui a chave do progresso.

As crianças do Benim, do Camboja, da Etiópia, do Gana, da Guiné-Bissau, do Quênia, do Quirguistão, do Malawi, da Tanzânia, da Zâmbia e do Zimbabue são hoje mais altas e mais fortes graças a esforços nacionais eficazes para melhorar a sua nutrição. Os governos destes países comunicam reduções significativas, em anos recentes, das percentagens de crianças com atraso no crescimento. Estes exemplos demonstram que a abordagem do Movimento SUN está no bom caminho, que os resultados são melhores quando os esforços em diferentes setores se conjugam e quando os programas dos distintos atores estão harmonizados. Contudo, há ainda muito para fazer, através da partilha das nossas realizações, da luta por justiça para as raparigas, do envolvimento das nossas mulheres nas decisões e do relato diligente sobre o progresso. Façamos o que fizermos, trabalhamos melhor quando trabalhamos juntos.

A avaliação cristalizou o potencial do Movimento SUN para avançar com renovado vigor e ambição: para que o Movimento SUN continue a dar os seus frutos. Uma nova estratégia a cinco anos reforçará os princípios de responsabilização e a eficácia da ajuda. A fluidez e a flexibilidade que são marca do Movimento SUN devem permanecer: todos no Movimento devem continuar a reconhecer a diversidade dos Países SUN e que o fomento da nutrição será perseguido a um ritmo diferente em cada país.

As etapas futuras

Existem planos para o recrutamento de um novo Coordenador do Movimento SUN e para remodelar o Grupo Principal de Defensores do Movimento SUN, sob nomeação do Secretário-Geral das Nações Unidas. Está igualmente em formação um Comité Executivo Superior para supervisionar o funcionamento do Movimento e garantir que todas as pessoas no Movimento sejam mutuamente responsáveis. As Redes do Movimento SUN e o Secretariado do Movimento SUN serão reforçados com uma capacidade humana e financeira ainda maior para apoiar as necessidades crescentes do Movimento e para ajudar a catalisar as transformações que os seus membros se habituaram a esperar. Esta evolução do Movimento ocorre no contexto do panorama global da nutrição em mudança, em particular, da Agenda de Desenvolvimento Sustentável pós-2015 e dos resultados da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2).

Apesar destes desenvolvimentos, não devemos deixar de levantar a voz, de abanar o sistema e de influenciar a mudança. Os nossos esforços de defesa devem ser redobrados ao nível global, nacional e subnacional. O Movimento SUN ajudou a catapultar a nutrição para primeiro plano. Contudo, esta atenção pode rapidamente desvanecer-se se não formos capazes de demonstrar verdadeiro progresso. O compromisso político é uma condição necessária para a melhoria da nutrição, mas por si só não é suficiente para galvanizar a mudança. O Movimento pugna pela implementação eficaz, com uma ênfase em melhorias significativas e mensuráveis da nutrição das pessoas. Nenhum de nós pode aliviar a pressão enquanto essa meta não for alcançada.

É por essa razão que a facilitação e a coordenação pelo Secretariado do Movimento SUN e pelas Redes SUN devem ser otimizadas e produzir melhores resultados. Isto significa que devemos assegurar a criação de um ambiente favorável, em que

as intervenções nutricionais comprovadas possam ser efetivamente ampliadas. Significa reforçar a vontade de colaborar e mudar o nosso comportamento à luz dos indicadores sobre o que funciona melhor. Significa uma maior responsabilização de todos, a todos os níveis. Significa um aumento da qualidade e da relevância do apoio recebido pelos Países SUN.

Por último, significa alavancar mais financiamento para os países do Movimento. Enquanto ex-Ministra das Finanças da Nigéria, conheço em primeira mão a importância de uma argumentação em prol do investimento baseada em factos irrefutáveis. O argumento para investir em nutrição deve ser colocado na linha da frente e no centro dos nossos esforços de defesa, se quisermos mobilizar a vontade política e o financiamento necessário para combater a malnutrição. Estou impressionada com os esforços do Movimento SUN para defender este argumento: incito-vos a todos a irem ainda mais longe, a tornarem as vossas ações de defesa mais contundentes, a enfatizarem o potencial de uma população mais bem nutrida e a defenderem o argumento económico com mais vigor ainda.

É com estas ambições em mente que temos de olhar para o próximo ano. Os Princípios de Envolvimento do Movimento SUN devem ser uma das nossas primeiras preocupações; devemos comprometer-nos com a transparência a respeito do impacto; devemos procurar ser inclusivos e garantir que os nossos esforços reflitam os direitos humanos e a igualdade; devemos estar prontos para negociar, para ser mutuamente responsáveis, para ser eficazes em termos de custos e para ser continuamente comunicativos.

Estes princípios unem-nos no esforço para erradicar a malnutrição nas próximas décadas. Estão na base da nossa ambição comum. Todos nós no Movimento SUN devemos adotá-los com orgulho e garantir que integram tudo o que fazemos.

O processo de criação da visão e de transição

Durante a reunião do Grupo Principal do Movimento SUN em setembro de 2013, foi tomada a decisão de encomendar uma Avaliação Exaustiva Independente (AEI). A avaliação teve início em junho de 2014 e foi concluída em janeiro de 2015. De janeiro a abril de 2015, os Países SUN, as Redes SUN e o SMS apresentaram a sua resposta às conclusões da avaliação. Foram recebidas mais de 100 respostas, tendo 50% dos Países SUN comunicado as suas opiniões.

De 9 a 10 de abril de 2015, o Presidente Kikwete da Tanzânia, membro do Grupo Principal do Movimento SUN, organizou uma reunião com vários atores em Dar es Salaam com o fim de considerar opções para o futuro do Movimento. Uma Equipa Operacional analisou as contribuições dos participantes, à luz das recomendações da AEI e da resposta de todo o Movimento às suas conclusões, análise esta que o Secretariado do Movimento SUN sintetizou, e um grupo de consultores independentes elaborou um documento de opções.

Em maio, o Grupo Principal do Movimento SUN aprovou as recomendações feitas pelo Subgrupo de Criação da Visão, deliberando que:

1. O Movimento SUN deve continuar com um renovado sentido de ambição para alcançar resultados.
2. Uma estratégia atualizada cobrirá o período de 2016 a 2020, consolidando os pontos fortes do Movimento SUN e resolvendo os pontos fracos identificados pela AEI. Este quadro estratégico será revisto até à reunião do Grupo Principal do Movimento SUN em setembro de 2015 e entrará em vigor em janeiro de 2016. Será finalizado um roteiro operacional em dezembro de 2015.
3. A estratégia atualizada deverá situar-se no âmbito da paisagem mais ampla da nutrição, reconhecendo os múltiplos ónus da malnutrição, o progresso global em curso para combater o impacto da subnutrição e o valor acrescentado do Movimento SUN em relação às agendas globais, tais como as Metas de Desenvolvimento Sustentável (MDS), o seguimento da Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição (ICN2) e os compromissos assumidos no evento Nutrição para o Crescimento e a diferenciação entre as agências mandatadas responsáveis pela governação da nutrição.

4. O Movimento SUN continuará a ser inclusivo, multiatores, multissetorial e descentralizado - aberto a todos os países empenhados em alcançar a justiça nutricional para todos e em erradicar a malnutrição em todas as suas formas.
5. As prioridades estratégicas para o Movimento SUN incidirão sobre ações de defesa reforçadas, uma maior coordenação para conseguir impacto, responsabilização acrescida, mais fundos para a nutrição, mais nutrição pelo dinheiro existente despendido e apoio aos Países SUN. Estes objetivos serão alcançados através da consolidação das estruturas existentes, incluindo redes de atores fortalecidas e responsáveis e as *Comunidades de Prática SUN*, as quais se nortearão pelas necessidades dos países.

Breve panorâmica sobre as perspetivas do Movimento SUN

Maharashtra

"Como foi justamente recomendado, o foco principal deve incidir na subnutrição e na eliminação do atraso no crescimento, mas a sobrenutrição constitui igualmente um problema premente no Estado. A ênfase deve ser posta na defesa a todos os níveis e, em particular, a nível comunitário."

Tadjiquistão

"Nós temos um entendimento mais ou menos claro do que é um QCR, mas concordamos com a recomendação da avaliação de que são necessários orientações e princípios mais claros sobre como atuar. Deve ser incorporada no SUN uma assistência técnica robusta em torno dos QCR."

Indonésia

"O Movimento SUN demonstrou uma energia e dinamismo impressionantes, tanto a nível global como nacional; no entanto os desafios na Indonésia incluem a implementação a nível subnacional. É necessária maior orientação ou a partilha das lições aprendidas sobre a forma como o Movimento SUN pode ser implementado no país descentralizado. A monitorização e avaliação do Movimento SUN precisam de ser fortalecidas para que seja possível acompanhar o progresso do Movimento a nível nacional. A mobilização de todos os atores, em especial dos atores não governamentais, deve ser reforçada."

Prioridades da estratégia do Movimento SUN para 2016-2020

A estratégia para 2016-2020 assenta sobre os pontos fortes e a dinâmica do trabalho do Movimento até à data. Forja novos caminhos, dando resposta às exigências dos países e às perceções geradas pela Avaliação Exaustiva Independente (AEI) sobre os pontos fortes, os pontos fracos e as oportunidades para um maior impacto. Incidirá, de forma crucial, sobre o estímulo à implementação à escala.

Pontos fundamentais

- A estratégia atualizada do Movimento SUN caracteriza-se pela ênfase no apoio e no fortalecimento das capacidades dos países para acelerar o impacto
- O Movimento SUN tomará medidas decisivas para alavancar estrategicamente a sua experiência
- O Movimento SUN tem sido e continuará a ser um exercício contínuo de melhoria, através da aprendizagem e da adaptação
- Em 2016-2020, o Movimento SUN manterá o seu foco principal na subnutrição, buscando formas de facilitar os esforços para conciliar e incorporar outras prioridades da malnutrição, incluindo a incidência de atenções sobre as raparigas adolescentes e as ameaças da obesidade
- O Movimento SUN apoiará e documentará abordagens de sucesso que visem mais holisticamente todas as formas de malnutrição.

A visão do Movimento SUN consiste em erradicar a malnutrição sob todas as suas formas. Os seus membros apoiam a realização progressiva do direito a uma alimentação adequada e à justiça nutricional para todos com vista a erradicar o atraso no crescimento no tempo de uma geração.

Apesar dos desafios, estão a realizar-se progressos. Hoje, mais do que nunca, existe clareza sobre o que é necessário, com um crescente conjunto de evidências que apontam para ações claras passíveis de pôr fim à malnutrição. O Movimento SUN tem sido um agente fundamental de mudança, em que os diversos esforços e experiências dos seus membros desempenham um papel único em abrir caminho ao progresso e em moldar a paisagem da nutrição. A estratégia para 2016-2020 consolida o progresso até à data com uma reorientação dos objetivos estratégicos:

- Alargar e manter um ambiente político favorável;
- Priorizar ações eficazes que contribuam para uma boa nutrição;
- Implementar ações alinhadas com os Quadros Comuns de Resultados nacionais;
- Usar com sucesso e aumentar significativamente os recursos financeiros para a nutrição.

As principais prioridades futuras que serão configuradas e definidas mais aprofundadamente na Estratégia e no Roteiro do Movimento SUN para 2016-2020 incluem:

O aumento da facilitação e coordenação dos esforços para conseguir impacto

O combate à malnutrição requer a colaboração multissetorial. O impacto sobre a nutrição pode ser alcançado mais eficiente e eficazmente se as interações no seio das organizações e das estruturas administrativas ou entre grupos de atores forem propiciadas de forma mais eficaz e as suas atividades mais bem coordenadas e alinhadas.

→ **O Movimento SUN trabalhará para facilitar a partilha e a aprendizagem e reforçar o apoio aos esforços dos Países SUN para melhor definirem e utilizarem os seus QCR, fortalecerem as suas PMA, incluindo a garantia de que todos os Países SUN tenham acesso a mediadores de doadores nacionais e acelerem a implementação de planos nacionais.**

A melhoria da qualidade do apoio aos Países SUN para reforçar capacidades

A prestação de apoio atempado e reativo de alta qualidade aos esforços dos Países SUN para implementarem as ações necessárias ao fomento da nutrição constitui uma componente essencial do alcance de impacto.

→ **O Movimento SUN continuará a promover a melhoria contínua da qualidade na prestação de assistência técnica para melhorar os resultados da nutrição. O Movimento fomentará uma aceleração proativa no sentido da implementação, com ênfase na descentralização e na garantia de uma cobertura eficaz. Os membros do Movimento irão agilizar o desenvolvimento de sistemas de planeamento da informação sobre nutrição que permitam aos decisores determinar as ações a implementar, bem como prever resultados. Estes beneficiarão da melhoria da qualidade das orientações (e contribuirão para esta) em torno da ação baseada em factos, incluindo abordagens sensíveis à nutrição e questões de género; o desenvolvimento e a divulgação de normas regulamentares; e formas eficazes de documentar e partilhar experiências. Será um processo de aprendizagem, prática, avaliação e adaptação contínuas.**

A melhoria do acesso a recursos internos e externos para fomentar a nutrição e utilizar estes recursos com maior eficácia

Os recursos financeiros atuais disponíveis para intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição são lamentavelmente insuficientes. Embora o financiamento da nutrição continue a provir de fundos públicos, privados e mistos internacionais, o único meio de financiar a nutrição de forma sustentável passa pelo aumento dos recursos públicos e privados nacionais.

→ **O Movimento SUN acelerará os esforços concertados para alavancar mais financiamento para a nutrição, priorizar melhores resultados nutricionais nos orçamentos de desenvolvimento e nos planos setoriais nacionais, alinhar de forma mais otimizada o apoio financeiro interno e externo em torno de resultados comuns, facilitar um acesso mais eficaz a fontes de financiamento e melhorar a transparência dos fluxos de financiamento. O Movimento defenderá que todos os fundos públicos tenham um impacto positivo sobre os mais pobres e mais vulneráveis em todas as sociedades e comunicará continuamente o progresso destes esforços.**

O Movimento abordará de modo mais eficaz os motores da malnutrição determinados por fatores de género e igualdade

As desigualdades associadas à falta de acesso a uma nutrição adequada minam a saúde e o desenvolvimento infantis, privando as crianças do direito de realizar o seu pleno potencial. Um dos grupos mais frequentemente privados incluiu as mulheres e as raparigas. A capacitação das mulheres pode contribuir para quebrar o ciclo intergeracional da malnutrição. Investir nas mulheres é benéfico para a melhoria do capital humano, especialmente em termos de nutrição, saúde e educação infantis.

→ **O Movimento SUN reforçará a prestação de assistência aos formuladores de políticas e aos profissionais nacionais para que abordem as desigualdades, ajudando a identificar oportunidades para superar os desafios estruturais na melhoria do acesso e da utilização dos serviços.**

O reforço da defesa de uma melhor nutrição a nível global, nacional e subnacional

A defesa sustentável é essencial para manter a nutrição numa posição de destaque nas agendas nacionais e internacionais e constitui uma pedra angular de qualquer movimento para a mudança.

→ **O Movimento SUN ampliará os esforços de defesa necessários para contribuir para resultados mensuráveis nos países, com um foco nos seguintes resultados: aumento da cobertura das intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição baseadas em indicadores concretos; aumento dos recursos, tanto internos como de fontes externas; manutenção e fortalecimento da visibilidade da nutrição nas agendas globais e nacionais; e demonstração do valor da abordagem multissetor e multiator do Movimento SUN. Serão geradas abordagens de defesa adaptadas e mobilizados defensores da nutrição a todos os níveis.**

O reforço da responsabilização a todos os níveis

A principal responsabilidade por garantir que todos os cidadãos possam concretizar o seu direito à alimentação cabe aos governos nacionais, que respondem perante os seus povos.

→ **O Movimento SUN, com as suas abordagens multissetoriais e multiatores, simboliza a afirmação dos seus membros de que o trabalho em conjunto tem o potencial para um maior impacto e eficácia no fomento da nutrição do que o trabalho isolado. O Movimento acelerará os seus esforços para apoiar uma maior responsabilização dos países e assegurar que os seus parceiros de desenvolvimento cumpram as suas próprias responsabilidades. Estes parceiros têm mandatos, capacidades e mecanismos de responsabilização específicos - e o seu âmbito de ação é internacional e nacional. Incluem parceiros de desenvolvimento que prestam orientações normativas, experiência em implementação ou no reforço de capacidades, e atores, como deputados e elementos da sociedade civil com autoridade e poderes para monitorizar o progresso.**

O caminho a seguir

O quinto ano do Movimento SUN demonstrou que este impulso coletivo para os resultados de nutrição se deve a uma enorme energia, fortalecida pelo princípio cada vez mais firme de que estamos todos implicados neste processo. Os dirigentes globais e nacionais estão a reconhecer a importância crítica de investir em nutrição para garantir saúde e prosperidade e como um meio de construir resiliência em tempos conturbados. Mas não se deve tomar a dinâmica continuada como um facto garantido. Esta necessita de ser cuidadosamente cultivada, através de ações de defesa consistentes e, mais importante ainda, provando que a abordagem do Movimento SUN está a demonstrar sucessos e resultados.

Ao avançar para 2016 e mais além, a demonstração de resultados será cada vez mais uma preocupação central dos países do Movimento SUN. O estímulo à ação eficaz e ao sucesso em torno da nutrição constitui um projeto a longo prazo, mas a documentação e a partilha do que funciona e do que não funciona devem ser indissociáveis do Movimento SUN. A aprendizagem e a partilha estão na base do Movimento SUN, mas a garantia de que as principais lições são retiradas, de que são formuladas orientações e de que é prestado apoio será fundamental para o sucesso. Os atores envolvidos no Movimento SUN compreendem a importância de apoiar as tarefas críticas para a sustentabilidade - como a construção de plataformas multiator, o estabelecimento de estratégias comuns e a organização de programas e investimentos futuros em torno de quadros de resultados definidos. Será vital demonstrar ainda mais as mudanças para que estes processos contribuam.

A nova Estratégia do Movimento SUN será crucial para a obtenção de resultados, mas a sua adoção é apenas o começo de um difícil caminho a percorrer. A estratégia só terá significado na medida em que for usada pelos Países SUN e pelos múltiplos atores que a apoiam para que se torne uma realidade.

Será fundamental consolidar os sucessos presentes com uma ambição acrescida de conseguir resultados e impacto sobre o atraso no crescimento em todos os países empenhados no fomento da nutrição. Esta ambição é a qualidade única que fez do Movimento um sucesso. A ambição será garante de que o Movimento continua a ser liderado pelos países, inclusivo, multiatores e multissetorial. Serão redobrados os esforços para consagrar os Princípios de Envolvimento do Movimento SUN que vinculam os membros do Movimento SUN à estratégia e asseguram que o papel das mulheres capacitadas, os efeitos desestabilizadores das alterações climáticas e a luta continuada pela igualdade se encontrem no centro de todos os esforços.

A tremenda energia e entusiasmo que impulsiona o Movimento SUN é um bom presságio para o futuro. Mais do que nunca, a nutrição está no centro das atenções. A vontade política está a aumentar e as provas são mais fortes do que nunca.

O Movimento SUN pugna pela transformação nutricional. Milhões de raparigas, mulheres, rapazes e homens desfavorecidos porque vivem desnecessariamente malnutridos. Todos no seio do Movimento podem pôr fim a esta injustiça. O Movimento está pronto a avançar com ambição e vigor renovados. Chegou o momento de fazer com que aconteça!



Perfis de progresso nacionais

Este capítulo apresenta uma visão geral dos resultados alcançados em 55 Países SUN no ano transato. Em 2015, 43 países do Movimento SUN realizaram o Exercício de Autoavaliação. Participaram no Exercício diferentes grupos de interesse com representação nas respectivas plataformas nacionais do Movimento SUN. Estes incluem participantes de ministérios e órgãos do governo setoriais, bem como representantes de agências de doadores, de organizações da sociedade civil, de agências da ONU e de empresas. Como parte deste Exercício de Autoavaliação, os atores nos países são convidados a atribuir a si mesmos uma classificação, individual e coletivamente, face aos marcadores de progresso atribuídos a cada um dos quatro processos do Movimento SUN (descritos na página 35).

O Exercício de Autoavaliação do Movimento SUN é voluntário e oferece uma oportunidade para os atores refletirem sobre os progressos realizados no ano transato e garantirem que os esforços para erradicar a malnutrição estejam bem alinhados e sejam eficazes. Prevê-se que o processo de Autoavaliação ajude os atores a apropriarem-se e a beneficiarem da monitorização do progresso e a serem mutuamente responsáveis pelas suas ações coletivas.

Guia para os perfis nacionais

Os perfis nacionais neste relatório visam apresentar uma breve panorâmica do progresso nos Países SUN e consistem em cinco elementos principais, dependendo da informação disponível sobre cada país:

1. **Gráfico do Progresso Nacional:** apresenta uma visão das pontuações do Exercício de Autoavaliação de 2015 em cada um dos quatro Objetivos Estratégicos do Movimento SUN.
2. **Gráficos de barras "retrospectivos":** apresentam uma visão das pontuações do Exercício de Autoavaliação de 2014 em cada um dos quatro Objetivos Estratégicos do Movimento SUN.
3. **Breve Panorâmica do Progresso:** apresenta um resumo escrito dos desenvolvimentos e esforços em cada um dos quatro Objetivos Estratégicos Movimento SUN.
4. **Gráfico sobre a redução do atraso no crescimento e estatísticas dos indicadores-chave da nutrição.** Para obter informações sobre as estatísticas e os dados utilizados, consultar o Anexo 2.
5. Destaques **selecionados dos Países SUN** para partilhar a nível do Movimento

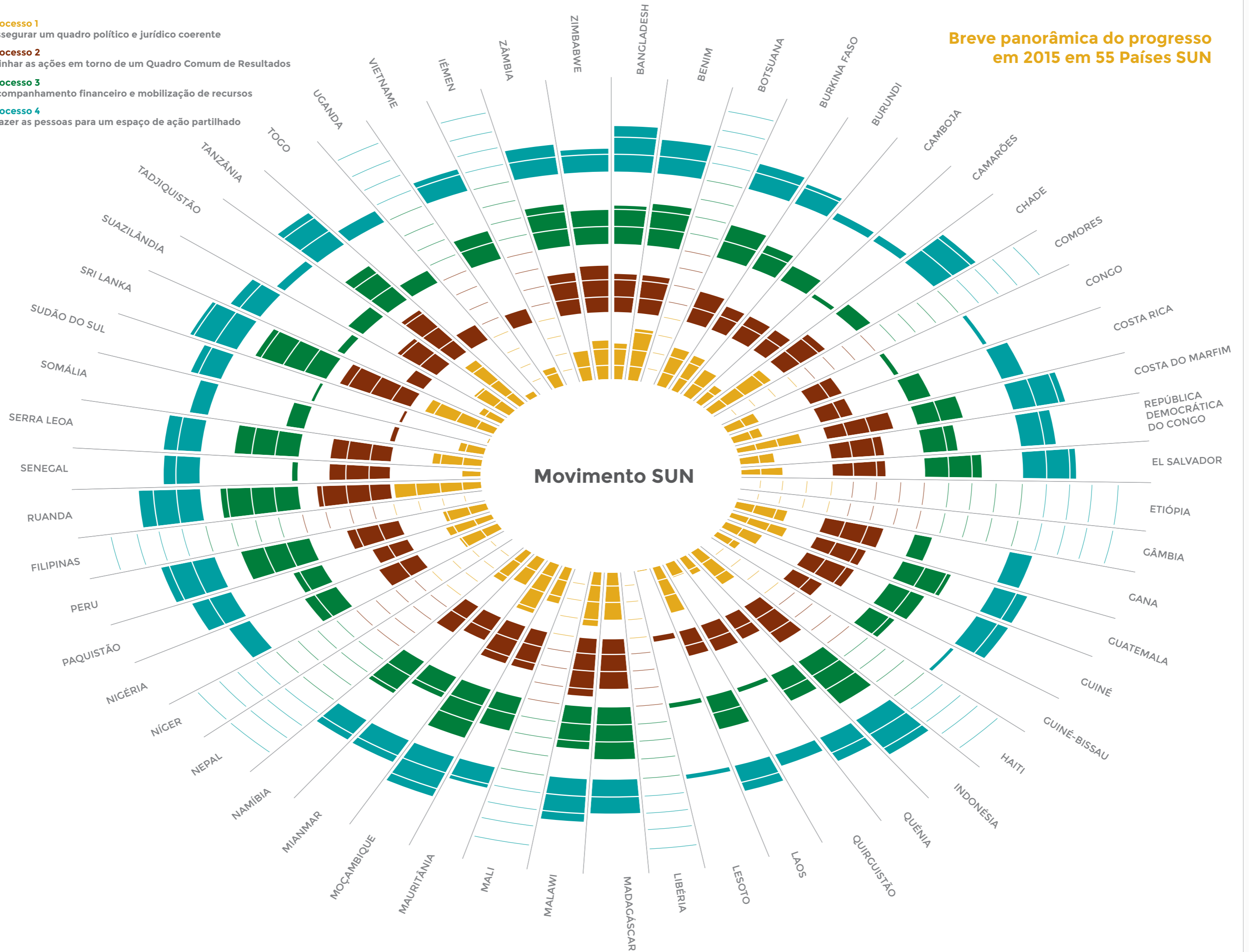
A diferenciação na aparência e nível de análise para cada Perfil Nacional é descrita seguidamente.

- No caso dos Países SUN que realizaram o Exercício de Autoavaliação de 2015, o progresso é representado através de um Gráfico do Progresso Nacional que reúne pontuações relativas a cada Objetivo Estratégico do Movimento SUN e através de uma Breve Panorâmica do Progresso, ambos baseados no respetivo Exercício de Autoavaliação. Alguns países também realizaram o Exercício de Autoavaliação em 2014, o qual está igualmente refletido nos gráficos do progresso nacional relevantes para base de comparação.
- No caso dos Países SUN que não realizaram um Exercício de Autoavaliação, a Breve Panorâmica do Progresso foi preparada pelo Ponto Focal SUN no Governo, com o apoio do SMS. Não é apresentado qualquer Gráfico do Progresso Nacional.
- No caso dos Países SUN que realizaram o Exercício de Autoavaliação em 2014, mas não em 2015, um gráfico de barras "retrospectivo" indica as anteriores pontuações do Exercício de Autoavaliação do país, enquanto a Breve Panorâmica do Progresso foi preparada pelo Ponto Focal SUN no Governo, com o apoio do SMS, refletindo o progresso em 2015.

Para obter informações detalhadas sobre o Quadro de Monitorização do Movimento SUN e a análise do Exercício de Autoavaliação de 2015, consultar o Anexo 2. Todos os Exercícios de Autoavaliação dos Países SUN estão disponíveis na íntegra em www.scalingupnutrition.org.

- **Processo 1**
Assegurar um quadro político e jurídico coerente
- **Processo 2**
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados
- **Processo 3**
Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos
- **Processo 4**
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Breve panorâmica do progresso em 2015 em 55 Países SUN

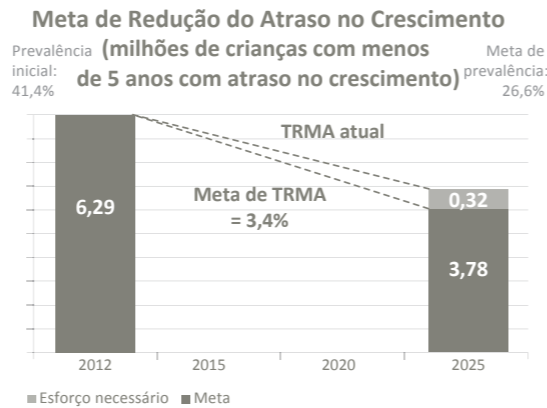


Bangladesh

Data de adesão:
Setembro de 2010

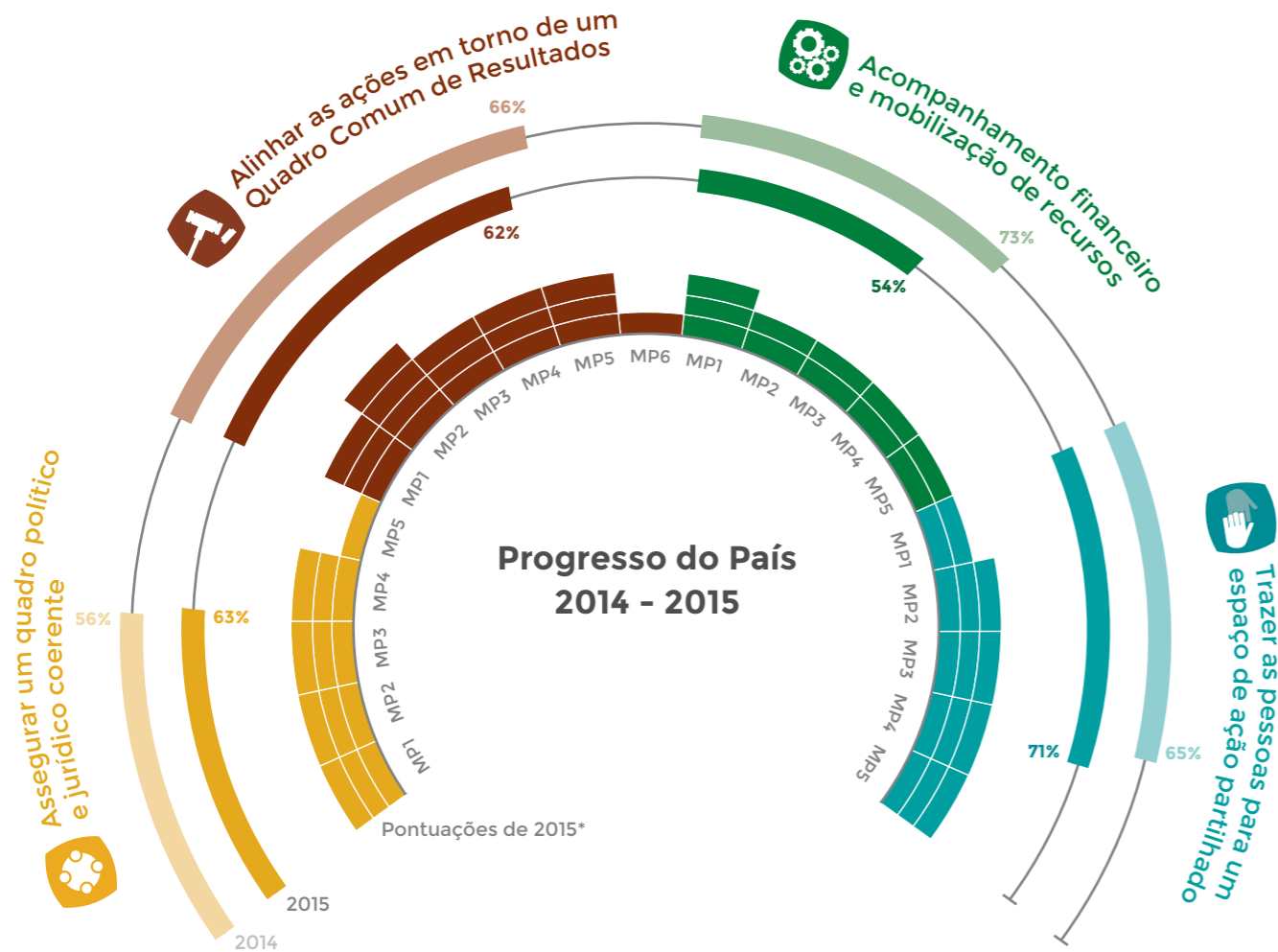
Destaques

- A revitalização do Conselho Nacional para a Nutrição do Bangladesh teve início. Este Conselho é presidido por Sua Excelência o Primeiro-Ministro e foi estabelecido por decreto presidencial em 1975. O Conselho Nacional para a Nutrição do Bangladesh é o mecanismo de coordenação multissetorial de mais alto nível.
- A Política Nacional de Nutrição foi finalizada e aprovada pelo Conselho de Ministros. Esta integra as recomendações da Declaração e Quadro de Ação da Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição.
- A Estratégia de Mobilização Social e Sensibilização foi finalizada. O seu objetivo consiste em ampliar o envolvimento multissetorial e multiatores a fim de expandir as intervenções específicas e sensíveis à nutrição no país.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	38,7%
Baixo peso à nascença:	21,6%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	64,1%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	18,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	43,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a pág. 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



O Conselho Nacional para a Nutrição do Bangladesh foi revitalizado e prevê-se que venha a ser o mecanismo de coordenação de mais alto nível para a nutrição, presidido pelo Primeiro-Ministro. Os Termos de Referência do Conselho Nacional para a Nutrição do Bangladesh, do Conselho Executivo, dos Subcomités Técnicos Permanentes e do Secretariado do Conselho Nacional para a Nutrição do Bangladesh foram revistos, com funções e responsabilidades delineadas, e estão prestes a ser aprovados pelo Primeiro-Ministro.

O Comité Diretor para a Implementação da Nutrição é presidido pelo Secretário do Ministério da Saúde e do Bem-Estar da Família. Este organismo assegura uma colaboração multissetorial e multiatores entre 13 ministérios e 10 departamentos, bem como entre doadores, agências das Nações Unidas (ONU), a comunidade académica, o Grupo de Trabalho da Nutrição e a Aliança da Sociedade Civil (ASC SUN). Verifica-se uma forte coordenação

interna entre o Ministério da Saúde e do Bem-Estar da Família e o Ministério da Alimentação.

O Programa REACH da ONU facilita a colaboração entre as agências da ONU e promove a coordenação multissetorial para a nutrição. Este fornece apoio para fortalecer o progresso nos quatro processos do Movimento SUN. A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID) são os dois organismos convocadores da Rede de Doadores e comprometeram-se a aumentar a sua frequência de recrutamento. A ASC SUN aumentou o seu número de membros de 125 organizações (em 2014) para 187 organizações. O ano passado testemunhou um aumento das atividades com outros grupos de atores, incluindo empresas, e todas as redes reforçaram o envolvimento com a comunicação social.



A Política Nacional de Nutrição foi elaborada com o contributo de todos os atores e aguarda neste momento a aprovação do Conselho de Ministros. Foi elaborado um importante Documento de Referência sobre a Nutrição com vista a informar o 7.º Plano Quinquenal, que estará operacional a partir de meados de 2016. A nutrição foi também incorporada em diferentes políticas setoriais: Alargamento da Agricultura, Proteção Social e Segurança Alimentar.

O Bangladesh desenvolveu um projeto de estratégia nacional de comunicação e promoção da nutrição facilitado pelo programa REACH da ONU. Cinco Parceiros de Desenvolvimento (DFATD do Canadá, DFID, UE, USAID e Banco Mundial) desenvolveram em conjunto a Narrativa Comum sobre Subnutrição a fim de apoiar os esforços de sensibilização.

Está em curso a revisão do Plano de Ação da Política Alimentar Nacional (2008-2015) e do Plano Nacional de Implementação (2010-2015).

Está em vigor legislação conforme com o Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno e existe também licença de maternidade paga durante seis meses. **Registaram-se progressos na aplicação destas legislações.** Após a aprovação da Política Nacional de Nutrição, será elaborado o Plano Nacional de Ação para a Nutrição com o envolvimento multissetorial e multiatores.



O Governo, em conjunto com outros atores relevantes, está a desenvolver atualmente um projeto de Quadro Comum de Resultados multissetorial para a nutrição, compreendendo indicadores setoriais específicos da nutrição e sensíveis à nutrição. O Plano Operacional dos Serviços Nacionais de Nutrição facilita o fornecimento de um pacote nutricional multissetorial e abrangente às comunidades.

envolvendo 17 ministérios/agências parceiras. Foi estabelecida uma unidade de planeamento de informação sobre nutrição que está a receber relatórios de diversas plataformas de prestação orientadas para a nutrição.

Existente uma monitorização anual regular das atividades nutricionais ao abrigo de dois mecanismos de monitorização robustos alojados no Ministério da Saúde e do Bem-Estar da Família e no Ministério das Finanças. São elaborados relatórios nacionais de monitorização

Estão em curso esforços para integrar o Quadro Comum de Resultados no 7.º Plano Quinquenal geral do Governo e no processo de relatórios do Programa Anual de Desenvolvimento, orientados pela Política Nacional de Nutrição e congregados através da utilização de mecanismos já existentes e alinhados com os compromissos adotados na ICN2 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.



O Quadro Nacional de Resultados de Desenvolvimento é regularmente acompanhado no âmbito da monitorização do Programa Anual de Desenvolvimento do 6.º Plano Quinquenal. Este é monitorizado pelo Comité Executivo do Conselho Económico Nacional, presidido pelos Ministérios do Planeamento e das Finanças.

O Plano Nacional de Implementação e também com projetos e programas relevantes específicos da nutrição e sensíveis à nutrição ao abrigo do Programa Anual de Desenvolvimento. Este processo de monitorização também contribui para identificar lacunas em termos de recursos.

Foi determinado o custo do Plano Quinquenal nacional, mas é ainda necessário concluir um plano de viabilidade financeira. O processo de monitorização do Programa Anual de Desenvolvimento acompanha a despesa de todas as atividades ao abrigo do Governo, mas é necessário torná-lo mais abrangente. O processo nacional de monitorização da segurança alimentar e da nutrição está em linha com o Plano de Ação da Política Alimentar Nacional e

O recente relatório de monitorização demonstra que a contribuição nacional para a nutrição tem vindo a aumentar significativamente. Estão em curso conversações no Grupo Parlamentar que visam separar o orçamento da nutrição do da saúde. Um Quadro Orçamental Intercalar no âmbito do Ministério das Finanças prevê um pacote de recursos para os próximos três anos, reforçando assim a previsibilidade do financiamento.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

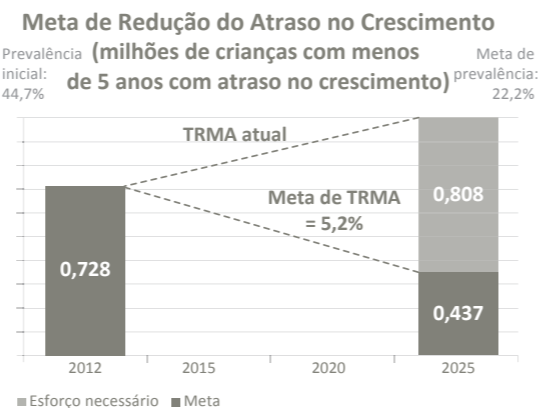
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Benim

Data de adesão:
Dezembro de 2011

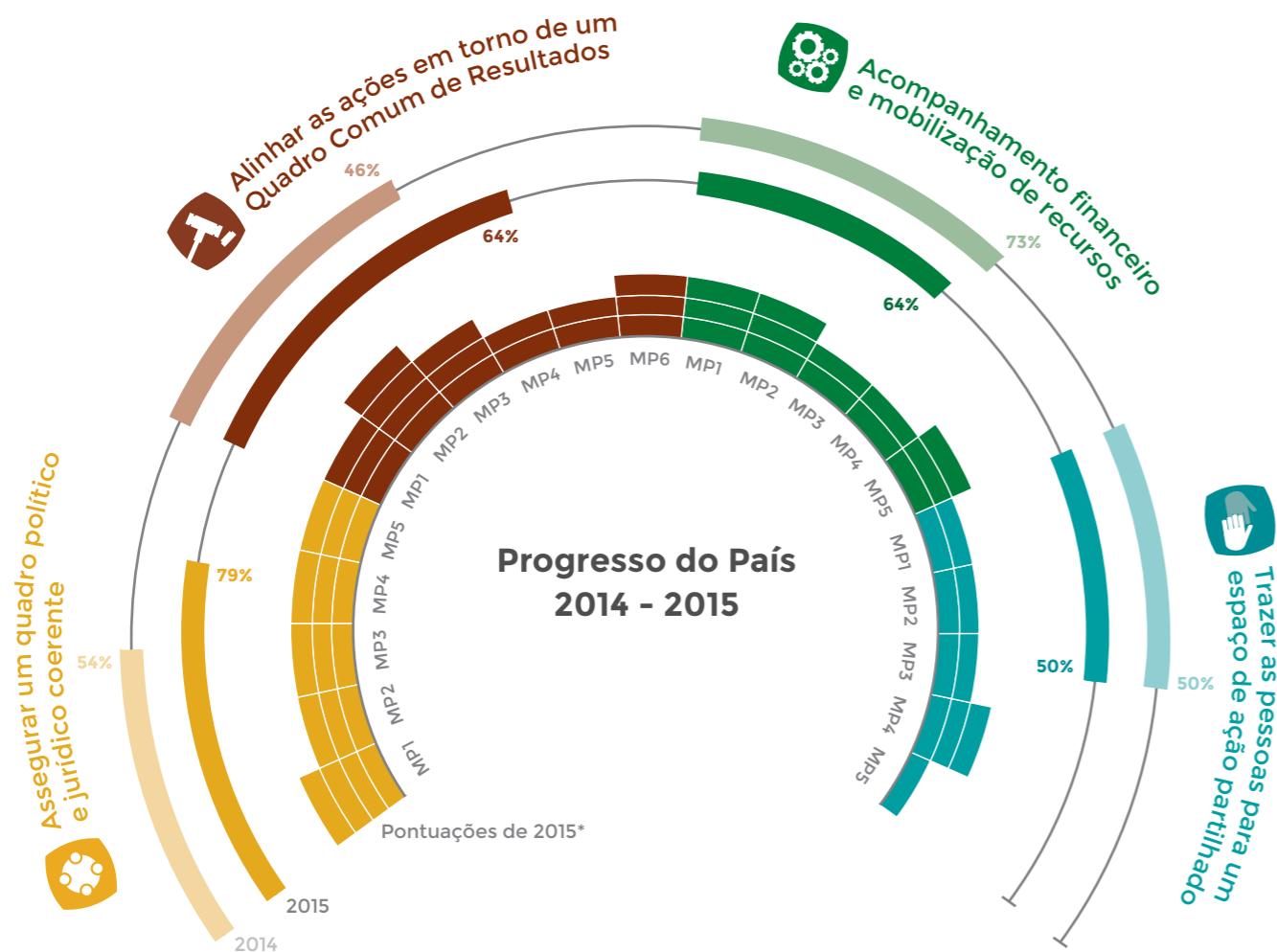
Destaques

- Verificou-se um impulso para criar sinergias entre os processos da Global Alliance for Resilience (AGIR) e a Nova Aliança para a Segurança Alimentar e a Nutrição. O Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição coordena os dois processos e irá alojar os principais atores do processo AGIR para a elaboração do Programa de Resistência do País.
- O Benim conta com um plano de comunicação integrado para a nutrição e com uma estratégia de comunicação dirigidos a várias comunidades locais. Está a ser elaborado um roteiro para um mecanismo de comunicação detalhado multinível.
- A implementação do Quadro Comum de Resultados está a ser efetuada de forma descentralizada. Quadros comuns de consulta facilitam a preparação e a implementação de planos locais sobre a nutrição.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	34,0%
Baixo peso à nascença:	12,5%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	41,4%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	4,5%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	1,7%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	49,6%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



Existência e **consolidação progressiva do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição**. O Secretariado Permanente do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição está operacional.

A liderança, centralidade e presença do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição no setor da alimentação e da nutrição foram confirmadas. A comunicação interna foi melhorada: Os debates sobre segurança alimentar e nutricional no âmbito do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição são cada vez mais divulgados junto das estruturas associadas. Estão a ser estabelecidas parcerias sustentáveis entre o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição e os outros atores.

Está atualmente em curso uma nova dinâmica para **gerar efeitos de sinergia para os processos da Global Alliance for Resilience**

(AGIR) e La Nouvelle Alliance para a Segurança Alimentar e a Nutrição (NASAN-G8).

A Aliança da Sociedade Civil SUN foi lançada em fevereiro de 2015 e conta com um roteiro. Está a melhorar a visibilidade da nutrição e a contribuir para os resultados.

Os doadores estão a prestar apoio técnico e financeiro à implementação das atividades do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição através da plataforma de doadores. **Esta plataforma, alargada às ONG, estabelece contacto com o Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição de dois em dois meses.**

Os deputados estão comprometidos com a ideia de criar uma rede de nutrição parlamentar.



O plano de ação do Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição para 2015 prevê o **levantamento das ações de intervenção dos agentes e a criação da política nacional de alimentação e nutrição**.

As políticas setoriais (saúde, agricultura, educação, proteção social, água e saneamento, etc.) são cada vez mais integradas nas estratégias nacionais e na convergência em direção a um quadro comum de resultados pró-nutrição. O setor agrícola está a **levar em conta a nutrição** através da criação de um documento estratégico sobre alimentação e nutrição para o setor agrícola, integrando a componente da nutrição em programas e projetos agrícolas e criando uma lei-quadro para a agricultura e a segurança alimentar e nutricional.

Foi implementado um programa de sensibilização de grande escala com o apoio das Agências das Nações Unidas, dos doadores e da sociedade civil:

- Criação de brochuras e cartazes para documentos sobre a política alimentar e nutricional (Plano Estratégico para o Desenvolvimento da Alimentação e da Nutrição, Projeto Multissetorial para a Alimentação e Nutrição); processo de divulgação/popularização em curso.
- Realização de uma série de **reuniões de sensibilização de alto nível** a favor da nutrição, particularmente no que se refere à questão da malnutrição crónica.
- Participação em fóruns internacionais seguida de reembolsos.

O Benim possui um plano de comunicação abrangente para a nutrição. O Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição está a elaborar um roteiro para a implementação de um Mecanismo de Comunicação aos níveis central, descentralizado e comunitário. Como parte da implementação do Projeto de Nutrição Comunitária, a Associação Nacional de Distritos do Benim desenvolveu uma estratégia de comunicação dirigida às autoridades locais de vários distritos.



O **Quadro Comum de Resultados foi atualizado e implementado** - com apoio técnico e financeiro - **de forma descentralizada** por 10 comunidades sob a forma de um programa educacional (através do Projeto de Nutrição Comunitária) e será progressivamente alargado às 77 comunidades. As intervenções dos parceiros (Nações Unidas e ONG) constituem parte deste quadro e **os programas dos doadores estão alinhados com o Quadro Comum de Resultados**.

Quadro de consulta comunitário: participação de serviços delegados e descentralizados, da sociedade civil e do setor privado na criação e implementação do plano de nutrição comunitária. **Será implementado um plano de monitorização e avaliação multissetorial e descentralizado ao nível nacional.**



A orçamentação do Quadro Comum de Resultados foi concluída e validada.

Está em curso **um processo de monitorização dos recursos nutricionais** que conta com o apoio do Secretariado do Movimento SUN.

Reforçar o compromisso político com o aumento dos recursos a favor da nutrição. **A estratégia de mobilização de recursos está em curso** (28 milhões de dólares mobilizados face a uma necessidade estimada de 144 milhões de dólares). Existência de uma dotação orçamental governamental específica, longe de satisfazer as necessidades existentes.

O governo contribuirá com 15% dos custos totais do PMNM.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

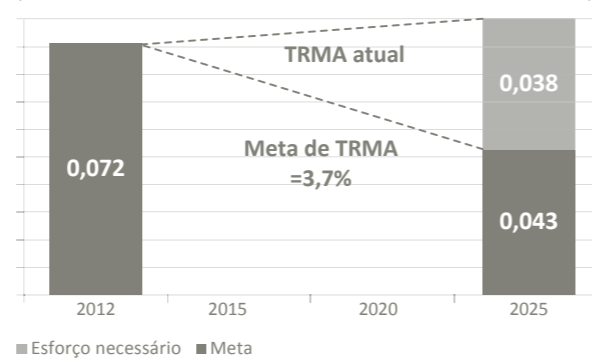
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Meta de Redução do Atraso no Crescimento

Prevalência inicial: 31,4% (milhões de crianças com menos de 5 anos com atraso no crescimento) Meta de prevalência: 19,3%



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	31,4%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	-
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	7,2%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	11,2%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	28,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Destaques

- Verifica-se um consenso geral em como o programa de proteção social contribui enormemente para a abordagem à fome, à pobreza e à vulnerabilidade. Por conseguinte, o Botsuana estabeleceu um sistema de proteção social complexo e dedica uma grande parte das suas receitas nacionais ao financiamento de vários programas de proteção social. Os indicadores sociais do Botsuana são comparáveis aos dos países de rendimento médio alto.
- Conforme reconhecido, as debilidades na conceção, na implementação, na coordenação e monitorização e na sustentabilidade fiscal destes programas de proteção social têm de ser abordadas.



O Botsuana aderiu ao Movimento SUN em 9 de abril de 2015, com uma carta de Sua Excelência o Ministro da Agricultura, Patrick Pule Ralotsia, em que destacava os progressos alcançados na segurança alimentar, bem como áreas que exigem maior atenção no futuro, como a acessibilidade aos alimentos, a qualidade e utilização dos mesmos, a satisfação das necessidades das pessoas mais vulneráveis, a coordenação e, finalmente, a monitorização e avaliação da nutrição.

Ainda não existe uma plataforma multiator especializada na nutrição, mas estão previstas três soluções principais para criar uma, quer através do Conselho do Desenvolvimento Rural, que envolve Secretários Permanentes dos ministérios competentes relevantes relacionados com várias questões da política de desenvolvimento rural, ONG e o setor privado; através da reconstituição da equipa nacional multissetorial composta pelo Ministério da Agricultura que se preparou para o Workshop de Desenvolvimento de Capacidades em Nutrição da Nova Parceria

para o Desenvolvimento de África (NEPAD)/Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), que teve lugar no Botsuana, em 2013; ou através da revitalização das estruturas de elaboração de relatórios da Equipa Nacional de Alerta Rápido.

Foram nomeados dois pontos focais interinos de alto nível de caráter oficial e técnico do governo nacional, do Ministério da Agricultura, para liderar todos os processos relacionados com o SUN.

Os cientistas têm estado intensamente envolvidos na elaboração de leis relevantes para a nutrição. Está prestes a arrancar a mobilização de doadores, da sociedade civil, das agências das Nações Unidas e do setor privado em torno da nutrição e o estabelecimento e coordenação de redes nacionais são encarados como ações prioritárias.



O Botsuana conta com uma Estratégia Nacional para a Alimentação (2000) e uma Estratégia Nacional para a Nutrição que ainda não foi aprovada. Possui regulamentações comuns sobre o sal, que incluem a iodização e a Lei de Controlo dos Alimentos (2008).

Possui também regulamentações relativas à comercialização de substitutos do leite materno, que datam de 2005, mas o Botsuana reconhece que a sua implementação eficaz permanece

um desafio, devido aos comportamentos da indústria local e de outros parceiros comerciais do país. Existe um projeto de uma Estratégia de Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas, mas esta ainda não foi promulgada.

Finalmente, embora o enriquecimento de alimentos não seja obrigatório no Botsuana, o Governo fornece produtos de sorgo e milho enriquecidos através do Programa de Alimentação dos Grupos Vulneráveis.



O Botsuana ainda não possui qualquer Quadro Comum de Resultados, mas está a implementar vários programas que contribuem para uma melhor nutrição entre a população, incluindo os seguintes: um programa de monitorização do crescimento para identificar crianças vulneráveis com menos de cinco anos que necessitam de atenção especial; um Programa de Alimentação dos Grupos Vulneráveis implementado em todo o país; um Programa de

Alimentação Escolar; um Programa para Pessoas Desfavorecidas (cabazes alimentares); Projetos de Hortas que constituem parte do Programa de Erradicação da Pobreza; um Programa de Subvenções para a Juventude que permite que os jovens se envolvam na agricultura (produção agrícola e pecuária); e o Programa de Ipelegeng, cujo principal objetivo consiste em fornecer apoio e auxílio ao emprego a curto prazo.



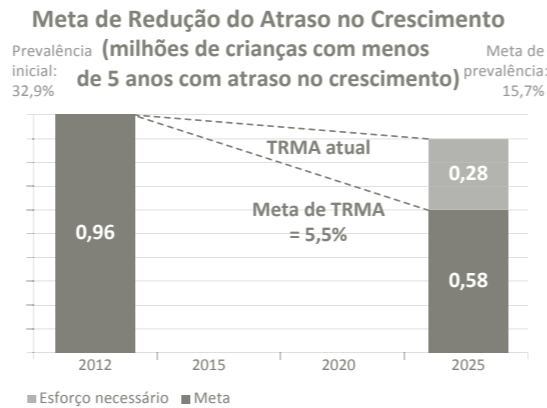
Atualmente, não existe qualquer informação fornecida pelo Botsuana relativa à existência de sistemas de acompanhamento financeiro das dotações e da despesa para a nutrição ou fundos específicos dedicados à nutrição.

Burkina Faso

Data de adesão:
Junho de 2011

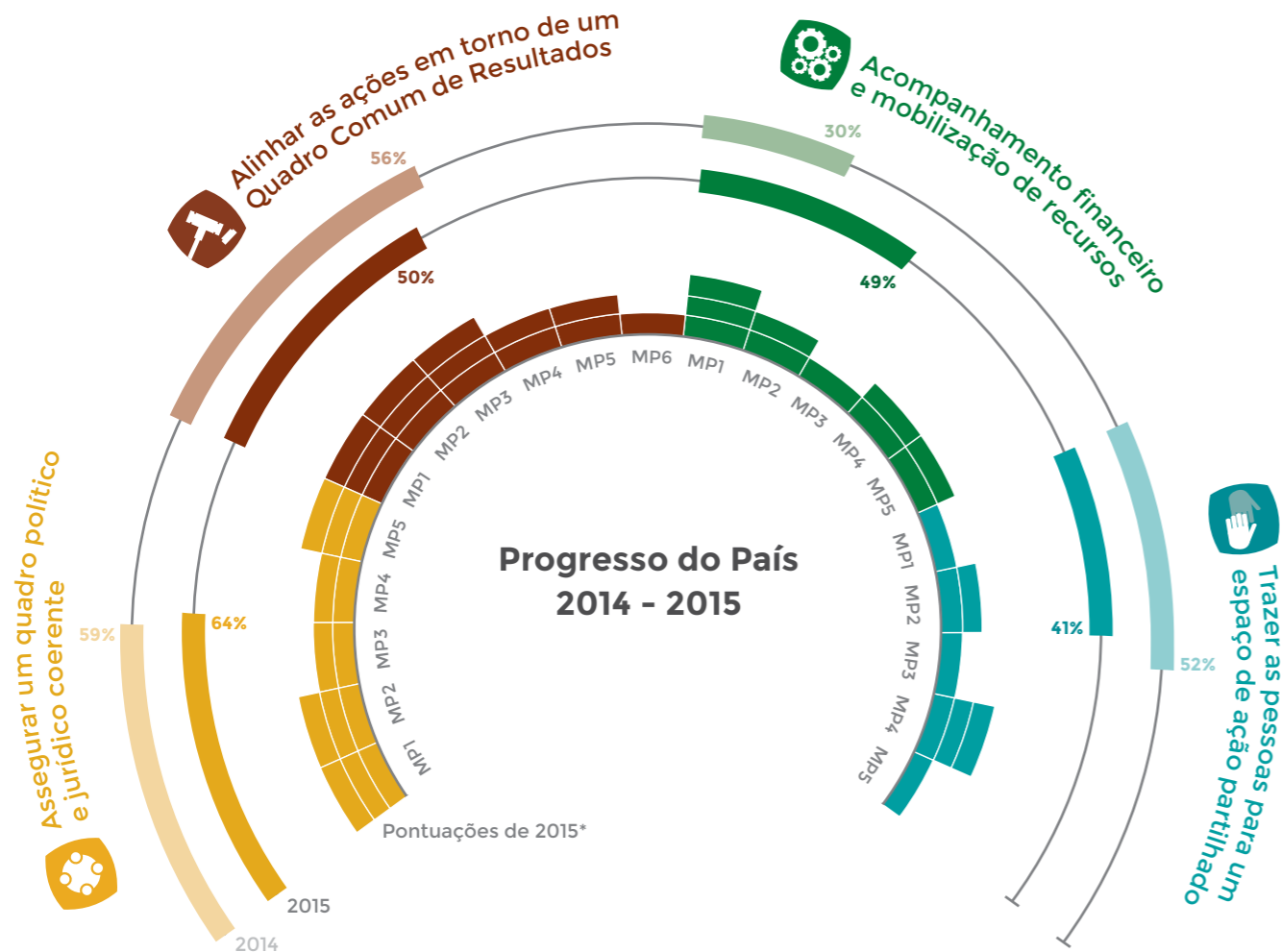
Destaques

- Uma rede de jornalistas especializados, cujos membros foram formados ou estão bem informados sobre a nutrição, contribui para os esforços de sensibilização e para a visibilidade das ações de segurança alimentar e nutricional através do fornecimento de informações às populações locais e mediante ações de comunicação que promovem mudanças no comportamento. Foi organizada uma campanha de imprensa em várias regiões em 2013 e 2014.
- Os programas sensíveis à nutrição serão mais bem refletidos na política nacional de nutrição, a qual está a ser revista.
- O Burkina Faso descentraliza as responsabilidades relativas à condução de intervenções específicas ao nível intermédio do sistema.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	32,9%
Baixo peso à nascença:	16,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	47,2%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	10,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	-
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	49,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Conselho Nacional para o Diálogo sobre a Nutrição foi criado em 2008 e constitui a plataforma multissetorial designada. Está subordinado ao Ministério da Saúde e inclui os ministérios responsáveis pela agricultura e segurança alimentar; água e saneamento; ação social e solidariedade nacional e economia e finanças; educação; **comércio; capacitação das mulheres; investigação científica; e ensino secundário e superior. Inclui ainda a sociedade civil e o setor universitário, ao passo que o setor privado está representado pela Federação das Indústrias Agroalimentares e pelo grupo de transformadores de produtos oleaginosos (lagares).**

A rede das Nações Unidas está também envolvida, coordenada pela UNICEF, e foi oficialmente reconhecida uma rede de jornalistas especializados em nutrição. A rede da sociedade civil para a nutrição (RESONUT) aguarda os documentos oficiais de reconhecimento. Por outro lado, não existe um coordenador ou plano de trabalho partilhado pelos doadores.

Na sequência dos acontecimentos de 30 e 31 de outubro do ano passado e da dissolução da Assembleia Nacional, o trabalho sobre nutrição realizado pela rede de membros do parlamento foi descontinuado.

A iniciativa AGIR (Aliança para a Resiliência) é liderada pelo Ministério da Agricultura e inclui a nutrição nos seus segundo e quarto pilares.

A política de nutrição está a ser revista a fim de abordar melhor o aspeto multissetorial da luta contra a malnutrição. O país comprometeu-se a finalizar o seu novo plano nacional multissetorial para a nutrição (2016-2020) e a avaliar os recursos financeiros necessários à implementação do mesmo até ao final de 2015. **Tal deverá contribuir para tornar os vários setores mais responsáveis.**

Vários planos setoriais estratégicos plurianuais incluem a nutrição, especialmente os que se centram nos seguintes aspetos: redução da pobreza, desenvolvimento económico, educação, desenvolvimento sustentável, agricultura, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento rural.

O quadro comum de resultados multissetorial foi finalizado em julho de 2015 durante um seminário de restituição sobre o levantamento de intervenções específicas e sensíveis à nutrição que reuniu vários setores, parceiros, a sociedade civil e o setor privado. Porém, ainda tem de ser aperfeiçoado junto dos vários setores. **A implementação de intervenções específicas e/ou sensíveis é da responsabilidade dos que se encontram no centro e na periferia do sistema.**

social, segurança alimentar, educação, higiene da água e saneamento e outras intervenções sensíveis serão refletidos com maior destaque na política nacional revista.

As intervenções específicas da nutrição estão harmonizadas com a Política Nacional de Nutrição. **Os programas de proteção**

O Burkina Faso planeia também melhorar o seu sistema existente de monitorização da nutrição antes do final de 2015. Para o efeito, a OMS tem apoiado um projeto-piloto que visa incluir outros indicadores da nutrição no software de recolha nacional e central. Existem vários sistemas de acompanhamento setoriais, mas os resultados não estão agregados.

Os fundos destinados à nutrição, classificados no subcomité do orçamento nacional para a saúde materna e infantil, não são fáceis de acompanhar. A implementação do plano orçamentado é sobretudo da responsabilidade do Ministério da Saúde, contando com o apoio de outros ministérios. A libertação dos compromissos financeiros do Governo é dificultada pela burocracia administrativa e circunstâncias existentes, ao passo que os fundos dedicados à nutrição pelos parceiros se destinam frequentemente a situações de emergência, o que torna complicado o planeamento plurianual.

Não há garantias de financiamento para a implementação de vários planos em fase de projeto (plano estratégico, microplano de combate à carência de micronutrientes e assim por diante), nem para o plano de transição ao nível da alimentação de lactentes e crianças pequenas, que está a ser levado a cabo. Com o apoio da UNICEF, foram iniciados esforços para avaliar os fundos públicos e externos investidos na nutrição desde 2011.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

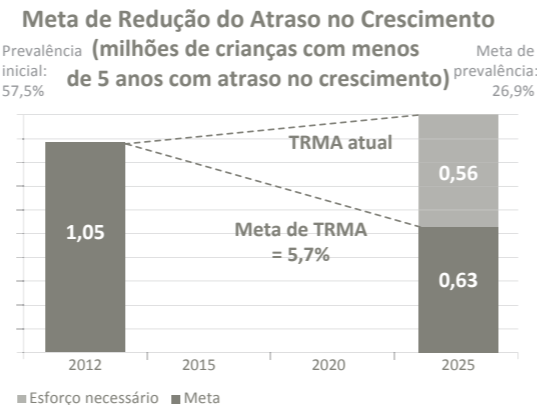
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Burundi

Data de adesão:
Fevereiro de 2013

Destaques

- O mecanismo associado à plataforma multissetorial para a segurança alimentar e nutricional, que foi estabelecido por decreto, garante uma coordenação dinâmica e eficaz através de um comitê diretor interministerial presidido pelo Segundo Vice-Presidente, um secretariado SUN/REACH e 10 grupos de trabalho multissetoriais e multiatores. Estes são coordenados pelo ponto focal, o qual está subordinado ao Gabinete do Segundo Vice-Presidente.
- A União Europeia, que é a coordenadora dos doadores, assumiu um compromisso financeiro para o período de 2016-2019 com o intuito de melhorar o quadro jurídico, a coordenação e o sistema de acompanhamento e monitorização da nutrição, os quais constituem prioridades do governo.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	57,5%
Baixo peso à nascença:	10,7%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	69,3%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	6,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	20,9%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A Plataforma Multissetorial para a Segurança Alimentar e Nutricional existe desde 2013 e foi institucionalizada por decreto presidencial em fevereiro de 2014. A plataforma reúne vários atores (ministérios, organizações internacionais, a sociedade civil e parceiros de investigação, técnicos e financeiros) em diversas estruturas de coordenação: o comitê diretor, o Secretariado SUN/REACH, um comitê especial e 10 grupos de trabalho técnico. O Ponto Focal é o chefe-adjunto do Gabinete do segundo Vice-Presidente. **Esta arquitetura tem provado a sua utilidade e vitalidade ao nível nacional, mas é necessário sublinhar que os planos de ação anuais e os quadros de avaliação de acompanhamento deverão contribuir para reforçar e manter o compromisso de todos os participantes. É também uma prioridade proceder à sua descentralização.**

O programa REACH facilita a coordenação das Nações Unidas e da União Europeia - a coordenadora dos doadores - no envio das informações nutricionais, bem como na coordenação da Plataforma Multissetorial para a Segurança Alimentar e Nutricional entre outros doadores. **A rede da sociedade civil do Movimento SUN, que possui um comitê executivo e um secretariado, foi lançada em janeiro de 2015 sob o alto patrocínio da Primeira-Dama.** Estão já preparados termos de referência para a criação de redes de cientistas e para o setor privado.

A legislação nacional relativa à nutrição abrange o enriquecimento de alimentos, a alimentação de lactentes e crianças pequenas, a comercialização de substitutos do leite materno e cuidados gratuitos para crianças com menos de cinco anos e mulheres grávidas. **O Burundi comprometeu-se a adotar a legislação sobre o enriquecimento de alimentos, a atualizar a legislação sobre a importação e a comercialização de sal e a melhorar a proteção da licença de maternidade.**

A nutrição é uma prioridade nacional. É considerada uma prioridade para analisar, atualizar e divulgar as políticas setoriais existentes. Os documentos das políticas e dos programas estão a ser revistos pelos grupos de trabalho e membros do parlamento para o Ministério da Agricultura e o Ministério das Telecomunicações e serão retomados na Política Nacional de Saúde de 2016-2025, que inclui a nutrição.

O Plano Estratégico Multissetorial para a Segurança Alimentar e Nutricional de 2014-2017 foi finalizado em junho de 2013 e aprovado em maio de 2014. Este plano centra-se em quatro aspetos estratégicos: 1) Liderança e coordenação multissetorial; 2) Prevenção e tratamento da malnutrição; 3) Promoção e fomento da segurança alimentar; 4) Desenvolvimento e reforço de estratégias sensíveis à nutrição. O plano de acompanhamento e avaliação, que em breve será elaborado, **funcionará como o quadro comum de resultados. Enquanto se aguarda que sejam determinados os custos deste plano, foi proposto um mecanismo de comunicação para o plano da Plataforma Multissetorial para a Segurança Alimentar e Nutricional.** Duas ações emblemáticas,

que são eficazes, visíveis e fáceis de alcançar, têm também recebido prioridade sob a forma da criação de hortas para as famílias (diversificação alimentar) e de instruções generalizadas sobre a lavagem das mãos. Os atores envolvidos na segurança alimentar e nutricional de seis províncias (de um total de 17) receberam mais informações sobre estas ações durante um workshop realizado em julho de 2014 que visava reforçar o seu conhecimento e alinhamento. O objetivo consiste em alcançar a cobertura nacional até ao final de 2016; os parceiros apoiam estas atividades e alguns já iniciaram projetos e programas plurianuais nesta área. Por último, **o Burundi, com o apoio da União Europeia, está a trabalhar ativamente para estabelecer uma plataforma nacional de informação para a nutrição.**

Assim que esteja concluída a orçamentação do plano, o Burundi irá iniciar a mobilização de fundos interna e externamente. Os ministérios serão incentivados a introduzir uma rubrica orçamental para a nutrição, nos mesmos moldes que os dos ministérios com competência na saúde

pública, bem como na agricultura e pecuária. **Para reforçar ainda mais a monitorização das dotações orçamentais para a nutrição, que tiveram início em Abidjan em maio de 2015, o Burundi tenciona repetir o exercício e atualizar os dados anuais para que os fundos possam ser avaliados regularmente.**

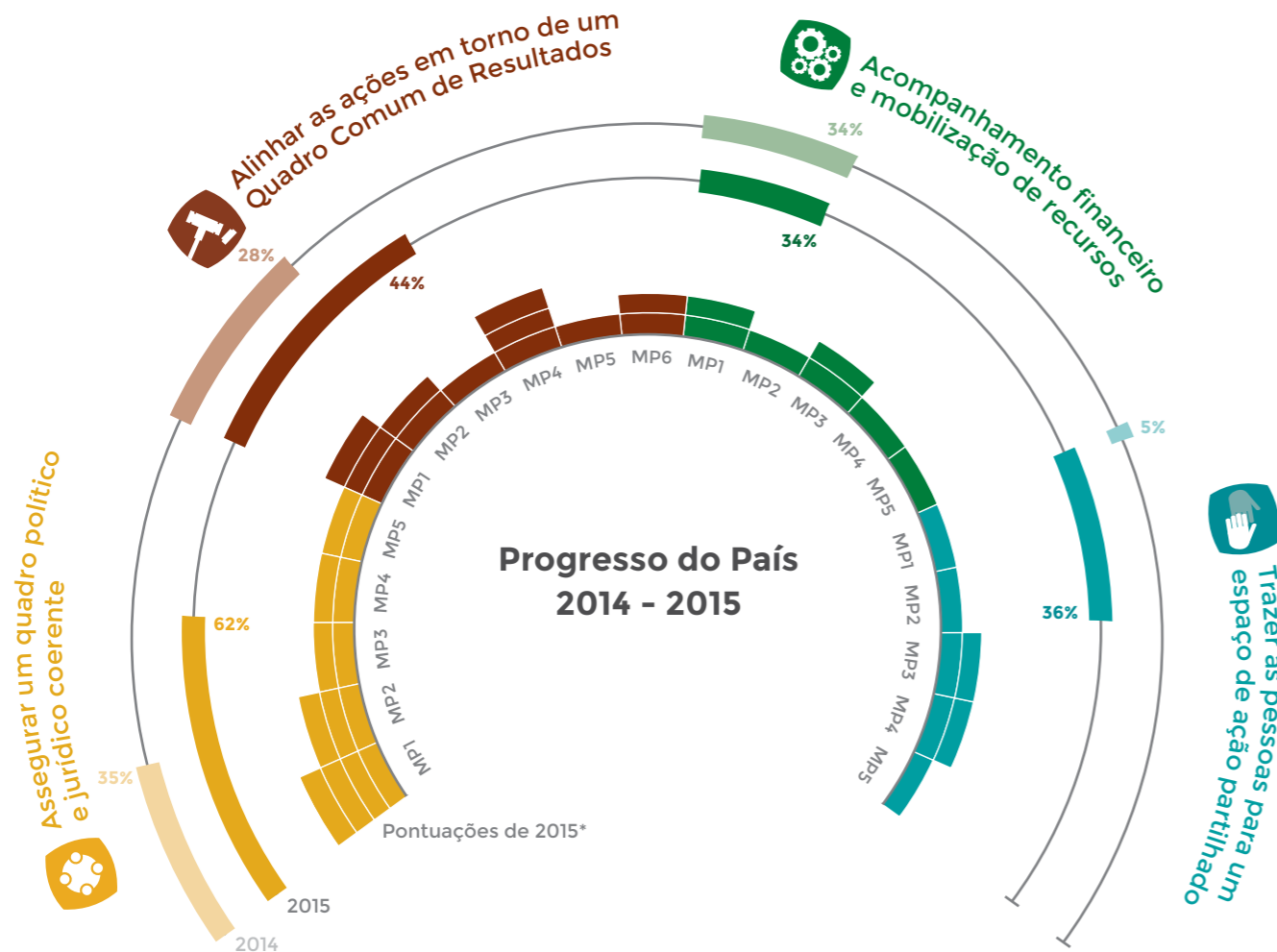
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado



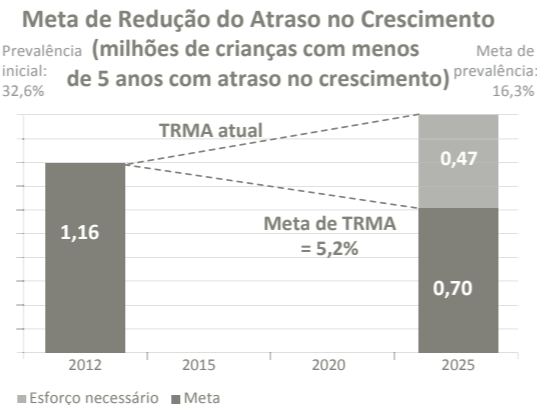
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Camarões

Data de adesão:
Fevereiro de 2013

Destaques

- A rede do setor privado foi lançada no Fórum de Negócios sobre a Nutrição (maio de 2014) e contribui para a intensificação de intervenções específicas e sensíveis à nutrição.
- A rede de deputados empenhados na luta contra a malnutrição mostra-se também muito ativa. Foi elaborado um plano de ação para esta rede para 2015.
- Um comité interministerial para a luta contra a malnutrição está operacional nas quatro regiões mais afetadas. O Ministro Secretário-Geral do Gabinete do Primeiro-Ministro é o presidente deste organismo consultivo estratégico e de coordenação.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	32,6%
Baixo peso à nascença:	7,6%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	20,4%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	5,8%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	6,5%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	41,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

Ao nível nacional, a coordenação é realizada a vários níveis: no âmbito do Comité Interministerial da luta contra a malnutrição e dos grupos de trabalho da nutrição aos níveis central e regional (estão envolvidas quatro regiões: extremo norte, norte, Adamaoua e leste). O grupo de trabalho da nutrição reúne-se todos os meses. A plataforma multiator ainda não possui coordenação de alto nível suficiente. **Aguarda-se a nomeação de um ponto focal político que seja um representante do Primeiro-Ministro ou do Gabinete da Presidência.**

O Comité Interministerial foi criado e já está a funcionar. O seu presidente é o Ministro Secretário-Geral do Gabinete do Primeiro-Ministro.

A plataforma da sociedade civil presidida pela Helen Keller International inclui vários setores (saúde, educação e agricultura). **A plataforma da sociedade civil está a ser inventariada, bem como o plano de ação desenvolvido**

para esta rede, ao passo que as atividades da plataforma da sociedade civil foram revitalizadas, com a perspetiva de legalizar e lançar oficialmente a plataforma.

A rede das Nações Unidas para o Movimento SUN, sob a liderança da UNICEF, está em funcionamento. **Foram enviados convites para outras agências (ACNUR, FIDA e FNUAP).**

A Cooperação Francesa, um representante dos doadores, **está a enviar esforços para criar uma plataforma de doadores.**

Uma rede do setor privado do Movimento SUN foi lançada no Fórum de Negócios sobre a Nutrição (maio de 2014).

A Rede de Empresas do Movimento SUN foi lançada em 2014. Foi estabelecido um quadro consultivo, um mecanismo de implementação e monitorização e um fundo de investimento para a nutrição.

Uma rede de deputados empenhados na luta contra a malnutrição mostra-se também muito ativa.

O documento de orientação estratégica sobre a luta contra a malnutrição nas regiões do norte, do extremo norte, de Adamaoua e do leste foi **aprovado pelo Comité Interministerial e integra a nutrição nas novas estratégias para o desenvolvimento rural e a segurança alimentar, a saúde, as práticas da água, o saneamento e higiene, a proteção social, a promoção da mulher e as ações educativas.**

A nutrição está incluída nos planos de ação das agências das Nações Unidas, mas de forma algo hesitante no UNDAF.

Além disso, foi realizada uma exposição itinerante para sensibilizar os líderes tradicionais, as autoridades administrativas e os deputados para a elaboração do **Plano de Ações Prioritárias de 2015-2020 para a luta contra a malnutrição.** É reconhecido que os esforços para implementar e divulgar as políticas devem ser intensificados.

O quadro comum de resultados ainda **não foi desenvolvido, mas o documento de orientação estratégica sobre a luta contra a malnutrição identificou as áreas prioritárias que serão destacadas com vista a obter resultados convincentes.**

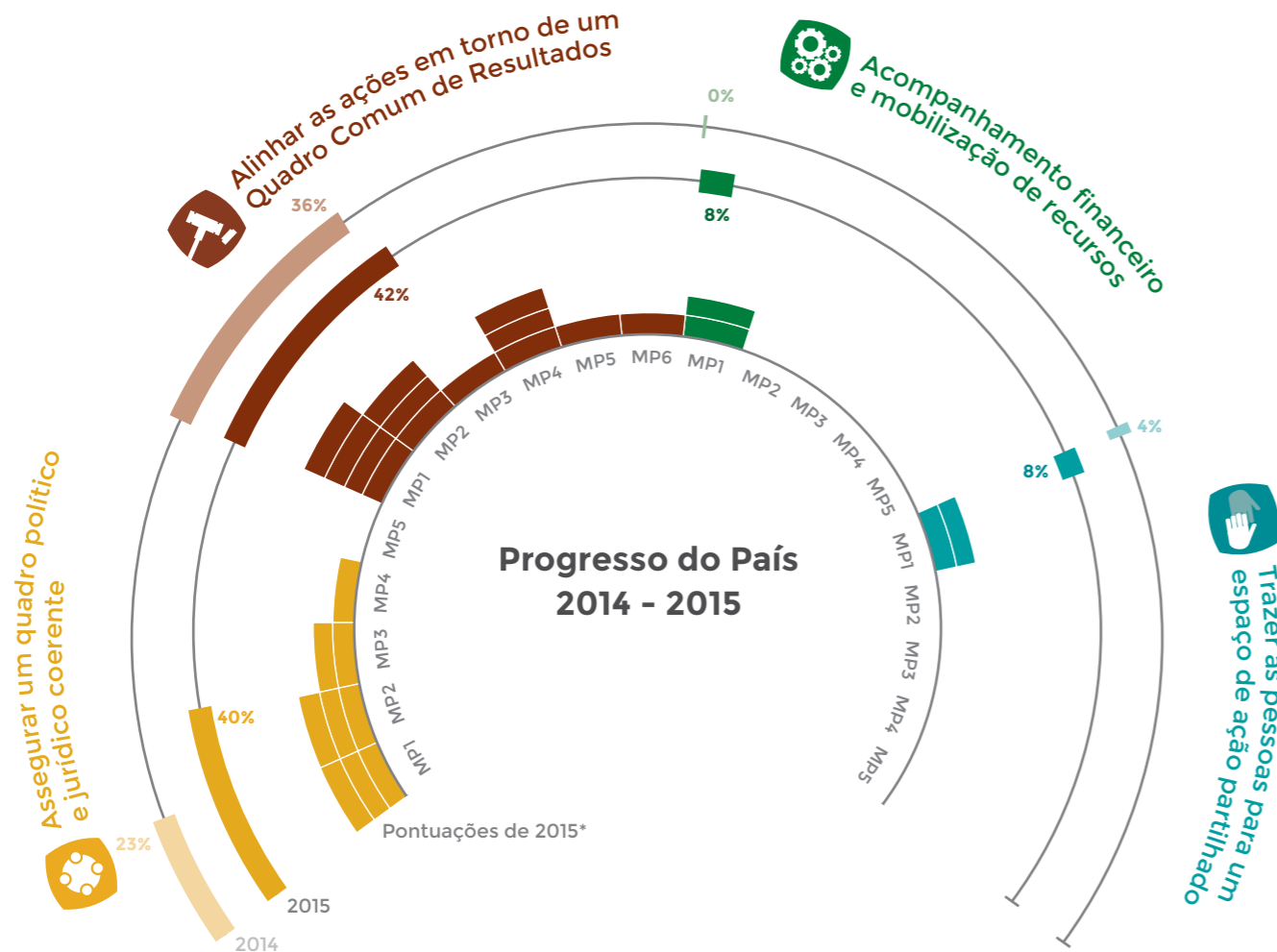
Do ponto de vista dos programas, as intervenções diretas na área da nutrição têm-se centrado na "janela de oportunidade"

nos primeiros 1000 dias. As atividades centram-se em ações relacionadas com a nutrição essencial, na luta contra as deficiências de micronutrientes através de uma campanha importante e de grande escala sobre o enriquecimento de alimentos e o enriquecimento em casa recorrendo à utilização de micronutrientes em pó, vitamina A, ferro e suplementos de ácido fólico, na gestão da malnutrição grave, da água, saneamento e higiene, da desparasitação e da nutrição materna.

A parte do orçamento dedicada à nutrição **permaneceu inalterada nas administrações setoriais. No entanto, o exercício de orçamentação revelou que as intervenções indiretas representam mais de 90% do orçamento dos setores. Em alguns parceiros, registou-se um importante aumento dos recursos em 2014.**

A orçamentação do plano só pode ser alcançada assim que o plano de ação multissetorial estiver concluído. Não existe atualmente nenhum sistema de monitorização do financiamento a crédito de atividades e programas relacionados com a nutrição. Não há nenhuma rubrica orçamental específica para a nutrição. No entanto, as atividades de sensibilização contribuíram para criar uma rubrica orçamental sobre a alimentação para lactentes e crianças pequenas nas despesas a médio prazo do Ministério da Saúde Pública.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

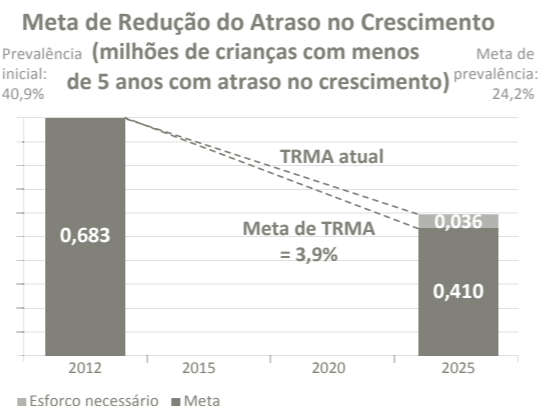
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Camboja

Data de adesão:
Junho de 2014

Destaques

- A Estratégia Retangular para o Crescimento, o Emprego, a Igualdade e a Eficiência do Camboja Fase III (2014-2018) definiu uma orientação política de longo alcance para melhorar a segurança alimentar e a nutrição.
- Foi estabelecido um Conselho Nacional de Nutrição para ajudar a assegurar o cumprimento da legislação dos códigos de substitutos do leite materno.
- O Ministério da Saúde desenvolveu o seu orçamento concetual para intervenções nutricionais.
- Foram aceites e acompanhados indicadores de monitorização conjuntos entre vários ministérios.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	32,4%
Baixo peso à nascença:	8,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	65,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	9,6%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,0%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	43,8%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



O Governo Real do Camboja mandou o Conselho para o Desenvolvimento Agrícola e Rural para facilitar a coordenação eficaz, a orientação política, a monitorização e a gestão de informação para o desenvolvimento agrícola e rural, a proteção social, a segurança alimentar e a nutrição. O Grupo de Trabalho Técnico para a Proteção Social e a Segurança Alimentar e Nutrição é presidido pelo Conselho para o Desenvolvimento Agrícola e Rural e recebe apoio para a facilitação de várias agências da ONU (PAM, FAO, UNICEF). O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) fornece uma plataforma para que o Grupo de Trabalho Técnico identifique prioridades, harmonize atividades, aborde questões técnicas, mobilize recursos e monitorize o progresso.

O Grupo de Trabalho Técnico reúne-se regularmente e foi estabelecido um Secretariado do Grupo de Trabalho Técnico com a participação dos ministérios competentes e vários grupos de atores para melhorar a coordenação.

A Rede da Sociedade Civil está a ser desenvolvida em colaboração com a Helen Keller International (HKI), nomeada pelo Conselho para o Desenvolvimento Agrícola e Rural para liderar a Rede. O estabelecimento de Redes de Empresas e de Doadores institucionalizadas permanece em discussão, embora em março de 2015 mais de 250 representantes de todos os grupos de atores se tenham reunido e aprovado uma Declaração sobre a Nutrição. A Declaração destaca a Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição (2014-2018), através da qual todos os atores estão a alinhar os seus esforços de apoio.



A Estratégia Retangular para o Crescimento, o Emprego, a Igualdade e a Eficiência do Camboja Fase III (2014-2018) inclui a nutrição e definiu uma ampla orientação política para melhorar a segurança alimentar e a nutrição. A Estratégia Retangular identifica as prioridades para melhorar a disponibilidade, a melhoria do acesso e a utilização dos alimentos.

A Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição, lançada pelo Primeiro-Ministro em 2014, foi desenvolvida para complementar as estratégias setoriais já existentes e os planos para colmatar lacunas e inclui atualizações das recomendações internacionais relativas à

nutrição. A Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição é um instrumento de sensibilização direcionado para o financiamento adicional e uma melhor coordenação e ação integrada para a melhoria da segurança alimentar e nutricional. Sob a liderança do Ministério da Saúde, foi concluída uma avaliação sobre a legislação relativa aos Substitutos do Leite Materno e à iodização do sal. Foram comunicadas infrações às legislações e, na sequência destes acontecimentos, foi estabelecido um Conselho Nacional de Supervisão para apoiar a adesão à legislação contra a promoção de substitutos do leite materno.



A fim de alinhar o quadro de indicadores da Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição com o quadro de resultados do Plano Nacional de Desenvolvimento Estratégico de 2014-2018, bem como com quadros de indicadores de outros planos e estratégias nacionais, foi definido que o sistema de Monitorização e Avaliação (M&A) fosse implementado em conjunto com o seguinte processo:

- A monitorização de intervenções e programas específicos é realizada através da implementação de setores e irá enviar estatísticas ao Conselho para o Desenvolvimento Agrícola e Rural.
- O Conselho para o Desenvolvimento Agrícola e Rural levará a cabo a tarefa de acompanhamento em conjunto com os ministérios do setor, a fim de compilar e integrar relatórios do setor e de avaliar o impacto geral na meta e nos objetivos da Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição. O Conselho para o Desenvolvimento Agrícola e Rural irá publicar um relatório anual de M&A para a Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição.

- O workshop de análise do progresso anual da Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição será organizado pelo Conselho para o Desenvolvimento Agrícola e Rural a fim de debater o relatório de M&A para informar os decisores políticos, os implementadores e os parceiros de desenvolvimento no âmbito do Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento do Camboja, que irá avaliar o planeamento global das intervenções relacionadas com a segurança alimentar e a nutrição e futuras afetações de recursos.
- Será levada a cabo uma análise independente intercalar da Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição no final de 2016 a fim de sustentar um diálogo mais informado sobre o desenvolvimento futuro da estratégia.

A Estratégia Nacional para a Segurança Alimentar e a Nutrição inclui atualmente 14 Indicadores de Monitorização Conjunta que estabelecem um quadro para a definição de objetivos a médio prazo com base nos resultados classificados por prioridades na Estratégia Retangular.



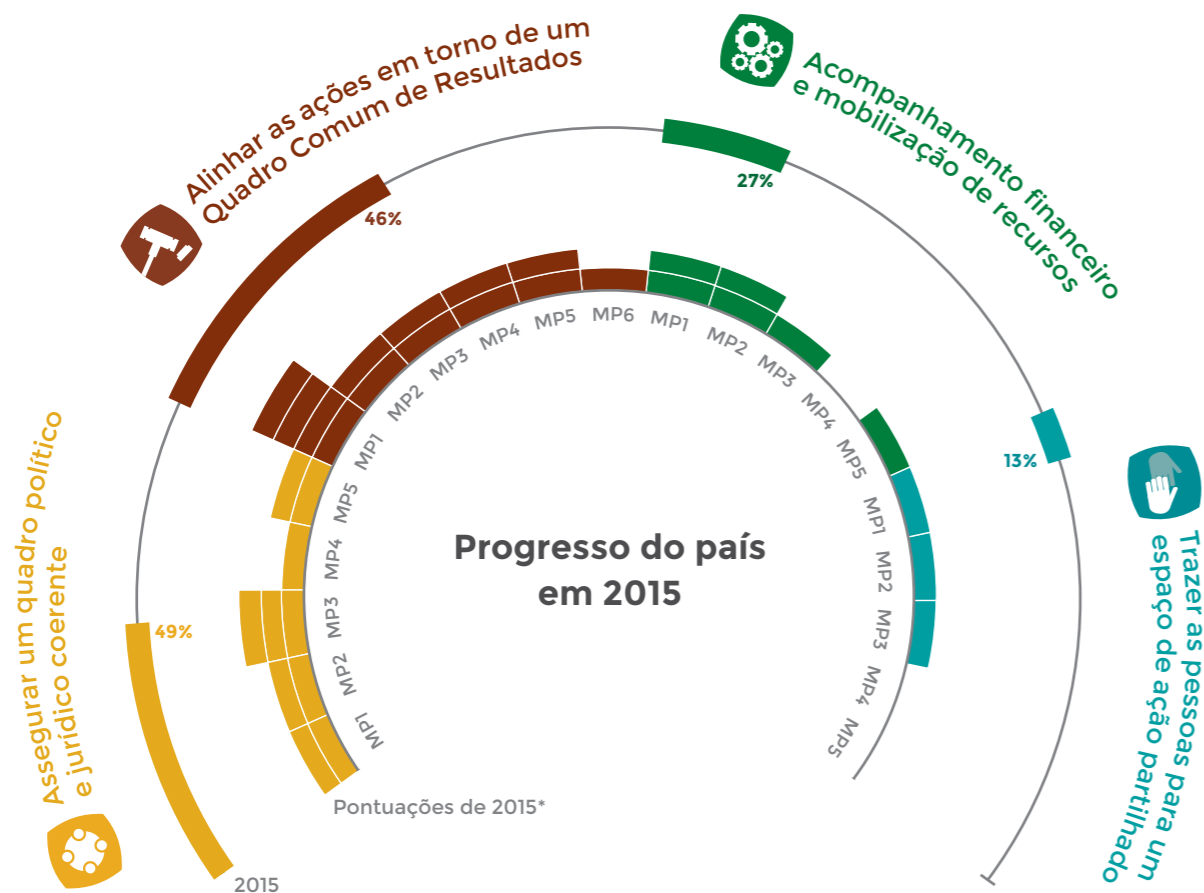
O acompanhamento da despesa financeira inclui uma análise recente conduzida pelo Ministério da Saúde com o apoio da Organização Mundial de Saúde e da Clinton Health Access Initiative. Esta análise, intitulada "Estimativa das Despesas de Saúde no Camboja - Relatório Nacional sobre Contas da Saúde (2012)", foi publicada em outubro de 2014 e demonstrou que o Camboja despendia 1,3% do Produto Interno Bruto na saúde em 2012. A análise revelou que 0,4% das despesas em saúde incidiam em deficiências nutricionais.

Uma avaliação recente (UNICEF, PAM, CARD) estima que o fardo económico da malnutrição no Camboja representa uma perda entre 250 e 420 milhões de dólares por ano (aproximadamente 1,5% a 2,5% do PIB). Na sequência desta análise, o Ministério da Saúde e o Ministério do Planeamento, com o apoio do Conselho para o Desenvolvimento

Agrícola e Rural, da UNICEF e da Helen Keller International (HKI), desenvolveram um orçamento concetual para o Roteiro de Via Rápida do Camboja para a Melhoria da Nutrição. O Roteiro de Via Rápida oferece aos parceiros uma estrutura que permite avaliar a viabilidade e acessibilidade económica das intervenções e uma plataforma para melhor debater os custos relativos, as oportunidades e os desafios. As estimativas de custo do Roteiro de Via Rápida ao longo dos seis anos de implementação orçam os 40 milhões de dólares.

O Camboja está a planear o desenvolvimento de uma diretriz para integrar a segurança alimentar e a nutrição no programa curricular de formação dos Conselhos Comunitários a fim de fomentar a segurança alimentar e a nutrição no processo local de planeamento e de orçamentação.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

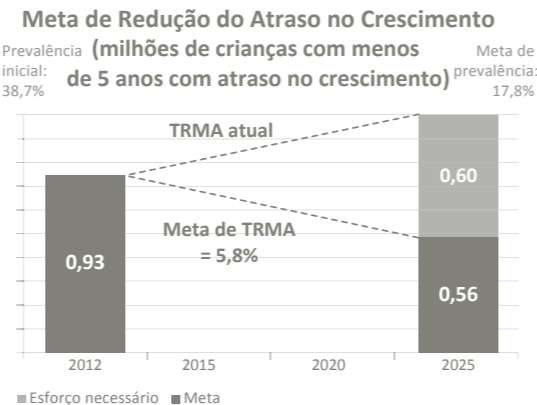
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Chade

Data de adesão:
Maio de 2013

Destaques

- Os cientistas estão fortemente envolvidos na nutrição: em maio de 2015, foi criada uma rede de cientistas para auxiliar o centro nacional de tecnologia alimentar e nutricional que convoca a plataforma multiator. Uma parte da política nacional de segurança alimentar e nutricional é dedicada à melhoria da investigação aplicada.
- Os parceiros técnicos e financeiros, incluindo a União Europeia (coordenadora de doadores), assumiram compromissos financeiros relativos à nutrição para o período de 2014-2020 através do alinhamento das suas prioridades com o Plano de Ação Intersetorial para a Nutrição e Alimentação.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	38,7%
Baixo peso à nascença:	20,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	3,4%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	15,7%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,8%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	46,6%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O diálogo multissetorial no campo da nutrição, iniciado pelo Centro Nacional de Nutrição e Tecnologia Alimentar, tornou-se **oficial através de um decreto em agosto de 2014 que fundou o Conselho Nacional da Nutrição e da Alimentação, uma plataforma interministerial ao nível do Gabinete Presidencial. Este organismo é apoiado pelo Comité Técnico Permanente para a Nutrição e a Alimentação**, que reúne setores-chave governamentais sob a égide do Centro Nacional de Nutrição e Tecnologia Alimentar, que é agora a Direção de Nutrição e Tecnologia Alimentar do Ministério da

Saúde Pública, a sociedade civil e a comunidade académica. O Comité Técnico Permanente para a Nutrição e a Alimentação é apoiado pelas Nações Unidas e os doadores. A participação eficaz dos membros e a existência de um plano anual de ação assegura que a coordenação com as outras instituições, nomeadamente as que estão relacionadas com a segurança alimentar, é eficaz dentro e fora da estrutura. É também reconhecido que é necessário centrar esforços no empenho do setor privado e na descentralização das estruturas existentes.

Os doadores estão organizados num grupo dedicado e a União Europeia, na sua qualidade de doador principal, reúne os parceiros ativos nas áreas da emergência, da saúde e da agricultura, ao passo que o programa REACH permite que as Nações Unidas se coordenem a si próprias. Em março de 2014, foi lançada uma rede de deputados sensibilizados para as questões da nutrição **para complementar a rede de cientistas, lançada em maio de 2015. A rede da sociedade civil está a ser estabelecida sob a liderança de Ação Contra a Fome.**

O Fórum Nacional sobre Nutrição e Alimentação inaugural foi organizado em abril de 2015 para promover e divulgar **políticas nutricionais fundamentais. O Primeiro-Ministro, que se encontrava na assistência, declarou "2015 como o ano da nutrição" e foram identificados vários "defensores da nutrição".**

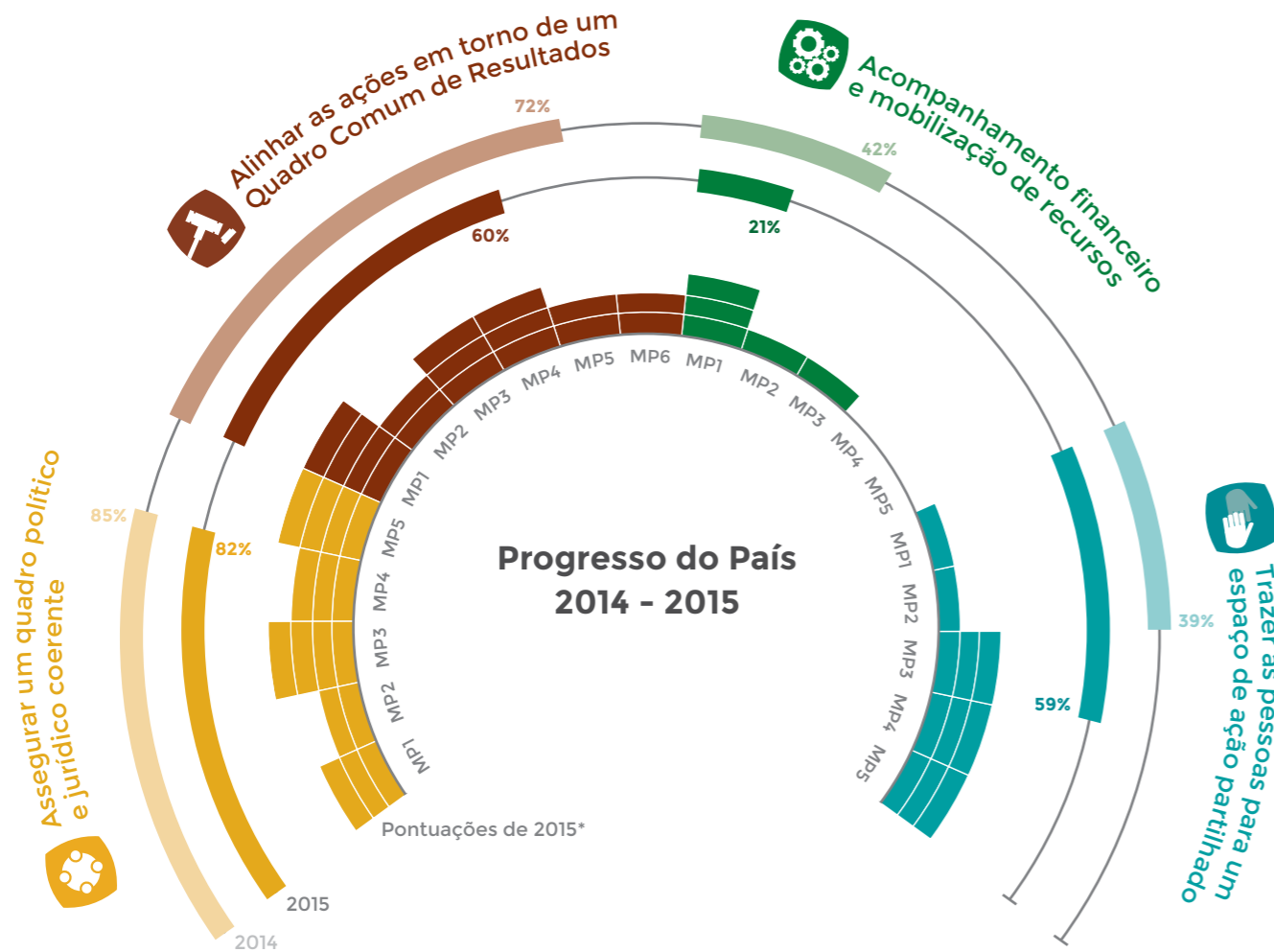
A legislação nacional relativa à nutrição inclui o enriquecimento de alimentos e poderia ser reforçada através de uma maior ênfase na licença de maternidade, na responsabilidade das mulheres e nas disposições existentes sobre substitutos do leite materno, que ainda não foram aprovadas. O Chade pretende também desenvolver uma estratégia de comunicação em 2015. **Em 2014, um estudo exploratório sobre os documentos-quadro da política de nutrição demonstrou de que forma a nutrição foi**

integrada no Plano Nacional de Desenvolvimento da Saúde, no Plano Nacional de Desenvolvimento, na política de segurança alimentar e na educação. Além disso, emitiu recomendações destinadas a outras políticas setoriais. Uma Política Nacional para a Nutrição e a Alimentação e um Plano de Ação Intersetorial para a Nutrição e a Alimentação foram elaborados e tecnicamente validados em 2013. A Política Nacional para a Nutrição e a Alimentação foi adotada em julho de 2015.

A **estimativa de custos** do Plano de Ação Intersetorial para a Nutrição e a Alimentação, que define a distribuição de tarefas e de recursos, foi finalizada e prevê-se que venha a contar com um sistema de acompanhamento e avaliação. No entanto, o atraso na adoção da Política Nacional para a Nutrição e a Alimentação impediu a sua implementação, o que tornou necessária a sua revisão e reconsideração. Há também que salientar a criação de um sistema de informação sobre ferramentas para recolher informações sobre a segurança alimentar e que o Ministério da Saúde propôs um levantamento regular para evitar crises.

O Governo tem dedicado uma rubrica orçamental específica desde 2012, para a qual nem sempre têm sido libertados fundos, pelo que é considerado necessário acrescentar rubricas orçamentais para cada setor envolvido. Embora os recursos mobilizados pelos parceiros da nutrição sejam principalmente canalizados para a área da emergência, o 11.º Fundo Europeu de Desenvolvimento incluiu objetivos nutricionais de longo prazo e está alinhado com a Política Nacional para a Nutrição e a Alimentação.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a pág. 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

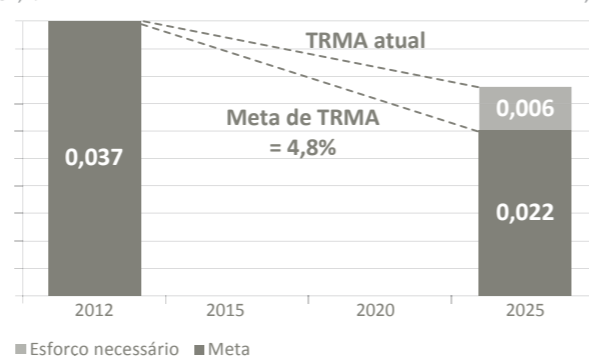
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Meta de Redução do Atraso no Crescimento

Prevalência inicial: 32,1% **(milhões de crianças com menos de 5 anos com atraso no crescimento)** Meta de prevalência: 17,0%



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	32,1%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	12,1%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	11,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	10,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	30,8%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Destaques

- A dimensão multissetorial da nutrição foi bem compreendida aos níveis da tomada de decisões e é liderada pela Primeira-Dama, embaixadora do Movimento SUN.
- O comité provisório multissetorial presidido pela sociedade civil ainda está funcional para o processo do Movimento SUN até que o decreto que estabelece formalmente a plataforma do Movimento SUN seja assinado; este decreto foi submetido às autoridades para assinatura.
- Combater a malnutrição é uma das prioridades da Estratégia de Crescimento e de Desenvolvimento Sustentável e do atual Quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF).

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



Foi estabelecido um comité provisório multissetorial para a boa governação da nutrição, em conjunto com a criação de uma plataforma multissetorial e o lançamento do Movimento SUN ao abrigo dos respetivos termos de referência. Este comité provisório é presidido pelo representante da sociedade civil, o Presidente da Federação do Consumidor das Comores, e copresidido pelo ponto focal provisório do Movimento SUN. O comité é composto por representantes de vários ministérios (saúde, solidariedade, coesão social e promoção do género; agricultura e produção; educação; comércio; e emprego, trabalho, formação profissional

e empreendedorismo feminino), do comité geral do plano, do Instituto Nacional de Investigação da Agricultura, das Pescas e do Ambiente e de vários parceiros (UNICEF, OMS e FNUAP).

O comité provisório elaborou o projeto do decreto relativo à aplicação formal da plataforma multissetorial para a boa governação da nutrição, que deverá ser assinado pelas autoridades nacionais. A Primeira-Dama, que é a Embaixadora do Movimento SUN nas Comores, é responsável pelo aspeto multissetorial da nutrição.



A Política Nacional da Nutrição e Alimentação, desenvolvida em 2012, necessita de ser revista a fim de adotar uma abordagem multissetor. Será solicitado o apoio da OMS para atualizá-la.

é uma das prioridades da Estratégia de Crescimento e de Desenvolvimento Sustentável **e do atual UNDAF, que leva em conta os aspetos da governação da nutrição no seu plano de ação.**

Em termos de legislação, as Comores aprovaram: **uma Lei sobre o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno em 2014** e uma lei sobre a licença de maternidade em 2012. **Está a ser elaborado um decreto para promulgação.** O decreto que implementa a legislação alimentar, aprovado em 2013, está atualmente a ser elaborado. Combater a malnutrição

A nutrição está incluída nos setores da agricultura, educação e saúde e na política de redução da pobreza. **Foi realizada uma análise dos setores mais vulneráveis da população com a colaboração de consultores, o que poderá contribuir para a elaboração de uma política de proteção social.**



Procurar apoio para o diálogo sobre indicadores multissetoriais da nutrição e melhorar a recolha de dados nutricionais, levando em conta o facto de que a União das Comores tem grandes esperanças no que se refere ao Movimento SUN para a abordagem multissetor. No que respeita ao processo relativo aos dados sobre dotações orçamentais, o apoio ao processo seria bem-vindo.

Um projeto de nutrição baseado na comunidade, no âmbito de um projeto intitulado "Redes da Segurança Social", será financiado pelo Banco Mundial durante um período de quatro anos (2015-2019) e foi assinado pelo Governo e pelo Banco Mundial. O montante afetado ao projeto é de um milhão de dólares.

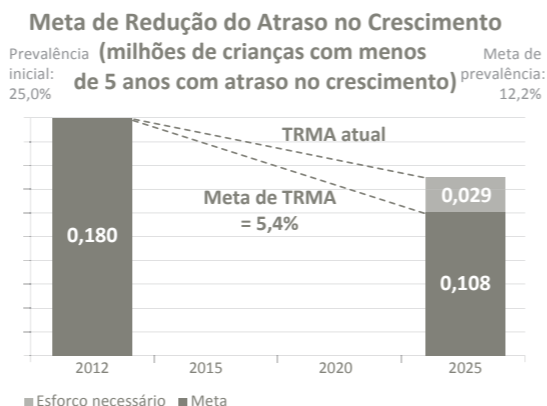


A mobilização de recursos para o plano nacional de governação da nutrição nas Comores é uma prioridade para 2015. Consequentemente, assim que a plataforma multissetorial estiver operacional, será

disponibilizada uma dotação orçamental excecional em 2015 com base no pressuposto de que uma rubrica orçamental será incluída a partir de 2016.

Destaques

- Uma unidade técnica multissetorial sob a autoridade do Ministro, o Secretário-Geral do Gabinete Presidencial, é responsável por coordenar a nutrição e os processos do Movimento SUN até que o decreto relativo à criação do Conselho Nacional de Luta contra a Malnutrição seja adotado.
- A nomeação de dois pontos focais, um político e outro técnico, tornou possível voltar a centrar a atenção na nutrição e na sua coordenação.
- O quadro estratégico multissetorial de combate à malnutrição foi desenvolvido de forma inclusiva, garantindo uma seleção baseada em consenso das intervenções prioritárias a implementar. O mesmo se aplica ao seu plano operacional, o qual se encontra na fase de adoção.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	25,0%
Baixo peso à nascença:	10,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	20,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	5,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	50,7%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

As nomeações do Ministro Secretário-Geral da presidência e do seu Conselheiro como pontos focais político e técnico do Movimento SUN tornaram possível acelerar os esforços da República do Congo na área da nutrição no decurso do ano corrente. **O Ponto Focal organiza regularmente reuniões da célula técnica multissetorial, um fórum de intercâmbio no que respeita à implementação dos processos do Movimento SUN.**

Embora a plataforma multissetorial e multiatores ainda não esteja formalmente implementada, o quadro estratégico para a luta contra a malnutrição - para 2025 - prevê a criação de um Conselho Nacional de Luta contra a Malnutrição, que teria o seu próprio secretariado técnico.

O decreto que estabelece as responsabilidades, a organização e o funcionamento desta instituição foi finalizado no final de maio de 2015, após conversações com os diversos setores governamentais e outros parceiros num workshop. Serão agora iniciados esforços para que seja oficialmente adotado e promulgado.

A sociedade civil, os doadores e as agências das Nações Unidas estão a apoiar os processos do Movimento SUN e foi já implementada uma unidade de planeamento conjunto que reúne a sociedade civil, o governo e as agências das Nações Unidas. A participação do setor privado nos debates necessita de ser melhorada. Está prevista a criação de outras redes aptas a apoiar a rede governamental.

A legislação nacional sobre a nutrição inclui medidas que promovem a amamentação (disposições relativas à licença de maternidade) e os alimentos enriquecidos, mas caracteriza-se também pela ausência de qualquer texto relacionado com regulamentações sobre a comercialização de substitutos do leite materno.

Já teve início a análise das políticas setoriais em matéria de nutrição e alimentação, graças à conclusão da "avaliação inicial", proposta pelo Secretariado do Movimento SUN quando a República do Congo aderiu ao Movimento. No entanto, vale a pena prosseguir com estes esforços. A política nacional de ação social e o programa nacional de investimento na agricultura e na nutrição, ainda em fase de criação, integram vários aspetos relacionados com a nutrição.

O workshop de maio de 2015 tornou possível validar coletivamente o quadro estratégico de luta contra a malnutrição e identificar os pilares estratégicos fundamentais para implementação prioritária: reforço do quadro institucional, normativo e legislativo de luta contra a malnutrição; alargamento do âmbito das intervenções nutricionais diretas; implementação de um sistema de comunicação operacional para o desenvolvimento; melhoria da segurança alimentar das famílias; assim como reforço de capacidades em ações de nutrição e investigação. **Este quadro foi posteriormente divulgado junto dos 18 ministérios envolvidos.**

Foi elaborado o plano operacional resultante deste quadro estratégico que está em vias de ser validado antes da finalização. Finalmente, prevê-se que um plano de monitorização e avaliação complemente o mecanismo, a fim de criar um Quadro Comum de Resultados e uma base

para a monitorização da implementação e avaliação das várias intervenções multissetoriais. Têm lugar debates constantes com vista a melhorar a recolha e análise de dados sobre segurança alimentar e nutrição.

A República do Congo irá efetuar uma estimativa dos custos financeiros associados ao projeto do plano operacional a fim de conseguir mobilizar os recursos internos e externos necessários para a sua implementação.

A criação e a mobilização de uma rubrica orçamental a favor de intervenções nutricionais diretas são consideradas prioritárias para promover a sua implementação.

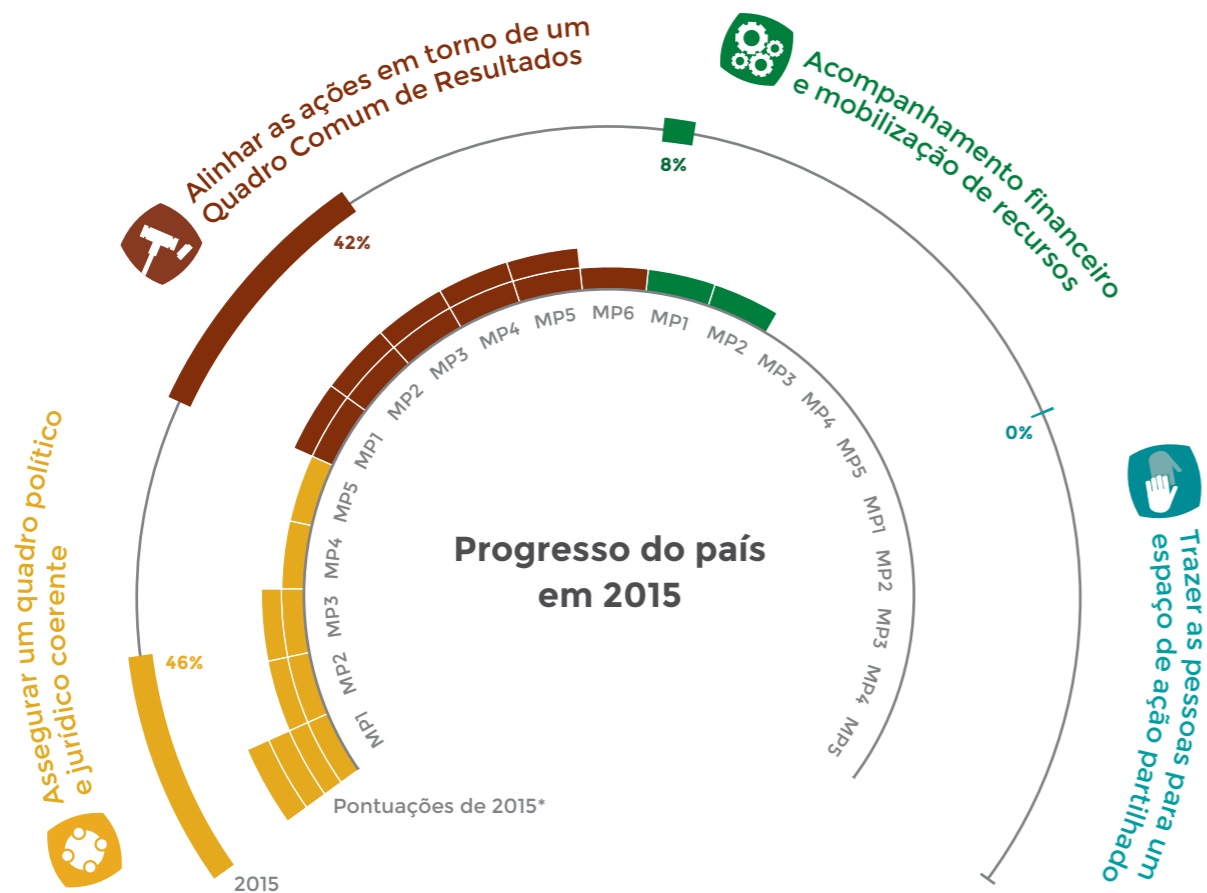
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado



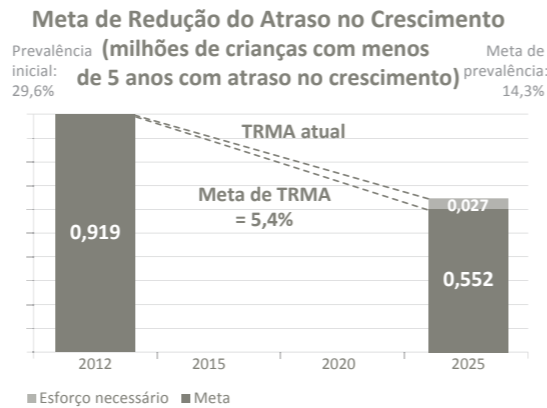
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Costa do Marfim

Data de adesão:
Junho de 2013

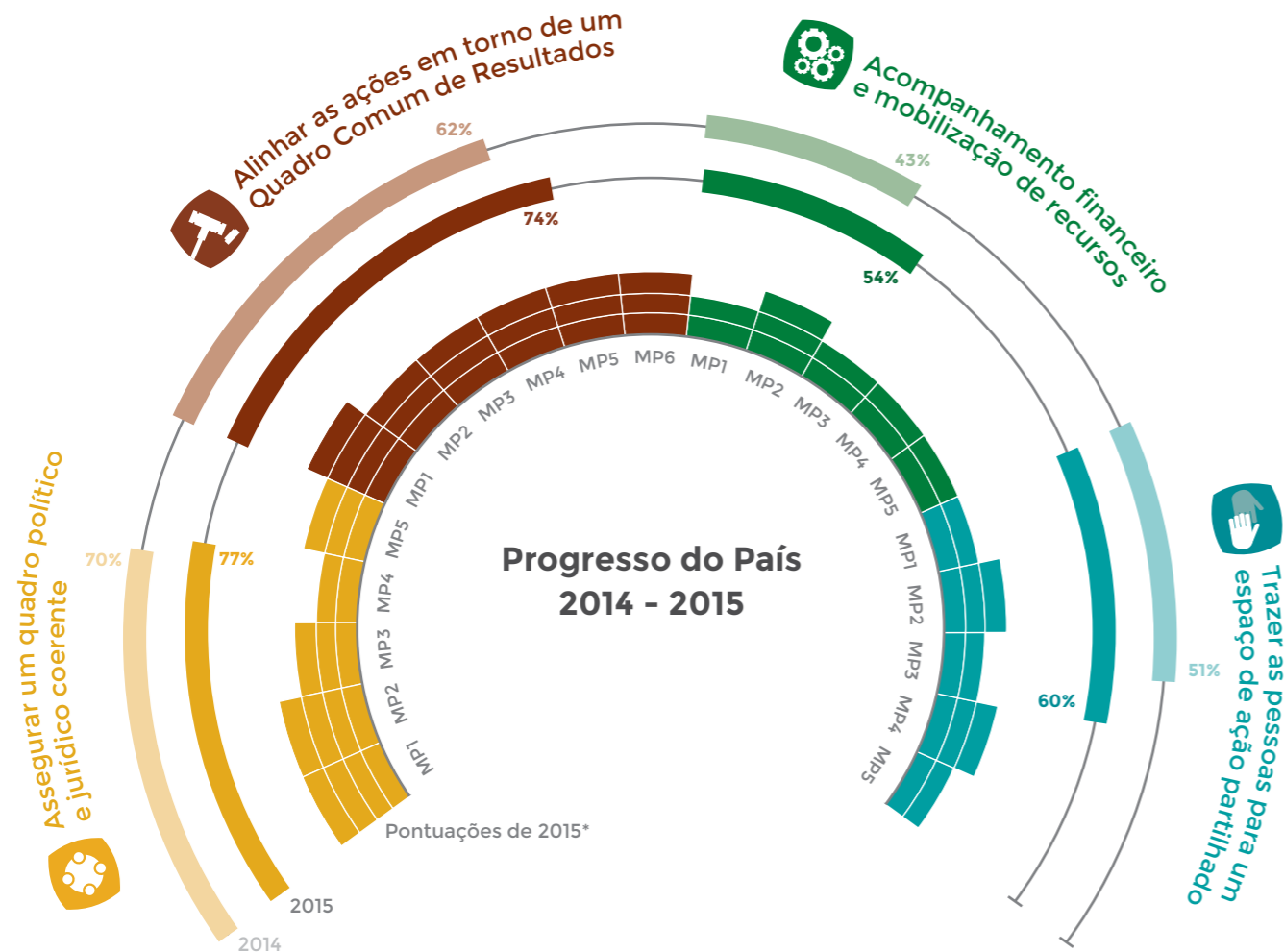
Destaques

- A Costa do Marfim desenvolveu uma estratégia de sensibilização e comunicação que visa melhorar a nutrição ao nível nacional. A estratégia inclui a distribuição de CD com canções de cantores nacionais e formação ministrada por líderes religiosos.
- A nomeação de dois pontos focais, um político e outro técnico, tornou possível voltar a centrar a atenção na nutrição e na sua coordenação.
- O quadro comum de resultados, que foi orçamentado, acaba de ser finalizado. Foi definido um sistema de acompanhamento e avaliação com indicadores acordados de forma consensual. Alguns indicadores já foram monitorizados pelos programas setoriais.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	29,6%
Baixo peso à nascença:	14,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	12,1%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	7,6%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,2%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	48,8%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Comitê Nacional da Nutrição, **que conta com um secretariado técnico permanente**, foi criado por decreto e é presidido pelo Primeiro-Ministro.

O decreto organiza o Comitê sob a forma de:

- um comitê de tomada de decisões presidido pelo Primeiro-Ministro. O Comitê aprova as abordagens políticas e estratégicas e facilita a participação financeira do governo.
- Um comitê técnico ou PMA presidido pelo representante do Primeiro-Ministro, Ponto Focal SUN no Governo, inclui vários ministérios com representantes de todas as redes, incluindo do parlamento e das comunidades.
- comitês regionais que serão presididos por governadores regionais e responsáveis por verificar que a política seja levada a cabo de forma eficaz.

Existem redes do setor privado e da comunidade científica, mas as suas necessidades têm de ser reforçadas. As plataformas da sociedade civil e do meio académico foram lançadas.

Em julho de 2014, foi estabelecida uma plataforma de parceiros técnicos e financeiros para a nutrição, reunindo as Nações Unidas, os doadores e ONG internacionais. A UNICEF e o BAD (Banco Africano de Desenvolvimento) são copresidentes dos parceiros técnicos e financeiros.

O Comitê Nacional da Nutrição tem contribuído para esclarecer alguns mal-entendidos, especialmente em relação à segurança alimentar.

A Costa do Marfim atualizou a sua política nacional da nutrição de 2010 e acaba de desenvolver o **Plano Nacional Multissetorial para a Nutrição de 2016-2020. Uma análise situacional resultou numa base de dados para analisar esses documentos, levando em conta as intervenções sensíveis à nutrição no âmbito das políticas e estratégias setoriais.**

A Costa do Marfim conta com legislação para apoiar a nutrição (comercialização de substitutos do leite materno, licença de maternidade, campanhas contra deficiências de iodo, enriquecimento de óleo e farinha e refeitórios escolares).

Uma série de políticas setoriais integra objetivos nutricionais (saúde, agricultura, proteção social, educação e ambiente).

A Costa do Marfim está a colher os benefícios de uma estratégia de sensibilização e comunicação que visa melhorar a nutrição ao nível nacional.

Foram realizados estudos de políticas, avaliações de impacto e relatórios de acompanhamento ao nível setorial, mas os relatórios de investigação permanecem limitados e ainda não tiveram qualquer impacto sobre a nutrição. O Plano Nacional Multissetorial para a Nutrição prevê a criação de uma comissão de validação que aprovará tópicos de investigação em nutrição e verificará os respetivos resultados.

O quadro comum de resultados acaba de ser finalizado e orçamentado. Este quadro todas as intervenções específicas e sensíveis à nutrição e que foram coletivamente identificadas pela plataforma. Identificação e definição das funções e tarefas dos atores e intervenções de reforço de capacidades.

Foi definido um sistema de acompanhamento e avaliação com indicadores definidos em comum. Alguns indicadores já foram monitorizados pelos programas setoriais.

Os desafios:

- Implementação da política e do plano multissetorial.
- Alinhamento entre as ações levadas a cabo e as atividades previstas nestes dois documentos.
- Centralização das ações realizadas ao nível setorial.

Acompanhamento das dotações orçamentais governamentais. Existe uma lista de despesas correntes, tanto para as intervenções específicas como para as intervenções que contribuem para a nutrição, que estão desagregadas por setor. Permanece o desafio do estabelecimento de um sistema uniforme para acompanhar as dotações e as despesas.

Promoção contínua da afetação de recursos para ações relacionadas com a nutrição. **Está atualmente em preparação um painel de debate para a mobilização de recursos que será realizado até ao final do ano. Identificação da cobertura**

financeira e da redução das lacunas de financiamento através da mobilização de recursos adicionais (recursos governamentais e externos), em particular destinados a campanhas relativas a suplementação com vitamina A. Elaboração de estratégias financeiras de longo prazo.

Existem vários planos setoriais orçamentados, tanto para a implementação do quadro comum de resultados como para o reforço de capacidades (financeiras).

O governo contribuirá com 15% dos custos totais do Plano Nacional Multissetorial para a Nutrição.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

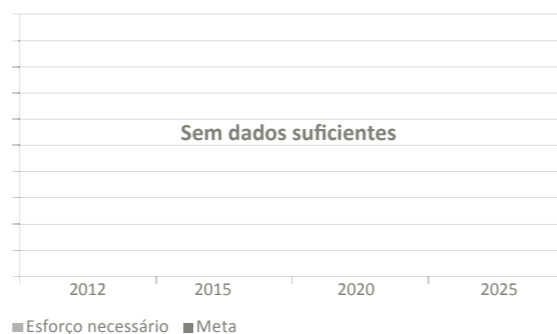
Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Destaques

- O Programa Nacional de Enriquecimento de Alimentos serviu de modelo para vários países e contribuiu principalmente para a redução da anemia, da prevalência de malformações do tubo neural e da taxa de mortalidade infantil entre 1997 e 2009.
- O Centro de Educação e Nutrição e os Centros de Nutrição e Cuidados Integrados estabelecidos nos anos 50 contribuíram para a redução da malnutrição infantil de 57,4% em 1966 para 1,1% em 2009. Os Centros são financiados a 100% pelo governo nacional.
- O Programa de Alimentação e Nutrição para Crianças e Adolescentes, sob a égide do Ministério da Educação, tem fornecido à população educação adicional sobre nutrição e alimentação desde 1974.

Meta de Redução do Atraso no Crescimento (milhões de crianças com menos de 5 anos com atraso no crescimento)



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	5,6%
Baixo peso à nascença:	7,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	18,7%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	1,0%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	8,1%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	19,0%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

Desde 1973 que o Secretariado da Política Nacional de Alimentação e Nutrição, legalmente estabelecido sob a responsabilidade do Ministério da Saúde, está encarregado de coordenar os diferentes setores e instituições na Costa Rica. Embora o Secretariado da Política Nacional de Alimentação e Nutrição tenha sido prejudicado no passado pela falta de apoio político, o Governo atual está empenhado em reforçar a instituição.

A Costa Rica não possui apenas uma plataforma multiator, mas também oito comissões e comitês técnicos que funcionam como espaços partilhados para a tomada de medidas em

materia de nutrição a nível central. Estes organismos têm responsabilidades nas seguintes áreas: amamentação, saúde e nutrição para crianças em idade escolar, subnutrição em crianças e adolescentes, manuais sobre nutrição, a Rede 5-Porta (para uma alimentação saudável), o valor nutricional dos alimentos, micronutrientes e estratégia para doenças crônicas não transmissíveis e obesidade, programas alimentares pré-escolares e escolares e governação da segurança alimentar e da nutrição. Cada um destes organismos possui o seu próprio plano de trabalho e objetivos específicos, que são avaliados no final do ano.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e de Nutrição de 2011-2021 e o Plano Nacional de Segurança Alimentar e de Nutrição de 2011-2015 constituem os documentos oficiais que orientam as intervenções na área da alimentação e da nutrição no país. O Governo do país para 2014-2018 incluiu a componente da nutrição como prioridade na seção de saúde do Plano Nacional de Desenvolvimento. Entre os objetivos estabelecidos contam-se uma redução de 2% na obesidade de crianças entre os cinco e os 12 anos, bem como objetivos específicos relacionados com a redução de doenças crônicas não transmissíveis, cujos fatores de risco surgem primeiro na infância.

Este ano, o **Acordo Nacional do Conselho de Ministros para uma abordagem abrangente ao combate às doenças crônicas não transmissíveis e à obesidade** foi assinado entre, por um lado, o Presidente, 16 Ministros e responsáveis de alto nível de instituições governamentais e, por outro, a Delegação da Costa Rica da Organização Pan-Americana de Saúde na qualidade de testemunha.

A Costa Rica conta com um forte quadro regulamentar para o enriquecimento de alimentos, recorrendo a micronutrientes que estão em défice na população. Este quadro constitui o fruto de duras negociações e ações de sensibilização entre o Ministério da Saúde e a indústria alimentar, com base em dados científicos e conclusões de inquéritos nacionais sobre nutrição. Os atuais decretos executivos regulamentam a produção de sal, arroz, açúcar, farinha de trigo e de milho e de leite.

Os programas e medidas relacionados com a nutrição constituem uma resposta à Política Nacional de Saúde e ao Plano Nacional de Desenvolvimento de 2014-2018, que previa a gestão dos recursos e acordos entre instituições governamentais, a comunidade académica e ONG.

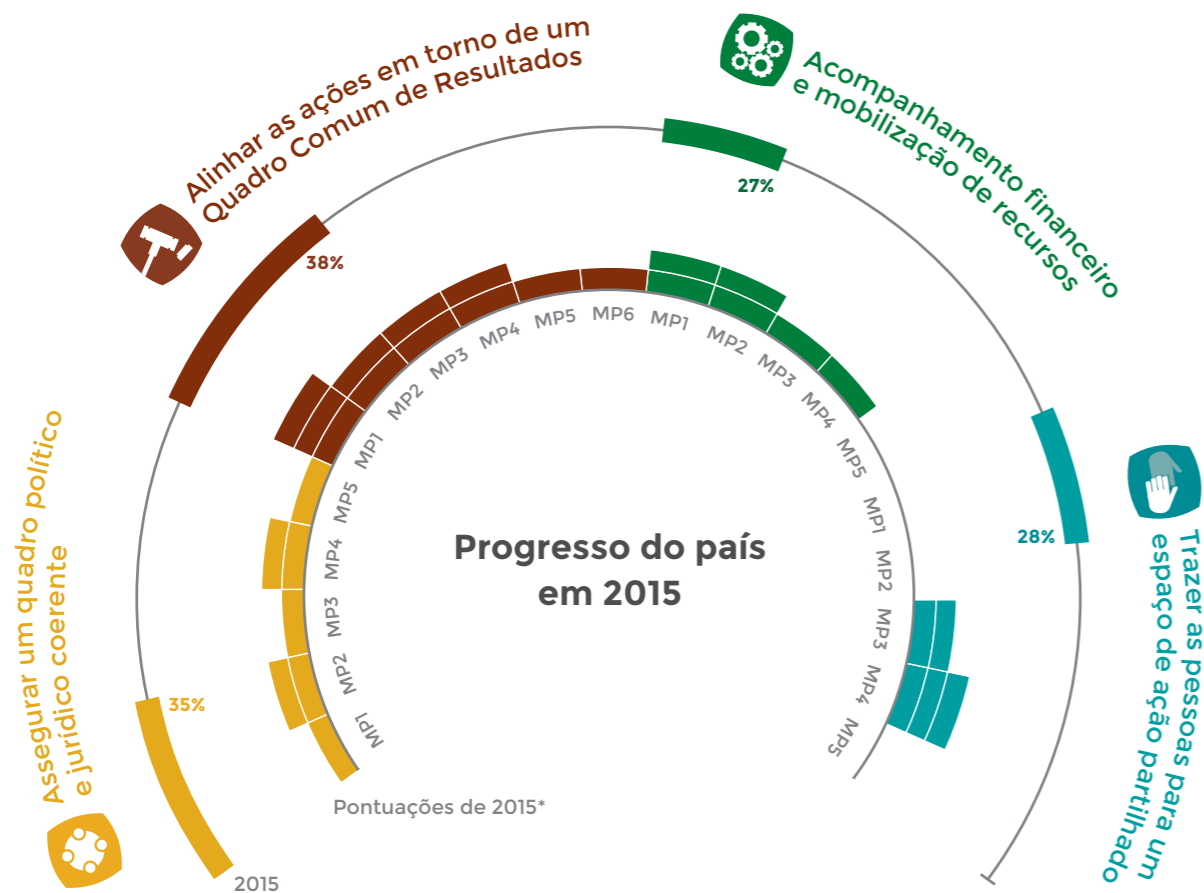
A Política de Segurança Alimentar e Nutrição, bem como a Estratégia e Plano de Ação de Combate às Doenças Não-Transmissíveis da Costa Rica, está em linha com os planos institucionais e acordos que o país assinou.

Em 2013, foi assinado um acordo de cooperação entre o Ministério da Saúde, da Agricultura e da Pecuária e o Instituto Nacional de Estatística e Recenseamento com o objetivo de criar o Sistema de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutrição. Este sistema, que está atualmente em utilização e a ser reforçado, visa proporcionar informações oportunas e fiáveis sobre a formulação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas orientadas para o fortalecimento da segurança alimentar e da nutrição na Costa Rica.

Embora o país financie os seus programas de nutrição através de fontes de financiamento previstas por lei, os fundos são limitados, até no que se refere à contratação. Este ano testemunhou o início de um processo que visa identificar as dotações orçamentais que eram específicas e

sensíveis à nutrição, com base na Lei do Orçamento Nacional de 2014. Esta lei está disponível ao público em geral e é relativa a organismos da administração central.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



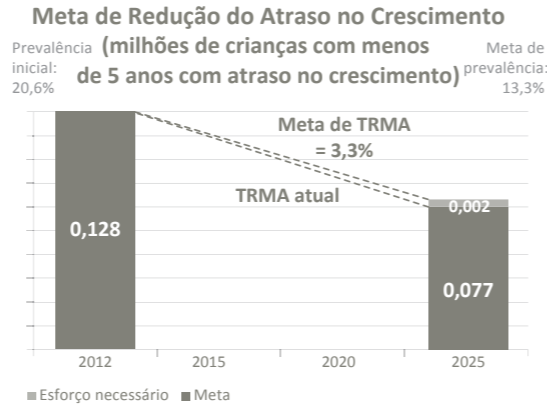
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

El Salvador

Data de adesão:
Setembro de 2012

Destaques

- Estabelecimento de um espaço para o diálogo entre o Governo e a sociedade civil de forma a conceber uma visão nacional para a soberania e segurança alimentar e nutricional.
- Teve início o processo de descentralização do Plano Nacional para a Segurança Alimentar e Nutrição, através da organização de comitês e da formulação e implementação de planos departamentais e municipais para a Segurança Alimentar e Nutrição. Os planos estão em conformidade com o diagnóstico da situação local a nível de Segurança Alimentar e Nutrição e em linha com os objetivos estratégicos do Plano Nacional.
- Em coordenação com a comunidade académica e as ONG locais, teve início um processo de reforço de capacidades aos níveis departamental e municipal de Chalatenango a fim de formular e implementar os planos.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	14,0%
Baixo peso à nascença:	8,8%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	47,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	2,0%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	6,0%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	23,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição é o organismo responsável pela coordenação de intervenções em matéria de Segurança Alimentar e Nutrição e pela promoção da coordenação entre os setores e instituições. Este organismo composto pelo Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura, o Secretariado Técnico do Gabinete Presidencial, o Secretariado Técnico da Inclusão Social e um Comitê Técnico Interinstitucional composto por 17 membros.. O Conselho iniciou o processo de criação de conselhos de Segurança Alimentar e Nutrição ao nível dos departamentos e dos municípios. **El Salvador conta também com um grupo parlamentar contra a fome.**

A Aliança da Sociedade Civil para a nutrição tem sido reforçada através do envolvimento de organizações locais. Esta aliança tem-se mostrado bastante ativa no exercício de pressão e de sensibilização para a Lei de Soberania e Segurança Alimentar e outras leis vinculativas, como a Lei da Água e a Lei das Refeições Escolares.

Desde setembro de 2014 que o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição facilita o diálogo entre 16 instituições governamentais e mais de 250 organizações da sociedade civil, com o objetivo de criar uma visão partilhada, a integrar na futura Lei da Soberania e da Segurança Alimentar e da Nutrição.

Espera-se que o projeto da Lei da Soberania e da Segurança Alimentar e da Nutrição acabe por se tornar no principal quadro para a coordenação intersectorial e os planos e políticas descentralizados. El Salvador tem registado progressos na criação de um quadro jurídico sensível à nutrição através das seguintes leis:

- Lei do Uso da Terra e do Desenvolvimento
- Lei da Promoção, Proteção e Apoio da Amamentação
- Lei do Copo de Leite

As ações que visam promover e estabelecer mecanismos de aplicação da Lei da Amamentação refletem **o impacto do aumento da percentagem de leite materno como fonte alimentar exclusiva de crianças nos primeiros seis meses de vida de 31,4% em 2008 para 47% em 2014** (de acordo com o último Inquérito Nacional de Saúde).

- Projeto da Lei das Refeições Escolares
- Lei da Proteção Social Universal e do Desenvolvimento
- Lei da Proteção do Consumidor
- Lei da Proteção Abrangente para a Infância e a Adolescência

O Plano Nacional Estratégico para a Segurança Alimentar e Nutrição de 2014-2019, que prevê a erradicação de todas as formas de subnutrição no país, constitui o quadro comum de resultados de El Salvador no âmbito da segurança alimentar e nutrição. Vários setores do governo estiveram envolvidos na sua elaboração e recente atualização, bem como inúmeros atores da comunidade académica, iniciativas de cooperação internacional, ONG e organizações da sociedade civil.

cooperação entre instituições ao nível nacional (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição), ao nível dos departamentos (Conselho Departamental de Segurança Alimentar e Nutrição) e ao nível municipal (Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutrição). Outras 12 administrações municipais estão a criar com Comitês de Segurança Alimentar e Nutrição.

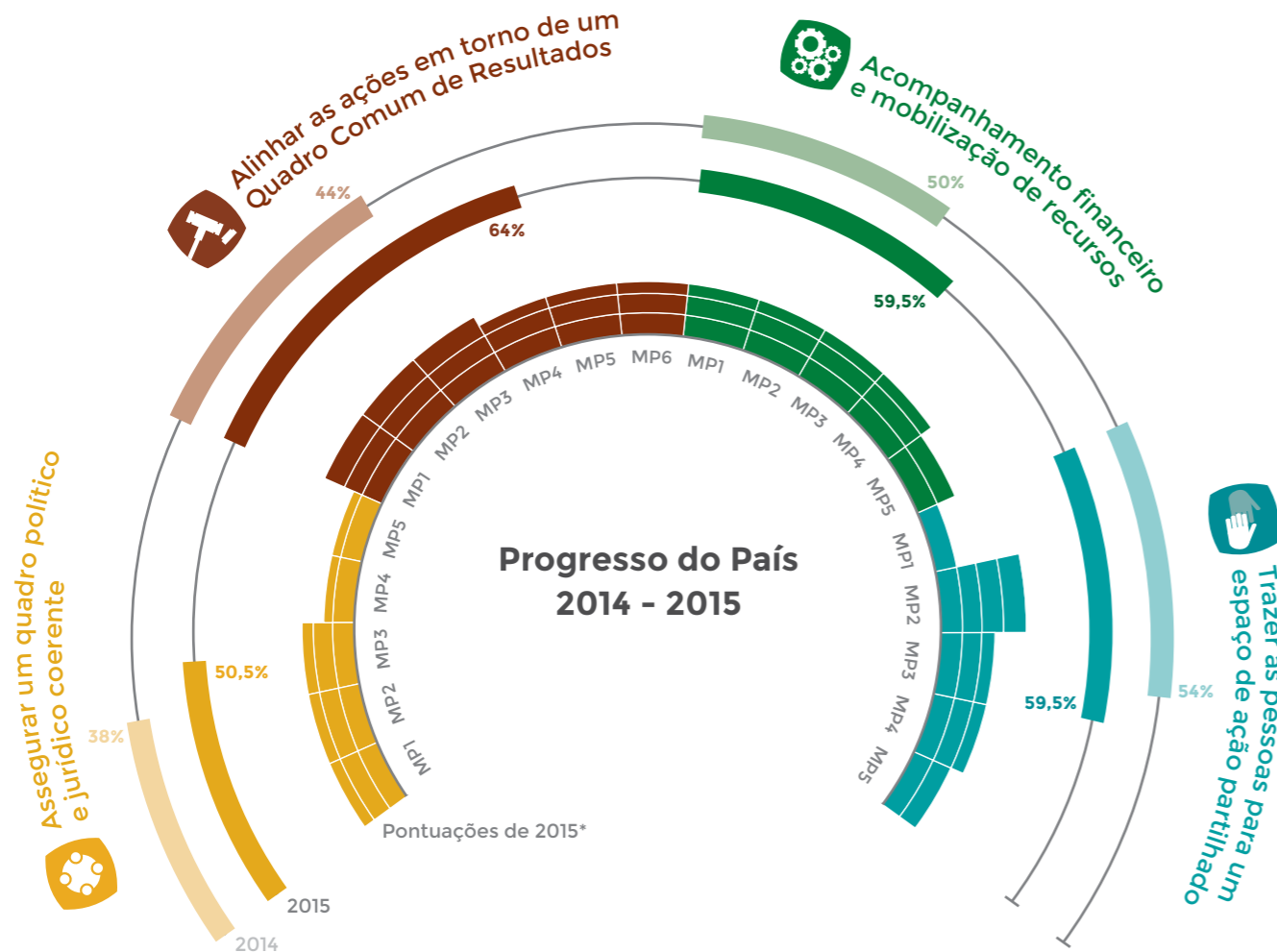
Com o objetivo de facilitar a implementação do Plano de Segurança Alimentar e Nutrição ao Nível dos Departamentos e dos Planos de Segurança Alimentar e Nutrição ao Nível dos Municípios, **Chalatenango tornou-se no primeiro departamento do país a definir um plano de segurança alimentar e nutrição intersectorial a nível do departamento em consonância com os objetivos do Plano Nacional e a estabelecer um Comité.** Este compromisso conduziu à assinatura de um acordo de

Dada a necessidade de acelerar o progresso da implementação do Plano, **o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição lançou um programa descentralizado para aumentar as capacidades funcionais e os conhecimentos sobre a análise e gestão dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutrição, em coordenação com universidades privadas.** De igual modo, em coordenação com a FAO, **funcionários públicos receberam formação adicional sobre o direito a uma alimentação adequada.**

As agências das Nações Unidas alinharam as suas intervenções com os objetivos do Plano Estratégico para a Segurança Alimentar e Nutrição de 2014-2019 através de três projetos nacionais que rondam os sete milhões de dólares. Este ano, com o apoio do Secretariado do

Movimento SUN, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição está a realizar a orçamentação do Plano e a calcular as lacunas de financiamento, o que constituirá uma parte fundamental da mobilização de recursos.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

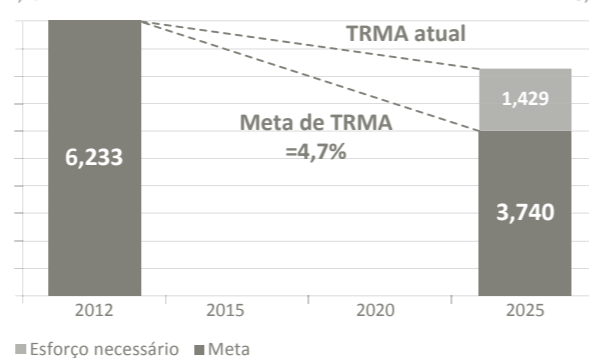
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Meta de Redução do Atraso no Crescimento

Prevalência inicial: 44,2% (milhões de crianças com menos de 5 anos com atraso no crescimento) Meta de prevalência: 23,5%



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	40,4%
Baixo peso à nascença:	10,8%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	52,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	8,7%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	19,2%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Destaques

- Em 2015, a Etiópia comprometeu-se a acabar com a subnutrição até 2030 através da Declaração de Seqota.
- A Etiópia desenvolveu e expandiu o seu Programa Nacional de Nutrição II (2016-2020). Este concentra-se na natureza multissetorial da nutrição e define claramente as funções e responsabilidades de cada setor, com uma matriz de responsabilização e a orçamentação de todas as atividades.
- A agricultura sensível à nutrição está agora incluída no Programa de Rede de Segurança Produtiva e no Programa de Crescimento da Agricultura. Ambos possuem objetivos a nível da nutrição e centram-se na janela de oportunidade dos 1000 dias.
- O "Exército de Desenvolvimento da Saúde" é uma iniciativa liderada pelo Ministério da Saúde que reúne três milhões de trabalhadores de extensão da linha da frente que capacitam as comunidades a cuidarem da sua própria saúde a partir da base.

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



Em 2015, a Etiópia comprometeu-se a acabar com a subnutrição até 2030 através da Declaração de Seqota.

O Organismo Nacional de Coordenação da Nutrição é presidido pelo Ministro da Saúde e copresidido pelos ministros da Agricultura e da Educação. O Organismo Nacional de Coordenação da Nutrição reúne nove ministérios de setores relevantes e inclui também representantes das agências das Nações Unidas (ONU), de doadores e da comunidade académica. Conta também com um Comité Técnico Nacional para a Nutrição de apoio. O Organismo Nacional de Coordenação da Nutrição planeia aumentar o seu número de membros e desenvolver plataformas de coordenação regionais.

A Unidade de Coordenação de Emergência da Nutrição, alojada no Ministério da Agricultura, reúne os parceiros que implementam intervenções nutricionais de emergência. A Etiópia conta

com um Grupo de Parceiros para o Desenvolvimento da Nutrição que envolve agências da ONU, doadores e a sociedade civil. O Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância atuam como convocadores de doadores e a sociedade civil participa no Grupo de Parceiros para o Desenvolvimento da Nutrição e noutras plataformas relevantes.

Em 2013, foi estabelecida a Coligação da Sociedade Civil da Etiópia a fim de estimular os esforços orientados para a mitigação do fardo da malnutrição. A comunidade empresarial tem mobilizado o seu apoio através da Câmara de Comércio da Etiópia. Existe também um Grupo de Trabalho Multiatores para o Enriquecimento dos Alimentos que tem sido fundamental no estabelecimento de normas de qualidade para a iodização do sal e o enriquecimento da farinha e do óleo.



A Etiópia desenvolveu e expandiu o seu Programa Nacional de Nutrição (PNN II 2016-2020).

O PNN coloca em destaque a natureza multissetorial da nutrição e define claramente as funções e responsabilidades de cada setor, com uma matriz de responsabilização e a orçamentação de todas as atividades. Uma série de políticas específicas centra-se na promoção das boas práticas nutricionais; nos suplementos de micronutrientes; no apoio nutricional para pessoas que vivem com o VIH/SIDA; e no tratamento

da malnutrição muito grave e moderada. A lei da proteção da maternidade prevê 90 dias de licença de maternidade. A legislação relativa ao enriquecimento da farinha e do óleo está a em curso. Foi implementado um plano de sensibilização para o fomento da nutrição. Existem Estratégias de Mobilização Social e de Sensibilização e Comunicação, as quais estão alinhadas com os planos nacionais de nutrição.



O Governo da Etiópia está empenhado em reduzir a prevalência do atraso no crescimento em 20% e do baixo peso em 15% até 2020, com base nos sistemas de coordenação multissetoriais existentes para acelerar a intensificação das intervenções nutricionais comprovadas e monitorizar o progresso a todos os níveis. O PNN II 2016-2020 fornece o quadro para os objetivos estratégicos e as intervenções em todos os setores relevantes, incluindo a saúde, a agricultura, a educação, a água, o trabalho e assuntos sociais e as questões relacionadas com as mulheres, as crianças e a juventude. O PNN está orçamentado, o que inclui detalhes de intervenções em setores-chave (segurança alimentar e agricultura, água, educação e proteção social) e compreende um

quadro lógico de atividades, um sistema de gestão do risco de catástrofes e uma componente de coordenação governamental. **A agricultura sensível à nutrição está agora incluída no Programa de Rede de Segurança Produtiva e no Programa de Crescimento da Agricultura. Ambos possuem objetivos em matéria de nutrição, com atividades e indicadores que incluem a proteção social, e centram-se na janela de oportunidade dos mil dias. O "Exército de Desenvolvimento da Saúde" é uma iniciativa liderada pelo Ministério da Saúde que reúne três milhões de trabalhadores de extensão da linha de frente que capacitam as comunidades a cuidarem da sua própria saúde a partir da base.**



A Etiópia tem realizado progressos no desenvolvimento de um sistema de acompanhamento financeiro sustentável que permite realizar uma estimativa da contribuição dos doadores para intervenções-chave do PNN e mobilizar novos parceiros. Estão disponíveis informações financeiras relativas a outros programas setoriais, mas estas não são contabilizadas face ao PNN.

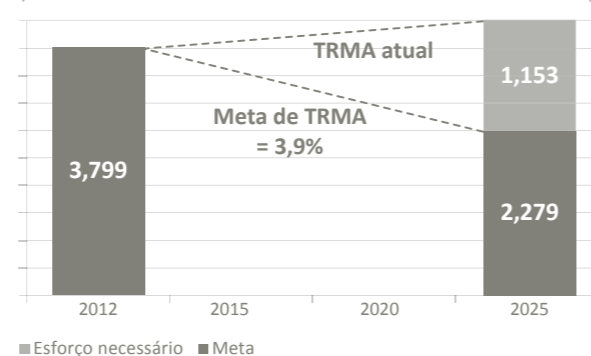
O desafio da Etiópia consiste em melhorar a harmonização das informações financeiras a fim de garantir o acompanhamento das despesas financeiras entre os vários setores. Para este efeito, a Etiópia iniciou esforços para que a nutrição seja incluída nas Contas Nacionais da Saúde (o que está programado para 2016). O Governo continua a trabalhar no sentido de cumprir o seu compromisso de atribuir um financiamento interno de 15 milhões de dólares por ano à nutrição até 2020.

Filipinas

Data de adesão:
Maio de 2014

Meta de Redução do Atraso no Crescimento

Prevalência inicial: 33,6% (milhões de crianças com menos de 5 anos com atraso no crescimento) Meta de prevalência: 18,2%



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	30,3%
Baixo peso à nascença:	19,6%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	34,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	7,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	5,0%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	25,4%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Destaques

- As Filipinas estabeleceram comités locais interagências para a nutrição que são presididos por diretores executivos locais eleitos e constituem o mecanismo de ação multissetorial. Também a nível das aldeias ou barangays existe descentralização, com trabalhadores voluntários da nutrição de base comunitária, denominados Especialistas Barangay em Nutrição. Estes especialistas identificam famílias com crianças sobrenutridas e subnutridas, através de atividades regulares de monitorização do crescimento, e prestam assistência na implementação de intervenções nutricionais e afins.
- A nível local, foi institucionalizado um sistema de monitorização e avaliação dos planos de nutrição. O sistema tem a capacidade de reconhecer as unidades governamentais locais que demonstrem um desempenho exemplar na gestão dos programas de nutrição.



As Filipinas continuam a reunir as pessoas em torno de uma visão partilhada para abordar tanto a subnutrição como a sobrenutrição no país. O Conselho Nacional de Nutrição (CNN) é o organismo máximo de formulação de políticas e de coordenação para a nutrição. É composto por um Conselho de Administração e um Secretariado. O Conselho de Administração do CNN é presidido pelo Departamento de Saúde e copresidido pelos Departamentos de Agricultura e do Interior e pelo Governo Local. A Secretaria do CNN funciona como o braço executivo do Conselho de Administração do CNN. O CNN é apoiado por um Comité Técnico, composto por representantes técnicos dos setores da saúde e da agricultura, do governo local, do meio académico e de organizações da sociedade civil. Foram organizados grupos de trabalho técnicos para analisar problemas específicos. As áreas prioritárias incluem: a iodização do sal, o enriquecimento obrigatório de alimentos, a nutrição em situações de emergência, a vigilância nutricional e a Classificação Integrada de Fase de Segurança Alimentar.

Uma Comissão de Gestão do Programa para o Sub-resultado da Segurança Alimentar e Nutricional, no âmbito do Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas (ONU), é mediada em conjunto pelo Secretariado do CNN e pelo Programa Alimentar Mundial. Inclui agências governamentais e da ONU.

Um Grupo de Trabalho sobre Segurança Alimentar e Nutricional no âmbito do Fórum de Desenvolvimento das Filipinas (FDF) é mediado conjuntamente pelo Secretariado do CNN e pela Organização para a Alimentação e Agricultura. O FDF é o principal mecanismo do governo que facilita um diálogo político substantivo entre os atores.

Diversas organizações não-governamentais nas Filipinas formaram a Coligação Filipina de Defensores da Nutrição. A coligação está representada na estrutura formal do governo para a formulação e coordenação de políticas.

A nível local, os comités locais interagências para a nutrição são presididos por diretores executivos locais eleitos. Estes comités constituem o mecanismo de ação multissetorial para abordar os problemas de nutrição locais. Também a nível das aldeias ou barangays existe descentralização, com trabalhadores voluntários da nutrição de base comunitária, denominados Especialistas Barangay em Nutrição. Estes especialistas identificam famílias com crianças malnutridas (quer sobrenutridas, quer subnutridas), através de atividades regulares de monitorização do crescimento, e prestam assistência na implementação de intervenções nutricionais e afins.



O Plano Filipino de Ação para a Nutrição (2011-2016) (PFAN) proporciona um quadro global para abordar problemas de nutrição no país. O plano abrange componentes específicas da nutrição e componentes sensíveis à nutrição para alcançar as metas estabelecidas para o período do plano. Destaca igualmente a importância de colocar a ênfase nos 1000 primeiros dias de vida. Uma revisão intercalar do plano identificou a necessidade de:

- 1) reforçar a mobilização das unidades do governo local;
- 2) tornar explícitas as contribuições específicas de setores-chave para a melhoria da nutrição; e

3) intensificar e sistematizar a promoção da alimentação complementar, da gestão da malnutrição grave, da comunicação sobre mudanças comportamentais e de ações de defesa.

O Departamento da Saúde começou a formular o seu Plano Estratégico de Nutrição (2015-2025) para assegurar uma ação estratégica coordenada entre os seus diferentes programas e unidades operacionais.

A nível local, os comités locais de nutrição formulam planos de ação trienais a nível local para a nutrição, os quais integram o plano de desenvolvimento local.



Foi elaborado um quadro de resultados para o PFAN, que passou pela consulta a setores relevantes, aguardando agora aprovação formal. O quadro identifica ações fundamentais, incluindo atividades e metas de realização a implementar por cada setor, em linha com as prioridades do PFAN. Além disso, foi elaborado um quadro de monitorização e avaliação para apoiar o PFAN.

A nível local, foi institucionalizado um sistema de monitorização e avaliação dos planos de nutrição. A avaliação abrange aspetos

de eficiência (em que medida as metas físicas foram alcançadas) e de eficácia (em termos de alterações do estado nutricional das crianças). O sistema tem a capacidade de reconhecer as unidades governamentais locais que demonstram um desempenho exemplar na gestão dos programas de nutrição. Isto permitiu o desenvolvimento de um sistema de recompensas que se tornou uma inspiração para as unidades do governo local também melhorarem os seus programas de nutrição.



O acompanhamento dos investimentos financeiros para o PFAN é uma lacuna que tem de ser colmatada. No entanto, a mobilização de recursos para a nutrição constitui um esforço contínuo que tira partido de recursos dos governos nacional e local, das organizações não-governamentais e das agências relevantes das Nações Unidas. Os orçamentos nacionais do CNN, dos Departamentos da

Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, bem como de algumas unidades do governo local, demonstram investimentos "claros" na nutrição. O alinhamento destes investimentos com o PFAN constitui uma prioridade para as Filipinas.

Progresso comunicado pelo Secretariado do Movimento SUN em 2015 e validado pelo país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

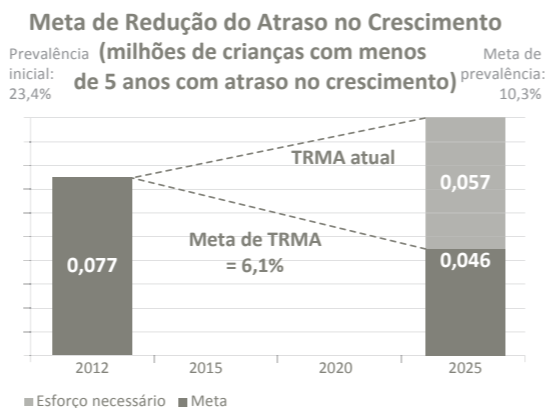
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Destaques

- A Gâmbia atualizou a sua Política Nacional de Nutrição (2010-2020) e validou um Plano Estratégico Nacional de Nutrição orçamentado (2011-2015) e o Plano de Negócios para uma Melhor Nutrição.
- A Gâmbia planeia descentralizar os mecanismos de coordenação; no entanto, é necessária um maior envolvimento dos principais ministérios relacionados com a nutrição.
- A Associação de Organizações Não Governamentais (TANGO) é um organismo composto por organizações não governamentais, com mais de 80 membros nacionais e internacionais que influenciam responsáveis políticos e decisores a fim de estimular os esforços de fomento da nutrição no país.
- A Gâmbia conta com uma Política Nacional de Género e de Capacitação da Mulher (2010-2020) e uma Lei da Mulher de 2010 que prevêem a licença de maternidade mínima recomendada de seis meses.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	23,4%
Baixo peso à nascença:	10,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	33,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	9,5%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	1,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	45,3%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Em retrospectiva: Progressos relatados através do Exercício de Autoavaliação de 2014

80%
Assegurar um quadro político e jurídico coerente

54%
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

29%
Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

43%
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

2014

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



A Gâmbia está empenhada ao mais alto nível em abordar a questão da subnutrição. A Vice-Presidente e Ministra dos Assuntos das Mulheres, Sua Excelência Aja Dr. Isatou Njie Saidu, é uma forte apoiante dos esforços de fomento da nutrição na Gâmbia. A Agência Nacional de Nutrição, alojada no Gabinete da Vice-Presidente, é responsável por supervisionar e coordenar a implementação da Política Nacional de Nutrição (2010-2020) e está diretamente subordinada à Assembleia Nacional. A Agência Nacional de Nutrição convoca todos os setores governamentais relevantes através do Conselho Nacional da Nutrição, o qual é presidido pela Vice-Presidente.

A Gâmbia procura melhorar o envolvimento dos ministérios com competência na área da nutrição. Foram estabelecidos subgrupos temáticos: Saúde Nutricional Materno-Infantil;

Controlo da Deficiência em Micronutrientes; Informação, Educação e Comunicação; Monitorização e Avaliação e Mobilização de Recursos.

A Gâmbia planeia descentralizar os mecanismos de coordenação; no entanto, é necessário um maior envolvimento dos principais ministérios relacionados com a nutrição.

Foi estabelecido um Comité Técnico Consultivo para a Nutrição multissetorial em 2012 que é composto por atores do setor público, da sociedade civil e dos parceiros de desenvolvimento. **A Associação de Organizações Não Governamentais (TANGO) é um organismo composto de ONG com cerca de 80 membros nacionais e internacionais que se dedica a influenciar responsáveis políticos e decisores a fim de estimular os esforços de fomento da nutrição no país.**



A Gâmbia atualizou a sua Política Nacional de Nutrição (2010-2020) e validou um Plano Estratégico Nacional de Nutrição orçamentado (2011-2015) e o Plano de Negócios para uma Melhor Nutrição. Foram implementadas políticas e legislações relevantes para a nutrição em setores-chave, incluindo a agricultura, a redução da pobreza, a saúde e a educação.

A Gâmbia conta com uma Política Nacional de Género e de Capacitação da Mulher (2010-2020) e uma Lei da Mulher de 2010, que prevêem a licença de maternidade mínima recomendada de seis meses. O Ministério da Agricultura está a integrar a nutrição nos seus próprios programas. Os esforços de integração da nutrição nas políticas transversais serão acelerados, em consulta com a Agência Nacional de Nutrição.

Com um crescente envolvimento do setor privado, as normas e capacidades relativas à segurança e qualidade alimentar foram atualizadas, com uma especial atenção à transformação, embalamento e rotulagem dos alimentos. Uma nova Lei de Segurança e Qualidade Alimentar (2011) foi promulgada e a Autoridade de Segurança e Qualidade Alimentar foi estabelecida para coordenar a implementação da Lei. O Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno foi plenamente transposto para a legislação (Regulamentações sobre a Promoção da Amamentação de 2006).



A fim de monitorizar os progressos alcançados face à Política Nacional de Nutrição e ao Plano Estratégico Nacional de Nutrição, a Gâmbia desenvolveu um quadro de monitorização e avaliação para 2011-2015.

O Plano Estratégico Nacional de Nutrição, que contém o Programa dos Primeiros 1000 Dias Mais Críticos, será revisto em breve, o que permitirá incluir mais contributos para a nutrição. O Plano será revisto em conjunto com a análise intercalar da Política Nacional de Nutrição. A análise de ambos os documentos irá conduzir ao desenvolvimento de um plano estratégico multissetorial e abrangente para a nutrição. Este será o Quadro Comum de Resultados que alinha programas setoriais e reforça capacidades na Gâmbia para a implementação dos seus programas de nutrição.

Foi finalizada uma Estratégia Nacional de Comunicação da Nutrição com o objetivo de alinhar os esforços de comunicação para todos os atores.

Foram implementados programas e sistemas de larga escala, mas ainda não se encontram em pleno funcionamento. A Gâmbia está a intensificar as intervenções relativas à gestão da malnutrição muito grave e moderada e intervenções que melhoram o consumo, pelas famílias, de sal iodado e alimentos ricos em micronutrientes.



A UNICEF e o Banco Mundial são os principais investidores em programas específicos da nutrição, em conjunto com uma dotação de fundos governamentais para a implementação de programas de nutrição.

A Gâmbia participou no Exercício de Análise do Orçamento do Movimento SUN, a fim de acompanhar os recursos

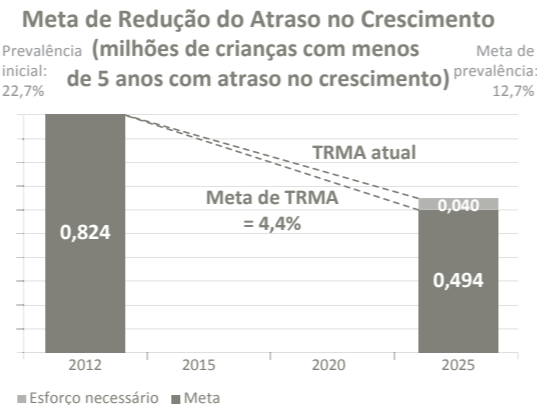
financeiros dedicados à nutrição. Existem mecanismos para acompanhar os recursos disponíveis na Agência Nacional de Nutrição, mas os investimentos em nutrição noutros setores permanecem um desafio. A Gâmbia reconhece a importância do acompanhamento de despesas específicas da nutrição, além da saúde e da necessidade de inventariar o financiamento em nutrição.

Gana

Data de adesão:
Março de 2011

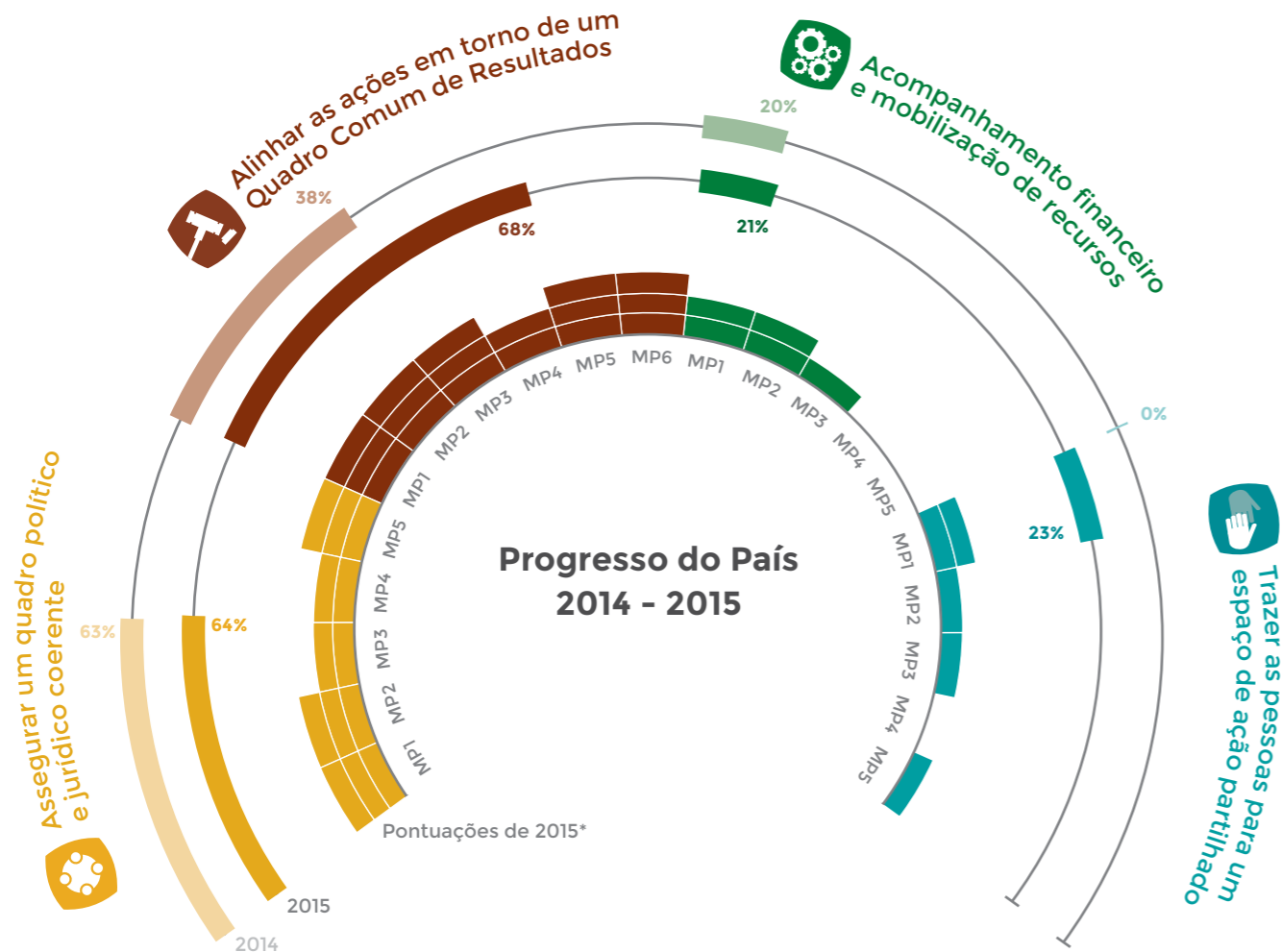
Destaques

- O desenvolvimento de um plano de reforço de capacidades no Gana irá integrar recomendações de várias avaliações de capacidade relacionadas com a nutrição levadas a cabo nos últimos dois anos.
- A Plataforma Académica do Movimento SUN no Gana apoia a agenda do Movimento SUN através do desenvolvimento de vários documentos conceituais e iniciativas de reforço de capacidades.
- A Coligação de Organizações da Sociedade Civil formou e envolveu mais de 40 empresas de comunicação social na comunicação sobre a nutrição, o que resultou num aumento de reportagens, debates e programas sobre nutrição na imprensa, tanto impressa como eletrónica, incluindo um programa de educação sobre nutrição na Televisão do Gana. Um vídeo musical permitiu popularizar os 1000 dias da campanha sobre as crianças.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	18,8%
Baixo peso à nascença:	10,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	52,3%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	4,7%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	56,4%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a pág. 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



O Grupo de Planeamento Intersetorial constitui a plataforma multiator bem estruturada que foi implementada com o apoio de seis grupos de trabalho técnico, cada um com os seus respetivos Termos de Referência. Estes grupos incluem representantes fundamentais do governo, das Nações Unidas, das organizações da sociedade civil, da comunidade académica e das redes de doadores.

A Rede Empresarial ainda não está totalmente operacional; no entanto, o setor privado continua a ser envolvido através de diferentes atores nos seus respetivos programas. Há esforços em curso pelo Grupo de Planeamento Intersetorial no sentido de envolver os deputados. As agências governamentais, em colaboração com um conjunto de organizações das Nações Unidas, parceiros de desenvolvimento e organizações da sociedade civil, estão a envolver-se de forma mais direta com os agentes ao nível regional e distrital nas três regiões do norte do Gana.

Os novos membros, em especial de ministérios, departamentos e agências sensíveis à nutrição, têm desempenhado um papel mais ativo nas atividades do Grupo de Planeamento Intersetorial ao longo do último ano.

Estão disponíveis oportunidades para reforçar a comunicação entre

os membros do Grupo de Planeamento Intersetorial e os seis grupos de trabalho técnico. O Grupo de Planeamento Intersetorial está em vias de reforçar a coordenação graças a um conjunto de medidas e desenvolveu e partilhou um roteiro como base para alinhar as ações.

O grupo de trabalho de reforço de capacidades do Grupo de Planeamento Intersetorial iniciou o desenvolvimento de um plano de reforço de capacidades. O plano levará em consideração várias avaliações de capacidade realizadas no setor da nutrição, incluindo uma análise da situação sobre a "Preparação do País para Acelerar a Redução da Subnutrição Materna e Infantil" pela OMS, uma avaliação funcional pelo programa REACH da ONU, entre outros, e objetivos de reforço de capacidades nos planos setoriais e distritais de fomento da nutrição.

A plataforma das organizações da sociedade civil realiza reuniões regulares intrarrede com Organizações Não Governamentais, cujo número pode chegar aos 140, que estão empenhadas no fomento da nutrição. As organizações da sociedade civil também documentaram o mecanismo de coordenação da governação da nutrição no Gana.

A sensibilização por parte dos meios de comunicação é bastante elevada, com programas regulares na rádio, televisão e telemóveis. As organizações da sociedade civil começaram também a envolver deputados para elevar a importância da nutrição.



O Gana já concluiu a sua primeira política nacional multissetorial para a nutrição.

Esta política está atualmente a ser transposta para um plano nacional de fomento da nutrição, que solicita a todos os setores que fomentem a nutrição nos seus planos de desenvolvimento através do alinhamento com os objetivos da política e as medidas políticas. Uma série de políticas setoriais e estratégias e planos já foi analisada e atualizada a fim de alcançar o alinhamento com a política nacional multissetorial para a nutrição. As agências das Nações Unidas estão a fornecer apoio financeiro e técnico a esta iniciativa.

Verifica-se ainda a necessidade de assegurar a coerência jurídica, na medida em que certas leis (enriquecimento de alimentos, alimentos para bebés, iodização do sal e outras normas alimentares) poderão ter de ser alteradas ou poderão ter de ser desenvolvidos instrumentos legislativos para assegurar uma implementação harmonizada da política de nutrição e do plano nacional de fomento da nutrição.



Alguns setores concluíram os seus planos e aguardam a consolidação integral. Outros estão também a receber ajuda para alinharem os seus planos com a política nacional multissetorial para a nutrição. O Gana continua a construir diálogos intersectoriais sobre a nutrição, incluindo nutrição-educação, Água, Saneamento e Higiene-nutrição e nutrição-proteção social.

Foi implementado um quadro comum de resultados provisório, ao passo que está a ser iniciado o desenvolvimento de um plano de M&A. As organizações da sociedade civil estão a alinhar as suas ações com o plano nacional de fomento da nutrição. A ONU prestou apoio técnico e financeiro ao processo de planeamento da nutrição multissetorial aos níveis nacional e subnacional e aos setores-chave relevantes para a nutrição, como a Saúde, a Agricultura, a Proteção Social, a Água, Saneamento e Higiene e a Educação.



O Gana começou a desenvolver um sistema de acompanhamento das despesas. Ainda é necessário preencher um projeto de quadro (sistema de acompanhamento). O processo de planeamento e orçamentação está em curso.

O exercício de acompanhamento do orçamento, os processos de planeamento e orçamentação e o desenvolvimento dos cenários de financiamento que estão em curso constituem parte dos esforços do governo que visam a mobilização de recursos. Tal inclui a avaliação dos requisitos financeiros necessários para a ampliação, a sensibilização e a mobilização dos recursos necessários, bem como o acompanhamento das dotações e despesas efetuadas para programas relacionados com a nutrição. O Gana está também a desenvolver uma

estratégia de mobilização de recursos para assegurar o financiamento sustentável do plano nacional de fomento da nutrição. O processo de identificação de programas sensíveis à nutrição no âmbito do sistema financeiro do país está em curso. Este processo irá complementar a Lei das Dotações, que visa assegurar um financiamento plurianual continuado do Governo para a nutrição.

O sistema das Nações Unidas continua a desempenhar um papel técnico e financeiro no apoio ao governo através do UNDAF. As organizações da sociedade civil também desempenham um papel de apoio no exercício de pressão sobre os deputados com o fim de obter mais fundos para a nutrição.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

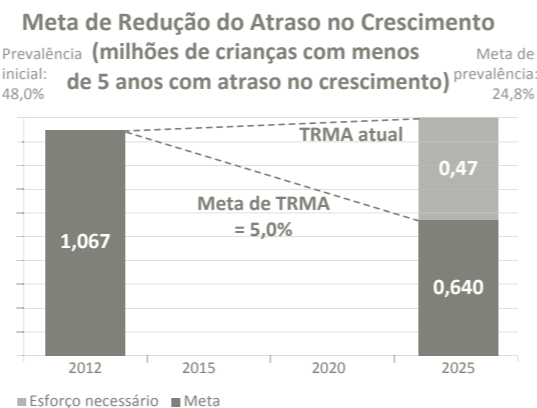
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Guatemala

Data de adesão:
Dezembro de 2010

Destaques

- O Plano para o Pacto Fome Zero constitui o Quadro Comum de Resultados, com base no qual estão alinhadas as ações multissetoriais do governo e dos atores da sociedade civil, do setor privado e da comunidade acadêmica.
- O sistema de monitorização do Plano para o Pacto Fome Zero, designado por SIMON, reside numa ferramenta para monitorizar a despesa pública e objetivos tangíveis aos níveis central e descentralizado.
- A Aliança para a Nutrição, uma iniciativa do setor privado, implementa ações em coordenação com o Plano para o Pacto Fome Zero e monitoriza a Janela dos 1000 dias ao nível municipal.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	48,0%
Baixo peso à nascença:	11,4%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	49,6%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	1,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	25,7%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição é o organismo de gestão e de tomada de decisões políticas e é presidido pelo Vice-Presidente. O Conselho é composto por oito ministérios, três secretariados do governo central, uma entidade municipal, cinco representantes da sociedade civil e dois representantes do setor empresarial. O Secretariado de Segurança Alimentar e Nutrição coordena as ações dos diferentes atores e instituições envolvidos e o organismo de Consulta e Participação dos Cidadãos compreende representantes de 10 setores da sociedade civil, ao passo que o Grupo de Apoio Institucional coordena o apoio técnico, financeiro e operacional prestado à cooperação internacional.

A plataforma multiator do Movimento SUN proporciona a oportunidade de coordenação técnica. Estão envolvidos na plataforma o Secretariado de Segurança Alimentar e Nutrição e cinco ministérios, bem como representantes de agências das Nações Unidas, da comunidade académica, dos doadores, da sociedade civil e do setor privado. A Aliança para a Nutrição do setor privado é composta por 23 organizações do mundo empresarial e da sociedade civil e coordena os esforços de implementação das ações para a Janela dos 1000 Dias. As agências das Nações Unidas, as embaixadas e os doadores no terreno no país constituem parte da Mesa-Redonda dos Parceiros sobre Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Rural que visa harmonizar as ações com as prioridades nacionais.

A Lei sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição proporcionaram o quadro político e institucional para definir a estrutura e os organismos centrais e descentralizados do Sistema, bem como a Estratégia Nacional para a Redução da Subnutrição Crónica e o Plano Estratégico para a Segurança Alimentar e Nutrição (2012-2016).

do qual todos os setores do Estado se comprometeram a reduzir a subnutrição infantil crónica e diminuir a mortalidade causada pela subnutrição grave em crianças com menos de cinco anos. O Plano para o Pacto Fome Zero de 2012-2016 constitui o roteiro para a implementação do Pacto Fome Zero e do Plano Estratégico para a Segurança Alimentar e Nutrição de 2012-2016. **A Frente Parlamentar contra a Fome na Guatemala está atualmente a promover um mecanismo de análise legal para avaliar a coerência dos quadros atuais e promover a aplicação da legislação existente.**

A luta contra a subnutrição crónica é uma das quatro prioridades do Governo nacional para o período de 2012-2016 e conduziu ao estabelecimento do Plano para o Pacto Fome Zero, através

O Plano para o Pacto Fome Zero é o Quadro Comum de Resultados e também o instrumento técnico e operacional para gerir recursos e coordenar ações com o setor privado, a sociedade civil e os parceiros/doadores. O Plano inclui diretrizes estabelecidas na Estratégia Nacional para a Redução da Subnutrição Crónica e na Janela Mil Dias, que se refletem em três tipos de ações: ações diretas, ações de viabilidade e sustentabilidade e ações transversais. As intervenções centraram-se principalmente em 166 municípios prioritários.

A Aliança para a Nutrição alinou as suas ações no âmbito do quadro da Janela Mil Dias em 460 comunidades, que agrupa os aspetos da comunicação, da sensibilização e do enriquecimento de alimentos. A Aliança, em coordenação com o Governo, está a projetar um modelo logístico para a distribuição e entrega de materiais e medicamentos a centros de saúde.

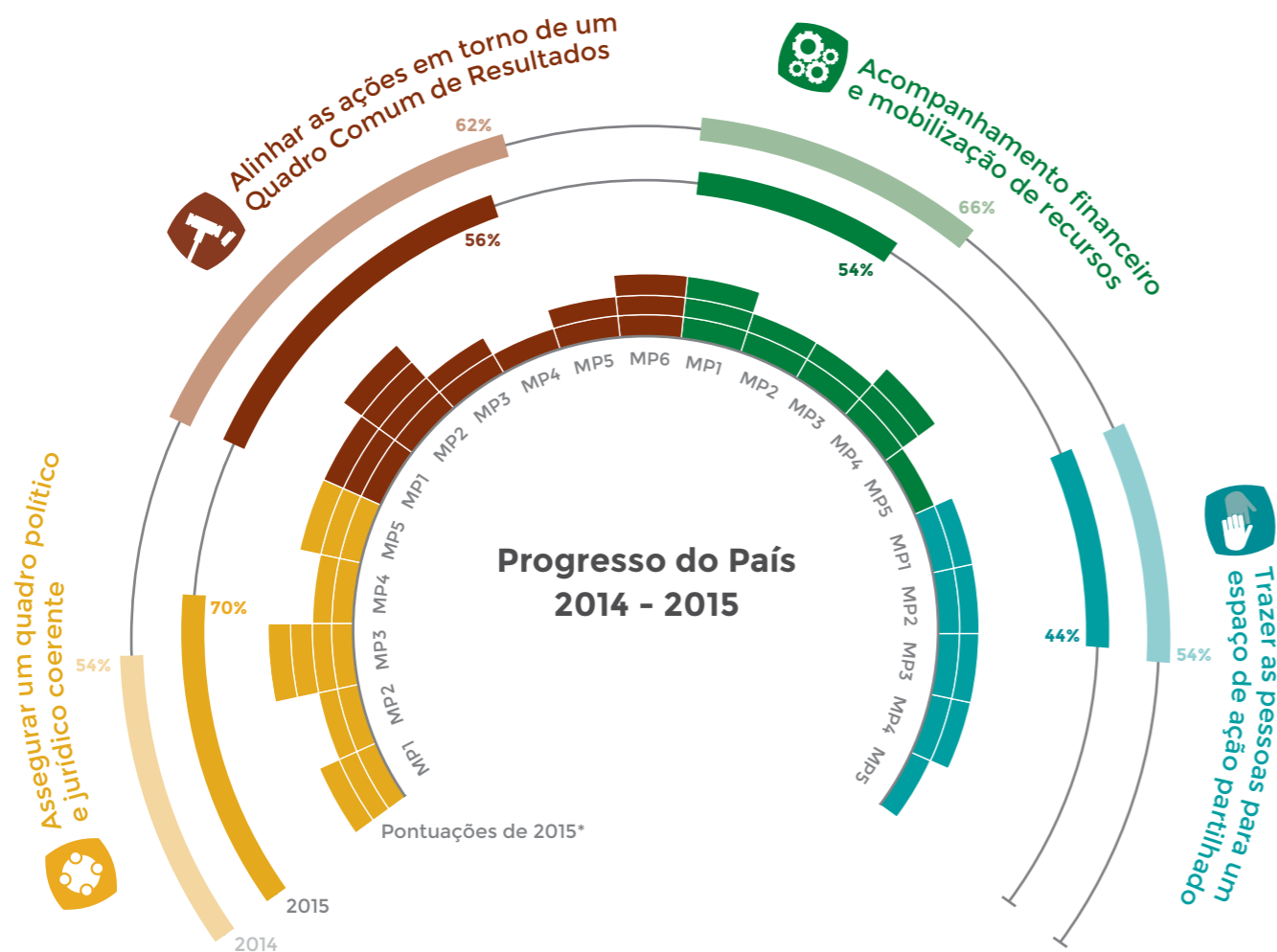
A Guatemala implementou em 2012 um sistema de contabilidade integrado que permite a visualização online da utilização dos recursos em tempo real. Em 2013, o Ministério da Saúde introduziu um sistema de classificação baseado em temas para o planeamento do orçamento das 13 principais ações dirigidas à prevenção da subnutrição crónica.

106 indicadores e coordenou todos os sistemas de monitorização no SIMON. A Aliança para a Nutrição realiza inquéritos aos utilizadores para assegurar o acompanhamento regular dos serviços relacionados com a Janela Mil Dias.

Para monitorizar o progresso das metas físicas do Plano para o Pacto Fome Zero e as despesas descentralizadas, o Secretariado de Segurança Alimentar e Nutrição definiu

O Instituto Nacional de Estatística realiza inquéritos anuais de monitorização e avaliação do impacto sobre o Plano para o Pacto Fome Zero, em coordenação com o Secretariado de Segurança Alimentar e Nutrição, e fornece apoio técnico ao Instituto Internacional de Investigação sobre Políticas Alimentares.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

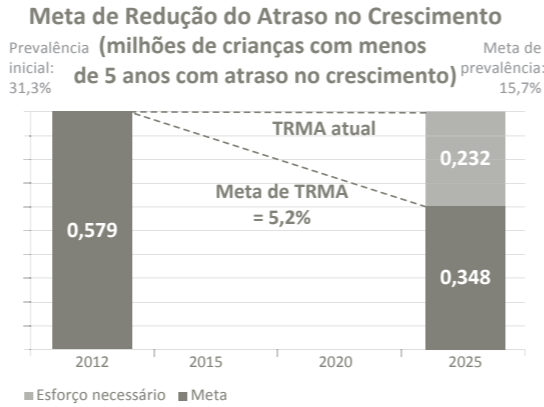
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

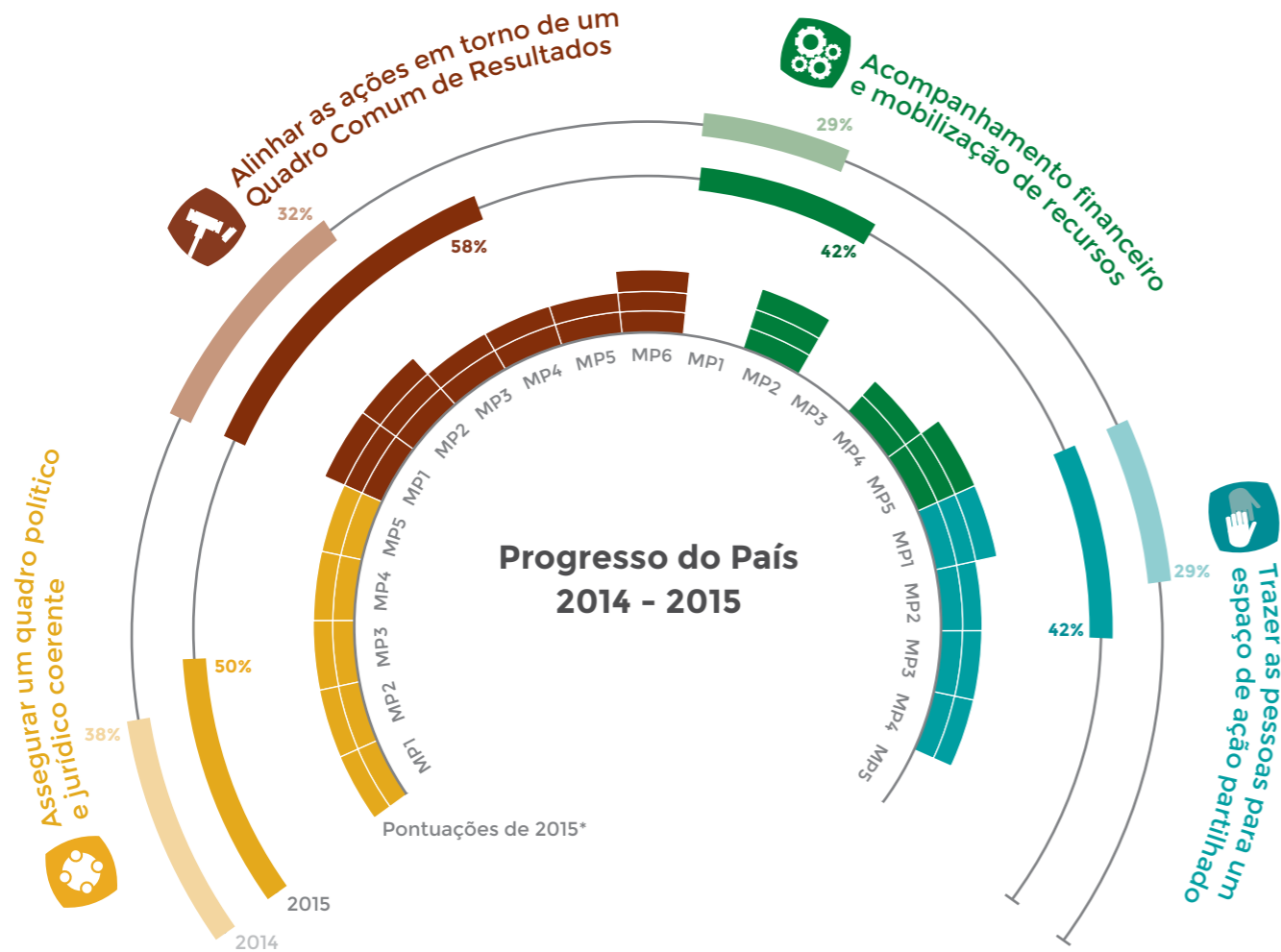
Destaques

- A Guiné conta com uma política nacional de alimentação e nutrição desde 2005 e comprometeu-se a analisá-la de forma a levar em conta a abordagem multissetor, com o apoio das Nações Unidas. Esta abordagem foi recentemente refletida num plano estratégico multissetorial.
- Foram criados cinco subgrupos técnicos no âmbito do cluster da nutrição, que é atualmente a plataforma multissetorial. Estes realizam consultas através de um conjunto de subprogramas implementados pelas autoridades locais.
- Os grupos regionais de nutrição e alimentação, que reúnem a totalidade dos serviços regionais relevantes, foram estabelecidos em quatro regiões de um total de oito e reúnem-se de dois em dois meses.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	31,3%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	20,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	9,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,8%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	48,4%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

No contexto do vírus Ébola na Guiné, o Grupo Técnico da Nutrição e da Alimentação, que era a plataforma multissetorial, foi transformado num cluster de segurança alimentar e nutricional para o período da crise do Ébola. Reúne os mesmos agentes do governo, das agências das Nações Unidas e da sociedade civil.

É importante salientar que o Conselho Nacional de Nutrição e Alimentação, estabelecido previamente e alojado no Gabinete do Primeiro-Ministro, não está em funcionamento. O Grupo Técnico da Nutrição e da Alimentação foi coordenado pelo Ponto Focal SUN e funcionava como a plataforma até ao momento em que sobreveio a crise do Ébola.

Um facilitador do programa REACH foi recrutado este ano. Entre outros aspetos, facilita a coordenação nutricional das agências

da ONU e entre as agências e o Governo. A sociedade civil está organizada no âmbito do Conselho Nacional das Organizações da Sociedade Civil, que recebeu o apoio da UNICEF para fortalecer a agenda da nutrição. A rede de doadores e a rede do setor privado ainda não foram criadas. No entanto, existe uma Aliança Nacional para o Enriquecimento de Alimentos. A Universidade de Conacri lançou um mestrado em nutrição. Em colaboração com a UNICEF, a Universidade trabalha no sentido de promover o conhecimento das causas da malnutrição crónica na Guiné.

O governo está a trabalhar em estreita colaboração com o parlamento no âmbito da legislação sobre nutrição. Está igualmente a cooperar com os meios de comunicação social.

A Guiné conta com uma política nacional de alimentação e nutrição desde 2005 e analisou-a com o objetivo de adotar uma abordagem multissetor, com o apoio das Nações Unidas. A política atualizada foi integrada num plano estratégico multissetorial. Já arrancou o processo de validação da política para este ano.

A legislação nacional sobre nutrição inclui leis sobre a amamentação, a nutrição de crianças nascidas de mães seropositivas, o protocolo para a gestão da malnutrição grave, a iodização do sal e o enriquecimento da farinha e do óleo. No entanto, as iniciativas devem ser intensificadas para reforçar ou divulgar estas leis. A Guiné está também prestes a integrar o código de comercialização de substitutos do leite materno através da análise das disposições existentes e do aumento da proteção da licença de maternidade.

Este ano, 2015, a Guiné elaborou um Plano Nacional de Promoção da Saúde que inclui a nutrição. A nutrição está incluída em algumas das políticas setoriais, como a da agricultura, da segurança alimentar, da saúde pública e da educação e proteção social. Em breve deverá ser elaborada uma política relativa às refeições escolares. No entanto, o conteúdo nutricional é por vezes insatisfatório e a coordenação entre os ministérios técnicos é fraca. Foi organizado em 2014 um workshop de consulta, incluindo todos os atores envolvidos na gestão da malnutrição, com o objetivo de promover sinergias.

A Guiné acaba de receber um grupo do Comité Interestatal da Luta contra a Seca a fim de apoiar o lançamento do sistema de alerta rápido e a implementação do quadro normalizado, que será um quadro comum de resultados, porque o plano de ação multissetorial ainda não foi finalizado.

Foram criados cinco subgrupos técnicos no âmbito do grupo técnico de nutrição, que é atualmente o cluster. Estes cinco subgrupos técnicos são os seguintes: Gestão da malnutrição

grave, prevenção e micronutrientes, investigação e avaliação, transferência monetária e segurança alimentar. Concentram-se em ações nutricionais diretas através de vários subprogramas implementados pelas comunidades locais, com o apoio técnico de outros setores.

Acrescentar um sistema de monitorização e avaliação para acompanhar os progressos alcançados constitui um desafio que permanece por cumprir.

A crise causada pelo vírus do Ébola desviou os escassos fundos destinados a combater a doença. As intervenções nutricionais não estão atualmente coordenadas em termos financeiros.

O Estado não possui qualquer rubrica orçamental específica para a nutrição. Todos os participantes do setor são responsáveis pelos seus próprios orçamentos.

Assim que o plano de ação multissetorial seja finalizado, será orçamentado e terão lugar ações de sensibilização junto do Governo e de parceiros técnicos e financeiros relativamente ao seu financiamento.

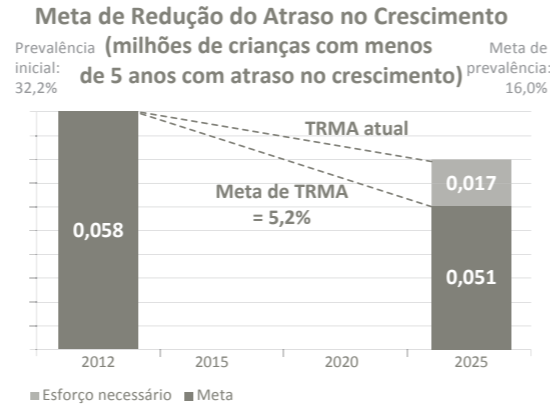
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Guiné-Bissau

Data de adesão:
Março de 2014

Destaques

- Um grupo funcional multissetorial reúne-se de dois em dois meses para realizar intercâmbios sobre a nutrição.
- Três documentos nacionais oferecem um quadro geral para a implementação de intervenções multissetoriais dedicadas à nutrição: a Política Nacional de Nutrição, o Plano Estratégico de Investimento na Agricultura e o Plano Nacional Estratégico para a Nutrição, cujas estimativas financeiras ainda não foram efetuadas.
- As leis sobre a comercialização de substitutos do leite materno, o enriquecimento de alimentos e o estabelecimento da Plataforma Multiator foram apresentadas ao parlamento e aguardam aprovação.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	27,6%
Baixo peso à nascença:	21,3%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	52,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	6,0%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,3%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	44,6%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A Política Nacional de Nutrição, adotada em fevereiro de 2014, prevê uma plataforma de coordenação multissetorial, o Comité Nacional de Nutrição, incluindo todos os atores aos níveis central, regional e comunitário. **Até que esta instituição seja estabelecida, um grupo de trabalho, sob a égide do Ministério da Saúde, reúne vários setores do governo, as Nações Unidas e os doadores a fim de partilhar informações sobre nutrição.** Desde 2011 que os participantes do grupo técnico também marcam presença nas reuniões do Grupo de Segurança Alimentar e Nutricional, o qual, sob a presidência rotativa do PAM e da FAO, reuniu mais de 30 instituições (ONG, Nações Unidas, parceiros técnicos e financeiros e estruturas estatais).

A Aliança Nacional para o Enriquecimento dos Alimentos iniciou a estratégia de iodização do sal em 2012, com o apoio da UNICEF. Este organismo foi estabelecido oficialmente por decreto interministerial, em abril de 2014.

A Rede da Sociedade Civil para a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional já existe desde novembro de 2013. Esta rede foi criada para coordenar as ações dos seus membros intervenientes na segurança alimentar e na nutrição.

A política nacional de nutrição, adotada em fevereiro de 2014, proporciona um quadro político para a implementação de intervenções nutricionais multissetoriais. Foi elaborada e validada através de uma abordagem participativa e inclusiva utilizada pelos vários parceiros envolvidos na nutrição no país.

As agências das Nações Unidas integraram a nutrição no seu documento de planeamento estratégico conjunto, o UNDAF de 2016-2020.

O Plano Estratégico da Nutrição de 2016-2020 está atualmente a ser elaborado. Este plano irá promover alimentos nutritivos para o público, a disponibilidade de alimentos e o rendimento familiar.

O grupo de trabalho técnico sobre a nutrição defende uma melhor integração da nutrição nas políticas setoriais. Os programas e estratégias contribuem para a nutrição nas áreas de agricultura e segurança alimentar, educação e saúde.

O Plano Estratégico de Nutrição, atualmente em elaboração, constitui um plano de ação conjunta para a implementação de uma política nacional de nutrição. Este plano prevê mecanismos conjuntos de acompanhamento e avaliação e um quadro comum de resultados. **O grupo de trabalho técnico sobre nutrição tem estado a trabalhar nesta última questão, participando na identificação de objetivos nutricionais comuns a nível nacional, apoiando a organização do quadro comum de resultados e o reforço de capacidades, com o apoio das Nações Unidas.**

de alimentos e de ações de formação sobre nutrição para os professores, mas estes programas terminarão no final de 2015. As comunidades produtoras de sal também são apoiadas na comercialização dos seus produtos. Em relação à proteção social, a UE está a trabalhar com as agências de saúde da comunidade com o objetivo de fornecer acesso universal e gratuito aos cuidados de saúde, no âmbito de um projeto que visa reduzir a mortalidade materna e infantil e com uma componente de horta e refeitório escolar. O Plano Nacional de Investimento Agrícola foi revisto no final de 2013 por todos os atores envolvidos com o objetivo de levar em conta aspetos negligenciados na política anterior, incluindo a nutrição.

Estão em curso projetos que visam melhorar a gestão nutricional nas escolas através da promoção de hortas, da distribuição

O Plano Estratégico de Nutrição deve incluir um orçamento provisório para a implementação da Política Nacional de Nutrição, a fim de ajudar a mobilizar recursos e permitir a monitorização do financiamento mobilizado para as atividades de nutrição.

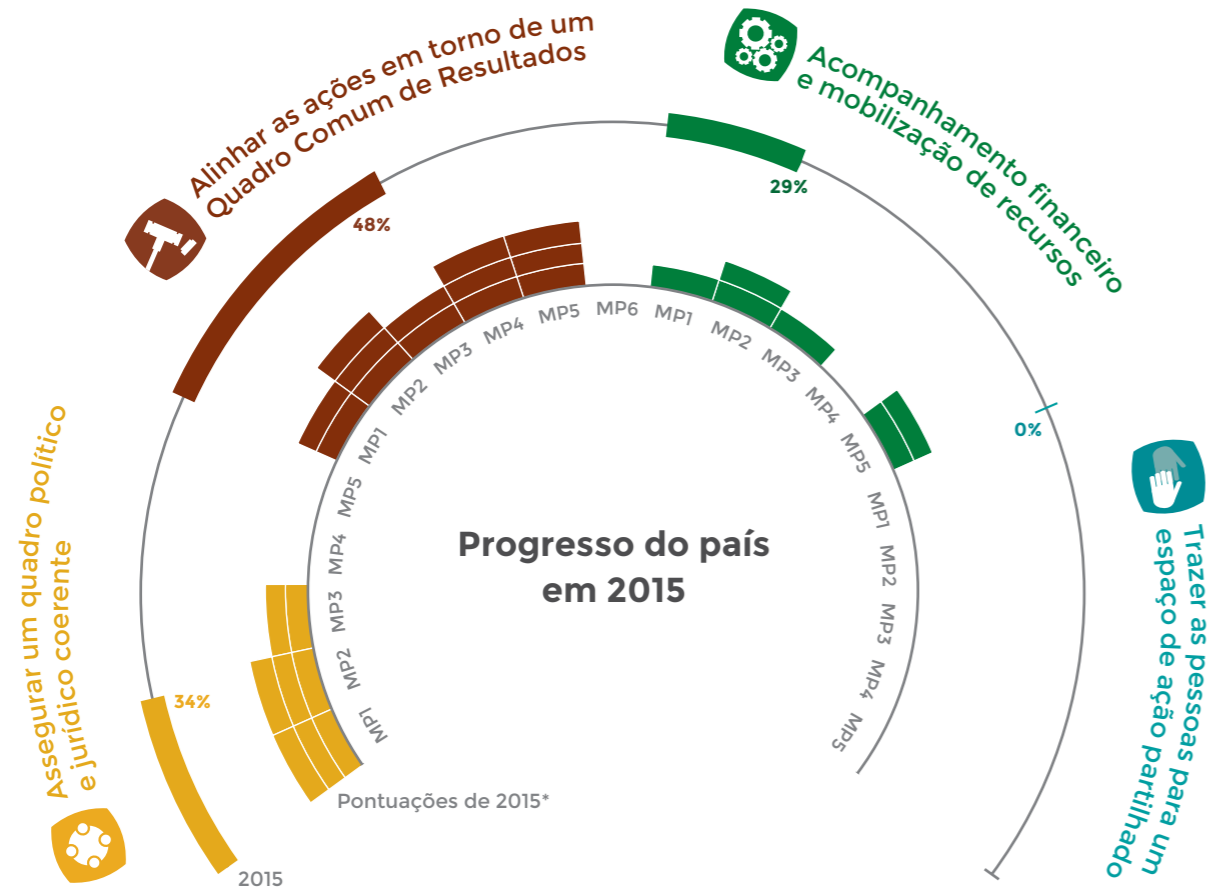
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

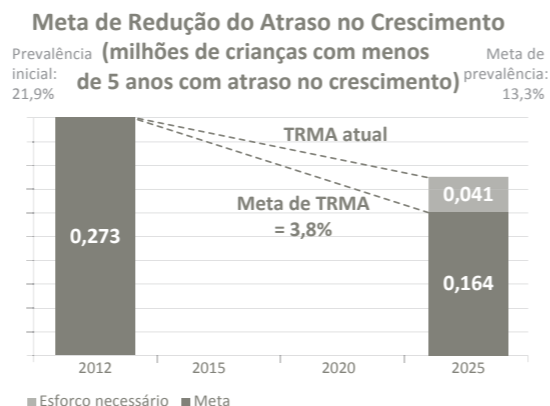
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Destaques

- Existe uma rede de jornalistas contra a fome e uma rede de jornalistas especializados em saúde e nutrição que organizam sessões de formação anuais para jornalistas.
- A Primeira-Dama está empenhada em atividades relacionadas com a saúde, incluindo a nutrição. Em 2015, declarou que "o leite materno constitui o leite ideal para a nutrição de bebês até aos seis meses".
- O Comité Técnico de Nutrição e o grupo de trabalho para a segurança alimentar e nutricional permitem que o Governo e os doadores se reúnam mensalmente para debater a situação da nutrição e que trabalhem em conjunto para evitar a sobreposição de programas e financiamento.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	21,9%
Baixo peso à nascença:	19,1%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	39,7%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	5,2%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	37,1%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Em retrospectiva: Progressos relatados através do Exercício de Autoavaliação de 2014

50% **Assegurar um quadro político e jurídico coerente**

54% **Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados**

25% **Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos**

50% **Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado**

2014

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



O mandato da Comissão Nacional de Combate à Fome e à Malnutrição, que era anteriormente responsável pela orientação estratégica da rede nacional estratégica nacional contra a fome e a malnutrição (ABA GRANGOU), **não foi renovado quando caducou em 2014**. Esta estrutura, presidida pela Primeira-Dama do Haiti, era composta por representantes do Gabinete Presidencial, o Primeiro-Ministro, ministérios associados e o Parlamento.

Em paralelo, existem grupos de coordenação liderados pelo Governo: o Comité Técnico de Nutrição e um Grupo Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional, envolvendo representantes do Governo, dos doadores e dos vários atores-chave.

Foi criada uma plataforma nacional de investigação com o apoio da Harvest Plus, reunindo três ministérios (agricultura, desenvolvimento sustentável e educação nacional). **Prevê-se que o Ministério da Saúde Pública e da População se associe à mesma.**

Foram organizadas mais de uma dezena de reuniões com membros da sociedade civil. A rede de jornalistas de saúde e nutrição da OMS e da UNICEF, lançada com o apoio do Brasil, ainda está ativa. **O mecanismo REACH, introduzido no início de 2015, está também neste momento em vias de definir o seu âmbito de intervenção.**



O Haiti possui uma política nacional de nutrição atualizada e um Plano Estratégico de Nutrição (2013-2018) e **a nova estratégia de nutrição da UNICEF de 2014-2017 está alinhada com estes documentos**. Um plano de comunicação foi finalizado e partilhado com o Secretariado do Movimento SUN.

O Conselho de Desenvolvimento Económico e Social, que está subordinado ao Gabinete Presidencial, está atualmente a redigir um documento sobre a Política Nacional de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Uma lei sobre o enriquecimento de alimentos foi votada pelo Senado em 2014-2015 e está prestes a ser aprovada pelos deputados.



Um novo plano nacional de segurança alimentar e nutricional, que estará em vigor até 2025, está a ser elaborado sob a liderança da **Coordenação Nacional para a Segurança Alimentar, enquanto parte de uma abordagem participativa e com base em documentos existentes e 15 medidas propostas pelo Comité de Estabilização de Preços.**

Um plano de recuperação agrícola elaborado pelo Ministério da Agricultura é o principal elemento de desenvolvimento do Governo, mas **a promoção de produtos alimentares locais e a sua importância para a boa nutrição poderia refletir-se melhor no programa sobre a aquisição de produtos agrícolas locais. O conceito de "agricultura de saúde pública" tem sido referido em vários projetos.**

Em maio de 2015, o Ministério da Saúde Pública e da População arrancou com a produção de sal iodado, com o apoio da USAID

e da UNICEF, que está agora disponível em 10 departamentos de saúde.

Uma task force que envolve o Ministério da Educação Nacional, o Canadá e o Banco Mundial está a trabalhar numa Política sobre Refeitórios Escolares que irá integrar as lições aprendidas com a avaliação em curso, realizada pelo PAM, sobre **refeições escolares. Esta avaliação diz respeito a refeitórios escolares, suplementos de micronutrientes e reforço de capacidades. Em paralelo, foi criado um programa para melhorar o saneamento nas escolas, liderado e apoiado pelo gabinete da Primeira-Dama e pelo Ministério da Saúde Pública e da População.**

Por último, **um novo projeto para a proteção social com o objetivo de reduzir a insegurança alimentar e a pobreza, com uma forte ênfase na nutrição**, foi promovido por um consórcio composto pela CARE, o PAM e a ACF (financiamento da USAID).

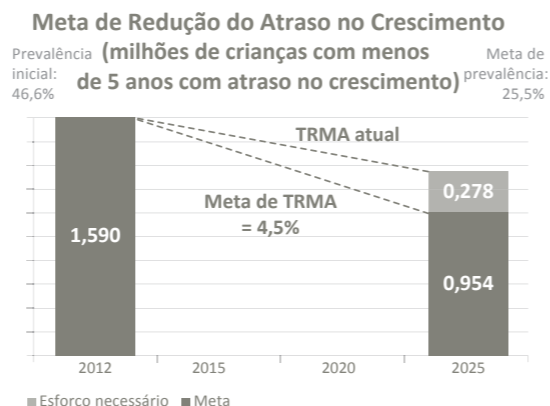


A rubrica orçamental do Governo para a nutrição, criada em 2013, não tem sido preenchida. **Não foi atribuído qualquer financiamento à nutrição entre 2012 e 2014.** É uma prioridade mobilizar recursos financeiros

externos para além dos fundos de emergência; a elaboração do Fundo Europeu de Desenvolvimento constitui uma janela de oportunidade.

Destaques

- Foi estabelecido um Conselho Superior para a Segurança Alimentar, presidido pelo Primeiro-Ministro e apoiado por um Comité Diretor Nacional multissetorial do Movimento SUN.
- O Plano Nacional de Ação Multisetorial para a Nutrição foi finalizado e aprovado pelo comité ministerial em 2014. Está a ser preparado um plano operacional a fim de implementar os programas setoriais. Devido ao conflito em curso, o progresso estagnou e o avanço da implementação do plano tem-se deparado com obstáculos.
- A Organização para a Alimentação e a Agricultura, com o apoio da União Europeia, estabeleceu, em 2014, um Sistema de Informação sobre Segurança Alimentar no Ministério do Planeamento e Cooperação Internacional. O sistema visa recolher informações sobre indicadores específicos da nutrição e sensíveis à nutrição, juntamente com os indicadores de segurança alimentar.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	46,6%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	11,6%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	13,3%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	1,5%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	37,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Em retrospectiva: Progressos relatados através do Exercício de Autoavaliação de 2014

61%
Assegurar um quadro político e jurídico coerente

54%
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

42%
Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

25%
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

2014

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O compromisso do governo iemenita para abordar as causas subjacentes da subnutrição no país reflete-se ao mais alto nível. Prova disso é o decreto promulgado em 2012 pelo Primeiro-Ministro que aconselha os ministérios da tutela a que deem prioridade à nutrição nos seus respetivos planos. **Foi criado um Conselho Superior para a Segurança Alimentar, presidido pelo Primeiro-Ministro, o qual é apoiado por um Comité Diretor Nacional e Multisetorial do**

Movimento SUN. O Comité Diretor inclui representantes dos ministérios do Planeamento e Cooperação Internacional (MPCI), da Saúde, da Agricultura, das Pescas, da Água e Saneamento e da Educação. Inclui ainda representantes de agências das Nações Unidas (ONU), dos doadores, da sociedade civil, do meio académico e do setor privado. O Comité Diretor foi institucionalizado e é presidido pelo Vice-Ministro do MPCI.

Conforme identificado no PNAMSN (2015-2019), cada setor relevante irá rever as políticas e legislações existentes para garantir que sejam sensíveis à nutrição e que sejam colmatadas eventuais lacunas. As políticas e estratégias atuais sensíveis à nutrição já implementadas incluem: A Política e Estratégia de Segurança Alimentar (2011), a Estratégia Nacional do Setor Agrícola (2012-2016), a Estratégia

Nacional das Pescas (2012-2015), a Legislação sobre o Fundo de Previdência Social (2008). A legislação nacional existente contempla a iodização do sal, o enriquecimento do açúcar e da farinha (desde 1996) e a aplicação do Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno (SLM) desde 2002.

O Plano Nacional de Ação Multisetorial para a Nutrição (PNAMSN) foi finalizado e aprovado pelo comité ministerial em 2014. Está a ser preparado um esquema operacional a fim de implementar os programas setoriais. **Devido ao conflito em curso, o progresso estagnou e o avanço da implementação do plano tem-se deparado com obstáculos e sofrido atrasos.**

juntamente com um programa de saneamento integral liderado pelas comunidades. Este programa estava a ser implementado em 19 distritos, com alta prevalência de atraso no crescimento e magreza extrema em Taiz, Hodeida e Saada'a, mas estas atividades também paralisaram por causa do conflito em curso.

Para os programas específicos da nutrição, o Ministério da Saúde Pública e da População (MSPP) está profundamente envolvido com os parceiros da ONU e as organizações da sociedade civil para implementar os programas, em particular, para as populações afetadas por emergências

O Governo do Lémen, com o apoio do Programa Global para a Agricultura e a Segurança Alimentar (PGASA) e do Banco Mundial, está a implementar um programa de segurança alimentar nas províncias onde se regista insegurança alimentar.

A UNICEF, em conjunto com o MSPP e as organizações da sociedade civil, começou a implementar um programa abrangente de base comunitária para a prevenção do atraso no crescimento,

Além disso, a Organização para a Alimentação e Agricultura, com o apoio da União Europeia, estabeleceu um Sistema de Informação sobre Segurança Alimentar (SISA) no MPCI. Este sistema foi concebido para recolher informações sobre indicadores específicos da nutrição e sensíveis à nutrição, além de indicadores sobre segurança alimentar.

A orçamentação do PNAMSN foi concluída com o apoio técnico do MQSUN e do Secretariado do Movimento SUN.

honrados. O Governo do Lémen está empenhado em estabelecer novas rubricas orçamentais em ministérios relevantes para programas de nutrição e para reforçar os recursos humanos para a nutrição em 10-20%, no mínimo, bem como em tornar públicas as despesas nacionais.

O atual conflito no país está a dificultar os progressos no terreno e o ritmo em que se previa que estes compromissos fossem

Progresso comunicado pelo Secretariado do Movimento SUN em 2015 e validado pelo país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

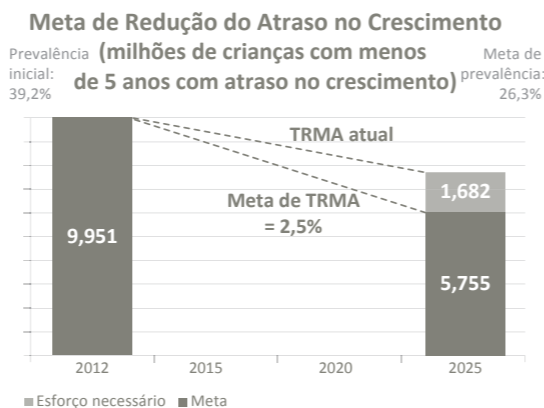
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Indonésia

Data de adesão:
Dezembro de 2011

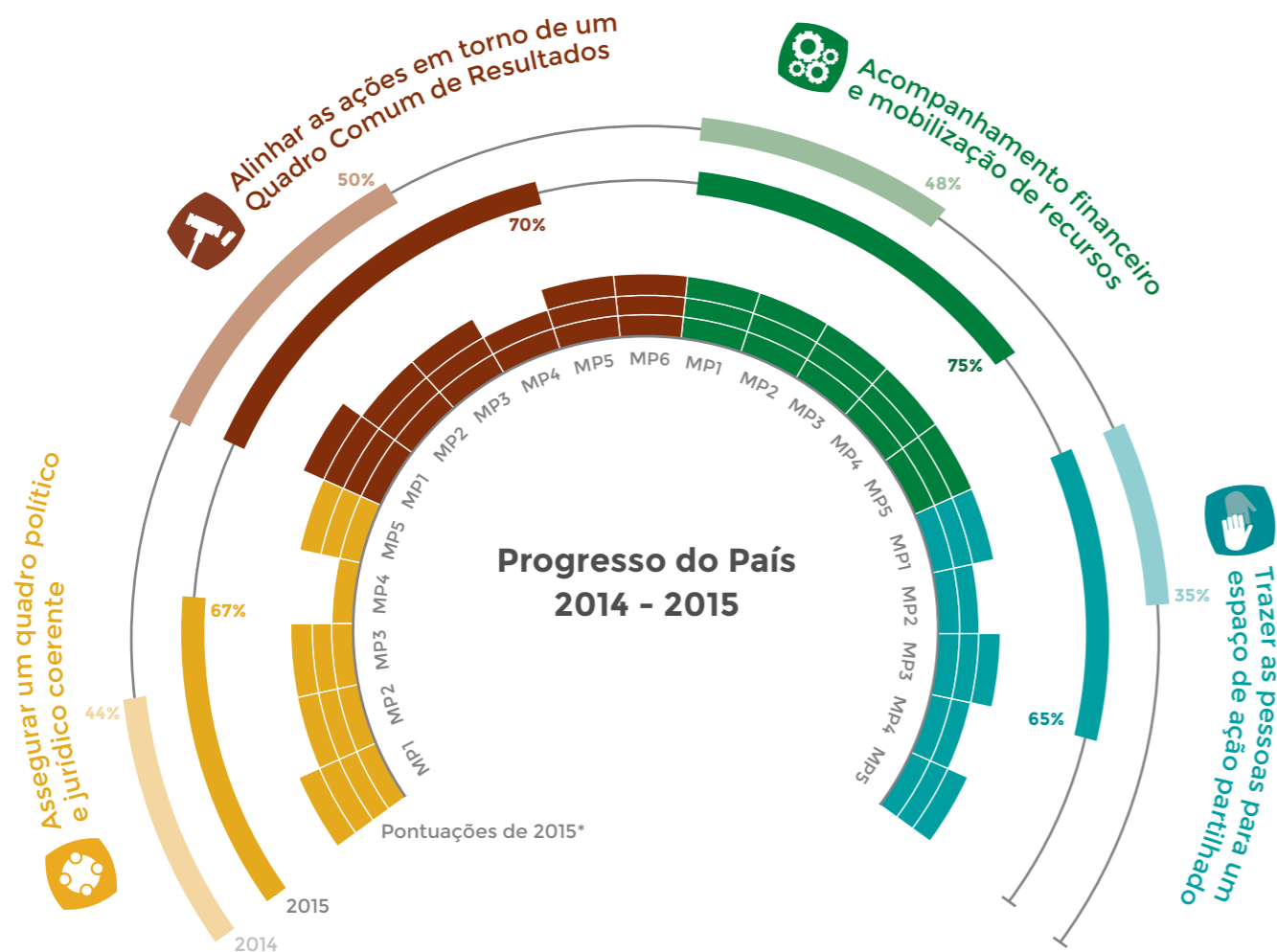
Destaques

- Foi criado um Secretariado totalmente funcional do Movimento SUN na Indonésia no âmbito do Ministério do Planejamento Nacional do Desenvolvimento para coordenar as atividades do Movimento no país.
- Está a ser desenvolvida uma diretriz relativa aos Conflitos de Interesses baseada no documento sobre Prevenção e Controlo de Conflitos de Interesses publicado pelo OSG-SUN.
- O Plano Nacional de Ação para a Alimentação e Nutrição (2015-2019) inclui todos os programas desenvolvidos por ministérios/agências, bem como por doadores, agências das Nações Unidas, a sociedade civil e as empresas. Este plano é utilizado como referência para os governos locais formularem os seus Planos Regionais de Ação para a Alimentação e Nutrição.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	36,4%
Baixo peso à nascença:	7,3%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	41,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	13,5%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	11,5%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	22,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Decreto Presidencial n.º 42/2013 da Indonésia sobre o Movimento Nacional para Acelerar a Melhoria da Nutrição no Quadro dos "Primeiros 1000 dias de Movimento de Vida" conduziu à criação de uma Task Force de alto nível multiautores alojada no Ministério do Bem-Estar do Povo. **Esta Task Force reúne vários atores e 13 Ministérios competentes aos níveis nacional e subnacional e espera-se que seja descentralizada ao nível provincial.** O Ministro do Decreto n.º 11/2014 sobre o Bem-Estar do Povo estabeleceu uma Equipa Técnica para facilitar a coordenação ao nível nacional.

A emissão do Decreto n.º 37/2014 do Ministro-Adjunto dos Recursos Humanos e da Cultura resultou na criação de seis Grupos de Trabalho (Campanha, Sensibilização, Formação, Planeamento e Orçamentação, Parceria e Estudo sobre os Fatores de Riscos Ambientais), apoiados por uma Equipa

de Especialistas com atores do governo, das empresas, das agências das Nações Unidas (ONU), da rede de parceiros internacionais, das organizações comunitárias e sociais, das organizações profissionais, da comunidade académica e dos meios de comunicação.

O Secretariado do Movimento SUN está alojado no Ministério do Planeamento Nacional do Desenvolvimento e está totalmente operacional.

O número de membros da rede empresarial aumentou e parceiros internacionais de desenvolvimento e agências da ONU constituem parte da Rede Nacional de Nutrição dos Doadores e da ONU presta apoio ao Secretariado do Movimento SUN. Os Termos de Referência da Aliança da Sociedade Civil SUN foram finalizados.

O Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo de 2015-2019 (Decreto Presidencial n.º 2/2015) **descreve os resultados dos programas relevantes para a nutrição e inclui o Quadro da política básica dos "Primeiros 1000 dias de Movimento de Vida".**

O Movimento SUN na Indonésia é apoiado pelo Regulamento Governamental n.º 17/2015 sobre a Segurança Alimentar e Nutricional, que constitui a transposição da Lei da Alimentação n.º 18/2012. Este regulamento obriga o Governo aos níveis nacional e local a descentralizar e implementar o Plano Nacional de Ação para a Alimentação e Nutrição.

O Plano Nacional de Ação para a Alimentação e Nutrição (2011-2015) foi formulado recorrendo à abordagem dos cinco pilares, a saber:

- melhorar o estado nutricional da comunidade;
- aumentar a acessibilidade aos alimentos;
- melhorar a qualidade e a segurança dos alimentos;
- promover um comportamento saudável; e
- reforçar a institucionalização da alimentação e da nutrição.

O próximo Plano Nacional de Ação para a Alimentação e Nutrição de 2015-2019 está em vias de ser desenvolvido com componentes multissetoriais que refletem tanto a subnutrição como a supernutrição. Inclui uma definição clara dos papéis de todos os atores envolvidos em intervenções específicas e sensíveis à nutrição.

O Plano Nacional de Ação para a Alimentação e Nutrição (2011-2015) proporciona atualmente o Quadro Comum de Resultados para que todos os atores na Indonésia alinhem o seu apoio. O Plano Regional de Ação para a Alimentação e Nutrição de 2011-2015 foi desenvolvido no total das 34 províncias e reúne os atores ao nível subnacional. **Vários distritos iniciaram a formulação dos seus planos de ação com vista a incluir o Quadro dos "Primeiros 1000 dias de Movimento de Vida".**

O Plano Nacional de Ação para a Alimentação e Nutrição (2015-2019) irá incluir todos os programas desenvolvidos por ministérios/agências, bem como por doadores, agências das Nações Unidas, a sociedade civil e as empresas. Assim que este seja finalizado, será utilizado como referência para as

administrações locais (provinciais e distritais) formularem os seus novos Planos Regionais de Ação para a Alimentação e Nutrição.

A abordagem da plataforma multissetorial do Movimento foi integrada no Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo de 2015-2019. O Governo definiu cinco indicadores (anemia, atraso no crescimento, magreza extrema, obesidade e amamentação exclusiva) como referência para que todos os atores contribuam para a aceleração da melhoria da nutrição. O acompanhamento e a avaliação dos progressos na implementação dos planos de ação estão limitados aos setores do governo. Verifica-se a necessidade de um mecanismo para monitorizar e avaliar os serviços prestados pelos setores não governamentais.

O Governo Central **comprometeu-se a atribuir 5% do orçamento do Estado ao setor da saúde em 2016. Verifica-se também um aumento da dotação orçamental em 2016 para os Ministérios envolvidos em intervenções sensíveis à nutrição (Obras Públicas e Habitação Pública, Educação e Cultura, Agricultura, Planeamento Familiar e Capacitação de Género).**

O Regulamento Governamental n.º 39 do ano de 2006 relativo ao Procedimento de Monitorização e Avaliação do Plano de Desenvolvimento obriga todos os ministérios/agências a apresentarem relatórios sobre a utilização do orçamento

atribuído. Portanto, o tipo de despesa incorrida pode ser identificado em conformidade.

O Governo possui um plano orçamental de longo prazo, tal como indicado no Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo de 2015-2019; no entanto, os doadores e as empresas ainda não contam com um plano de financiamento plurianual. O levantamento do orçamento e o acompanhamento financeiro das atividades relacionadas com a nutrição entre as agências governamentais já foi realizado e os relatórios aos setores não governamentais ainda estão em curso.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

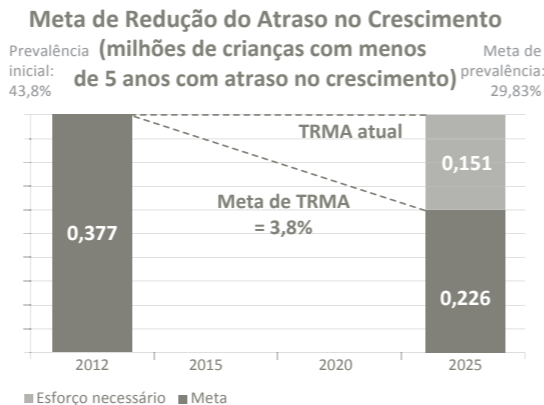


Laos

Data de adesão:
Abril de 2011

Destaques

- A Estratégia Nacional da Nutrição de 2025 e o Plano de Ação de 2016-2020 estão a ser analisados e atualizados com vista a dar prioridade à nutrição através de uma abordagem de programação convergente.
- Os Quadros Comuns de Resultados serão finalizados até ao final de 2015 com um plano de ação, um quadro lógico e um plano de monitorização e avaliação.
- O Comité Nacional de Nutrição constitui a plataforma multissetorial, apoiada por um secretariado funcional que visa assegurar a continuidade do aumento do investimento na nutrição, estabelecendo todos os acordos institucionais e modalidades necessárias para abordar os problemas associados à segurança alimentar e nutricional.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	43,8%
Baixo peso à nascença:	14,8%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	40,4%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	6,4%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,0%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	31,0%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



Fundado em julho de 2013, o Comité Nacional de Nutrição constitui a plataforma multissetorial da RDP Laos. O Comité Nacional de Nutrição é liderado pelo Vice-Primeiro-Ministro, o que é um testemunho do compromisso de alto nível para com a melhoria da nutrição para o povo do Laos. Este organismo reúne representantes de quatro ministérios, setores, departamentos e agências. O Comité Nacional de Nutrição é apoiado por um Secretariado funcional alojado no Departamento de Promoção da Higiene e da Saúde do Ministério da Saúde.

O Comité Nacional de Nutrição reúne-se trimestralmente, sob a égide da equipa liderada pelo Governo e do Grupo de Trabalho Técnico Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional. As reuniões contribuem para garantir uma coordenação e colaboração eficazes no âmbito da alimentação e nutrição ao nível nacional.

A nível descentralizado: foram estabelecidos três Comités Provinciais de Nutrição e seis Comités Distritais de Nutrição. A RDP Laos visa expandir o mecanismo da plataforma multissetorial a outras províncias e distritos a fim de melhorar a coordenação da programação da nutrição a todos os níveis para alcançar as populações mais vulneráveis.

O Grupo de Nutrição dos Parceiros de Desenvolvimento é composto por quase 28 representantes das agências das Nações Unidas (ONU), dos doadores e das organizações da sociedade civil. A UNICEF e a União Europeia são os dois organismos convocadores do Grupo de Nutrição dos Parceiros de Desenvolvimento. A Aliança da Sociedade Civil SUN na RDP Laos constitui um membro ativo e de longa data da plataforma multissetorial.



A programação da nutrição é regida por dois documentos políticos: a Estratégia Nacional da Nutrição e Plano de Ação de 2010-2015 e a Política Nacional de Nutrição de 2020.

Na medida em que a estratégia atual caduca em 2015, os atores estão em vias de desenvolver a Estratégia Nacional de Nutrição de 2025 e o Plano de Ação de 2020. A componente da estratégia está a ser desenvolvida com vista a dar prioridade à nutrição recorrendo a uma abordagem de programação convergente e baseia-se nas lições retiradas de um projeto-piloto em três províncias-alvo e seis distritos. A componente do plano de ação da Estratégia Nacional de Nutrição de 2025 e Plano de Ação termina em 2020, uma vez que serão desenvolvidos em consonância com o Plano Nacional Quinquenal de Desenvolvimento Socioeconómico VIII, que termina em 2020.

Outras políticas e estratégias relevantes em termos de nutrição incluem as seguintes:

- **Estratégia de Desenvolvimento Agrícola e Rural de 2015-2025;**
- **Estratégia de Saúde Materna, Neonatal e Infantil de 2016-2025;** e
- **Estratégia de Água e Saneamento.**

Têm sido envidados esforços numa série de políticas de subnível e instrumentos jurídicos, como a monitorização do Código de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, a legislação de proteção da maternidade, diretrizes relativas à alimentação de lactentes e crianças pequenas, a divulgação integrada e diretrizes relativas aos suplementos de multimicronutrientes. Estão a ser ponderados os requisitos legais e políticos para o enriquecimento de alimentos industriais em grande escala.



A nova Estratégia Nacional de Nutrição de 2025 e Plano de Ação constituirá o principal documento de orientação para a política e programação de nutrição e constitui o Quadro Comum de Resultados. Todos os grupos de atores envolvidos no Comité Nacional de Nutrição confirmaram o seu empenho em contribuir para o seu desenvolvimento. A Estratégia Nacional de Nutrição de 2025 e o Plano de Ação serão finalizados no final de 2015, com uma matriz lógica, um plano de ação construído em torno da matriz e um plano de monitorização e avaliação. Foram criadas task forces dedicadas para apoiar o desenvolvimento de três grandes setores: saúde e água, saneamento e higiene;

educação; e agricultura. As task forces irão também apoiar a integração do Quadro Comum de Resultados nos planos setoriais relevantes com objetivos e metas sensíveis à nutrição.

A nutrição foi racionalizada e integrada no planeamento setorial para a saúde, a educação e a agricultura. Estes setores estão atualmente a elaborar os seus planos setoriais quinquenais para 2016-2020 e, devido à natureza multissetorial da abordagem convergente, os parceiros chegaram a acordo quanto a um pacote de monitorização conjunta desenvolvido através de ferramentas utilizadas pelo Fundo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio e por unidades de programas de monitorização conjunta da ONU.



Foram conduzidos em 2013 um exercício de orçamentação preliminar, uma análise de custo-benefício e uma modelização para a Estratégia Nacional da Nutrição de 2025 e Plano de Ação pela ONU, que incluía as recomendações sobre o desenvolvimento da Estratégia Nacional da Nutrição de 2025 e Plano de Ação.

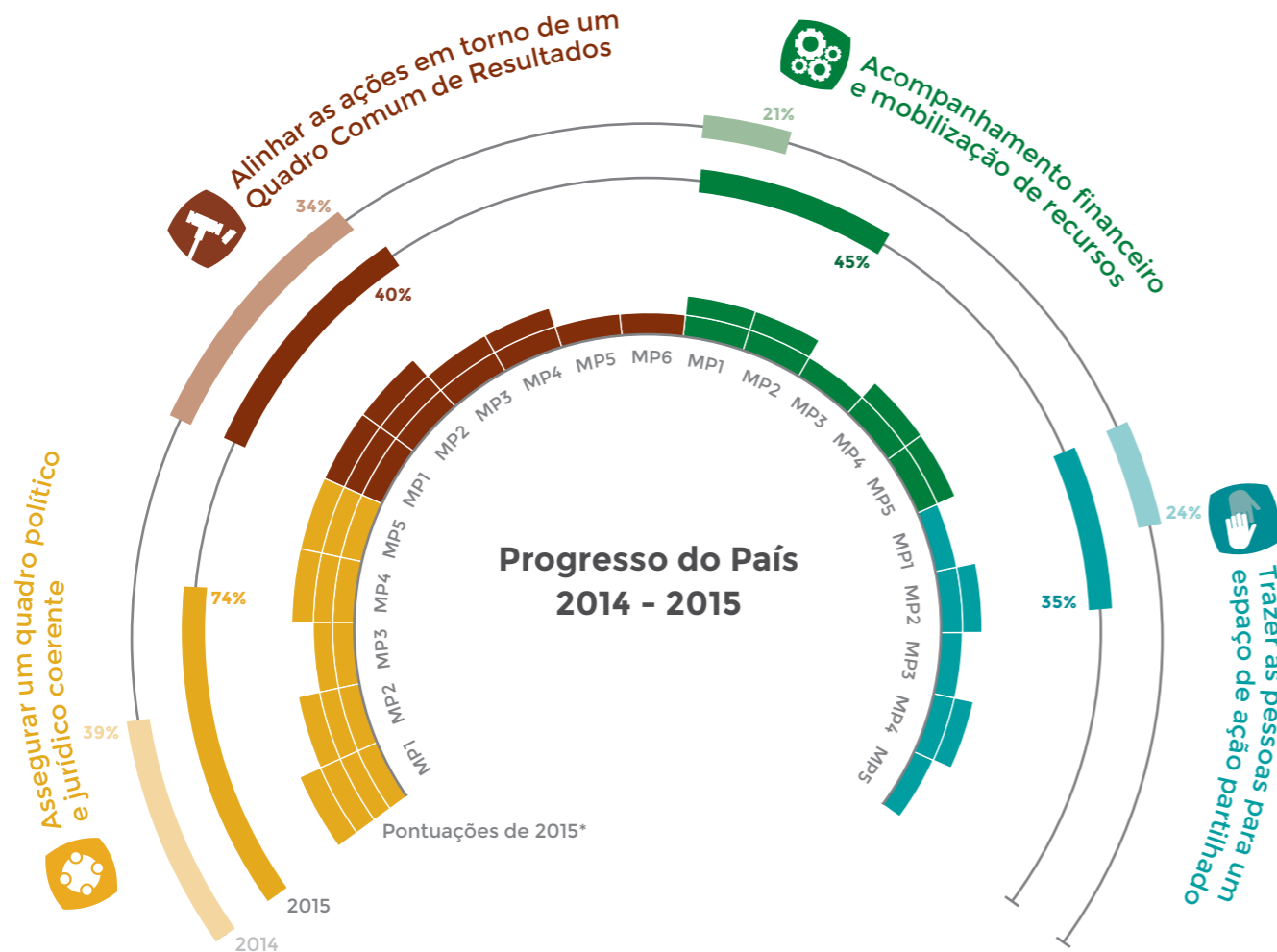
A orçamentação das intervenções de saúde enquanto parte do desenvolvimento da Estratégia Nacional da Nutrição de 2025 e Plano de Ação é atualmente apoiada pela MQSUN. A orçamentação detalhada das intervenções de saúde do plano de ação operacional (Estratégia Nacional da Nutrição de 2025 e Plano de Ação) e o reforço de capacidades dos funcionários

locais para os exercícios de orçamentação de ingredientes serão apoiados pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O acompanhamento e a contabilização do financiamento da nutrição é de alta prioridade para a RDP Laos e os seus parceiros estão empenhados em fornecer apoio para encontrar as soluções mais adequadas ao contexto do país.

O **Ministério da Saúde comprometeu-se a atribuir uma dotação de 340.000 dólares para o aprovisionamento de recursos para a nutrição em 2015. A totalidade dos principais doadores anunciou compromissos financeiros para a nutrição e os recursos serão disponibilizados após a finalização da Estratégia Nacional da Nutrição de 2025 e Plano de Ação.**

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

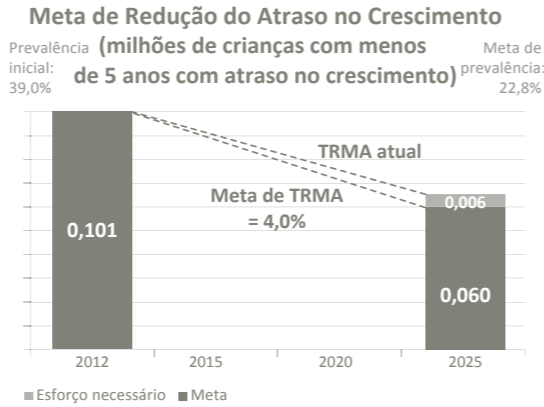
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Destaques

- Existe um "Plano de Ação Intersectorial para a Nutrição" nacional abrangente, multissetorial e multiatores, que funciona como o Quadro Comum de Resultados e estabelece o papel dos vários atores na implementação do programa de nutrição. Este quadro inclui um quadro de monitorização e avaliação, ferramentas de relato padrão e um plano de implementação.
- King Letsie é atualmente o defensor da nutrição da União Africana.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	39,0%
Baixo peso à nascença:	9,3%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	53,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	3,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	7,3%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	26,8%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



O Gabinete de Coordenação da Alimentação e Nutrição, alojado no Gabinete do Primeiro-Ministro, está mandatado para proporcionar uma orientação política visionária, orientação técnica, coordenação, supervisão, monitorização e avaliação e mobilização de recursos para programas de alimentação e nutrição. Este organismo é também responsável por coordenar a implementação da Política Nacional de Nutrição (atualmente em fase de redação). O Gabinete de Coordenação da Alimentação e Nutrição reúne vários setores governamentais, Organizações Não Governamentais e parceiros

de desenvolvimento e está organizado em quatro equipas de trabalho multissetoriais: equipa técnica da nutrição; subcomité de política; subcomité de investigação; e uma task force para os micronutrientes. O Lesoto ainda não estabeleceu parcerias com empresas, mas reconhece que estas têm um papel crucial a desempenhar em iniciativas de sensibilização benéficas para intensificar os esforços orientados para a nutrição. O Lesoto agendou uma reunião de sensibilização com vários atores a realizar em 2015 a fim de sensibilizar os atores para os Princípios do Movimento SUN.



Foi realizada uma análise aprofundada das políticas e programas relevantes para a nutrição existentes antes do desenvolvimento da política nacional de nutrição, a qual foi redigida. A nutrição foi integrada numa série de políticas, incluindo as Diretrizes Estratégicas e Políticas para a Segurança Alimentar do Lesoto (2003), a Política Nacional

para o VIH e a SIDA, a Estratégia para o Setor da Agricultura e o Documento Estratégico de Redução da Pobreza, o qual foi adotado em conjunto com a Visão Nacional 2020. Várias leis relevantes para a nutrição foram redigidas nos Ministérios da Saúde e do Comércio relativas a normas nas áreas da saúde, da segurança alimentar e da alimentação.



Um Plano Nacional de Ação para a Segurança Alimentar (2007-2017) apoia a melhoria do planeamento e da implementação de atividades relacionadas com a alimentação e a nutrição desenvolvidas pelos ministérios competentes com a coordenação do Gabinete de Coordenação da Alimentação e Nutrição e o apoio de várias agências das Nações Unidas e das ONG.

Com o apoio técnico dos parceiros de desenvolvimento, todos os atores nacionais relevantes foram consultados em 2014 com o objetivo de elaborar um "Plano de Ação Transversal

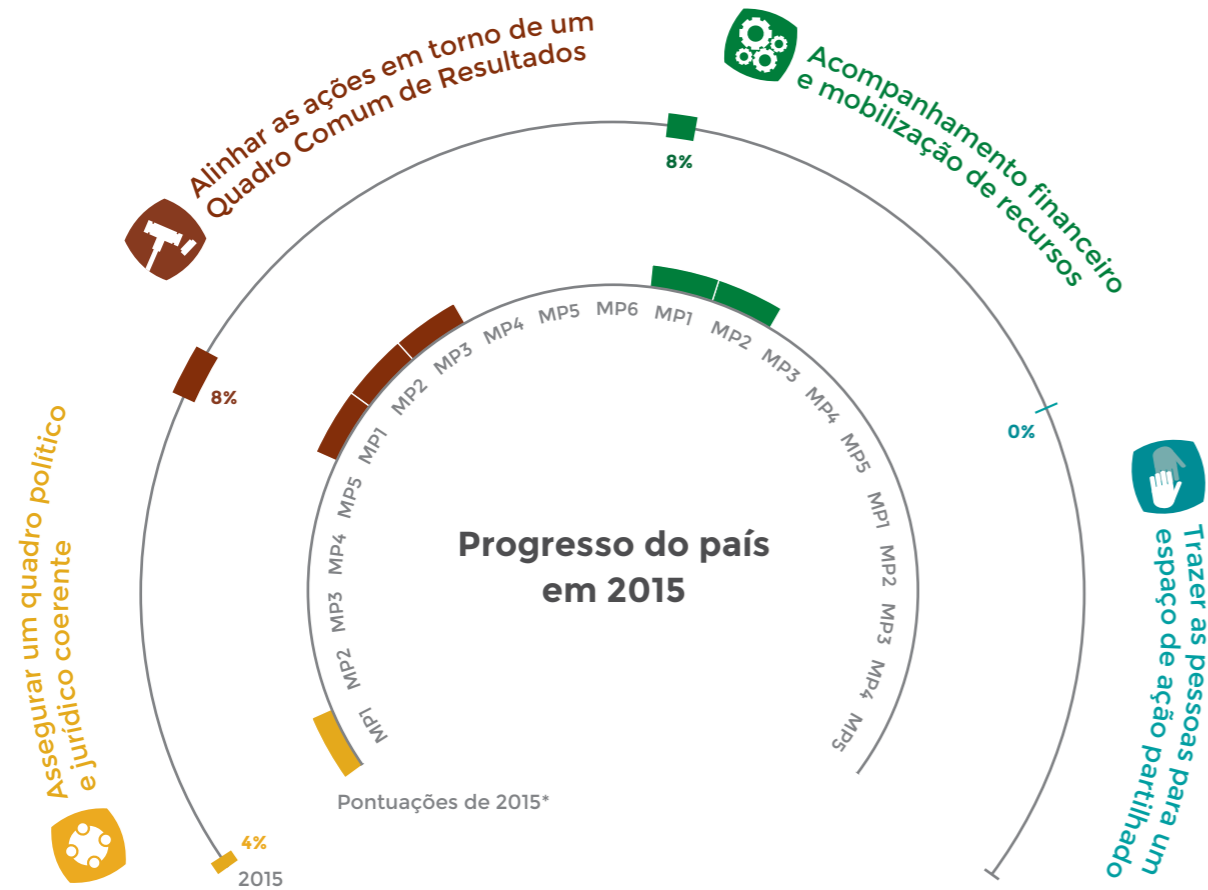
para a Nutrição" que possui muitas das características de um quadro comum de resultados. Trata-se de um plano nacional de nutrição totalmente abrangente, com uma abordagem multissetor à implementação de programas de nutrição por parte de diferentes atores. O Plano de Ação Transversal para a Nutrição descreve claramente de que forma os programas podem ser alinhados com as políticas nacionais relevantes para a nutrição e estabelece o papel de vários atores. Inclui também um quadro de monitorização e avaliação e ferramentas de relato normalizadas.



O custo do Plano de Ação Transversal para a Nutrição não foi calculado, o que tem impedido a mobilização de recursos. O Exercício de Análise do Orçamento de 2015 realizado este ano revelou que existem dotações orçamentais significativas para a nutrição, embora a sua repartição não permita obter estimativas fiáveis da quota atribuída à nutrição. O Ministério da Saúde, com o apoio da Clinton Health Access Initiative, realiza o levantamento anual

dos recursos financeiros, o qual compara despesas e previsões de informações orçamentais entre governos e parceiros de desenvolvimento a fim de identificar o nível de recursos disponíveis. Este levantamento pode ser aperfeiçoado a fim de captar melhor as dotações sensíveis à nutrição. Finalmente, em breve o Lesoto dará início a um Estudo sobre o Custo da Fome em África com vista a mobilizar fundos.

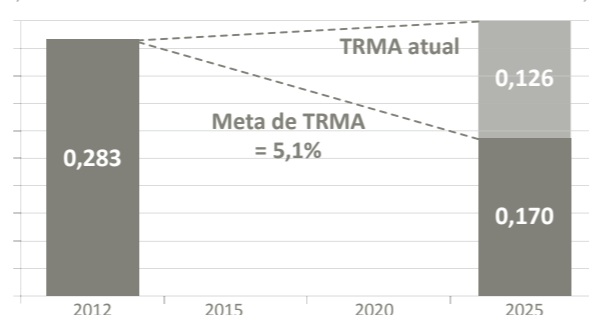
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Meta de Redução do Atraso no Crescimento

Prevalência inicial: 41,8% (milhões de crianças com menos de 5 anos com atraso no crescimento) Meta de prevalência: 21,7%



■ Esforço necessário ■ Meta

Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	32,1%
Baixo peso à nascença:	9,7%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	55,2%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	5,6%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,2%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	49,3%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Destaques

- A nutrição foi integrada nas políticas de crescimento e desenvolvimento económicos, de redução da pobreza, de alimentação e agricultura, saúde, educação e desenvolvimento social.
- A estratégia de redução da pobreza de 2012 coloca a nutrição como uma prioridade nacional e na agenda global de desenvolvimento.
- O Programa de Investimento para a Agricultura (derivado do CAADP) inclui uma componente específica sobre alimentação e nutrição com vista a alcançar a produção de alimentos nutritivos e a provisão de suplementos nutricionais.

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



A Libéria integrou o Movimento SUN em 2014 e, embora ainda não tenha sido criada uma plataforma multiator, a Divisão de Nutrição do Ministério da Saúde e do Bem-Estar Social (MSBES) iniciou o processo de convocação de todos os setores e de vários grupos multiatores para abordar os problemas da nutrição. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) está a funcionar como um mediador de doadores temporário.

Antes da epidemia do Ébola, o MSBES enviou uma carta ao Presidente da Libéria solicitando o seu aval à criação de um

Secretariado do Movimento SUN e à nomeação de um ponto focal e de um mediador de doares embora as **atividades tenham paralisado devido à epidemia do Ébola e ao estado de emergência. Assim que a situação do Ébola melhorou, o MSBES revitalizou o seu compromisso com a criação de um secretariado nacional e a nomeação de um Ponto Focal SUN no Governo. As principais prioridades para a nutrição na Libéria incluem a redução do atraso no crescimento, o reforço das intervenções específicas da nutrição, bem como a integração e o alargamento das intervenções sensíveis à nutrição.**



A Estratégia Alimentar e Nutricional multissetorial, desenvolvida em 2010, está em consonância com a Política Nacional de Nutrição desenvolvida em 2009. Esta identifica as prioridades nacionais que devem ser abordadas de forma harmonizada para garantir a segurança alimentar e a boa nutrição de todos os liberianos. A nutrição foi integrada nas políticas de crescimento e desenvolvimento económicos, de redução da pobreza, de alimentação e agricultura, saúde, educação e desenvolvimento social, as quais incluem:

- **A estratégia de redução da pobreza de 2012, que atribui à nutrição o estatuto de prioridade nacional e a coloca na agenda global de desenvolvimento.**
- **O Programa de Investimento para a Agricultura (derivado do CAADP). Este inclui uma componente específica em matéria alimentar de nutrição com vista a alcançar a produção de alimentos nutritivos e a provisão de suplementos nutricionais.**

Existem documentos e planos sensíveis à nutrição, assim como recomendações para rever e consolidar as políticas e as estratégias alimentares e nutricionais.

A situação do Ébola, e não só, foi identificada como um óbice ao progresso no terreno e ao ritmo a que se esperava que estes almejados compromissos fossem honrados. A finalização destes documentos deveria ter feito parte das prioridades planeadas entre os setores.

A estratégia nacional de Segurança Alimentar e Nutricional foi revista pelo Ministério da Agricultura e o **Ministério da Educação desenvolveu um projecto de estratégia para a Saúde e Nutrição Escolares que será revisto pelo governo e pelos atores relevantes.**



Todos os setores têm quadros de execução e relato diferentes. Encontra-se em curso o processo de um quadro comum de relato; entretanto, a Divisão de Nutrição do MSBES está atualmente a coordenar os relatórios de atividades dos ministérios da tutela e dos parceiros através de reuniões mensais de Coordenação do Grupo Nacional para a Nutrição.

O Ministério da Educação e o MSBES estão a conduzir o processo de harmonização de todos os planos para abordar a malnutrição. O MSBES já está envolvido no processo de desenvolvimento de um plano de implementação da nutrição multissetorial e nacional que integre plenamente as intervenções específicas da nutrição e as ações sensíveis à nutrição.

As intervenções nutricionais têm feito parte do pacote essencial de serviços desde 2011 e a redução do atraso no crescimento continua a ser a principal prioridade nacional. A fim de reduzir a taxa de atraso no crescimento, está a ser implementado em cinco das 15 províncias da Libéria um conjunto de Ações Essenciais para a Nutrição (AEN). **Os parceiros da nutrição estão proativamente envolvidos no desenvolvimento de planos de emergência para continuar a apoiar estas províncias na sequência da epidemia do Ébola. A Libéria possui planos para intensificar as AEN nas outras dez províncias.**

A formação no âmbito das EAN incluiu todos os profissionais de saúde e voluntários das comunidades.



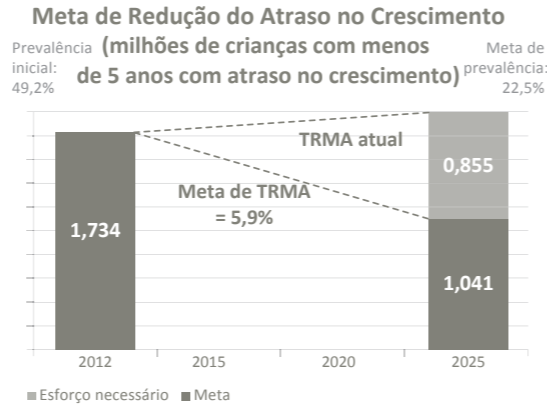
O governo da Libéria está empenhado em controlar os recursos internos e externos mobilizados para a nutrição. **Foi acordado que todos os setores desenvolverão um plano orçamentado para a nutrição.**

Madagáscar

Data de adesão:
Fevereiro de 2012

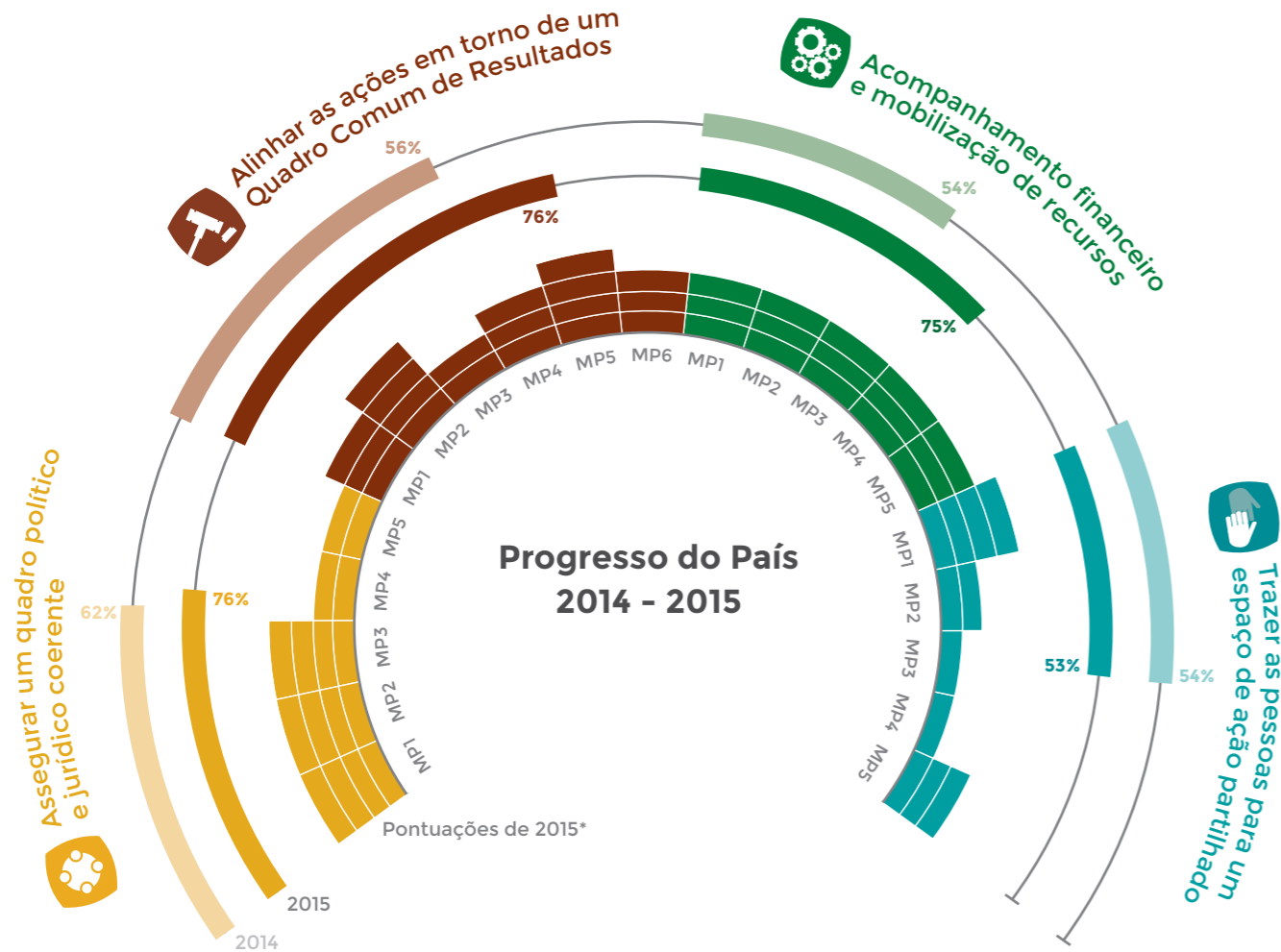
Destaques

- Funcionam em todas as regiões de Madagáscar Gabinetes Regionais da Nutrição (GRN) e Gabinetes Regionais de Acompanhamento e Avaliação (GRAA) que ajudam a coordenar as intervenções e a monitorizar a implementação. As "Aldeias de Nutrição" nas 22 regiões ajudam a demonstrar a necessidade de intervenções multissetoriais e a reunir os atores de diferentes setores. As atividades de sensibilização são realizadas a nível familiar e local.
- Existe uma rede ativa de mulheres deputadas que defendem a nutrição.
- A nutrição está incluída no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2015-2019) e no respetivo plano de implementação (PI).



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	49,2%
Baixo peso à nascença:	12,7%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	50,7%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	-
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	-
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	31,8%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O governo malgaxe criou o Gabinete Nacional da Nutrição para coordenar as ações de intervenção na luta contra a malnutrição. Este está ligado ao gabinete do Primeiro-Ministro e aos seus representantes, os Gabinetes Regionais da Nutrição, nas 22 regiões de Madagáscar. O Conselho Nacional de Nutrição (CNN) é uma plataforma multiator e multissetorial para a nutrição presidida pelo Primeiro-Ministro. É composto por vários ministérios e deputados, doadores, parceiros técnicos e financeiros e ONG. O CNN supervisiona o Gabinete Nacional da Nutrição (GNN). **Cada departamento ministerial presta contas através da sua cadeia de comando.**

As Nações Unidas e as plataformas da sociedade civil (HINA) estão operacionais. O setor privado e as plataformas de

investigação estão a conduzir atualmente a validação dos respetivos termos de referência.

Foi organizada uma mesa redonda para o setor da nutrição a fim de **reafirmar o compromisso dos doadores e do governo para com a nutrição.**

O governo, as Nações Unidas e a sociedade civil estão a participar sistematicamente nas reuniões do grupo para a nutrição.

Foi elaborado e divulgado um mapa de ações de intervenção e dos intervenientes responsáveis.

A Política Nacional de Nutrição remonta a 2004 e foi dividida em Planos Nacionais de Ação em Nutrição (PNAN I de 2004 a 2009 e PNAN II para o período de 2012 a 2015). **Estes documentos são usados como um quadro de referência para os atores.**

Existe presentemente legislação nacional sobre o enriquecimento de alimentos, a iodização do sal e a proteção da maternidade. No entanto, o decreto de implementação do código nacional sobre substitutos do leite materno não foi aplicado.

A nutrição está relativamente bem integrada nas políticas setoriais e **especialmente no Plano Setorial para a Agricultura, a Pecuária e a Pesca (PSAEP) 2015-2025.** Contudo, Madagáscar iniciou um processo de elaboração/atualização de diretivas sobre a integração da nutrição nas políticas setoriais a fim de orientar a sua execução.

Integração da nutrição no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND 2015-2019) e no respetivo Plano de Implementação (PI).

O PNAN II abrange o período de 2012 a 2015 e está a ser atualmente implementado. Beneficia de um plano de implementação e de um plano de monitorização e avaliação elaborado numa base colegial. **Inclui os planos setoriais dos ministérios, dos doadores e das ONG.**

O PNAN II inclui cinco prioridades estratégicas: prevenção e gestão da malnutrição, melhoria da segurança alimentar e nutricional e eficiência da coordenação em matéria de nutrição. O PNAN II norteia-se pela abordagem dos 1000 dias.

Está em curso um processo de avaliação do PNAN II.

Os grupos de acompanhamento e avaliação regionais (GAAR) estão atualmente operacionais, permitindo que a implementação do PNAN II seja monitorizada.

Coordenação das intervenções dos atores pelo GNN, incluindo, nomeadamente, a criação de "aldeias de nutrição" nas 22 Regiões.

O PNAN II e o PI foram orçamentados e inscritos no orçamento de Estado. Foram calculados os défices de financiamento que revelaram que o financiamento da nutrição se encontra muito abaixo do nível considerado necessário para atingir os objetivos do PNAN II. **Tal deve-se à falta de informação sobre os recursos disponíveis para os vários atores operacionais envolvidos e à não libertação de fundos por parte do Estado. O GNN elaborou orientações para a monitorização financeira, mas as opiniões da totalidade dos intervenientes ainda não foram processadas.**

A nutrição em Madagáscar foi integrada na lei das finanças e é apoiada por uma rubrica do orçamento do Estado e pelo Programa de Investimentos Públicos (PIP).

O plano de implementação do PND (2015-2019) foi orçamentado.

Integração da nutrição no 11.º FED (Fundo Europeu de Desenvolvimento).

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

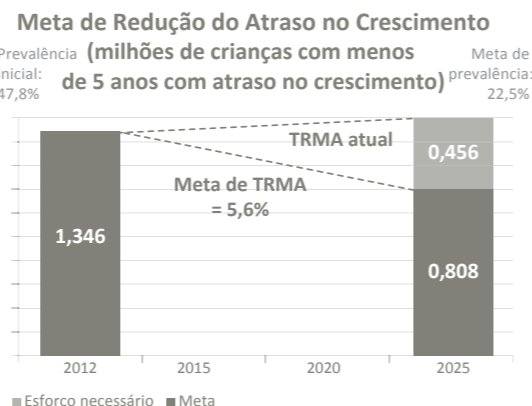
Traz as pessoas para um espaço de ação partilhado

Malawi

Data de adesão:
Março de 2011

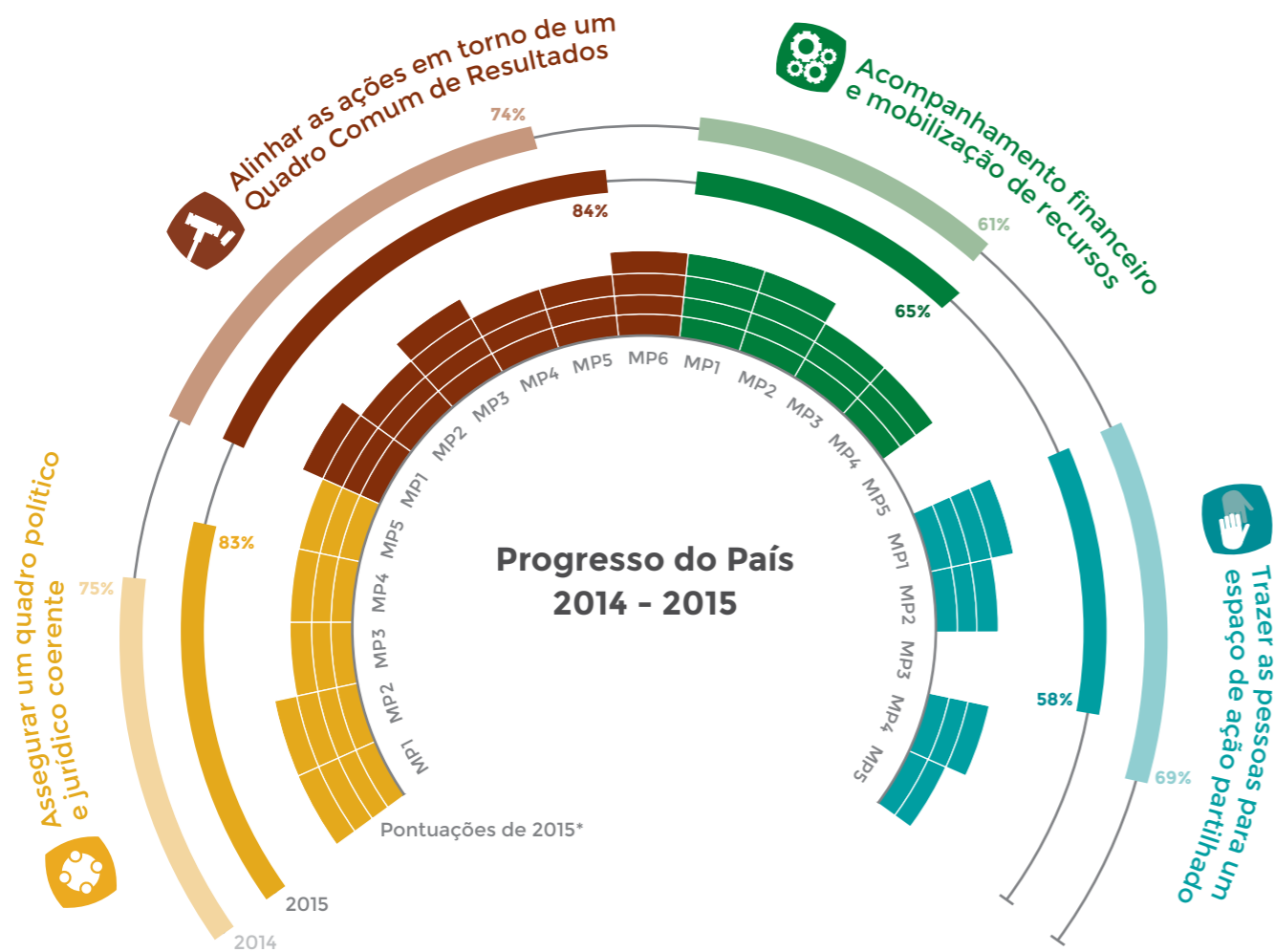
Destaques

- Está implementado o Quadro Nacional de Monitorização e Avaliação, alinhado com a Política e o Plano Estratégico Nacionais para a Nutrição, com indicadores claramente definidos. Foi desenvolvida uma base de dados em linha que liga o nível distrital ao nível nacional para garantir o relato em tempo útil.
- Foi desenvolvido um sistema eletrónico de acompanhamento financeiro com um dashboard para permitir controlar os recursos atuais e focar áreas de doadores. Este facultará igualmente projeções previsionais e identificará lacunas de recursos.
- O Departamento de Nutrição, VIH e SIDA realiza Revisões Conjuntas Multissetoriais Anuais sobre nutrição que reúnem os atores aos níveis distrital e nacional para analisar o progresso realizado e elaborar planos para os anos seguintes.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	42,4%
Baixo peso à nascença:	12,9%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	70,2%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	3,8%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	5,1%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	28,8%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a pág. 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

No Malawi, a Comissão Nacional de Nutrição (CNN) é o órgão de mediação para a coordenação das ações de fomento da nutrição. A CNN presta orientação técnica sobre a implementação da Política e do Plano Estratégico Nacionais para a Nutrição (PPENN) em todos os setores relacionados.

Esta plataforma multiator (PMA) tem correspondência a nível descentralizado, incluindo Comissões Distritais de Coordenação da Nutrição com pontos focais distritais para a nutrição, Comitês de Desenvolvimento de Aldeia e grupos de Líderes Comunitários para a Ação em Nutrição.

Outras estruturas de coordenação política de alto nível estabelecidas para a nutrição incluem o Comitê do Governo, a Comissão Parlamentar, o Comitê de Secretários Principais e o Comitê de Parceiros de Desenvolvimento do Governo.

O Departamento de Nutrição, VIH e SIDA (DNVS) está mandatado para liderar a integração da nutrição nos ministérios da tutela

da Saúde, Agricultura, Género, Informação, Educação Cívica e Governo Local para garantir a coordenação multissetorial.

Os Termos de Referência (TdR) do grupo de Doadores sobre Segurança Nutricional (DoNutS) foram redefinidos a fim de harmonizar o trabalho dos parceiros de desenvolvimento para apoiar melhor os esforços nacionais. A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional preside ao grupo, em que a Irish Aid foi nomeada mediadora de Doadores.

A Rede das Nações Unidas (ONU) é fundamental na implementação de planos nacionais para os distritos a fim de garantir a cobertura dos mais vulneráveis.

A Aliança da Sociedade Civil no Malawi (CSONA) desempenha um papel de liderança no apoio aos esforços nacionais, através de ações de diálogo e defesa relevantes. A organização Concern Worldwide apoia o Secretariado da CSONA.

Parceiros do setor privado têm estado ativos através da National Fortification Alliance.

O PPENN (2007-2015) consagra a política e plano estratégico globais para o Malawi. **O PPENN acaba de ser revisto e aguarda aprovação para ser divulgado.**

A nutrição foi posicionada como uma prioridade na Estratégia de Crescimento e Desenvolvimento do Malawi (ECDM) I e II que a torna uma das áreas de investimento prioritárias do governo. **Estão em curso esforços para manter o foco na nutrição e incluí-la na ECDM III.**

Outros documentos estratégicos que facilitam a operacionalização do PPENN e da ECDM incluem:

- Estratégia Nacional de Micronutrientes,
- Estratégia Nacional de Educação e de Comunicação Nutricionais (ENECN),
- Gestão Comunitária de Gestão da Malnutrição Aguda (GCGMA),
- Cuidados Nutricionais e Estratégia de Apoio,
- Abordagem Setorial Agrícola (ASA), e
- Política Nacional de Proteção Social.

A Rede das Nações Unidas coordena as suas ações no âmbito do Quadro das Nações Unidas de Assistência ao Desenvolvimento e a política e estratégia do DoNutS e da CSONA encontram-se alinhadas com a agenda nacional para a nutrição. Os parceiros do setor privado não possuem uma política definida própria, mas garantem o cumprimento das diretrizes, regulamentos e normas nacionais.

A Lei do Emprego determina licença por maternidade paga até 12 semanas no setor público e até 8 semanas no setor privado. O Malawi transpôs para a legislação muitas disposições do Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno (SLM) como parte da Lei da Saúde Pública (Capítulo 34:01).

A Lei da Alimentação e Nutrição, que contém orientações sobre uma nutrição adequada, normas para o enriquecimento de alimentos e diretrizes sobre a rotulagem de alimentos, está atualmente em fase de finalização pelo Governo.

O Malawi tem um programa claro e com estratégias específicas alinhados com o PPENN. A ENECN inclui explicitamente uma lista de etapas de implementação das atividades como parte do esforço nacional multissetorial e multiatores, denominado Movimento dos 1000 Dias Especiais do Movimento SUN, que traduz as políticas em ação.

Existe um quadro de monitorização e avaliação a nível nacional com indicadores claramente definidos para orientar a implementação do PPENN. Este já se encontra em vigor em 70% dos distritos.

Para garantir o relato atempado, o governo desenvolveu uma base de dados em linha, que está ligada do nível distrital ao nível nacional. Todos os agentes distritais de monitorização e avaliação receberam formação e apoio em termos dos equipamentos necessários.

O progresso é igualmente acompanhado através do fórum anual de aprendizagem multiatores do Movimento SUN e através de inquéritos de monitorização de rotina, incluindo inquéritos demográficos de saúde e inquéritos de indicadores múltiplos.

O Malawi **desenvolveu um sistema de acompanhamento financeiro em linha com um painel que ajudará a fornecer informações sobre os recursos existentes e previstos provenientes de fontes externas com projeções e lacunas.** O processo está concluído em 80% e foi divulgado aos principais atores da nutrição a nível nacional. As próximas etapas incluem a disseminação do sistema e a formação dos utilizadores finais a todos os níveis. O sistema

de acompanhamento de recursos capta de forma abrangente os compromissos de financiamento dos parceiros e permitirá um maior alinhamento. Este sistema de acompanhamento do financiamento está a ser coordenado com o apoio do DoNutS.

O Malawi também lançou recentemente o relatório sobre o Custo da Fome que é agora usado como uma ferramenta para a mobilização de recursos.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

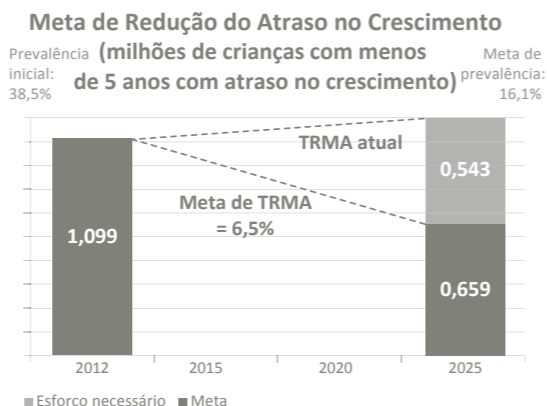
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Destaques

- O Mali tem prosseguido uma abordagem multissetor para combater a malnutrição e estabelecer plataformas locais no Círculo de Yorosso, na região de Sikasso.
- Os atores das Nações Unidas e da sociedade civil estão a alinhar os seus programas com a política nacional de nutrição. Foram estabelecidas três alianças regionais SUN da sociedade civil em Kayes, Sikasso e Ségou.
- A nutrição faz parte do quadro estratégico de crescimento e redução da pobreza de 2012-2017 no Mali.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	38,5%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	-
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	15,3%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,7%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	56,2%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Em retrospectiva: Progressos relatados através do Exercício de Autoavaliação de 2014

59%
Assegurar um quadro político e jurídico coerente

46%
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

50%
Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

40%
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

2014

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



Os órgãos de direção para a Política Nacional de Nutrição (PNN), formalmente adotada em 2014, são:

- o Conselho Nacional de Nutrição (CNN), responsável pelo planeamento e coordenação da PNN;
- o Comité Técnico Intersetorial para a Nutrição (CTIN), responsável pela direção e monitorização da PNN,
- o Secretariado Técnico (ST), encarregado de facilitar e preparar as reuniões do CTIN.

Com o objetivo de reforçar o processo de coordenação, acaba de ser criada uma Unidade de Coordenação da Nutrição (março de 2015), por despacho do Primeiro-Ministro. Esta Unidade de Coordenação da Nutrição deve ser rapidamente dotada de recursos humanos e financeiros, a fim de cumprir a sua função de coordenação a nível nacional e intensificar as suas intervenções.

Foi conduzida uma campanha de reforço de capacidades destinada aos membros do Comité Técnico Intersetorial para a Nutrição.

A abordagem multissetor à nutrição foi operacionalizada no Mali e foram criadas plataformas locais no Círculo de Yorosso. Esta atividade foi realizada com a Universidade de Cornell, como parte da Parceria Africana para a Segurança da Nutrição (PASN), apoiada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e financiada pela União Europeia.

Foi nomeado no Ministério da Saúde um Ponto Focal SUN. No entanto, torna-se necessário um ponto focal político para ir além da coordenação técnica. A participação dos ministérios pode ser melhorada. Reuniões mais regulares e melhor partilha de informações foram dois aspetos identificados como formas de fortalecer o compromisso dos atores.

O Programa Educativo e Comunitário para a Saúde (REACH) está a facilitar a coordenação de quatro agências das Nações Unidas que assinaram um memorando de entendimento.

A sociedade civil está a colaborar no âmbito de uma aliança nacional e de três alianças regionais que foram implementadas.

Têm assento no Comité Técnico Intersetorial representantes de universidades e de estabelecimentos de formação. Foi criado um mestrado em Nutrição e Saúde Pública na Faculdade de Medicina com o apoio financeiro e técnico do projeto PASN/UNICEF.

O setor privado ainda não está organizado no âmbito do Movimento SUN no Mali, mas foram estabelecidos contactos com o Conselho Nacional dos Empregadores para melhorar o envolvimento do setor privado.



A Política Nacional de Nutrição foi oficialmente lançada em junho de 2014. A análise das políticas setoriais realizada com o apoio da Organização Mundial da Saúde (OMS) tornou possível efetuar um balanço da forma como a nutrição é abordada nos diferentes setores. A aliança da sociedade civil conduziu uma análise dos compromissos do governo com a nutrição e do seu plano de monitorização. A aliança reviu e partilhou igualmente a ferramenta de defesa de PERFIS em conjunto com os atores.

A nutrição é uma parte integrante do quadro estratégico de 2012-2017 para o crescimento e a redução da pobreza (QECRP).

Está ainda em desenvolvimento uma estratégia de prevenção da subnutrição crónica.



O plano de ação multissetorial orçamentado foi oficialmente lançado em junho de 2014. Este inclui um Quadro Comum de Resultados que indica claramente quem é responsável pela execução. É imperativo criar um sistema de informação. A ênfase será colocada na divulgação deste Plano.

As Nações Unidas e os atores da sociedade civil comunicam que estão a proceder ao alinhamento dos seus programas com a Política Nacional de Nutrição.

Os programas geridos pelos Ministérios da Saúde e da Agricultura estão em conformidade com os planos e estratégias setoriais, mas a ênfase incide sobre a resposta a situações de emergência.



O Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição foi orçamentado. Já foi financiado um conjunto de atividades, mas ainda não foi realizada uma análise detalhada das lacunas de financiamento. É evidente, porém, que o financiamento para a nutrição é globalmente insuficiente. A mobilização de fundos e o alinhamento dos recursos constituem uma prioridade.

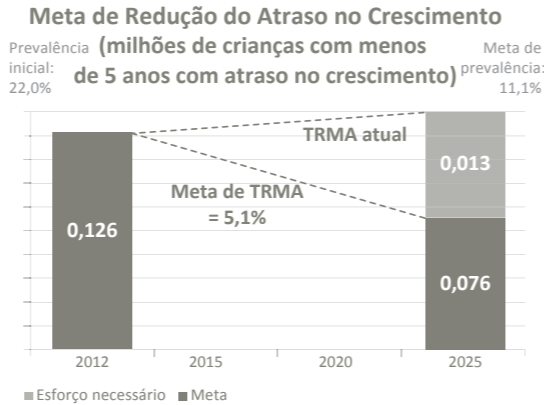
O governo comprometeu-se a financiar a nutrição como uma das suas áreas prioritárias de desenvolvimento. O orçamento carece de discussão com os ministérios envolvidos e tem de ser criada uma rubrica orçamental para nutrição que substitua as rubricas individuais já existentes nos orçamentos setoriais.

Mauritânia

Data de adesão:
Maio de 2011

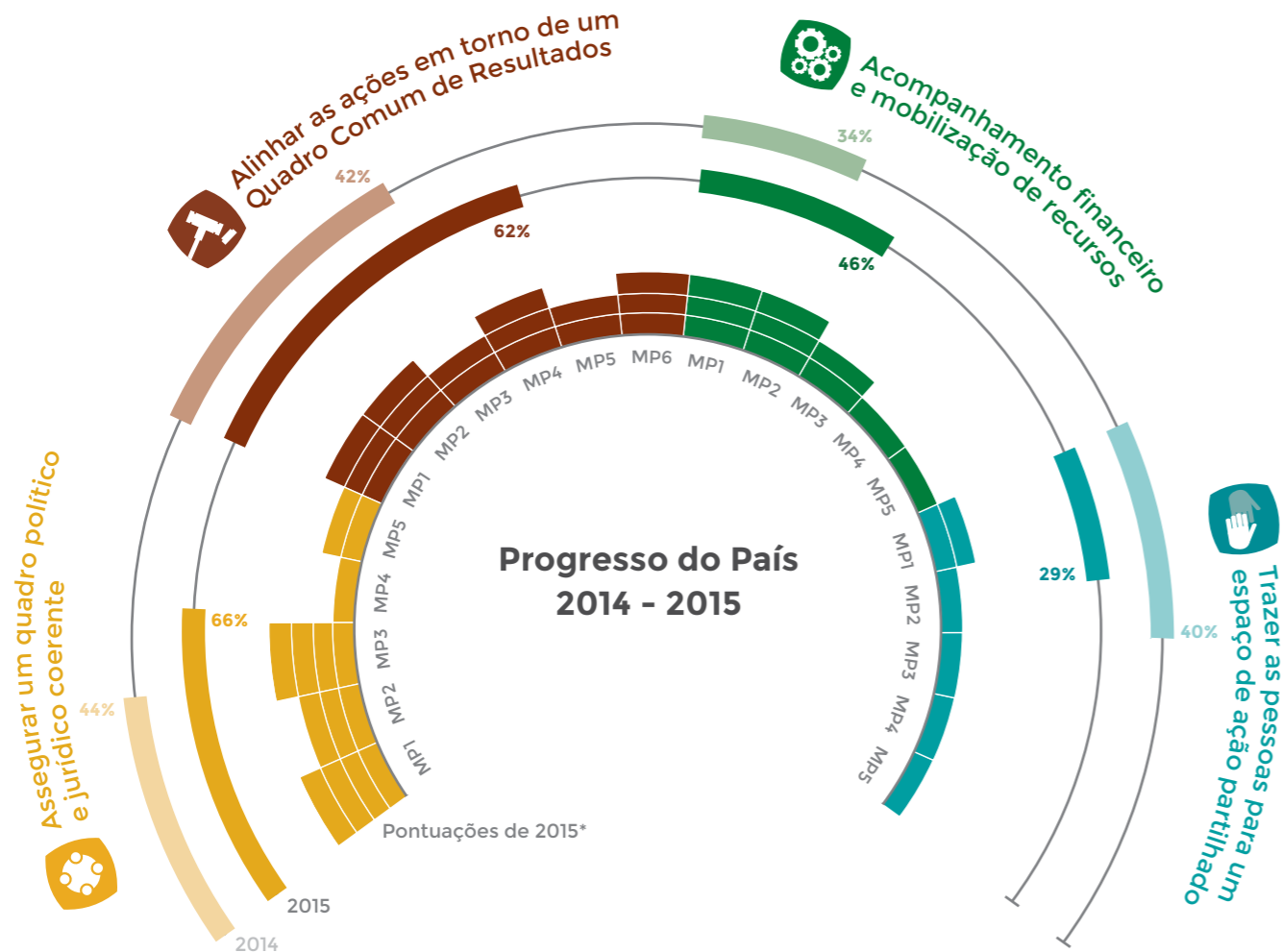
Destaques

- A plataforma política multiatores, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Nutricional, presidido pelo Primeiro-Ministro, foi descentralizada com a sua repartição em "comissões", em 7 das 15 regiões da Mauritânia. Estas reúnem-se regularmente para coordenar e acompanhar as atividades nutricionais, monitorizando a respetiva relação entre setores e ajudando a alcançar um consenso entre os diferentes atores e a supervisionar a mobilização de recursos.
- O projeto de plano de ação intersectorial para a nutrição de 2015-2020, que é o futuro Quadro Comum de Resultados, foi apresentado a dois conselhos de revisão para incorporar contributos de diferentes parceiros e setores.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	22,0%
Baixo peso à nascença:	34,7%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	26,9%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	11,6%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	1,2%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	39,0%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A plataforma multiator e multissetorial é o Conselho Nacional para o Desenvolvimento da Nutrição (CNDN), que foi criado em 2010 e congrega o apoio de uma comissão técnica permanente. O ponto focal do governo é o Diretor-Geral de Política Económica e Estratégias de Desenvolvimento do Ministério dos Assuntos Económicos e do Desenvolvimento. Estas estruturas reúnem todos os ministérios que desempenham um papel na nutrição, as Nações Unidas, ONG e o setor privado, mas os doadores ainda não estão aí representados. **Três regiões criaram recentemente "Comissões de Coordenação para o Desenvolvimento da Nutrição"**. Estas são responsáveis por prestar orientações, coordenar e acompanhar as ações em matéria de nutrição. O número destas estruturas ascende, assim, a sete no total das 15 regiões do país.

Apesar das medidas tomadas pelo governo, os doadores e o setor privado ainda não se encontram organizados em rede. **Os custos associados à presença de um facilitador REACH (desde 2008) são agora assumidos pelo governo e a nutrição foi incluída no documento de planeamento para as agências das Nações Unidas (UNDAF)**. O país está a trabalhar na estrutura de reunir os atores da sociedade civil para melhorar a estrutura das suas ações. O estabelecimento de redes dedicadas ajudaria a melhorar os resultados da plataforma e a assegurar uma melhor participação entre os atores.

O quadro regulamentar para a nutrição inclui o enriquecimento do óleo e da farinha, a iodização universal do sal, uma estratégia de alimentação de lactentes e crianças pequenas, a promoção da licença de maternidade e a Estratégia Nacional de Comunicação para a Alteração de Comportamentos. **Encontra-se em estudo um projeto de Código de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno**. Existe uma política nacional de desenvolvimento da nutrição desde 2006, que deu origem a uma estratégia de mobilização social, defesa e comunicação, cuja atualização se justificaria, e um protocolo nacional de tratamento global da malnutrição grave (PNTGMG).

As políticas e estratégias nacionais e setoriais, na maioria dos setores-chave, como a agricultura e a segurança alimentar, a redução da pobreza, a saúde pública e a proteção social, têm em conta a nutrição. **Estas foram atualizadas e projetam-se a longo prazo, até 2020**. A finalização de diretivas sobre a integração da nutrição nas políticas setoriais deverá melhorar a sua eficácia.

A **prioridade identificada pela Mauritânia para 2015 é finalizar o Plano de Ação Intersectorial para a Nutrição (PAIN), incorporando as observações dos vários setores**. O PAIN para 2015-2020 poderá, assim, incluir algumas intervenções setoriais que contribuam para a nutrição, com a especificação do respetivo calendário, e incluir um sistema de avaliação e seguimento, bem como atividades de reforço de capacidades. Uma vez finalizado, tem de ser validado e orçamentado de forma a funcionar como um quadro comum de resultados.

A **necessidade de uma maior coerência entre os programas, as dificuldades de financiamento e a falta de recursos humanos qualificados foram identificadas como os principais desafios que o PAIN tem de superar**. Deve notar-se que algumas componentes do PAIN foram parcialmente implementadas.

Os programas em curso estão harmonizados com a política nacional de nutrição e são específicos da nutrição ou contribuem para a nutrição (através da proteção social, da água, do saneamento e da higiene).

A maioria dos participantes pretende ver criada uma rubrica orçamental específica para a nutrição no orçamento do Estado e implementado um mecanismo que acompanhe as despesas por setor.

O workshop regional realizado sobre o acompanhamento das dotações orçamentais para a nutrição permitiu encetar o diálogo com diferentes setores governamentais.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

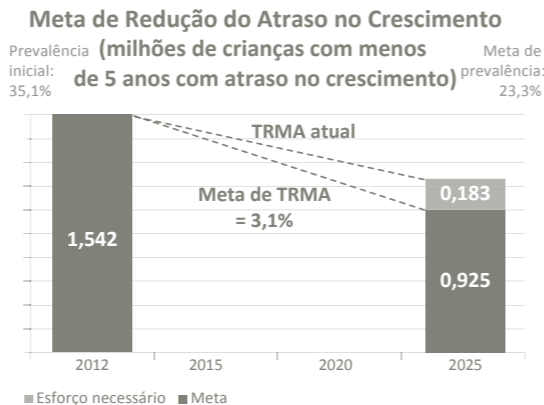
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Mianmar

Data de adesão:
Abril de 2013

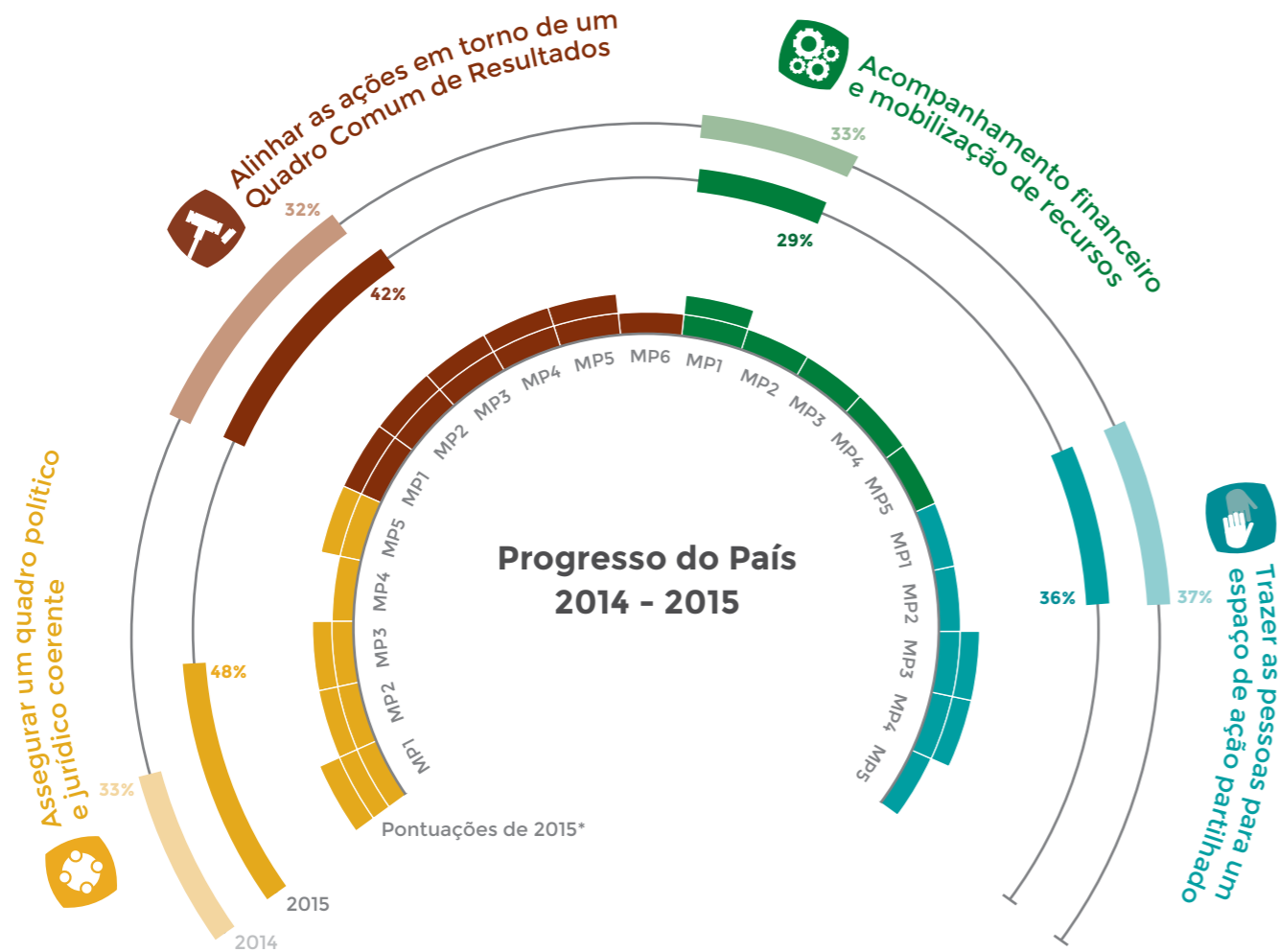
Destaques

- O estabelecimento da Comissão Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional, chefiada pelo Presidente, que persegue o Desafio Fome Zero, será integrado na plataforma multiator do Movimento SUN.
- A nutrição foi destacada no Plano Nacional de Desenvolvimento Integral (2011-2030).
- Foi criado o mecanismo de financiamento multidoadores (Three Millennium Development Goal Fund) para ter um impacto em todo o país sobre a melhoria da saúde materna, neonatal e infantil.
- A Aliança da Sociedade Civil para a nutrição, lançada em 2014, reúne organizações e meios de comunicação social envolvidos na nutrição.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	35,1%
Baixo peso à nascença:	8,6%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	23,6%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	7,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	30,3%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A plataforma multiator (PMA) do Movimento SUN em Mianmar é uma rede que reúne as plataformas nacionais de coordenação, como o Conselho Central de Alimentação e Nutrição (CCAN), o Centro Nacional de Nutrição (NNC), mecanismos subnacionais de coordenação da nutrição e outros intervenientes não-governamentais (agências das Nações Unidas (ONU), organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento e o setor privado).

O NNC reforçou o envolvimento e o diálogo com outros atores-chave, como a Food Drug Administration, a Procuradoria-Geral e a Rede Técnica para a Nutrição de Mianmar (RTNM).

O Presidente criou recentemente o Comité Nacional de Mianmar para a Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) no âmbito dos esforços nacionais para erradicar a fome e a malnutrição. A nova arquitetura do CNSAN apresenta uma oportunidade de impacto sustentado da PMA, integrando e intensificando as iniciativas em curso no país.

A Rede das Nações Unidas é presidida pela UNICEF e está a trabalhar no sentido de reforçar a coerência das Nações Unidas em relação à nutrição. **Estão em curso planos para uma parceria entre o programa REACH da ONU e o governo em agosto de 2015.**

O Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido é o mediador de doadores designado e, juntamente com outros doadores fundamentais, faz parte dos mecanismos de financiamento multidoadores. **Existe um envolvimento bilateral com o setor privado e planos com o governo para o lançamento em 2015 da Rede de Empresas SUN em Mianmar.** A Aliança da Sociedade Civil (ASC) foi lançada no início de 2014 e o número de membros tem vindo a aumentar continuamente ao nível das organizações locais, registando um maior envolvimento da comunicação social na nutrição.

O Plano de Ação Nacional para a Alimentação e Nutrição (PANAN) (2011-2015) foi revisto pelo CNSAN de modo a contribuir para o desenvolvimento de um novo plano nacional multissetorial. O novo Plano Estratégico Nacional de Proteção Social aprovado pelo Presidente dá prioridade à nutrição e inclui disposições relativas às mulheres e às crianças. É dado igualmente destaque à nutrição no Plano Nacional de Desenvolvimento Global (PNDG 2011-2030) e no Plano Estratégico Nacional para a Promoção das Mulheres

(PENPM 2013-2022). A Ordem de Comercialização de Alimentos Formulados para Lactentes e Crianças Pequenas no âmbito da Lei Nacional da Alimentação foi aprovada e, desde março de 2014, a licença de maternidade foi alargada até seis meses para as mães que trabalham no setor público. Além disso, se ambos os pais forem funcionários do governo, estão igualmente estipuladas 2 semanas de licença de paternidade.

O Secretariado do CNSAN, juntamente com vários ministérios (Planeamento Nacional e Desenvolvimento Económico; Agricultura e Irrigação; Pecuária, Pescas e Desenvolvimento Rural; e Saúde), desenvolveu recentemente o novo Plano de Ação Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (PANSAN) multissetorial projetado a 10 anos. O PANSAN representa o Quadro Comum de Resultados (QCR) definido para a nutrição com um quadro de monitorização e avaliação e um conjunto de indicadores-chave definidos.

Os indicadores de nutrição identificados pelo PANSAN foram integrados no Sistema de Informação de Saúde de Mianmar (SISM) e em sistemas de alerta precoce, mas a precisão e a disponibilidade dos dados necessitam de ser fortalecidas.

A nível descentralizado, o Plano Integrado de Nutrição reúne parceiros locais que trabalham em setores-chave da saúde, da agricultura, do saneamento e da proteção social, para alinhar as ações em torno de metas comuns sensíveis à nutrição.

O PANAN foi orçamentado mas, devido a atrasos, os dados foram usados para apoiar o desenvolvimento do novo PANSAN. Embora não exista nenhum mecanismo de acompanhamento financeiro formal da nutrição, o governo está a utilizar ferramentas de planeamento para identificar necessidades de recursos com vista a um reforço. **O CNSAN está a considerar o estabelecimento de um mecanismo formal para os parceiros e atores relatarem e partilharem os seus contributos e despesas com o fomento da nutrição.**

A dotação do orçamento de Estado para suprimentos nutricionais e infraestruturas de saúde aumentou significativamente no último ano. O financiamento externo está a adequar-se a fim de preencher as lacunas do governo.

Os mecanismos de financiamento multidoadores incluem o Three Millennium Development Goal Fund (Fundo 3MDG) e o Livelihoods and Food Security Trust Fund (LIFT). **O Ministério da Saúde tem agora assento no conselho de administração do Fundo 3MDG, o que representa um passo no sentido de ações coordenadas.**

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

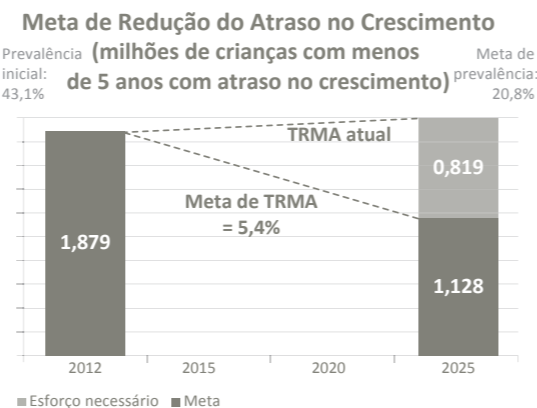
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Moçambique

Data de adesão:
Agosto de 2011

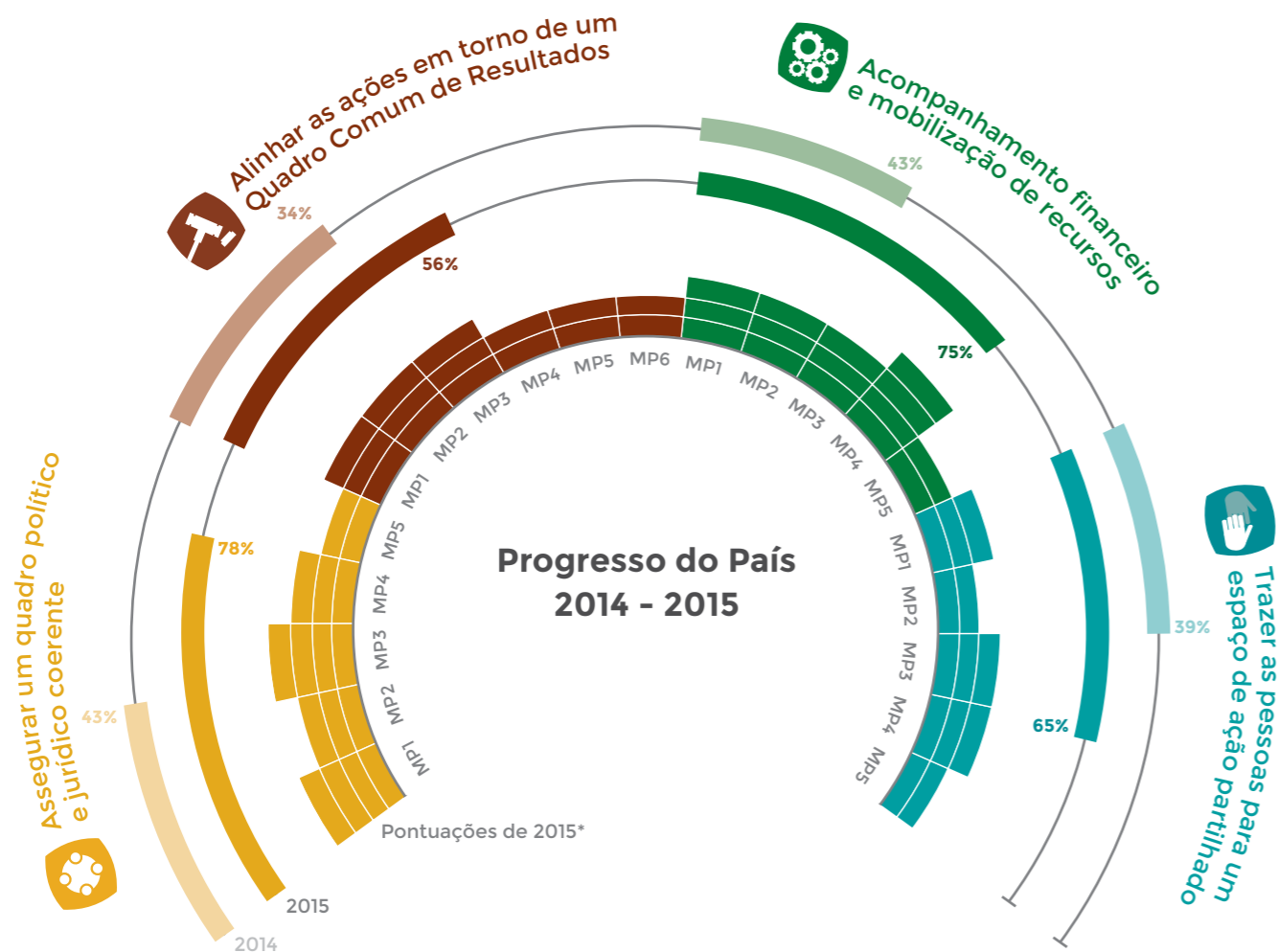
Destaques

- A nutrição foi priorizada no Programa Quinquenal do Governo de Moçambique (2015-2019).
- Moçambique identificou cinco defensores da nutrição que representam diferentes setores - política, sociedade civil, meio académico, setor privado e música/espetáculo.
- O Plano de Comunicação e Defesa no âmbito do Plano de Ação Multissetorial para a Redução da Subnutrição Crónica foi adotado em 2014, sob o lema "Nutrição é Desenvolvimento, um Compromisso com Todos". O plano destina-se aos decisores políticos e visa tornar as suas decisões sensíveis à nutrição.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	43,1%
Baixo peso à nascença:	16,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	42,8%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	6,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	7,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	44,2%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a pág. 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



O Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) é o órgão de coordenação para a nutrição no âmbito do Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar. O Grupo Técnico de Trabalho do Plano de Ação Multissetorial Nacional para a Redução da Desnutrição Crónica (PAMRDC) é o mecanismo de coordenação no âmbito do SETSAN através do qual participam os ministérios da tutela relevantes, incluindo a saúde, a agricultura, o género, a criança e a ação social e a educação.

Foram criados Grupos Técnicos a nível provincial (8 em 11 províncias) e os restantes serão brevemente aprovados.

As redes de diferentes grupos de atores trabalham em estreita coordenação com o SETSAN. A Plataforma da Sociedade Civil (PSC) é coordenada pela Associação para a Segurança Alimentar

e Nutricional (ANSA) e pela Helen Keller International (HKI) com **redes estabelecidas em três principais regiões do país. O Fórum de Parceiros da Nutrição (FPN) é composto por organismos doadores e por agências das Nações Unidas (ONU) e é presidido pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e copresidido pela Irish Aid.** O programa REACH da ONU reúne agências das Nações Unidas para apoiar a implementação do PAMRDC. A Aliança Global para a **Melhoria da Nutrição e o Programa Alimentar Mundial estão a facilitar a implementação de uma Rede de Empresas.**

Além das redes, Moçambique identificou Defensores da Nutrição que representam diferentes setores, incluindo a Primeira-Dama; os Ministros da Agricultura e Segurança Alimentar, e da Saúde; um músico e cantor; um líder religioso; e representantes da sociedade civil e do setor privado.



O Plano Estratégico e de Ação para a Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN II) 2008-2015 encontra-se na fase final de avaliação e os resultados apoiarão a **formulação do ESAN III. O PAMRDC nacional foi alvo de uma análise intercalar para aumentar o alinhamento das intervenções.** Outras políticas que são sensíveis à nutrição incluem o Plano Nacional de Investimento para o Setor Agrário e o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O plano quinquenal do Governo de Moçambique (2015-2019) (PQG), aprovado pelo Parlamento, incorpora ações para orientar o governo durante o seu mandato e inclui áreas específicas de ação para a nutrição. Estas incluem o alargamento do acesso aos serviços de saúde, a fim de reduzir a mortalidade materna e infantil e o atraso no crescimento, programas de educação nutricional, o enriquecimento de alimentos e a plantação de culturas altamente nutritivas.

Os planos sensíveis à nutrição em 2015 incluem planos nas áreas da Agricultura, da Saúde, da Indústria e Comércio, das Mulheres e Assuntos Sociais, das Pescas, da Educação e da Economia.

O Plano de Comunicação e Defesa no âmbito do PAMRDC foi adotado em 2014, sob o lema "Nutrição é Desenvolvimento, um Compromisso com Todos".

Está implementado um Código Nacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno e foi aprovado em 2000 um decreto ministerial sobre a iodização do sal. Foi preparada legislação sobre o enriquecimento de alimentos que está atualmente em análise e a legislação sobre proteção à maternidade abrange 8 semanas.



O PAMRDC é o Quadro Comum de Resultados para a nutrição que foi criado para ter em conta as políticas e estratégias adotadas no país. O quadro de Monitorização e Avaliação deste QCR foi revisto em 2014. **O PAMRDC foi implementado em seis das onze províncias de Moçambique.** Existe um quadro de avaliação de indicadores para aferir anualmente o progresso da implementação do PAMRDC. Os relatórios são apresentados pelo SETSAN ao Conselho de Ministros e resultam em recomendações concretas a serem implementadas por cada setor.

Os atores nacionais da nutrição estão alinhados com as prioridades do governo. Os membros da PSC e da Rede de Empresas alinham os seus planos com o PAMRDC.



A maioria das ações setoriais em matéria de nutrição é financiada a partir dos orçamentos setoriais, mas a identificação dos custos relacionados com a nutrição continua a constituir uma dificuldade. O PAMRDC foi orçamentado em 2010, mas o SETSAN acredita que tem a capacidade de intensificar os esforços em curso para alcançar objetivos mais ambiciosos em termos de acompanhamento financeiro e mobilização.

Verifica-se um clima de transparência visto que a maioria dos fundos para a nutrição, quer provenham do governo ou dos parceiros, são

canalizados através do Sistema de Finanças Públicas (e-SISTAFE). Isto permite uma melhor perspetiva sobre o destino dos fundos.

Foi criado um grupo multiatores com o fim de planear e orçamentar a segurança alimentar e nutricional a nível central (GT-POSAN). Este grupo é liderado pelo SETSAN com apoio do Ministério da Economia e Finanças. Estão em curso esforços para identificar a disponibilidade a longo prazo de financiamento externo e para garantir a disponibilidade de financiamento interno dentro de cada setor, a fim de apoiar o fomento das intervenções nutricionais.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

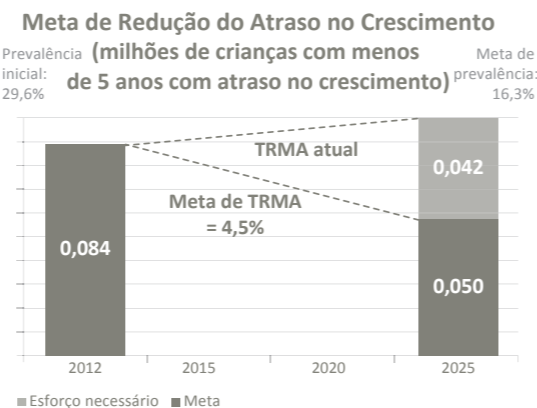
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

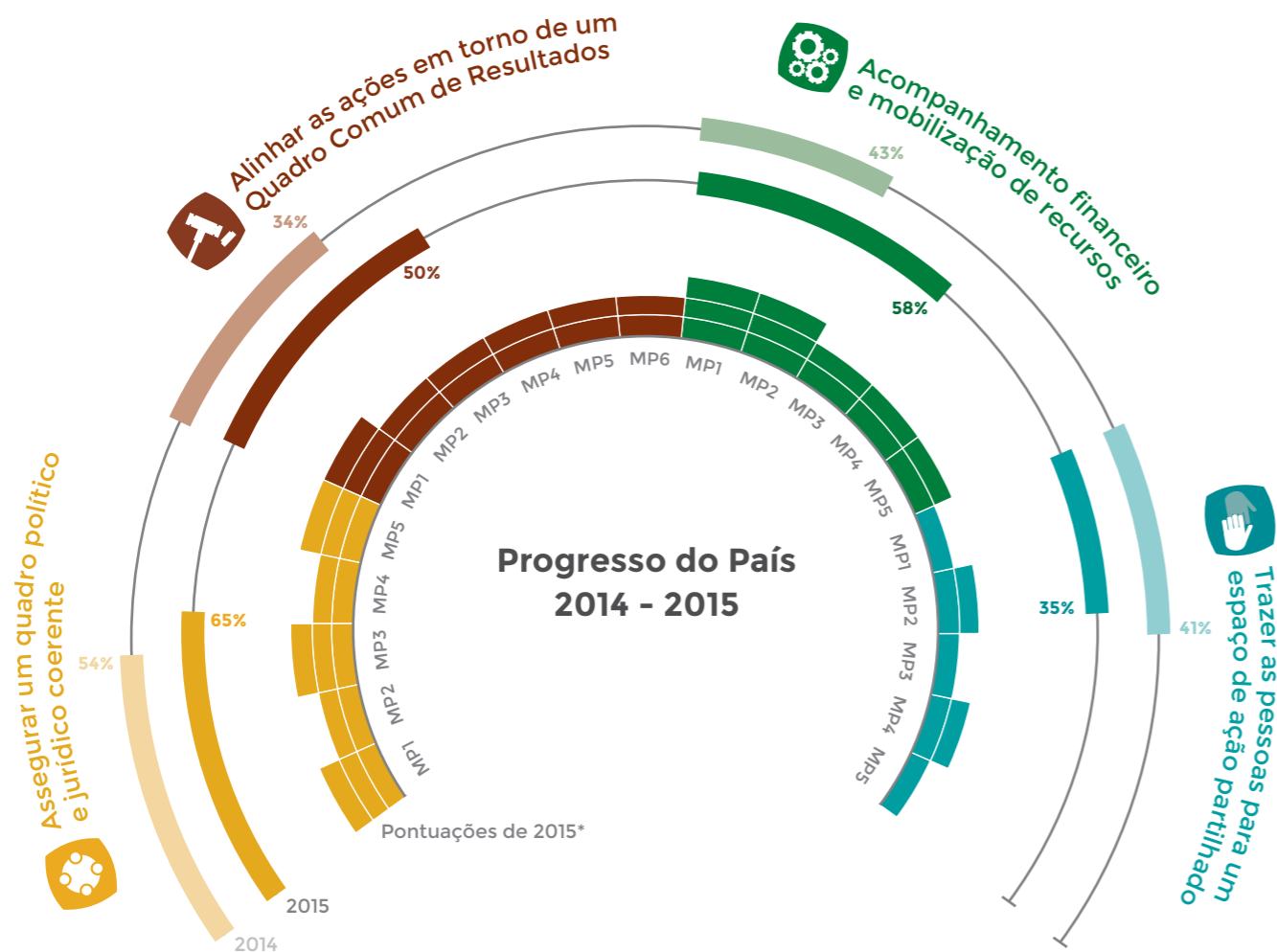
Destaques

- O Plano de Implementação Multissetorial para a Nutrição funciona como o Quadro Comum de Resultados orçamentado para o Plano Nacional de Nutrição da Namíbia.
- É usado um dashboard de indicadores que utiliza a abordagem do “semáforo” - verde, amarelo e vermelho – para apresentar a evolução dos contributos dos setores-chave para a nutrição.
- O Primeiro-Ministro Nahas Angula é presidente da Aliança para a Melhoria da Nutrição da Namíbia e também é membro do Grupo Principal do Movimento SUN, além de um ativo Defensor da Nutrição.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	23,1%
Baixo peso à nascença:	13,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	48,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	7,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,1%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	32,7%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A Aliança para a Melhoria da Nutrição da Namíbia (AMNN) constitui a plataforma multissetorial e multiatores convocada sob a égide do Gabinete do Primeiro-Ministro (GPM). Inclui 10 ministérios, parceiros de desenvolvimento, organizações da sociedade civil (OSC), o setor privado e o meio académico. A organização global sem fins lucrativos Synergos desempenha as funções de Secretariado da AMNN. Foram criados grupos operacionais e grupos de trabalho especializados que respondem perante a AMNN. **Estão em curso planos para estabelecer um fórum no âmbito da AMNN para Secretários Permanentes com a participação de ministérios da tutela. A AMNN também pretende lançar fóruns de coordenação regional, a fim de conseguir maior impacto junto das comunidades.**

As agências das Nações Unidas (ONU) estão bem representadas, com a participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), da Organização Mundial da Saúde (OMS),

do Programa Alimentar Mundial (PAM) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

O Grupo dos Parceiros de Desenvolvimento para a Saúde (GPDS) é a Rede de Doadores da Namíbia, incluindo agências das Nações Unidas (OMS, UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a População (FNUPOP) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre a SIDA (ONUSIDA)), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional, Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC), a União Europeia, a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) e a Cooperação Espanhola. A Fundação do Fórum de Organizações Não-Governamentais da Namíbia (NANGOF) constitui a instância que coordena a participação da sociedade civil. As empresas Pupkewitz Foundation, Namib Mills e Namibia Diaries estão totalmente envolvidas no Grupo de Trabalho Técnico para o Enriquecimento de Alimentos, presidido pela Direção-Geral de Agronomia da Namíbia.

A Namíbia possui uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (1995) e um Plano Nacional Estratégico para a Nutrição (2010). Além disso, existem diversas políticas e estratégias sensíveis à nutrição, incluindo:

- Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas,
- Controlo da Deficiência em Micronutrientes,
- Gestão da Malnutrição Grave,
- Gestão da Nutrição para pessoas que vivem com o VIH/SIDA, e
- Doenças Não Transmissíveis relacionadas com a Alimentação.

Vários ministérios estão a rever as suas políticas e quadros jurídicos para incorporar mais indicadores de nutrição. Os planos da AMNN estão incorporados no Plano de Desenvolvimento Nacional 4 (PDN4). A legislação nacional é sensível à nutrição e inclui a iodização do sal, a gestão da água e a proteção social. A Lei da Segurança Social (2004) concede

subsídios de maternidade e estabelece regimes de distribuição que permitem um melhor acesso à nutrição para os mais desfavorecidos. A lei da proteção da maternidade estabelece 12 semanas de licença de maternidade. Existe uma Política de Parceria de Organizações Cívicas (2005) que visa a criação de uma parceria de trabalho, definindo a base para o planeamento do desenvolvimento multiatores.

A Lei da Saúde Pública e Ambiental (2015) contém uma disposição sobre a segurança alimentar e a alimentação de lactentes e crianças pequenas. Funciona como a plataforma para o desenvolvimento de regulamentos relativos ao código internacional de comercialização dos substitutos do leite materno.

O Plano Nacional de Implementação do Fomento da Nutrição (PNIFN) foi lançado juntamente com a Estratégia de Sobrevivência Infantil (ESI) sob a égide de "Uma Promessa Renovada", em setembro de 2014.

O Plano de Implementação da Nutrição multissetorial, o Quadro de resultados e o Painel de Indicadores funcionam como o Quadro Comum de Resultados (QCR) orçamentado para o Plano Nacional de Nutrição para a Namíbia. Todos os planos nacionais de desenvolvimento dos ministérios principais que visam a nutrição estão alinhados com o QCR e contemplados no mesmo. O Painel de Indicadores ajuda os decisores a visualizar o estado dos contributos dos setores principais para a nutrição na Namíbia.

A implementação do QCR é monitorizada pela AMNN com o apoio de um conjunto de subgrupos, como os grupos para a Nutrição Materno-Infantil, para o enriquecimento de alimentos e para a segurança alimentar, bem como o grupo operacional para a malnutrição.

O progresso é documentado individualmente pelos ministérios da tutela, pelas agências da ONU, pelos doadores e pela sociedade civil. Ainda não foi disponibilizado um sistema de relato conjunto numa base regular, embora já tenha sido estabelecido um bom sistema de monitorização da segurança.

Os recursos atribuídos à AMNN pelo Ministério das Finanças é de N\$ 300.000 por ano (USD 30.000) e aumentou em relação aos últimos anos.

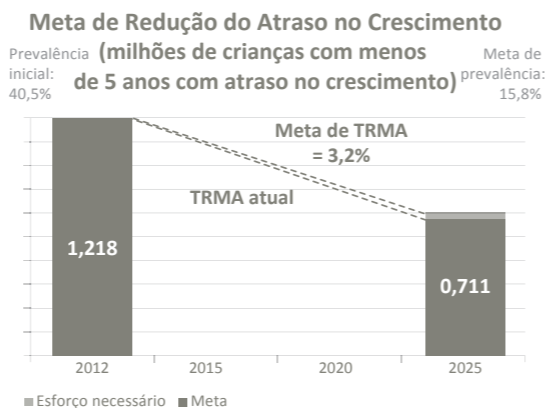
O sistema financeiro do Governo da Namíbia não permite uma rubrica orçamental específica da nutrição, embora sejam financiadas atividades específicas da nutrição através de outras rubricas orçamentais. A redução do financiamento externo tem levado ao alargamento da lacuna financeira para as intervenções nutricionais na Namíbia.

O QCR orçamentado está incluído no orçamento do Quadro de Despesas a Médio Prazo do Governo e deverá apoiar o alinhamento dos recursos por setores e atores externos. Existe um consenso entre o governo e os parceiros sobre os limitados recursos financeiros disponíveis e respetiva afetação à nutrição, mas não houve acordo sobre a quantidade de fundos disponíveis.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Destaques

- O Nepal estabeleceu uma Rede de Meios de Comunicação Social, a qual inclui jornalistas qualificados. Esta foi criada para intensificar o envolvimento em todo o país.
- Prevê-se que o processo de monitorização e avaliação do Plano de Nutrição Multissetorial (PNMS) a nível distrital e nacional seja iniciado no final de 2015.
- O PNMS foi lançado em 2013 em seis distritos selecionados e será alargado a mais 15 no futuro. Foram estabelecidos planos multissetoriais a nível distrital e foram criados comités de coordenação distritais para monitorizar a implementação. Foram realizados cursos de formação nos distritos-piloto do PNMS em 2014 e 2015.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	40,5%
Baixo peso à nascença:	12,4%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	69,6%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	11,2%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	1,5%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	36,1%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Em retrospectiva: Progressos relatados através do Exercício de Autoavaliação de 2014

39% **Assegurar um quadro político e jurídico coerente**

52% **Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados**

42% **Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos**

61% **Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado**

2014

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



No Nepal, o Comité Director de Alto Nível para a Segurança Alimentar e Nutricional (CDANSAN) fornece as orientações estratégicas ao Comité de Coordenação Nacional da Segurança Alimentar e Nutricional (CCNSAN), que constitui a plataforma multiator. O Secretariado Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional (SNSAN) foi criado em 2013 para fornecer apoio técnico ao CCNSAN.

O CDANSAN é presidido pela Comissão Nacional de Planeamento (CNP) e inclui representantes dos ministérios da tutela relevantes, incluindo da Saúde, da Agricultura, da Educação e das Mulheres, Crianças e Bem-Estar Social. **O Ministério da Informação e Comunicação foi o mais recente a aderir.**

O SNSAN ainda não foi plenamente institucionalizado, mas têm sido realizadas reuniões regulares entre os grupos multiatores que registaram resultados apreciáveis. Estes incluem o Quadro Comum de Resultados (QCR) do Nepal para a nutrição, o Plano de Nutrição Multissetorial (2013-2017) (PNMS) e a elaboração da Estratégia Conjunta de Comunicação e Defesa Multissetorial.

Além das estruturas de coordenação, foram criados uma plataforma académica e três grupos de trabalho multissetoriais (desenvolvimento de capacidades, defesa e comunicação, monitorização e avaliação e sistema de gestão da informação), em que estão envolvidos agências das Nações Unidas (ONU), doadores, grupos da sociedade civil e responsáveis governamentais.

Foi criada uma rede de meios de comunicação social que inclui jornalistas qualificados, a fim de reforçar o envolvimento em todo o país.

A Aliança da Sociedade Civil para a Nutrição do Nepal (ASCNN) foi criada em 2014 e está planeada uma plataforma do setor privado.

Os terremotos de 2015 causaram danos generalizados em todo o país. Com o apoio da comunidade internacional, o Nepal está a recuperar, embora a situação permaneça frágil. Esta situação também tem entravado o progresso no sentido dos esforços de fomento da nutrição.



O PNMS foi desenvolvido em estreita colaboração com os parceiros de desenvolvimento e define as funções e responsabilidades dos vários ministérios, bem como da Comissão Nacional de Planeamento (CNP) para a implementação de intervenções nutricionais. O PNMS é complementado por planos, tais como a Política e Estratégia Nacionais para a Nutrição do setor da saúde (2004/8) e o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional do setor agrícola (PSAN), a ser lançado em breve, integrados na Estratégia de Desenvolvimento da Agricultura (EDA).

O Nepal desenvolveu estratégias e planos para resolver o problema da insegurança alimentar, promovendo a nutrição. Existem regimes de proteção social no país que estão a contribuir para fornecer alimentos suficientes e uma dieta nutritiva a grupos pobres e socialmente excluídos.



O PNMS é o QCR pelo qual os intervenientes estão a alinhar os seus objetivos e intervenções estratégicos.

Foi concluído um Quadro de Monitorização e Avaliação (M&A) para o PNMS, em consulta com os ministérios da tutela. **O Quadro de M&A revisto foi oficialmente aprovado e encontram-se na fase final de desenvolvimento diretrizes e materiais de formação. Espera-se que o processo de M&A do PNMS a nível distrital e nacional seja iniciado no final de 2015.**

O PNMS foi lançado em 2013 em seis distritos selecionados e será alargado a mais 15 no futuro. Foram estabelecidos planos multissetoriais a nível distrital e foram criados comités de coordenação distritais para monitorizar a implementação. **Foram realizados cursos de formação nos distritos-piloto do PNMS em 2014 e 2015. Um Plano Diretor WASH foi desenvolvido e concluído em 2014.**



O PNMS foi orçamentado e um conjunto de especialistas técnicos tem prestado assistência ao Ministério das Finanças e à CNP, analisando o plano orçamentado e apresentando propostas de acompanhamento financeiro e de modalidades de gestão conjunta de fundos.

A CNP tem apoiado o desenvolvimento de planos multissetoriais orçamentados a nível distrital. Na sequência de análises a nível distrital dos planos distritais, foram atribuídos fundos adicionais pelo governo aos distritos, que se prevê venham a ser reforçados.

Destaques

- O mecanismo de coordenação multissetorial a nível nacional está descentralizado a nível regional e local. O roteiro para alinhar os setores e a abordagem de "convergência comunitária", que defende uma abordagem holística para reduzir a vulnerabilidade das populações locais, produziram resultados convincentes em termos da harmonização e coerência das ações levadas a cabo pelos atores.
- A sociedade civil organizou-se para conduzir campanhas em prol da nutrição: o coletivo Todos Unidos para a Nutrição (TUN) é extremamente ativo e foram criadas três redes de mulheres jornalistas, deputados e instituições de investigação e educação.

Em retrospectiva: Progressos relatados através do Exercício de Autoavaliação de 2014

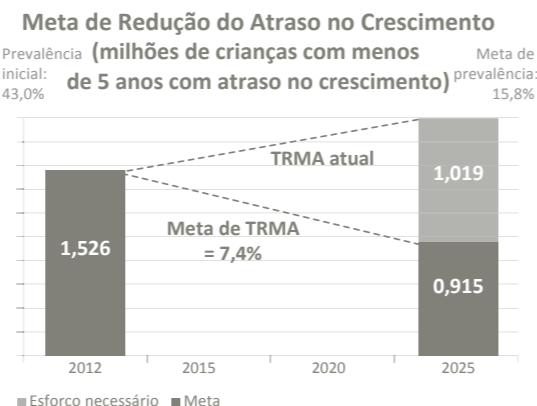
51%
Assegurar um quadro político
e jurídico coerente

46% Alinhar as ações em torno
de um Quadro Comum
de Resultados

21% Acompanhamento financeiro
e mobilização de recursos

37% Trazer as pessoas para
um espaço de ação partilhado

2014



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	43,0%
Baixo peso à nascença:	12,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	23,3%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	18,7%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,0%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	46,7%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



A comissão multissetorial e multiatores do Programa Estratégico para a Nutrição (CMPE 4), presidida pelo Ministério da Saúde Pública, é a plataforma do Movimento SUN colocada sob a gestão da comissão de orientação interministerial da Iniciativa dos 3N (o Níger alimenta o Níger), dirigida pelo Presidente do país. A CMPE 4 é apoiada pelo secretariado. Estes mecanismos de coordenação encontram-se implantados até ao nível regional e local.

Foi feito algum progresso em termos do funcionamento da componente multissetorial a nível dos 3N, através da organização de uma reunião alargada do comité diretor do programa estratégico com todos os atores. Durante a reunião, foram elaboradas diretivas para integrar atividades de nutrição noutros setores.

O coletivo Todos Unidos para a Nutrição (TUN) realizou atividades de defesa: um workshop e reuniões de defesa para o fomento da nutrição.

Foi criada uma rede de mulheres jornalistas.

A iniciativa REACH está envolvida na coordenação da rede das Nações Unidas e na formação de todos os participantes para que desempenhem as suas funções e responsabilidades no fomento da nutrição.

A sociedade civil foi organizada numa plataforma multissetorial.

Não existe uma rede de especialistas em nutrição do setor privado, embora esteja em desenvolvimento. Estes setores estão, no entanto, organizados entre si e no âmbito da Câmara de Comércio e Indústria e o setor privado assumiu um compromisso para com a Aliança para o enriquecimento de alimentos.

Foi criada uma rede de deputados para a segurança alimentar e nutricional.

Existe uma rede de entidades académicas e de investigação, que inclui todos os investigadores e educadores na área da nutrição. Esta rede tem um representante na plataforma do Movimento SUN. Os termos de referência desta rede ainda estão a ser definidos, bem como o estabelecimento de um quadro formal de cooperação entre cientistas e profissionais da nutrição.

A União Europeia é o coordenador designado dos doadores.



Encontra-se em desenvolvimento a política nacional de segurança nutricional (PNSN), de âmbito multissetorial. Esta compreenderá também um plano multissetorial com recursos do orçamento.

Estão em vigor políticas atualizadas em setores fundamentais. O decreto sobre a regulamentação da comercialização dos substitutos do leite materno foi revisto.

Foi adotado pelo governo um acordo quadripartido entre quatro ministérios, que estabelece a produção, comercialização e importação de sal para a iodização do sal. Sensibilização a nível regional e divulgação deste decreto (junto dos consumidores e dos produtores).

Foi desenvolvida e harmonizada com o plano nacional de nutrição uma estratégia para a defesa, comunicação e mobilização social (DCMS).



O plano estratégico de implementação multissetorial da Política Nacional de Segurança Nutricional será finalizado e adotado.

O roteiro para alinhar os setores e a abordagem de "convergência comunitária", que defende uma abordagem holística para reduzir a vulnerabilidade das pessoas numa determinada zona, produziram resultados convincentes em termos de harmonização e coerência das ações levadas a cabo pelos atores.

O Níger continua a implementar a iniciativa dos 3N através do seu plano de ação para o período de 2012-2015, que engloba vários programas harmonizados para fortalecer o setor agrícola, reforçando ao mesmo tempo a resiliência durante crises alimentares e a melhoria da situação nutricional da população.

As atividades no terreno são supervisionadas a todos os níveis. Estão disponíveis ferramentas de acompanhamento e existe um sistema para monitorizar os resultados. O programa REACH ajuda o governo a recolher dados e a realizar a monitorização e a avaliação.



Uma vez finalizado, o plano estratégico multissetorial deve ser orçamentado, o alcance dos compromissos do Estado deve ser aferido e devem ser mobilizados fundos em paralelo. Existe um plano para criar uma comissão para monitorizar os compromissos com a nutrição.

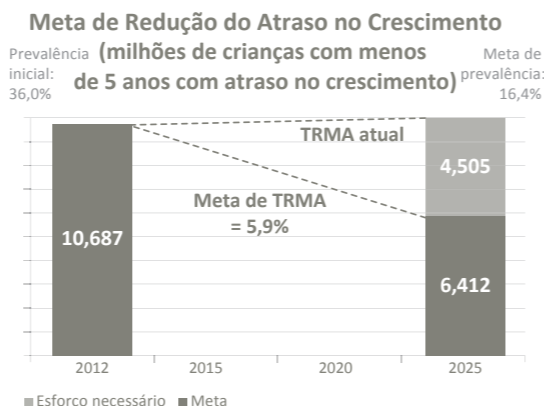
O Governo criou uma rubrica orçamental para a compra de suprimentos terapêuticos em 2012 e, em 2014, uma rubrica para apoio a suplementação com vitamina A para crianças entre os 6 e os 59 meses e para desparasitação. A primeira linha aumentou de 500 milhões de FCFA em 2013 para 537 milhões de FCFA em 2014.

Nigéria

Data de adesão:
Novembro de 2011

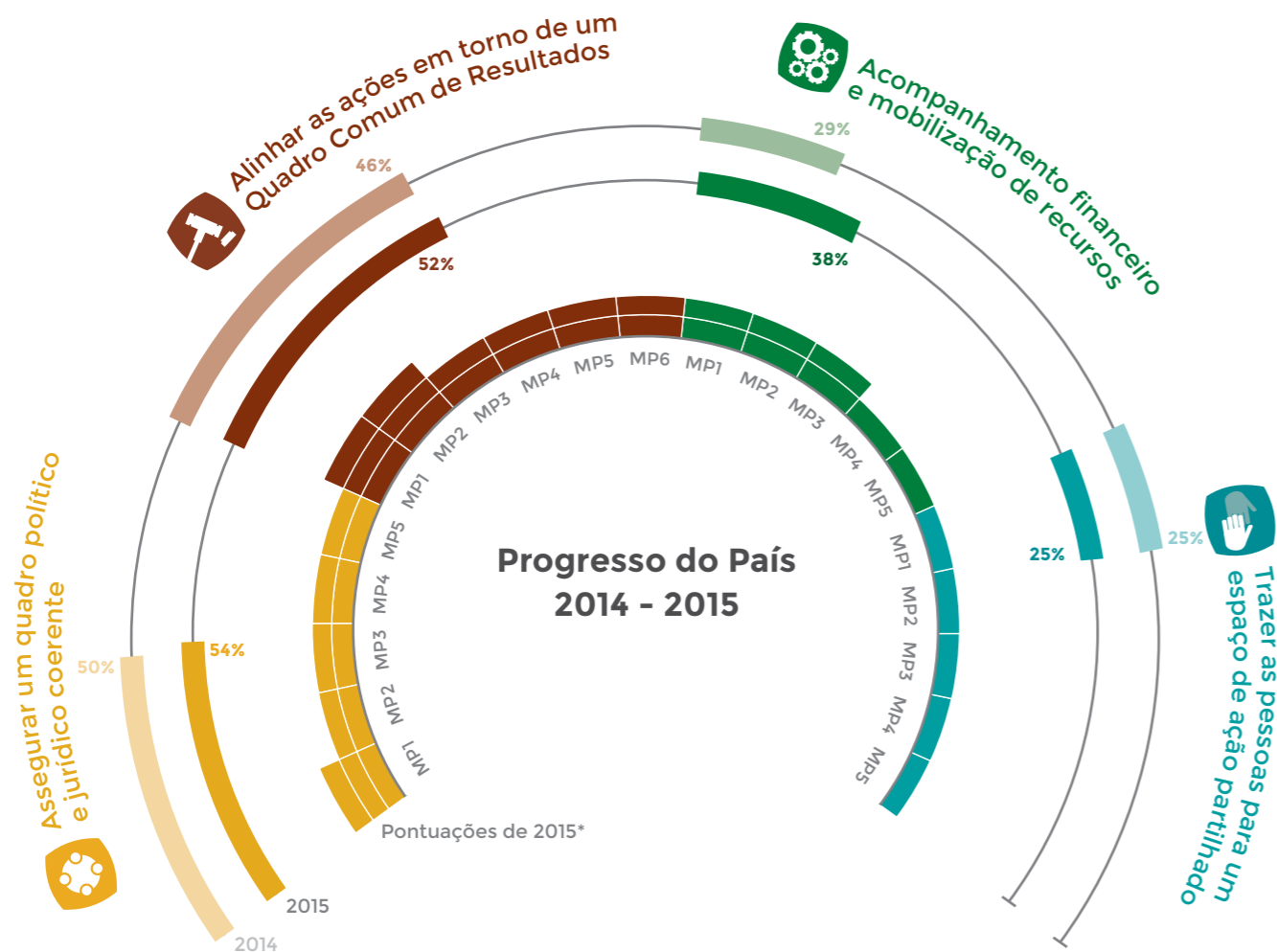
Destaques

- Está em funções um coordenador da Rede de Empresas SUN para assegurar a articulação com o governo e outras redes com vista ao estabelecimento eficaz e sustentável de parcerias público-privadas e de modelos empresariais para melhorar a nutrição.
- O enriquecimento da farinha de trigo, da farinha de milho e do óleo vegetal é obrigatório por lei e foi obtida a certificação da Iodização Universal do Sal.
- O Plano de Ação Nacional para a Alimentação e Nutrição, com indicadores abrangentes e um quadro de monitorização e avaliação, representa o Quadro Comum de Resultados orçamentado.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	36,4%
Baixo peso à nascença:	8,1%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	17,4%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	18,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	48,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

Na Nigéria, o Fórum de Parceiros da Nutrição é presidido pelo Chefe do Departamento de Saúde Familiar. Trata-se da plataforma multisetorial e multiatores que envolve vários ministérios da tutela, incluindo Saúde, Educação, Agricultura, Assuntos da Mulher, Finanças, Informação, Ciência e Tecnologia e Recursos Hídricos, bem como a Comissão Nacional de Planeamento. Estão igualmente envolvidos, com representação no fórum, grupos de atores externos do setor privado, de organizações não-governamentais nacionais e internacionais, das agências das Nações Unidas (ONU), dos doadores, do meio académico e dos órgãos de comunicação social.

A Divisão de Nutrição do Ministério Federal da Saúde é o órgão mediador nacional que coordena a execução dos programas relacionados com a nutrição e é responsável pelo fomento da nutrição.

O Comité Nacional para a Alimentação e a Nutrição, sob a égide da Comissão Nacional de Planeamento, está atualmente em processo de renovação e fortalecimento.

Existe um mecanismo de coordenação da ONU que reúne as agências das Nações Unidas. Existe uma Rede de Doadores, mediada pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional e pela UNICEF. A Sociedade Civil (para) o Fomento da Nutrição na Nigéria (SC-FNN) é uma aliança que mobiliza organizações da sociedade civil para conseguir reduções da malnutrição através de ações de defesa, de apoio político, da mobilização de recursos, da sensibilização pública, do acompanhamento de programas, orçamentos e implementação e de campanhas. **A Rede de Empresas SUN está a crescer para incluir mais parceiros empresariais de diferentes setores, incluindo o setor alimentar, a agricultura, as telecomunicações e a banca, e desenvolve um diálogo com pequenas e médias empresas. Foi nomeado um Coordenador da Rede de Empresas SUN que faz a articulação com o governo e outras redes.**

O Plano de Ação Nacional para a Alimentação e Nutrição (PANAN) foi adotado em 2014 pela Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição para traduzir as metas, objetivos e estratégias articulados no PANAN em atividades e projetos executáveis.

Foi atualizada e apresentada à aprovação do Conselho Executivo Federal uma Política Nacional sobre Alimentação e Nutrição (PNAN), lançada em 2002.

Foram integradas no Plano de Ação Estratégico Nacional (2012) ações que contribuem para melhorar a segurança alimentar e nutricional com vista à implementação do Programa Grande Muralha Verde. O programa está a ser implementado com o apoio da Comissão da União Africana e centra-se na recuperação dos ecossistemas a fim de melhorar a vida das populações.

Existem orientações ministeriais nacionais que apoiam a integração da nutrição nas políticas setoriais. As diversas políticas e estratégias relevantes para a nutrição incluem:

- Política de Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas,
- Política Nacional de Agricultura e Quadro de Implementação da Segurança Alimentar,
- Política Nacional de Educação,
- Política Nacional de Saúde Escolar,
- Política de Desenvolvimento Social,
- Política de Desenvolvimento Rural,
- Mulheres na Política de Desenvolvimento,
- Plano Nacional Estratégico de Desenvolvimento da Saúde; e
- Política de Comunicação de Massas.

Existe legislação abrangente com vista à aplicação do Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno. A lei impõe o enriquecimento da farinha de trigo, da farinha de milho e do óleo vegetal e, em 2005, foi obtida a certificação da Iodização Universal do Sal.

As ações da ONU estão integradas através do Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas e a Rede de Doadores dispõe de planos de coordenação para facilitar atividades consistentes.

O PANAN é Quadro Comum de Resultados (QCR) nacional, que permite o alinhamento de todos os atores implicados na prestação de apoio na Nigéria. O plano inclui um quadro de monitorização e avaliação.

Quando o PNAN atualizado estiver pronto para divulgação, será possível um maior alinhamento dos atores com o PANAN. O PNAN atual está a ser acompanhado e continuará a sê-lo

depois de atualizado. Há planos para desenvolver um sistema de acompanhamento regular e de prestação de contas à plataforma multiator. Ainda não estão disponíveis nem são utilizados instrumentos de avaliação de capacidades e é necessário o reforço de capacidades para uma monitorização e avaliação eficazes.

O PANAN foi orçamentado pelo Banco Mundial. A Nigéria reconheceu a necessidade de estabelecer disposições que permitam uma avaliação mais aprofundada dos custos de fomento da nutrição.

O levantamento das dotações para a nutrição no âmbito do orçamento público tem permitido um melhor planeamento do

reforço das intervenções. A informação orçamentada também é usada para defesa junto de membros relevantes da plataforma para apoiar as atividades e intervenções necessárias.

O aumento da atribuição de recursos para a nutrição para colmatar as lacunas de financiamento constitui uma prioridade na Nigéria.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

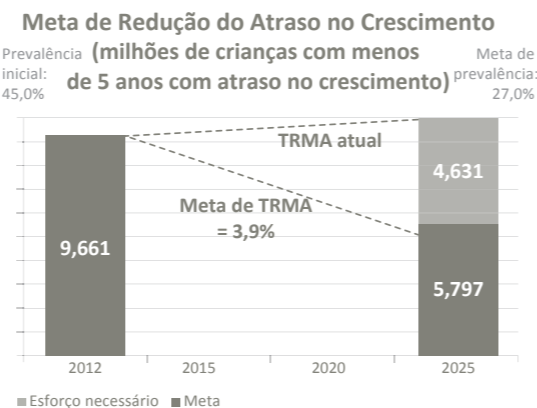
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Paquistão

Data de adesão:
Janeiro de 2013

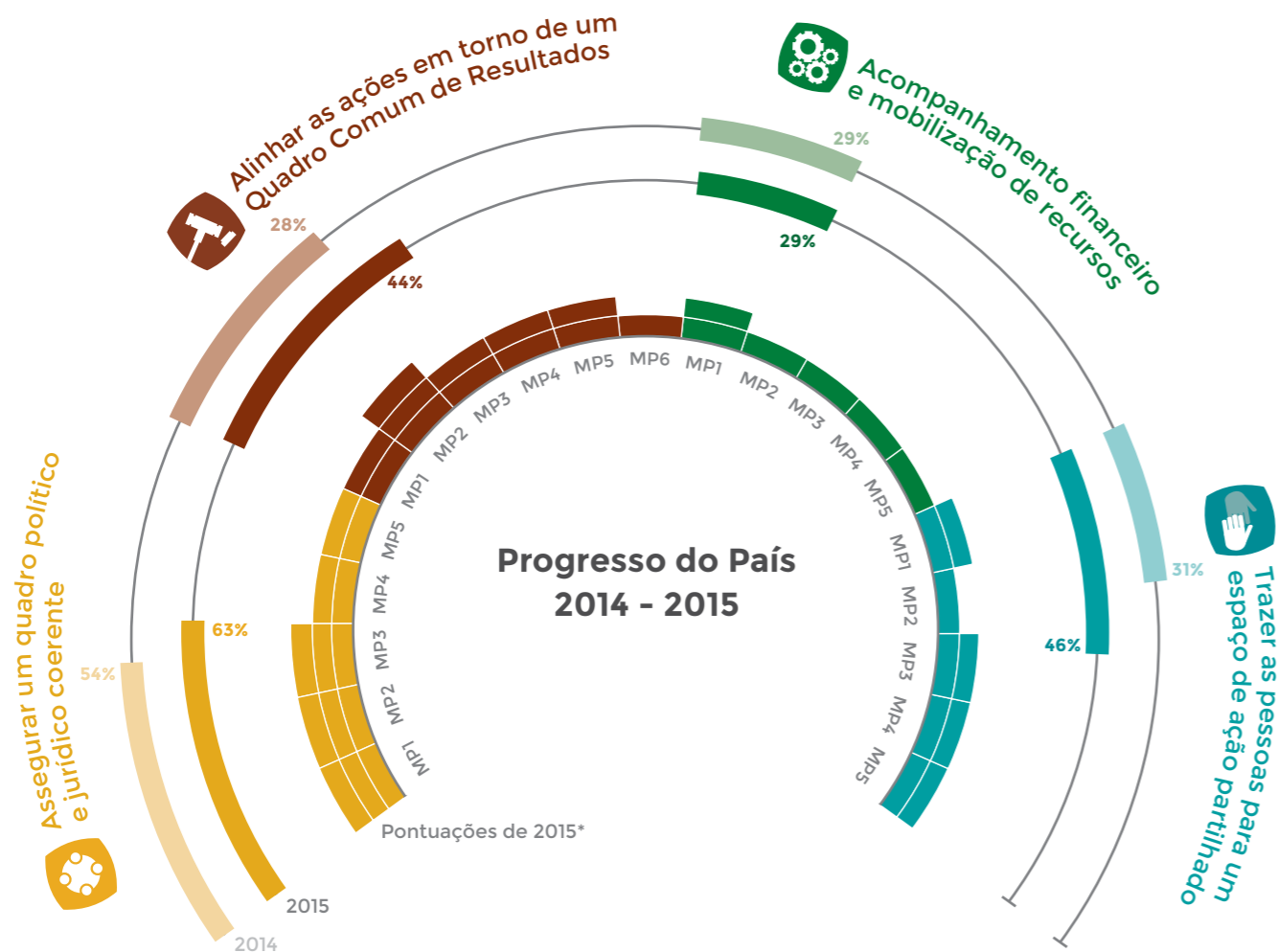
Destaques

- A descentralização do Movimento SUN incluirá o estabelecimento de unidades do Movimento SUN subnacionais. Estas estão planeadas nos Departamentos de Planeamento e Desenvolvimento provinciais e serão criadas com o apoio das agências das Nações Unidas e da Iniciativa Micronutrientes.
- O 11.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Nacional inclui uma componente de nutrição e estão a ser efetuadas dotações para a nutrição nos Planos de Desenvolvimento do Setor Público (PDSP) a nível federal e nos Planos Anuais de Desenvolvimento (PAD) a nível provincial.
- O mecanismo acompanha as dotações relacionadas com a nutrição para programas a nível federal e provincial no âmbito dos orçamentos do setor público. As dotações são relatadas anualmente e disponibilizadas em linha.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	45,0%
Baixo peso à nascença:	25,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	37,7%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	10,5%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,8%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	51,1%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



O Paquistão tem feito progressos significativos na promoção da sua agenda para a nutrição. A sua plataforma multiator é o Comité Nacional da Nutrição (CNN) de alto nível, no Ministério do Planeamento e do Desenvolvimento e Reformas (MPD & R). **Foi criado um Secretariado para o Fomento da Nutrição (SUN) com o apoio do Programa Alimentar Mundial no MPD & R.**

A descentralização do Movimento SUN incluirá o estabelecimento de unidades do Movimento SUN subnacionais. Estas estão planeadas a nível de Departamentos de Planeamento e Desenvolvimento (DP & D) provinciais e serão criadas com o apoio das agências das Nações Unidas (ONU) e da Iniciativa Micronutrientes (IM).

A rede da ONU é proativa a nível de planeamento e coordenação. Cada agência harmonizou os seus esforços sob a coordenação geral do Movimento SUN.

A Rede de Doadores trabalha com outros setores (setores e intervenientes externos à saúde) para incorporar e fortalecer

intervenções sensíveis à nutrição no âmbito de todos os setores relacionados. Os doadores têm liderado esforços de defesa para melhorar os processos de coordenação.

A Aliança da Sociedade Civil (ASC) para o Fomento da Nutrição no Paquistão aprovou o seu Plano de Trabalho para 2015 e está a reforçar o seu envolvimento com os atores a nível nacional e provincial para promover a responsabilização e realizar ações de defesa da nutrição.

A Rede de Empresas SUN encontra-se em processo de criação, com compromissos assumidos pelas empresas participantes. A Aliança Nacional para o Enriquecimento Alimentar (ANEA) congrega o setor do enriquecimento alimentar e trabalha ativamente com o CNN. Estas organizações criaram recentemente um Secretariado da ANEA.

Foi criada uma rede de instituições académicas e de investigação em maio de 2015 que se prevê venha a desempenhar um forte papel no desenvolvimento da estratégia do Movimento SUN no Paquistão.



É visível o compromisso político de alto nível para com a nutrição, através do reconhecimento da nutrição na Visão do Paquistão para 2025 e na promessa de criação de um Centro de Excelência para a Nutrição, a nível federal.

O 11.º Plano Quinquenal de Desenvolvimento Nacional inclui uma componente de nutrição e estão a ser efetuadas dotações para a nutrição no Programa de Desenvolvimento do Setor Público (PDSP) a nível federal e nos Planos Anuais de Desenvolvimento (PAD) a nível provincial.

Encontra-se em elaboração uma Política Nacional para a Nutrição que será analisada e finalizada em consulta com todos os atores relevantes.

O Paquistão passou por um processo de desconcentração em 2011 e 2012, tendo-se assistido à descentralização de vários ministérios nacionais a nível provincial. No contexto

pós-desconcentração, o estabelecimento de quadros jurídicos requer mais tempo e recursos, embora seja conduzido de uma forma harmonizada. A criação de Secretariados do Movimento SUN a nível provincial e a atual reformulação do Ministério dos Serviços, Regulamentos e Coordenação Nacionais de Saúde ajudarão a impulsionar o progresso e a implementar as estratégias existentes.

A nível provincial, a ASC é orientada por estratégias de nutrição intersetoriais e provinciais e pela Visão do Paquistão para 2025.

A ANEA, presidida pelo Ministro Federal dos Serviços, Regulamentos e Coordenação Nacionais de Saúde, com forte representação dos ministérios federais, incluindo o MPD & R, departamentos provinciais e atores, está a colaborar com os parceiros de desenvolvimento, incluindo as agências da ONU, a GAIN e a IM, a fim de implementar programas de enriquecimento de alimentos.



Os objetivos comuns para a nutrição centram-se na redução da malnutrição através de intervenções rentáveis. O governo afetou orçamentos dedicados à nutrição através do PDSP e dos PAD, abrangendo setores fundamentais, incluindo a saúde, a agricultura, a educação, a água e saneamento e a proteção social.

O Plano de Ação Nacional para a Nutrição (PANN) funcionará como o Quadro Comum de Resultados (QCR) do Paquistão e encontra-se em preparação em consulta com todas as províncias e parceiros.

O Ministério da Segurança e Investigação Alimentares Nacionais (MSIAN) está a planear um Programa-Piloto Nacional Fome Zero, em conjunto com as agências da ONU, bem como a trabalhar com a Harvest Plus, Paquistão, para a biofortificação, em particular variedades de trigo biofortificadas. O Ministério

dos Serviços, Regulamentos e Coordenação Nacionais de Saúde (MSRCNS) está a liderar, através da ANEA, a coordenação, a formulação de políticas e o desenvolvimento de um quadro regulamentar para o enriquecimento de alimentos em grande escala no país, incluindo o enriquecimento da farinha de trigo e a iodização universal do sal.

A nível provincial, foram aprovados Projectos Integrados de Nutrição (PC-1). Os projetos são financiados conjuntamente através de recursos do governo e de doadores. Estes PC-1 foram aprovados em consonância com as notas de orientação política para a nutrição e as estratégias intersetoriais. Atualmente, os PC-1 das províncias de Sindh e Balochistão são específicos do setor da saúde e os PC-1 do Khyber Pakhtunkhwa e do Punjab constituem planos de reforma da saúde integrados com a nutrição.



O Paquistão participou no Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN, tendo comunicado o seu mecanismo de acompanhamento financeiro das intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição. O mecanismo acompanha as dotações relacionadas com a nutrição para programas a nível federal e provincial no âmbito dos orçamentos do setor público. As dotações são relatadas anualmente e disponibilizadas online.

As dotações à margem do orçamento, provenientes de fontes externas, incluindo as agências da ONU, os doadores e a sociedade civil, para programas relacionados com a nutrição, têm-se revelado de difícil acompanhamento e relato.

O próximo passo é controlar as despesas relacionadas com a nutrição para assegurar a responsabilização pelo financiamento dos programas de nutrição e garantir uma distribuição equitativa dos recursos.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

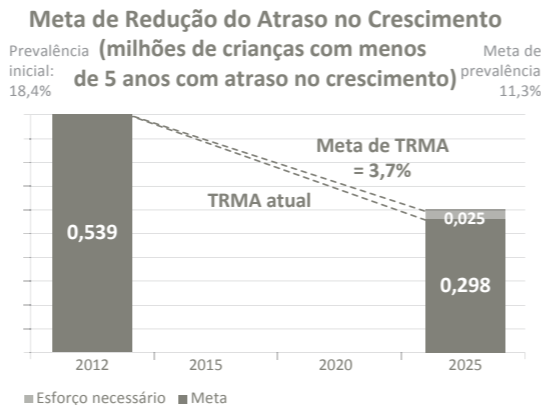
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Peru

Data de adesão:
Novembro de 2010

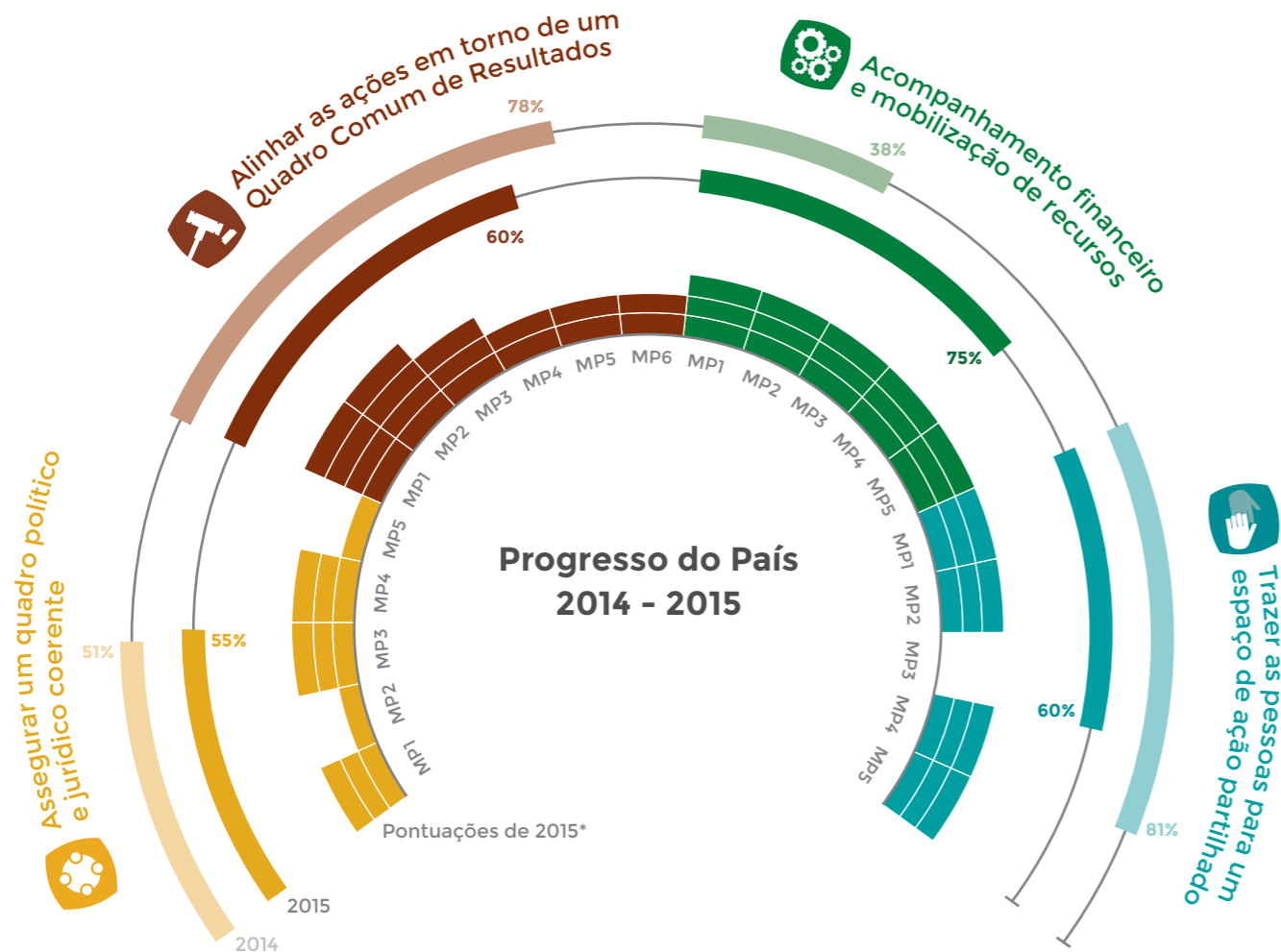
Destaques

- A transparência das informações tem sido fundamental para a formulação das políticas e dos planos do país. O sistema de "consulta fácil" é um sistema público descentralizado de acompanhamento da programação e execução orçamentais. O sistema monitoriza as despesas e o progresso no sentido de objetivos tangíveis.
- Está definido, através da Estratégia de Orçamento por Resultados, um aspeto importante do orçamento nacional, o qual estabelece incentivos à gestão e monitoriza o desempenho de indicadores para facilitar a identificação de intervenções eficazes.
- O Peru dispõe de mecanismos de incentivo com base no desempenho, tais como o Fundo de Estímulo ao Desempenho e Obtenção de Resultados Sociais (FED). Este conseguiu melhorar os processos de gestão regionais e incentivar a concretização dos objetivos de cobertura dos serviços diretamente associados aos resultados esperados para o Desenvolvimento Infantil Precoce.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	18,4%
Baixo peso à nascença:	6,9%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	67,6%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	0,6%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	7,2%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	18,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Ministério do Desenvolvimento e Inclusão Social (MIDIS) é responsável pela coordenação inter-departamental e intersectorial da Estratégia Nacional para o Desenvolvimento e Inclusão Social "Inclusão para o Crescimento" (ENDIS), que incentiva a coordenação de programas e intervenções de combate à subnutrição no âmbito de dois eixos estratégicos: Nutrição Infantil e Desenvolvimento Infantil Precoce.

Esta coordenação promovida pelo MIDIS está evidenciada na celebração de acordos. O acordo de Lamay-Cusco, de outubro

de 2013, foi assinado por cinco setores (saúde, educação, habitação, mulheres e grupos vulneráveis e desenvolvimento e inclusão social) e órgãos descentralizados (autoridades regionais e municípios), que definiram, para 2016, metas nacionais de redução da subnutrição crónica infantil em 10%, de diminuição da prevalência da anemia em 20% e de aumento do acesso a educação precoce, água e saneamento em 85%. O Peru tem também outras experiências de coordenação, como a Iniciativa contra a Subnutrição Infantil, formada por organizações não-governamentais e internacionais, agências das Nações Unidas, doadores e a Mesa-Redonda para a Luta contra a Pobreza.

A Política Nacional de Desenvolvimento Infantil Precoce (DIT) do Peru segue um modelo lógico casual baseado em dados científicos. Entre os seus sete efeitos, a política inclui um efeito relacionado com a subnutrição crónica infantil que é acompanhada através do Inquérito Demográfico e de Saúde Familiar e dos relatórios dos sistemas administrativos relacionados com a prestação de serviços de saúde e educação. A Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Inclusão Social "Inclusão para o Crescimento" (ENDIS) e a Política Nacional de Desenvolvimento Infantil Precoce (DIT) são os principais padrões de referência para promover a coordenação intersectorial centrada nas crianças e também para monitorizar o progresso e as realizações.

A nutrição foi incluída nos seguintes planos e estratégias intersectoriais:

- Estratégia de Trabalho sobre a população da Amazónia
- Plano Nacional para Diminuir a Malnutrição e a Anemia (Ministério da Saúde)
- Plano Nacional de Ação para a Infância e a Adolescência (Ministério das Mulheres e dos Grupos Vulneráveis)
- Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Comissão Multissetorial de Segurança Alimentar e Nutricional)

As políticas demonstram o elevado nível de coerência que se prevê alcançar mais rapidamente no âmbito dos quadros regulamentares.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento e Inclusão Social "Inclusão para o Crescimento" (ENDIS) facilita a coordenação dos programas e intervenções inter-setoriais de todos os ministérios sobre os efeitos intersectorialmente acordados. Em harmonia com esse facto, foi estabelecido um Fundo de Estímulo ao Desempenho e Obtenção de Resultados Sociais (FED). Este possibilitou a harmonização das medidas regionais para estimular a concretização dos objetivos da DIT, a começar pela cobertura do pacote integrado de serviços para mães grávidas, crianças com menos de cinco anos e respetivo ambiente familiar. O Peru fez progressos na articulação dos atos dos doadores através de iniciativas como

o Projeto de Abordagem Setorial Global, com o Banco Mundial, que visa fornecer produtos prioritários no âmbito do Programa Nacional Articulado para a Nutrição.

Foi alcançado um consenso sobre os objetivos, as medidas e os mecanismos de seguimento e sobre as realizações definidas para cada ator a todos os níveis governamentais (nacional, regional e local). A este respeito, o Peru tem feito um esforço considerável para descentralizar a implementação e estabelecer mecanismos que promovam a harmonização, como os planos de incentivos municipais, os acordos no âmbito do FED e os acordos de apoio orçamental.

O Peru dispõe do sistema de "consulta fácil" do Ministério da Economia e Finanças, que acompanha as despesas e os objetivos tangíveis. O sistema é transparente e de livre acesso através da seguinte ligação: <http://apps5.mineco.gob.pe/transparencia/Navegador/default.aspx>.

O país ainda não realizou uma análise aprofundada das lacunas de financiamento, mas existem indícios de que o orçamento é insuficiente para as atividades de nutrição. Atualmente, 90% das autorizações orçamentais para a nutrição destinam-se a recursos internos, o que coincidiu com um aumento do investimento do Estado nos últimos anos.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

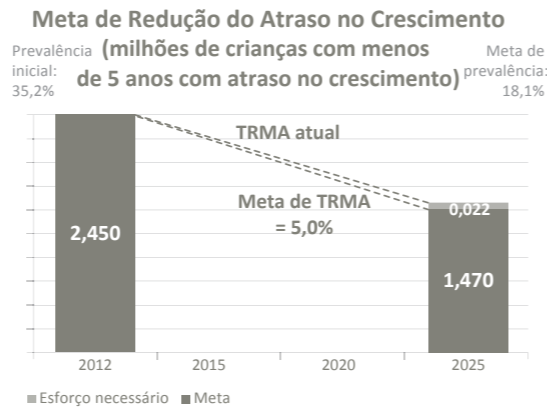
Traz as pessoas para um espaço de ação partilhado

Quênia

Data de adesão:
Agosto de 2012

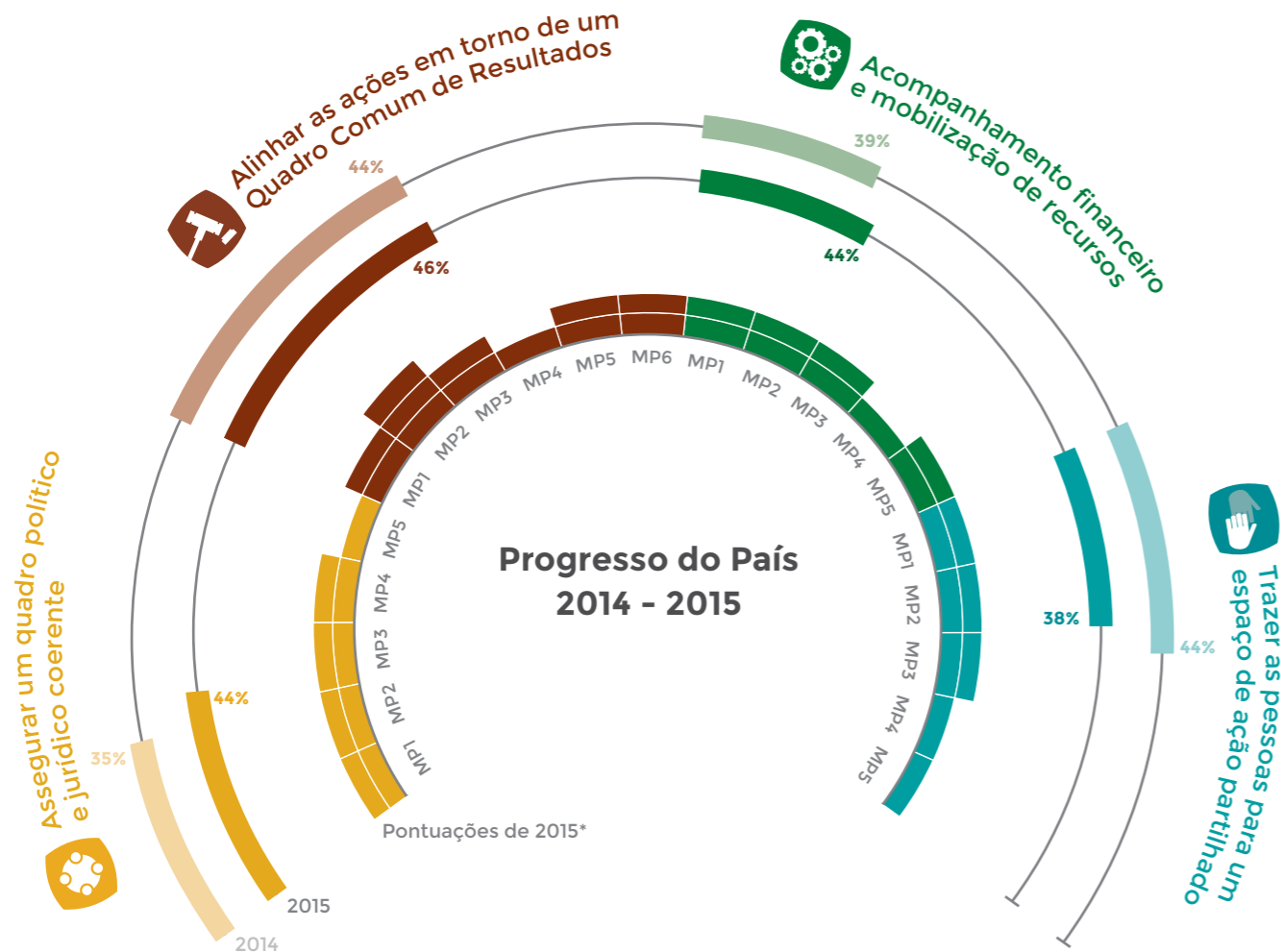
Destaques

- A Rede de Empresas SUN foi criada em 2015 e lançou uma análise da situação a fim de identificar áreas-chave de atuação. Esta é a última de uma série de redes já bem estabelecidas no país (ONU, governo, doadores e sociedade civil) dotadas de planos de trabalho e convocadores.
- Um Grupo de Trabalho sobre "Sensibilização, Comunicação e Mobilização Social" divulgou amplamente a série da The Lancet de 2013 e o Plano Nacional de Ação para a Nutrição em 42 de um total de 47 municípios. Uma estratégia provisória de "Sensibilização, Comunicação e Mobilização Social" deverá ser validada até agosto de 2015.
- Os municípios começaram a desenvolver os seus próprios planos de ação para a nutrição com base no Quadro Comum de Resultados nacional: sete foram concluídos, divulgados e orçamentados.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	26,0%
Baixo peso à nascença:	5,6%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	61,4%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	4,0%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,1%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	25,0%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a pág. 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Secretariado Multissetorial para a Segurança Alimentar e a Nutrição previsto na Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Quênia ainda não existe, já que a política não está validada; no entanto, **está em vias de ser desenvolvido um roteiro multissetorial/multiatores para posicionar a coordenação da nutrição ao mais alto nível.** Entretanto, o Comitê Coordenador Interagências da Nutrição, presidido pelo Ponto Focal SUN no Governo, que é o Diretor da Nutrição no Ministério da Saúde Pública e do Saneamento, coordena as intervenções específicas da nutrição. O Comitê Coordenador Interagências da Nutrição compreende cinco ministérios, as Nações Unidas, a sociedade civil e a comunidade académica, **contando com a assistência de um Comitê Consultivo e Técnico do Movimento SUN recém-estabelecido** e de uma equipa de coordenação do Movimento SUN, composta pelos nove ministérios que assinaram a Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Quênia. Existem mais oportunidades de envolver outros intervenientes públicos da área da nutrição.

O PF SUN conta com a assistência de um Consultor Técnico

da UNICEF a tempo inteiro, financiado pela União Europeia (UE). **Na sequência da criação oficial da Rede de Empresas SUN em janeiro de 2015,** o Quênia possui agora quatro redes em funcionamento, cada uma com os seus termos de referência, planos de trabalho e convocadores identificados (respetivamente, a UNICEF, a UE, o GAIN e a ACF). **Todas as redes acolheram recentemente novos membros e, além disso,** a Aliança da Sociedade Civil estabeleceu cinco alianças descentralizadas. **As Redes de Empresas, de Doadores e da ONU concluíram recentemente um levantamento dos seus grupos de interesse no país (tarefa que está em curso na Aliança da Sociedade Civil).** Estão em curso debates relacionados com o estabelecimento de uma plataforma académica.

A Primeira-Dama tem sido uma defensora da nutrição desde 2014 e **foi elaborada uma estratégia de envolvimento em 2015.** **A Aliança da Sociedade Civil tem estado ativamente envolvida com deputados e um Simpósio Nacional sobre Nutrição foi organizado pelo governo para "acelerar os compromissos para com o Movimento SUN no Quênia", em fevereiro de 2015, a fim de sustentar os compromissos para com a nutrição.**

A Constituição do Quênia reconhece o direito de estar livre da fome e à nutrição básica. A legislação sobre a nutrição inclui o controlo dos substitutos do leite materno, o enriquecimento com nutrientes, a nutrição materna, de lactentes e crianças pequenas, a Estratégia da Nutrição e suplementos de ferro e ácido fólico para mulheres grávidas e lactantes.

A Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi aprovada em 2012 por nove ministérios. A nutrição está integrada nos seguintes documentos: Estratégia de Desenvolvimento do Setor Agrícola; Estratégia Nacional de Desenvolvimento e de

Redução da Pobreza para 2030; Estratégia Económica para a Riqueza e a Criação de Emprego; Política Nacional de Saúde Escolar; e Política Nacional de Proteção Social; no entanto, **verifica-se a ausência de diretrizes para integrar a nutrição nas políticas setoriais. Foram recentemente envidados esforços para a inclusão da nutrição no programa curricular escolar, desde o Desenvolvimento da Primeira Infância até ao Ensino Secundário, e em versões provisórias da Lei da Saúde e da Política da Saúde para 2030. Espera-se que uma estratégia de sensibilização, comunicação e mobilização social esteja finalizada em agosto de 2015.**

O Plano de Ação Nacional da Nutrição de 2012-2017 funciona como o Quadro Comum de Resultados para os Ministérios da Saúde e da Agricultura. Este concentra-se em intervenções nutricionais de alto impacto, doenças não transmissíveis, excesso de peso e obesidade. Em 2014, 66% dos municípios do Quênia desenvolveram planos de ação relacionados com a nutrição.

Na medida em que não existe nenhum Quadro Comum de Resultados para os agentes sensíveis à nutrição, **estão em curso debates para identificar indicadores-chave e programas em que os diferentes ministérios possam envolver-se. A análise política e o acompanhamento financeiro para determinar a sensibilidade à nutrição dos setores darão os seus contributos para este processo e ajudarão a definir o que necessita de ser alinhado dentro dos setores.**

Foi recentemente conduzido um estudo de viabilidade de uma Plataforma Nacional de Informação sobre Nutrição em conjunto com a UE.

O Plano de Ação Nacional da Nutrição foi orçamentado (e sete municípios orçamentaram os seus próprios planos), **ao passo que a orçamentação das atividades sensíveis à nutrição está em curso com o apoio da UNICEF e o envolvimento do setor empresarial.**

Os Ministérios do Género e da Saúde possuem rubricas dedicadas à nutrição e **está a ser desenvolvido um sistema de acompanhamento financeiro para atividades de nutrição**

incluídas e não incluídas nos orçamentos com o apoio da UNICEF, da Aliança da Sociedade Civil e da Rede de Doadores.

A UE atribuiu 19 milhões de euros a um Programa de Resistência da Nutrição com a duração de quatro anos com vista a melhorar a nutrição materna e infantil que será implementado pela UNICEF e pelo Governo. O plano plurianual para a nutrição do DFID (2012-2015) apresentava um valor equivalente a 30 milhões de dólares.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

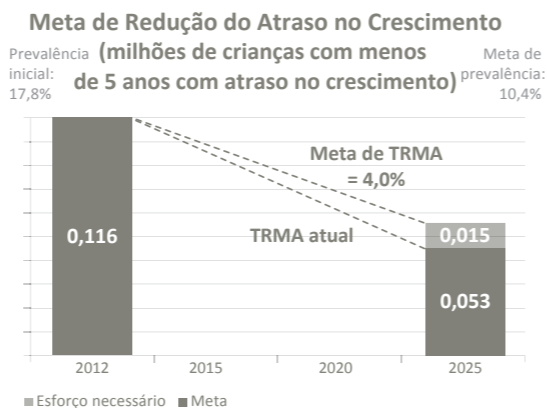
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Quirguistão

Data de adesão:
Dezembro de 2011

Destaques

- A Aliança da Sociedade Civil acelerou os seus esforços de sensibilização e reuniu mais de 40 organizações não comerciais e cidadãos de todo o país.
- Os esforços conjuntos das autoridades estatais, das organizações internacionais e da sociedade civil conduziram à adoção da Lei nº 54 sobre a "Introdução de Alterações e Adendas à Lei da República do Quirguistão sobre o Enriquecimento de Farinha", de 12 de março de 2015.
- O Programa de Segurança Alimentar e Nutrição servirá de roteiro para a implementação de intervenções nutricionais. No entanto, os recursos atuais para a implementação são limitados. O Programa será principalmente financiado através do orçamento do Estado e complementado com apoio externo.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	12,9%
Baixo peso à nascença:	5,9%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	41,1%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	2,8%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	7,0%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	32,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A República do Quirguistão recebeu o compromisso do governo para com a nutrição ao mais alto nível e realizou progressos significativos no que respeita a reunir diferentes atores e intervenientes. Instituições como o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura e do Melhoramento, a Associação de Produtores de Sal do Quirguistão, a Associação de Moleiros, a Associação de Comitês de Saúde das Aldeias e o Centro Nacional de Saúde Materno-Infantil estão atualmente a desenvolver esforços para melhorar a nutrição entre a população.

Está ainda por institucionalizar uma plataforma multissetorial, embora os parceiros de desenvolvimento estejam a trabalhar eficazmente em conjunto para desenvolver mecanismos de coordenação em cooperação com outras redes.

Em comparação com o ano anterior, **a participação de múltiplos atores aumentou significativamente, sendo de registar em particular um aumento de membros da sociedade civil e da comunidade académica. Foram envolvidos políticos ao**

nível executivo e representantes regionais estão envolvidos nos diferentes processos, ou seja, o organismo governativo, o Comité Executivo da Aliança Civil e outros eventos-chave do processo. No entanto, verifica-se que existe uma necessidade de descentralizar a estrutura de coordenação aos níveis regional e provincial. A ausência de uma estratégia de sensibilização e comunicação constitui um desafio caso se pretenda alcançar fortes progressos no sentido de influenciar políticas e decisores relevantes levando-os a atribuir recursos à nutrição.

Foi estabelecida a Rede da Sociedade Civil, estando em curso esforços para estabelecer as redes das empresas e da comunidade académica. O regulamento da Aliança da Sociedade Civil foi aprovado e foi eleito um organismo governativo. **A Aliança da Sociedade Civil acelerou os seus esforços de sensibilização e reuniu mais de 40 Organizações Não Comerciais e cidadãos de todo o país. O levantamento da sociedade civil e das organizações não comerciais está a progredir (65% concluído).**

A nutrição foi integrada em várias políticas e programas setoriais, incluindo o Ministério da Saúde, o Ministério da Agricultura e do Melhoramento e o Ministério do Desenvolvimento Social. Está em curso a análise dos quadros regulamentares, estratégias e políticas existentes e o levantamento de programas e projetos em colaboração com os atores. **Está a ser realizada uma análise dos mecanismos de coordenação em conjunto com as estruturas empresariais.**

Os esforços conjuntos das autoridades estatais, das organizações internacionais e da sociedade civil conduziram à

adoção da Lei nº 54 sobre a "Introdução de Alterações e Adendas à Lei da República do Quirguistão sobre o Enriquecimento de Farinha", de 12 de março de 2015. Um projeto de decreto do Governo da República do Quirguistão "Sobre o Enriquecimento da Farinha" está a ser finalizado. **Foi desenvolvido o Programa Estatal para a Segurança Alimentar e Nutrição, que abrange os quatro pilares da segurança alimentar. Um dos sucessos dos esforços de sensibilização consiste na inclusão da nutrição no Programa de Proteção Social da República do Quirguistão (2015-2017).**

O Programa para a Segurança Alimentar e Nutrição está a ser considerado pelo Governo. Uma vez aprovado, funcionará como o Quadro Comum de Resultados. Este descreve as responsabilidades dos setores na implementação de intervenções nutricionais prioritárias.

O Ministério da Saúde está a implementar várias intervenções específicas da nutrição que incluem a promoção da amamentação exclusiva para crianças com menos de seis meses, a nutrição para as mulheres grávidas e lactantes,

a promoção da iodização do sal e o enriquecimento da farinha. Também há espaço para melhorias na monitorização do crescimento levada a cabo pelo Ministério da Saúde.

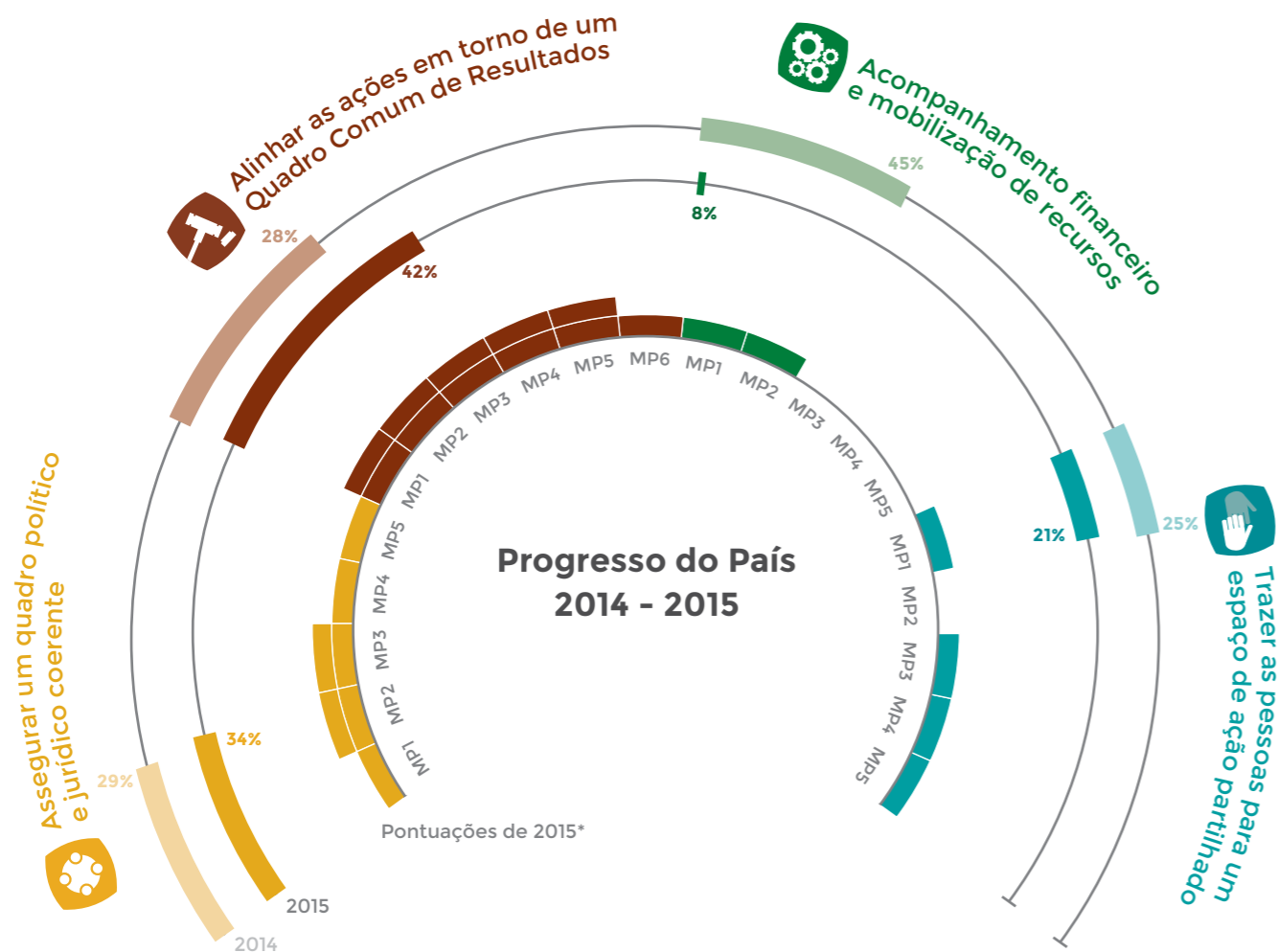
Está disponível legislação relativa à nutrição, mas é necessária uma implementação eficaz.

A República do Quirguistão reconhece que os sistemas de informação sobre nutrição devem ser reforçados para uma programação baseada em dados mais eficaz.

O Programa para a Segurança Alimentar e Nutrição funcionará como o roteiro para a implementação de intervenções nutricionais; contudo, os atuais recursos atribuídos à implementação são limitados. O Programa será principalmente financiado através do orçamento do Estado e complementado por apoio externo.

Estão disponíveis relatórios sobre as despesas do orçamento do Estado; no entanto, não estão disponíveis relatórios financeiros e de auditoria regulares sobre programas relacionados com a nutrição. O financiamento relativo à nutrição não está presente na agenda nacional de prioridades. **A fim de assegurar um financiamento sustentável para a nutrição, é necessária uma estratégia de mobilização de recursos de longo prazo alinhada com o Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição.**

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhar o progresso financeiro e mobilização de recursos

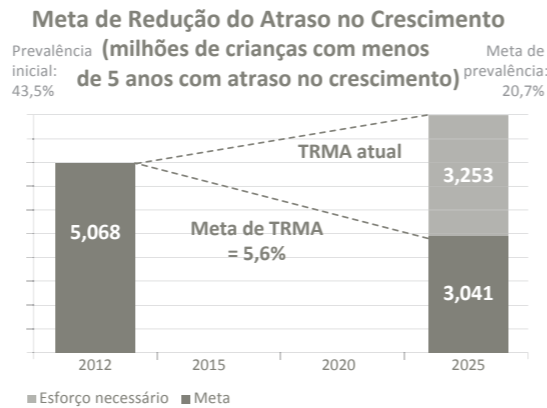
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

República Democrática do Congo

Data de adesão:
Maio de 2013

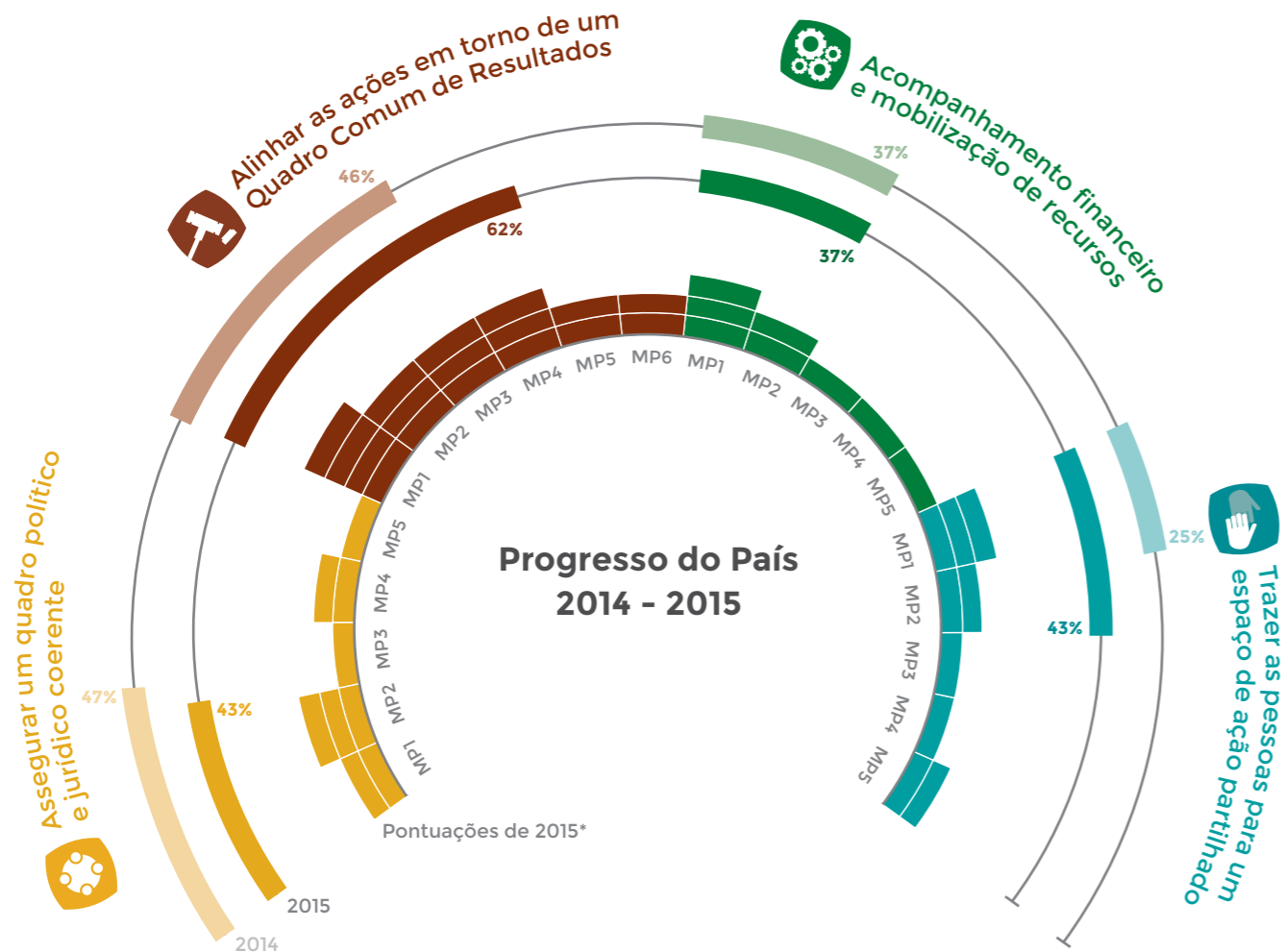
Destaques

- As plataformas (doadores, ONU e sociedade civil) dispõem de termos de referência, planos de trabalho anuais e diretores, o que lhes permite desempenhar o seu papel de apoio ao governo.
- Foi estabelecida uma plataforma de profissionais de nutrição, incluindo cientistas e académicos, com o fim de assegurar que as decisões são tomadas com base em dados científicos e numa avaliação dos resultados de investigação.
- Depois de ter sido exercida pressão sobre o Ministério do Orçamento, o Ministério das Finanças e o Gabinete Presidencial, foi registada uma rubrica orçamental de um milhão de francos congolezes no orçamento de Estado de 2015.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	42,6%
Baixo peso à nascença:	10,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	47,6%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	8,1%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,4%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	49,0%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O decreto que instituiu o Comité Nacional Multissetorial da Nutrição, conforme previsto no âmbito do Movimento SUN, aguarda a assinatura do Primeiro-Ministro. Espera-se que o Comité Nacional Multissetorial da Nutrição aconselhe, tome decisões, monitorize e avalie quaisquer questões sobre a nutrição, sob a autoridade de um ponto focal do Gabinete Presidencial.

O Comité Nacional Multissetorial da Nutrição é composto por sete ministérios, representantes da sociedade civil, de organismos de investigação, de agências das Nações Unidas e da Federação das Empresas Congolezas. **Foi estabelecido um plano anual para 2015 com o termo "roteiro" para orientar**

a equipa responsável pela coordenação da nutrição durante o período de intervenção. **Estão em curso negociações para intensificar o compromisso do setor privado, ao passo que a descentralização das estruturas de coordenação nas províncias e regiões foi identificada como uma prioridade.**

Por último, as plataformas das Nações Unidas, dos doadores e da sociedade civil tornaram as suas redes oficiais ao nível central, através do estabelecimento de termos de referência e de planos de trabalho anuais, que **lhes permitiram tornarem-se operacionais e assistirem à continuação do crescimento do número dos seus membros.** Há também redes de investigadores e de deputados, mas ainda não são oficiais.

A legislação nacional sobre nutrição inclui uma estratégia nacional sobre alimentação de lactentes e crianças pequenas, um protocolo sobre a gestão abrangente da malnutrição grave, um código de comercialização de substitutos do leite materno e um plano estratégico sobre o enriquecimento de alimentos. Um plano de comunicação sobre nutrição de base comunitária está atualmente em fase de elaboração.

Um estudo das políticas existentes tornou possível avaliar e desenvolver, de forma participativa, uma nova política nacional multissetorial de nutrição em outubro de 2013. **Até à data, a nutrição está a ser integrada nos planos e políticas estratégicos de 11 ministérios** (incluindo os seguintes: educação, género, proteção social, agricultura e desenvolvimento rural) **que estão harmonizados com a política nacional de nutrição, com o apoio dos parceiros.**

O Plano Nacional Estratégico Multissetorial da Nutrição servirá de base à criação de um quadro comum de resultados e **foi elaborado um documento que especifica as etapas do seu desenvolvimento. Para lançar as bases deste documento, o Governo realizou um estudo, com o apoio do Banco Mundial, sobre a ordem de prioridades e a estimativa da relação custo-eficácia para a aplicação de ações de nutrição em grande escala. Assim que foi concluído, em setembro de 2014, revelou cinco cenários possíveis que**

deverão ser discutidos ao mais alto nível do Estado. Depois da elaboração do Plano Nacional Estratégico Multissetorial da Nutrição, está previsto atribuir um orçamento e convertê-lo num plano operacional de implementação que funcionará como um quadro comum de resultados e uma referência para futuros planos provinciais. No entanto, **lacunas no financiamento atrasaram o calendário planeado.**

As dotações orçamentais por parte do Estado foram monitorizadas ao longo dos últimos três anos (2012, 2013 e 2014). Alguns ministérios (saúde e educação) já tinham libertado rubricas orçamentais específicas, mas **uma rubrica orçamental adicional de mil milhões de francos congolezes foi registada pela primeira vez no orçamento de Estado de 2015. Esta será utilizada para continuar a desenvolver o Plano Nacional Estratégico Multissetorial da Nutrição, o quadro comum de resultados, o plano de investimento em**

nutrição e planos operacionais provinciais; criar comités intersetoriais de nutrição nas províncias; angariar mais fundos; e para a coordenação, acompanhamento e avaliação. A República Democrática do Congo espera que, assim que o Plano Nacional Estratégico Multissetorial da Nutrição e o quadro comum de resultados estejam implementados, o orçamento afetado a essa rubrica orçamental possa ser aumentado.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

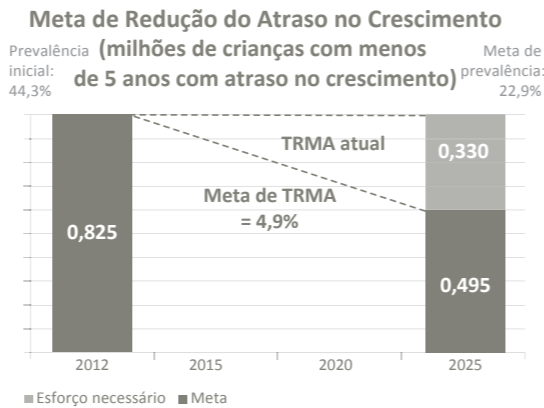
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Ruanda

Data de adesão:
Dezembro de 2011

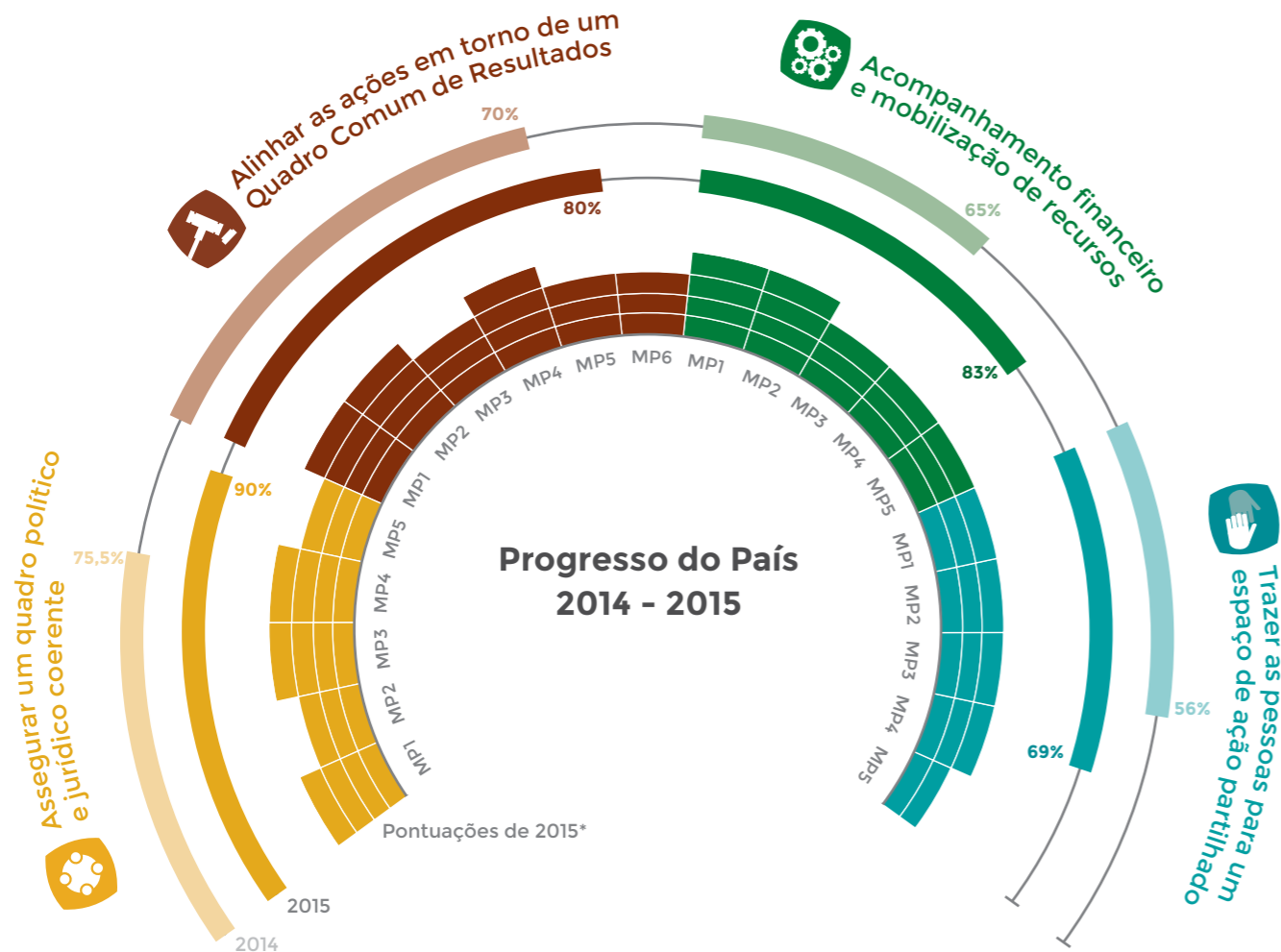
Destaques

- O Plano Estratégico Nacional de Alimentação e Nutrição do Ruanda (2013-2018) inclui abordagens específicas da nutrição e sensíveis à nutrição para combater a subnutrição. Estão em vigor políticas em setores-chave que têm um impacto sobre os resultados nutricionais, incluindo agricultura, redução da pobreza e desenvolvimento, saúde, educação e proteção social.
- O Ruanda adotou uma abordagem descentralizada para combater a nutrição, com o desenvolvimento do Plano Distrital para Eliminar a Malnutrição (PDEM), do Fórum de Ação Conjunta para o Desenvolvimento, a nível distrital, e do Plano de Ação Conjunto de Combate à Malnutrição.
- Trinta distritos desenvolveram e atualizaram os seus PDED e a sua implementação é monitorizada com o software "Devinfo".



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	37,9%
Baixo peso à nascença:	6,2%
Alimentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	87,3%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	2,2%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	7,7%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	17,4%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

No Ruanda, foram também estabelecidas várias plataformas multiator aos níveis central e local com o objetivo de fomentar a nutrição.

O Comitê de Coordenação Interministerial é o organismo de convocação de mais alto nível sob a liderança do Ministro da Saúde e copresidido pelo Ministro das Finanças e pelo Coordenador Residente da Organização das Nações Unidas (ONU). O comitê reúne representantes governamentais e parceiros de desenvolvimento.

Responsáveis dos ministérios da Saúde, da Agricultura e Recursos Animais e da administração local copresidem ao Comitê Diretor do Cluster Social da Alimentação e da Nutrição. Em conjunto, coordenam e implementam a Política Nacional para a Alimentação e a Nutrição, com o apoio dos ministérios da Educação, Género e Promoção da Família, Gestão de Catástrofes e Refugiados e Serviço Público e Trabalho.

O Grupo de Trabalho Técnico Nacional para a Alimentação e Nutrição foi criado em 2013 e é a plataforma multissetorial de coordenação da nutrição do Ruanda. O Grupo de Trabalho Técnico Nacional para a Alimentação e Nutrição inclui representantes do Comitê Diretor do Cluster Social da Alimentação e da Nutrição, dos doadores, das agências das Nações Unidas, da sociedade civil, da comunidade académica e do setor privado. O Programa REACH da ONU funciona como o organismo convocador da Rede das Nações Unidas e a Rede de Doadores é convocada pela União Europeia (UE). A Aliança da Sociedade Civil foi criada em 2014 e a comunidade académica está envolvida através do Grupo de Trabalho Técnico Nacional para a Alimentação e Nutrição. O setor privado estabeleceu a Aliança Nacional para o Enriquecimento de Alimentos sob os auspícios do Grupo de Trabalho Técnico Nacional para a Alimentação e Nutrição no âmbito do Ministério da Saúde.

Ao nível local, os comitês multissetoriais de nutrição são compostos por presidentes de câmara, diretores distritais de saúde, nutricionistas, agrónomos, veterinários e responsáveis da proteção social e da higiene e saneamento.

A Política Nacional para a Alimentação e Nutrição do Ruanda inclui abordagens tanto específicas como sensíveis à nutrição para abordar a subnutrição.

Foram implementadas políticas sensíveis à nutrição em setores-chave que exercem impacto nos resultados nutricionais, incluindo a agricultura, a redução da pobreza e o desenvolvimento, a saúde, a educação e a proteção social.

Dois exemplos em que a nutrição foi bem integrada enquanto subprograma são os seguintes: o Plano Estratégico para a Transformação da Agricultura no Ruanda Fase III e o Plano Estratégico para o Setor da Saúde III. Os programas de nutrição são descentralizados através de Planos de Ação Distritais para Eliminar a Malnutrição e de Níveis Distritais do Fórum de Desenvolvimento para a Ação Conjunta.

Ao abrigo da Política Nacional para a Alimentação e Nutrição (2013-2018), o Ruanda envolveu sete ministérios-chave do cluster social na atualização do "Plano de Ação Conjunta para Eliminar a Malnutrição", que será o Quadro Comum de Resultados para a implementação. A fim de harmonizar o sistema de relatórios para monitorizar os progressos alcançados no Plano Estratégico Nacional para a Alimentação e Nutrição, será criado um painel online de controlo nacional sobre a nutrição.

O objetivo da Política Nacional para a Alimentação e Nutrição (2013-2018) consiste em reduzir o atraso no crescimento até 2018 e as prioridades do Programa de Ajuda ao Desenvolvimento da ONU foram alinhadas com a Política Nacional para a Alimentação e Nutrição.

O total dos 30 distritos atualizou o respetivo Plano de Ação Distrital para Eliminar a Malnutrição e a sua implementação é monitorizada através do software "Devinfo". O Plano de Ação Conjunta para Eliminar a Malnutrição é multissetorial e inclui ações específicas e sensíveis à nutrição.

O Plano de Ação Conjunta para Combater a Malnutrição é orçamentado anualmente.

O Ministério da Agricultura desenvolveu um Plano Estratégico para a Transformação da Agricultura no Ruanda Fase III (2013-2018) orçamentado e o Ruanda estabeleceu um sistema de acompanhamento de recursos. São enviados relatórios financeiros mensais para o Ministério das Finanças e do Planeamento Económico, incluindo o relatório financeiro sobre intervenções específicas da nutrição.

A contribuição financeira do Governo foi claramente identificada. O Governo assinou um memorando de entendimento com a UE no sentido de atribuir 30 milhões de dólares à área da nutrição até 2016. Vários parceiros estão a angariar fundos de doadores, tanto no país como fora dele. Estima-se que o Ruanda venha a receber até 12 milhões de dólares por ano para a nutrição até 2016.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

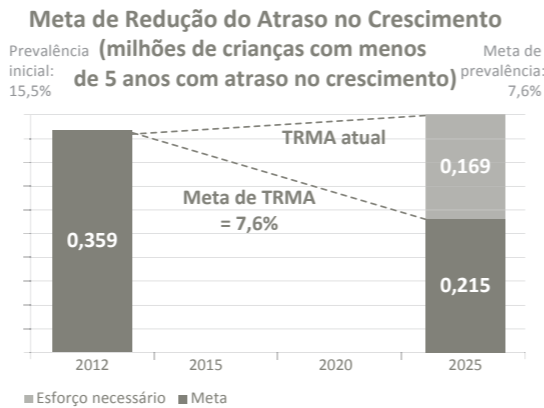
Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Destaques

- A Plataforma da Sociedade Civil é muito ativa. Estão a ser desenvolvidos modelos organizativos e de governação para a plataforma. Foram criados comités locais para monitorizar o processo do Movimento SUN a nível regional.
- O compromisso quinzenal do governo mobilizou efetivamente recursos para a nutrição. Foi desenvolvido um plano de defesa da sociedade civil para a mobilização de recursos adicionais.
- Desde a revisão da política de nutrição e a inclusão da nutrição no Plano Emergente do Senegal, um quadro de referência global para as políticas e estratégias do país para 2014-2018, o quadro jurídico no Senegal tem-se revelado particularmente promissor.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	19,2%
Baixo peso à nascença:	15,9%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	37,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	8,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	1,5%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	57,5%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A Célula de Luta contra a Malnutrição (CLM), ligada ao gabinete do Primeiro-Ministro, coordena as atividades da plataforma multissetorial. Esta plataforma multissetorial está **operacional e deve ser fortalecida através do seu alargamento e da união dos atores em torno de diversos tópicos, em reuniões periódicas.**

A plataforma do Sistema das Nações Unidas/doadores está operacional, realizando reuniões de dois em dois meses. Desenvolve trabalho no sentido de manter a adesão e o dinamismo de alguns dos seus membros. **A nova iniciativa de Saúde Reprodutiva, Educativa e Comunitária do Senegal (REACH) está a proceder ao levantamento dos atores no terreno a fim de melhorar a sinergia entre as ações e identificar com rigor as necessidades.**

A plataforma da sociedade civil registou progressos estruturais, graças ao apoio do Programa Alimentar Mundial (PAM). Um modelo organizativo e um texto preliminar sobre governação estão a ser elaborados para a plataforma. Foram criados a nível regional comités de monitorização local de processos do Movimento SUN (14 comités para as 14 regiões do Senegal).

A plataforma das universidades e a plataforma do setor privado estão atualmente em processo de criação, com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da Agência Canadense de Apoio à Cooperação (BACDI).

O quadro legislativo no Senegal é particularmente favorável. A política de nutrição foi revista e a nutrição foi incluída no Plano Emergente do Senegal, o quadro de referência global para as políticas e estratégias de Senegal para 2014-2018.

O processo de revisão da política de nutrição começou sob a liderança da CLD. O Senegal está atualmente a rever o seu documento de orientação para o desenvolvimento da nutrição, que data de 2001. O Senegal tem uma política nacional sobre

a alimentação de lactentes e crianças pequenas (ALCP) e promulgou o Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno na sua legislação. A estratégia de ALCP foi validada, assim como o plano estratégico para o enriquecimento de alimentos.

Está programada uma análise da situação das políticas e programas de segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a criação do plano de defesa da Plataforma da Sociedade Civil.

O Quadro Comum de Resultados (QCR) decorrerá do plano estratégico do setor da nutrição que se seguirá à revisão da política de nutrição. A natureza complementar das intervenções dos diversos setores oferece, contudo, uma oportunidade para a sua implementação a curto prazo.

Os doadores e os parceiros partilham a visão do governo, apoiando a CLD e os principais ministérios, bem como o plano de resposta do governo à malnutrição e à insegurança alimentar.

A Plataforma da Sociedade Civil inclui um projeto associativo cujos objetivos e diretrizes estratégicas estão alinhados com as prioridades nacionais.

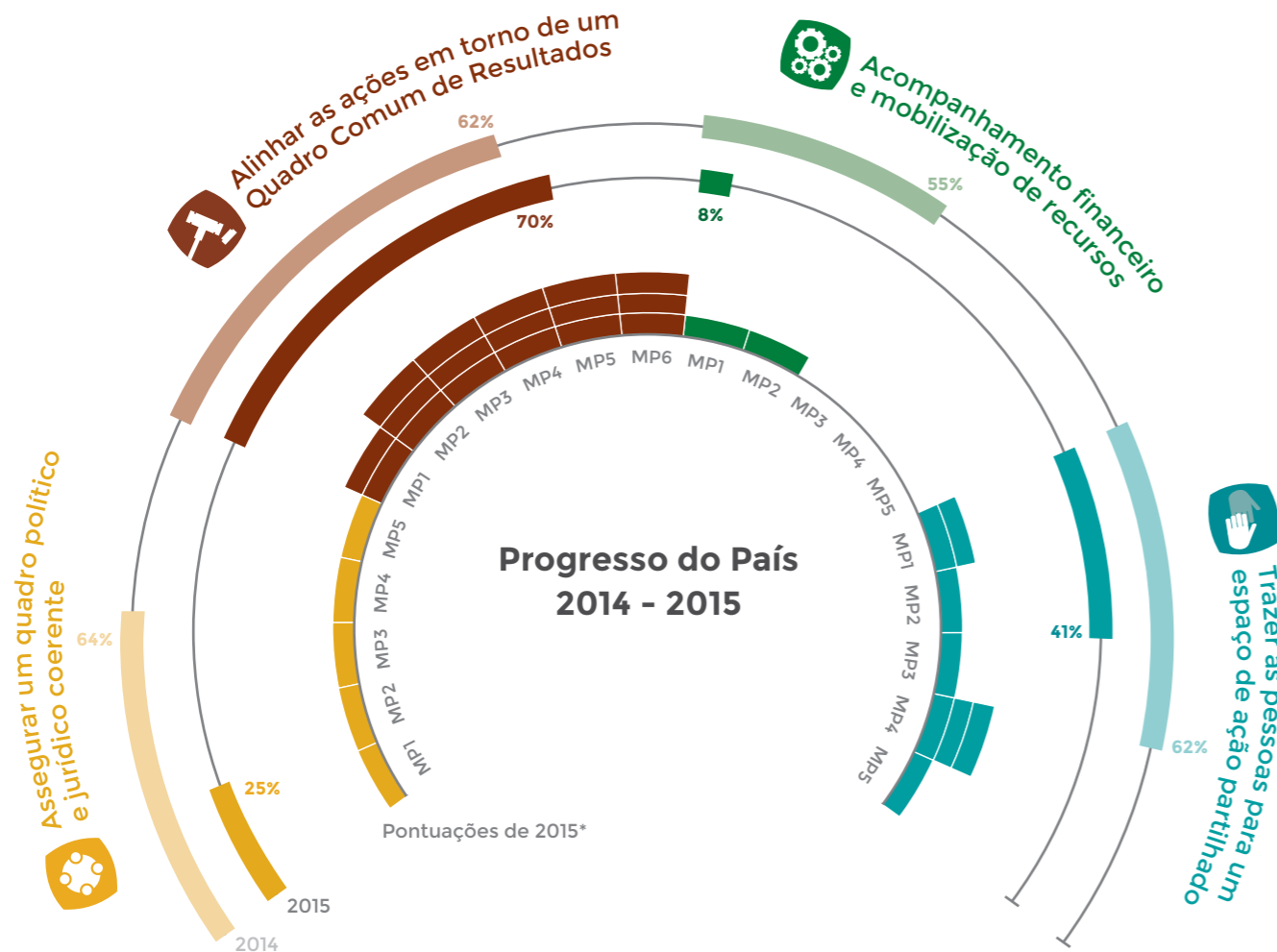
Será igualmente criado um mecanismo de monitorização e avaliação para acompanhar a implementação da política de nutrição.

Em 2011, o governo comprometeu-se a aumentar o financiamento para a nutrição de ano para ano, com vista a atingir 2,8 mil milhões de francos CFA por ano em 2015. **Relativamente a este compromisso, a mobilização de recursos para atividades especificamente relacionadas com a nutrição foi satisfatória. A monitorização dos recursos mobilizados melhorou a visibilidade, agora que o Ministério das Finanças está decisivamente implicado no processo. No entanto, as necessidades de todos os setores continuam a não estar rigorosamente identificadas.**

A plataforma do Sistema das Nações Unidas/doadores tem prestado apoio técnico e financeiro para a execução das iniciativas REACH e da Aliança Global para a Resiliência (AGR) no Senegal. Também esta prestará apoio técnico e financeiro à criação da Política Nacional de Nutrição. No entanto, a ausência de um QCR está a impedir a realização de verdadeiros progressos com o processo 4.

Está atualmente a ser desenvolvido, no âmbito do projeto-piloto da sociedade civil, um plano de defesa que leve o Estado, as autarquias locais, os parceiros, a sociedade civil, etc. a atribuir mais recursos financeiros aos setores da segurança alimentar e nutricional.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



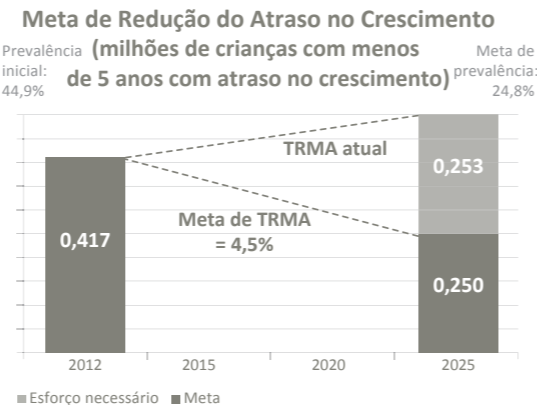
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Serra Leoa

Data de adesão:
Janeiro de 2012

Destaques

- A Serra Leoa tornou a nutrição numa prioridade do seu emblemático Plano Estratégico Quinquenal para a Redução da Pobreza - a "Agenda para a Prosperidade".
- Em colaboração com os Órgãos de Coordenação Distrital e os meios de comunicação social, a sociedade civil está a fortalecer-se e a coordenar as mensagens sobre alimentação e nutrição.
- Existem Comitês Parlamentares de Supervisão nas áreas da Saúde, Agricultura, Género e Educação que prestam apoio às Comissões Parlamentares para acelerar a promulgação de legislação em prol da alimentação e da nutrição e garantir que todos os programas, estratégias e políticas de desenvolvimento tenham um impacto positivo sobre o estado nutricional das mulheres e das crianças.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	37,9%
Baixo peso à nascença:	7,1%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	32,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	9,4%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	8,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	45,2%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

A epidemia do Ébola está a ter um efeito catastrófico sobre áreas cruciais de desenvolvimento (agricultura, educação, comércio, transportes e saúde) e o Secretariado do Movimento SUN, instalado no gabinete do Vice-Presidente, tem plena consciência dos difíceis desafios que envolve o combate à insegurança alimentar e ao elevado ónus da doença, especialmente entre os setores mais vulneráveis da sociedade. **A Serra Leoa tem apelado a todos os atores da Plataforma da Sociedade Civil (PSC), ao setor privado, aos doadores e à família das Nações Unidas (ONU) (que se reúne regularmente) para que se associem ao governo para apoiar o programa de fomento da nutrição (SUN) e permitir que o Secretariado do Movimento SUN desenvolva**

e apoie mecanismos de coordenação multissetoriais a nível distrital em matéria de alimentação e nutrição. A PSC é composta por organizações nacionais e internacionais não-governamentais e grupos de base comunitária que operam em diversas áreas, incluindo agricultores, pescadores, defensores dos direitos humanos, grupos de mulheres, associações de jovens, instituições de investigação, grupos de consumidores e sindicatos, que constituem em conjunto uma voz poderosa que apela à ação e ao investimento em nutrição. A PSC está a colaborar com a comunicação social para reforçar e coordenar as mensagens sobre alimentação e nutrição.

Para garantir total apoio político ao programa do Movimento SUN, o Executivo político está bem informado e entende perfeitamente a necessidade de incluir a nutrição na agenda política de desenvolvimento do país. **Com o apoio das comissões parlamentares (Saúde, Agricultura, Género e Educação), o parlamento está a acelerar a promulgação de legislação em prol da nutrição. As comissões parlamentares estão igualmente a exigir esclarecimentos sobre os resultados nutricionais das crianças de idade inferior a cinco anos e das mulheres em idade fértil em todas as políticas, programas e estratégias de desenvolvimento que passam pelo parlamento.** Os deputados estão a trabalhar no sentido de um aumento da participação da comunidade e da compreensão das questões da nutrição, assim como da garantia da sustentabilidade dos programas.

A Serra Leoa tornou a nutrição numa prioridade no seu Plano Estratégico Quinquenal de Redução da Pobreza - a "Agenda para a Prosperidade". **A Política Nacional de Alimentação e Nutrição foi validada e lançada em junho de 2015.** Existem outras políticas específicas da nutrição (relativas à malnutrição de lactentes e crianças pequenas, à malnutrição grave e à suplementação em micronutrientes) e políticas sensíveis à nutrição que abrangem setores-chave, como a agricultura e a segurança alimentar, a redução da pobreza e o desenvolvimento, e a saúde pública, mas precisam de ser operacionalizadas. As agências da ONU integraram a nutrição nos seus programas e planos nacionais de desenvolvimento e no Quadro das Nações Unidas para a Assistência ao Desenvolvimento (UNDAF) e estão a contribuir com apoio técnico para finalizar legislação que suporte o Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno.

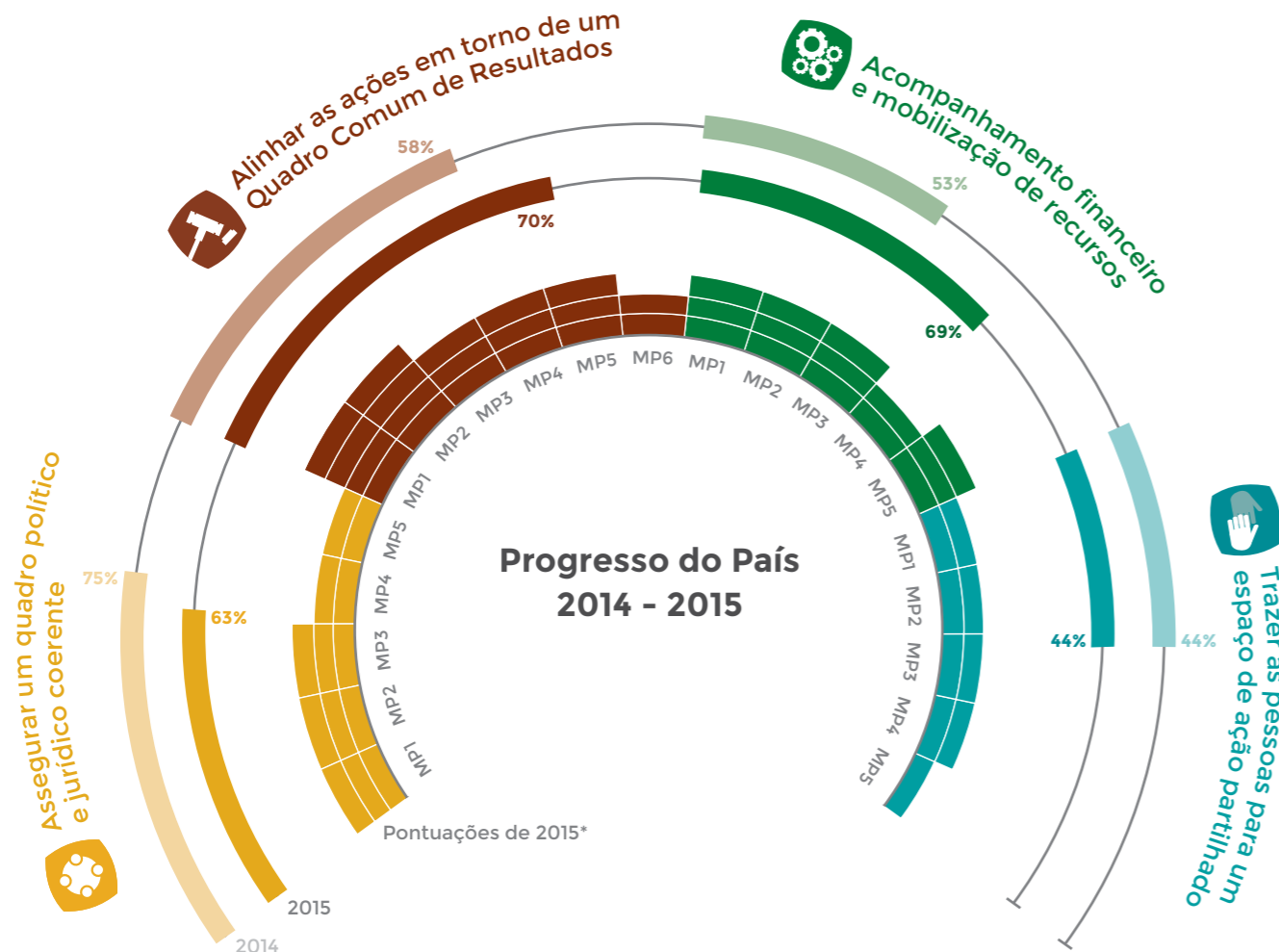
O Plano Nacional de Implementação da Alimentação e Nutrição (PNIAN) é o quadro comum de resultados. Foi revisto, validado e lançado em julho de 2015 pelo Vice-Presidente. O PNIAN e o orçamento foram desenvolvidos pelos atores de múltiplos setores para transpor as metas, objetivos e estratégias articulados no projecto de Política Nacional de Alimentação e Nutrição para áreas e atividades prioritárias exequíveis. Os programas estão alinhados em torno de áreas prioritárias com a participação dos ministérios

da tutela relevantes, do governo local e de grupos de atores externos. Foram identificados nove Pontos Focais ministeriais para apoiar a implementação de intervenções e serviços otimizados e há uma necessidade de desenvolver uma ferramenta de monitorização conjunta com base em indicadores de resultados. O desenvolvimento da ferramenta foi adiado devido ao surto do Ébola.

O Governo assumiu o pagamento dos salários do Secretariado do Movimento SUN e está a ser disponibilizado apoio logístico. O orçamento do (PNIAN) foi concluído em 2014 e o governo assegura a maior parte do seu financiamento (incluindo pessoal e funcionamento). **No entanto, este tem-se deparado com dificuldades devido ao surto do Ébola embora o governo ainda esteja empenhado em aumentar os recursos para a segurança alimentar e nutricional e mantenha rubricas orçamentais específicas para a nutrição nos orçamentos dos Ministérios da Saúde e Agricultura.** A Serra Leoa recrutou pessoal nos ministérios da Saúde, Agricultura,

Silvicultura e Segurança Alimentar e Bem-Estar Social. **A Irish Aid pretende apoiar o setor da nutrição em 2015, com especial destaque para a fase de recuperação pós-Ébola.** Os doadores e a PSC estão a incentivar o Secretariado do Movimento SUN para que monitorize e avalie a execução do orçamento para a nutrição do Ministério das Finanças e Desenvolvimento Económico e dos Parceiros de Desenvolvimento. O Parlamento também está a desempenhar um papel importante na defesa do compromisso financeiro do governo e de financiamentos acrescidos para intervenções do Movimento SUN no país.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

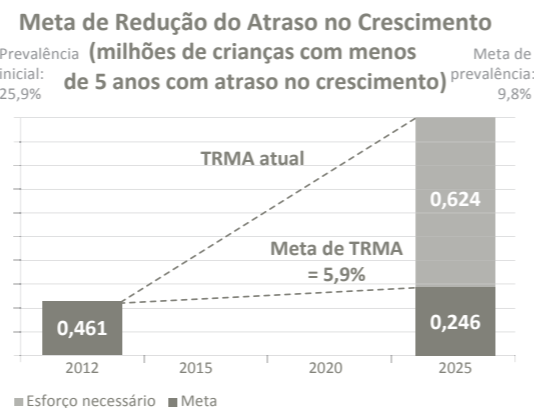
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Somália

Data de adesão:
Junho de 2014

Destaques

- A colaboração de todos os atores envolvidos na nutrição foi catalisada pelo envolvimento da Somália no Movimento SUN e permitiu o estabelecimento de acordos institucionais intersectoriais que garantem que todo o espectro de políticas governamentais e quadros jurídicos se debruce sobre a questão de uma boa nutrição.
- Está implementado um quadro robusto que integra a nutrição no pacote essencial de serviços de saúde (PESS) e a integração do Pacote de Serviços Básicos de Nutrição está assegurada em áreas da Somália em que o PESS está a ser implementado.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	25,9%
Baixo peso à nascença:	5,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	9,1%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	14,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	2,9%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	42,6%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



A República Federal da Somália aderiu ao Movimento SUN em 2014, através de uma carta de compromisso do Diretor-Geral do Ministério da Saúde e Serviços Humanos. A nível central, o Gabinete do Primeiro-Ministro acolhe o Secretariado do Movimento SUN. O Secretariado do Movimento SUN está a cooperar com parceiros de desenvolvimento para estabelecer um comité multisectorial de alto nível em Mogadíscio.

Na região de Puntland, no nordeste da Somália, têm sido feitos progressos significativos na união dos atores com vista a alinhar os esforços de fomento da nutrição e obter compromissos de alto nível. Estas ações têm registado sucesso, tendo o Vice-Presidente de Puntland organizado a primeira reunião do comité multisectorial de alto nível do Movimento SUN, em fevereiro de 2015, e anunciado que o seu gabinete irá acolher a plataforma multisectorial de Puntland para a nutrição.

Na região da Somalilândia, no noroeste da Somália, estão em curso planos para estabelecer modalidades de coordenação com o apoio de parceiros a nível central e parceiros de desenvolvimento externos.

As prioridades para o futuro incluem a institucionalização de Secretariados do Movimento SUN a nível central e regional e o estabelecimento de acordos com os parceiros sobre planos de trabalho futuros. As discussões sobre os planos de trabalho incluirão a identificação de um processo de comunicação de opiniões ao nível central, que inclui parceiros locais, a avaliação de resultados, a partilha de informações e planos de defesa.



Ao longo dos últimos dois anos, tem-se verificado uma maior apropriação e liderança por parte do governo da política de nutrição e supervisão dos programas de nutrição, particularmente através da prestação de serviços de saúde. As políticas e estratégias relevantes para a nutrição incluem a Política de Saúde e Nutrição, a Estratégia de Micronutrientes e a Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades em matéria de Nutrição. Para além do Plano de Ação para a Nutrição, que foi orçamentado, estas apresentam uma oportunidade de integração.

A colaboração de todos os atores envolvidos na nutrição foi catalisada pelo envolvimento da Somália no Movimento SUN e permitiu o estabelecimento de acordos institucionais

intersectoriais que garantem que todo o espectro de políticas governamentais e quadros jurídicos se debruce sobre a questão de uma boa nutrição. A Somália reconheceu a necessidade de desenvolvimento de uma estratégia multisectorial para concentrar os esforços de todos os ministérios da tutela. Além disso, planeia apoiar uma análise e atualização das políticas e estratégias relacionadas com a nutrição noutros setores, incluindo a agricultura e a segurança alimentar, a redução da pobreza e a proteção social, a água e saneamento e a educação. A Somália também está ciente da necessidade de finalizar legislação com relevância para o Código Internacional dos Substitutos do Leite Materno.



Está implementado, no âmbito do Ministério da Saúde, um quadro robusto que integra a nutrição no pacote essencial de serviços de saúde (PESS), apesar de a gama completa de intervenções nutricionais não estar a ser implementada de forma sistemática e a integração da nutrição na saúde continuar a ser parcial. A Somália tem o objetivo de desenvolver um Quadro Comum de Resultados (QCR). Entretanto, as agências das Nações Unidas e outras organizações não-governamentais estão a trabalhar em colaboração com o Ministério da Saúde para alinhar os programas em todos os setores.

A integração do Pacote de Serviços Básicos de Nutrição (PSBN) está assegurada em áreas da Somália em que o PESS está a ser implementado com o apoio do Programa Conjunto de Saúde e Nutrição (PCSN). O PCSN também tem vindo a apoiar unidades

de nutrição do Ministério da Saúde e Serviços Humanos a nível nacional e regional para assegurar que esteja disponível capacidade suficiente em todas as instituições fundamentais do governo. O Consórcio para a Saúde do Povo Somali (CSPS) é igualmente um parceiro importante na implementação. Este organismo integrou a nutrição no pacote PESS que está a ser distribuído em três regiões com ênfase na intervenção comunitária.

O grupo de ação humanitária inclui intervenções nutricionais suscetíveis de salvar vidas e é revisto no âmbito dos planos de intervenção mais alargados em saúde e nutrição. O setor da Água, Saneamento e Higiene (WASH) está a trabalhar na implementação de planos de saneamento integral liderados pelas comunidades e de aldeias livres de defecação a céu aberto para reduzir as doenças diarreicas.



O acompanhamento das despesas com nutrição a nível governamental não está disponível e a maioria dos fundos para os programas de nutrição é gerida por agências das Nações Unidas ou por consórcios de organizações não-governamentais. Os três canais principais são os sistemas de Grupos de Ação Humanitária, o Consórcio para a Nutrição da Somália (CNS) e os Programas de Desenvolvimento e Saúde (PCSN e CSPS).

As intervenções são, na sua maioria, implementadas diretamente pelas organizações não-governamentais e centram-se principalmente na gestão da malnutrição grave e na aquisição e entrega de Alimentos Terapêuticos Prontos para Uso (ATPU). A prioridade para a Somália consiste em reforçar a sua capacidade nacional para acompanhar os financiamentos à nutrição com base num quadro político que oriente a atribuição de recursos.

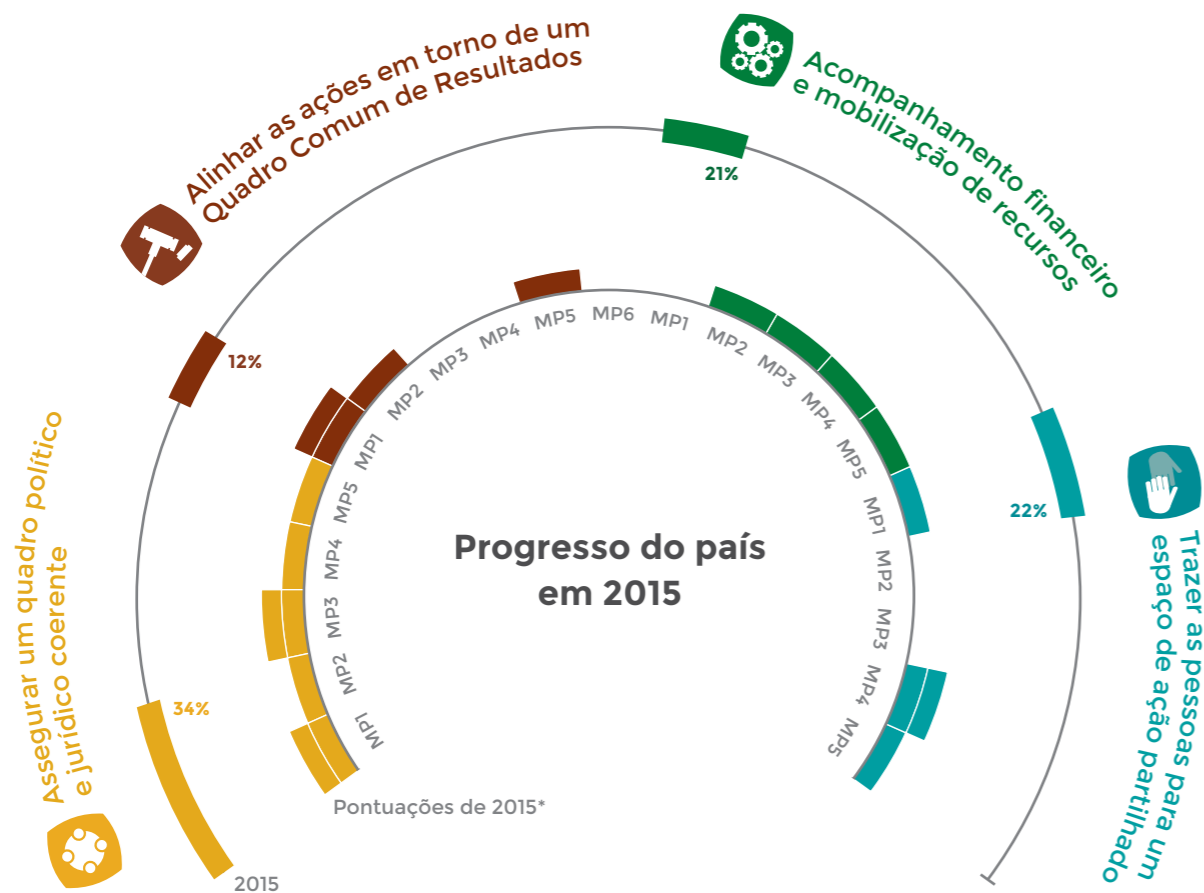
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado



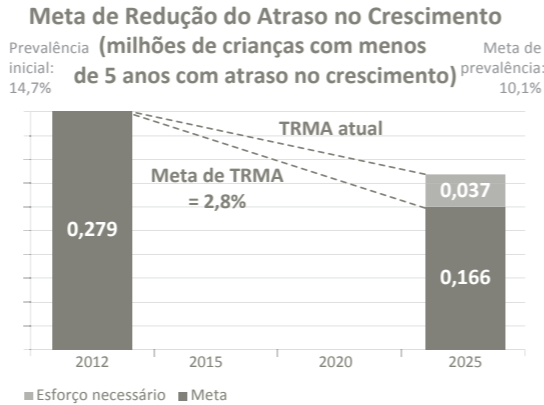
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Sri Lanka

Data de adesão:
Outubro de 2012

Destaques

- O governo do Sri Lanka declarou o mês de junho como o Mês Nacional da Nutrição e alinhou várias campanhas de defesa e eventos de alto nível para demonstrar a importância da nutrição ao público em geral.
- Foi convocado um Comitê de Revisão da Política Nacional da Nutrição com a participação de múltiplos atores e foram finalizados Termos de Referência para avaliar criticamente a PNN e alinhar a política revista com as Metas Globais para 2025 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com mecanismos reforçados para o processo de implementação.
- Estão em desenvolvimento Planos de Ação de Defesa preliminares para as Organizações da Sociedade Civil relativamente aos temas específicos da Segurança Alimentar e da Comunicação para uma Melhor Nutrição.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	14,7%
Baixo peso à nascença:	18,1%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	75,8%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	21,4%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	0,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	25,7%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



O Conselho Nacional de Nutrição (CNN) do Sri Lanka é presidido pelo Presidente e o Secretário Adjunto da Secretaria Presidencial é o Ponto Focal SUN no Governo. O Comitê Diretor Nacional para a Nutrição é o órgão de implementação do CNN que reúne 17 ministérios (incluindo Planeamento, Agricultura, Pescas, Pecuária, Saúde, Assuntos/ Capacitação das Mulheres, Educação, Serviços Sociais, Alívio da Pobreza e Comércio e Indústria), em estreita colaboração com a sociedade civil e organizações não-governamentais, e é apoiado pelas Agências das Nações Unidas (ONU).

As agências das Nações Unidas (e o Banco Mundial) apoiam o governo do Sri Lanka para que alcance melhor segurança alimentar e nutricional. O Fórum Popular para o Fomento da Nutrição é a Aliança da Sociedade Civil estabelecida que presta apoio à implementação de ações no terreno, sendo a organização Save the Children o principal parceiro de implementação. **Recentemente, foi realizado um Fórum para a Sensibilização da Comunicação Social para sensibilizar os atores do setor da comunicação social, incluindo editores, jornalistas, diretores de programas e apresentadores de rádio e televisão, e para discutir os aspetos éticos da comunicação social nas campanhas de publicidade e sensibilização para a nutrição.**



A Política Nacional de Nutrição (PNN) 2010-2018 proporciona uma plataforma para a coordenação intersectorial, a fim de acelerar os esforços para alcançar uma nutrição ideal para todos. A PNN está ligada a um Plano Estratégico Nacional para a Nutrição (2009) viável que identifica as principais intervenções relacionadas com a saúde e não relacionadas com a saúde destinadas a melhorar a situação nutricional.

A nutrição está também integrada nas políticas setoriais, incluindo:

- Política Nacional de Agricultura
- Política e Estratégias Nacionais de Desenvolvimento da Pecuária
- Política de Cantinas Escolares
- Política sobre as Doenças Não Transmissíveis
- Política de Desenvolvimento de Cuidados na Primeira Infância

Foi criada uma Comissão de Revisão multiatores da PNN e foi convocada uma reunião para finalizar os Termos de Referência (TdR). Os TdR descrevem o papel da Comissão na avaliação crítica da PNN e garantem o alinhamento desta com as Metas Globais da Assembleia Mundial da Saúde para 2025 e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), com mecanismos de implementação mais robustos.

Estão em desenvolvimento Planos de Ação de Defesa preliminares para as Organizações da Sociedade Civil relativamente aos temas específicos da Segurança Alimentar e da Comunicação para uma Melhor Nutrição. A legislação nacional abrange a Lei Alimentar, a iodização do sal, a rotulagem dos alimentos, a publicidade aos alimentos, a defesa do consumidor e o Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno. A licença de maternidade abrange 6 meses pagos no setor público e 3 meses no setor privado.



O Plano de Ação Multissetorial para a Nutrição (PAMSN) é o Quadro Comum de Resultados (QCR) que define objetivos e etapas para reduzir a prevalência da subnutrição, da anemia e do atraso no crescimento entre grupos populacionais cruciais, bem como para melhorar a segurança alimentar e fornecer acesso a água potável, saneamento e higiene para os agregados familiares em risco. O PAMSN foi aprovado conjuntamente pelos 17 ministérios e pelos parceiros nacionais. Atualmente, o PAMSN está a ser revisto por especialistas a fim de evitar a sua diluição, promover a priorização e intensificar as atividades em curso relacionadas com a nutrição a nível nacional, provincial, distrital

e departamental. O ambiente institucional multissetorial no país também se reflete a nível provincial em duas províncias, esperando-se o seu alargamento à totalidade das nove províncias. Uma célula de monitorização acompanhará a execução global com base no quadro baseado em resultados da Organização Mundial da Saúde, que obteve o consenso dos ministérios da tutela para facilitar a análise conjunta das informações recolhidas. Foi igualmente desenvolvida uma nota de orientação de monitorização para adoção a nível distrital e está a ser criada uma base de dados para monitorizar as atividades.



O PAMSN foi parcialmente orçamentado. Estão a ser orçamentadas intervenções específicas da nutrição deste plano com a ajuda do Banco Mundial, através da Ferramenta One Health. É concedido financiamento por diversas fontes, incluindo o governo e os doadores. Foi estabelecida no Ministério da Saúde uma rubrica orçamental

específica para a nutrição com fundos afetados pelo Tesouro. A fim de implementar o PAMSN, cada ministério foi instruído pelo Tesouro a criar uma rubrica orçamental separada para a nutrição, através de uma conjugação de recursos (parcerias público-privadas, dotações de fundos provinciais).

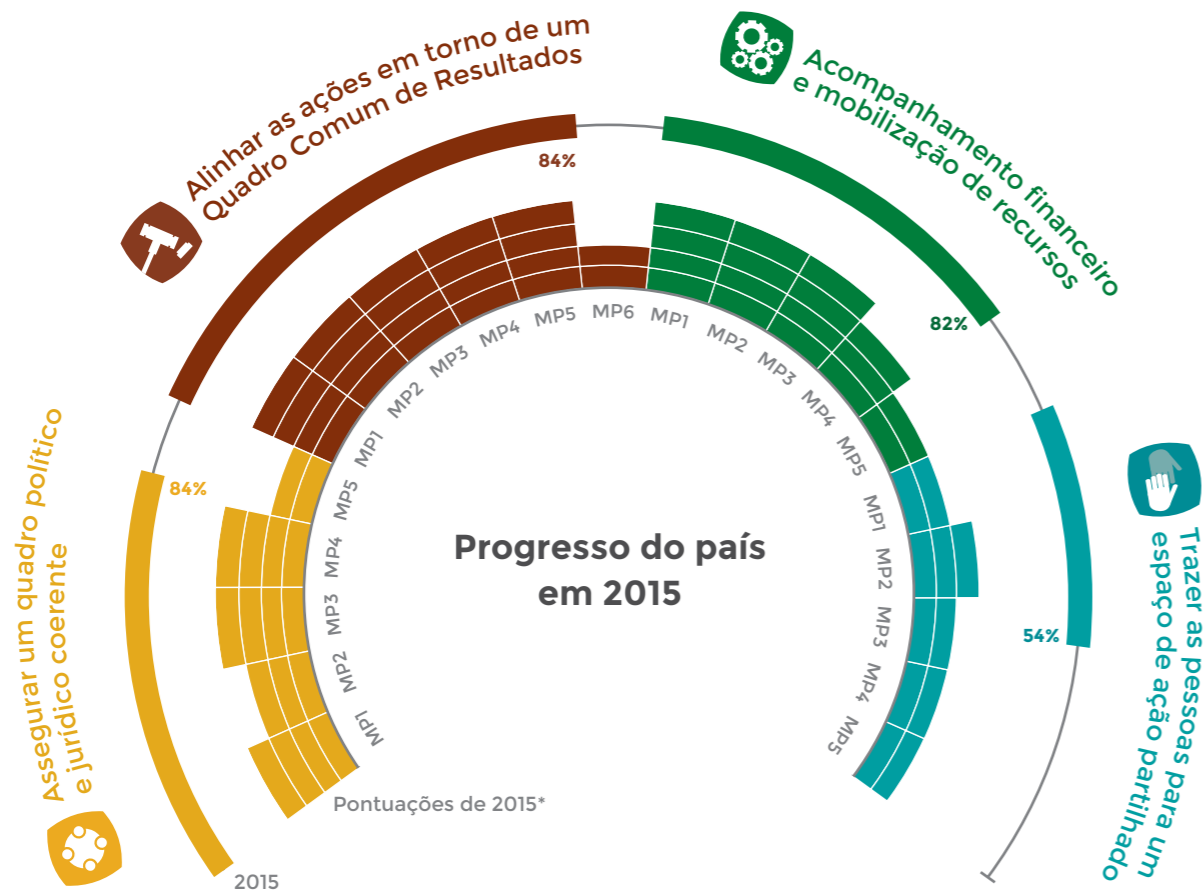
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Traz as pessoas para um espaço de ação partilhado



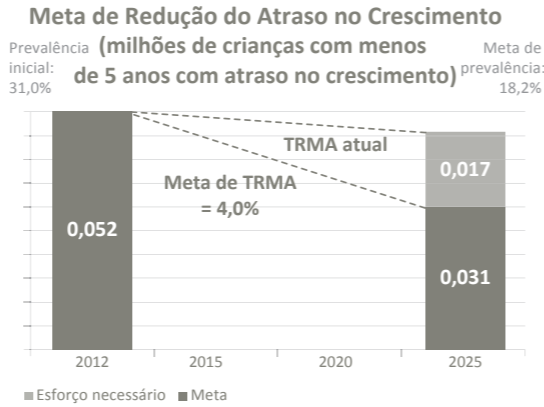
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Suazilândia

Data de adesão:
Novembro de 2013

Destaques

- A nutrição está integrada no Plano Nacional de Ação para a Nutrição (1997) da Suazilândia, no Índice de Desenvolvimento da Suazilândia, na Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Suazilândia 2, no Plano Estratégico Nacional do Setor da Saúde 2, na Política Global para o Setor Agrícola, no Plano Estratégico de Unidades de Saúde de Proximidade, na Estratégia e Plano de Ação para a Redução da Pobreza, no Plano de Investimento Nacional na Agricultura e no Plano de Ação das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
- Foram realizadas uma análise de lacunas e o levantamento das intervenções dos atores em matéria de nutrição para auxiliar o desenvolvimento de uma orientação para a prevenção do atraso no crescimento.
- O governo da Suazilândia adotou o Quadro de Despesas Trienal a Médio Prazo para o Acompanhamento Financeiro com a ajuda de parceiros.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	31,0%
Baixo peso à nascença:	8,7%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	44,1%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	0,8%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	10,7%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	27,8%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Conselho Nacional de Nutrição (CNN) da Suazilândia é o órgão mediador do Ministério da Saúde que coordena as intervenções nutricionais e dispõe de autoridade para a formulação de políticas, mobilização de recursos e prestação de respostas técnicas. O CNN reúne vários ministérios, incluindo Agricultura, Educação, Comércio e Indústria, Finanças, Economia, Planeamento e Desenvolvimento. Outras alianças com competências em matéria de nutrição incluem o Fórum para a Segurança Alimentar e Nutricional, o Fórum para a Saúde e Nutrição Infantil, a Aliança para os Micronutrientes e o Fórum para a Água, Saneamento e Higiene (WASH). A implementação de intervenções específicas é muitas vezes liderada por Grupos de Trabalho de apoio ao CNN.

A Rede das Nações Unidas para a Nutrição na Suazilândia inclui o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Programa Alimentar Mundial (PAM) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). A Assembleia de Coordenação das Organizações Não-Governamentais (ACONG) é a entidade de cúpula que reúne diferentes organizações da sociedade civil. O envolvimento do setor privado é patente no trabalho coordenado da Autoridade de Normalização da Suazilândia (ANS) e da Premier Swazi Milling Division.

Foi realizado um levantamento dos atores, incluindo ministérios, doadores e parceiros, que apoiam atualmente atividades específicas da nutrição e sensíveis à nutrição, a fim de orientar a execução das intervenções.

A Política Nacional de Nutrição (PNN) foi elaborada e aguarda a aprovação do Parlamento. **Estão em curso ações de defesa pelo CNN com o apoio dos parceiros de desenvolvimento com vista à sua aprovação. Estão em andamento planos para o desenvolvimento de um Plano Estratégico de Nutrição que operacionalizará as prioridades delineadas na PNN.** A nutrição foi integrada em vários dos documentos nacionais:

- Estratégia e Plano de Ação para a Redução da Pobreza
- Plano de Investimento Nacional na Agricultura (PINA)
- O Quadro de Ajuda ao Desenvolvimento das Nações Unidas na Suazilândia (UNDAF)

Foi elaborado um novo relatório sobre a análise de lacunas e o levantamento das intervenções nutricionais para auxiliar o desenvolvimento de um Plano de Ação para a prevenção do atraso no crescimento.

A Lei de Saúde Pública revista (a ser aprovada) integra o Código de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno e a iodização do sal está regulamentada a nível nacional, sendo que o seu incumprimento é passível de condenação penal.

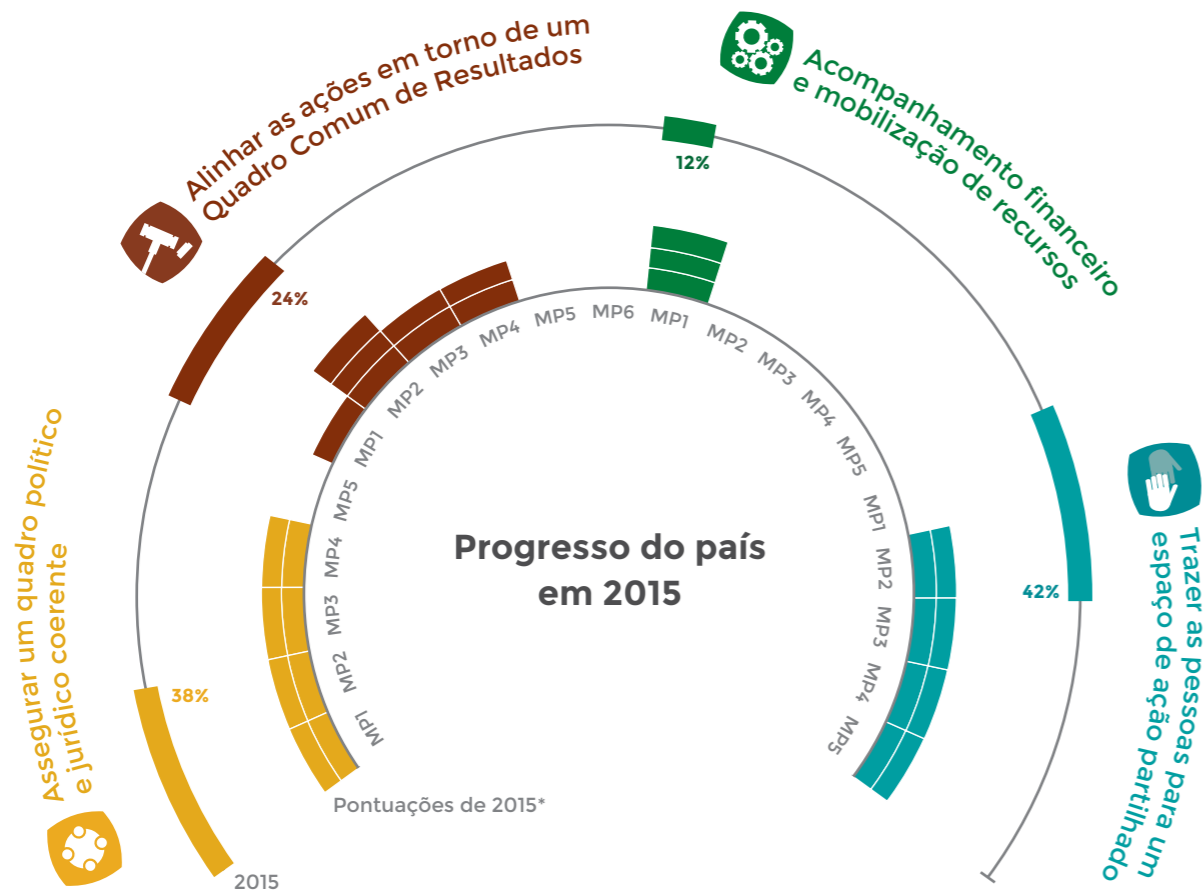
A Suazilândia ainda não desenvolveu um Quadro Comum de Resultados, embora as metas de nutrição se encontrem definidas nas políticas setoriais nacionais. **O UNDAF alinha diferentes indicadores de nutrição com as metas nacionais e** embora os programas de nutrição estejam harmonizados com os planos nacionais de desenvolvimento,

continuam a existir oportunidades para ações harmonizadas em todos os setores e para a monitorização e relato dos ministérios da tutela. **Uma vez aprovada a Política Nacional de Nutrição, será desenvolvido um Quadro de Monitorização e Avaliação para facilitar um acompanhamento e relato rigorosos.**

O Governo da Suazilândia adotou um **Quadro de Despesas Trienal a Médio Prazo para o Acompanhamento Financeiro com a ajuda de parceiros.** O financiamento nacional para a nutrição é em grande parte atribuído através do Ministério da Saúde e do Ministério da Agricultura. **Os recursos financeiros do governo para a nutrição aumentaram substancialmente e foram recrutados mais nutricionistas em diferentes ministérios.**

O projeto da PNN ainda não se encontra orçamentado, embora estejam a ser afetados recursos para intervenções nutricionais prioritárias, determinadas pelo Plano de Trabalho Anual do CNN. Não têm sido consistentemente acompanhados os recursos dos parceiros de desenvolvimento com os recursos do CNN. Verifica-se ainda uma necessidade de controlar explicitamente o financiamento dos doadores para a nutrição para garantir que todos os programas que contribuem para a nutrição sejam contabilizados a fim de melhorar o planeamento dos programas de fomento da nutrição.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

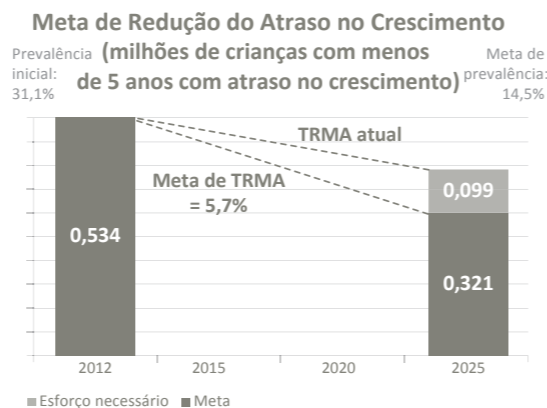
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Sudão do Sul

Data de adesão:
Junho de 2013

Destaques

- A equipa do Movimento SUN do Sudão do Sul reconhece a importância de combater os altos níveis de malnutrição e está determinada em desenvolver uma estratégia global de longo prazo que combata eficazmente os problemas do país a nível de atraso no crescimento e magreza extrema.
- A prioridade da plataforma multiator será o desenvolvimento de um Quadro Comum de Resultados e de um pacote de intervenções com objetivos estratégicos por setor. Será desenvolvido um sistema robusto de monitorização e avaliação para complementar o QCR.
- O departamento de Finanças do Sudão do Sul concordou em estabelecer uma rubrica orçamental separada para programas de nutrição no Ministério da Saúde.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	31,1%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	45,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	22,7%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	6,0%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	-

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Sudão do Sul está a criar mecanismos para promover a coordenação da nutrição. Sendo este o seu primeiro ano de funcionamento, os atores estão convictos de que serão alcançados muitos mais resultados nos próximos anos. O Sudão do Sul aderiu ao Movimento SUN em 2013 e designou o subsecretário do Ministério da Saúde (MS) como o Ponto Focal SUN no Governo, com o apoio do Diretor da Nutrição (MS) como Ponto Focal técnico. O Ministério da Saúde tem recebido apoio dos parceiros das Nações Unidas (ONU) para estabelecer um secretariado do Movimento SUN a nível nacional.

Estão igualmente em desenvolvimento Termos de Referência para uma Plataforma Multissetorial (PMS) que serão aprovados pelo Ministro da Saúde. Os membros propostos para a PMS incluem representantes de ministérios da tutela, de agências da ONU, da sociedade civil e do meio académico.

Verificam-se progressos no sentido da criação de uma Aliança da Sociedade Civil e de uma Rede de Empresas. O Sudão do Sul está apostado em aprender com a experiência de outros Países SUN e estão em curso planos para uma visita presencial de intercâmbio de aprendizagens.

O Sudão do Sul está igualmente a planear um evento de alto nível que promoverá a importância da nutrição e facilitará o apoio político e coletivo necessário para intensificar as ações.

Atualmente, a mediação dos diferentes atores no contexto do Sudão do Sul representa um enorme desafio a superar, mas o estabelecimento de uma PMS contribuirá para reunir decisores e formuladores de políticas fundamentais de diferentes ministérios e setores numa plataforma comum de debate. A PMS permitirá a revisão e alinhamento coletivos das políticas e da legislação relativas a diferentes determinantes de uma boa nutrição.

o Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN relativo à comunicação das despesas relacionadas com a nutrição a nível de setores. As agências das Nações Unidas (Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Programa Alimentar Mundial (PAM), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e Organização Mundial da Saúde) estão a trabalhar com o Ministério da Saúde para desenvolver e aplicar políticas e legislação básicas, incluindo a Iodização Universal do Sal, códigos de comercialização dos Substitutos do Leite Materno e leis e normas relativas ao enriquecimento de alimentos.

O departamento de Finanças do Sudão do Sul concordou em estabelecer uma rubrica orçamental separada para programas de nutrição no MS. Tal foi possível graças ao envolvimento efetivo com o departamento de Finanças, em preparação para

A equipa do Movimento SUN do Sudão do Sul reconhece a importância de combater os altos níveis de malnutrição e está determinada em desenvolver uma estratégia global de longo prazo que combata eficazmente os problemas do país a nível de atraso no crescimento e magreza extrema. A prioridade da PMS será o desenvolvimento

de um Quadro Comum de Resultados (QCR) e de um pacote de intervenções com objetivos estratégicos por setor. Será desenvolvido um sistema robusto de monitorização e avaliação para complementar o QCR. **A UNICEF e o PAM já congregaram esforços com o Ministério da Saúde para começar a trabalhar no QCR.**

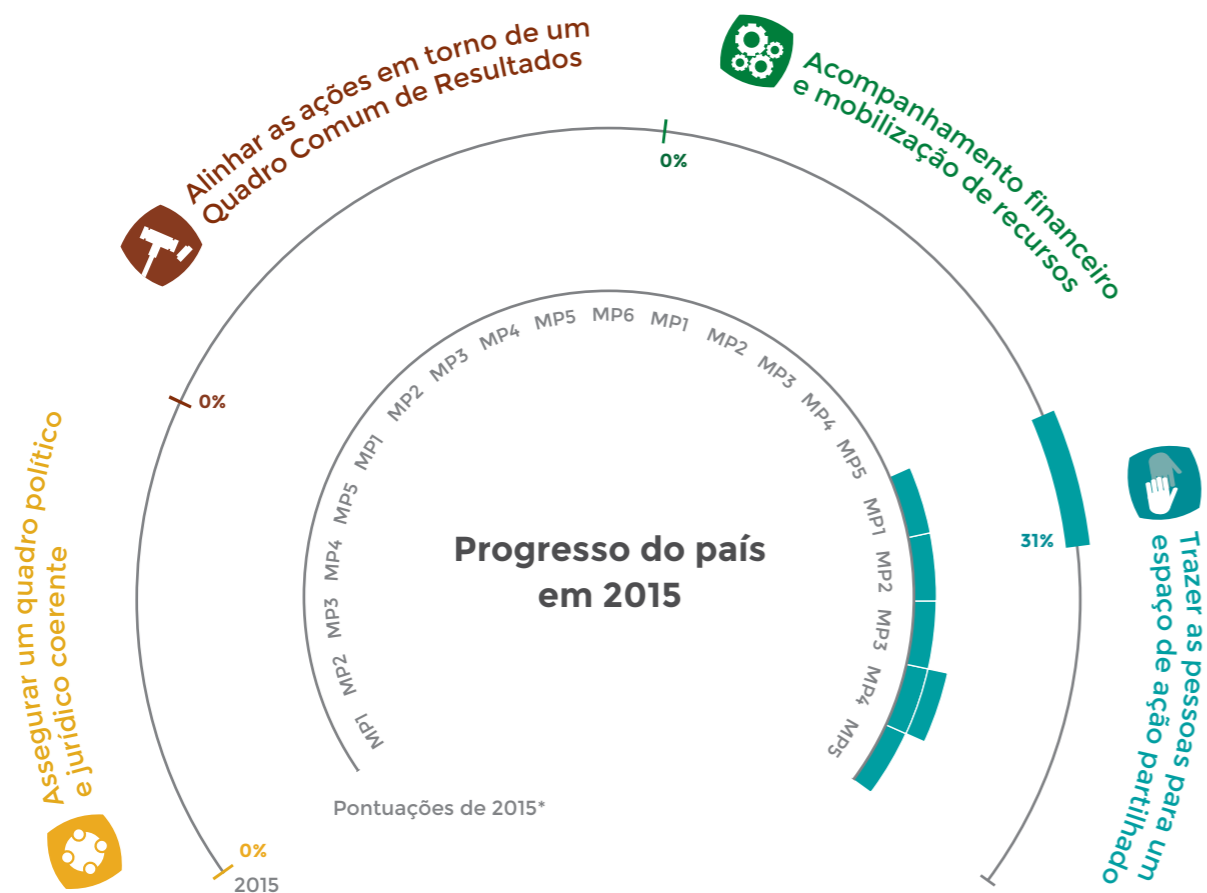
Sendo um país de formação recente, o Sudão do Sul possui capacidades limitadas para mobilizar recursos técnicos e financeiros suficientes para a nutrição. **A participação do Sudão do Sul no Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN sobre despesas relacionadas com a nutrição revelou-se uma experiência de aprendizagem elucidativa para os atores envolvidos. O exercício permitiu que chegassem a um consenso com o departamento de Finanças relativamente à criação de uma rubrica orçamental separada para o Departamento de Nutrição do Ministério da Saúde.**

programas de nutrição e o financiamento é principalmente canalizado através de agências da ONU e de organizações da sociedade civil.

Estão a ser implementadas em todo o país intervenções nutricionais, com importantes contributos direcionados para programas de combate à malnutrição muito grave em situações de emergência, mas os fundos disponíveis para as principais intervenções de desenvolvimento a fim de enfrentar a malnutrição crónica ou evitar o atraso no crescimento são limitados.

Uma das prioridades para o Sudão do Sul é estabelecer um sistema transparente de relato e acompanhamento financeiros que permita que o governo e os doadores controlem os recursos e garantam a transparência e a prestação de contas.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

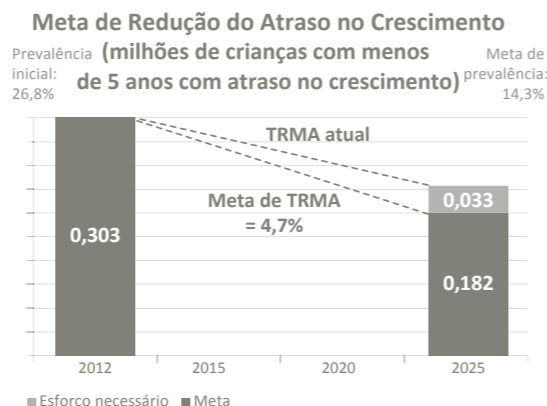
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Tadjiquistão

Data de adesão:
Setembro de 2013

Destaques

- Foi desenvolvida em 2014 uma Nota Concetual sobre Segurança Alimentar e Nutricional para apresentação a responsáveis governamentais de alto nível com vista a defender a atribuição à nutrição do estatuto de prioridade de desenvolvimento nacional, a qual culminou na inclusão bem-sucedida da Segurança Alimentar e Nutricional na nova Estratégia Nacional de Desenvolvimento para (2016-2030).



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	26,8%
Baixo peso à nascença:	7,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	34,3%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	9,9%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	6,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	24,6%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

No Tadjiquistão, o Ministério da Saúde e Proteção Social da População (MSPSP) medeia um Conselho de Coordenação Multissetorial (CCMS) para trabalhar ao nível das políticas de nutrição. Este organismo foi criado em 2014 e é apoiado por um Grupo de Trabalho Técnico. O CCMS e o respetivo grupo de trabalho incluem representantes dos Ministérios da Agricultura; Economia, Comércio e Desenvolvimento; Finanças; e Indústria e Novas Tecnologias e do Instituto da Nutrição.

O Fundo das Nações Unidas para a Infância e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional atuam como Mediadores de Doadores e garantem a participação ativa dos parceiros de desenvolvimento. Está igualmente em curso a participação de outros intervenientes, incluindo a sociedade civil e as empresas. **Foi organizada, em agosto de 2014, uma reunião de Fomento da Nutrição com a duração de um dia, para reunir todos os atores relevantes, em que também estiveram presentes representantes do Nepal e do Quirguistão que trocaram ideias e melhores práticas.**

A segurança alimentar e nutricional foi incluída como objetivo prioritário na nova Estratégia Nacional de Desenvolvimento para 2016-2030. Este foi o resultado da apresentação pelos atores de uma Nota Concetual sobre Segurança Alimentar e Nutricional a responsáveis governamentais de alto nível para defender a atribuição à nutrição do estatuto de prioridade de desenvolvimento nacional.

Além disso, a **participação do Vice-Presidente do Parlamento do Tadjiquistão na Segunda Conferência Internacional sobre Nutrição e na Reunião Global do Movimento SUN em Roma, em 2014, foi determinante para a chamada de atenção dos decisores políticos para a nutrição.**

Foi igualmente aprovada em 2014 uma Estratégia de Nutrição e Atividade Física.

O Tadjiquistão colaborou com a MQSUN, através do Secretariado do Movimento SUN, na análise do alinhamento das políticas e planos de nutrição e na condução do levantamento inicial das atividades de nutrição pelos atores em 2014. **Este foi o seu primeiro passo para o desenvolvimento de um Quadro Comum de Resultados (QCR) que funcione como o plano de ação multissetorial para a melhoria da nutrição.** Tratou-se de um exercício exaustivo de balanço para assegurar a execução eficaz de programas específicos da nutrição com base numa análise contínua dos estrangulamentos do programa.

em recomendações com clareza concetual e num roteiro para o desenvolvimento do QCR.

A Fase II do apoio da MQSUN para o Tadjiquistão foi confirmada após um atraso devido a problemas contratuais. Este apoio inclui a finalização de um QCR e uma revisão dos planos de apoio multissetoriais em linha com os quadros políticos existentes.

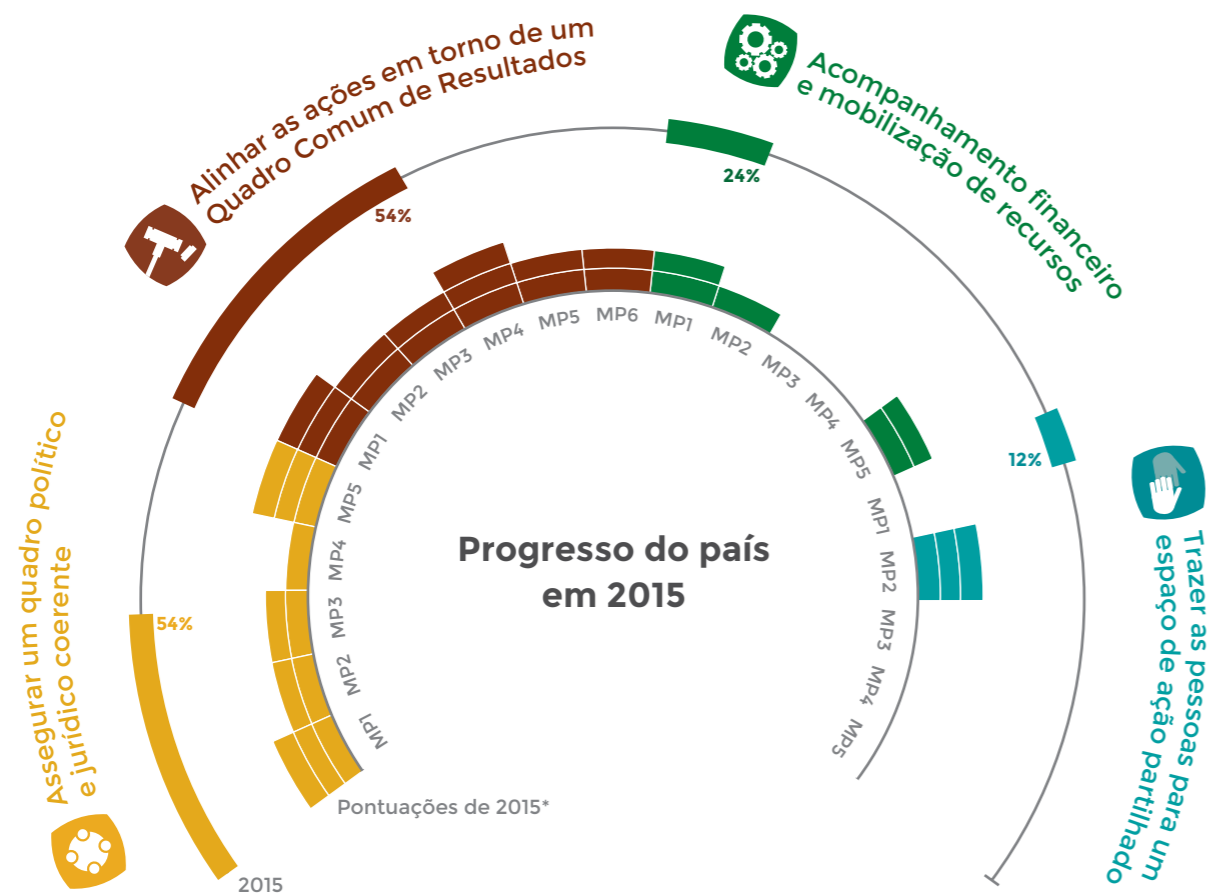
Está em vigor um mecanismo de monitorização com diferentes graus de intensidade, dependendo dos programas, em particular no setor da saúde. O progresso dos programas específicos da nutrição são relatados trimestralmente enquanto o mecanismo para acompanhar e relatar sobre a implementação de intervenções sensíveis à nutrição continua a representar um desafio.

A primeira fase do trabalho preparatório foi concluída em dezembro de 2014, envolvendo uma análise documental dos principais documentos e consultas aos atores. Isto resultou

O Tadjiquistão participou no Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN, para começar a acompanhar a dotação orçamental com relevância para a nutrição no orçamento de Estado, o qual contou com a participação do Ministério das Finanças. O Tadjiquistão está agora a proceder à elaboração de relatórios sobre o

financiamento relacionado com a nutrição para reforçar o seu envolvimento com os membros do CCMS com vista a elevar o perfil da nutrição. Esta perceção, em conjunto com o QCR quando este estiver concluído, constituirá uma base robusta para mobilizar recursos adicionais para a nutrição.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

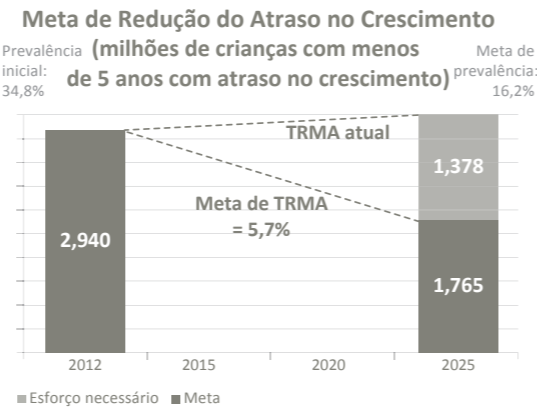
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Tanzânia

Data de adesão:
Junho de 2011

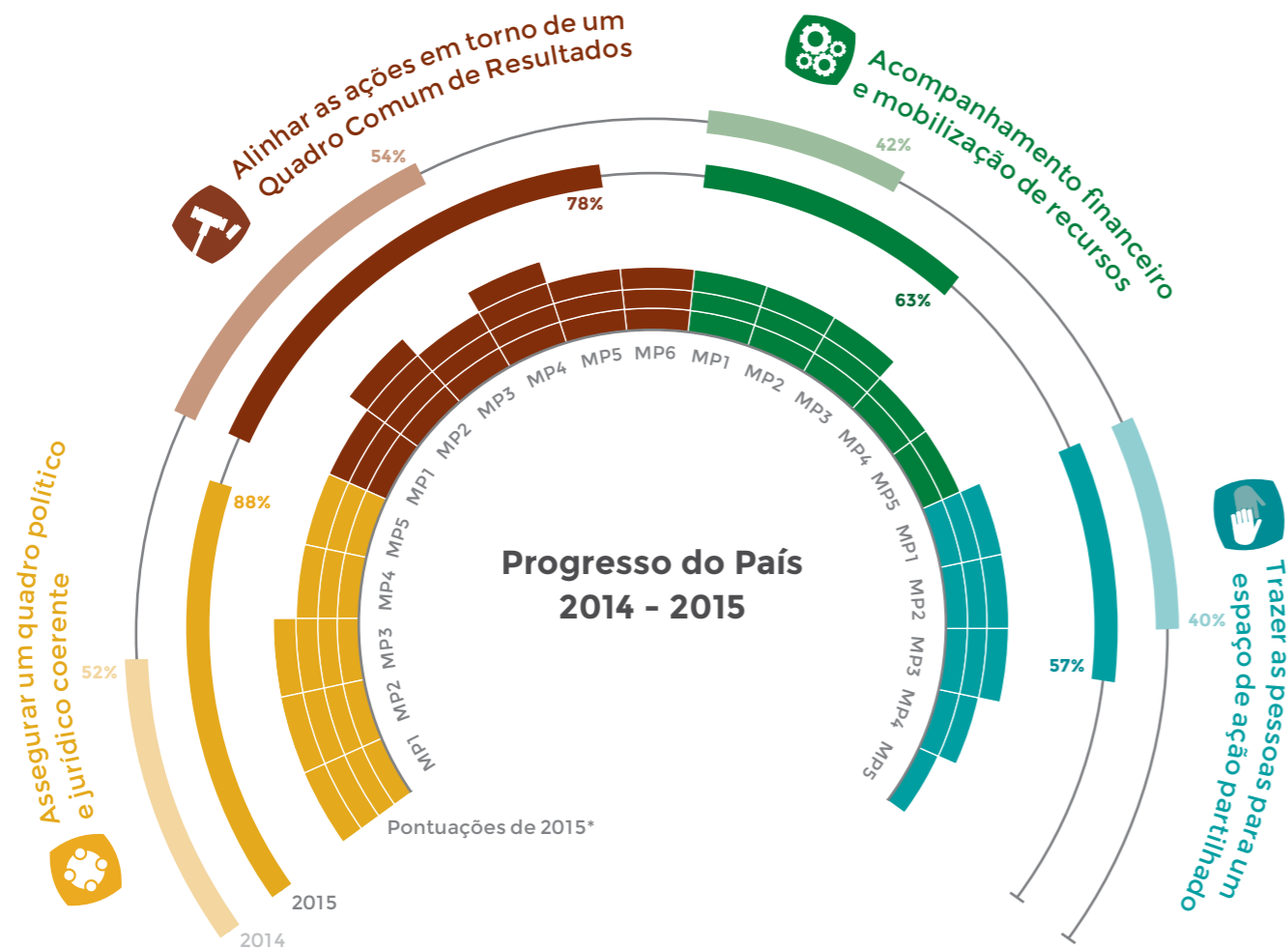
Destaques

- A Estratégia Nacional de Comunicação para a Mudança Social e de Comportamentos (2013-2018) centra-se nos comportamentos individuais e sociais e fornece orientações sobre as formas e os métodos mais eficazes e eficientes de motivar as pessoas para que encarem ou entendam as coisas de modo diferente.
- Um grupo de deputados preparou e lançou um Manifesto para a Nutrição com vista à responsabilização política de todos os partidos políticos. O Manifesto será usado por todos os partidos durante a campanha para as próximas eleições.
- O governo envolveu com sucesso as empresas no fomento da nutrição e tem colaborado com a Aliança Global para a Melhoria da Nutrição e o Centro do Corredor Sul para o Crescimento Agrícola da Tanzânia para desenvolver um roteiro que envolva o setor privado em iniciativas de nutrição.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	34,7%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	41,1%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	3,8%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	-
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	39,6%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



Na Tanzânia, o Comité Diretor de Alto Nível para a Nutrição (CDANN) é o órgão multissetorial, multidisciplinar e multidimensional que garante que sejam desenvolvidos esforços coletivos para fomentar a nutrição. O CDANN é presidido pelo Secretário Permanente no Gabinete do Primeiro-Ministro (GPM), o que atesta o compromisso de alto nível do país. Os membros do CDANN incluem representantes de nove ministérios principais, dos parceiros de desenvolvimento, de organizações não-governamentais, de organizações religiosas, do setor privado e de instituições de ensino superior.

Está estabelecida a mesma estrutura de coordenação multiautores a nível subnacional, com Comités Diretores Municipais para a Nutrição (CDMN) em que são designados responsáveis pela nutrição em cada município.

O Grupo de Trabalho Técnico Nacional para a Nutrição (GTTNN) tem um papel multissetorial e é presidido pelo Centro para a Alimentação e a Nutrição da Tanzânia (CANT).

Foram estabelecidas redes para o envolvimento dos doadores, da sociedade civil e das empresas. As redes têm sido eficazes na partilha de conhecimentos e contribuíram para a tomada de decisões.

Os deputados lançaram um Manifesto para a Nutrição com vista à responsabilização política de todos os partidos políticos. O Manifesto será usado por todos os partidos durante a campanha para as próximas eleições, em colaboração com a sociedade civil.



A Política de Alimentação e Nutrição da Tanzânia (PANT) (1992) foi revista para englobar a natureza multissetorial da nutrição e se adequar às mudanças que estão a ocorrer no contexto económico, social, político e tecnológico. A política revista ainda está não foi divulgada.

A nutrição está integrada nas políticas setoriais, como a Saúde, a SIDA, a Agricultura, a Assistência Social e a Segurança Alimentar. Estão também incorporadas intervenções nutricionais nos planos, políticas, estratégias e programas do governo local, incluindo o Plano de Investimento na Agricultura e na Segurança Alimentar e o plano da Rede de Segurança Social Produtiva da Tanzânia.

Os planos e programas municipais, incluindo o Programa de Desenvolvimento do Setor Agrícola, encontram-se em análise para encontrar oportunidades de integração mais eficaz de elementos sensíveis à nutrição.

A Estratégia Nacional de Nutrição (ENN) (2011/12-2015/16) e o Plano de Implementação foram revistos e estão em linha

com a Visão Nacional de Desenvolvimento 2025 (e contribuem para esta), com a Estratégia Nacional de Crescimento e Redução da Pobreza e com outras políticas e estratégias do governo.

A implementação de atividades de Comunicação sobre Mudanças Sociais e Comportamentais (CMSC) é orientada por uma Estratégia Nacional de Nutrição da CMSC que suporta a prevenção da malnutrição, bem como a promoção e manutenção de uma boa nutrição, através da criação de um ambiente facilitador.

A legislação e as políticas relevantes para a nutrição e para a capacitação das mulheres incluem as relacionadas com o Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno, com o enriquecimento de alimentos e com a licença de maternidade.

As entidades reguladoras, a Autoridade para a Alimentação e Medicamentos da Tanzânia e a Agência de Normalização da Tanzânia, trabalham em conjunto com o CANT para fazer cumprir os regulamentos de enriquecimento de alimentos.



O Plano de Implementação da ENN funciona como um Quadro Comum de Resultados para a Tanzânia e ajuda a definir as funções de cada ator no país. A Tanzânia também está atualmente a desenvolver um plano de ação multissetorial para a PANT e para a ENN revistas.

As agências das Nações Unidas (ONU) e os parceiros de desenvolvimento alinham a implementação dos seus planos e programa com o Plano de Implementação da ENN.

A Revisão Conjunta Multissetorial para a Nutrição permite que todos os atores acompanhem, revejam e relatem sobre a implementação das intervenções nutricionais no país e fornece dados que ajudam a planejar para o próximo ano.

O Quadro de Classificação da Nutrição é uma ferramenta integrada no sistema de monitorização e avaliação que está atualmente a ser desenvolvida pelo Governo para recolher dados e monitorizar a prestação de contas.



A dotação orçamental para a nutrição pelo governo e outros parceiros de desenvolvimento aumentou com contribuições do Departamento para o Desenvolvimento Internacional e da Fundação do Fundo de Investimento para a Infância. De acordo com a recente Revisão das Despesas Públicas com a Nutrição (RDP) (2014), as despesas com a nutrição quase duplicaram, passando de 18 mil milhões de TZS em 2010/11 para 33 mil milhões de TZS em

2012/13. Apesar do aumento do financiamento para a nutrição, a atribuição de fundos continua a ser baixa, sendo financiados apenas 20% do Plano de Implementação da ENN.

A nutrição foi integrada nas Diretrizes do Orçamento de Estado que são utilizadas pelas Autoridades do Governo Local, durante as sessões de planeamento, com o fim de evitar ambiguidades na orçamentação da nutrição.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

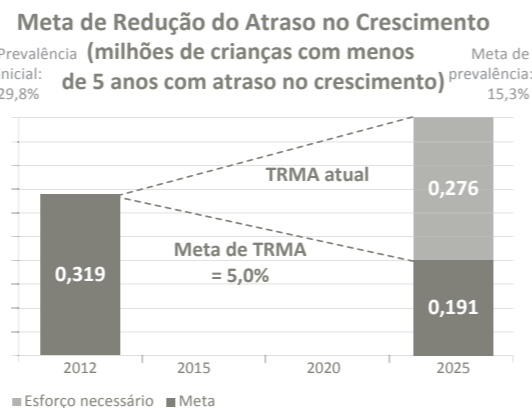
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Togo

Data de adesão:
Março de 2014

Destaques

- A adesão do Togo ao Movimento SUN contribuiu para a implementação de dois projetos de luta contra os atrasos no crescimento, focalizados (1) na melhoria da situação alimentar e nutricional das mulheres e das crianças e (2) em serviços de apoio para a saúde e nutrição maternas e infantis.
- A prática de identificação de dotações orçamentais para a nutrição, organizada pelo Movimento SUN e pela UNICEF, tem ajudado a determinar que ministérios controlam as rubricas orçamentais que podem potencialmente contribuir para a nutrição.
- A adesão do Togo ao Movimento SUN tem permitido a organização de reuniões de informação e consulta entre os vários atores da nutrição (governo, sociedade civil, setor privado, parceiros técnicos e financeiros).



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	29,8%
Baixo peso à nascença:	11,0%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	62,4%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	4,8%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	1,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	52,7%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

De 2013 a 2015, a FAO iniciou um projeto de governação sobre o estabelecimento de quadros de consulta em questões de segurança alimentar e nutricional tanto a nível centralizado como descentralizado. **Foram realizadas várias sessões de informação e reuniões de consulta durante 2014 e 2015 com a sociedade civil, o setor privado e os parceiros técnicos e financeiros para aumentar a consciência do Movimento SUN e estudar o decreto planeado para a criação da plataforma multissetorial.** Este decreto será adotado assim que for finalizado.

O chefe do serviço nacional de nutrição do Ministério da Saúde lidera e coordena os atores para a nutrição até ser nomeado um ponto focal oficial.

Ainda não foram estabelecidas as redes das várias partes envolvidas. **2014 assistiu à chegada da AGIR, a qual está a ser instalada.**

A legislação nacional sobre nutrição abrange o enriquecimento de alimentos (óleo, farinha de trigo), a licença de maternidade de 14 semanas e a iodização universal do sal, cujo decreto se encontra em análise. O Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno, aprovado em 2003 pelo Conselho de Ministros, ainda não foi aprovado pela Assembleia Nacional. **O parlamento togolês acaba de aprovar uma proposta do governo para atualizá-lo antes da sua adoção.**

Foi desenvolvida uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) em 2010 que tem em conta as várias patologias da malnutrição, o género e os direitos humanos. A nutrição está incorporada nos seguintes documentos: o Livro da Estratégia para a Redução da Pobreza (LERP II), o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS), o Programa Nacional de Investimento Agrícola e de Segurança Alimentar (PNIASA) e o Programa de Apoio à Diversificação Agrícola (PADA), a Estratégia de Crescimento Acelerado para a Promoção do Emprego (ECAPE) e a política de proteção social.

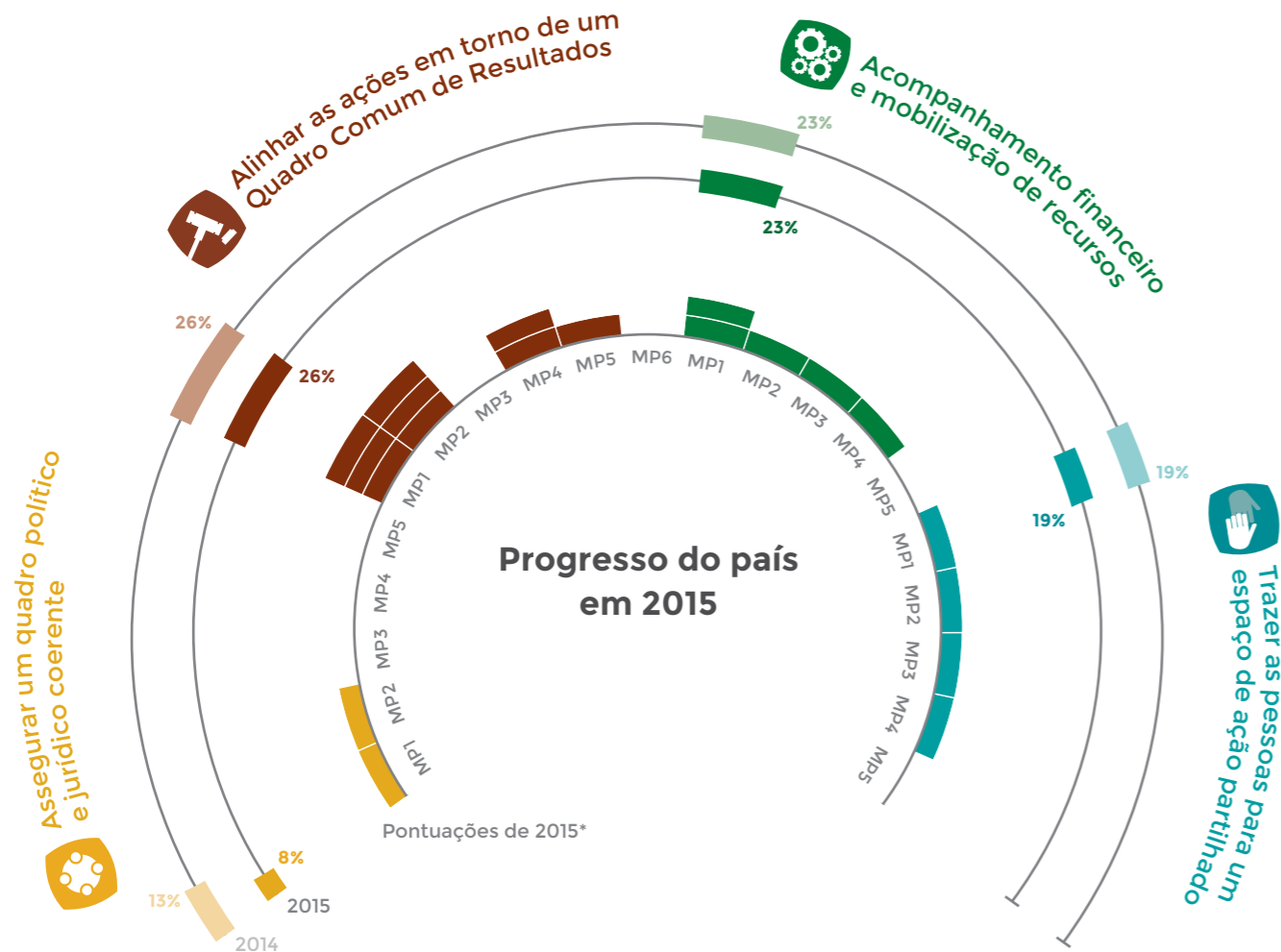
O Plano Estratégico Nacional de Alimentação e Nutrição (PENAN 2012-2015) foca intervenções nutricionais diretas. Estão em curso cinco subprogramas com o apoio técnico de parceiros da saúde, da educação e sociais:

- Promoção da Nutrição e da Educação Nutricional, incluindo estilos de vida saudáveis, e intensificação da aplicação da alimentação de lactentes e crianças pequenas.**
- Impulso à prevenção e tratamento da malnutrição em centros de recuperação nutricional (CRN)/FS e através de intervenções comunitárias; alimentação e nutrição para crianças em idade escolar (projeto cantina escolar); alimentação para raparigas adolescentes, mulheres grávidas e mulheres em fase de amamentação.**

- Aumento da participação da comunidade.**
 - Intensificação da prevenção da escassez de micronutrientes.**
 - Intensificação da coordenação, seguimento e avaliação através do aumento da capacidade institucional.**
- O Togo reconheceu o desenvolvimento de um quadro comum de resultados como uma prioridade para 2015.**

Não foram feitas estimativas das despesas financeiras do Plano Estratégico Nacional de Alimentação e Nutrição. **O Togo envolveu-se no acompanhamento das dotações orçamentais, o que lhe permitiu identificar os ministérios que têm rubricas orçamentais suscetíveis de contribuir para a nutrição.**

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

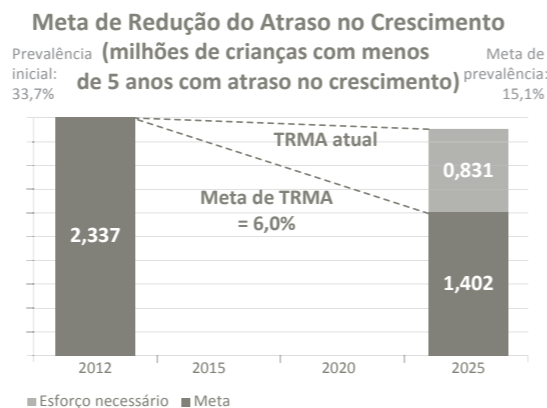
Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado

Uganda

Data de adesão:
Março de 2011

Destaques

- Com a aceleração dos esforços liderados pelos países, a meta de redução do atraso no crescimento constante do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (2016-2020) consiste em passar da linha de base atual de 33,4% para 22%.
- O Uganda desenvolveu e adotou o Plano de Ação Nutricional do Uganda (2011-2016) que constitui o quadro estratégico do governo para o fomento da nutrição. A implementação do plano de ação é coordenada pelo gabinete do Primeiro-Ministro.
- Foi desenvolvida uma Estratégia de Defesa da Nutrição, a qual foi combinada com uma Estratégia de Comunicação de Mudanças Comportamentais e com uma Estratégia de Mobilização Social, com vista a formar uma Estratégia Nacional de Comunicação para a Nutrição de natureza global.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	33,7%
Baixo peso à nascença:	10,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	63,2%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	4,8%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,8%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	26,7%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

Em retrospectiva: Progressos relatados através do Exercício de Autoavaliação de 2014

37% **Assegurar um quadro político e jurídico coerente**

34% **Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados**

41% **Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos**

43% **Trazar as pessoas para um espaço de ação partilhado**

2014

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



O Uganda dá provas de um empenho de alto nível no fomento da nutrição e esteve entre os primeiros países comprometidos a aderir ao Movimento para o Fomento da Nutrição (SUN - Scaling Up Nutrition). O Gabinete do Primeiro-Ministro é o organismo de convocação responsável pela coordenação do Plano de Ação para a Nutrição do Uganda. Este organismo aloja um Secretariado que apoia a coordenação e o acompanhamento do Plano de Ação para a Nutrição do Uganda.

O Comité de Coordenação Técnica Multissetorial é a principal plataforma multiator para a nutrição do país. É composto por oito ministérios competentes com responsabilidades na implementação, incluindo a Autoridade Nacional de Planeamento, os parceiros de desenvolvimento, a sociedade civil, a comunidade académica e o setor privado.

O Comité de Coordenação Técnica Multissetorial é apoiado pelo Comité de Coordenação dos Parceiros de Desenvolvimento da Nutrição, um Subcomité do Gabinete para a Nutrição e um Conselho para a Alimentação e Nutrição, que é composto por setores do Plano de Ação para a Nutrição do Uganda. No sentido de descentralizar os esforços nacionais, foram estabelecidas estruturas de coordenação, incluindo comités de coordenação setoriais e distritais para a nutrição.

O Uganda alinhou planos e estratégias nacionais existentes com vista a obter uma melhor nutrição e a nutrição é uma área de intervenção prioritária do Plano Nacional de Desenvolvimento do Uganda. **O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (2016-2020) do Uganda estabeleceu o objetivo de reduzir o atraso no crescimento para 22% face ao valor de referência atual, que é de 33,4%.**



Existem várias políticas sensíveis à nutrição em setores-chave, sobre a proteção social, o desenvolvimento comunitário e a alimentação escolar, o que inclui a Lei da Educação, a Política de Género e o Desenvolvimento na Primeira Infância.

A legislação nacional relevante para a nutrição inclui o enriquecimento de alimentos obrigatório e o Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno foi adotado.

O Ministério do Género, do Trabalho e do Desenvolvimento Social desenvolveu uma política sobre a licença de maternidade que prevê 60 dias de licença de maternidade.

O Uganda tem planos para prosseguir com o alinhamento de programas específicos e sensíveis à nutrição nos setores relevantes do Plano de Ação para a Nutrição do Uganda.



O Plano de Ação para a Nutrição do Uganda funciona como o quadro comum de resultados multissetorial para a nutrição. A sua implementação está em curso e conta com a participação dos ministérios da Educação, da Agricultura, da Saúde, do Comércio e da Indústria, do Género, do Desenvolvimento Comunitário e Social, da Administração Local e das Finanças. **O Uganda estabeleceu como prioridade a melhoria do papel desempenhado pelos Comités de Coordenação Distritais para a Nutrição na implementação do Plano de Ação para a Nutrição do Uganda.**

O quadro de monitorização e avaliação do Plano de Ação para a Nutrição do Uganda está a ser desenvolvido e o quadro orçamental está a ser preparado com o apoio do Banco Mundial.

Ao abrigo do Plano de Ação para a Nutrição do Uganda, o país visa transformar as vidas de crianças e mulheres em idade fértil, dado que as hipóteses de sobrevivência de muitas crianças estão a ser prejudicadas devido a uma má nutrição nos primeiros 1000 dias que decorrem entre a gravidez e o segundo aniversário da criança.

Foi desenvolvida uma Estratégia de Promoção da Nutrição, à qual se juntou uma Estratégia de Comunicação de Mudança Comportamental e uma Estratégia de Mobilização Social com vista a constituir uma Estratégia Nacional de Comunicação sobre a Nutrição completa.



O Uganda participou no Exercício de Análise Orçamental do Movimento SUN no sentido de acompanhar dotações orçamentais relevantes para a nutrição no seu orçamento nacional. O Uganda tem estabelecido como prioritários os esforços de construção da sua capacidade nacional de acompanhamento financeiro e de desenvolvimento de um quadro político apropriado para orientar a gestão financeira da nutrição. Desta forma,

contribuirá para a mobilização de recursos internos para a nutrição e para a melhoria das ações de sensibilização junto dos doadores a fim de gerir o défice de recursos. O acompanhamento financeiro dos investimentos na nutrição será reforçado através do desenvolvimento de diretrizes de política financeira e da criação de rubricas orçamentais de nutrição setoriais no orçamento de cada setor relevante para a nutrição.

Progresso comunicado pelo Secretariado do Movimento SUN em 2015 e validado pelo país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

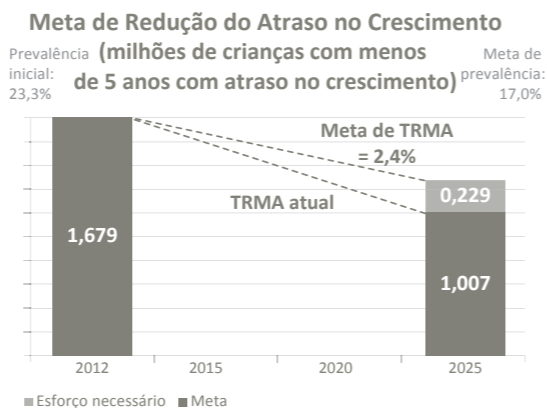
Trazar as pessoas para um espaço de ação partilhado

Vietname

Data de adesão:
Janeiro de 2014

Destaques

- O novo Decreto do Governo 100/2014/ND-CP sobre a Comercialização e Utilização de Produtos Nutricionais para Crianças Pequenas constituiu um marco importante para o país para garantir que as crianças tenham acesso à melhor nutrição possível nos dois primeiros anos de vida.
- O Governo desenvolveu a Diretriz Operacional sobre Comercialização Social de produtos de nutrição e está a ampliar a sua abordagem neste domínio.
- Foi incorporada com sucesso na Emenda ao Código do Trabalho a extensão da licença de maternidade para seis meses. A promoção dos direitos das mulheres trabalhadoras também está incluída no Código do Trabalho e será brevemente complementada com um decreto orientador sobre a aplicação dos direitos.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	19,4%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	17,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	5,7%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	4,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	14,1%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

No Vietnã, o órgão de mediação para a nutrição é o Instituto Nacional da Nutrição (INN) do Ministério da Saúde (MS). O INN é a principal instituição responsável pela investigação, formação e implementação de atividades no domínio da nutrição, das ciências alimentares e da nutrição clínica. No seu âmbito, funciona um Secretariado que se ocupa especificamente da implementação efetiva da Estratégia Nacional de Nutrição (ENN).

O Grupo de Ação para a Nutrição é a plataforma multiator que se envolve com os principais representantes de todos os setores e externos ao governo. Em princípio, de seis em seis semanas, os participantes de vários ministérios, incluindo a Saúde, a Agricultura e a Gestão do Risco de Desastres, de institutos, universidades, agências das Nações Unidas (ONU), da sociedade civil, dos doadores e de iniciativas globais, reúnem-se para trabalhar no sentido da definição de um conjunto de objetivos e prioridades. Estas reuniões são copresididas pelo Diretor do Instituto Nacional da Nutrição e pelo Chefe de Nutrição da UNICEF.

A ENN (2011-2020), projetada até 2030, foi ratificada pelo Primeiro-Ministro.

Ao longo da última década, o Vietnã introduziu mudanças significativas na legislação para proteger os direitos de aleitamento das mulheres. Essas mudanças fizeram parte de um esforço para cumprir as obrigações decorrentes da Convenção sobre os Direitos da Criança, do Código Internacional de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno e de resoluções subsequentes da Assembleia Mundial de Saúde. **O Decreto do Governo 100/2014/ND-CP constituiu uma lei importante sobre publicidade que proibiu a comercialização de substitutos do leite materno (para crianças com menos de**

2 anos) e alimentos para bebés (para lactentes com menos de seis meses). Para apoiar a sua execução, o governo também desenvolveu a Diretriz Operacional sobre Comercialização Social.

Para o Código do Trabalho, foi aprovada uma alteração que ampliou a licença de maternidade de quatro para seis meses e está em desenvolvimento um decreto orientador para promover os direitos das mulheres trabalhadoras.

O Ministério da Saúde e outros ministérios relevantes estão atualmente a desenvolver um novo decreto governamental sobre o Enriquecimento de Alimentos, incluindo a iodização do sal e o enriquecimento da farinha de trigo obrigatórios.

A ENN funciona como o Quadro Comum de Resultados (QCR), pelo qual todos os atores cooperantes alinham os seus esforços de nutrição. As funções e responsabilidades de cada ministério da tutela estão bem definidas na ENN que é operacionalizada através de um Plano de Ação quinquenal para a Nutrição, desenvolvido pelo Ministério da Saúde.

O Planos de Ação Nacionais sobre Nutrição e Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas do Ministério da Saúde são sensíveis à nutrição e a implementação da ENN foi integrada no plano. Estes planos de ação do MS para a nutrição e alimentação de crianças pequenas estão descentralizadas a nível provincial. O Vietnã está a explorar **a possibilidade de incluir estratégias de nutrição regionais, que se alinhem com a ENN, nestes planos regionais.**

O Plano de Ação Provincial de 2013-2016 para a Nutrição Integrada da Saúde Materna, Neonatal e Infantil está a ser implementado pelo Ministério da Saúde a nível comunitário e distrital.

O governo conduz anualmente um exercício periódico de monitorização da implementação de políticas de nutrição. O Programa Nacional de Nutrição do INN criou um Sistema Nacional de Vigilância da Nutrição formal para acompanhar o processo de implementação da ENN, mas não existem ferramentas claras para acompanhar a colaboração entre os setores. Está em curso uma revisão intercalar da ENN e o resultado será útil para a adaptação do plano baseado anualmente no desempenho e nas prioridades.

Embora não tenha sido orçamentada, a ENN funciona como uma base legal para o governo aprovar e atribuir um orçamento anual para a nutrição, especialmente para o setor da saúde (programas específicos da nutrição). São mobilizados e afetados recursos para a implementação como parte do seu alinhamento com a ENN.

As despesas específicas com a nutrição no orçamento público são acompanhadas e relatadas anualmente, mas tem-se revelado difícil acompanhar e monitorizar os programas sensíveis à nutrição.

São disponibilizados alguns fundos por outros atores externos, incluindo agências das Nações Unidas e doadores a nível nacional e/ou subnacional. O acompanhamento e o relato sobre os fundos externos têm-se revelado difíceis de acompanhar e monitorizar.

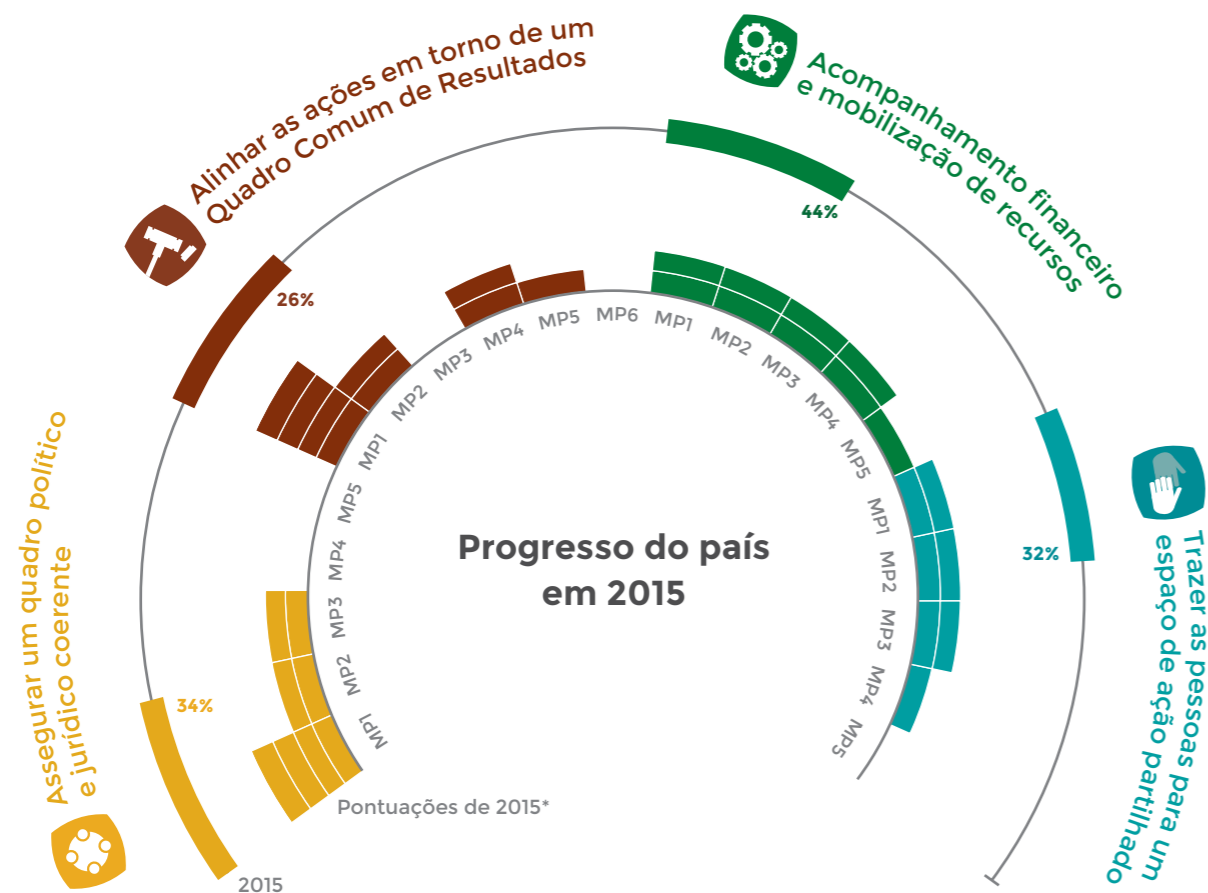
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado



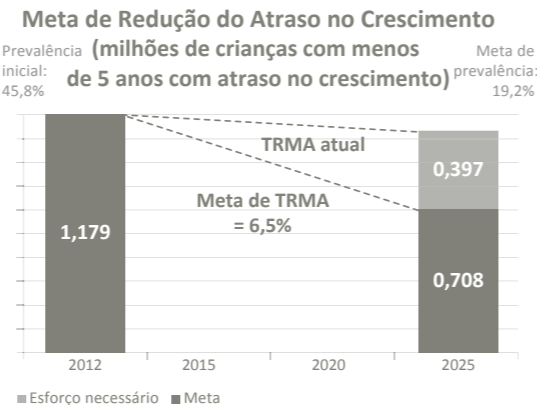
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Zâmbia

Data de adesão:
Dezembro de 2010

Destaques

- Uma forte aliança conhecida como Organização da Sociedade Civil para o Fomento da Nutrição (OSC-SUN) está a liderar uma resposta multissetorial à melhoria da nutrição. Esta aliança pugna pela formação da bancada parlamentar multipartidária sobre Alimentação e Nutrição que reúne deputados de diferentes partidos para que falem a uma voz sobre questões de nutrição no Parlamento.
- O quadro comum de resultados da Zâmbia inclui um pacote mínimo de intervenções orçamentadas específicas da nutrição e sensíveis à nutrição que assenta num processo consultivo e está alinhado com os resultados da Agenda Nacional de Desenvolvimento e com a Visão 2030.
- Existe um mecanismo de financiamento comum, designado como Unidade de Gestão de Fundos do Movimento SUN (UGFS), que está a financiar a implementação do Programa dos 1000 Dias Mais Críticos a nível nacional e subnacional.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	40,1%
Baixo peso à nascença:	9,2%
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	72,5%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	6,0%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	5,7%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	29,2%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano



Na Zâmbia, a Comissão Nacional de Alimentação e Nutrição (CNAN), sob a tutela do Ministério da Saúde, é a plataforma nacional multiatores (PMA) que reúne os parceiros da nutrição. Cinco ministérios da tutela designaram Pontos Focais para a Nutrição para galvanizar a coordenação.

Foi nomeada ao nível do Executivo uma **Comissão Especial de Secretários Permanentes que é representada por nove ministérios (Saúde, Educação, Agricultura e Pecuária, Desenvolvimento Comunitário, Saúde Materno-Infantil, Governo Local e Habitação; Género e Desenvolvimento Infantil; Finanças; e Juventude e Desporto)**. A Comissão de Secretários Permanentes reúne regularmente para discutir questões multissetoriais e a nutrição pertence ao seu âmbito de competências.

A estrutura de coordenação multiatores foi descentralizada, com a criação de Comitês de Coordenação Provincial para a Nutrição (CCPN) e Comitês de Coordenação Distritais para a Nutrição (CCDN). **O processo de estabelecimento de Comitês de Coordenação da Nutrição Hospitalar (CCNH) também já teve início em 14 distritos.**

O Fórum de Parceiros de Cooperação em Nutrição (PCN) inclui o sistema das Nações Unidas e os doadores.

A aliança da sociedade civil, **CSO-SUN, inspirou a organização dos deputados através da formação da bancada parlamentar multipartidária sobre Alimentação e Nutrição que reúne deputados de diferentes partidos para que falem a uma voz sobre questões de nutrição no Parlamento. A Rede de Empresas recentemente estabelecida conta com mais de 22 organizações aderentes. Uma nova Rede Académica desenvolveu Termos de Referência e um Campo de Atuação para o desenvolvimento da agenda de investigação nacional.**



Estão em curso planos para rever a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) 2006. Os atores foram envolvidos num processo consultivo para rever a Lei da PNAN de 1967, a fim de alargá-la com vista a uma resposta multissetorial para os problemas nutricionais que afetam várias subpopulações.

Existem mecanismos para fazer cumprir as legislações, como o Código de Comercialização dos Substitutos do Leite Materno, o enriquecimento de alimentos e a proteção da maternidade.

A nutrição foi incorporada no Sexto Plano Nacional de Desenvolvimento Revisto de 2013-2016 (SPND-R) através da sua integração em todos os planos de implementação setoriais do SPND-R (para além da Governação, VIH e SIDA, Género,

Deficiência e Meio Ambiente e Gestão do Risco de Desastres). O SPND-R visa alcançar os objetivos estabelecidos na Visão 2030 de se tornar um "um país próspero de rendimento médio até 2030".

A nutrição está integrada em várias políticas setoriais, incluindo:

- Política Nacional de Saúde,
- Plano Estratégico Nacional de Saúde,
- Política Agrícola Nacional,
- Plano de Investimento Agrícola,
- Política de Proteção Social, e

A Lei de Alimentação e Medicamentos está em revisão, prevendo-se que seja substituída pela Lei da Segurança Alimentar.



O Plano Estratégico Nacional para a Alimentação e Nutrição (PNEAN) 2011- 2015 complementa a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e é o quadro comum de resultados (QCR), pelo qual se alinham todos os atores cooperantes. Este inclui oito estratégias operacionais e três orientações estratégicas de apoio (OE) com uma matriz completa de implementação e um quadro de monitorização e avaliação. A OE 1 "Prevenção do Atraso no Crescimento em Crianças com Idade Inferior a Dois Anos: Primeiros 1000 Dias Mais Críticos" inclui um programa completo denominado Programa dos Primeiros 1000 Dias Mais Críticos (PDMC) a ser implementado ao longo de um período de três anos. Com apoio e facilitação a nível nacional, têm sido desenvolvidos planos nutricionais multissetoriais provinciais e distritais para

o programa dos primeiros 1000 dias mais críticos. Foram orçamentados planos multissetoriais bienais (2014-2016) dos CCDN para a nutrição com base no pacote mínimo.

O pacote mínimo de intervenções no âmbito do Programa dos Primeiros 1000 Dias Mais Críticos compreende intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição, igualmente alinhadas com os resultados do SPND-R.

A Zâmbia reconhece que, **para aumentar a capacidade das diferentes instituições de execução, foram desenvolvidas e estão em fase de implementação intervenções com níveis de capacidade diferentes. Estas irão abranger instituições, tanto a nível nacional como subnacional.**



O PNEAN foi parcialmente orçamentado para o pacote mínimo e para cenários recomendados destinados a orientar a mobilização de recursos para o Programa dos Primeiros 1000 Dias Mais Críticos, que se baseia na OE 1 com o apoio técnico do Banco Mundial. É necessário mais trabalho na área de orçamentação, especialmente das intervenções sensíveis à nutrição onde existem limitações em termos de pressupostos de custos. **O PNAN, juntamente com ministérios fundamentais e a CSO-SUN, propôs-se abordar esta questão, através da orçamentação de atividades a nível distrital relativas a algumas intervenções sensíveis à nutrição no pacote mínimo, de forma a colmatar a lacuna no relatório de custos do Banco Mundial.**

O fundo comum, a Unidade de Gestão de Fundos do Movimento SUN (UGFS), vai apoiar o PNAN para que contrate peritos para proceder à análise do espaço fiscal a fim de identificar a lacuna financeira que auxiliará a planear a mobilização de recursos para reforçar os programas em todo o país.

Os PCN estão a planear proceder ao levantamento dos fundos disponíveis para a nutrição entre os seus membros numa base anual, a fim de ajudar a melhorar a prestação de contas sobre os fundos para a nutrição de todos os atores. Além disso, a UGFS também iniciou o processo de realização de auditorias independentes, especialmente aos seus sub-beneficiários.

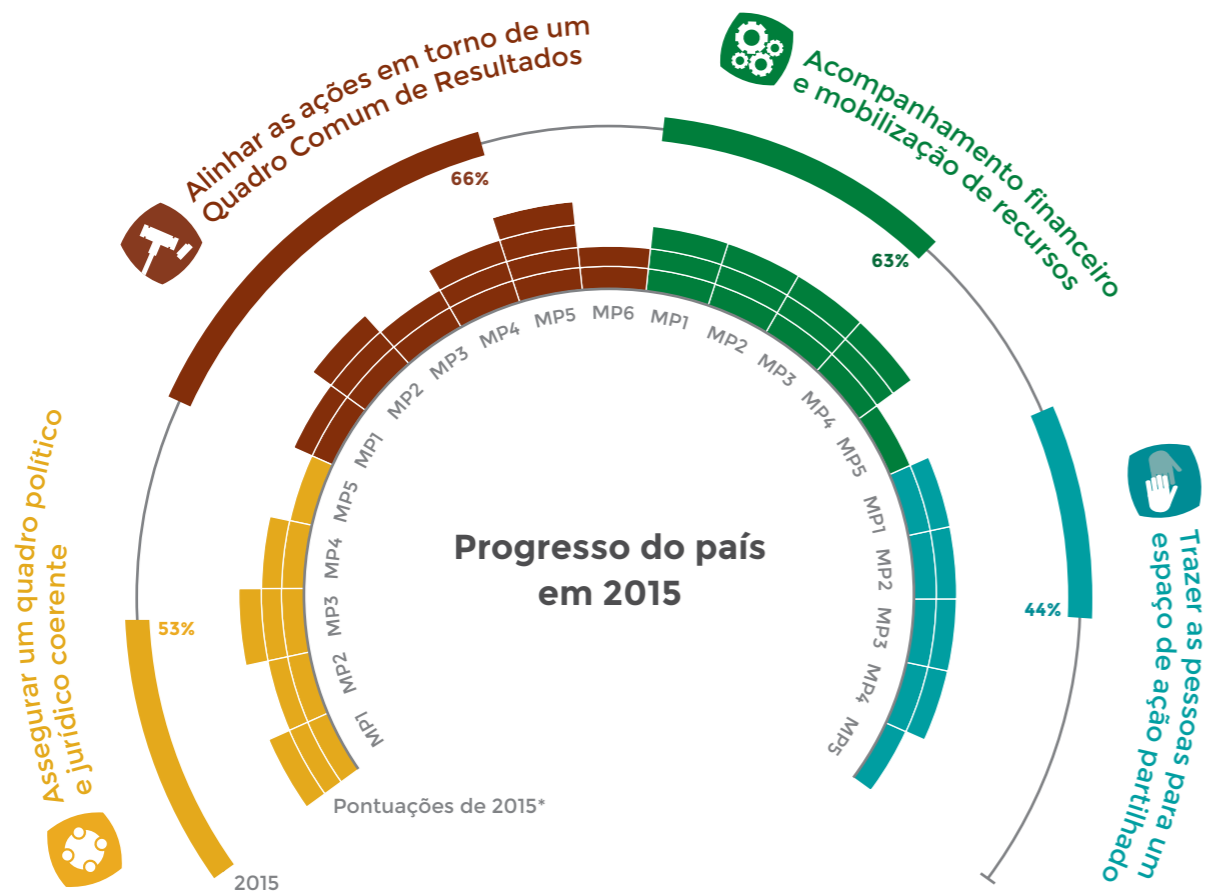
Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado



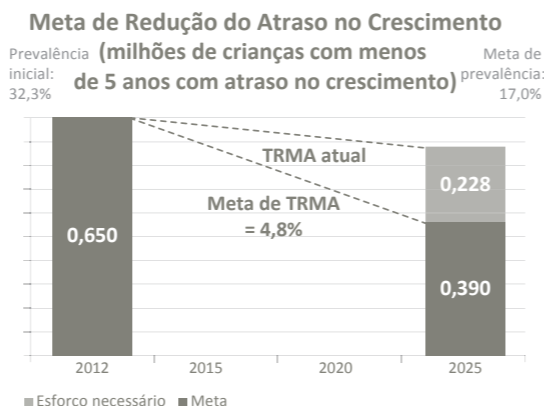
* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

Zimbabwe

Data de adesão:
Junho de 2011

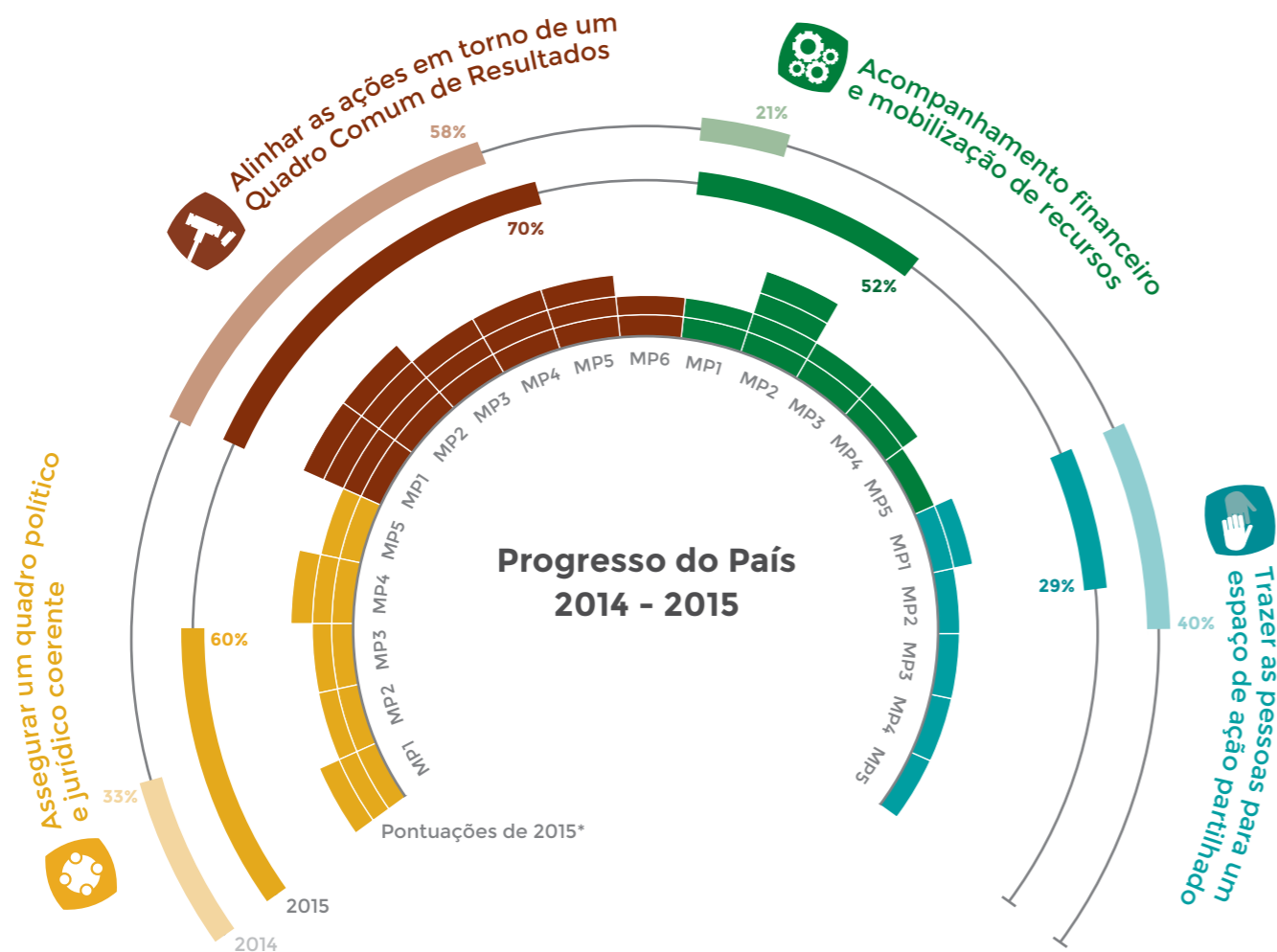
Destaques

- Encontra-se em desenvolvimento a nível setorial um Sistema Nacional de Informação sobre Segurança Alimentar e Nutricional, a fim de contribuir para a programação e para a tomada de decisões. Serão recolhidos dados a níveis descentralizados, os quais beneficiarão de um mecanismo de análise de opiniões a partir do sistema de informação.
- Os parceiros técnicos e financeiros estão a alinhar os recursos com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a angariar recursos adicionais por meio de mecanismos de financiamento agregado. As empresas comprometeram recursos para implementar a Estratégia de Enriquecimento de Alimentos.
- Os meios de comunicação social que colaboram com a Rede da Sociedade Civil SUN (ZCSOSUNA) receberam formação sobre o seu papel no fomento da nutrição, lançando mais artigos e reportagens sobre nutrição e sobre o Movimento SUN.



Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos:	27,6%
Baixo peso à nascença:	-
Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses:	41,0%
Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos:	3,3%
Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos:	3,6%
Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos:	28,4%

*fontes de dados especificadas no Anexo 1



* Consultar a página 29 para mais informações sobre a pontuação de 2015 face a cada marcador de progresso

O texto em negrito indica o progresso relatado no último ano

O Conselho de Alimentação e Nutrição (CAN) é a agência nacional mandatada para liderar a coordenação, análise e promoção de uma resposta multissetorial à insegurança alimentar e nutricional. Este envolve vários ministérios, agências das Nações Unidas (ONU), a sociedade civil e o setor empresarial. O CAN também medeia e coordena o Comité Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN) e o Grupo Consultivo de Alto Nível para a Segurança Alimentar e Nutricional (GCSAN) recentemente formado que **teve a sua primeira reunião em março de 2015. Os ministérios do Género, do Bem-Estar Social e da Juventude aderiram recentemente a estas estruturas de coordenação e foi desenvolvido um projeto de roteiro para o SUN para delinear o caminho a seguir para todos os membros na plataforma.**

A fim de descentralizar com sucesso os esforços do CAN, foram criados Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CSAN) nas dez províncias do Zimbabwe. Ao nível seguinte, 26 dos 60 distritos dispõem de CSAN.

As enfermarias municipais constituem a unidade administrativa mais baixa, estando atualmente em curso um projeto-piloto para criar CSAN a este nível. Se for bem sucedido, será ampliado até ao final de 2015.

A Rede da Sociedade Civil do Zimbabwe (ZCSOSUNA) aumentou a sua representatividade de 21 para 100 membros e **estabeleceu cinco escritórios regionais em apenas um ano. As suas atividades mais recentes incidiram sobre o envolvimento com deputados e meios de comunicação social para destacar o seu papel no reforço da nutrição. As Redes de Doadores e da ONU estão a elaborar Termos de Referência e designaram a União Europeia e a UNICEF/FAO, respetivamente, como mediadores.**

Finalmente, foi organizada uma reunião ao pequeno-almoço com o apoio de todas as redes para demonstrar a importância da nutrição para as empresas. Esta teve como resultado a identificação de um ponto focal do setor privado que até agora angariou o interesse de 32 empresas alimentares em se juntarem aos esforços nacionais para a nutrição.

O direito à alimentação é garantido na Constituição de 2013. A legislação sobre nutrição inclui **a política de Alimentação de Lactentes e Crianças Pequenas e a estratégia de Enriquecimento de Alimentos, ambas adotadas em 2015.** A análise da política de nutrição conduzida pelo Gabinete da Presidência levou à inclusão de estratégias sensíveis à nutrição no desenvolvimento nacional (ZimASSET); na Agricultura (ZAIP) e na **Proteção Social (quadro de proteção social validado em 2015).**

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) lançada em maio de 2013 **está a ser divulgada a nível provincial e distrital.**

O Zimbabwe está igualmente a **finalizar uma Comunicação sobre Nutrição para a Estratégia de Desenvolvimento.**

Baseado na PNSAN e na respetiva Matriz de Implementação, o Quadro Comum de Resultados (QCR) para a nutrição é a **Estratégia Nacional de Nutrição (2014-2018).** Encontra-se em desenvolvimento desde 2013 e **foi finalizado e lançado pelo Vice-Presidente em abril de 2015. A estratégia orienta a implementação de intervenções específicas da nutrição e sensíveis à nutrição em torno de seis áreas-chave de resultados, mencionando claramente metas, atividades e executores. CSAN provinciais e distritais deverão desenvolver planos de trabalho anuais alinhados com a PNSAN, o ZimASSET e a ENN, especificando as ações que conduzirão em matéria de alimentação e nutrição.**

Para implementá-los, teve início, em distritos vulneráveis, um programa multissetorial cujo modelo é de base comunitária e diversos intervenientes fundamentais estão a alinhar programas de grande escala que implementam intervenções nutricionais diretas e indiretas segundo este modelo. Estes incluem o projeto Amalima (2014-2019), o Programa de Meios de Subsistência e Segurança Alimentar para 2014-2018 (PMSSA) e os Programas para a Melhoria da Nutrição, Reforço da Resiliência e Empreendedorismo (ENSURE) (2014-2019).

A ENN inclui um quadro de monitorização e avaliação que contempla valores de base, indicadores de impacto e metas, para cada resultado esperado, assim como as fontes dos dados. **Estes estão a ser incorporados no Sistema de Informação Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que está atualmente em preparação, para assegurar uma abordagem coerente e harmonizada ao relato.**

A ENN foi orçamentada através de um consenso entre os vários atores, com requisitos anuais para cada Área-Chave de Resultados e para cada atividade, mas a partilha de custos ainda não foi elaborada. O levantamento das despesas ainda se encontra numa fase inicial e o acompanhamento das intervenções sensíveis à nutrição continua a representar um desafio.

Os compromissos financeiros sustentáveis e reforçados de todos os intervenientes, incluindo o setor privado, estão alinhados com a PNSAN e um fundo comum de doadores está a contribuir para fortalecer a eficácia das intervenções nutricionais.

Progresso comunicado através do exercício de autoavaliação do país

Assegurar um quadro político e jurídico coerente

Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados

Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos

Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado



País e áreas	Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos	Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos	Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos	Ano*	Fonte de dados	Baixo peso à nascença	Fonte de dados 2	Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses	Fonte de dados	Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos	Fonte de dados
Bangladesh	38,7	18,1	2,6	2013	Inquérito sobre a Utilização do Abastecimento de Serviços Básicos, 2013. Daca: Instituto Nacional de Investigação sobre a População e Formação, 2014.	21,6	IDS** 2011	64,1	IDS** 2011	43,5	Fonte*
Benim	34,0	4,5	1,7	2014	IGIM*** 2014, Benim	12,5	IGIM*** 2014, Benim	41,4	IGIM*** 2014, Benim	49,6	Fonte*
Botsuana	31,4	7,2	11,2	2007	Relatório sobre o inquérito à saúde das famílias do Botsuana IV Gaborone, Botsuana: OSC, 2009 (e análise adicional da UNICEF).	-	-	-	-	28,5	Fonte*
Burkina Faso	32,9	10,9	-	2012	Inquérito Nacional Nutricional de 2012 - método SMART	16,2	IDS** 2010	47,2	Inquérito Nacional Nutricional de 2012 - método SMART	49,5	Fonte*
Burundi	57,5	6,1	2,9	2010	IDS** 2010, Burundi	10,7	IDS** Burundi, 2010	69,3	IDS** Burundi, 2010.	20,9	Fonte*
Camboja	32,4	9,6	2	2014	Relatório sobre Indicadores-Chave do IDS** do Camboja, 2014	8,2	IDS** 2010	65,0	Relatório sobre Indicadores-Chave do IDS** do Camboja, 2014	43,8	Fonte*
Camarões	32,6	5,8	6,5	2011	IDS** e IGIM*** 2011, Camarões. Calverton, Maryland, EUA: INS e ICF International, 2012 (e análise adicional)	7,6	IDS** 2011	20,4	IDS** 2011	41,5	Fonte*
Chade	38,7	15,7	2,8	2010	IGIM*** 2010, Chade: Relatório final. N'Djamena, República do Chade de 2011 (http://www.childinfo.org/files/MICS***4_Chad_2010_FinalReport_Fr.pdf).	20,0	2010	3,4	IGIM*** 2010	46,6	Fonte*
Comores	32,1	11,1	10,9	2012	IDS** e vários indicadores sobre as Comores 2012. Inquéritos Demográficos e de Saúde e IGIM***. Rockville, MD 20850, EUA: DGSP e ICF International, 2014 (e análise adicional).	-	-	12,1	IDS**/IGIM*** 2012	30,8	Fonte*
Congo	25,0	5,9	3,6	2011	IDS** do Congo (EDSC-II) 2011-2012. Vários IDS**. Calverton, Maryland, EUA: CNSEE e ICF International, 2013 (e análise adicional).	10,0	IDS** 2011-2012	20,5	IDS** 2011-2012	50,7	Fonte*
Costa Rica	5,6	1,0	8,1	2008	Inquérito Nacional de Nutrição 2008-2009. San José, Costa Rica, 2011.	7,2	Inquérito Nacional de Nutrição 2008-2009	18,7	Inquérito Nacional de Nutrição 2008-2009	19	Fonte*
Costa do Marfim	29,6	7,6	3,2	2012	IDS** e IGIM*** Costa do Marfim 2011-2012. Calverton, Maryland, EUA: INS e ICF International, 2012 (e análise adicional).	14,2	IDS** 2011-2012	12,1	IDS** 2011-2012	48,8	Fonte*
República Democrática do Congo	42,6	8,1	4,4	2013	IDS** na República Democrática do Congo 2013-2014. Vários IDS**. Rockville, Maryland, EUA: MPSMRM, Plataforma Multissetorial e ICF International, 2014 (e análise adicional).	10,0	IDS** 2011-2012	47,6	IDS** 2013-2014	49	Fonte*
El Salvador	14	2	6	2014	Inquérito nacional de saúde 2014 - Inquérito aos indicadores múltiplos 2014	8,8	IDS** 2014	47	IDS 2014	23,5	Fonte*
Etiópia	40,4	8,7	2,6	2014	Mini-IDS da Etiópia** 2014. Adis Abeba, Etiópia, 2014.	10,8	IDS** 2011	52,0	IDS** 2011	19,2	Fonte*
Gâmbia	23,4	9,5	1,9	2010	IGIM da Gâmbia*** 2010: Relatório final. Banjul, Gâmbia: GBOS, 2012 (http://www.childinfo.org/files/Gambia_2010_MICS***_Final_Report.pdf).	10,2	IGIM*** 2010	33,5	IGIM*** 2010	45,3	Fonte*
Gana	18,8	4,7	2,6	2014	IDS** do Gana 2014 Indicadores-Chave do Serviço de Estatística do Gana de Acra, Gana, Serviço de Saúde do Gana de Acra, Gana	10,0	IDS** 2008	52,3	IDS** 2014	56,4	Fonte*
Guatemala	48,0	1,1	4,9	2009	Inquérito Nacional de Saúde Materno-Infantil 2008 (ENSMI-2008/2009). Cidade de Guatemala, Guatemala: Ministério da Saúde Pública, MSPAS, INE e CDC, 2010 (e análise adicional).	11,4	ENSMI 2008-2009	49,6	ENSMI 2008-2009	25,7	Fonte*
Guiné	31,3	9,9	3,8	2012	IDS** (EDS-IV) e IGIM***. EDS-IGIM*** 2012. Conacri, Guiné e Calverton, MD: INS e ICF de 2013 (e análise adicional).	-	-	20,5	IDS** 2012	48,4	Fonte*
Guiné-Bissau	27,6	6,0	2,3	2014	Inquérito aos Indicadores Múltiplos (IGIM***) 2014, Principais Resultados. Bissau, Guiné-Bissau: Ministério da Economia e Finanças, Direção-Geral do Plano Instituto Nacional de Estatística (INE).	21,3	IGIM*** 2014	52,5	IGIM*** 2014	44,6	Fonte*
Haiti	21,9	5,2	3,6	2012	Inquérito de mortalidade, morbidade e utilização de serviços, Haiti, 2012. Vários IDS**. Calverton, Maryland, EUA: MSPP, IHE e ICF International, 2012 (e análise adicional).	19,1	IDS** 2012	39,7	IDS** 2012	37,1	Fonte*
Indonésia	36,4	13,5	11,5	2013	Relatório nacional sobre investigação em saúde básica, RISKESDAS, 2013. Jakarta, Indonésia, 2014 (e análise adicional).	7,3	Relatório nacional sobre investigação em saúde básica, RISKESDAS, 2013	41,5	Relatório nacional sobre investigação em saúde básica, RISKESDAS, 2013	22,5	Fonte*
Quênia	26,0	4,0	4,1	2014	IDS do Quênia** Indicadores-Chave do Quênia de 2014	5,6	IDS** 2008-2009	61,4	IDS** 2014	25	Fonte*
Quirguistão	12,9	2,8	7,0	2014	IGIM*** do Quirguistão, 2014: Principais conclusões. Bishkek, Quirguistão: Comité Nacional de Estatística da República do Quirguistão e UNICEF, 2014.	5,9	IGIM*** 2014	41,1	IGIM*** 2014	32,5	Fonte*
Laos	43,8	6,4	2,0	2011	Inquérito de indicadores sociais do Laos (IGIM***/IDS**). Vientiane, RDP Laos: Ministério da Saúde e LSB, 2012 (e análise adicional).	14,8	Inquérito de indicadores sociais do Laos, 2011	40,4	Inquérito de indicadores sociais do Laos, 2011	31	Fonte*
Lesoto	39,0	3,9	7,3	2009	IDS do Lesoto**, 2009. Maseru, Lesoto	9,3	IDS** 2009	53,5	IDS** 2009	26,8	Fonte*
Libéria	32,1	5,6	3,2	2013	IDS** 2013. Monróvia, Libéria	9,7	IDS** 2013	55,2	IDS** 2013	49,3	Fonte*
Madagáscar	49,2	-	-	2009	IDS** de Madagáscar, 2008-2009. Antananarivo, Madagáscar: INSTAT e ICF Macro, 2010 (e análise adicional).	12,7	IDS** 2008-2009	50,7	IDS** 2008-2009	31,8	Fonte*
Malawi	42,4	3,8	5,1	2014	Inquérito de balanço sobre os ODM do Malawi de 2014. Principais conclusões.	12,9	Inquérito de balanço sobre os ODM do Malawi de 2014	70,2	Inquérito de balanço sobre os ODM do Malawi de 2014	28,8	Fonte*

País e áreas	Atraso no crescimento em crianças com menos de 5 anos	Magreza extrema em crianças com menos de 5 anos	Excesso de peso em crianças com menos de 5 anos	Ano*	Fonte de dados	Baixo peso à nascença	Fonte de dados 2	Amamentação exclusiva a lactentes até aos 5 meses	Fonte de dados	Anemia em mulheres dos 15 aos 49 anos	Fonte de dados
Mali	38,5	15,3	4,7	2006	Ministério da Economia, da Indústria e do Comércio (DNSI/MEIC) e Macro International Inc. IDS** do Mali de 2006. IDS**. Calverton, Maryland, EUA: CPS/DNSI e Macro International Inc., 2007 (e análise adicional).	-	Nota: O IDS** de 2012-2013 é rejeitado	-	Nota: O IDS** de 2012-2013 é rejeitado	56,2	Fonte*
Mauritânia	22,0	11,6	1,2	2012	Inquérito nutricional nacional utilizando a metodologia SMART: Resultados preliminares. Nouakchott, Mauritânia, julho de 2012 (e análise adicional).	34,7	SMART de 2012	26,9	SMART de 2012	39	Fonte*
Moçambique	43,1	6,1	7,9	2011	Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde de 2011. Vários IDS**.	16,0	IDS** 2011	42,8	IDS** 2011	44,2	Fonte*
Mianmar	35,1	7,9	2,6	2009	IGIM*** de Mianmar de 2009-2010: Relatório Final (IGIM***3). Nay Pyi Taw, Mianmar: Ministério do Planeamento Nacional e Desenvolvimento Económico e Ministério da Saúde, 2011.	8,6	IGIM*** 2009	23,6	IGIM*** 2009	30,3	Fonte*
Namíbia	23,1	7,1	4,1	2013	IDS** da Namíbia 2013.	13,0	IDS** 2013	48,5	IDS** 2013	32,7	Fonte*
Nepal	40,5	11,2	1,5	2011	IDS** do Nepal 2011. Katmandu, Nepal: Ministério da Saúde e da População, New ERA e ICF International, Calverton, Maryland 2012 (e análise adicional).	12,4	IDS** 2011	69,6	IDS** 2011	36,1	Fonte*
Níger	43,0	18,7	3,0	2012	IDS** e indicadores múltiplos do Níger de 2012. Vários IDS** e IGIM***. Calverton, Maryland, EUA: INS e ICF International, 2013 (e análise adicional).	12,0	IDS** 2012	23,3	IDS** 2012	46,7	Fonte*
Nigéria	36,4	18,1	4,9	2013	IDS** da Nigéria 2013. Abuja, Nigéria e Rockville, Maryland, EUA: CNP e ICF International, 2014 (e análise adicional).	8,1	IDS** 2013	17,4	IDS** 2013	48,5	Fonte*
Paquistão	45,0	10,5	4,8	2012	IDS** do Paquistão 2012-2013. Vários IDS**. Islamabad, Paquistão, e Calverton, Maryland, EUA: NIPS e ICF International, 2013 (e análise adicional).	25,0	IDS** 2012	37,7	IDS** 2012	51,1	Fonte*
Peru	18,4	0,6	7,2	2012	Inquérito Demográfico e de Saúde Familiar - ENDES contínuo de 2012. Vários IDS**. Lima, Peru: INEI, USAID e ORC Macro, 2013 (e análise adicional).	6,9	IDS** 2012	67,6	IDS** 2012	18,5	Fonte*
Filipinas	30,3	7,9	5,0	2013	8.º Inquérito Nacional sobre Nutrição	19,6	IDS** 2008	34,0	Estratégia Nacional da Nutrição de 2013	25,4	Fonte*
Ruanda	37,9	2,2	7,7	2015	IDS** do Ruanda de 2014-2015. Vários IDS**. Calverton, Maryland, EUA: NISR, Ministério da Saúde e ICF International, 2015	6,2	IDS** 2010	87,3	IDS** 2014-2015	17,4	Fonte*
Senegal	19,2	8,9	1,5	2013	IDS** contínuo (EDS-Contínuo 2012-2013). Vários IDS**. Calverton, Maryland, EUA: ANSD e ICF International, 2013 (e análise adicional).	15,9	IDS** 2010-2011	37,5	EDS-Contínuo 2012-2013	57,5	Fonte*
Serra Leoa	37,9	9,4	8,9	2013	IDS** da Serra Leoa de 2013. Vários IDS**. Freetown, Serra Leoa e Rockville, Maryland, EUA: SSL e ICF International, 2014 (e análise adicional).	7,1	IDS** 2013	32,0	IDS** 2013	45,2	Fonte*
Somália	25,9	14,9	2,9	2009	Inquérito Nacional de Micronutrientes e Antropometria Somália 2009. Unidade de Segurança Alimentar e Nutrição, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Instituto de Saúde Infantil	5,0	IGIM*** 2006	9,1	IGIM*** 2006	42,6	Fonte*
Sudão do Sul	31,1	22,7	6,0	2010	Inquérito aos Agregados Familiares do Sudão do Sul	-		45,0	IGIM*** 2010		Fonte*
Sri Lanka	14,7	21,4	0,6	2012	Inquérito sobre a segurança alimentar e nutricional de 2013. Colombo, Sri Lanka	18,1	Inquérito sobre a segurança alimentar e nutricional de 2013. Colombo, Sri Lanka	75,8	Inquérito sobre a segurança alimentar e nutricional de 2013. Colombo, Sri Lanka	25,7	Fonte*
Suazilândia	31,0	0,8	10,7	2010	IGIM*** da Suazilândia de 2010: Relatório final. Mbabane, Suazilândia, Serviço Central de Estatística e UNICEF, 2011 (e análise adicional).	8,7	IGIM*** 2010	44,1	IGIM*** 2010	27,8	Fonte*
Tadjiquistão	26,8	9,9	6,6	2012	IDS** do Tadjiquistão de 2012. Dushanbe, Tadjiquistão e Calverton, Maryland, EUA: SA, Ministério da Saúde e ICF International, 2013 (e análise adicional).	7,2	IDS** 2012	34,3	IDS** 2012	24,6	Fonte*
Togo	29,8	4,8	1,6	2010	IGIM*** do Togo, 2010: Relatório final. Lomé, Togo: DGSCN de 2010 (e análise adicional).	11,0	IGIM*** 2010	62,4	IGIM*** 2010	52,7	Fonte*
Uganda	33,7	4,8	3,8	2011	IDS** do Uganda 2011. Kampala, Uganda: UBOS e Calverton, Maryland: ICF International Inc., 2012 (e análise adicional).	10,2	IDS** 2011	63,2	IDS** 2011	26,7	Fonte*
Tanzânia	34,7	3,8	-	2014	Inquérito Nacional sobre Nutrição da Tanzânia de 2014	-		41,1	Inquérito Nacional sobre Nutrição da Tanzânia de 2014	39,6	Fonte*
Vietname	19,4	5,7	4,6	2013	Perfis de Vigilância da Nutrição de 2013. Hanói, Vietname, 2014.	-		17,0	Perfis de Vigilância da Nutrição de 2013	14,1	Fonte*
Iémen	46,6	13,3	1,5	2011	O estado da segurança alimentar e da nutrição no Iémen. Inquérito Abrangente de Segurança Alimentar de 2011. Sana'a, República do Iémen, 2013 (e análise adicional).	-		11,6	CFSS, 2011	37,5	Fonte*
Zâmbia	40,1	6	5,7	2014	IDS** da Zâmbia, 2013-2014. Rockville, Maryland, EUA: Serviço Central de Estatística, Ministério da Saúde e ICF International.	9,2	IDS** 2014	72,5	IDS** 2014	29,2	Fonte*
Zimbabwe	27,6	3,3	3,6	2014	IGIM*** 2014. Principais conclusões. Harare, Zimbabwe: ZIMSTAT de 2014.	-		41,0	IGIM*** 2014	28,4	Fonte*

*Relatório Global de Nutrição (ano de dados de 2011). Com base nas estimativas globais produzidas pelo Grupo de Estudo Modelo do Impacto sobre a Nutrição para a Anemia.

**IDS=Inquérito Demográfico e de Saúde

***IGIM=Inquérito sobre Grupos de Indicadores Múltiplos

PAÍSES	Os líderes assumiram compromissos no evento Nutrição para o Crescimento de 2013	Notificaram a nomeação do convocador de doadores/ parceiros de desenvolvimento	Notificaram o estabelecimento de uma PMA para a nutrição	Possuem uma PMA descentralizada ou estão em vias de descentralizá-la	As PMA trabalham com cientistas/ académicos	As PMA envolvem-se com os deputados	As PMA envolvem-se com as empresas	As PMA trabalham com a comunicação social no sentido de promover a nutrição	Indicam que implementaram um QCR	Indicam que implementaram uma Estratégia de Mobilização Social, Defesa e Comunicação	Possuem uma Aliança da Sociedade Civil ativa
Bangladesh	■	■	■		■		■	■		■	■
Benim	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■
Botsuana											
Burkina Faso	■		■	■	■		■	■	■		■
Burundi	■	■	■		■	■					■
Camboja			■						■		■
Camarões		■	■	■		■	■				■
Chade		■	■		■	■					
Comores									■		
Congo			■		■						
República Democrática do Congo	■	■			■	■					■
Costa Rica											
Costa do Marfim	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	
El Salvador			■	■	■	■	■	■	■		■
Etiópia	■	■	■		■				■		■
Gana		■	■	■						■	■
Guatemala	■		■	■		■	■	■	■		■
Guiné	■		■						■		■
Guiné-Bissau											
Haiti	■		■	■		■				■	
Indonésia	■		■		■		■		■	■	■
Quênia		■	■		■	■	■			■	■
Quirguistão	■	■	■				■			■	■
Laos		■	■	■					■		■
Lesoto			■						■		
Libéria	■		■								■
Madagáscar	■		■	■		■	■		■	■	■
Malawi	■	■	■	■	■	■	■		■	■	■
Mali	■	■	■		■				■		■
Mauritânia	■		■	■	■	■	■		■	■	
Moçambique		■	■	■			■		■	■	■
Mianmar		■	■				■		■		■
Namíbia	■		■	■	■	■	■		■		■
Nepal		■	■		■	■			■	■	■
Níger	■	■	■	■	■	■	■	■		■	■
Nigéria	■	■	■	■			■		■	■	■
Paquistão		■	■	■	■	■	■	■			■
Peru		■	■	■	■	■	■		■		■
Filipinas			■		■	■					■
Ruanda	■	■	■						■		■
Senegal	■	■	■	■						■	■
Serra Leoa	■	■	■	■		■	■	■	■		■
Somália											
Sudão do Sul			■				■				
Sri Lanka	■		■	■			■		■		■
Suazilândia			■		■			■			■
Tadjiquistão		■	■								■
Tanzânia	■	■	■	■		■	■			■	■
Gâmbia	■	■	■		■						■
Togo					■						
Uganda	■	■	■	■	■	■	■		■		■
Vietname			■		■		■		■	■	
Iémen	■	■	■		■		■		■		
Zâmbia	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■
Zimbábue	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Monitorização dos Progressos no Movimento SUN - 2015

O Relatório de Progresso do Movimento SUN de 2015 baseia-se na abordagem do levantamento de resultados apresentada no Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN de 2013²⁷ e visa refletir sobre as formas pelas quais os Países SUN e as Redes do Movimento SUN estão a adaptar os seus comportamentos para concretizar os quatro objetivos estratégicos da Estratégia do Movimento SUN para 2012-2015:

- **Objetivo Estratégico Um: Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado**
- **Objetivo Estratégico Dois: Assegurar um quadro político e jurídico coerente**
- **Objetivo Estratégico Três: Alinhar em torno de um Quadro Comum de Resultados**
- **Objetivo Estratégico Quatro: Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos**

A abordagem do levantamento de resultados utilizada no Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN leva em conta a natureza complexa, imprevisível e não linear do progresso enfrentado pelos atores que abordam a nutrição enquanto parte do seu compromisso coletivo. A abordagem do levantamento de resultados reconhece que os atores (pessoas, organizações e redes) estão a impulsionar os processos de mudança. Na monitorização dos progressos, concentra-se num conjunto de marcadores de progresso²⁸ que ilustram os resultados comportamentais que se espera que os vários atores venham a exibir. Foram estabelecidos marcadores de progresso para cada um dos quatro objetivos estratégicos. Cada ator analisa as relações, ações, atividades, políticas e práticas associadas a cada marcador de progresso ao longo do último ano. As conquistas relacionadas com cada marcador são classificadas através de uma escala de cinco pontos (ou seja, comportamento que não é aplicável/não iniciado [pontuação = 0], iniciado [1], em curso [2], quase concluído [3] ou concluído [4]).

Os marcadores de progresso iniciais atribuídos a cada um dos quatro objetivos estratégicos representam tipos de resultados comportamentais que são relativamente mais fáceis de alcançar, enquanto que os marcadores de progresso posteriores em cada processo representam uma mudança mais difícil e ambiciosa²⁹. A fim de refletir este aspeto, as pontuações de cada marcador de progresso são somadas e ponderadas³⁰ relativamente aos marcadores de progresso iniciais (e mais facilmente alcançáveis) aos quais é atribuída uma menor ponderação do que aquela que é atribuída aos marcadores mais avançados (mais difíceis de alcançar).

Orientados por este conceito de levantamento de resultados, os Países SUN são incentivados a realizar anualmente uma autoavaliação com a participação dos diferentes grupos de interesse refletidos nas suas plataformas nacionais do Movimento SUN. Estes incluem participantes de ministérios competentes e organismos do governo, bem como representantes de agências doadoras, organizações da sociedade civil, agências da ONU e empresas.

A monitorização dos progressos alcançados no Movimento SUN recorrendo às autoavaliações dos países ajuda as plataformas multiator nacionais a avaliar - e depois melhorar - a sua eficácia. Prevê-se que o processo de autoavaliação ajude os atores a apropriarem-se e beneficiarem da monitorização dos progressos e a serem mutuamente responsáveis pelas suas ações coletivas.

Avaliação dos Progressos no Movimento SUN - 2015

A avaliação dos progressos no Movimento SUN é um processo voluntário e liderado pelos países que é realizado com o apoio do Secretariado do Movimento SUN e das Redes do Movimento SUN. Em julho de 2014, 30 Países SUN realizaram autoavaliações e, no final de julho de 2015, eram já 43 os países³¹ do Movimento SUN que tinham realizado autoavaliações. Os resultados dos relatórios de autoavaliação são resumidos nos perfis dos países contidos neste relatório.

Aos países que não puderam participar no exercício de autoavaliação de 2015 foi dada a oportunidade de fornecer um "instantâneo narrativo do progresso" abrangendo cada um dos objetivos estratégicos. Para os países que aderiram recentemente ao Movimento SUN, no ano passado, foi elaborado um "instantâneo narrativo do progresso" pelo Secretariado do Movimento SUN³², validado pelos Pontos Focais SUN nos governos. Antes da finalização do Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN em 2014 (2012 e 2013), as avaliações relativas a cada objetivo estratégico baseavam-se em informações retiradas das teleconferências bimestrais das Redes Nacionais do Movimento SUN. Sempre que possível, este relatório inclui avaliações de 2014 e 2015 em que tenha sido utilizada a mesma metodologia, ou seja, autoavaliação pelos atores nacionais complementada por informações retiradas das teleconferências bimestrais dos países.

Mensagens Principais da Monitorização de 2015

As observações de padrões gerais emergentes têm relevância para o Movimento SUN no seu todo e são também destacadas neste relatório. Para compreender o atual estado do Movimento SUN para 2015, a análise baseia-se na moda (frequência de uma pontuação particular) dos marcadores de progresso dos 43 países observados na Figura 1, abaixo apresentada.

²⁷ Ver Tabela 4: Elemento do Quadro de Monitorização e Avaliação (M&A) do Movimento SUN

²⁸ Consultar a lista de Processos e Marcadores de Progresso na Tabela 2

²⁹ Consultar o Quadro de Monitorização e Avaliação do Movimento SUN

³⁰ Ver Tabela 3

³¹ Ver lista completa de países e pontos de dados na Tabela 1

³² Utilizando informações de referência que foram enviadas pelo país pouco depois da adesão

A análise das informações relativas a cada um dos Objetivos Estratégicos revela que:

Para o **Objetivo Estratégico Um**, os relatórios de autoavaliação indicam que os diferentes atores estão a envolver-se mais nas respetivas plataformas multiator. Em particular, as teleconferências bimestrais das Redes Nacionais do Movimento SUN criam uma oportunidade para os atores nacionais se reunirem. Os resultados da autoavaliação indicam também que os países que fazem parte do Movimento nos últimos quatro anos conquistaram mais ganhos no domínio da coordenação em comparação com os países que estão no Movimento há um ano ou perto de dois. Tal sugere que os países costumam assegurar uma melhor compreensão da relevância de dispor de uma coordenação funcional como condição prévia necessária para ações multiatores eficazes direcionadas para o fomento da nutrição.

Em relação ao **Objetivo Estratégico Dois**, mais países parecem estar a divulgar legislações e políticas existentes através de esforços intensificados de sensibilização (Processo 2: MP2.4). Apesar de os países não estarem, como é compreensível, a atualizar as políticas e estratégias tanto como deveriam, verificou-se um aumento no número de países que comunicaram um aumento no nível de ações de sensibilização para melhorar a nutrição.

Para o **Objetivo Estratégico Três**, os resultados indicam que existe uma melhoria geral na compreensão da necessidade de Quadros Comuns de Resultados (QCR). Tal é comprovado pelo aumento do número de países que exibem melhorias na maioria dos Marcadores de Progresso para o Processo 3. No entanto, os resultados também apontam para a necessidade de melhorar o acompanhamento e a comunicação dos resultados da implementação para a orientação e aprendizagem de ações futuras.

Para o **Objetivo Estratégico Quatro**, foram identificadas em 2014 várias áreas que necessitavam de aceleração (ver Figura 3). Os resultados das autoavaliações de 2015 indicam que tiveram lugar grandes melhorias, especialmente no acompanhamento da atribuição de recursos para a nutrição. Tal pode dever-se, em parte, aos quatro workshops de análise do orçamento que foram realizados no ano passado. No entanto, os resultados deste ano demonstram que a necessidade de aumentar o financiamento para a nutrição é urgente.

Embora cada país defina a agenda para o ano seguinte com base nas suas próprias reflexões e prioridades definidas, os resultados dos exercícios de autoavaliação do Movimento SUN de 2015 sugerem que a gestão da implementação de Quadros Comuns de Resultados (MP 3.4) e a redução do défice de financiamento através da garantia de um financiamento contínuo (MP 4.5) são duas áreas que terão destaque em 2016.

FIGURA 1 Progresso no Movimento SUN: Autoavaliações de 43 Países – 2015

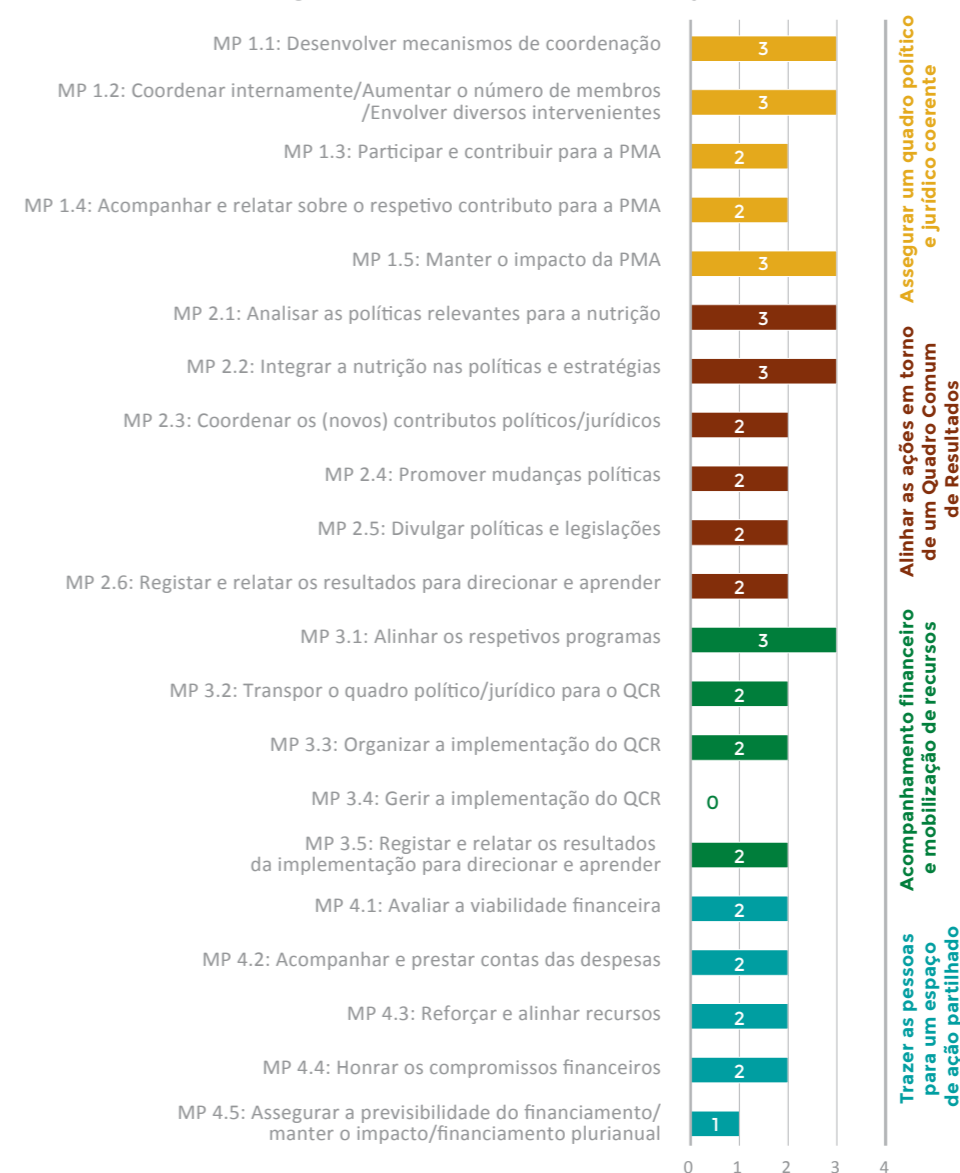
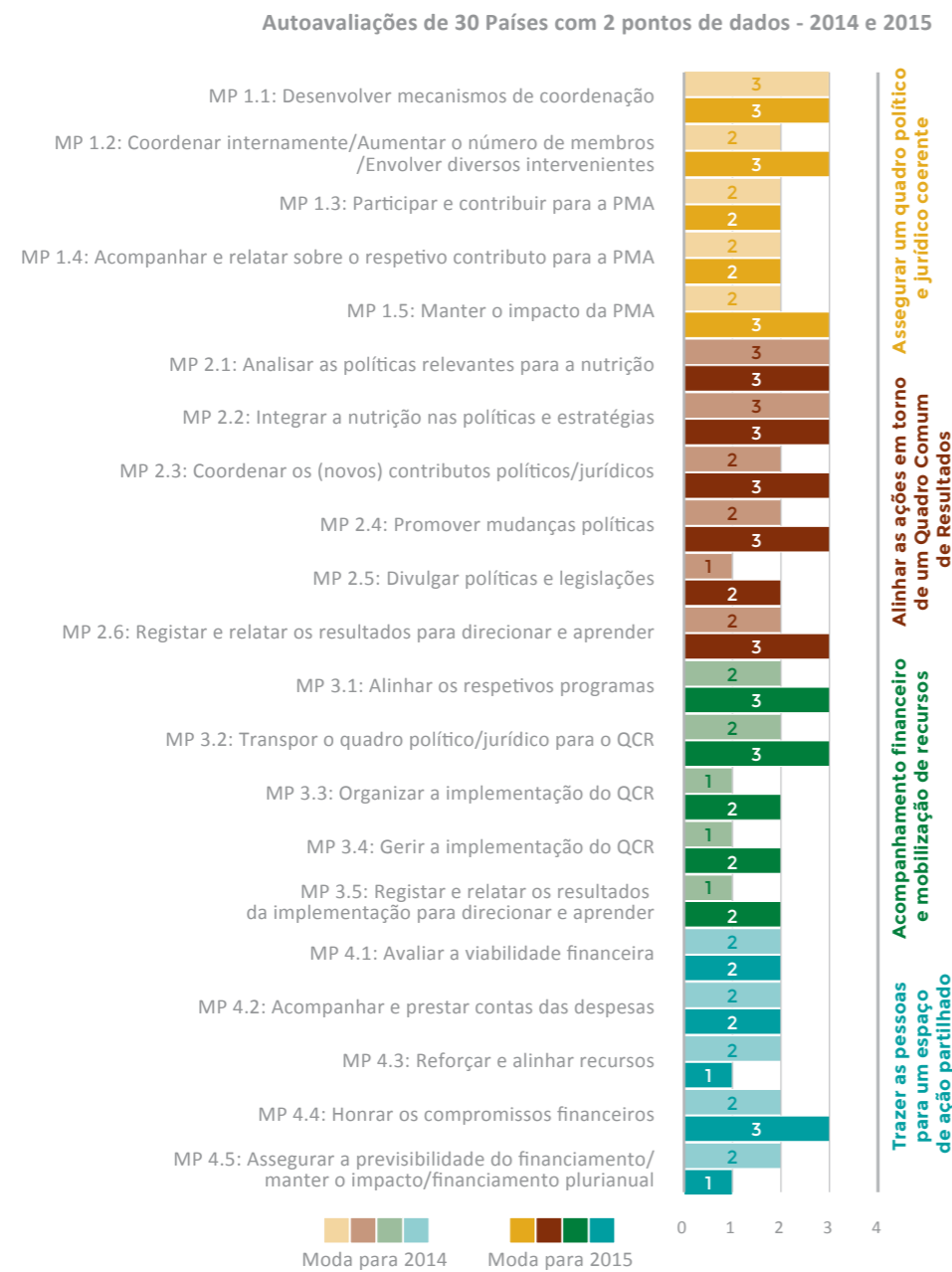


FIGURA 2³³



Compreender alguns dos desafios observados na interpretação e comparação de pontuações entre países ao longo do tempo

A análise dos resultados produzidos por meio de autoavaliações dos países, tanto para 2014 como para 2015, sugere que os atores nacionais são, de uma maneira geral, autocríticos quando avaliam os marcadores de progresso em relação ao que o Secretariado do Movimento SUN foi nos anos anteriores (2012 e 2013). As autoavaliações nacionais do Movimento SUN envolvem uma grande dose de reflexão, especialmente sobre aspectos do progresso que não podem ser facilmente captados a partir de fora do país. Uma autoavaliação parece refletir a heterogeneidade dos diferentes intervenientes envolvidos, ao passo que as avaliações externas, mesmo quando validadas no país, tendem a refletir a perspectiva do principal ator.

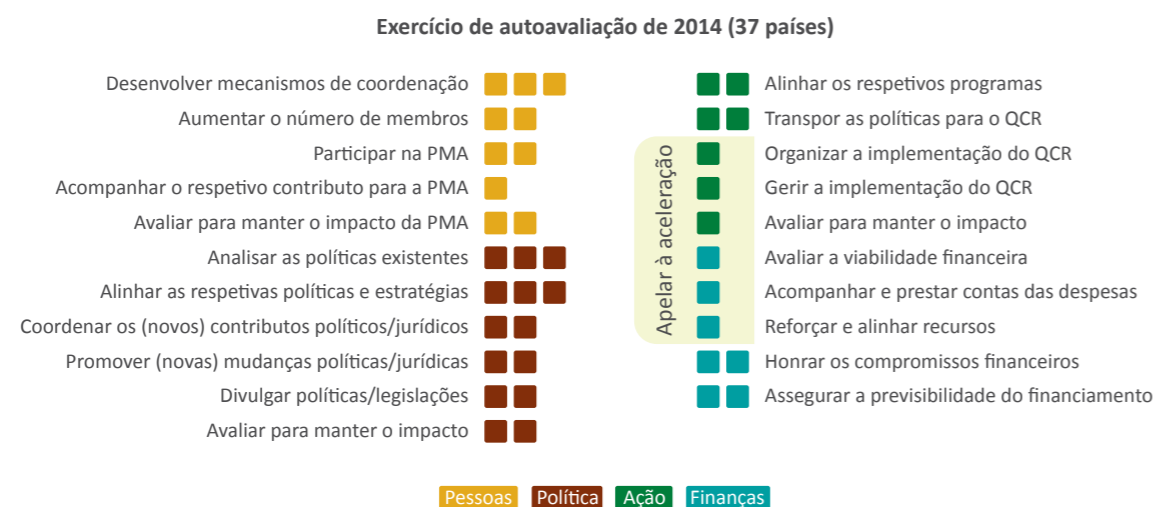
Espera-se que uma pontuação de Marcadores de Progresso entre 0 e 4 indique a presença de um comportamento específico. No entanto, algumas pontuações de autoavaliações para determinados marcadores parecem ser influenciadas pelo valor atribuído às mesmas por aqueles que realizam as autoavaliações. É de esperar tal subjetividade quando a monitorização dos resultados se baseia na abordagem do levantamento de resultados. A avaliação pergunta se um determinado comportamento está "no início", "em curso" ou "adotado": os responsáveis pela avaliação são convidados a efetuar a avaliação com base nos seus próprios julgamentos.

Tal implica que as pontuações da autoavaliação não devem ser utilizadas para comparar os progressos entre países. No entanto, podem ajudar na identificação e interpretação de padrões emergentes de transformação institucional no interior de um país. As pontuações devem ainda ser interpretadas com prudência, já que a abordagem é influenciada pela interação entre os atores, a complexidade das questões em causa e a singularidade do contexto de cada país. Muitos responsáveis da rede de pontos focais nacionais do Movimento SUN acreditam que, se os atores nacionais aplicarem a mesma abordagem de autoavaliação ano após ano, estarão em melhor posição para descrever os desafios que enfrentam e o sucesso dos esforços realizados para os combater.

O Levantamento de Resultados como meio de reflexão para as Redes do Movimento SUN

O contributo das Redes do Movimento SUN ao nível do país é captado através do exercício de levantamento de resultados (workshops de autoavaliação) a nível nacional. As Redes do Movimento SUN reúnem grupos de atores do Movimento SUN - empresas, sociedade civil, doadores e o sistema das Nações Unidas - ao nível global. As Redes do Movimento SUN apoiam as suas congéneres ao nível nacional de forma a facilitar e apoiar os esforços do Movimento nos Países SUN. Além disso, as Redes do Movimento SUN estão fortemente concentradas em proporcionar uma maior coerência às políticas e aos programas globais no interior e entre os seus grupos de atores, garantindo que a nutrição permaneça uma prioridade global para todos os grupos de atores a fim de fornecer respostas globais às necessidades identificadas dos países. As Redes do Movimento SUN constituem uma parte integrante do Movimento SUN; no entanto, a fim de captar o papel suplementar que desempenham, são consideradas intervenientes separados para efeitos de monitorização de resultados. É seguidamente apresentado um conjunto de oito marcadores de progresso que ilustram os resultados comportamentais que são esperados das redes. Estes marcadores de progresso são utilizados para acompanhar o contributo das redes globais para o Movimento SUN (ver Tabela 4). A abordagem do levantamento de resultados utiliza autoavaliações efetuadas pelas redes para captar progressos em termos do comportamento das Redes do Movimento SUN. Desde 2012 que os Facilitadores da Rede preenchem um questionário detalhado indicando a medida pela qual o real comportamento da rede se assemelha a um marcador de progresso específico recorrendo a uma escala de cinco pontos (isto é, inexistente [não se verifica nenhum dos sinais] [pontuação = 0], até certo ponto [1], moderadamente [2], em grande medida [3] e plenamente [4]). As pontuações relativas a cada Rede são atribuídas através de um processo participativo, pelo que apresentam limitações por não encapsularem necessariamente os pontos de vista de todos os atores.

FIGURA 3



Marcador de Progresso das Redes Globais do Movimento SUN	
Marcador de Progresso (MP) 1	Marcador de Progresso Estabelecer e coordenar no seio da rede
Marcador de Progresso (MP) 2	Marcador de Progresso Participar a uma só voz dentro do Movimento SUN
Marcador de Progresso (MP) 3	Marcador de Progresso Defender a manutenção da nutrição na agenda global (incluindo a mobilização de recursos)
Marcador de Progresso (MP) 4	Marcador de Progresso Criar massa crítica para uma influência mais ampla
Marcador de Progresso (MP) 5	Marcador de Progresso Alinhar as políticas, programas e recursos próprios de acordo com a Estratégia SUN
Marcador de Progresso (MP) 6	Marcador de Progresso Criar interação com países e redes a nível nacional
Marcador de Progresso (MP) 7	Marcador de Progresso Responder às necessidades nacionais de apoio (transformação)
Marcador de Progresso (MP) 8	Marcador de Progresso Refletir para aprender e melhorar

³³ Para analisar o progresso coletivo no Movimento SUN entre 2014 e 2015, a análise compara os dados de 30 países que possuem autoavaliações para os dois anos.

Tabela 1: Dados analisados para o Relatório de Progresso Anual de 2015

		Relatório de Autoavaliação de 2014	Relatório de Autoavaliação de 2015
1.	Bangladesh	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
2.	Benim	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
3.	Burkina Faso	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
4.	Burundi	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
5.	Camarões	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
6.	Chade	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
7.	República Democrática do Congo	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
8.	Costa do Marfim	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
9.	El Salvador	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
10.	Etiópia	Avaliado pelo SMS	Narrativa de progresso validada para 2015
11.	Gana	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
12.	Guatemala	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
13.	Guiné	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
14.	Haiti	Relatório apresentado pelo país	Narrativa de progresso validada para 2015
15.	Indonésia	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
16.	Quênia	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
17.	Quirguistão	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
18.	Laos	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
19.	Madagascar	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
20.	Malawi	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
21.	Mali	Relatório apresentado pelo país	Narrativa de progresso validada para 2015
22.	Mauritânia	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
23.	Moçambique	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
24.	Mianmar	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
25.	Namíbia	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
26.	Nepal	Relatório apresentado pelo país	Narrativa de progresso validada para 2015
27.	Níger	Relatório apresentado pelo país	Narrativa de progresso validada para 2015
28.	Nigéria	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
29.	Paquistão	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
30.	Peru	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
31.	Ruanda	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
32.	Senegal	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
33.	Serra Leoa	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
34.	Sri Lanka	Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
35.	Tanzânia	Relatório apresentado pelo país	Relatório apresentado pelo país
36.	Gâmbia	Relatório apresentado pelo país	Narrativa de progresso validada para 2015
37.	Uganda	Avaliado pelo SMS	Narrativa de progresso validada para 2015
38.	Iémen	Relatório apresentado pelo país	Narrativa de progresso validada para 2015
39.	Zâmbia	Avaliado pelo SMS	Apresentado pelo país
40.	Zimbábue	Apresentado pelo país	Apresentado pelo país
41.	Comores	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Narrativa de progresso validada para 2015
42.	Congo	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
43.	Costa Rica	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
44.	Guiné-Bissau	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
45.	Libéria	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Narrativa de progresso validada para 2015

		Relatório de Autoavaliação de 2014	Relatório de Autoavaliação de 2015
46.	Sudão do Sul	Não existe base de referência/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
47.	Suazilândia	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
48.	Tadjiquistão	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
49.	Togo	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
50.	Vietname	Base de referência apresentada/Avaliado pelo SMS	Relatório apresentado pelo país
51.	Botsuana	Aderiu ao SUN em 2014-2015	Narrativa de progresso validada para 2015
52.	Camboja	Aderiu ao SUN em 2014-2015	Relatório apresentado pelo país
53.	Somália	Aderiu ao SUN em 2014-2015	Relatório apresentado pelo país
54.	Filipinas	Aderiu ao SUN em 2014-2015	Narrativa de progresso validada para 2015
55.	Lesoto	Aderiu ao SUN em 2014-2015	Relatório apresentado pelo país

Tabela 2: Processos e Marcadores de Progresso para os Relatórios de Autoavaliação Nacionais de 2014

Processo 1: Trazer as pessoas para um espaço de ação partilhado	
Marcador de Progresso (MP) 1	Selecionar/desenvolver mecanismos de coordenação a nível nacional
Marcador de Progresso (MP) 2	Coordenar internamente e aumentar a adesão/colaborar com outros intervenientes para alargar a influência
Marcador de Progresso (MP) 3	Participar/contribuir para a PMA
Marcador de Progresso (MP) 4	Acompanhar e relatar sobre o respetivo contributo para a PMA
Marcador de Progresso (MP) 5	Manter o impacto da PMA
Processo 2: Assegurar um quadro político e jurídico coerente	
Marcador de Progresso (MP) 1	Analisar as políticas e os programas existentes com relevância para a nutrição
Marcador de Progresso (MP) 2	Integrar a nutrição nas políticas e estratégias próprias
Marcador de Progresso (MP) 3	Coordenar/harmonizar os contributos dos membros para o desenvolvimento do quadro político/jurídico
Marcador de Progresso (MP) 4	Influenciar o desenvolvimento do quadro político/jurídico através de ações de sensibilização/contributos
Marcador de Progresso (MP) 5	Disseminar políticas e operacionalizar/Aplicar o quadro jurídico
Marcador de Progresso (MP) 6	Acompanhar e relatar resultados para orientar e aprender/manter o impacto das políticas
Processo 3: Alinhar as ações em torno de um Quadro Comum de Resultados	
Marcador de Progresso (MP) 1	Alinhar os programas próprios com as políticas nacionais relevantes para a nutrição
Marcador de Progresso (MP) 2	Transpor o quadro político/jurídico para o Quadro Comum de Resultados (QCR) do Movimento SUN
Marcador de Progresso (MP) 3	Organizar a implementação do QCR
Marcador de Progresso (MP) 4	Gerir a implementação do QCR
Marcador de Progresso (MP) 5	Acompanhar e relatar os resultados da implementação para orientação e aprendizagem/avaliação a fim de manter o impacto
Processo 4: Acompanhamento financeiro e mobilização de recursos	
Marcador de Progresso (MP) 1	Avaliar a viabilidade financeira
Marcador de Progresso (MP) 2	Acompanhar e prestar contas (de forma transparente) das despesas
Marcador de Progresso (MP) 3	Aumentar e alinhar os recursos (incluindo a colmatação de lacunas)
Marcador de Progresso (MP) 4	Honar os compromissos (converter compromissos em desembolsos)
Marcador de Progresso (MP) 5	Assegurar a previsibilidade/manter o impacto/o financiamento plurianual

Tabela 3: Ponderação dos Marcadores do Progresso em cada processo

	Ponderação do MP1	Ponderação do MP2	Ponderação do MP3	Ponderação do MP4	Ponderação do MP5	Ponderação do MP6	Total dos fatores de ponderação (arredondado)
Processo 1	4 16%	4 16%	5 20%	6 24%	6 24%	-	100%
Processo 2	2 8%	2 8%	4 16%	4 16%	6 24%	6 16%	100%
Processo 3	4 16%	4 16%	5 20%	6 24%	6 24%	-	100%
Processo 4	4 16%	4 16%	5 20%	6 24%	6 24%	-	100%

Tabela 4: Elemento no Quadro de Monitorização e Avaliação (M&A) do Movimento SUN

Elemento	Aspeto considerado?	Quem desenvolve este trabalho?	Calendário de avaliação?
Impacto	A Assembleia Mundial da Saúde de 2012 estabeleceu um conjunto de metas. São necessários dados para permitir a avaliação do progresso em relação às metas (tais como as taxas de redução médias anuais da prevalência de atraso no crescimento entre crianças com menos de cinco anos)	As autoridades nacionais recolhem, analisam e interpretam os dados, utilizando procedimentos normalizados (Inquéritos Demográficos e de Saúde, por exemplo)	Os intervalos entre as avaliações são definidos nos países: Os atores do Movimento SUN visam aumentar a frequência das avaliações do impacto através das Plataformas Nacionais de Informação sobre a Nutrição programadas
Resultado	Estão em curso de implementação quatro processos específicos nos países do Movimento SUN: estes refletem os quatro objetivos estratégicos do Movimento SUN. O progresso é avaliado através de um conjunto de "marcadores de progresso" para cada processo	Em 2012 e 2013 - realizada pelo Secretariado do Movimento SUN (SMS) utilizando dados dos pontos focais dos governos nos Países SUN: validada pelos mesmos previamente ao relato. Em 2014, já 37 ³⁴ dos 41 países que aderiram ao Movimento antes de setembro de 2013 haviam realizado as suas avaliações ³⁵ . O SMS realizou avaliações da base de referência para 10 ³⁶ países que aderiram recentemente. As pontuações das avaliações são analisadas pelo SMS com o apoio da MDF.	Anualmente
Efeitos	As variáveis utilizadas para monitorizar o desempenho do Secretariado do Movimento SUN encontram-se explicitadas no seu quadro lógico	O Secretariado do Movimento SUN através de relatórios sobre as suas atividades	Anualmente

³⁴ Bangladesh, Benim, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Chade, Congo (RDC), Costa do Marfim, El Salvador, Etiópia, Gana, Guatemala, Guiné-Conacri, Haiti, Indonésia, Quênia, República do Quirguistão, RDP Laos, Madagáscar, Malawi, Mali, Maurítânia, Moçambique, Mianmar, Namíbia, Nepal, Níger, Nigéria, Paquistão, Peru, Ruanda, Senegal, Serra Leoa, Sri Lanka, Tanzânia, Gâmbia, Uganda, Iémen, Zâmbia e Zimbábue

³⁵ O SMS realizou avaliações para três países que não tinham capacidade de efetuar as avaliações por si próprios dentro do prazo definido para o relatório: Etiópia, Zâmbia e Sri Lanka.

³⁶ Comores, Congo-Brazzaville, Costa Rica, Guiné-Bissau, Libéria, Sudão do Sul, Suazilândia, Tadjiquistão, Togo e Vietname

Nota Técnica sobre as estatísticas apresentadas no Movimento SUN de 2015

Definição de dados e indicadores

Indicador	Definição	Objetivo da AMS
Baixo peso à nascença	Percentagem de recém-nascidos com peso inferior a 2500 gramas à nascença.	Reduzir em 30% até 2025 os níveis de baixo peso à nascença
Amamentação exclusiva 0-5 meses	Percentagem de bebés dos zero aos cinco meses que são amamentados em regime de exclusividade.	Aumentar até pelo menos 50% até 2025 as taxas de amamentação exclusiva nos primeiros seis meses de vida
Atraso no crescimento de crianças com menos de cinco anos	Percentagem de crianças entre os zero e os 59 meses que estão abaixo de menos dois desvios-padrão (moderados e severos) e abaixo de menos três desvios-padrão (severos) relativamente à relação altura/idade média dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS.	Reduzir em 40% até 2025 o número de crianças com menos de cinco anos com atraso no crescimento.
Magreza extrema em crianças com menos de cinco anos	Percentagem de crianças entre os zero e os 59 meses que estão abaixo de menos dois desvios-padrão (moderados e severos) e abaixo de menos três desvios-padrão (severos) relativamente à relação peso/altura média dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS.	Reduzir e manter em menos de 5% até 2025 os níveis de magreza extrema infantil.
Obesidade de crianças com menos de cinco anos	Percentagem de crianças entre os zero e os 59 meses que estão acima de dois desvios-padrão (moderados e severos) relativamente à relação peso/idade média dos Padrões de Crescimento Infantil da OMS.	Estancar o aumento da obesidade infantil até 2025.
Anemia³⁷	Mulheres em idade fértil (15-49 anos), grávidas e não grávidas, com níveis de hemoglobina inferiores a 12 g/dl, para mulheres em idade fértil, e inferiores a 11 g/dl, para mulheres grávidas.	50% de redução da anemia em mulheres em idade fértil

Notas:

1) As metodologias e os processos subjacentes às estimativas conjuntas da UNICEF, OMS e Banco Mundial encontram-se descritos nas Estimativas Conjuntas sobre Malnutrição Infantil de 2012, subsequentemente atualizadas com a Edição de 2015. Estão incluídas no Conjunto de Dados Comuns, regularmente atualizados, estimativas antropométricas nacionalmente representativas, na sequência do processo de aprovação de cada organismo e após consenso coletivo sobre as mesmas.

2) Num esforço para manter uma série cronológica consistente de dados antropométricos internacionalmente comparáveis, parte deste processo de harmonização para calcular as médias regionais e globais e conduzir análises de tendências exige que todas as estimativas de prevalência de base antropométrica sejam recalculadas usando um algoritmo padrão. Este algoritmo foi programado no software e macros Anthro da OMS, revistos pelo MEASURE DHS13 e pela UNICEF. Além disso, outras instituições (designadamente, os Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos EUA) incorporaram o algoritmo padrão no seu processo de análise de inquéritos nutricionais. Nos países em que são recolhidos dados antropométricos como parte de um Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS) ou de um Inquérito sobre Grupos de Indicadores Múltiplos (IGIM), os dados brutos estão publicamente disponíveis e/ou os programas de processamento dos dados dos inquéritos já incorporam o algoritmo da OMS. Nos países em que os dados antropométricos são recolhidos através de um inquérito nutricional nacional (ou outro tipo de inquérito) que são analisados utilizando um algoritmo diferente, é muitas vezes necessário recalcular a prevalência de base antropométrica a fim de tornar as estimativas comparáveis entre países e ao longo do tempo.

³⁷ Com base em estimativas do Modelo (disponíveis em http://www.who.int/nutrition/events/2012_proposed_globaltargets_backgroundpaper.pdf)

Interpretação dos gráficos por áreas

Gráfico com meta de redução do atraso no crescimento

A AMS recomendou uma Taxa de Redução Média Anual (TRMA) de 3,9% a fim de alcançar até 2025 a meta global de uma redução de 40% do número de crianças com atraso no crescimento a nível mundial. Para identificar o alcance da redução e a lacuna potencial até 2025, dentro do cenário atual, o Serviço Consultivo para a Nutrição da Comissão Europeia e a Organização Mundial de Saúde desenvolveram a Ferramenta de Cálculo da Redução do Atraso no Crescimento (FCRAC), a qual estima o número projetado de crianças com atraso no crescimento em 2025, a nível nacional, de acordo com a tendência atual ou desejável (isto é, 40% do número atual) para a redução do atraso no crescimento.

Os cálculos no contexto do cenário atual aplicam a TRMA presente ao valor mais recente de prevalência disponível, o qual é transposto para o ano de referência (ou seja, 2012), ao passo que o cenário desejável começa a partir da estimativa do número-alvo de crianças com atraso no crescimento em 2025, ou seja, 40% menos do que o número estimado de crianças com atraso no crescimento na base de referência. Por conseguinte, os cálculos baseiam-se nesta meta em 2025, em termos de número de crianças, e a prevalência correspondente é calculada por meio de projeções demográficas. Em seguida, o declive entre a prevalência na linha final e a prevalência no ano inicial (de qualquer plano/programa para reduzir o atraso no crescimento), bem como o número de anos entre estes dois pontos temporais, são usados para calcular a TRMA desejável (Meta), necessária para alcançar a meta de prevalência.

Tendências e metas relativas ao atraso no crescimento, à magreza extrema e à amamentação exclusiva

Indicador	Definição	Relevância
Taxa de Redução Média Anual (TRMA)	A TRMA é usada na análise para a monitorização e avaliação da tendência global da prevalência do atraso no crescimento entre crianças com menos de cinco anos, a fim de quantificar a taxa de evolução da prevalência desde a base de referência até ao ano corrente. Se a prevalência for conhecida e a taxa de redução anual for constante, a prevalência no ano seguinte pode ser então calculada ³⁸ .	A prevalência global do atraso no crescimento em crianças com menos de cinco anos diminuiu em 36% nas duas últimas décadas – de um valor estimado em 40% em 1990 para 26% em 2011. Corresponde a uma taxa de redução média anual de 2,1% por ano ³⁹ . A Taxa de Redução Média Anual (TRMA) é de 3,9% a fim de alcançar até 2025 a meta global de uma redução de 40% do número de crianças com atraso no crescimento a nível mundial.

Durante o evento Nutrição para o Crescimento, realizado em 8 de junho de 2013 em Londres, 15 governos comprometeram-se a aumentar os seus recursos internos para fomentar a nutrição e os governos de 12 países participantes no evento anunciaram metas nacionais para a redução do atraso no crescimento. Estas metas nacionais encontram-se devidamente indicadas nos perfis nacionais individuais.

Lista de Abreviaturas e Siglas

CI	Conflito de Interesses
QCR	Quadro Comum de Resultados
RSC	Rede da Sociedade Civil
OSC	Organização da Sociedade Civil
FAO	Organização para a Alimentação e a Agricultura
RNG	Relatório sobre a Nutrição Global
AEI	Avaliação Exaustiva Independente
ICN2	Segunda Conferência Internacional sobre a Nutrição
MDA	Ministérios, Departamentos e Agências
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
FFM	Fundo Fiduciário Multiparceiros
MQSUN	Rede da Maximização da Qualidade do Fomento da Nutrição
PMA	Plataformas Multiator
ONG	Organização Não Governamental
PNIN	Plataformas Nacionais de Informação sobre Nutrição
PNIN	Plataformas Nacionais de Informação sobre Nutrição
REACH	Renewed Efforts Against Child Hunger
RES	Rede de Empresas SUN
SMAC	Mobilização Social, Defesa e Comunicação
SMS	Secretariado do Movimento SUN
SUN	Scaling Up Nutrition (Fomento da Nutrição)
ONU	Organização das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
WASH	Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene
OMS	Organização Mundial da Saúde
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável




³⁸ UNICEF, Nota Técnica: Como calcular a Taxa de Redução Média Anual (TRMA) da Prevalência de Insuficiência Ponderal

³⁹ UNICEF, Melhorar a Nutrição Infantil: o imperativo atingível para o progresso global, UNICEF, abril de 2013, p. 8



INCLUIR • INSPIRAR • INVESTIR

MAIS INFORMAÇÕES

-  www.scalingupnutrition.org
-  www.facebook.com/SUNMovement
-  www.twitter.com/SUN_Movement